



Volume **2**

Número
3º

Ano
2020

ISSN
2675-0600

REVISTA ACADÊMICA NOVO MILÊNIO



Faculdade
Novo Milênio

FACULDADE NOVO MILÊNIO

DIRETOR ACADÊMICO

EMERSON LUIZ DE CASTRO

COORD. NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

WANIZE DE ALMEIDA ROCHA

EQUIPE EDITORIAL

FLORÊNCIO AUGUSTO FILHO

GIOVANNA SOANNO ROSÁRIO MARCHIORI

TAMARA LOPES TEIXEIRA

WANIZE DE ALMEIDA ROCHA

AVALIADORES

CAROLINA NUNES FREITAS

FERNANDO SANTA CLARA VIANA JUNIOR

FLORÊNCIO AUGUSTO FILHO

GIOVANNA SOANNO ROSÁRIO MARCHIORI

JADSON DO PRADO RAFALSKI

MARIA DA PENHA FONSECA

RAFAELA DOMINGOS LAGO

SABRINA BERTOLI RODRIGUES

TAMARA LOPES TEIXEIRA

WANIZE DE ALMEIDA ROCHA

SUMÁRIO

1. A paternidade socioafetiva e seus efeitos jurídicos advindos da evolução sociocultural do Brasil no último século.....	4
2. A importância da fotografia digital para diagnóstico e plano de tratamento em prótese dentária: revisão de literatura.....	21
3. Métodos contábeis x IPO.....	33
4. Breves considerações acerca do professor na educação superior brasileira.....	51
5. A formação da identidade profissional do enfermeiro: uma reflexão na urgência de valorização da categoria.....	59
6. A percepção do enfermeiro no cuidado com a pele do recém-nascido prematuro.....	71
7. Metodologia de desenvolvimento de competências em passos sistematizados: soluções para promover o aprendizado significativo.....	84
8. Certificação NBR ISO14001 em empresas produtoras de petróleo.....	101
9. Prática pedagógica do professor alfabetizador de jovens e adultos.....	141
10. Olhares e reflexões da avaliação na educação infantil.....	156
11. Educação de jovens e adultos (EJA): estratégias de alfabetização e reformulação da modalidade	171
12. O papel do gestor frente à comunicação eficaz e a gestão democrática na escola.....	185
13. Asas da imaginação na literatura infantil.....	198
14. Passivhaus: aplicação do conceito de casa passiva a uma edificação residencial unifamiliar em Vitória, ES.....	211
15. A liturgia e o ritual alcoólico de jovens gays em eventos festivos: a construção da unidade a partir do primeiro gole.....	229
16. O desconhecimento da técnica, o medo da máquina e o empobrecimento da educação.....	252
17. A empresa: a nova perspectiva do direito falimentar.....	263

18. Direito Real de Laje: a extinção do direito real face a ruína da construção-base.....	287
19. Uma revisão da Teoria da Dependência e a atual crise do neoliberalismo na América Latina.....	301
20. A refundação do estado em virtude da globalização.....	316
21. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais: por uma interpretação constitucional do Processo (procedimento) Penal Brasileiro.....	324
22. Os impactos do novo código de processo civil nos prazos processuais da Lei de Recuperação Judicial e Falência.....	337
23. A (i)legalidade da infiltração do agente policial e o flagrante prorrogado.....	347
24. Fundamentação das decisões judiciais: a importância do artigo 489, §1º, do Código de Processo Civil de 2015.....	363
25. Primazia do Julgamento de Mérito.....	380
26. O pré e pós-operatório das cirurgias plásticas: intervenções estéticas e terapêuticas.....	393
27. Projeto de pavimentação e drenagem com revestimento permeável em rua localizada em Vila Velha, Espírito Santo	413
28. O uso da cinza da casca de arroz em argamassa de revestimento nas fachadas da Grande Vitória-ES.....	433

A paternidade socioafetiva e seus efeitos jurídicos advindos da evolução sociocultural do Brasil no último século

Raphaela Fernanda Cruz de Sousa Lima¹
Jaqueline Coutinho Saiter²

RESUMO

O trabalho trata da inserção da paternidade socioafetiva no Direito Brasileiro. Ressalta a importância da promulgação da Constituição Federal de 1988 na reforma de todo o Ordenamento Jurídico, envolvendo a modificação da entidade família no país por meio da evolução sociocultural no último século.

Palavras-chave. Paternidade Socioafetiva. Paternidade Consanguínea. Dignidade da Pessoa Humana.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a sociedade brasileira resistiu a um modelo familiar patriarcal. Com os novos fatos sociais que passaram a surgir ao longo do tempo, tornou-se necessário o acompanhamento das leis dentro desse novo cenário social.

Em razão disso, com a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002 tornou-se possível identificar novos fatores que envolvem a existência da entidade família passando a considerar a afetividade como um importante fator para o estabelecimento de um novo modelo de paternidade.

A paternidade socioafetiva, que é um vínculo afetivo que vai além do caráter biológico, surgiu nesse contexto em resposta as mudanças sociais e se efetivou no âmbito jurídico a fim de assegurar o melhor interesse da criança e do adolescente, elencado posteriormente no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na atualidade, esse assunto recebe muitas discussões de diferentes pontos de vista. Assim, esse trabalho abordará os aspectos jurídicos referentes a esse tipo de entidade familiar por meio da atual legislação e das decisões judiciais relacionadas ao tema.

¹ Acadêmica do 8º período do Curso de Graduação em Direito da Faculdade Novo Milênio

² Graduada em Direito pela Universidade Vila Velha (UVV). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pelas Faculdades Integradas de Vitória (FDV)

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se rege de forma exploratória com abordagem qualitativa a fim de se conhecer a fundo o tema no meio social. Realizar-se-á uma pesquisa bibliográfica com o levantamento de dados secundários como doutrinas, jurisprudências com fundamentação na legislação pertinente. Será utilizada a abordagem dialética com o enfoque nas diferentes ideias da sociedade e dos institutos jurisdicionais a respeito da paternidade socioafetiva.

O desenvolvimento da entidade família no ordenamento jurídico brasileiro

- ***Histórico legal e sociocultural***

Embora a sociedade já passasse por substancial evolução no século XX, o instituto família dificilmente possuiria sua imagem patriarcal flexibilizada. No entanto, como ocorre em qualquer sociedade, a massa interessada ou prejudicada com a atual legislação tende a lutar pelos seus interesses como forma de afastar a injustiça do meio social e de se exercer a democracia.

A Lei 883 de 1949 foi um dos primeiros passos para a modificação desse cenário. Nela, passa a ser possível o reconhecimento de filhos contraídos fora do casamento. No entanto, o referido ato só poderia se dar com a dissolução da sociedade conjugal a que pertence o suposto pai.

Nesse contexto legal, vale, ainda, ressaltar que até então, a única forma de dissolução de uma sociedade conjugal era o Desquite ou em decorrência do falecimento de um dos cônjuges. Com a lei do divórcio, Lei nº 6.515 de 26 de Dezembro de 1977, o reconhecimento de paternidade de filhos contraídos fora do casamento passa a ser possibilitado, ao passo que não era permitido o reconhecimento de filhos extramatrimoniais antes da dissolução do casamento.

No entanto, ainda prevalecia a distinção entre filhos legítimos e ilegítimos presente no Código Civil vigente. Somente com a promulgação da Constituição Federal em 1988

é que ocorre a extinção desses termos, vedando, ainda, qualquer discriminação entre filhos havidos ou não de uma relação matrimonial.

Após, em conformidade com a Constituição, o Código Civil de 2002 é inserido no ordenamento jurídico prevendo uma outra origem de filiação, conforme aponta em seu Art. 593. Destarte, ainda que a filiação socioafetiva não seja expressamente prevista, é clara a existência da efetivação jurídica dessa possibilidade.

A reação da sociedade, especialmente dos “filhos ilegítimos” e mulheres foi expressamente positiva e, dessa maneira, um novo modelo familiar é formado. Com o fato de a guarda dos filhos normalmente passar a ser, a partir de então, das mães e com o desejo destas de constituir uma nova família, surge a figura do pai socioafetivo.

- **Enfoque jurídico**

- *A Constituição Federal de 1988*

Ainda que as leis começassem a reagir em adaptação a essa nova realidade social, era necessário uma efetivação dos direitos igualitários entre os filhos, dantes discriminados em detrimento dos “filhos legítimos”.

Dessa maneira, a Constituição Federal marca o mais importante passo de inserção na mudança desse cenário. Nela, passa a ser estabelecida uma igualdade entre sexos, entre os filhos — ainda que não contraídos dentro de uma relação matrimonial — visando a proteção igualitária da família.

Tal previsão se encontra no Art. 26 da Carta Magna:

“Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a [união estável](#) entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a [violência](#) no âmbito de suas relações." (Constituição Federal de 1988).

E, também, em seu Art. 227, que dispõe que: "Os filhos, havidos ou não na relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação".

Além disso, o princípio da dignidade humana, previsto em seu Art. 1º, trata-se de um dos fundamentos da República Federativa do Brasil que contribui para a construção e preservação do Estado Democrático de Direito.

É sob a metafísica do ser humano que se reputa adequado analisar a dignidade da pessoa humana, como um dos princípios desde logo considerados de valor pré-constituente e de hierarquia supraconstitucional, em que se funda a República Federativa do Brasil.

Tal princípio também é tratado por Maria Berenice Dias:

O mais universal de todos os princípios. É um macroprincípio do qual se irradiam todos os demais: liberdade, autonomia privada, cidadania, igualdade e solidariedade, uma coleção de princípios éticos (DIAS, 2012, p. 62).

Dessa forma, torna-se de fácil compreensão que a dignidade da pessoa humana vai além dos moldes familiares do século XX. Ademais, nota-se que o princípio não cita como base nenhuma norma infraconstitucional pois, conforme já aponta a doutrina, ele se rege pelas relações sociais, abrangendo, por conseguinte, a igualdade, o respeito o afeto e o amor.

- ***O Estatuto da Criança e do Adolescente***

A promulgação da Constituição Federal de 1988 gerou uma reforma em todo o ordenamento jurídico brasileiro e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é

editado em 1990, visando o melhor amparo ao menor em conformidade com a lei suprema.

Assim, o ECA dispõe que o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, não podendo haver qualquer tipo de discriminação entre os seus herdeiros. Garantindo, especialmente, o princípio da identidade biológica:

Art. 26. Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo do nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qual quer que seja a origem da filiação.

Art. 27. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de justiça.”

Em segundo plano se encontra, em seu texto, a família substituta, reconhecendo que já era algo comum e reafirmando o seu valor na sociedade. Nesse diapasão, apontam-se os seguintes artigos do ECA:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas Leis.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”.

Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes e substâncias entorpecentes.

A dignidade da pessoa humana consagrada na Constituição é, portanto, reafirmada no ECA, relevando com especificidade o direito da Criança e do Adolescente e reafirmando a afetividade como valor jurídico. Assim, o ECA atualmente possui forte influência sobre o direito da família, servindo como alicerce junto ao Código Civil de 2002 na efetivação do rol de direitos e garantias fundamentais previsto na Magna Carta.

- O Código Civil de 2002

No Código Civil de 1916, estava elencado um rol de fatores determinantes para o reconhecimento paterno. Segundo ele, os filhos contraídos dentro do casamento seriam legítimos e os que não atendessem a esse critério, seriam denominados ilegítimos.

O Código Civil de 1916 estabelecia em seu art. 337 que “São legítimos os filhos concebidos na constância do casamento, ainda que anulado, ou nulo, se contraiu de boa-fé.” A Constituição, por sua vez, e como aqui já foi visto, abriu um leque de direitos e garantias fundamentais que tornavam discrepantes as normas civis presentes no ordenamento jurídico brasileiro, alterando, por conseguinte, a eficácia destas no meio social.

O Código Civil de 2002, em concordância com a norma suprema do país, exclui de seu texto qualquer tipo de discriminação dentro do âmbito familiar. Assim, embora não deixe explícita a paternidade socioafetiva em seu texto, nos informa em seu Art. 1593 que “O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem”.

Destarte, a outra origem então citada, é entendida pela doutrina como a lacuna que abrange a paternidade socioafetiva. Assim, explana Flávio Tartuce:

A terceira e última consequência da afetividade a ser pontuada é o reconhecimento da parentalidade socioafetiva como nova forma de parentesco, enquadrada na cláusula geral “outra origem”, do art. 1.593 do CC/2002. Não se olvide que a ideia surgiu a partir de histórico artigo de João Baptista Villela, publicado em 1979, tratando da “desbiologização da paternidade” (TARTUCE, Flavio. O princípio da afetividade no direito de família).

Em conformidade com a doutrina e a possibilidade então presente no Código Civil de 2002 desencadeia decisões judiciais que passam a observar o afeto como fatores determinantes para o reconhecimento da paternidade bem como de seus efeitos legais.

- **Tipos de paternidade**

- Paternidade biológica ou registral

Em seu conceito, a paternidade biológica é definida como o vínculo de parentesco consanguíneo entre uma pessoa e aquelas que a geraram. Embora, esse modelo de paternidade seja predominante em nossa sociedade, pois esse é o primeiro comumente citado ao lembrarmos de uma família tradicional, vale lembrar que não é mais fator determinante para a declaração de paternidade sob o ponto de vista doutrinário e pela expressão do Ordenamento Jurídico Brasileiro.

Já a paternidade registral, decorre do registro de nascimento do filho. Esta, também é muito frequente no Brasil, ao passo que se trata de uma das vertentes da paternidade socioafetiva.

No entanto, com base na realidade social do país, é falso dizer que as paternidades biológicas ou registrais, necessariamente ocasionarão vínculo afetivo entre pai e filho. Afinal, o que impulsiona esse laço é a convivência que, cultivada, poderá ocasionar nessa relação baseada no afeto.

- Paternidade Socioafetiva

Para Carlos Roberto Gonçalves:

“Filiação é a relação de parentesco consanguíneo, em primeiro grau e em linha reta, que liga uma pessoa àqueles que a geraram, ou a receberam como se a tivessem gerado. Todas as regras sobre parentesco consanguíneo estruturam-se a partir da noção de filiação, pois a mais próxima, a mais importante, a principal relação de parentesco é a que se estabelece entre pais e filhos.” (GONÇALVES, Carlos Roberto, “Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. Volume 6. Saraiva. 8ª edição, página 318).

Ainda nesse sentido, afirma Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald com relação a paternidade sócio afetiva:

“Assim, sob o ponto de vista técnico-jurídico, a filiação é a relação de parentesco estabelecida entre as pessoas que estão no primeiro grau, em linha reta, entre uma pessoa e aqueles que a geraram ou que acolheram e criaram, com base no afeto e na solidariedade, almejando o desenvolvimento da personalidade e a realização pessoal. Remete-se, pois, ao conteúdo do vínculo jurídico entre as pessoas envolvidas (pai/mãe e filho), trazendo a reboque atribuições e deveres variados.” (DE FARIAS, Cristiano Chaves. ROSENVALD, Nelson, p. 318, 2008).

Dessa maneira, é de fácil entendimento que a paternidade vai além do contexto consanguíneo. Ademais, analisando o melhor interesse da criança e do adolescente, comumente prevalecerá o afeto e o carinho recebidos pelo filho. Isso, indubitavelmente, é fator determinante para a confirmação de paternidade para todos os seus fins legais e sociais.

- **A adoção**

Vários são os motivos que impulsionam as famílias a optarem pela adoção. Muitos pela impossibilidade de gerar filhos biológicos, por solidariedade às crianças que necessitam de uma família ou que estejam passando por dificuldades e até mesmo pelo desejo de uma companhia, de um novo laço afetivo.

Independente de qual for a motivação para essa decisão, é função do Estado resguardar a criança e o adolescente, garantindo a salvaguarda de seus direitos e que, de fato, a nova família lhe propicie todo o carinho e afeto que eles tanto necessitam e esperam.

- **Breve histórico evolutivo da adoção no Brasil**

Atualmente, a adoção no Brasil é regida pelo Código Civil e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Por meio de tais embasamentos jurídicos, é firmado o poder parental ou pátrio poder que é o poder de decisão e a obrigação de guarda, educação e sustento do adotante para com o adotado.

Além disso, o Código Civil Brasileiro determina como deve ocorrer o processo de adoção. A análise do caso concreto por parte do Estado que regerá a adoção, deverá ter como base a lei suprema todo o ordenamento jurídico, se atentando, sempre, em garantir o melhor interesse da criança. Tudo isso envolve uma minuciosa avaliação psicológica e social do Estado para com as famílias que desejam adotar.

Diferentemente de outros países, a forma de adoção no Brasil busca seguir uma forma justa, igualitária e inclusiva. Em Portugal, por exemplo, existem dois tipos de adoção:

a plena, em que o filho adotivo é colocado em uma posição de filho biológico – e somente nesse caso ele possuirá os mesmos direitos que um biológico. E a restrita, em que não é mudado o nome da criança por completo e a obrigação continua sendo dos pais biológicos. Nesta última a criança não possuirá quaisquer direitos sucessórios.

Já no Brasil, é vedada qualquer discriminação entre filhos adotivos em relação aos biológicos, pois ambos devem possuir os mesmos direitos e deveres em relação aos adotantes. Assim, é retomada a ideia presente na Magna Carta que elimina a ideia de filhos legítimos e ilegítimos, dantes presente no Código Civil de 1916.

- Adoção à brasileira

O brasileiro, que é popularmente conhecido por saber dar um “jeitinho” para tudo, mostra que isso não é diferente no ambiente familiar. Assim, a expressão “adoção à brasileira” surge quando uma pessoa declara, para fins de registro civil, que o menor é seu filho biológico, sem que de fato seja.

Vale ressaltar que, embora esse tipo de adoção retrata algo muito comum em nosso meio social, esse tipo de adoção não atende o procedimento legal e é prevista como crime no Código Penal:

Art. 242, CP. Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil:

Pena - reclusão, de dois a seis anos.

Parágrafo único - Se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza:

Pena - detenção, de um a dois anos, podendo o juiz deixar de aplicar a pena.

Dessa forma, ainda que seja de comum acordo e de muita frequência na sociedade brasileira, tal prática é vedada e constitui crime. No entanto, já tendo sido efetuado o registro, dificilmente poderá ser alterado. O tão citado afeto também pode ser ocasionado nesse tipo de adoção e, é nesse momento, que a anulação da adoção a brasileira se torna totalmente inviável, segundo as decisões majoritárias decorrentes dos casos concretos. Em uma delas, explana Fachin:

“A verdadeira paternidade pode também não se explicar apenas na autoria genética da descendência. Pai também é aquele que se revela no comportamento cotidiano, de forma sólida e duradoura, capaz de estreitar os laços de paternidade numa relação psico-afetiva, aquele, enfim, que além de poder lhe emprestar seu nome de família, o trata verdadeiramente como seu filho perante o ambiente social” (STJ, RE N° 878941/DF, Nancy Andrichi).

- **A paternidade Socioafetiva e seus efeitos jurídicos**

Levando em consideração o Art. 227, § 6° da CF/88, que exclui toda a discriminação entre filhos contraídos ou não de uma relação matrimonial, entende-se que a paternidade socioafetiva produz os mesmos efeitos jurídicos da paternidade biológica ou registral.

Nesse sentido, Caio Mário da Silva Pereira esclarece que: “... o reconhecimento, voluntário ou coercitivo, produz as mesmas consequências, dando, pois, como pressuposto, a existência de efeitos do reconhecimento” (2006, p. 207). Esse ato jurídico, portanto, gera direitos e obrigações entre pais e filhos. No entanto, a relação socioafetiva por si só, nem sempre é suficiente para gerar essa relação jurídica.

Na prática, a paternidade socioafetiva pode ser efetivada ou comprovada de diversas maneiras: desde a convivência usual com caráter familiar, até o reconhecimento pela via judicial. É o Estado, por sua vez, que tem como função dizer o direito sobre sua efetivação para fins jurídicos. Assim, ainda afirma Caio Mário da Silva Pereira:

“O estado, pois, constitui uma realidade objetiva, de que cada um é titular, e que usufrui com exclusividade. Realidade tão objetiva, que se lhe prendem atributos peculiares aos bens incorpóreos: diz-se ter o estado de filiação adotiva; vindicar o estado de filiação legítima; reclamar o estado de filiação natural. Diz-se, mais, de alguém que não tem, declarado, o estado de filiação ilegítima, que ele está na sua posse, quando a símile da posse de coisa se apresenta aos olhos de todos como titular daquele estado, como tendo o exercício dos direitos respectivos, posto que proibida a designação discriminatória. (PEREIRA, Caio, p. 207, 2006).

Vale ressaltar, que o reconhecimento da paternidade socioafetiva é irrevogável, servindo os seus efeitos para fins de obrigação paternal e, até mesmo, sucessórios. Equiparando, assim, os direitos e obrigações do filho socioafetivo como os demais filhos do pai socioafetivo.

Dessa maneira, ainda que o instituto da parentalidade socioafetiva ainda não esteja explícito em nosso ordenamento jurídico, a realidade social e a amplitude da legislação nesse sentido, demonstra o preenchimento desta lacuna, fazendo com que a relação socioafetiva possua substancial efeito jurídico.

- O reconhecimento voluntário e o reconhecimento judicial

Como já discorrido nesse trabalho, o registro de filho de outrem como se fosse seu, constitui crime. No entanto, muito tem-se discutido sobre a eficácia dessa norma sob o aspecto socioafetivo. Afinal, é comum no Brasil esse tipo de registro que decorre de uma relação socioafetiva com a criança ou com sua genitora e, assim, ocorre o reconhecimento voluntário de paternidade.

Como é fato social, não é estranho vê-lo adentrar nas vias judiciais. A Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, por exemplo, já dispõe sobre esse reconhecimento voluntário, ao passo que leva em consideração o esmagador número de crianças que não possuem paternidade registral, mas possuem relação paternal socioafetiva já estabelecida.

Já quando se fala em reconhecimento judicial, logo se vem à mente o pedido do filho, na maioria das vezes representado por sua genitora, a fim de se obter a prestação obrigacional do pai em prol de seu sustento e manutenção dos seus direitos como filho.

Esse fato, que é muito comum na paternidade biológica, também pertence a realidade socioafetiva. Em muitos casos, já existe o laço socioafetivo mas torna-se necessária a efetivação jurídica da mesma para que os direitos e obrigações oriundos dessa relação saiam da esfera subjetiva e atinjam efeitos concretos e equiparáveis aos demais tipos de filiação.

O reconhecimento judicial pode se dar tanto a pedido do filho, quanto do pai. Na primeira hipótese, é possível citar a partilha da herança que é de interesse exclusivo do filho socioafetivo.

Nesse caso, ainda que não exista o caráter consanguíneo na relação, havendo sido comprovado o afeto e o reconhecimento social entre o pai e o filho, torna-se possível o reconhecimento da paternidade socioafetiva, ainda que post mortem.

Desse modo, o MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA se posiciona a favor do referido reconhecimento, conforme expõe no julgado a seguir:

[...] De tal sorte que, a partir de 13/7/1990, data da entrada em vigor do ECA, a adoção "post mortem" passou a ter previsão expressa no ordenamento jurídico brasileiro, mas especificamente para crianças e adolescentes. Isso porque a adoção de maiores continuou a ser regida pela lei civil, que, como demonstrado, não previa esse instituto. [...] Assim, tanto pela utilização da analogia quanto pela imediata aplicação das leis atualmente em vigor, a pretensão recursal deve ser acolhida, para permitir aos recorrentes que o pedido de autorização de adoção seja apreciado, mesmo depois do óbito do adotante. RECURSO ESPECIAL Nº 656.952 - DF (2004/0051922-5).

Por outro lado, também é possível ver o pedido de reconhecimento da paternidade socioafetiva movido pelo pai. O Estado, mais uma vez, na possibilidade de verificar o exercício do laço afetivo em determinada relação pode reconhecê-lo como vínculo paternal.

Em virtude da voluntariedade, esse reconhecimento também possui caráter irrevogável, produzindo todos os efeitos obrigacionais provenientes de qualquer tipo de paternidade. Isso, por conseguinte, retoma a ideia do melhor interesse da criança e do adolescente, por ser a parte mais sensível da relação e que necessita, de fato, dos devidos cuidados.

Afinal, é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à criança o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, dentre outros, assim previstos no Art. 227 da Carta Magna.

- Os conflitos judiciais entre as Paternidades Biológica e Socioafetiva

A paternidade biológica, também chamada de consanguínea, é o primeiro instituto previsto no Direito Brasileiro e ainda constitui o instituto predominantemente presente nos registros civis de nascimento.

O Código Civil vigente dispõe em seu art. 1.604 que “ninguém pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento, salvo provando-se erro ou falsidade do registro”. No entanto, os institutos jurídicos do país, ainda que hajam em conformidade com a lei, bem como com o Código, vêm se adaptando a uma nova realidade social.

Afinal, todos os dispositivos legais tendem a se atentar para a parentalidade socioafetiva ao passo que tem se tornado cada vez mais comum no meio social. Por isso, o afeto possui, atualmente, tanta importância nas decisões relacionadas ao tema quanto nos casos envolvendo a consanguinidade.

A Apelação Cível citada a seguir é, portanto, prova de que a paternidade socioafetiva tem ganhado cada vez mais espaço Ordenamento Jurídico Brasileiro:

Apelação Cível de nº 70056194442: Inobstante a comprovação da existência de paternidade biológica, seja mediante realização de exame de DNA – que não foi realizado no caso dos autos – seja em razão de que a negativa de paternidade biológica não é negada pela genitora da infante, mas ao contrário, reconhecida em seu depoimento (fl. 95), deve ser analisada a existência, ou não, de vínculo afetivo entre as partes envolvidas. Ou seja, faz-se necessário o exame da paternidade socioafetiva a fim de aferir-se devidamente a posse de estado de filiação, e também no intuito de afastar ações com interesses exclusivamente patrimoniais ou de qualquer outra ordem, sendo eles contrários à situação de fato previamente estabelecida. [...] Há estudo social nos autos (fl. 84), o qual observa que o demandante conviveu com a demandada, como se sua filha fosse, até ela completar 06 (seis) anos de idade. Muito embora esse estudo aponte que, depois da separação do casal a relação entre genitor e a filha haja se tornado menos estreita, essa circunstância, por si, não afasta a conclusão de que existe, de fato, vínculo afetivo entre as partes, sendo importante observar que a referência paterna da demandada é e sempre foi o autor Outrossim, o demandante não logrou êxito em comprovar ter incidido em erro ao registrar a ré como filha ou que, quando do registro, estivesse sob coação ou outro tipo de vício de consentimento, ônus que lhe incumbia. A meu juízo, portanto, o interesse manifestado pelo autor, de ver declarado judicialmente o reconhecimento negativo biológico de sua paternidade, imprimindo eficácia a todos os efeitos daí decorrentes, inclusive alteração do assento de nascimento da ré, está desprovido de razoabilidade, considerando que a situação já estabelecida não seria alterada em nada além do aspecto formal, pelo que, no caso concreto, diante das declarações da genitora da demandada, torna-se até mesmo dispensável a realização do exame de DNA (Apelação Cível : AC 70056194442 RS).

Nesse caso, é compreendida a prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da biológica. Demonstrando, por conseguinte, a observância dos princípios elencados na Constituição e o afeto como fatores determinantes para o reconhecimento necessário.

Outra situação que também é um fato social comum e que tem adentrado as vias judiciais, trata do reconhecimento concomitante da paternidade socioafetiva com a biológica, ressaltando, por conseguinte, a responsabilidade de ambos agentes paternos. Em discussão ao tema 622, o STF, suscitando caso concreto, firmou tese estabelecendo que: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”.

Dessa maneira, embora deva haver a observância do fato na aplicação das normas, jurisprudências e princípios ligados à paternidade socioafetiva, a possibilidade de provimento no reconhecimento socioafetivo é grande. Além disso, trata-se de tema que, comumente, atinge notável repercussão e, por isso, pode servir de parâmetro para casos semelhantes na justiça do Brasil.

- O afeto e o melhor atendimento à vontade da criança e do adolescente como fatores determinantes

A paternidade socioafetiva, é, atualmente, reconhecida como um ponto relevante na construção da família se firmando como um direito da criança e do adolescente, prever a necessidade de observância do melhor interesse da criança.

Esse conceito é de primaz importância na aplicação dos direitos sociais da criança do caso concreto. No caso a seguir, é citado o melhor interesse da criança como fator determinante no reconhecimento do vínculo socioafetivo, provando, assim, sua importância na avaliação do caso concreto:

AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE VÍNCULO SÓCIO-AFETIVO – PEDIDO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITA – PATERNIDADE SOCIOAFETIVA – POSSIBILIDADE.- Com base no princípio do melhor interesse da criança e no novo conceito eudemonista socioafetivo de família consagrado pela

Constituição Federal de 1988, o direito de visita, que anteriormente era concebido apenas a quem detinha a guarda ou o poder familiar da criança, deve ser estendido a outras pessoas que com ela possuam relação de amor, carinho e afeto. Assim, considerando que o requerente conviveu com o requerido, menor de idade, durante cinco preciosos anos de sua vida, como se seu pai fosse, não se pode negar o vínculo socioafetivo que os une, advindo daí a fundamentação para o pedido de visita (TJMG, 2008).

É possível compreender que o melhor interesse da criança está intimamente ligado ao afeto. Esses fatores vão, dessa forma, ao encontro da primazia da realidade no âmbito do Direito da Família, caracterizando, por conseguinte, a importância da relação entre pai e filho na efetivação dos direitos e garantias direcionados, principalmente, à criança.

CONCLUSÃO

Muitos foram os fatos que impulsionaram uma forte mudança no modelo familiar brasileiro. O Ordenamento Jurídico Brasileiro, por sua vez, tem se adaptado a essas transformações a fim de reduzir as diferenças e proporcionar a igualdade e respeito que devem estar presentes em um Estado Democrático de Direito.

A Paternidade Socioafetiva se caracteriza como uma das conquistas sociais que fizeram parte desse processo evolutivo. Nesse contexto, surge a Constituição Cidadã de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e o Código Civil de 2002 que passam a priorizar a dignidade da pessoa humana, a igualdade e o melhor interesse da criança e do adolescente como fatores determinantes no reconhecimento socioafetividade em uma relação familiar.

O debate atual gira em torno da prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da biológica. Apesar de o termo não estar explícito nos dispositivos legais, com base nos princípios e garantias fundamentais elencados no rol de direitos consagrados na Carta Magna e no Código Civil, que passa a prever outros tipos de filiação, é criada a possibilidade de efetivação da paternidade socioafetiva no Direito Brasileiro.

Verifica-se, portanto, que as decisões judiciais ligadas ao reconhecimento dessa entidade, possuem alto nível de deferimento, conforme apontado em alguns julgados citados nesse artigo, além de esmagadora vertente doutrinária que se posiciona a

favor do afeto como fator determinante para a constituição da figura paterna e da família moderna

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil, 2002.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0883.htm>. Acesso em: 10 Nov. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 11 Nov. 2017>.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 12 Nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 883 de 21 de Outubro de 1949.** Dispõe sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0883.htm>. Acesso em: 12 Nov. 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Famílias modernas (inter) secções do afeto e da lei.**

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 5º vol.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: direito das famílias.** 4. ed. Salvador: JusPODIVM. 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2011.

LÔBO, PAULO. **Direito Civil – Famílias.** São Paulo: Saraiva, 2017.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil – direito de família.** 26. ed. São Paulo: Saraiva, 1986. V. 2.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Direito Civil: Alguns aspectos de sua evolução.** Rio de Janeiro: Forense, 2001

QUEIROGA, Antônio Elias. **Curso de Direito Civil – Direito de família.** Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

STF. **Plenário. RE 898060/SC**, Rel. Min. Luiz Fux. Brasília, DF, 22/09/2016. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/137943262/djsc-comarcas-20-02-2017-pg-106>>. Acesso em: 14/09/2017.

TARTUCE, Flávio. **A Polêmica do Bem de Família Ofertado**. Disponível em: em:. Acesso em 01 set.2013.

TARTUCE, Flávio. **Direito de Família**. São Paulo: Gen, 2017

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direito de família**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006, 7ª Ed.

A importância da fotografia digital para diagnóstico e plano de tratamento em prótese dentária: revisão de literatura

Ana Daniela de Castro Souza³
Júlia Castiglioni Penha Tatagiba¹
Mylene Guimarães Liberato¹
Nathalia Freitas Azevedo¹
Andreza Tonini⁴
Priscila Dias Peyneau³

RESUMO

A imagem, com seu poder de convencer e substituir palavras vem tornando-se cada vez mais importante em todos os aspectos do cotidiano. O uso dessa nova tecnologia na Odontologia permite aos profissionais desta área utilizar recursos, antes inimagináveis, facilitando a elaboração do diagnóstico, a comunicação entre profissionais, bem como com os pacientes, além de ilustrar comunicações científicas, em conferências, cursos e publicações, sendo uma excelente ferramenta para o ensino e pesquisa. Com isso, o objetivo deste trabalho é apresentar como a fotografia odontológica digital vem se tornando um valioso instrumento para a odontologia estética, principalmente na área da prótese dentária. Assim como a fotografia intra-oral, a fotografia de face se faz importante para a odontologia na questão de estudos e análises faciais que permitam um bom tratamento odontológico estético, harmônico e corretivo. Desta forma foi realizada uma revisão de literatura, com uma consulta a livros e artigos científicos baseados em evidência selecionados no período de 2004 a 2018 através das bases de dados Scielo, PubMed e Bireme. A fotografia digital é uma ferramenta auxiliar indispensável para diagnóstico e plano de tratamento na prótese dentária.

Palavras-chave: Odontologia, Fotografia Digital, Planejamento, Diagnóstico, tratamento.

INTRODUÇÃO

A fotografia é usada na Odontologia com grande riqueza de detalhes, onde lentes objetivas fazem fotos a curta distância com objetos pequenos. Este ramo na Odontologia é conhecido como macrofotografia. A documentação fotográfica se popularizou com o avanço tecnológico e a disseminação da fotografia digital, deixando de ser privilégio de ortodontistas e radiologistas, expandindo-se para todas as especialidades (YOSHIO, 2010).

Os registros fotográficos (antes, durante e posteriormente ao tratamento), passaram a consistir em importante recurso odontológico, possibilitando que a avaliação e o atendimento ao paciente sejam rigorosos, e que os benefícios do tratamento sejam reconhecidos. Detalhes do tratamento só são permitidos serem visualizados devido à

³ Graduando em Odontologia pela Universidade de Vila Velha

⁴ Mestre em Engenharia de Produção com ênfase em Gestão Energética e Graduanda em Odontologia na Universidade de Vila Velha

³ Mestre em Clínicas Odontológicas com ênfase em radiologia Odontológica e Imagiologia

fotografia. Imagens registradas durante os atendimentos nas clínicas odontológicas auxiliam a avaliação e tornam o tratamento mais lógico e direto, pois as imagens geralmente têm proporções maiores que o natural, mostrando patologias, defeitos e texturas nitidamente, algo que não é possível sem aumento de imagem (MASIOLI et al., 2010).

As fotografias se tornaram um documento valioso permitindo um acompanhamento cauteloso do caso, além da comparação da evolução, facilitando a visualização dos benefícios proporcionados pelo tratamento ao profissional e paciente. Segundo Oliveira et.al, 2011, é de extrema importância a captura de imagens, antes, durante e depois do tratamento.

Para que a conquista da confiança do paciente e a aprovação do tratamento proposto aconteça, vai-se muito além de um trabalho bem feito, deve-se saber como mostrar o resultado, através das fotografias (DE OLIVEIRA; POLLONI; IGNACIO, 2011).

As fotografias odontológicas além de apresentar um importante papel no diagnóstico e no planejamento também devem seguir um mesmo padrão para que possam ser comparadas umas com as outras. A escolha do protocolo favorável que deve ser adotado no tratamento personalizado do paciente é imprescindível, visto que existem vários na literatura, dificultando um pouco a decisão pelo profissional. O protocolo ideal é aquele que fornece imagens específicas para um correto diagnóstico e tratamento. Para tal, o conhecimento de informações referentes aos tipos de câmeras, objetivas, *flash* e acessórios são indispensáveis (YOSHIO, 2010).

O objetivo deste estudo foi discutir a importância da fotografia no diagnóstico e tratamento de procedimentos odontológicos, analisando aspectos relativos aos benefícios que a mesma pode proporcionar ao profissional de Odontologia e seus pacientes, analisando a importância dessas imagens, tanto na questão de estudos e análises faciais, como no diagnóstico e tratamento estético e corretivo.

REVISÃO DE LITERATURA

A odontologia é uma das profissões que mais evoluiu dentre as últimas décadas, junto com ela os meios de diagnóstico e tratamento. A fotografia digital tem se mostrado uma ferramenta fundamental no cotidiano do cirurgião-dentista, devido à possibilidade de arquivar as imagens intraorais e extraorais do paciente para um melhor estudo. A prótese é uma área da odontologia que utiliza cada vez mais as fotografias para diagnóstico, comunicação, plano de tratamento, aspectos legais e muitos outros fatores.

Masioli et al., (2009) descreveram sobre a importância da fotografia para o atendimento odontológico, demonstrando as técnicas, os equipamentos necessários e os tipos de fotografia. Para conseguir fotografias de qualidade que realmente auxiliarão no diagnóstico e plano de tratamento, o cirurgião-dentista deve ter entendimento dos tipos de enquadramentos, composição, focalização e iluminação.

Yoshio e Calixto (2011) afirmam que durante o diagnóstico as fotografias permitem análises mais criteriosas de fatores que podem passar despercebidas durante o exame clínico inicial, podendo utilizar nesse primeiro momento uma série de aplicativos digitais para auxiliar no desenho das linhas de referência da face, forma e anatomia dos dentes, assimetrias faciais, desarmonias, morfologia dos tecidos moles adjacentes e muitos outros aspectos, ampliando a visão diagnóstica e ajudando a realizar um plano de tratamento de uma maneira mais simples.

Segundo De Oliveira et al., 2011 para a obtenção de um protocolo fotográfico é preciso que as tomadas sejam feitas da maneira mais simples possível. A falta de um protocolo padrão dificulta a execução das fotografias e desencoraja o ato de fotografar. Antes do início das fotografias o cirurgião dentista deve ter ciência de qual a finalidade das mesmas, da sequência das tomadas fotográficas, do funcionamento e limitações do equipamento que será utilizado. As tomadas são definidas de acordo com o objetivo de cada imagem e a exigência de cada caso. Quando o objetivo for imagens para o planejamento estético são necessárias imagens da face, do sorriso e intraorais.

De Oliveira et al., 2011 dizem que o protocolo fotográfico padrão deverá iniciar-se pela fotografia da face do paciente. Após, fotografa-se seu sorriso, com o foco na papila interdentária e incluindo ambas as comissuras labiais. Na próxima etapa, fotografa-se

a boca do paciente usando afastadores labiais, com o paciente em oclusão. Com o mesmo posicionamento, fotografa-se de molar a molar, tendo a papila interincisal como foco central. O paciente entreabrirá sua boca revelando a incisal dos dentes inferiores, sendo que essa fotografia será de suma importância para enviar ao técnico de prótese e orientá-lo na confecção de trabalhos que restabeleçam a incisal dos dentes. O próximo passo é fotografar apenas os dentes anteriores com o auxílio de uma cartolina preta recortada, tendo como molde um espelho oclusal pediátrico descartando-a após seu uso. Nas fotografias posteriores, inicia-se pela fotografia oclusal superior. Para isso, o Cirurgião Dentista se coloca na posição de 12 horas, com o espelho oclusal levado de encontro à oclusal dos dentes inferiores e os afastadores tracionando os tecidos moles, jato de ar sendo jogado no espelho oclusal para evitar seu embaçamento, e a luz do refletor regulada para a potência mínima. Focaliza-se o centro do palato e a face oclusal dos dentes, e realiza-se o disparo. Na fotografia posterior inferior, com o paciente reclinado, posiciona-se o espelho oclusal de encontro aos dentes maxilares, usando o jato de ar para evitar o embaçamento do mesmo devido à respiração do paciente. Deve-se usar como meio auxiliar de iluminação a luz do refletor em sua intensidade mínima, para uma melhor visualização da região a ser fotografada. Solicita-se novamente ao paciente que realize a abertura bucal máxima, e focalizamos o centro da arcada inferior e a oclusal dos dentes posteriores.

Para Coachman et al., 2012, o planejamento de casos onde há envolvimento estético pode ser feito por meio do planejamento digital estético. Este consiste na sobreposição de linha e desenhos digitais sobre fotografias intraorais e da face, possibilitando uma análise detalhada entre dentes, gengiva, lábios e face, o que auxilia no diagnóstico estético e na personalização do tratamento.

Em 2015, Casaglia et al. ressaltaram que um dos maiores problemas que ocorre em casos de reabilitações orais complexas ou até mesmo em restaurações mais simples é a falta de comunicação entre o protesista e o protético por, muitas vezes, o técnico não possuir as informações necessárias para realização da tarefa, perdendo a oportunidade de criar um sorriso que satisfaça totalmente o paciente. Estas barreiras entre técnico-dentista podem ser evitadas através das fotografias, garantindo uma

comunicação mais clara e visual não apenas do começo do tratamento, mas também durante.

Em um estudo comparativo foi analisado a confiabilidade na obtenção de diferenças de cores por análise de imagem digital e espectrofotômetro, onde utilizaram uma câmera digital para gravar imagens padronizadas de cada uma das 15 abas de sombreamento do guia de cores escolhido e com uma aba de sombreamento de referência. As imagens foram analisadas usando o software de edição de imagens (Adobe Photoshop) para obter as diferenças de cores entre a área central de cada guia de aba de teste e a área correspondente da guia de referência. As diferenças de cores para as mesmas áreas da aba de sombra também foram medidas usando um espectrofotômetro. Para avaliar a confiabilidade, as medidas para as 15 abas de sombra foram repetidas duas vezes usando os dois métodos. Farah (2016) concluiu que a confiabilidade das medições com o espectrofotômetro foi superior à confiabilidade de todas as medições através da imagem digital por meio das fotografias digitais.

Em um estudo *in vitro* foi comparado correspondência de **cores** de um espectrofotômetro intraoral e o método visual convencional usando dois guias de cores. Nesse estudo o objetivo principal é determinar a precisão e concordância entre os avaliadores de ambos os métodos, além da eficácia de dois guias de cores com ambos os métodos. No método visual, 10 examinadores com visão normal combinaram com as guias de tonalidade de controle de alvo retiradas das duas guias de cores (VITAPAN Classical TM e VITAPAN 3D Master TM) com outros conjuntos completos das respectivas guias de cores. Cada guia foi combinada três vezes para determinar a repetibilidade dos examinadores visuais. Já a correspondência espectrofotométrica da tonalidade foi feita por dois examinadores independentes, utilizando um espectrofotômetro intraoral (VITA Easyshade TM) com cinco repetições para cada guia. Os resultados dos Parameswaran et al, (2016) revelaram que o método visual apresentou maior precisão que o espectrofotômetro. Apesar de haver diferenças significativas entre os métodos, o método visual produziu resultados mais precisos que o método espectrofotométrico e este apresentaram melhores resultados de concordância entre avaliadores, independentemente do guia de cores utilizado. Apesar do método visual de tonalidades ser subjetivo, ela não é inferior e

não deve ser subestimada. A combinação criteriosa de ambas as técnicas é essencial para alcançar um resultado estético e bem-sucedido.

As fotografias ajudam muito na motivação e educação do paciente, diz Patel et al., (2016). Muitas vezes o paciente procura ajuda profissional por não estar satisfeito com sua estética, porém não sabem certamente quais são os fatores que lhe incomodam. Nesse momento pode-se e deve-se mostrar ao paciente os elementos que não estão de acordo com os princípios estéticos, educando o paciente sobre a severidade do caso, estratégias de tratamento, prognóstico e recomendações.

Garcia et al., 2016 mostram em um relato de caso a importância da fotografia digital como complementação no diagnóstico e plano de tratamento estético com laminados cerâmicos para fechamento de diastema, em uma paciente do sexo feminino de 24 anos que relatava insatisfação no sorriso, onde no exame inicial foi observado, por meio das fotografias iniciais, um diastema entre os dentes anteriores superiores. No plano de tratamento foi medido a altura e angulação dentários, além da simetria dos incisivos centrais superiores através de calibradores digitais. Após as medidas, foi realizado o planejamento digital das necessidades dentárias e gengivais, utilizando a técnica de design Custom Smile. Foi concluído que a fotografia digital foi um grande aliado no planejamento, favorecendo a restauração da função e da estética obtendo sucesso clínico e, portanto, satisfação do paciente.

Miyajiwala et al., (2017) avaliaram a importância da fotografia para seleção de tonalidade/cor de dente comparada aos métodos convencionais (visual) e espectrofotométrico com uma amostra de 50 pessoas, sendo 21 do sexo feminino e 29 do sexo masculino, foram avaliados os incisivos centrais superiores direito sem nenhum histórico de tratamento endodôntico e restaurador prévio e a faixa etária selecionada foi entre 25 a 40 anos de idade, tendo em vista que a tonalidade dos dentes é influenciada pela idade do paciente. As imagens foram tiradas por uma câmera digital Canon 500D da série SLR (reflex de lente única). Concluiu-se que o método da fotografia digital surgiu como um método confiável para seleção de cor no consultório.

De acordo com Leal et al., (2018) o número de dentistas envolvidos em processos judiciais aumentou drasticamente, para isso a fotografia ajuda em situações clínicas

que ameaçam legalmente o profissional, tornando muito mais fácil sua defesa. Antes da realização das fotografias o paciente deve assinar um termo de consentimento livre e esclarecido em documento com todas as informações técnicas do procedimento em questão, já discutidas verbalmente, e estar ciente que as fotos são apenas para o uso exclusivo do tratamento sem exposições públicas ou para uso de marketing.

As fotografias odontológicas devem seguir padrões para que possam ser comparadas umas com as outras. Para tal, faz-se necessário a utilização e o domínio de protocolos bem definidos, tornando as tomadas fotográficas mais rápidas e práticas. Existem inúmeros protocolos fotográficos estabelecidos na literatura, o que dificulta e escolhe de qual deve ser adotado no tratamento personalizado do paciente. O protocolo ideal será aquele que forneça imagens específicas de acordo com o caso do paciente para um correto diagnóstico e tratamento. Para tal o conhecimento de informações referentes aos tipos de câmeras, objetivas, flash e acessórios são indispensáveis (YOSHIO e CALIXTO, 2011).

DISCUSSÃO

Na odontologia, um diagnóstico correto e um bom plano de tratamento são essenciais para um prognóstico favorável, porém nem sempre o profissional consegue alcançar este objetivo. A prótese dentária é uma especialidade que envolve vários fatores complexos que devem ser seguidos, alguns deles são: uma estética que deve condizer com os parâmetros harmônicos e que, ao mesmo tempo, deve responder as necessidades do paciente; uma recuperação funcional adequada; realização de ajustes, quantos forem necessários; a comunicação entre paciente/protésista/técnico; entre muitos outros fatores que irão influenciar no prognóstico e na duração do tratamento.

As fotografias digitais têm sido muito buscadas ao longo dos anos, sendo vantajosa em vários cenários no dia a dia do consultório e mostrando ser uma ferramenta útil para complementação no diagnóstico inicial e no momento do planejamento do tratamento, captando detalhes cruciais que se passam despercebidos durante o exame clínico inicial.

A seleção de cor de materiais restauradores é um procedimento comum na prótese dentária e sofre inúmeras influências que dificultam uma escolha correta, tais como: iluminação, o profissional, o horário do atendimento, a roupa do paciente, etc. Deste modo, sabe-se que há métodos que auxiliam na seleção, desde visuais convencionais até a utilização de espectrofotômetros intraorais.

De acordo com a revisão de literatura realizada, a maioria dos estudos chegou a um consenso de que as fotografias digitais são o meio mais seguro e simples na escolha da cor dos materiais restauradores e o método visual é o menos seguro e confiável quando comparado com o espectrofotômetro intraoral e a fotografia digital, mostrando ser muito subjetivo, entretanto dentre os trabalhos relatados, Parameswaran et al, (2016) revelaram que o método visual evidenciou um maior acerto que o espectrofotômetro, concluíram então que este método convencional não deve ser descartado e sim combinada com outras técnicas na decisão da cor. Em contrapartida Farah (2016) foi o único no seu estudo que concluiu que o espectrofotômetro mostrou maior confiabilidade durante as medições do que através das imagens digitais.

Conforme o estudo de Miyajiwala et al., (2017) o método visual e o espectrofotométrico revelaram ter uma concordância maior apenas para sombras A1, ou seja, uma tonalidade de valor superior (mais clara) e as fotografias se mostraram viáveis para seleção de sombras num contexto clínico em geral.

As fotografias são importantes para o auxílio na decisão de outros procedimentos clínicos além de seleção de cor, como também para análise de forma, tamanho, posição, confecção de preparos, prova de coroas e facetas.

Garcia et al., 2016 mostraram a importância das fotografias no exame clínico inicial, auxiliando na análise das necessidades estéticas dos pacientes que não estão satisfeitos com a aparência do seu sorriso. Mostram que, além do auxílio no diagnóstico, as fotografias ajudaram na escolha da melhor forma de tratamento, juntamente com o paciente, mostrando, assim como Patel et al., (2016) como a fotografia favorece também na educação e motivação do paciente que, muitas das vezes, não sabe certamente o que lhe incomoda esteticamente.

Em relação ao plano de tratamento, observa-se que muitos profissionais utilizam planejamentos digitais de diversas marcas diferentes e que essas ferramentas são de extrema importância para auxiliar o tratamento. Coachman, et al., (2012) relataram que para planejar casos em que há envolvimento estético deve ser realizado através destes planejamentos digitais estético, facilitando com sobreposição de linha e desenhos digitais sobre as fotografias tiradas de cada paciente e possibilitando uma análise detalhada, já outros estudos não consideram relevante sua utilização.

No protocolo fotográfico, segundo De Oliveira et al., (2011) para a sua obtenção é preciso que as tomadas sejam feitas da maneira mais simples possível. A falta de um protocolo padrão dificulta a execução das fotografias e desencoraja o ato de fotografar. Masioli et al., (2009) descreveram sobre a importância da fotografia para o atendimento odontológico, demonstrando as técnicas, os equipamentos necessários e os tipos de fotografia. Para conseguir fotografias de qualidade que realmente auxiliarão no diagnóstico e plano de tratamento, o cirurgião-dentista deve ter entendimento dos tipos de enquadramentos, composição, focalização e iluminação. Segundo Yoshio (2010), O protocolo ideal é aquele que fornece imagens específicas para um correto diagnóstico e tratamento. Para tal, o conhecimento de informações referentes aos tipos de câmeras, objetivas, *flash* e acessórios são indispensáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a fotografia é uma ferramenta essencial na rotina odontológica. A prótese é uma área da odontologia que envolve inúmeros fatores complexos e que vem cada vez mais utilizando a fotografia para diagnóstico e plano de tratamento, possuindo a capacidade de estabelecer um diálogo multiprofissional seguro, rápido e eficaz, além de completar a ficha clínica do paciente. Em procedimentos que envolvem a estética, o uso de câmeras digitais para captação das imagens se mostra fundamental no auxílio a outros métodos diagnósticos e em alguns casos até superior, como na seleção de cor de materiais restauradores, além disso, ajuda na avaliação

da posição do dente na arcada dentária, da anatomia e forma do dente, do tamanho do elemento dentário, entre muitos outros detalhes.

A fotografia tem a capacidade de aprimorar o olhar crítico do cirurgião dentista e ajudar na motivação e educação do paciente, estima-se que em um futuro próximo será inevitável o uso das fotografias digitais, principalmente na prótese dentária. Para garantir imagens padrão e de qualidade, devem-se seguir os protocolos existentes para cada procedimento, utilizando equipamentos que melhor se adapta para a realidade do profissional e que favorece os resultados das imagens, como boa iluminação, espelhos e afastadores. À vista disso, é vital conhecer os dispositivos e técnicas, com a finalidade de certificar a obtenção de um material de qualidade.

REFERÊNCIAS

CASAGLIA, A; DE DOMINICIS, P; ARCURI, L; GARGARI, M; OTTRIA, L. Dental photography today part 1: basic concepts. **Oral & Implantology**, v. 8, n. 4, p. 123-126, oct-dec., 2015.

CHAVES, G. **A relevância das imagens fotográficas que anteparam a prática da odontologia contemporânea**. 2018. p. 4-6. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário São Lucas, 2018.

CHRISTENSEN, G.J. Important clinical uses for digital photography. **Journal of American Dental Association**, v. 136, n. 1, p. 77, Jan., 2005.

COACHMAN, C; CALAMITA, M; SCHAYDER, A. Digital smile design: uma ferramenta para planejamento e comunicação em odontologia estética. **Dicas**, v. 1, n. 2, p.36-40, abr./jun. 2012.

CRISPIM, E. A.; SOUSA, L. N.; SILVA, F. B.; FIAMENGUI FILHO J. F. A importância da fotografia odontológica na odontologia contemporânea. **Jornada Odontológica dos Acadêmicos da Católica**, v. 2, n. 2, 2016.

- FARAH, R.I. Agreement Between Digital Image Analysis and Clinical Spectrophotometer in CIEL *C*h° Coordinate Differences and Total Color Difference (ΔE) Measurements of Dental Ceramic Shade Tabs. **International Journal Esthetic Dentistry**, v. 11, n. 2, p. 234-240, jan., 2016.
- FACCIROLLI, V. Y. O.; CALIXTO, L. R.; Fotografia odontológica em dentes anteriores – descrição da técnica. **Revista Dental Press Estética**. v. 8, n. 3, p. 38-46, jul-set., 2011.
- GARCÍA, L.M.G; LARGO, G.P; ARCE, F; GARCÍA, I. Tratamiento estético con laminados cerâmicos para cierre de diastemas: Relato de caso clínico. **Actas Odontológicas**, v. 13, n. 2, p. 32-34, dez., 2016.
- LEAL, M.C.B; BARRETO, F.S.C; FLIZIKOWSKI, E.B.S; NASCIMENTO, W.R. O conhecimento dos estudantes sobre direito de imagem do paciente. **Revista Bioética**, v. 26, n. 4, p. 597-600, oct-dec., 2018.
- MACHADO, A.W. O que há de novo em fotografia digital? **Dental Press Journal of Orthodontics**, v. 15, n. 2, p. 20-23, Mar./Apr. 2010.
- MACHADO, A.W; SOUKI, B.Q. Simplificando a obtenção e a utilização de imagens digitais - scanners e câmeras digitais. **Revista Dental Press Ortodontia e Ortopedia Facial**, v. 9, n. 4, p. 147-156, jul./ago. 2004.
- MASIOLI, M.A; CUNHA, D; DAMASI, Q; DAMASIO, W.Q. Fotografia digital na clinica diária. 2. ed. São Paulo: **APCD**; 2010.
- MASIOLI, M. A.; MASIOLI, D. L. C.; PAULINO, E. G.; FHEISCHMANN, L. Fotografia odontológica. 1º ed. São Paulo: **Artmed Editor**. 2009.
- MIYAJIWALA, J.S; KHEUR, M.G; PATANKAR, A.H; LAKHA, T.A. Comparison of photographic and conventional methods for tooth shade selection: A clinical evaluation. **The Journal of Indian Prosthodontic Society**. v. 17, n. 3, p. 273-275, Jul-Sep, 2017.

DE OLIVEIRA, J.P; POLLONI, D.G.O; IGNACIO, F. A importância das fotografias posteriores no orçamento odontológico. **Revista Dental Press Estética**, v. 1, n. 8, p. 34-44, jan/mar. 2011.

PARAMESWARAN, V; ANILKUMAR, S; LYLAJAM, S; RAJESH, C; NARAYAN, V. Comparison of accuracies of an intraoral spectrophotometer and conventional visual method for shade matching using two shade guide systems. **The Journal of Indian Prosthodontic Society**. v 16, n. 4, p.352-355, oct-dec., 2016.

PATEL, N.G; ROZEN, W.M; MARSH, D; CHOW, W.T.H; VICKERS, T; KHAN, L; MILLER, G.S; HUNTER-SMITH, D.J; RAMAKRISHNAN, V.V. Modern use of smartphone applications in the perioperative management in microsurgical breast reconstruction. **Gland Surgery**, v. 5, n. 2, p. 150-154, Abril, 2016.

ROCHA, O.K.M.S; MONTENEGRO, R.V; CARLO, H.L; BATISTA, A.U.D; ANDRADE, A.K.M. Fotografia digital: análise do conhecimento de cirurgiões-dentistas de diferentes especialidades.: análise do conhecimento de cirurgiões-dentistas de diferentes especialidades. **Revista Odontológica Brasileira Central**, v. 25, n. 74, p. 148-153, dez., 2016.

VALES, M.L.P; DE SOUSA, G.C; LIMA, J.F; SILVA, M.J.A. A importância da Fotografia no diagnóstico e tratamento de procedimentos odontológicos: Revisão de Literatura. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v.13, n.48, p. 301-310, dez. 2019.

YOSHIO, I; CALIXTO, L.R. Fotografia de face na odontologia. **Revista Dental Press Estética**, v. 8, n. 2, p. 39-50, abr-jun, 2011.

YOSHIO, I. Fotografia intrabucal envolvendo dentes anteriores: flash twin. **Revista Dental Press Estética**. v. 10, n. 1, p. 23-29, out-dez., 2010.

Métodos contábeis x IPO

Ednael Silva Dutra⁵

RESUMO

O objetivo é despertar o interesse em analisar o comportamento das empresas na avaliação de seus ativos quando estas estão no processo de abertura de capital, demonstrando para tal a existência de lacunas no processo contábil em relação à avaliação de ativos, impactando diretamente o lucro contábil. Lacuna que abre espaço para o gerenciamento de resultado visando demonstrar situação favorável para negociação de ações na Bolsa de Valores. Para isso, por meio de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, construiu-se um referencial teórico versando sobre a subjetividade no tratamento da avaliação de ativos e do lucro. Correlacionando as informações obtidas no plano teórico, pôde-se concluir que é importante realizar estudos empíricos em relação alteração dos métodos contábeis nas empresas que abrem seu capital no mercado acionário brasileiro buscando aguçar a visão e qualificar as decisões dos investidores.

Palavras-chave: Lucro; Avaliação; Gerenciamento; Ativos.

INTRODUÇÃO

A informação contábil, como redução de assimetria, ainda é muito questionada, principalmente quando existe uma grande imprecisão em relação a sua veracidade e confiabilidade, não por questões de conhecimento e aplicação técnica, mas por apresentar métodos diferentes aplicados ao registro do mesmo fato contábil, principalmente quando esse registro altera o lucro da empresa.

Os conceitos como custo, valor, lucro entre outros são na verdade amplos e subjetivos, isto, porque dentro de um contexto contábil esses conceitos possuem valor econômico e segundo Lopes e Martins (2005), os conceitos econômicos quando se distanciam do fluxo de caixa, ganham bastante subjetividade. Isso é visto, por exemplo: na avaliação de estoque pelo método conhecido por PEPS (primeiro que entra primeiro que sai) aplicado pelo critério de custo de aquisição (custo histórico) apresentará um custo diferente da aplicação do mesmo método, agora utilizando o

⁵ Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças. Especialista em Controladoria e Finanças pela FUCAPE - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças. Graduado em Administração com Ênfase em Análise de Sistemas pela FAVI - Instituto de Ensino Superior. Graduando em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Uni Sant'Anna. Participante do Preparatório ANPAD ministrado pela Estratégia Concurso para o Doutorado em Ciências Contábeis. Professor de Nível Superior na Associação Universitária Santa Úrsula - Novo Milênio. Email: ednael.dutra@novomilenio.br

critério de custo de reposição (valor corrente). É observado que com apuração de custos de forma diferente, o lucro é apresentado de forma diferente.

Colauto e Beuren (2006) demonstram preocupação em relação ao processo contábil no que se refere às alternativas existentes para certos procedimentos contábeis. Por seu entendimento quando não influenciam, em princípio, diretamente o caixa, abre possibilidade de gerenciamento de lucro contábil, tornando prudente conhecer a sintaxe utilizada na geração das informações contábeis objetivando dar credibilidade a uma tomada de decisão partindo das informações contábeis.

Ainda, Colauto e Beuren (2006) entendem que a mensuração do lucro contábil apresenta problemas conceituais e práticos consideráveis e faz menção que tem havido propostas para amenizar esta lacuna, como; dar ênfase ao processo de contabilização por competência do exercício; estabelecer um único conceito operacional de lucro que possa ser utilizado para distribuição de dividendos; diversos conceitos de lucros para finalidades distintas; e um conceito de lucro contábil que se aproxime do lucro econômico. Isso porque a forma de apuração do lucro contábil tem acarretado um deslocamento do significado do lucro no aspecto econômico.

Costa Jr., Meurer e Cupertino (2007) auferiram através de pesquisas que a relação entre lucros contábeis e retornos de ações possui um contexto ainda muito controverso mesmo no mercado desenvolvido norte americano. E apesar de alguns estudos sugerirem os preços das ações como indicadores de lucros e outros sugerirem o oposto, no Brasil os estudos realizados por Schiehl (1996) mostrou que a publicação de demonstração financeira produz efeitos significativos no comportamento do preço das ações.

Colaborando com a ideia, pode-se acrescentar segundo Lopes, Sant'Ana e Costa (2007) que o mercado de capitais no Brasil apesar de possuir características dos country specific factors os quais diminuem a relevância do resultado tem-se revelado um aumento da relevância do book value, contrapondo-se a essa tendência de diminuição da relevância do resultado. O mesmo Lopes (2001) através de estudos empíricos evidencia há relevância da informação contábil para avaliação de empresas em relação a dividendos, sendo que a maior parte da relevância contábil é devida ao book value.

Apesar disso, o próprio Lopes e Tukamoto (2007), realizaram uma pesquisa sobre gerenciamento de resultado e evidenciaram na literatura recente que a relação entre os modelos de governança e a relevância da informação contábil tira a relevância da contabilidade em explicar o comportamento de preços negociados no mercado.

Contudo existe modelo que consideram o book value em sua fórmula para avaliação de empresas como é o caso do Modelo de Ohlson (RIV) publicado em 1995, como também modelo que não o considera como é o caso do Modelo de Ohlson (AEG) publicado em 2003.

Estudos realizados por Lopes, Sant’ana e Costa (2007, p.509) constataram que “[...] o RIV deve, no mínimo, continuar sendo usado concomitantemente ao AEG em contextos como o brasileiro, que pode servir de proxy para outros países emergentes.”. Isso nos leva a crer que o book value possuiu ainda grande capacidade preditiva de avaliar o valor de uma empresa.

Ainda, Galdi e Lopes (2008) evidenciam a existência de um relacionamento de longo prazo entre o lucro e os preços das ações para a maior parte das empresas analisadas no mercado de capitais brasileiro. Os autores afirmam que os resultados apresentados são consistentes com os modelos apresentados por Ohlson (1995) e Ohlson e Juettner-Nauroth (2005), os quais relacionam o preço de uma ação com o lucro da empresa.

“A relevância da informação contábil, do ponto de vista econômico e informacional, reside em sua capacidade de prever fluxos de caixa futuros” (LOPES E MARTINS, 2005, p.65).

Segundo Martinez (2002, p.12):

O ‘gerenciamento’ de resultados contábeis, ou ‘*earnings management*’, é entendido como a alteração proposital (intencional) dos resultados contábeis dentro dos limites legais, dadas a discricionariedade e a flexibilidade permitidas pelas normas e práticas contábeis, visando ao alcance de motivação particular.

O estudo em questão pretende através de seu referencial teórico despertar o interesse em pesquisas sobre o comportamento das empresas brasileiras na avaliação de seus ativos quando estas estão no processo de abertura de capital na BOVESPA.

O estudo, portanto, está limitado a uma revisão literária para aplicação de pesquisas nas sociedades anônimas brasileiras que recentemente abriram seu capital.

Tendo em vista: as lacunas existentes no processo contábil em relação à avaliação de ativos e passivos o qual abre espaço para gerenciamento de resultado e demonstra a motivação da maximização dos resultados dos agentes envolvidos no processo contábil; o motivo pelo quais as empresas brasileiras tende a abrir seu capital para venda de suas ações na Bolsa de Valores; os resultados dos estudos sobre a relação do lucro com o valor das ações e o conceito de relevância da informação, há de considerar uma revisão da literatura com vista a pesquisa futura sobre a alteração dos métodos contábeis nas empresas que abrem seu capital.

O mercado acionário no Brasil ainda é bastante jovem e pouco desenvolvido em relação a mercados como o americano e o europeu, precisando de estudos que possam aguçar a visão e qualificar as decisões dos investidores.

O objetivo geral deste estudo é montar um referencial teórico que possa despertar o interesse de pesquisadores em analisar o comportamento das empresas na avaliação de seus ativos quando estas estão no processo de abertura de capital.

São objetivos específicos deste estudo: apresentar considerações a respeito do impacto no lucro com adoção de formas diferentes de avaliação de ativos; apresentar considerações sobre o incentivo de gerenciar resultados; apresentar considerações sobre a importância dos resultados contábeis no preço de ações negociáveis em Bolsa de Valores, e; levar os pesquisadores a construção de conceitos e referências sobre a relação dos métodos contábeis diante de uma abertura de capital.

Procedimentos Contábeis

Para Colauto e Beuren (2006, p.98):

A estrutura conceitual da contabilidade, da qual os procedimentos de depreciações para determinação do lucro fazem parte, foi criada na tentativa

de explicar a prática de contabilidade. Por conseguinte, nasceu com o interesse de prescrever como as empresas deveriam proceder no registro e na mensuração de suas transações, bem como evidenciar as informações contábeis.

Segundo Ludícibus, Martins e Gelbcke (2006, p.30) “os critérios de avaliação dos ativos e de registro dos passivos são aplicados dentro do regime de competência”. Os autores sugerem alguns critérios de avaliação para as contas patrimoniais: contas a receber; valores mobiliários (temporários); estoques; ativo imobilizado; investimentos relevantes em coligadas e controladas (incluindo Joint Venture); outros investimentos; ativo diferido; exigibilidades; resultados de exercícios futuros, e; patrimônio líquido.

Para as contas acima elencas pode-se aplicar critérios básicos de avaliação, mas existem outras formas como é o caso do registro de investimentos, o qual pode ser feito pelo método de equivalência patrimonial como também pelo método de custo. Já em relação ao registro de um ativo imobilizado, a questão pode ser o tempo de depreciação. No caso de estoque há de se considerar que além do critério de custo de aquisição há critérios de custo de reposição e até mesmo de preço de venda, não entrando no mérito legalmente aceito no Brasil.

Segundo Ludícibus e Marion (2000), há vários critérios para avaliar as mercadorias como em teoria outros ativos levando em conta: o "custo de aquisição" (histórico); o "custo de reposição", ou "custo corrente" e; o preço de venda, ou preço de mercado. Não bastante cada um destes critérios pode ser subdividido em métodos. Para ratificar o conceito, dentro do critério do custo de aquisição, existem: método do custo específico; método do custo mais recente; método PEPS (ou FIFO); método UEPS (ou LIFO); método do "custo médio ponderado", e; método do "custo médio ponderado variável".

A aplicação de critérios diferentes ou até mesmo de métodos diferente partindo do mesmo critério faz com que o valor do custo apurado seja diferente entre eles e por consequência o valor do lucro.

Existe ainda o debate entre custo histórico e fair value como alternativas de mensuração de ativos. Segundo Lopes e Martins (2005), a partir do custo histórico e suas variações os ativos são mensurados pelo sacrifício realmente incorrido para sua

obtenção, já o fair value mensura o valor do ativo dentro de um conceito do valor que seria obtido caso esse ativo fosse negociado, em condições justas, em mercados organizados sem características impositivas.

Um dado importante da variação de critério é fornecido ainda por Lopes e Martins (2005) onde relata que nas situações de mercado com ação de forma minimamente organizada, o conceito de fair value se confunde com o de valor de mercado além, de apontar que o de fair value está muito mais próximo dos fluxos futuros de caixa da instituição do que o custo histórico.

Abertura de Capital - IPO

A abertura de capital funciona como uma ferramenta justa ao mercado capaz de fornecer recursos permanentes de financiamento de novos projetos de investimentos, sempre visando o crescimento e a modernização das atividades ou possibilita operações de reestruturação de capital.

O ambiente econômico internacional ainda se mantém favorável ao Brasil. O Brasil continua sendo menos vulnerável em relação às atividades externas, ponto fundamental para uma perspectiva de crescimento econômico. Por outro lado a política macroeconômica tem evidenciado redução de alguns problemas crônicos, como: redução de juros reais elevados; diminuição do déficit nas contas governamentais e endividamento público.

Bonfim, Santos e Pimenta (2007), consideram, ainda que, somado aos fatos já relatados de favorecimento de abertura de capital, as práticas de governanças corporativas e de qualidade de regulamentação, a consequência é de movimento de crescimento dos processos de IPO e de outras modalidades de captação no mercado de capitais brasileiro.

Uma vez que o mercado analisa as informações contábeis publicadas, então as empresas que estão abrindo seu capital precisam entender o papel da informação contábil em relação ao valor de suas ações, evidências apontadas por Galdi e Lopes (2008), demonstram que existe um relacionamento de longo prazo entre o lucro e os

preços das ações para a maior parte das empresas analisadas em pesquisa empírica realizada, e o mais importante os resultados encontrados são consistentes com os modelos apresentados por Ohlson (1995) e Ohlson e Juettner-Nauroth (2005), que relacionam o preço de uma ação com o lucro da empresa.

Relevância da Informação Contábil

Ao analisar as demonstrações contábeis o analista procura evidências sobre a continuidade dos negócios, operando de forma saudável, com liquidez e rentabilidade satisfatórias, e não só isso, projeta-se perspectivas para o futuro, conforme dados obtidos no passado. É o que diz Colauto e Beuren (2006) quando qualifica a informação contábil como tendo valor preditivo ou à capacidade de se fazer projeções para um período próximo, mas deixando bem claro que esse valor preditivo depende da forma como é apresentada.

Essa forma de apresentação das informações contábeis está ligada diretamente aos procedimentos contábeis adotados, como por exemplo, ao método de depreciação, avaliação de estoques, provisão de devedores duvidosos, provisões para contingências, provisões trabalhistas. Assim segundo Colauto e Beuren (2006) os analistas precisam estar atentos não somente nas formas de fazerem estimativas e provisões, mas também devem ponderar sobre as implicações dos diferentes procedimentos contábeis adotados.

Uma informação relevante é diretamente proporcional com a subjetividade dessa informação, segundo Lopes e Martins (2005) os conceitos econômicos como lucro e custo, são subjetivos à medida que se distanciam do fluxo de caixa, não é fácil medir o valor da empresa por ser bastante subjetivo, mas é de igual forma relevante.

Considerando que os investidores em mercado de capitais, como usuários da informação contábil, estão preocupados com a capacidade da empresa de gerar fluxos de caixa no futuro, ou seja, na identificação do valor e como este é muito subjetivo, sem métricas perfeitamente mensuráveis, a informação contábil se apresentará de forma relevante.

Para Lopes e Martins (2005) a relevância está ligada à capacidade da contabilidade de mostrar a realidade econômica através de uma informação capaz de prever fluxo de caixa futuro, assim, determinado ativo terá valor na capacidade de gerar fluxos de caixa futuros para a instituição.

Contudo Colauto e Beuren (2006) bem salientam que há espaço no processo contábil para gerenciamento do resultado, o que nos leva a entender quanto maior o grau de subjetividade, maior será a liberdade para o gerenciamento do resultado, tendo em vista a pouca base para sustentar a informação contábil. De um modo geral quanto maior a relevância maior a subjetividade e maior o espaço para gerenciamento de resultado, criando assim uma assimetria informacional entre os gestores e o mercado.

Lopes e Martins (2005) entendem que informação contábil partindo da avaliação dos ativos da empresa objetivando a capacidade de prever fluxos futuros de caixa, seria de grande relevância para os investidores e para o mercado, pois cuidaria de baixar o nível de assimetria informacional existente. Apesar do entendimento ser lógico há de se considerar o conflito de agencia, que representa a diferença de interesse entre os gestores e os acionistas, como por exemplo: os investidores buscam mais informação para alimentar suas ferramentas de avaliação da empresa por outro lado os gestores buscam maximizar seus resultados em espaço de tempo curto. Dentro desse cenário, para proteger a saúde da empresa, entra no cenário a objetividade tendo como alicerce o princípio do conservadorismo, buscando evitar manipulações por parte dos gestores.

É possível identificar que a informação contábil tanto de um lado como de outro sofre grande risco de ser inutilizada, pois por um lado a subjetividade da relevância abre espaço para manipulação da mensuração dos ativos e por outro lado a objetividade do conservadorismo trará pouca precisão de prever fluxo de caixa futuro.

Essa assertiva é evidenciada por Lopes, Sant'ana e Costa (2007) quando eles exemplificam a situação na figura do debate entre o custo histórico e *fair value* como alternativas de mensuração de ativos, sendo que onde há mercado, existe de forma minimamente organizada, o conceito de que o *fair value* se confunde com o de valor de mercado.

Outra questão da informação contábil é a assimetria informacional que segundo Akerlof (1970) apud Terra e Lima (2006), pode ser caracterizada como a situação nas quais os envolvidos em uma transação estão desprovidos de toda a relevante informação necessária para analisar se os termos do arranjo são comumente aceitáveis.

Modelos de Avaliação de Empresas

Com o crescimento dos mercados de capitais e a busca de formular modelos que retratem não só valor da ação como o seu crescimento tendo como base as informações contábeis, as quais segundo Lopes (2001) são relevantes para a avaliação de empresas no Brasil, buscou-se modelos que demonstrassem uma relação entre informação contábil x preço da ação.

Os modelos de Residual Income Valuation (RIV) de (1995) e Abnormal Earnings Growth (AEG) de 2003 propostos por Ohlson, são instrumentos teóricos e matemáticos que serve para avaliar empresas a partir de suas informações contábeis, a diferença segundo Lopes (2007) está que no (RIV) toma como parâmetro o book value e o (AEG) toma como parâmetro o lucro esperado no período seguinte.

Uma pesquisa realizada no Brasil por Lopes, Sant'ana e Costa (2007), demonstrou que o modelo onde apresenta o book value em sua fórmula, possui grau de significância maior do que os modelos que não o considera.

Mas, o mercado de capitais brasileiro é extremamente concentrado, com poucas companhias que negocia o controle acionário em bolsa. Em um cenário desse tipo os mecanismos de governança corporativa reduzem o papel da contabilidade como redutora da assimetria de informações entre administradores e investidores, tendo em vista que os proprietários têm acesso privilegiado às informações das companhias, como bem relata Lopes e Tukamoto (2007). Com isso entende-se que os modelos de avaliação de empresa já citados, precisam ser aplicados com bastante critério.

Para Colauto e Beuren (2006), o lucro é como uma das principais preocupações das informações contábeis divulgadas aos usuários, porque é um conceito advindo da teoria econômica e a competência de mensurá-lo é da contabilidade, o grande

questionamento encontrado em diversas literaturas está voltado a real capacidade da contabilidade mensurar o resultado das operações das entidades.

Mesmo nesse cenário de incerteza os próprios Colauto e Beuren (2006) evidenciaram que o lucro tem sido considerado importante medida para determinar a eficiência empresarial, tendo por objetivo principal de sua divulgação o apoio aos usuários internos e externos na tomada de decisões estratégicas e táticas, pois o lucro tem sido usado como um indicador do desempenho de uma empresa, principalmente considerado pelos agentes econômicos.

Uma prova de evidenciar a consistência do resultado contábil está nos estudos empíricos de Costa Jr., Meurer e Cupertino (2007, p.233), onde:

Resultados dos testes de causalidade mostraram que existe evidência marginal de que os retornos contábeis causam, no sentido de Granger, os retornos de mercado, não se detectando causalidade no sentido oposto.

Apesar de existir evidências de que os lucros contábeis têm conteúdo informativo, é fundamental entender segundo Galdi e Lopes (2008), que o preço de uma ação está em função de um conjunto de fatores que se interagem formando a expectativa do desempenho do mercado sobre o futuro da empresa e da economia.

Sabendo da dificuldade de verificar a precisão e o grau de eficiência do mercado, além também, de entender que para qualificar o mercado como eficiente depende tanto do tipo de mercado analisado como do grupo de investidores, Costa Jr., Meurer e Cupertino (2007, p.234) consideram que “quando o mercado é eficiente, os preços sempre refletem completa e instantaneamente todas as informações relevantes disponíveis”. Portanto o preço da ação em um mercado eficiente dotado de informações que afetam o fluxo de caixa futuro da empresa ajusta-se no exato momento em que essas informações relevantes tornam-se disponíveis publicamente, colaborando com o entendimento que os agentes percebem o grau de relevância das informações contidas nas demonstrações contábeis ajustando suas expectativas de lucratividade futura das ações.

Para Costa Jr., Meurer e Cupertino (2007, p.236) a pesquisa desenvolvida Ball e Brown (1968) mostrou que os preços são indicadores antecedentes dos lucros

definidos como “*prices lead earnings*” expressão que reflete o entendimento que as informações (preços) encontradas nas expectativas de mercado são mais ricas que aquelas nas séries passadas de lucros contábeis. Por outro lado também relata que o resultado alcançado por Ball e Brown (1968) é contrariado por Watts (1978), ou seja, o mercado de ações reage de forma defasada, sugerindo um mercado não eficiente, trazendo para o mercado a expressão “*earnings lead prices*”.

Portanto, mesmo em um cenário com pesquisas e modelos de avaliação de empresa que apontam que não só os resultados contábeis, mas também as informações contábeis relevantes permitem estimar o preço de ações, há ainda um caminho para se chegar a um entendimento: se os resultados contábeis geram o valor do preço da ação ou se o valor da ação gera os resultados contábeis.

Gerenciamento de Resultado

O gerenciamento de resultado é um produto do conflito de agência, considerando que partes de um contrato são maximizadoras da sua própria utilidade, onde o agente busca sempre o próprio benefício, com a intenção de maximizar o seu bem-estar, sendo que para Lopes e Tukamoto (2007) essa prática contribui para o aumento da assimetria informacional e pode induzir os diversos agentes a tomarem decisões inadequadas.

Para Terra e Lima (2006) essa conturbada relação gera custos, chamados “custos de agência” onde o principal desembolsa recurso financeiro com o monitoramento das atividades do agente, para que este não venha expropriá-lo através do gerenciamento de resultado.

Há de se considerar que a relação de agência é como um contrato no qual uma ou mais pessoas (o principal) engajam outra pessoa (o agente) para desempenhar alguma tarefa em seu favor, havendo delegação de autoridade para a tomada de decisões pelo agente, daí a necessidade de monitoramento.

Para Martinez (2002, p.12):

O 'gerenciamento' de resultados contábeis, ou 'earnings management', é entendido como a alteração proposital (intencional) dos resultados contábeis dentro dos limites legais, dadas a discricionariedade e a flexibilidade permitidas pelas normas e práticas contábeis, visando ao alcance de motivação particular.

Segundo Leuz *et al.* (2002) apud Lopes e Tukamoto (2007), há evidências de que o nível de gerenciamento é menor em mercados de capitais com uma estrutura dispersa com forte proteção ao investidor e que o inverso ocorre em mercados igual a do Brasil, onde o controle acionário ainda é concentrado e com fraca proteção ao investidor.

Visando analisar a relação entre o **gerenciamento** de resultados e a proteção ao investidor em 31 países, Leuz *et al.* (2002) estruturaram quatro medidas(6) de **gerenciamento** de resultados para capturar duas dimensões em que os administradores podem exercer a discricionariedade, ou seja, *income smoothing measures* (medidas de suavização de resultados) e *earnings discretion measures* (medidas de discricionariedade de resultados). Para atenuar o potencial erro de mensuração, Leuz *et al.* (2002, p.9) construíram em seu estudo uma medida global(7) de **gerenciamento** de resultados para cada amostra, denominada *Aggregate Earnings Management Score*. Esse escore global é computado pela média das posições das medidas estruturadas para evidenciar a prática de **gerenciamento** de resultados. (apud LOPES, TUKAMOTO, 2007, p.89).

Lopes e Tukamoto (2007) retratam essas medidas como sendo:

- Primeira: visa identificar a variação no desempenho econômico provocados por decisões operacionais e escolhas de divulgação financeira verdadeira. Essa medida visa revelar os níveis em que os administradores reduzem a variabilidade dos lucros reportados, sendo o alto encontrado significa menor grau de prática de gerenciamento de resultado.
- Segunda: considera a correlação entre a contabilidade por regime de competência e o fluxo de caixa operacional para suavizar os lucros. A discricionariedade também pode ser exercida para atenuar os choques econômicos ao fluxo de caixa operacional, buscando esconder o verdadeiro desempenho da empresa, pois o regime de competência amortece os choques no fluxo de caixa e, conseqüentemente, isso resulta em uma correlação negativa entre as variações nos *accruals* e fluxo de caixa operacional.

- Terceira: utiliza a magnitude dos *accruals* como indicativo para a extensão em que administradores exercem a discricionariedade na divulgação de lucros e é obtida pela taxa média do valor absoluto dos *accruals* totais e o valor absoluto do fluxo de caixa das operações.

- Quarta: utilizada para compor o quociente de suavização. Essa medida tem como finalidade verificar a influência da norma contábil sobre o **gerenciamento** de resultados.

Lopes e Tukamoto (2007, p.94) afirmam que:

A pesquisa sobre a prática de **gerenciamento** de resultados tem sido aprofundada principalmente nos países desenvolvidos, como Estados Unidos e Inglaterra; em contrapartida, são escassas as evidências empíricas em países emergentes. Dessa maneira, a realização deste estudo, em um ambiente diferente, amplia e aprofunda a compreensão do tema estudado, enriquecendo a literatura internacional.

Governança Corporativa

Lopes, Sant'ana e Costa (2007) indicam que características de governança corporativa podem afetar significativamente os modelos de avaliação, principalmente em países com forte controle acionário, com fraca proteção dos investidores, ou seja, países que possuem as características dos *country specific factors*.

Apesar da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ter lançado desde dezembro de 2000 o Novo Mercado (NM) e os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (NDGC) tendo com objetivos principais: diminuição da assimetria informacional entre investidores e empresas por meio de maior transparência quanto às informações divulgadas e redução do custo de capital das empresas que se adequassem às novas regras, essas práticas de governança corporativa não tem, segundo estudos de Lopes e Tukamoto (2007), colocado a contabilidade como redutora da assimetria de informações entre administradores e investidores, tendo em vista que os proprietários têm acesso privilegiado às informações das companhias.

A visão era que com as práticas da governança corporativa o volume de transações aumentaria, havendo expectativa de melhores preços por suas ações. Porém estudos realizados por Aguiar, Corrar e Batistella (2004), evidenciaram que não houve valorização significativa no preço médio das ações com as práticas de governança corporativa. Esse fato em 2004 já evidenciava o que Lopes e Tukamoto (2007) mostraram: que as práticas de governança corporativa diminuí o poder da contabilidade em reduzir a assimetria da informação. Com o grau de informação mais imprecisa os modelos de avaliação de empresa geram informações com indução a erros dos investidores sobre o valor da ação das empresas.

Para Silveira, Lanzana e Barros (2004), o principal conflito de agência nas companhias abertas brasileiras ocorre entre acionistas controladores e minoritários como decorrência da presença de uma estrutura de propriedade concentrada nas empresas. A maior parte da literatura sobre governança corporativa foi desenvolvida para o contexto anglo-saxão, no qual o principal conflito de agência ocorre entre acionistas e gestores, em decorrência da estrutura de propriedade pulverizada presente na maioria das grandes companhias abertas, contudo no caso brasileiro, conforme observado, a manutenção da concentração do controle por parte dos grandes acionistas (mesmo após a venda de ações) ocorre principalmente pela emissão de duas classes de ações, com e sem direito a voto, que resulta em uma fuga da relação uma ação - um voto. Dessa forma, a emissão de ações preferenciais constitui o principal mecanismo para separação entre direito de controle (poder para tomada de decisões) e direito sobre o fluxo de caixa (participação no capital total da companhia) no Brasil.

Já para Melo, Ponte e Oliveira (2007) existem setores que estão se mobilizando satisfazer os anseios da sociedade pela adoção de boas práticas de governança corporativa, pois o mercado globalizado prioriza as empresas dispostas a mostrar transparência nas demonstrações contábeis, porém no Brasil, a evidenciação de informações contábeis ainda é bastante tímida com poucas disponibilidades de esclarecimentos maiores aos usuários. Argumenta-se que a maioria das entidades prefere seguir as determinações fiscais em detrimento de orientações que privilegiam a boa prática de elaboração e evidenciação de informações contábeis, mesmo porque para alguns existe o temor de fornecer informações demais que favoreçam a concorrência.

Os resultados do estudo de Melo, Ponte e Oliveira (2007) evidencia que as empresas brasileiras ainda têm muito a evoluir no sentido da transparência e qualidade da divulgação das demonstrações contábeis, outro fator que afeta a qualidade da informação contábil.

METODOLOGIA

Segundo Gil (1996, p. 19), "pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos".

Vergara (2005, p.46) classifica a pesquisa com base em dois critérios: *quanto aos fins* (finalidade ou objetivos pretendidos) e *quanto aos meios* de investigação utilizados.

No mesmo sentido Gil (1996) classifica a pesquisa conforme dois critérios: quanto aos seus objetivos gerais e quanto aos procedimentos técnicos utilizados.

A pesquisa exploratória tem como objetivo principal o "aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições" que concede "uma visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato" (GIL, 1996, p.45).

A pesquisa exploratória pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (GIL, 1996, p. 45). Este tipo de investigação exploratória é realizado em área ou assunto no qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA, 2005, p. 47). Tem como objetivo o levantamento das primeiras informações para que estudos mais aprofundados sejam realizados. Sendo assim, a presente pesquisa classifica-se como exploratória.

Quanto aos meios utilizados, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica. Bibliográfica, porque o referencial teórico e metodológico que oferece sustentação ao estudo foi construído utilizando-se de material publicado em livros, artigos científicos, dissertações apresentadas, redes eletrônicas, dentre outros.

CONCLUSÃO

Este estudo objetivou através de uma pesquisa exploratória e bibliográfica despertar o interesse em pesquisas sobre o comportamento das empresas brasileiras na avaliação de seus ativos quando estas estão no processo de abertura de capital na BOVESPA.

O estudo, portanto, demonstrou que realmente existem lacunas no processo contábil em relação à avaliação de ativos e passivos abrindo espaço para gerenciamento de resultado o qual impacta o lucro contábil, daí a importância de estudos empíricos no mercado acionário brasileiro buscando aguçar a visão e qualificar as decisões dos investidores uma vez que o estudo em questão demonstrou que existe uma relação bastante forte entre lucro contábil e valor da ação, portanto, há de considerar pesquisas futuras sobre a alteração dos métodos contábeis nas empresas que abrem seu capital.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Andson Braga de; CORRAR, Luiz João; BATISTELLA, Flávio Donizete. Adoção de práticas de governança corporativa e o comportamento das ações na Bovespa: evidências empíricas. **R.Adm.**, São Paulo, v.39, n.4, p.338-347, out./nov./dez. 2004

BONFIM, Livia Pontes de Miranda; SANTOS, Carolina Macagnani dos; PIMENTA JR, Tabajara. Processos de abertura de capital de empresas brasileiras em 2004 e 2005: razões e percepções. **R.Adm.**, São Paulo, v.42, n.4, p.524-534, out./nov./dez. 2007

COLAUTO, Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria. Um Estudo sobre a Influência de Accruals na Correlação entre o Lucro Contábil e a Variação do Capital Circulante Líquido de Empresas. **RAC**, v. 10, n. 2, Abr./Jun. 2006: 95-116.

COSTA JR, Newton Carneiro Affonso da; MEURER, Roberto; CUPERTINO, César Medeiros. Existe Alguma Relação entre Retornos Contábeis e Retornos do Mercado de Ações no Brasil? **Revista Brasileira de Finanças 2007** v.l. 5, n. 2, pp. 233–245.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GALDI, Fernando Caio; LOPES, Alexsandro Broedel. Relação de longo prazo e causalidade entre o lucro contábil e o preço das ações: evidências do mercado latino-americano. **R.Adm.**, São Paulo, v.43, n.2, p.186-201, abr./maio/jun. 2008

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos, **Contabilidade Comercial**. Ed. Atlas, 2000. 4ª Edição.

_____, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBECKE, Ernersto Rubues, **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações – aplicável às demais sociedades**. Ed. Atlas. 2006. 6ª edição.

LOPES, Alexsandro Broedel Lopes. **A relevância da informação contábil para o mercado de capitais, modelo de Ohlson aplicado a Bovespa**. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

_____, Alexsandro Broedel Lopes; MARTINS, Eliseu, **Teoria da Contabilidade – uma nova abordagem**. Ed. Atlas. 2005.

_____, Alexsandro Broedel; TUKAMOTO, Yhurika Sandra. Contribuição ao Estudo do “gerenciamento” de resultados: uma comparação entre as companhias abertas brasileiras emissoras de ADRs e não emissoras de ADRs. **R.Adm.**, São Paulo, v.42, n.1, p.86-96, jan./fev./mar. 2007

_____, Alexsandro Broedel; SANT’ANNA, Dimitri Pinheirode; COSTA, Fábio Moraes da. A relevância das informações contábeis na Bovespa a partir do arcabouço teórico de Ohlson: avaliação dos modelos de Residual Income Valuation e Abnormal Earnings Growth. **R.Adm.**, São Paulo, v.42, n.4, p.497-510, out./nov./dez. 2007.

MARTINEZ, Antônio Lopo. **“Gerenciamento” dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis do Departamento

de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

MELO, Francisco Matheus Alves; PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. Análise das práticas de evidenciação de informações avançadas e não-obrigatórias nas Demonstrações Contábeis das Empresas Brasileiras. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 1, n. 1, p. 31 - 42 set./dez. 2007

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da; LANZANA, Ana Paula; BARROS, Lucas Ayres B. de C.; FAMÁ, Rubens.. Efeito dos acionistas controladores no valor das companhias abertas brasileiras. **R.Adm.**, São Paulo, v.39, n.4, p.362-372, out./nov./dez. 2004

TERRA , Paulo Renato Soares; LIMA , João Batista Nast de, Governança Corporativa e a Reação do Mercado de Capitais à Divulgação das Informações Contábeis. **R. Cont. Fin.** • USP • São Paulo • n. 42 • p. 35 - 49 • Set./Dez. 2006

VERGARA, Sylvia Constat. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Breves considerações acerca do professor na educação superior brasileira

Emerson Luiz de Castro⁶
Elaine Soares de Amorim⁷

O PROFESSOR

A temática para essas considerações emerge a partir de um verbete do Dicionário Paulo Freire que considera que “a docência se constrói, pois a condição de tornar-se professor se estabelece num processo, não apenas a partir de uma habilitação legal. Envolve a consciência de sua condição em ação.” (CUNHA, 2008, p.415). Por esse conceito, trazido pelo pensamento Freireano, espera-se do professor mais do que uma formação formal/legal, mas uma permanente disposição em reinventar-se. Ancorados nessa visão, vamos avaliar alguns dispositivos que tratam da docência a fim de verificar e identificar pontos de conexão ou não com esse conceito.

O PROFESSOR NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal de 1988 apresenta um divisor de águas na concepção da docência. Antes da Constituição Cidadã⁸, temos o docente como senhor absoluto da sala de aula, sendo o centro de toda a atenção no processo educativo. Assim era o princípio da liberdade de cátedra.

⁶ Bacharel em Direito, Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos, Especialista em Direito de Empresa pelo IEC/PUC Minas, Especialista em Gestão Educacional pelo SENAC, Especialista em Psicopedagogia pela FUMEC, Advogado, Diretor Acadêmico da Faculdade Novo Milênio, Avaliador de Cursos do INEP/MEC, Especialista Avaliador do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, Presidente da Comissão de Educação Jurídica da OAB/MG, Membro do Conselho de Educação e Treinamento da FIEMG, Presidente do INSEPE – Instituto de Ensino, Pesquisa e Extensão.

⁷ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Especialista em Gestão de Projetos Educacionais pelo Centro Universitário UNA, Especialista em Psicopedagogia pela FUMEC, Inspetora Escolar na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

⁸ Pode ser considerada a sétima ou a oitava **constituição** do Brasil e a sexta ou sétima **constituição** brasileira em um século de república. Ficou conhecida como "**Constituição Cidadã**", por ter sido concebida no processo de redemocratização, iniciado com o encerramento da ditadura militar no Brasil (1964-1985). www.politize.com.br Acesso em: 31 maio de 2020.

A Constituição de 1988 trouxe os seguintes princípios para a educação brasileira:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 2006.).

Especificamente, temos uma grande mudança na perspectiva do professor, onde o princípio da liberdade de cátedra foi sensivelmente relativizado, sendo substituído pelo princípio da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Essa relativização veio em consonância com a liberdade de aprender dos estudantes, potencializando a expressão processo ensino e aprendizagem, onde só ensinar já não basta, mas é essencial garantir a aprendizagem.

Por outro lado, a liberdade de aprender e a liberdade de ensinar trouxeram igualmente responsabilidades e deveres, por isso não podem ser interpretadas isoladamente. Para a liberdade de aprender o aluno deve cumprir suas obrigações escolares e desempenhar papel relevante de protagonista da sua formação e, por outro lado, o professor deve ocupar-se da aprendizagem do aluno.

O PROFESSOR NA LDB

Com a promulgação da Constituição de 1988, após oito anos foi editada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. A Lei buscou regulamentar o que a Constituição Federal trouxe de inovações, além de sistematizar as normas educacionais vigentes, recepcionadas pela Constituição. Especialmente, quanto a docência, a LDB no Artigo 13, Título IV - Da Organização da Educação Nacional, diz que:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL, 1996).

Dois aspectos muito importantes devem ser observados no artigo. O primeiro é que se encontra anterior à sistematização de níveis e modalidades da educação, o que se aduz a aplicabilidade dele a todos os docentes, independentemente do nível ou da modalidade em que atue.

O segundo aspecto é o que determina e condiciona o trabalho docente em duas perspectivas centrais: a proposta pedagógica da escola e a aprendizagem do aluno. Com isso, a LDB buscou afirmar e consolidar que não se aplicava mais a liberdade de cátedra do docente, existente antes da Constituição de 1988.

Com relação à formação docente, para esse novo perfil, a LDB trouxe no Título VI - Dos Profissionais da Educação Superior, as seguintes proposições:

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico. (BRASIL, 1996).

No entanto, observou-se que, por meio da pesquisa realizada pelo Instituto de Ensino, Pesquisa e Extensão (INSEPE), em 2017, com 122 (cento e vinte e dois) professores candidatos a um processo seletivo para a docência do Ensino Superior, que 95% (noventa e cinco por cento) deles, em seus programas de especialização e mestrado tiveram, no máximo, 80 (oitenta) horas de formação em didática ou metodologia de ensino ou estágio em docência. Verifica-se, portanto, que a ausência de regulamentação da formação docente para o magistério superior (lato sensu ou strictu sensu) está fragilizada por ausência de diretrizes curriculares que forneçam, a exemplo da formação de professores da educação básica, um mínimo de formação pedagógica para o desempenho da atividade docente na educação superior.

O PROFESSOR NO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS (RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO) DO INEP/MEC

Conforme o INEP⁹/MEC as políticas públicas educacionais da educação superior são direcionadas pelo princípio constitucional da garantia de padrão de qualidade, previsto no Artigo 206, Inciso VII da Constituição Federal de 1988. Em decorrência desse princípio foi criado pela Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem como finalidade a melhoria da qualidade da educação nos cursos de graduação e

⁹ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Sua missão é subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. <http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep> Acesso em: 31 maio 2020.

instituições de educação superior. Foram criados instrumentos de avaliação para credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de graduação. Especificamente para esse artigo foi escolhido o instrumento de reconhecimento/renovação de reconhecimento de curso que aborda a descrição dos principais aspectos relativos à avaliação do corpo docente trazido no âmbito do instrumento.

No item 2.7 do instrumento há a avaliação dos docentes no que diz respeito à experiência profissional no mundo do trabalho, o que permite ao professor integrar a teoria à sua prática profissional apresentando exemplos contextualizados com relação a problemas práticos. Além disso, esse item de avaliação do instrumento permite inferir a prática docente nos seguintes aspectos: a aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional; a atualização do docente com relação à interação conteúdo e prática; a capacidade do professor em promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral; e a capacidade do profissional docente em analisar as competências previstas no Projeto Pedagógico de Curso - PPC, considerando o conteúdo abordado e a profissão. Aqui a experiência profissional do docente é importante na medida que ela contribui para a contextualização dos conteúdos potencializando a aprendizagem dos alunos.

Nos itens 2.9 e 2.10 do instrumento pretende-se avaliar se o corpo docente possui experiência na docência superior e no exercício da docência na educação a distância, respectivamente. O objetivo desse item é: identificar se o professor promove ações que identifiquem as dificuldades dos discentes; avaliar se o professor expõe o conteúdo em linguagem aderente às características da turma e se apresenta exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares; identificar se o professor elabora atividades específicas para a promoção da aprendizagem de estudantes com dificuldades, bem como avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados dessas avaliações para redefinir sua prática docente no período; e se o professor exerce sua liderança didática, sendo reconhecido pela sua produção. Interessante que nesses itens avaliados, pode-se constatar a coerência deles com o Artigo 13 da LDB no que diz respeito à busca

constante pela promoção da aprendizagem dos discentes com atenção às dificuldades por eles apresentadas durante o processo educacional.

Em se tratando de educação superior, percebemos que muitos dos acontecimentos evidenciados, de forma geral, reverberam o que aconteceu em anos anteriores, sobretudo na década de 90. Com isso, é possível afirmar que, em grande medida, as tendências em relação ao trabalho docente no Brasil, observadas na última década do século 20, tiveram continuidade e, em alguns aspectos, foram aprofundadas. De forma que o processo de reestruturação produtiva, com todas as suas implicações para as relações de trabalho, continua sendo determinante para definição do trabalho docente no ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS DESAFIOS DO PROFESSOR

Considerando os apontamentos registrados anteriormente, entendemos que a atuação e a formação docente, apesar de terem sido legalmente construídas, requerem dedicação contínua na busca de uma didática que ultrapassa a sala de aula. Uma didática que seja socialmente coerente. Essa dedicação pode ser tanto do profissional docente, uma iniciativa própria na busca por aprimorar sua prática, quanto por meio de políticas públicas e estruturação dos cursos de formação docente. Os cursos de formação de professores devem contemplar a evolução da sociedade e as transformações produtivas que interferem nas relações sociais e repercutem na formação do ser humano.

Segundo Maria Regina Lemes de Sordi, o professor universitário, ao ingressar na carreira docente em uma instituição de ensino superior, vivencia uma fase de “sobrevivência” e “descoberta” ou, ainda, um momento de socialização. Além do contato com a cultura institucional (à qual precisa se ambientar), com as atividades de pesquisa e extensão, enfrenta inúmeros desafios para desenvolver a atividade de ensino, tendo em vista que sua trajetória de formação, nos cursos de graduação e pós-graduação, está vinculada à aquisição de conhecimentos específicos de sua área de atuação profissional, sobretudo os graduados em cursos de bacharelado que, no Brasil, não habilitam para o exercício da docência. (SORDI, 2019).

As instituições de educação superior devem ter uma preocupação constante com os docentes, no sentido de incentivá-los a repensar sua prática profissional em sala de aula à luz dos dispositivos legais e de uma prática que considere o discente como um ser em construção social.

Lembramos que a avaliação do processo de ensino aprendizagem deve ter o objetivo de ajudar o aluno a progredir na aprendizagem e ajudar o professor a aperfeiçoar a sua prática pedagógica. A avaliação deve ser capaz de proporcionar reflexões em torno da atuação docente e em torno do alcance dessa atuação na formação humana, social e profissional dos estudantes.

Enfim, inúmeros são os desafios dos nossos professores. A atuação deve ser sempre revisada, construída, modificada para que o processo educacional seja efetivamente construído para todos. A formação docente deve ser contínua e representa a base para o aprimoramento de técnicas e metodologias, bem como uma estratégia para agregar novas formas de pensar, agir e refletir frente às constantes mudanças sociais e do mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso em: 31 maio 2020.

CORREA, Juliane Corrêa (org.). **Educação a distância: orientações metodológicas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GOMES, Heloisa Maria; MARINS, Hiloko Ogihara. *A ação docente na educação profissional*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

HORTA, José Luiz Borges. **Direito constitucional da educação**. Belo Horizonte: Decálogo, 2007.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep> Acesso em: 31 maio 2020., Acesso em: 31 maio. 2020.

LIMA, Francisco Gérson Marques. **O professor no direito brasileiro: orientações fundamentais de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2008.

MONTEIRO, A. Reis Monteiro. **Profissão docente: profissionalismo e autorregulação**. São Paulo: Cortez, 2015.

MORAN, José Manuel; MASSETO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, 2000.

SORDI, Mara Regina Lemes de. *Docência no ensino superior: interpelando os sentidos e desafios dos espaços institucionais de formação*. **Educar em Revista**. Print version ISSN 0104-4060 online version ISSN 1984-0411. Educ. rev. vol. 35 nº 75 Curitiba May/June 2019. Epub July 29, 2019.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.) **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

TARDIF, Maurice; LESSARD Claude. MAGALHÃES, Lucy. **O Ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

A formação da identidade profissional do enfermeiro: uma reflexão na urgência de valorização da categoria

Jeferson Horsth Sathler¹⁰
Mônica Goldner¹
Giovanna Rosario Soanno Marchiori¹¹

RESUMO

A enfermagem constitui a maior força de trabalho de saúde no Brasil, e ainda assim sofre injustiças históricas, tais como, baixos salários, carga horária exaustiva, além de não haver a devida valorização e reconhecimento do seu serviço a população, que dá-se em razão da formação da identidade profissional do enfermeiro. O objetivo deste trabalho é provocar uma discussão acerca da construção da identidade profissional do enfermeiro no Brasil, que é o modo como a sociedade entende e vê a profissão. Foram selecionados 30 artigos que continham os descritores no título e atendiam aos critérios de inclusão, desses 15 artigos foram descartados por não conterem relevância. Portanto, conclui-se que no contexto de emergência sanitária em razão da pandemia global de Covid-19 e a visibilidade da enfermagem, vê-se uma oportunidade de realizar uma reconstrução da imagem do enfermeiro perante a população, e assim reparar as negligências que a categoria tem sofrido, com o apoio popular e adesão a movimentos políticos por parte dos profissionais.

Palavras-chave: Identidade profissional; Enfermeiro; formação profissional; valorização da enfermagem.

INTRODUÇÃO

A emergência sanitária em razão da pandemia de um novo vírus da família coronaviridae, denominado Sars-Cov-2, surgido na China, na cidade de Wuhan em dezembro de 2019, causador da doença Covid-19¹. Fato que trouxe uma ampla visibilidade aos profissionais da saúde no cenário midiático mundial, em razão de serem os protagonistas neste contexto de uma crise na saúde de milhões de pessoas. Não obstante, presenteou com visibilidade, mas expôs diversas fragilidades, trazendo a tona questões que haviam sido negligenciadas ao longo de muitos anos, tal qual a desvalorização do profissional enfermeiro.

A enfermagem tem sendo injustificada ao decorrer do tempo, sem uma carga horária semanal regulamentada, sem um piso salarial nacional, o que leva aos baixos salários, tendo um dos menores salários de setor da saúde². Uma das

¹⁰ Acadêmico do curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Novo Milênio, Vila Velha/ES

¹¹ Professora da graduação em Enfermagem da Faculdade Novo Milênio, Especialista em Saúde Pública e Ginocologia e obstetrícia. Mestre em Saúde Materno-Infantil pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense. Doutoranda do Programa Acadêmico em Ciências do Cuidado em Saúde da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

questões que levaram a esses fatores são a formação da identidade profissional do enfermeiro, com isso, várias injustiças vem ocorrendo com toda a categoria, e de certo modo uma aceitação por parte da classe dessa condição. Contudo, percebe-se que na atual conjuntura, houve uma mudança de perspectiva e uma possibilidade de reversão desse cenário de precarização das condições vividas³. Portanto, torna-se necessário identificar qual a visão social que a enfermagem possui no Brasil, visto que não há, por exemplo, um forte apelo popular pela valorização desses profissionais. Além disso, aborda as lutas pelos direitos do enfermeiro que foram negligenciados, tais com o de ter um piso salarial e uma menor carga horária de trabalho. Cabendo explorar como a pandemia de Covid-19 pode ressignificar essa identidade social, e assim reverter anos de defasagem, no que tange a serem reconhecidos como essencial para o pleno funcionamento de todo o sistema de saúde e não coadjuvantes.

A enfermagem moderna está no país desde a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras em 1890 no Rio de Janeiro, pelo Decreto Federal nº 791, de 27 de setembro de 1890⁴, portanto, no corrente ano já são 130 anos da presença dessa classe em solo brasileiro, sendo que já somam mais de 2.300.000 profissionais, segundo dados atuais do Conselho Federal de Enfermagem⁵. Entretanto, os anos de atuação e a massa de mão-de-obra não conseguiram reverter essa grandiosidade dos números em fatores de formação dessa identidade profissional, haja vista a desvalorização pelos baixos salários, a longa carga horário e muitas vezes dupla jornada enfrentada pela classe, que são barreiras que precisam ser ultrapassadas.

Em um estudo realizado no CTI em um hospital filantrópico geral de Belo Horizonte/MG, Mattar e Silva, Veloso, Araújo e Fernandes⁶, em uma discussão sobre as relações de poder entre médicos e enfermeiros e a autonomia da atuação de ambos, constataram que ainda hoje, apesar de tentativas da enfermagem de trazer cientificação a sua assistência, esses profissionais se vêem amarrados aos profissionais médicos, quanto ao seu fazer, em razão de esses serem considerados os promotores e organizadores do cuidado. A formação em medicina traz esse profissional em uma posição hierárquica acima de sua equipe, e perpetuando essa visão a população.

Souza e Paulo⁷ em uma pesquisa sobre a percepção de enfermeiros que já participaram de outras categorias da equipe de enfermagem, no vale do Paraíba em São Paulo, em instituições de saúde de três municípios diferentes, trazem

a tona alguns estigmas deixados pela estratificação do cuidado de enfermagem. Tal qual, o não reconhecimento da população sobre o que é ser enfermeiro, traduzindo isso no sentido de que a identidade profissional da enfermagem, não significa a identidade profissional do enfermeiro, pois perante a massa da comunidade não há diferença nas categorias, o que dificulta o reconhecimento da assistência prestada por determinado profissional enfermeiro, resultando assim na fragmentação da valorização.

Em contrapartida, Adamy, Zocche e Almeida⁸, em um trabalho realizado com 12 enfermeiros em Santa Catarina, sobre a contribuição do processo de enfermagem na construção da identidade profissional da enfermagem. Foi-se percebido que há uma ambiguidade na interpretação da população quando um cliente depara-se com um enfermeiro realizando a consulta de enfermagem, seus diagnósticos e prescrições. Isso ocorre, na opinião pública, pois, essa função é atrelada historicamente a medicina, entretanto, é mediante o processo de enfermagem que a comunidade percebeu e passou a reconhecer a eficiência do enfermeiro e a sua competência e habilidade. Portanto, mediante o exposto, o objetivo deste trabalho é provocar uma discussão a respeito da construção da identidade profissional do enfermeiro no Brasil, acerca de como a sociedade entende e vê a profissão, para que assim a categoria possa repensar a sua maneira de construir essa identidade, de forma a buscar o devido reconhecimento e valorização, visando o espaço nas mídias que a enfermagem tem ganhado nesse momento de pandemia.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão de literatura de abordagem dedutiva, qualitativa, sendo explicativa quanto aos seus objetivos⁹. Desse modo, sendo um tipo de pesquisa como análise de discurso, que foi desenvolvida por dois alunos do 3º período de Enfermagem da Faculdade Novo Milênio, Vila Velha, Espírito Santo.

A fundamentação teórica foi feita mediante revisão de literatura na base de dados BVS, Biblioteca virtual em Saúde, e em bibliotecas virtuais, Scielo, BVsalud, Lilacs, BDENF, e PubMed. Utilizando os seguintes descritores de Ciências da Saúde (DeCs): identidade profissional, formação do enfermeiro, imagem da enfermagem, e documentos oficiais e portarias do Ministério da Saúde e dados oficiais do Conselho

Federal de Enfermagem (COFEN) e dos Conselhos Regionais de Enfermagem (COREN's).

Para seleção dos textos utilizou-se como critérios de inclusão: disponíveis na íntegra, sejam nas línguas portuguesas, espanholas e inglesa, assim sendo publicados entre os anos de 2015 a 2020, e que contenham os descritores em seus títulos. Foram excluídos textos publicados há mais de 5 anos, que não estavam disponíveis na íntegra, que não continham os descritores nos títulos, e não possuíam relevância de conteúdo para a pesquisa.

Assim sendo, foram selecionados 30 artigos que continham os descritores no título e atendiam aos critérios de inclusão, 15 artigos foram descartados por não conterem relevância, no sentido de não serem pertinentes a discussão, e tratarem apenas de formação profissional no sentido acadêmico, logo, selecionados 15 artigos para embasamento teórico.

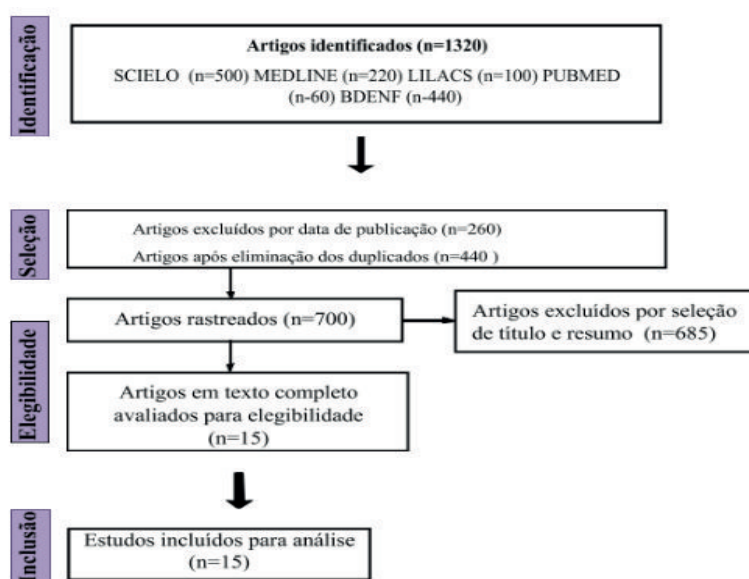


Figura 1 Fluxograma da seleção dos artigos segundo as recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses – PRISMA. Vila Velha/Espírito Santo - Brasil - Faculdade Novo Milênio

RESULTADOS E DISCUSSÃO

- Formação histórica

A formação da identidade do profissional de enfermagem foi formada ao longo do tempo nos contextos histórico, religioso, e cultural, além da atuação dos profissionais aos clientes. Nomes de inspiração como Florence Nightingale e vários

outras características influenciaram essa formação⁸. Na metade do séc. XX, a enfermagem passa a ter uma aprendizagem lógica própria, entretanto, foi na década de 70, que há uma mudança da ideologia da formação do enfermeiro, e entendeu-se então que era necessário uma formação acadêmica ser baseada técnico/científico, além ter um olhar crítico e retirar-se da subjugação da ciência biomédica tradicional¹⁰.

Hodiernamente, a formação da identidade de um enfermeiro dá início na vida acadêmica visando uma enfermagem teórica, prática, científica, política, de gestão e perpetua-se pela sua carreira profissional¹¹. Portanto, diante do cenário de falta de valorização a enfermagem tem a necessidade de impor-se e provar que é autônoma, e sua práxis tem embasamento científico¹⁰. Desse modo, um grande desafio é desvencilhar-se da imagem vista pela sociedade do enfermeiro ser qualquer um vestido de branco, de submissão a outras categorias e de outros aspectos que a história incrustou na palavra enfermagem¹⁰.

Os acadêmicos ao concluírem a graduação de enfermagem, em seu primeiro emprego, deparam-se com uma realidade diferente da ensinada nas academias universitárias, em razão das barreiras que formaram-se perante a atuação desses profissionais. Uma vez que, atualmente, a sociedade entende a enfermagem com um papel subordinado a classe médica, sendo coadjuvante na recuperação do cliente. Haja vista, que o início da enfermagem moderna, no final do século XIX, estabeleceu-se um padrão da ação caridosa, abnegação, de mulheres que estavam servindo por amor, preceitos vindo das ordens de caridade católicas e passadas pelas primeiras enfermeiras¹¹.

- Linhagem de enfermeiros

Uma das recentes discussões mais pertinentes quanto a valorização dessa profissão, inicia-se pelo reconhecimento no âmbito familiar. O núcleo familiar é a rede mais íntima de contato que as pessoas mantêm, começando nesse ambiente o não enaltecimento da profissão, visto que como apontado em uma pesquisa sobre aspectos sociodemográficos da enfermagem no Brasil da Fundação Getúlio Vargas em 2013¹³, dos enfermeiros pesquisados apenas 46,6% declararam ter parentes na área, tais como pais, irmãos, tios, filhos, sobrinhos, entre outros. Tal fato difere de

outros setores da saúde, na qual as famílias têm uma tradição em determinada profissão como a medicina e odontologia ¹⁴.

Tal fato traz à tona uma realidade negligenciada, de que familiares de enfermeiros não desejam graduar-se em enfermagem justamente por terem parentes na profissão e vivenciarem as injustiças cometidas e todo o desgaste físico e mental, além da questão do reconhecimento, pois, os familiares compreendem que a causa seja nobre, mas não vêem um retorno visível pelo esforço e comprometimento desses profissionais em seus postos de trabalho, apesar do empenho destes. Deparam-se, muitas vezes, com seus consanguíneos adoecidos como Burnout, depressão, Lesão por esforço repetitivo, e outras doenças que tem crescido no meio da enfermagem ¹⁵.

- Baixa remuneração

Uma pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz em parceria com o COFEN ¹³ em 2015, alcançou 1,6 milhões profissionais de enfermagem de todos os estados brasileiros. Trazendo dados que refletem a desvalorização quando ao enfermeiro, no qual 1,8% de profissionais recebem menos de um salário-mínimo mensal, ou seja, 27 mil pessoas, além de, 16,8% declararam que a renda mensal total era de 01 mil reais ¹⁶.

Essa pesquisa comprovou então que os setores que empregam esses profissionais de enfermagem (filantrópico, privado, público e ensino) possuem sub salários. Na qual, o filantrópico totaliza cerca de 21,5%. No serviço privado 21,4% atuam com salários de até mil reais. Portanto, 42,9%, quase 43% recebem salários que não condizem com a onerosa e desgastante rotina de trabalho do enfermeiro, justamente, pela profissão ainda ser considerada uma categoria acessória, sem prestígio social e de pouca relevância no imaginário popular ¹².

No contexto da pandemia, logo, durante a fase mais severa do isolamento social, grande parcela da população passaram dias afincos em suas residências, por noites seguidas, os profissionais da saúde foram aplaudidos nas janelas em diversas cidades de todo o mundo. Essa homenagem é pertinente na atual conjuntura de uma verdadeira guerra contra o Sars-Cov-2, contudo, aplausos e publicações em mídias sociais não são suficientes, ainda que relevantes. Não é de conhecimento geral que a enfermagem apesar de ser a maior força de trabalho da saúde no Brasil ainda não possui uma legislação acerca de um piso salarial nacional.

Ao decorrer do tempo alguns projetos de lei foram propostos para mudar essa situação, entretanto arquivados. Como exemplo, pode-se citar a PL 1876/2019 ¹⁷, proposto pelo deputado Maurio Mazif em que estabelecia o aumento do piso salarial, com justificativa de existir uma incompatibilidade com a carga horária cansativa. Saiba-se que com baixo salário os enfermeiros trabalham em mais de um emprego, prejudicando a saúde do profissional como atrapalhando na eficácia de do atendimento ao paciente ¹⁵.

Atualmente, dentro contexto de visibilidade que a categoria vem ganhando em razão da pandemia, foi protocolado no Senado Federal outro projeto de lei, a PL 2564/2020 em que declara o piso salarial do enfermeiro de R\$ 7.315; de técnicos de R\$ 5.120, 50, ou seja, 70 % sobre o piso do enfermeiro, para os auxiliares de R\$ 3.657,30 com 50%. Além disso, uma jornada de trabalho de 30 horas, com aumento no salário proporcional a carga horária excedente ¹⁸.

- Carga horária

A enfermagem ainda hoje é uma das categorias da saúde que não tem uma legislação que regulamenta uma carga horária semanal máxima, e que acima disso ocorra reajuste no salário proporcionalmente ao acréscimo. Em razão dos salários baixos os profissionais são levados a trabalharem em dois ou mais empregos, o que reflete em perda da qualidade de serviço prestado, além de dificultar por exemplo, a realização de uma pós-graduação. Porém, um mito constatado pela pesquisa da FIOCRUZ/COFEN¹⁴ é a da prevalência de dois empregos ou mais da enfermagem, na qual foi identificado que 58% dos enfermeiros disseram ter apenas um emprego ¹⁵.

A pesquisa da FIOCRUZ/COFEN ¹⁶ revela que 59.4% dos profissionais da equipe de enfermagem trabalha entre 31 - 60 horas semanais, e outro dado alarmante ainda que em menor escala apresenta que 3,4% dos entrevistados relataram trabalhar mais de 80 horas semanais. O que somente perpetua alguns dos estereótipos sociais da enfermagem, tal qual, que deve-se trabalhar “por amor”, entretanto, o enfermeiro não é um profissional que atua por caridade ou mesmo abnegação, mas, é um serviço essencial e com isso exige uma carga horária justa, com remuneração adequada ¹³.

No ano de 2000 foi protocolado na Câmara dos Deputados a PL 2295 ¹⁷, que dispõem sobre a regulamentação da carga horária de 30 horas semanais para os profissionais da equipe de enfermagem. Todavia, o projeto nunca entrou em votação,

apenas passou por comissão especial para avaliação. Um dos fatores que agrava essa questão é baixa participação da enfermagem na política, seja ela na esfera municipal, estadual ou federal, por isso, a enfermagem não encontra espaço para suas questões, além da barreira dos lobbies de empresários da saúde no Congresso Federal.

Mediante a urgência sanitária mundial, a enfermagem, e os profissionais da saúde têm sido levantadas as questões pertinentes a segurança e saúde dos trabalhadores da linha de frente no combate ao Sars-Cov-2. Como já exposto, foi protocolado no Senado e aberto à consulta pública a PL 2564/20¹⁸ que estabelece um piso salarial nacional para a enfermagem conforme uma carga horária semanal de 30 horas. Consistindo-se em uma conquista histórica, e um ato de reparação mais que necessário, para estabelecer esses princípios de segurança, física e mental, além de saúde da enfermagem. No entanto, a consulta ainda não ganhou grande adesão popular e nem da categoria, haja vista a quantidade de votos.

- Campanha nursing now e iniciativas de visibilidade

O Plenário da Organização Mundial da Saúde (OMS) na 72ª Conferência Mundial de Saúde em maio de 2019, definiu que 2020 seria considerado o ano internacional dos profissionais da Enfermagem e da Parteira, coincidindo com a execução do projeto internacional denominado *Nursing Now*, em tradução livre, Enfermagem agora, iniciativa do Conselho Internacional de Enfermeiras juntamente com a OMS, tendo como patrono a duquesa britânica Kate Middleton. Iniciativas como essas, são fundamentais para reconhecimento e valorização da enfermagem¹⁹.

Essas ações buscam dar visibilidade às ações da enfermagem, tais como, pesquisas, desenvolvimento de projetos de ensino e extensão, e boas práticas no ambiente hospitalar, bem como defendem um maior investimento para essa categoria, tais como a melhoria em salários e condições de trabalho, educação e desenvolvimento profissional. Haja vista, que ambos os projetos visam ampliar o acesso a saúde de qualidade a população, visto que esse é um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, um plano de metas a serem alcançadas até 2030.

O sistema COREN/COFEN tem promovido em diversos estados ações como “COREN PREMIA” que reconhece e premia ações que contribuíram para a valorização da enfermagem perante a sociedade, no que tange às boas práticas. Essa

e outras iniciativas são de extrema importância para com que a sociedade passe a enxergar as ações dos enfermeiros com bons olhos, a exemplo da inserção de enfermeiras obstetras em maternidades, em vista de suas boas práticas a taxa de sucesso do parto é maior e mais seguro²⁰. Assim sendo, a enfermagem ganha espaço e admiração perante a população.

Logo, a cooperação entre entidades de representação da classe são fundamentais, para dar voz e notoriedade as boas práticas da enfermagem, iniciando um processo lento e gradual de mudança da percepção social da enfermagem. Neste contexto, o saber/fazer de qualidade e ampliação do escopo de atuação do enfermeiro são o caminho para captar a atenção da mídia e da população, e assim a enfermagem ser reparada de injustiças cometidas a muitos anos, pela falta de informação à população e visibilidade que a categoria sofreu¹².

CONCLUSÃO

Torna-se portanto, evidente que é imperioso uma ressignificação da identidade profissional do enfermeiro perante a população e outros setores da saúde. Pois, somente com essa mudança de paradigma social, a enfermagem será reparada de injustiças históricas que a classe vem sofrendo, mudando portanto, a visão de coadjuvante e auxiliar de outras categorias. Campanhas como o Nursing Now e outras iniciativas do COFEN e dos COREN's são fundamentais para dar visibilidade às boas práticas de enfermagem, pois, apenas com a percepção da população do protagonismo da enfermagem em relação a assistência e ao cuidado, a classe ganhará espaço no debate político, haja vista, que é inerente ao poder legislativo a mudança de legislação. Logo, com um saber/fazer baseado em evidências técnico/científicas e humanização no cuidado que essa mudança de imagem da categoria poderá ser refeita no imaginário da população.

REFERÊNCIAS

1. LIMA, Claudio Márcio Amaral de Oliveira. Informações sobre o novo coronavírus (COVID-19). **Radiol Bras**, São Paulo , v. 53, n. 2, p. V-VI, Apr. 2020 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-39842020000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 de jun. 2020.

2. ARAUJO-DOS-SANTOS, Tatiane et al . Precarização do trabalho de enfermeiras, técnicas e auxiliares de Enfermagem nos hospitais públicos. **Rev. esc. enferm.** USP, São Paulo , v. 52, e03411, 2018 . Disponível em: <http://www.scielo.br /scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-6234 20180 &lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 de jun. 2020.
3. PIMENTA, Adriana de Lima; SOUZA, Maria de Lourdes de. IDENTIDADE PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM NOS TEXTOS PUBLICADOS NA REBEN. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 26, n. 1, e4370015, 2017 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000100304&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 de mai. 2020.
4. BRASIL. **Decreto Federal nº 791, de 27 de setembro de 1890.** Crêa no Hospício Nacional de Alienados uma escola profissional de enfermeiros e enfermeiras. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br /legin/fed /decret/1 824-1899 /decreto-791-27-s etem bro-1890-503459-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 de jun. de 2020.
5. Biblioteca do Conselho Federal de Enfermagem. Institucional. Enfermagem em Números. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros>>. Acesso em: 04 de jun. De 2020.
6. MATTAR E SILVA, Tauana Wazir et al . Configuração das relações de poder nas práticas profissionais de médicos e enfermeiros. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília , v. 73, supl. 1, e20180629, 2020 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci _artt ext&pid=S0034-716 720 20 001 300 152 &lng =en&nrm=iso>. Acesso em: 05 de jun. 2020.
7. SOUZA, Gláucio Jorge, PAULA, Maria Angela Boccara. Identidade profissional de enfermeiros que atuaram em outras categorias da enfermagem. **Rev. Brás Cubas.** Taubaté/SP, v. 09, n. 02, 2020. Disponível em:< <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/877/872>. Acesso em: 05 de jun. de 2020.
8. ADAMY, Edlamar Kátia; ZOCCHÉ, Denise Antunes de Azambuja; ALMEIDA, Miriam de Abreu. Contribuição do processo de enfermagem para construção identitária dos profissionais de enfermagem. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre , v. 41, n. spe, e20190143, 2020 . Disponível em: <<http://www .sc ielo.br/scie>

lo.php?script =sci _ arttext& pid=S19 83-14472020000200403&lng=en&nrm=iso>.
Acesso em: 05 de jun. 2020.

9. MANUAL DE ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS. **Norma 8.2.3.** Procedimentos metodológicos: Tipo de pesquisa. Vila Velha: Faculdade Novo Milênio, 2020, 1º ed. Disponível em: <https://www.novomilenio.br/Pesquisa/Meta.asp>. Acesso em: 05 de jun. De 2020.

10. TEDIOSO, Sheila; PADILHA, Maria Itayra; ENDERS, Bertha Cruz; LIRA, Ana; BREDA, Lucas Karen. Análise do conceito de Identidade Profissional do Enfermeiro. **Investigação Qualitativa em saúde-Atlas CIAIQ2017**, v. 2, 2017. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1511> Acesso em: 08 jun. 2020.

11. SERRA, Miguel Nunes. Aprender a ser enfermeiro Identidade profissional em estudantes de enfermagem. Sísifo. **Rev. de Ciências da Educação** - Unidade de I&D de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, n. o5, pp. 69-80, issn 1646-4990, 2008. Disponível em: <http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/93>. Acesso em: 08 jun. 2020.

12. MARTÍNEZ-RIEIRA, José Ramón. Identidade da enfermeira na sociedade do racionalismo. **Rev Bras Enferm.** 2019, ed. 72, vol. 5, pág. 1127-8. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019720501>. Acesso em: 08 jun. 2020.

13. MACHADO, Maria Helena *et al* . Mercado de trabalho e processos regulatórios – a Enfermagem no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 25, n. 1, p. 101-112, Jan. 2020 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000100101&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 de jun. 2020.

14. MACHADO, Maria Helena *et al*. Características gerais da enfermagem: O perfil sócio-demográfico. **Enfermagem em Foco**. Rio de Janeiro, vol. 6, ed. ¼, p. 11-17, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Caracter%C3%ADsticas-gerais-da-enfermagem-o-perfil-s%C3%B3cio-demogr%C3%A1fico.pdf>. Acesso em: 11 de jun. 2020.

15. MACHADO, Maria Helena *et al*. Aspectos gerais da formação da enfermagem: o perfil da formação dos enfermeiros, técnicos e auxiliares. **Enfermagem em Foco**. Rio

de Janeiro, vol. 6, ed. 2/4 p. 15-34, 2016. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/687/297>>. Acesso em: 11 de jun. 2020.

16. FIOCRUZ, **Fundação Oswaldo Cruz: uma instituição a serviço da vida. Pesquisa Inédita traça perfil da enfermagem no Brasil.** 2015. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem-no-brasil>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

17. COFEN, Conselho federal de Enfermagem. **Deputado Mauro Nazif apresenta novo PL sobre o piso salarial.** 2019. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/deputado-mauro-nazif-apresenta-novo-pl-sobre-o-piso-salarial_69862.html?text=O%20documento%20prop%C3%B5e%20um%20piso,Enfermagem%20e%20para%20a%20parteira.> Acesso em: 12 jun. 2020.

18. COREN-SE, Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe. **Está no Senado PL que visa definir piso salarial dos profissionais de Enfermagem.** 2020. Disponível em: <http://se.corens.portalcofen.gov.br/esta-no-senado-projeto-de-lei-que-visa-definir-piso-salarial-dos-profissionais-de-enfermagem_24903.html#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20n,para%20ser%20analisado%20e%20votado.&text=Para%20os%20t%C3%A9cnicos%20%20%C3%A9%20de,de%20trabalho%20de%2030%20horas.>. Acesso em: 12 jun. 2020.

19. CASSIANI, Silvia Helena de Bortoli; LIRA NETO, José Claudio Garcia. Perspectivas da Enfermagem e a Campanha Nursing Now. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 71, n. 5, p. 2351-2352, Oct. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000502351&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jun. 2020.

20. AMARAL, Rosângela da Conceição Sant'anna et al. A inserção da enfermeira obstétrica no parto e nascimento: obstáculos em um hospital de ensino no Rio de Janeiro. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, e20180218, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452019000100222&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jun. 2020.

A percepção do enfermeiro no cuidado com a pele do recém-nascido prematuro

Cátia Santos¹²
Wanize de Almeida Rocha¹³
Florêncio Augusto Filho¹⁴
Gustavo Rigoni da Silva¹⁵

RESUMO

Define-se prematura, a criança nascida antes de 37 semanas de gestação. Ao nascimento, as estruturas da pele do recém-nascido (RN) estão formadas, porém muitas funções são imaturas. As práticas de cuidados adequados ao prematuro denotam a equipe de enfermagem a valorização dos cuidados prestados, promovendo uma melhor assistência ao RN prematuro, em um ambiente onde o bebê possa lutar pela sua sobrevivência. O objetivo deste estudo é identificar a percepção dos enfermeiros sobre o cuidado com a pele do RNP. Enfermeiras dos plantões diurnos e noturnos da UTIN de um Hospital Público de Vila Velha ES, responderam a um questionário com seis perguntas abertas e fechadas que avaliou o nível de percepção dos enfermeiros que atuam na UTIN quanto ao cuidado com a pele do recém-nascido prematuro. O número excessivo de punções, a má qualidade dos materiais disponíveis e o comprometimento da equipe foram as dificuldades mais citadas para manter a integridade da pele. É fundamental a atualização do conhecimento científico e aplicação de uma educação continuada para que sejam tomadas condutas adequadas, beneficiando e promovendo uma maior sobrevida aos RNPTs.

Palavras-chave: pele, recém-nascido, prematuridade, enfermagem

INTRODUÇÃO

Unidade de terapia intensiva (UTI) é um ambiente especializado com muitos recursos tecnológicos onde a recuperação e manutenção da vida é o foco^[1]. Local destinado a pacientes em estado grave que requerem cuidados mais complexos, monitoração e assistência contínua^[1]. Neste ambiente há uma equipe multidisciplinar formada por profissionais como fisioterapeuta, nutricionista, psicólogo, assistente social, fonoaudiólogo, médicos e enfermeiros sempre em alerta^[1].

¹² Enfermeira pela Faculdade Novo Milênio

¹³ Fisioterapeuta, Mestre em Ciências Fisiológicas, Professora da Faculdade Novo Milênio

¹⁴ Enfermeiro, Mestre em sociologia política, Professor da Faculdade Novo Milênio

¹⁵ Enfermeiro pela Universidade Federal do Espírito Santo e Especialista em Saúde Coletiva e Saúde da Família pela Universidade Cruzeiro do Sul –SP. Professor da Faculdade Novo Milênio.

A Unidade de terapia intensiva neonatal (UTIN) é uma área destinada a assistência de recém nascidos (RN) em estado crítico, onde deve atuar profissionais de enfermagem com grande conhecimento científico, habilidade técnica e capacidade de avaliar cada paciente em particular, para isso é necessário o desenvolvimento de um planejamento da assistência de enfermagem^[2].

A enfermagem tem um papel importante na assistência de promoção, prevenção de doenças, recuperação e reabilitação da saúde, para isso utiliza um modelo de sistematização que vai direcionar o cuidado tornando o enfermeiro capaz de desenvolver intervenções assistenciais que venham garantir a qualidade do cuidado^[3].

Define-se prematura, a criança nascida antes da 37^o semana de gestação e pode ser classificada como pré-termo (com menos de 37 semanas de gestação): pré-termo limítrofe (PTL, 35 a 36 semanas de idade gestacional), pré-termo moderado (PTM, 31 a 34 semanas de idade gestacional) e pré-termo extremo (PTE, idade gestacional \leq 30 semanas)^[4].

Os recém-nascidos prematuros (RNPT) possuem características físicas e neurológicas que são diferentes em cada estágio de desenvolvimento^[5]. Dessa forma, o RN avaliado prematuro (PT) é encaminhado a unidade de terapia intensiva neonatal (UTIN) onde precisará receber cuidados específicos para sua sobrevivência^[5].

A prematuridade é responsável pelo maior número de internações em uma UTIN. A imaturidade da maioria dos sistemas orgânicos coloca o recém-nascido sob risco de diversas complicações neonatais^[6]. A incidência é maior na classe socioeconômica mais baixa^[6].

Ao nascimento todas as estruturas da pele do recém-nascido a termo estão presentes, mas muitas funções do tegumento estão imaturas^[6]. A epiderme e a derme estão frouxamente ligadas e muito delgadas. Uma fricção leve através da epiderme pode provocar a separação dessas camadas e formar bolhas^[6]. No recém-nascido prematuro a pele é caracteristicamente imatura, tem maior sensibilidade e fragilidade em relação aos neonatos a termo, na maioria dos prematuros as propriedades de barreira cutânea se assemelham às do neonato a termo 2 a 4 semanas após o nascimento^[6].

Para que a adaptação do RNPT a vida extrauterina seja bem sucedida é necessário uma série de cuidados com a pele o que é uma preocupação constante dos profissionais que atuam na UTIN^[7].

Vários cuidados são essências com a pele do RN, desde a manutenção da temperatura, banho, uso de emolientes, fixação/remoção de fitas, uso de aparelhos para monitoração e realização de procedimentos invasivos^[5].

O banho diário é desnecessário e contra indicado para o RNPT, sendo necessário apenas higienização da área dos genitais e descontaminação da pele do RNPT com clorexidine 0,5%^[5].

As práticas de cuidados adequados a pele do prematuro denotam à equipe de enfermagem a valorização dos cuidados prestados. É uma prática desafiadora que vai repercutir na melhor qualidade de vida desses prematuros. Tendo em vista a importância desse tegumento para a sobrevivência do prematuro, o conhecimento e destreza ao prestar cuidados para que haja a manutenção da integridade da pele do RN exige um trabalho multiprofissional dos cuidados que serão prestados, e o enfermeiro desenvolve ações de alta complexidade tornando o cuidado mais humanizado e direcionado.

Rolim *et al*^[8] realizaram um estudo na UTIN de uma maternidade pública em fortaleza, cujo objetivo foi conhecer o cuidado das enfermeiras prestado ao recém-nascido (RN) para prevenção de lesão na pele^[8]. Foi constatado no estudo que as medidas preventivas mais mencionadas pelas enfermeiras foram o uso de hidrocolóides nas proeminências ósseas, a higiene diária utilizando sabonete líquido neutro, e pomadas ou óleos para evitar assaduras, a proteção da pele com filme transparente e a utilização do óleo mineral para a retirada de adesivos, além da mudança de decúbito para prevenção da úlcera de pressão, sendo necessária a avaliação diária da pele do bebê quanto aos sinais de infecção, umidade, hiperemia e edemas^[8].

De acordo com Cunha e Procionoy^[9] os cuidados que preservem a integridade da pele do pré-termo devem ser prioritários durante a internação em uma UTIN, sendo o cuidado com o banho do neonato pré-termo com o uso somente de água durante esse procedimento e o aumento do intervalo de dias entre os banhos um cuidado especial com a pele do neonato, cuja finalidade é evitar um aumento na colonização

de microorganismos da pele do pré-termo, proporcionando uma proteção fisiológica deste órgão^[9].

A grande relevância desse trabalho é promover o melhor conhecimento sobre esse tegumento que é de vital importância para a sobrevivência do prematuro, promovendo um ambiente onde o bebê possa lutar pela sua sobrevivência. Escolher este tema nos levou a refletir sobre a importância de preservar a pele do RNPT evitando possíveis lesões, sendo assim o estudo oferece subsídios que enriquecerá ainda mais a experiência cotidiana dos enfermeiros que atuam na UTIN.

Considerando que o nível de conhecimento dos enfermeiros no cuidado com a pele do prematuro em uma UTIN interfere no resultado do tratamento prestado ao RN prematuro, essa pesquisa visa analisar a percepção desses profissionais e observar a necessidade de atualização. Visto a dificuldade em encontrar artigos científicos atualizados sobre esse assunto, os resultados desse estudo podem fornecer dados científicos e incentivar novas pesquisas nesta área, favorecendo a elaboração de treinamentos e atualização para que o enfermeiro possa prestar uma melhor assistência ao RN prematuro.

O objetivo desta pesquisa é analisar a percepção dos enfermeiros sobre o cuidado com a pele do recém-nascido prematuro da UTIN, do Hospital Estadual localizado no município de Vila Velha - ES.

MÉTODO

Foi realizado estudo descritivo de prevalência na UTIN, de um Hospital Estadual localizado no município de Vila Velha - ES. O Hospital caracterizado como de grande porte é administrado pelo Governo do Estado. Realiza atendimento infantil e obstétrico de caráter emergencial, de alta e média complexidade e por fim de demandas espontâneas.

A UTIN possui 28 leitos, sendo 13 de alto risco, 3 de Unidade Terapia Intensiva Pediátricas (UTIP), 6 leitos de médio risco e 6 de baixo risco. É dividida por box, para alocação dos leitos e cada box contém uma pia com dispensador de sabão líquido e papel toalha, como também álcool gel, para a higienização das mãos (HM).

A UTIN conta com uma equipe de saúde multiprofissional constituída por médicos, fisioterapeutas, nutricionistas, assistente social e a equipe de enfermagem. A equipe de enfermagem possui 9 enfermeiros, sendo 6 diaristas e 3 enfermeiros plantonistas, em escala noturna 12/60 h, com quatro complementações e 50 técnicos/auxiliares de enfermagem distribuídos em plantão noturno e diurno, em escala 12/36h.

Após aprovação do comitê de ética (CEP) foram abordados todos os enfermeiros dos plantões diurnos e noturnos da UTIN, independente do tempo de experiência profissional que concordaram em participar da pesquisa e assinaram o termo de consentimento esclarecido (TCLE). Os indivíduos foram convidados a participarem do estudo respondendo a um questionário com seis perguntas abertas e fechadas. Todos receberam os esclarecimentos necessários acerca do objetivo da pesquisa, da garantia de sigilo e anonimato. Foram excluídos todos aqueles enfermeiros que durante o período de coleta de dados não assinaram o termo de consentimento livre esclarecido (TCLE), que estavam de férias, licença médica.

O questionário aplicado avaliou a percepção dos profissionais de enfermagem que atuam na UTIN quanto ao cuidado com a pele do recém-nascido prematuro. Foi aplicado no setor individualmente e todas as respostas foram analisadas em sua íntegra, onde foi feita uma análise do discurso, avaliando e agrupando-as de acordo com concordância nas respostas, sendo então descritas mantendo a fidelidade às opiniões dos entrevistados. Para garantir o anonimato os entrevistados foram identificados com números.

As principais variáveis analisadas foram a percepção e a atualização dos enfermeiros quanto ao cuidado com recém nascidos prematuros como também sexo, idade, tempo de formação e tempo de serviço. Foi realizada a análise do discurso individual de forma qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 10 enfermeiras com idade média de 33 anos e desvio padrão de ± 7.4 respondendo a um questionário com 6 perguntas (três aberta e três fechadas).

Das perguntas fechadas foi verificado que 30% das enfermeiras tem pós graduação e nenhuma entrevistada possui mestrado ou doutorado.

A média de tempo de formação dos enfermeiros atuantes na UTIN é 9 anos com desvio padrão de ± 6.9 . Segundo o gráfico 20% dos enfermeiros atuam até 1 ano na UTIN, 20% de 1 a 2 anos, 30% atuam entre 2 a 4 anos e os outros 30% a mais de 6 anos como mostra a figura 1.

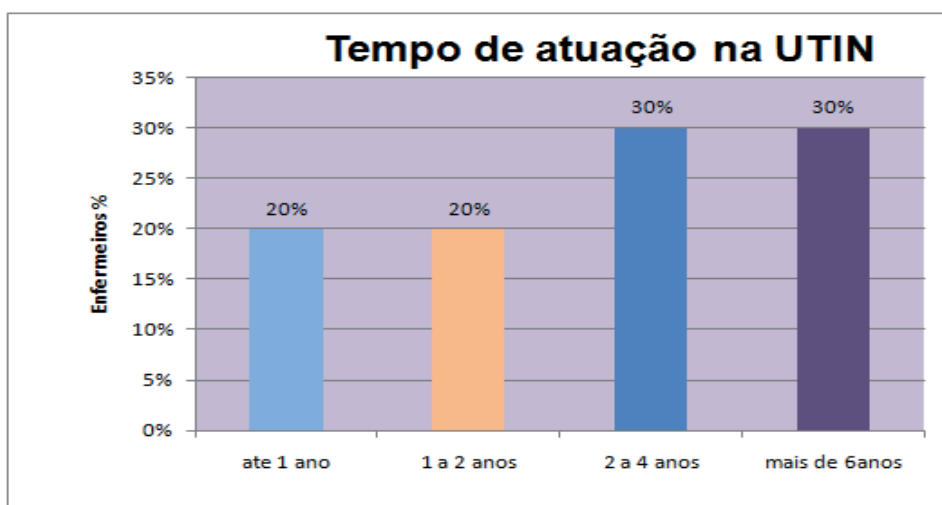


Figura 1: Distribuição em percentual do tempo de atuação das enfermeiras na UTIN de um hospital público de Vila Velha – ES (n=10).

As enfermeiras da UTIN definiram a pele do RNPT como sensível, frágil e fina demonstrados na tabela 1. Segundo alguns autores^[6,9] a pele do RNPT é caracteristicamente imatura, delicada, tem maior sensibilidade, fragilidade e está mais propícia à lesão, sendo que uma leve fricção pode provocar a separação das camadas e formar bolhas.

Tabela 1: Distribuição em percentual das características da pele do RNPT segundo a percepção das enfermeiras da UTIN de um hospital público de Vila Velha - ES

Características da pele		
	FA (n)	FR(%)
Sensível/Frágil	10	100
Fina	6	60
Gelatinosa	6	60
Imatura	3	30
Ruborizada	2	20

FA(n) indica frequência absoluta e FR(%) indica frequência relativa

A figura 2 demonstra que os três tipos de lesões mais comuns citadas pelas enfermeiras da UTIN foram escoriações após retirada de fitas adesivas (90%), lesão de queimadura por sensor (70%), assadura perianal (60%), ainda foram citadas outras como hematomas (40%) e extravasamento de soluções (40%).

Em um estudo desenvolvido uma UTIN do hospital Universitário de São Paulo foi constatado que dos 121 RNs estudados 77% destes sofreram algum tipo de lesão durante o tempo de internação, sendo as mais frequentes: equimoses, eritemas perineais, monólases e em menor número hematomas, escoriações, infiltrações, erosão, fissura e impetigo^[10].

Outro estudo realizado em um hospital de Fortaleza, predominaram lesões do tipo: hematomas (46%), seguidas por eritemas (18%), escoriações (12%), equimoses (10%), pústulas (6%) e outras (8%)^[11].

Em proporções diferentes, as escoriações, hematomas, assaduras perineais e infiltrações foram lesões incomuns nas pesquisas citadas.

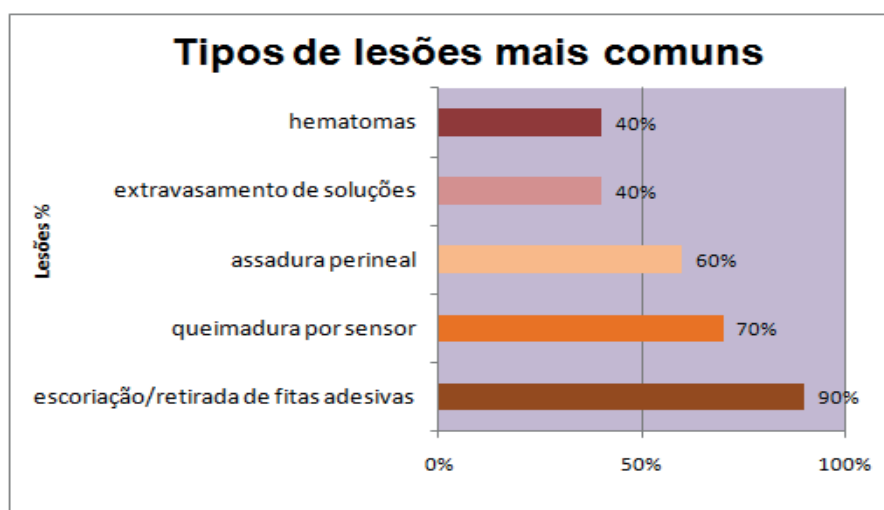


Figura 2: Distribuição em percentual das lesões mais comuns encontradas na UTIN, citados por enfermeiras de um hospital público de Vila Velha – ES (n=10).

As dificuldades mais citadas pelas enfermeiras para manter a integridade da pele do RNPT foram a realização de punções venosas repetidas vezes, a má qualidade dos materiais disponibilizados, o comprometimento da equipe e a prematuridade, demonstrados na tabela 2.

Outros estudos também constataram que grande índice de manipulação para realizar punção venosa, extremos de idade, além da presença de fatores mecânicos como adesivos para fixação de cateteres e sondas, uso de fralda, a sobrecarga de trabalho, falta de materiais, a dificuldade do trabalho em equipe, falta de cursos de aprimoramento, a falta de pessoal e a falta de autonomia profissional sendo fatores de risco de integridade da pele prejudicada^[12-14].

Tabela 2: Distribuição em percentual das dificuldades para manter a integridade da pele segundo a percepção das enfermeiras da UTIN de um hospital público de Vila Velha - ES

Dificuldades para manter a integridade da pele	Dificuldades para manter a integridade da pele	
	FA (n)	FR(%)
Punções constantes	8	80
Má qualidade dos materiais	6	60
Comprometimento da equipe	5	50
Prematuridade	2	20
Falta de materiais adequados	2	20
Falta de treinamentos	2	20
Uso de adesivos em excesso	1	10
Dificuldade de manter a pele umidificada	1	10
Má utilização de materiais	1	10

FA(n) indica frequência absoluta e FR(%) indica frequência relativa

O RNPT é encaminhado à UTIN que é um ambiente diferente daquele que ele se encontrava e passa a ser excessivamente manuseado, tanto para procedimentos ou cuidados de rotina^[2]. Esse manuseio é necessário para sua recuperação, porém pode levar a lesar a pele do RNPT.

Devido às características da pele do RNPT torna-se necessário vários cuidados específicos para manter a integridade da pele do RNPT, nesse estudo foi verificado que as enfermeiras colocam em prática vários cuidados, como o rodízio do local do sensor de oximetria, sendo trocado a cada 3 horas, evita/limita o uso de fitas adesivas para fixação, faz-se o uso de BAG BATH (hidratante) e o uso de filme transparente na fixações e curativos, demonstrados na tabela 3. Essa pesquisa está de acordo com estudos realizados em Fortaleza onde constatou que um dos principais cuidados realizados é o uso de hidrocoloide, rodízio de sensores de oxímetro e o uso de membrana transparente semipermeável^[15,8,16, 17].

Tabela 3: Distribuição em percentual dos cuidados para manter a integridade da pele do RNPT segundo a percepção das enfermeiras da UTIN de um hospital público de Vila Velha - ES

Cuidados para manter a integridade da pele		
	FA (n)	FR(%)
Rodízio do local do sensor de oximetria	8	80
Uso reduzido de fitas adesivas	5	50
Uso de BAG BATH (hidratante)	4	40
Uso de filme transparente para fixação/proteção: PICC e punções	4	40
Uso de hidrocoloide	3	30
Lavagem das mãos	2	20
Uso de PICC	2	20
Cuidado com uso de álcool/clorexidina	2	20
Mínimo manuseio	1	10
Manter a pele umidificada	1	10

FA(n) indica frequência absoluta e FR(%) indica frequência relativa

Em relação à frequência de treinamentos para a equipe, podemos observar na figura 3 que 30% das enfermeiras disseram ter um treinamento anualmente, 50% disseram não haver treinamento e 20% disseram que a frequência de treinamento é de 2 em 2 meses. Foi observado que as que disseram ter treinamento em menos tempo (2 em 2 meses) atuam a menos de 2 anos na UTIN.

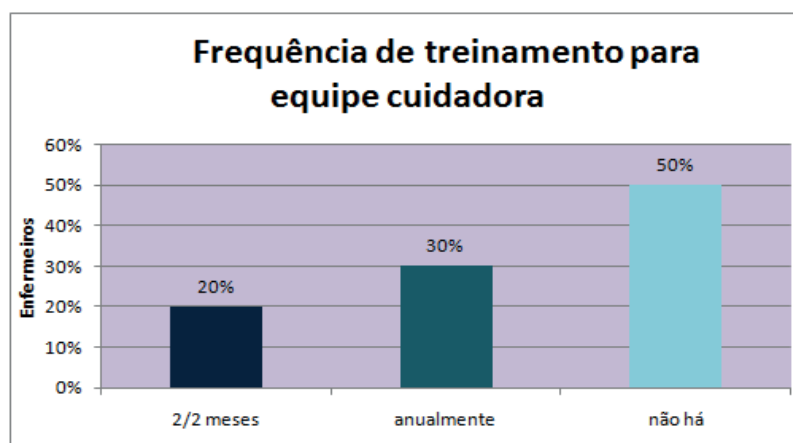


Figura 3: Distribuição percentual da frequência de treinamentos para equipe cuidadora da UTIN de um hospital Estadual de Vila Velha –ES (n=10).

Quanto à existência de protocolo na UTIN, específico para o cuidado com a pele do RNPT, 60% disseram não haver e 40% disseram que existe. Foi verificado com a coordenação da UTIN que ha um protocolo na CCIH (Comissão de Controle de Infecção Hospitalar), porém, o mesmo ainda não está disponibilizado no setor, mas existe o POP (Procedimento Operacional Padrão) onde contém instruções relacionadas a procedimentos e cuidados que vão evitar lesões na pele do RNPT.

CONCLUSÃO

O presente trabalho conclui que: A média de formação das enfermeiras é de 9 anos, 30% tem pós graduação, e possuem conhecimento e aplicam cuidados necessários e importantes para manutenção da integridade da pele. As lesões mais comuns citadas pelas enfermeiras na UTIN foram escoriações após retirada de fita

adesiva, queimadura de sensor e assadura perineal, os cuidados mais realizados foram rodízio do local de sensor, evitar o uso de adesivos, faz uso de BAG BATH e filme transparente. As dificuldades mais citadas foram a realização de punções venosas repetidas, a má qualidade de materiais e o comprometimento da equipe.

Ficou evidente nesta pesquisa que existe a necessidade de uma avaliação padrão e que esta possa ser adequada às necessidades do indivíduo após criteriosa avaliação e constante reavaliação do quadro do RNPT.

A pele do RNPT é um motivo de cuidado e preocupação, assim sendo, manter a integridade da pele do RNPT que está em um período crítico de adaptação é fundamental para saúde neonatal. Uma vez que é imprescindível a atualização do conhecimento científico para que condutas corretas e eficazes sejam tomadas, adaptar o que já é padronizado às necessidades do cliente pode trazer benefícios e promover uma maior sobrevida aos RNPTs.

O conhecimento científico da enfermeira pode liderar a sensibilização do cuidado, do enxergar o ser humano como único e, respeitando essa individualidade, promover suas intervenções. Planejar o cuidado e realizá-lo dentro do padrão pré-estabelecido, respeitando as competências da enfermeira, para oferecer um atendimento eficaz.

A busca constante do aperfeiçoamento profissional deve estar inserida nos procedimentos diários e ter como base, dados científicos. Para tal, se faz mister que novos estudos possam ser feitos e seus resultados divulgados.

REFERÊNCIAS

1. HU, UFCS. **Unidade de Terapia Intensiva Hospital Universitário Polydoro Ermani de São Thiago**. 2012, Disponível em: <http://www.hu.ufsc.br/uti/paciente.html>. acesso em: 20 out. 2012
2. DUARTE, Alexandra Paz Pereira; ELLENSOHN, Lisara. A operacionalização do processo de enfermagem em terapia intensiva neonatal. **Revista Enfermagem UERJ**, v.15, n. 4, p. 521-526, 2007.
3. MARQUES, Patrícia Araújo; MELO, Enirtes Caetano Prates. O processo de trabalho em uma unidade de terapia intensiva neonatal. **Revista Escola Enfermagem USP** v. 45, n. 2, p. 374-380, 2011.

4. VIEIRA, Martina Estevam Brom ; LINHARES, Maria Beatriz Martins. Desenvolvimento e qualidade de vida em crianças nascidas pré termo em idades pré escolar e escolar. **Jornal de Pediatria**, v. 87, n. 4, p. 281-291, 2011.
5. MARTINS, Christiane Pereira; TAPIA, Carmen Elisa Villalobos.. A pele do recém nascido prematuro sob a avaliação do enfermeiro: *cuidado norteando a manutenção da integridade cutânea*. **Revista Brasileira de Enfermagem.**, v.62, n. 5, p. 778-83, 2009.
6. HOCKENBERRY, Marilyn J; WILSON, David; RODGER,S Cheryl. **Wong fundamentos de enfermagem pediátrica**, 7º Ed. Rio de Janeiro. Elsevier Editora Ltda, 2006.
7. ADRIANO, Louanna Silva de Macedo; FREIRE, Izaura Luzia Silvério; PINTO, Juliana Teixeira Jales Menescal. Cuidados intensivos com a pele do recém nascido pré termo. **Revista Eletrônica de Enfermagem.**, v. 11, n. 1, p. 173-80, 2009.
8. ROLIM, Karla Maria Carneiro; FARIAS, Celiane Parente Ximenes; MARQUES, Luciana Carvalho; Magalhães, Fernanda Jorge; Gurgel, Eloah de Paula Pessoa; CAETANO, Joselany Áfio. Atuação da enfermeira na prevenção de lesão de pele do recém-nascido. **Revista enfermagem UERJ.**, v.7. n. 4, p. 544-549, 2009.
9. CUNHA, *Maria Luzia Chollopetz*; PROCIANOY, *Renato Soibelmann* . Banho e colonização da pele do pré-termo. **Revista Gaúcha Enfermagem.**, v. 27, n. 2, p. 203-208, 2006.
10. NEPOMUCENO, Lilian Mara Rondello ; KURCGANT, Paulina. Uso de indicador de qualidade para fundamentar programa de capacitação de profissionais de enfermagem. **Revista Escola Enfermagem**, v. 42, n. 4, p. 665-672, 2008.
11. FONTENELE, Fernanda Cavalcante; CARDOSO, Maria Vera Lúcia Moreira Leitão. Lesões de pele em recém-nascidos no ambiente hospitalar: *tipo, tamanho e área afetada*. **Revista Escola Enfermagem** v. 45, n. 1, p. 130-137, 2011.
12. CARDOSO, *Maria Vera Lúcia Moreira Leitão*; ROLIM, *Karla Maria Carneiro* ; FONTENELE, *Fernanda Cavalcante* ; GURGEL, *Eloah de Paula Pessoa* ; COSTA *Luciana Rabelo* . Respostas fisiológicas e comportamentais do recém-nascido de risco durante o cuidado da enfermeira. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 28, n. 1, p. 98-105, 2007.
13. DEL'ANGELO, Natália; GÓES, Fernanda dos Santos Nogueira; DALRI, Maria Célia Barcellos; LEITE, Adriana Moraes; FURTADO, Maria Cândida de Carvalho;

- SCOCHI, Carmen Gracinda Silvan . Diagnósticos de enfermagem de prematuros sob cuidados intermediários. **Revista Brasileira Enfermagem**, v. 63, n. 5, p. 755-761, 2010.
- 14.MONTANHOLI, Liciane Langona; MERIGHI, Miriam Aparecida Barbosa, JESUS, Maria Cristina Pinto. Atuação da enfermeira na unidade de terapia intensiva neonatal: *entre o ideal, o real e o possível*. **Revista Latino-Americana Enfermagem**, v.19, n. 2, p. [08 telas], 2011.
- 15.FONTENELE, Fernanda Cavalcante; CARDOSO, Maria Vera Lúcia Moreira Leitão. Lesões de pele em recém-nascidos na unidade de terapia intensiva neonatal. **Rev Esc Enferm USP**, v. 45, n. 1, p. 130-137, 2011.
- 16.ROLIM, Karla Maria Carneiro; LINHARES Danielle Cortez; RABELO, Lisandra Sales; GURGEL, Eloah de Paula Pessoa; MAGALHÃES, Fernanda Jorge; CAETANO, Joselany Áfio. Cuidado com a pele do recém-nascido pré-termo em unidade de terapia intensiva neonatal: *conhecimento da enfermeira*. **Revista Rene**, v. 9, n. 4, p. 107-115, 2008.
- 17.GURGEL, Eloah de Paula Pessoa; CAETANO, Joselany Áfio; LOPES, Marcos Venícios de Oliveira ROLIM, Karla Maria Carneiro, ALMEIDA, Paulo César; MAGALHÃES, Fernanda Jorge; , BARRETO, João Osmiro. Eficácia do uso de membrana semipermeável em neonatos pré-termo na redução de perdas transepidermicas. **Revista Escola Enfermagem**,v. 45, n. 4, p; 818-824, 2011.
- 18.CUNHA Maria Luiza Chollopetz ; MENDES Eliane Norma Wagner; BONILHA, Ana Lúcia Lorenzi. O cuidado com a pele do recém-nascido. **Revista Gaucha de Enfermagem**. v. 23, n. 2, p. 6-15, 2002.
- 19.GARTNER Leslie P; HIATT James L. **Tratado de histologia**. 3º Ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara koogan s.a , 1997
- 20.TRONCHIN, *Daisy Maria Rizatto*; TSUNECHIRO, *Maria Alice* . Prematuros de muito baixo peso: *do nascimento ao primeiro ano de vida*. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 28, n. 1, p. 79-88, 2007.

Metodologia de desenvolvimento de competências em passos sistematizados: soluções para promover o aprendizado significativo

Liana da Silva Jacomini¹⁶
Bianca Magnelli Mangiavacchi¹⁷

RESUMO

Este trabalho apresenta como proposta dentro da prática pedagógica da “Metodologia de Desenvolvimento de Competências” apresentara descrição dos passos metodológicos sistematizados em sete etapas que visa o despertar docente para uma nova proposta educacional. Para tanto foi realizada uma revisão da literatura bem como análise dos pressupostos teóricos referentes a prática pedagógica apresentada. Esta metodologia, além de desenvolver competências profissionais relacionadas à execução do trabalho docente, favorece a organização do processo de aprendizagem corroborando, assim, para a promoção do aprendizado significativo do educando. Esta não se trata de uma metodologia de ensino, mas de uma metodologia de aprendizagem, que visa a ação-reflexão-ação do educando que, nesta perspectiva, torna o docente o facilitador e mediador da situação de aprendizagem. Sendo assim é possível que o docente sistematize todas as situações de aprendizagem e, logo, o educando experimenta, em todas as atividades, a mesma sequência metodológica para o desenvolvimento de suas competências. A ação docente requer o exercício constante das competências de planejar, mediar e avaliar. Nesta metodologia os desacertos não são vistos como erros, mas como parte do processo de reflexão e aprendizagem. A partir do acesso a metodologia o docente compreende que estabelecer critérios e procedimento de avaliação, adequadamente, favorece o desenvolvimento de competência dos educandos. E que o instrumento de avaliação, mais do que quantificar o aprendizado do estudante, aponta a eficácia da atividade de aprendizagem. E neste contexto, conhecer e utilizar uma metodologia eficiente que facilita esta atuação se faz sumamente importante.

Palavras-chave: Práticas de ensino; Processo pedagógico; Passos Metodológicos; Aprendizagem. Ensino.

INTRODUÇÃO

Analisando historicamente a proposta educacional no Brasil é possível verificar cenários diversificados, que vão desde a ausência de professores qualificados e de recursos financeiros e materiais para a estruturação dos cursos, até a dificuldade de compreensão dos seus dispositivos legais pelos estudantes e pela sociedade.

¹⁶ Especialista em Docência para Educação Profissional/SENAC – Minas. Especialista em Fisioterapia Dermato Funcional. Professora do curso de Estética e Cosmética da Faculdade Novo Milênio

¹⁷ Doutora em Biociências e Biotecnologia – UENF. Especialista em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas – FAMESC Subcoordenadora do curso de Medicina / FAMESC. Professora dos cursos de Enfermagem, Ciências Biológicas e Pedagogia (EaD) da Faculdade Metropolitana São Carlos-FAMESC RJ

A capacitação continuada docente é importante não só devido às exigências do mercado de trabalho, mas também devido à necessidade constante de aperfeiçoamento para que se desenvolva habilidades para educar.

Quando se fala em educação no Brasil, tem-se na figura do professor (docente) o ator principal do processo de ensino-aprendizagem por ser aquele que tem o contato direto com os educandos. Mas, assim como em qualquer organização, por trás dos talentos individuais é preciso uma gestão que oriente esforços e dê um sentido ao todo.

Desta forma, propostas metodológicas que exijam do educando desenvolvimento de sua autonomia, estimulando-o a refletir e a buscar soluções, com intuito de instigar sua curiosidade e desenvolver seu pensamento crítico se fazem necessárias no dia a dia da prática docente.

No planejamento docente não pode haver dúvidas sobre o que deve ser ensinado e como deve ser ensinado. É essencial ordenar os passos do processo de aprendizagem para melhor promover o desenvolvimento dos educandos, mediando as atividades relacionadas à competência, levando assim, o docente, a busca do processo coletivo da “construção do saber”.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a metodologia sistematizada em sete passos metodológicos como proposta pedagógica docente para promoção de uma visão diferenciada dos processos de aprendizagem. O estudo surge da necessidade de uma qualificação e atualização dos profissionais docentes para atender as demandas de mercado, aprimorando suas competências, ampliando sua visão do processo de ensino aprendizagem e, conseqüentemente, contribuindo para um desenvolvimento, mais íntegro e significativo, de competências pelo educando.

MÉTODO

A metodologia empregada pautou-se na utilização dos métodos historiográfico e dedutivo. O método dedutivo se justifica na abordagem eleita como proposta

condutora da temática. Ainda sob o ponto de vista da abordagem, a pesquisa é descrita como qualitativa.

Na pesquisa foram empregadas a revisão sistemática da literatura e a pesquisa documental com a busca por materiais sob critério de pertinência e adequação ao tema central estabelecido, tendo como base a publicação de Küller e Rodrigo (2019). Este estudo é estruturado de forma a descrever as bases teóricas que fundamentaram a metodologia de desenvolvimento de competências.

DESENVOLVIMENTO

- O Planejamento docente: os sete passos fundamentais

Para facilitar o planejamento docente uma sistematização de passos metodológicos foi desenvolvida. Pois a utilização de um roteiro que permita a organização desta etapa além de aprimorar a competência profissional, para o planejamento, possibilita maior assertividade nos resultados do trabalho docente, em função da organização que a sistematização permite.

Os professores José Antônio Küller e Natália de Fátima Rodrigo (2019), em seu livro *Metodologia de desenvolvimento de competências*, apresentam a sistematização da metodologia de desenvolvimento de competências em cursos de educação. Nele é proposto desenhos de situações de aprendizagem, com base nas atividades dos alunos, onde as competências em desenvolvimento são requeridas, exercitadas, submetidas à reflexão e novamente desempenhadas, mas desta vez, aprimoradas. Neste modelo de metodologia o educador orienta um conjunto de ações do educando. Para o desenvolvimento de uma situação de aprendizagem, chegou-se a um conjunto de sete passos fundamentais.

Segundo Küller (2011), esses passos são a síntese de um conjunto de fórmulas metodológicas, cuja fundamental característica é o exercício da atividade pelo aluno. E sua sistematização, em sete passos, em sequência lógica de aprendizagem, organiza o trabalho do docente e favorece o processo de aprendizagem dos educandos.

Passo 1: Contextualização e mobilização

Segundo Küller (2011) a contextualização e mobilização:

[...] procura situar a aprendizagem que vai acontecer em seguida, dentro do contexto das aprendizagens dos alunos e dentro do contexto do trabalho em que ele vai exercer. E ao mesmo tempo criar uma situação que o estimule para a atividade de aprendizagem que será proposta em seguida.

Rodrigo e Küller (2019), ao discutirem sobre considerações e exercícios prévios à formulação de uma estratégia de contextualização e mobilização, afirmam que na metodologia de desenvolvimento de competências, a importância do passo metodológico *contextualizar e mobilizar* relaciona-se com vários problemas enfrentados do dia a dia do educador e com as capacidades demandadas por eles, tais como: Motivar para a aprendizagem; Promover a interação entre campos distintos do saber; Fazer a conexão entre situações de aprendizagem propostas e o perfil profissional de conclusão de curso; Integrar cada aluno ao ambiente e ao programa do curso; Estimular a participação efetiva dos alunos nas atividades de aprendizagem; Promover aprendizagem com sentido para todos os alunos.

“Quando a aprendizagem acontece de forma contextualizada é quase certo que haverá mobilização e envolvimento dos educandos” (KÜLLER;RODRIGO, 2012).

Quando o docente busca atentamente, um recurso adequado à situação de aprendizagem a ser desenvolvida, usando para isso, de preferência, a arte, por ser um excelente recurso para mobilizar e emocionar, consegue estimular a expressão pessoal e o envolvimento dos educandos na atividade, para a troca de saberes.

Pelizzari et. al (2002) ao discutirem a teoria desenvolvida por Ausubel, alertam para a necessidade de se valorizar o conhecimento prévio de cada educando para a construção de uma aprendizagem significativa. Nessa lógica, quanto mais se relaciona o novo conteúdo de maneira substancial e não arbitrária, com algum aspecto da estrutura cognitiva prévia que lhe for relevante, mais próximo se está da aprendizagem significativa. Quanto menos se estabelece esse tipo de relação, mais próxima se está da aprendizagem mecânica ou repetitiva.

A metodologia de desenvolvimento de competências permite a aproximação do estudante de seu contexto e, desta forma, também, do conhecimento a ser construído.

A partir do momento que se planeja, cuidadosamente, uma situação de aprendizagem prevendo contextualizar a competência alvo e mobilizar os saberes dos estudantes, efetivamente, constrói-se o conhecimento.

Passo 2: Definição da atividade de aprendizagem

Küller (2011) afirma que só se desenvolve uma competência exercitando-a, portanto, é importante que o docente proponha atividade de aprendizagem que se relacione com a competência alvo em questão. A partir da definição dessa atividade, que é a origem e o centro da situação de aprendizagem, o educando deve exercitar a competência que está por desenvolver, demonstrando e mobilizando seus conhecimentos prévios para que a aprendizagem seja, de fato, expressiva.

Ruiz-Moreno et. al, (2005) relata como estratégia de ensino-aprendizagem em espaços formativos:

No intercruzamento entre os saberes prévios dos alunos e os saberes escolares/acadêmicos a serem trabalhados criam-se zonas de desenvolvimento: espaços interativos que mobilizam as possibilidades, dificuldades, projetos que partilhados desencadeiam redes de diálogo, aprendizagem e superação/ampliação dos referenciais explicativos sobre a realidade estudada (p. 202).

O docente deve propor uma atividade que desperte o interesse do educando, para isso deve estar atento ao nível de dificuldade ou facilidade da atividade, para que diante dela, o educando não se sinta desanimado ou frustrado. Uma maneira adequada de ampliar e/ou modificar as estruturas do aluno consiste em provocar discordâncias ou conflitos cognitivos que representem desequilíbrios a partir dos quais, mediante atividades, o aluno consiga reequilibrar-se, superando a discordância reconstruindo o conhecimento (PIAGET, 1997).

Segundo Coutinho e Padilha (2011), “[...] todo professor deveria desenvolver a competência do aluno para saber estudar sozinho, esta seria condição para o desenvolvimento da autonomia”. Autonomia significa ser capaz de se situar consciente e competentemente na rede dos diversos pontos de vista e conflitos presentes numa sociedade.

Peters (2001) afirma que para ser autônomo o estudante necessita desenvolver a capacidade de reconhecer as suas necessidades de estudo, de formular os objetivos de aprendizagem, selecionar conteúdos, projetar estratégias, arranjar materiais e meios didáticos, identificando fontes humanas e materiais adicionais, enquanto que os próprios se organizam, dirigem, controlam e avaliam o processo de aprendizagem.

É importante que o docente proponha atividades que valorizem a autonomia dos educandos para que eles desenvolvam a competência de aprender a aprender. Küller (2012) reforça a importância de estimular a ação autônoma dos educandos e o aprender a aprender, em todas as situações de aprendizagem. A aprendizagem vivencial ocorre quando uma pessoa se envolve numa atividade, analisa criticamente a atividade, constrói alguma aprendizagem útil dessa análise e aplica seus resultados.

Passo 3: Organização e acompanhamento

Coordenar e acompanhar o planejamento pedagógico requer imprescindível ação do docente e objetiva assegurar que as atividades de aprendizagem sejam desenvolvidas de forma como foram planejadas. No entanto, de acordo Küller (2012), a atividade de aprendizagem pode e deve ser organizada de várias maneiras, sem necessidade de se adotar, rigidamente, um formato único.

É preciso considerar, assim, a importância de que a atividade de aprendizagem seja organizada de modo a prever e encaminhar problemas que possam acontecer durante a realização da atividade da forma mais adequada às características dos alunos e aos requerimentos dos objetivos de aprendizagem (KÜLLER; RODRIGO, 2019).

Nesse direcionamento,

[...] o docente pode ter múltiplas possibilidades de organizar ambientes de aprendizagem que sejam mediadores dos processos de apropriação, discussão, análise e produção do conhecimento. As práticas pedagógicas são enriquecidas e se tornam mais produtivas quando demandas, desejos, dúvidas e questões que emergem do grupo de alunos encontram acolhimento e intencionalidade de serem tomadas como pontos de partida para o delicado e complexo ato de aprender (RUIZ-MORENO, 2005, p. 202).

Passo 4: Coordenação e acompanhamento

É importante o acompanhamento reflexivo do docente diante os processos, encontrando-se sensível para perceber as necessidades dos alunos durante o processo de aprendizagem e estar preparado para o desafio de estimular e orientar o desenvolvimento da competência para formação do perfil profissional a ser desenvolvido pelo educando. Conflitos e descobertas são compartilhados, auxiliando o educando a desenvolver seu senso crítico, potencializando seus pontos fortes e trabalhando suas limitações.

O docente deve criar espaços para estimular a ação autônoma do educando, para coordenar suas atividades. Coutinho e Padilha (2011) afirmam que problemas na aprendizagem podem ser solucionados quando o professor estimula mais a participação dos alunos nas atividades, principalmente em grupos. A participação ativa diminui o risco de uma aprendizagem mecânica e sem atrativos para os educandos. Desta forma, faz-se relevante a valorização do que afirmam Pelizzari et. al (2002), acerca do papel do educador, como mais um instrumento capaz de mobilizar e motivar para a aprendizagem significativa.

O próprio educador, praticante da sua área de conhecimento, é uma ferramentado saber do aluno. Se ele for apaixonado pela sua área de conhecimento e for capaz de encantar, o aluno poderá talvez perceber que existe algo pelo qual alguém de fato se interessou e que talvez possa valer a pena seguir o mesmo caminho. Mas se essa não for a realidade vivida pelo professor, se ele apenas transmitir aquilo que leu nos livros, por mais que ele fale de determinado assunto, todo corpo estará dizendo o contrário e o aluno provavelmente terá aquele conhecimento como algo para apenas ser cumprido, porque a mente humana é capaz de fazer leituras bastante profundas dos detalhes aparentemente insignificantes, mas que certamente têm um grande poder de semear profundo significados” (PELIZZARI et. al, 2002, p. 41).

De acordo com Mucchielle (2010) “[...] cada aluno pode reagir de um jeito a determinada situação de aprendizagem, uns podem vê-la como imposição, outros como uma humilhação, outros como uma ocasião perigosa de julgamento [...]”.

Küller e Rodrigo (2019) afirmam que “[...] o melhor meio para se controlar a situação pedagógica é compreender, do início ao fim, o que ocorre no encontro pedagógico, na vivência grupal”. Küller (2012) menciona que “é importante o docente observar atentamente os alunos, entendendo e percebendo o que está acontecendo

no processo de aprendizagem e interferindo de forma adequada”. O ensino e a aprendizagem não acontecem de qualquer forma, mas precisa ser pensado, refletido e organizado. Planejamento, mediação e organização são competências fundamentais do docente.

Passo 5: Avaliação da atividade aprendizagem

Neste passo, surge o momento onde se deve avaliar a eficácia e eficiência da atividade de aprendizagem, após o exercício da competência e a mediação entre o docente e o educando. Esta avaliação deve ser feita de maneira que o aluno perceba se a atividade proposta foi adequada para o desenvolvimento da competência alvo, proposta no início da situação de aprendizagem.

Segundo Hoffmann (2003, p. 19), “a avaliação deixa de ser um momento terminal do processo educativo [...] para se transformar na busca incessante de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento”.

A partir do que propõe Hoffmann (2003), é possível refletir sobre esse passo metodológico, pois, segundo a autora, por meio da interação entre professor e aluno, vão surgir condições mais efetivas para que professores e alunos possam ser capazes de se avaliar, de avaliarem o conteúdo em questão e de tomarem decisões quanto ao prosseguimento do processo do ensino e da aprendizagem. Assim, avaliar a atividade proposta para o exercício da competência é também uma dimensão da avaliação, nessa metodologia.

O papel do docente é fundamental na proposição de qualquer processo de mudança relativo ao sistema de ensino, conforme Silva (2003). Sem a conscientização, adesão e participação dos professores, qualquer tentativa de diferentes abordagens fracassará. Convém ressaltar que, além da figura do docente é importante também, a integração e participação de todos os envolvidos no processo.

Segundo Zabala (1998), a finalidade da avaliação é ser instrumento educativo que informa e faz uma valoração do processo de aprendizagem seguido pelo

educando, com o objetivo de lhe oportunizar, em todo momento, as propostas educacionais mais adequadas. Assim, trata-se de avaliar o processo, não apenas o resultado. Moretto (2007) colabora com a reflexão de que a avaliação deve dar ênfase a todo o processo, ao relatar que

[...] a avaliação é eficaz quando o objetivo proposto pelo docente é alcançado [...] A eficiência está relacionada ao objetivo e ao processo desenvolvido para alcançá-lo. Diremos que a avaliação é eficiente quando o objetivo proposto é relevante e o processo para alcançá-lo é racional, econômico e útil. Portanto, para que a avaliação seja eficiente, é preciso que seja também eficaz e vice-versa.

O ato de avaliar deve ser contínuo, pois o caminho rumo a excelência é uma estrada sem fim e a qualidade esperada se torna cada vez maior. Para que a qualidade seja priorizada continuamente é necessário manter os processos e buscar soluções.

Passo 6: Acesso a outras referências

O processo de mediação e aprendizagem planejada pelo docente se complementam com os acessos e referências capazes enriquecer o contexto do processo de ensinagem. Segundo Küller (2010, p. 03), “[...] diz respeito às recomendações práticas e à produção teórica existente, relacionada à competência em desenvolvimento”. É comum no início da solução de uma situação-problema que utilizemos apenas o nosso conhecimento sobre o assunto. Num segundo momento, geralmente utilizamos *feedbacks* do mediador e ou dos colegas para aperfeiçoar a resposta para uma solução. Ou seja, até o momento, não ocorreu acesso a nenhum material teórico. Se as referências não vêm em primeiro plano, não significa dizer que elas não são importantes.

Enquanto o exercício da competência e a reflexão sobre o exercício é a nossa ação sobre o mundo e os problemas que ele nos apresenta, as referências fundamentam-se nas produções teóricas e nas experiências práticas existentes e relacionadas com a competência (KÜLLER; RODRIGO, 2019). Compreender melhor como o indivíduo age é fundamental para aperfeiçoar as soluções que serão propostas para os problemas. Dessa forma, é importante acessar textos teóricos que

poderão ajudar o docente a compreender o processo de forma mais clara, aperfeiçoando ainda mais o seu fazer.

Conforme afirma Sant'anna (2012), este passo metodológico é de fundamental importância para que os educandos possam ampliar seus conhecimentos e sua aprendizagem acerca da competência a ser desenvolvida, na medida em que podem consultar outros meios ou até descobrir novas fontes e conhecimentos agregados.

Moran (2010) enfatiza o poder da tecnologia no acesso a essas referências e justifica essa tendência pela diversidade de material disponibilizado atualmente e de fácil acesso. Enfatiza, entretanto, para a importância do papel do professor, nesse contexto, pois diante da gama de informações disponibilizadas, sobretudo pela internet, os professores podem

[...] ajudar os alunos incentivando-os a saber perguntar, a focar questões importantes, a ter critérios na escolha de sites, de avaliação de páginas, a comparar textos com visões diferentes. Os professores podem focar mais a pesquisa do que dar respostas prontas. Podem propor temas interessantes e caminhar dos níveis mais simples de investigação para os mais complexos; das páginas mais coloridas e estimulantes para as mais abstratas; dos vídeos e narrativas impactantes para os contextos mais abrangentes e assim ajudar a desenvolver um pensamento arborescente, com rupturas sucessivas e uma reorganização semântica contínua (MORAN, [s. d], p. 3-4).

Segundo Küller (2012) as recomendações práticas e a produção teórica existente e relacionada à competência em desenvolvimento são veiculadas, podendo ser feita através de apresentações escritas e/ou orais, vídeos, textos, casos, melhores práticas, visitas virtuais ou reais e outras formas de ampliar a experiência, os modelos e as referências dos participantes em relação ao elemento de competência abordado na situação de aprendizagem. No caso de Comunidade Virtual, um Acervo Multimídia pode ser utilizado neste momento.

O docente tem papel fundamental na formação de um educando crítico e reflexivo na escolha desses materiais, pois quando o educando sente-se parte do processo, ele consegue analisar a veracidade dos materiais pesquisados. Ao propor que os estudantes acessem outras referências após exercitarem a competência e refletirem sobre os exercícios, a metodologia de desenvolvimento de competências garante que, ao chegar o momento de realizar esse acesso, os estudantes poderão fazê-lo de forma significativa (KÜLLER, RODRIGO, 2019).

Passo 7: Síntese e aplicação

Neste momento, os saberes, os valores e as atitudes dos educandos serão aplicados em situações reais. A nova situação de aprendizagem é utilizada com o objetivo de analisar e constatar se o aprendizado anterior foi aplicado de forma eficaz e eficiente. Küller e Rodrigo (2012) afirmam que uma forma útil de produzir esse passo “[...] é elaborar propostas de ação para situações iguais ou distintas daquela vivida na Atividade de Aprendizagem. Assim síntese e aplicação podem estar integradas no mesmo movimento” (p. 7 - grifos do autor).

Learning (2009) afirma que o objetivo fundamental do treino e desenvolvimento é o de ajudar as pessoas a desenvolverem competências que quando aplicadas no trabalho, melhoram o seu desempenho na função e, conseqüentemente, o desempenho organizacional. Nessa perspectiva, pensando na aprendizagem, onde se planeja e possibilita situações para o exercício da competência, o docente precisa zelar pela aprendizagem do educando, utilizando a aula como ferramenta para definir estratégias que o orientem no desafio da aprendizagem (CORDÃO, 2010). Sant’anna (2012, p. 83) ao refletir sobre esse passo metodológico, afirma que

A prática pode ser desafiadora com situações que crescem gradualmente em níveis de complexidade e novidade, de modo a manter o aluno motivado, evitando a repetitividade, sempre propondo um jeito diferente de fazer a mesma coisa. Devem fornecer experiências com muitas variações enquanto mantêm o foco na competência proposta.

A síntese é a junção de todo o conhecimento prévio e construído a partir do processo de aprendizagem. É a composição/resumo das diversas partes constituintes neste processo. A aplicação é quando se aplica o conhecimento numa situação real.

- Reflexão sobre a mediação das situações de aprendizagem

Mesmo que o docente já possua experiência em mediar os desafios apresentados durante a condução das situações de aprendizagem, a metodologia de desenvolvimento de competências favorece o aprimoramento da sua visão, pois destaca a importância de se agir, durante estes processos, de forma mais transparente

e concisa, estimulando os educandos a contribuírem com maior naturalidade para obtenção dos resultados.

Segundo Morgado et al (2009), um dos elementos que pode auxiliar o professor na gestão de conflitos, durante o processo de mediação de aprendizagem, é o estabelecimento do contrato de convivência ou de trabalho a ser construído com os alunos. Este contrato deve conter uma série de princípios éticos a serem respeitados por todos e pode ser utilizado como instrumento mediador da aprendizagem.

Focalizar a experiência, procurando descrevê-la para que outros possam conhecer e participar dos esforços de produção do conhecimento revela-se desafiador. Por procurar apresentar os elementos necessários ao leitor para que este construa um quadro de imagens e desloque-se até a experiência; por empreender uma narrativa mediadora que, preservando seus traços subjetivos, possa se configurar como espaço intersubjetivo (RUIZ-MORENO, 2005).

- Reflexão sobre a avaliação da aprendizagem

Dentro da perspectiva da metodologia de competências, o papel da avaliação da aprendizagem entrelaça-se com desafios que atingem o dia a dia dos professores em suas práticas. De acordo com Luckesi (2002), a avaliação é um dos aspectos mais problemáticos do processo de ensino, porque normalmente utilizada apenas com o sentido de verificação, não apresenta efeitos na dinâmica da ação pedagógica conduzida pelo docente.

A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político-social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. Ou seja, a avaliação, como crítica de percurso, é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento de direção da ação (LUCKESI, 2002, p. 118).

É relevante, pensar a avaliação na dimensão proposta por Luckesi, como crítica do percurso, necessária, portanto, durante todo o processo educativo, direcionando a para a importância dos instrumentos e procedimentos que a constituem. De acordo com Barbosa (1991, p.2)

[...] uma vez estabelecidos os procedimentos de avaliação, os instrumentos e as medidas, a atribuição de conceitos e sua aplicação, ou seja, as classificações segundo determinados padrões, passam (esses procedimentos) a serem vistos como atividades técnicas e neutras ao invés de formas interpretativas e expressivas das relações sociais que estão incorporadas dentro da própria ideia de avaliação.

As palavras de Barbosa (1991) permitem refletir que não basta definir procedimentos e instrumentos de avaliação, mas que se avalie segundo critérios e procedimentos operatórios que atuem como elementos de diagnóstico e regulação do processo de aprendizagem e de construção do perfil profissional desejado. Ao tomar os critérios, instrumentos e procedimentos não como medidas fixas, mas como formas interpretativas e expressivas das relações que se estabelecem entre professor e alunos, durante a situação de aprendizagem, portanto, durante a avaliação, pode-se compreender que o importante não é fazer como se cada um houvesse aprendido, mas permitir a cada um aprender (PERRENOUD, p. 165, 1999).

É importante considerar que, no contexto da educação, a avaliação deve referir-se as competências, portanto, os critérios precisarão estar voltados à competência. De acordo com Depresbiteres (2010), na avaliação de competências na educação, os critérios são princípios que servirão de base para o julgamento da qualidade dos desempenhos, compreendidos na metodologia de desenvolvimento de competências, não apenas como execução de uma tarefa, mas como mobilização de uma série de atributos que para ele convergem.

A avaliação incorpora assim aspectos descritivos da qualidade do desempenho. Pensar em critérios é, portanto, refletir sobre o que avaliar. No processo de educação é fundamental que esses critérios sejam múltiplos e flexíveis, de acordo com as situações. Assim, a autora adverte que o processo de definição de critérios e indicadores deve ser o mais transparente possível, envolvendo participação de diversos atores e prevendo a negociação dos resultados. A avaliação é “um dos elos do processo que em seu transcurso nos dá a medida de que o aprendido pelo estudante se aproxima do objetivo proposto” (ÁLVARES DE ZAYAS, 1999, p. 134).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do conhecimento da metodologia de desenvolvimento de competências e da sistematização dos sete passos, pelo docente, os educandos são despertados para a construção de seus processos de aprendizado e demonstram maior interesse e autonomia nas atividades de aprendizagem propostas. A metodologia conscientiza o docente e o aluno quanto ao seu papel no seu processo de aprendizagem e, por isso, desperta, também, no aluno o desejo de dedicar-se à leitura e à pesquisa. Isso contribui para o aumento da produtividade do aluno que, nesse novo contexto, sente-se estimulado a produzir seus próprios trabalhos, com maior criatividade e inovação.

O desenvolvimento desta metodologia contribui para compreensão de que o conhecimento nunca deve ser entregue pronto, mas que se deve estar atento à sabedoria e ao conhecimento implícito em cada pessoa. Confirma-se esta lógica observando que a metodologia estimula a prática da tríade ação-reflexão-ação constantemente, elevando o conceito do aprender fazendo diversas vezes até acertar, uma vez que o aprimoramento vem do exercício da competência a ser desenvolvida, tornando o conhecimento tácito.

Conhecer uma metodologia eficiente para o desenvolvimento de competências, que possibilite a sistematização do planejamento docente e que estimula o docente a respeitar e a valorizar as diferenças, no ambiente escolar, a ceder espaço para permitir o crescimento dos seus alunos, favorece a ação docente e discente, no processo educacional, modifica a perspectiva referente a qualidade do ensino e, conseqüentemente, eleva o nível de competência do profissional no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ DE ZAYAS, Carlos M. **Didáctica**. La escuela en la vida. La Habana: Pueblo y Educación, 1999.

BARBOSA, A. S.; VIDIGAL, C. C.; CUNHA, N. R. S. Algumas reflexões sobre o processo de avaliação do curso de administração na UFV, São Paulo: ANPED, 1991.

CORDÃO, José Aparecido. **Planejamento da ação docente**. Entrevista concedida ao Jornalista Murilo Ribeiro. Material de apoio do Curso de Especialização em Docência para Educação Profissional. SENAC, 2011. DVD.

COUTINHO, Luis.; PADILHA, Heloísa. **Fundamentos da educação e da educação a distância**. Unidade 1 - Módulo 1. Curso de Especialização em Educação a Distância – SENAC. Texto disponibilizado em 19 de abril 2011. In: Senac Nacionais.

DEPRESBITERIS, Léa. **Avaliando competências na escola de alguns ou na escola de todos?** Boletim Técnico do Senac. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/273/boltec273d.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz, 1996.

GUZMAN, Marinho. **A arte de vender ideias**. Acessado em: <<http://www.textosemarketing.com/2011/11/arte-de-vender-ideias-boa-noite.html>> no dia 13 de dezembro de 2011.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 1993. 20ª Edição revista, 2003.

KÜLLER, José Antônio. **Esboço de uma metodologia de desenvolvimento de competências**. [s. d.] [online]. Disponível em: <<http://senac.eduead.com.br/docencia>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

KULLER, José Antônio; RODRIGO, Natalia de Fátima. **Metodologia de desenvolvimento de competências**. Editora Senac São Paulo, 2019.

KÜLLER, José Antonio; RODRIGO, Natalia de Fátima. Uma metodologia de desenvolvimento de competências. **Boletim Técnico do Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 5-15, jan./abr. 2012.

LEARNING, Wilson. **Modelo de Transferência da Aprendizagem: Abordagem Orientada para a Eficácia na Aprendizagem.** WORLDWILD Inc., Disponível em: <http://files.wilsonlearning.com.pt/estudos/TransferenciaAprendizagem_resumido.pdf> Acesso em: 29.set.2012.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 13º ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, R. B. **Desenvolvendo competências.** Artigos de gestão e liderança. 2010. Disponível em : <<http://www.portaleducacao.com.br/gestao-e-lideranca/artigos/2714/desenvolvendo-competencias>>. Acesso em : 25. jun. 2012.

MORAN, José Manuel. **Como utilizar as tecnologias na escola.** Disponível em: <http://www.iesap.edu.br/artigos/comoutilizarastecnologiasnaescola.pdf>. Acesso em: 08/09/12.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova:**um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MORETTO, Vasco Pedro. **Avaliação na educação profissional.** Entrevista concedida à Jornalista Amanda Pinheiro. Material de apoio do Curso de Especialização em Docência para Educação Profissional. SENAC, 2011. 1 DVD.

MORGADO, Catarina; OLIVEIRA, Isabel. Mediação em contexto escolar: transformar o conflito em oportunidade. **EXEDRA: Revista Científica**, n. 1, p. 43-56, 2009.

MUCCHIELLE, Roger. **Formação de Adultos.**São Paulo. Ed. Martins Fontes, p. 142 – 147.

PELIZZARI, Adriana et al. **Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel**. Rev. PEC, Curitiba, v.2, n.1, p.37-42, jul. 2001-jul. 2002. Disponível em: <http://files.percursosdosaber.webnode.pt/200000019-5b51c5c4b8/teoria_da_aprendizagem_signifi._Ausubel.pdf> Acesso em: 20. out. 2012

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PETERS, Otto. **Didática do Ensino a Distância**. Experiências e estágio da discussão numa visão internacional. S. Leopoldo, Editora Unisinos, 2001.

PIAGET, Jean. **Psicologia da Inteligência**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1997.

RUIZ-MORENO, Lídia, et. al. Jornal Vivo: relato de uma experiência de ensino-aprendizagem na área da Saúde. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v. 9, n.16, set. 2004/fev. 2005. p.195-204. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a21.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2012.

SANT'ANNA. Karina de Freitas Hulle. **Metodologia no desenvolvimento de competências para a educação atual: Uma discussão necessária nos cursos técnicos**. Vitória, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação Profissional). SENAC- Rio – Pós-Graduação a Distância, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, J. **Introdução: avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa reguladora**. In: SILVA, J., HOFFMANN, J., ESTEBAN, M. T., Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2003.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: Como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Certificação NBR ISO14001 em empresas produtoras de petróleo

Diego Padilha de Lima¹⁸
Fernanda Cristina Toso de Assis¹⁹
Otávio Gonçalves Adami²⁰

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relatar a aplicação da norma NBR ISO14001 em empreendimentos no Brasil e no mundo, seus métodos de aplicação para obtenção do certificado, a sua importância em conjunto com benefícios atribuídos a empresa após a certificação e os motivos que levam a algumas empresas do setor petrolíferos a não renovarem a sua certificação. Iniciou-se uma breve discursão acerca do tema sustentabilidade, a história da ISO14001, todo seu sistema de gestão ambiental, seus princípios e seus principais benefícios. Foi demonstrado um panorama no país e no mundo da aplicação na norma e sua forma de implantação até a obtenção do certificado. Realizou-se um estudo acerca da aplicação da norma na empresa Petrobrás com levantamento dos projetos realizados o tempo de implantação e o custo do investimento, foram levantados dados e críticas a respeito da ISO14001 e os supostos motivos pelo qual a Petrobras não irá renovar sua certificação.

Palavras-chave: Implantação da Norma ISO14001. Petróleo. Certificação. ISO14001. SGA.

INTRODUÇÃO

Em virtude do grande número de acidentes ocorridos em todo mundo, no setor de Petróleo e gás, há uma forte associação por parte da população que vincula o setor aos impactos ambientais diretos ou indiretos. Entretanto, a atividade de exploração e produção de petróleo é tolerada e vista como um mal necessário, uma vez que ela proporciona importantes insumos além de conforto para toda sociedade.

Com o passar dos anos, a população tem se tornado cada vez mais relutante em relação a implantação de novos projetos e empreendimentos no setor. Pressões de organizações governamentais e não governamentais também cresceram nesse aspecto graças a crescente exposição dos efeitos danosos dos grandes vazamentos, da poluição atmosférica, da poluição das águas, e de perdas humanas. Forçando

¹⁸ Engenheiro Civil; Especialista Estruturas e Fundações pelo IPOG; Professor da Faculdade Novo Milênio. E-mail: diego@isoengenharia.com.

¹⁹ Licenciada em Matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo –UFES, Especialista em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio PROEJA pelo Instituto Federal do Espírito Santo –Serra, Professora da Faculdade Novo Milênio. E-mail: fernanda.toso@icloud.com.

²⁰ Engenheiro de Produção; Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela UCAM; Professor da Faculdade Novo Milênio. E-mail: otavio_adami@hotmail.com.

assim, a construção de uma “postura verde” das empresas e um maior comprometimento das mesmas com a sociedade e o meio ambiente. Todos esses fatores se refletem em processos de licenciamento mais rigorosos e multas milionárias em caso de acidentes.

Desta forma, surge a necessidade de convencer a sociedade, a fiscalização do país, e a própria empresa, de que estão sendo adotadas medidas que mitigam potenciais riscos, e alternativas para processos poluidores. Nasce então o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), autor da implementação de uma política ambiental sólida nas empresas que é padronizada e certificada pela ISO 14001.

Contudo, na atualidade muitas empresas desse setor, optaram pela não certificação. Isto remete a uma problemática que a ser tratada no presente trabalho como objetivo: “Como implementar um SGA em uma empresa produtora de petróleo e porque implementá-lo se as algumas empresas optaram por não se recertificar-se?”.

DESENVOLVIMENTO

- Utilização da norma

No mundo, de acordo com a ISO (2010), existem mais de 250 mil certificados, fortemente concentrados na Europa e no leste asiático. No Brasil, a adoção da ISO 14001 vem aumentando continuamente nos últimos anos, indicando amadurecimento das questões ambientais empresariais na direção de uma gestão sustentável (OLIVEIRA; SERRA, 2010). Na última pesquisa realizada pela ISO (2010), o país destaca-se entre os 10 países com maior aumento no número de certificações, conforme ilustra a tabela abaixo:

	País	Certificações
1	China	14468
2	Reino Unido	3434
3	Itália	2522
4	República Tcheca	1945
5	Coréia do Sul	1838
6	Espanha	1820
7	Brasil	1488
8	Romênia	555
9	Coréia do Norte	468
10	Colômbia	466

Tabela 1 - Países com maior crescimento no número de certificações ISO 14001 – 2010.
Fonte: ISO, 2010.

De acordo com Jucon (2010), o Brasil atingiu em 2010 a marca de 4.000 certificados emitidos, sendo o país com o maior número de certificados emitidos na América Latina, com grande concentração de certificações na região Sudeste, seguida das regiões Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste (POMBO; MAGRINI, 2008). Ainda segundo o mesmo autor, os setores com maior número de certificações são o de serviços, o automotivo, o de metalurgia e o químico, conforme ilustra a Figura 8. Importante notar que, considerando os impactos ambientais de cada setor estabelecidos na Lei 10.165/2000

- I) apenas o de metalurgia e o químico enquadram-se como atividades de alto impacto ambiental, demonstrando que a preocupação ambiental também está muito forte em setores de médio e pequeno impacto.

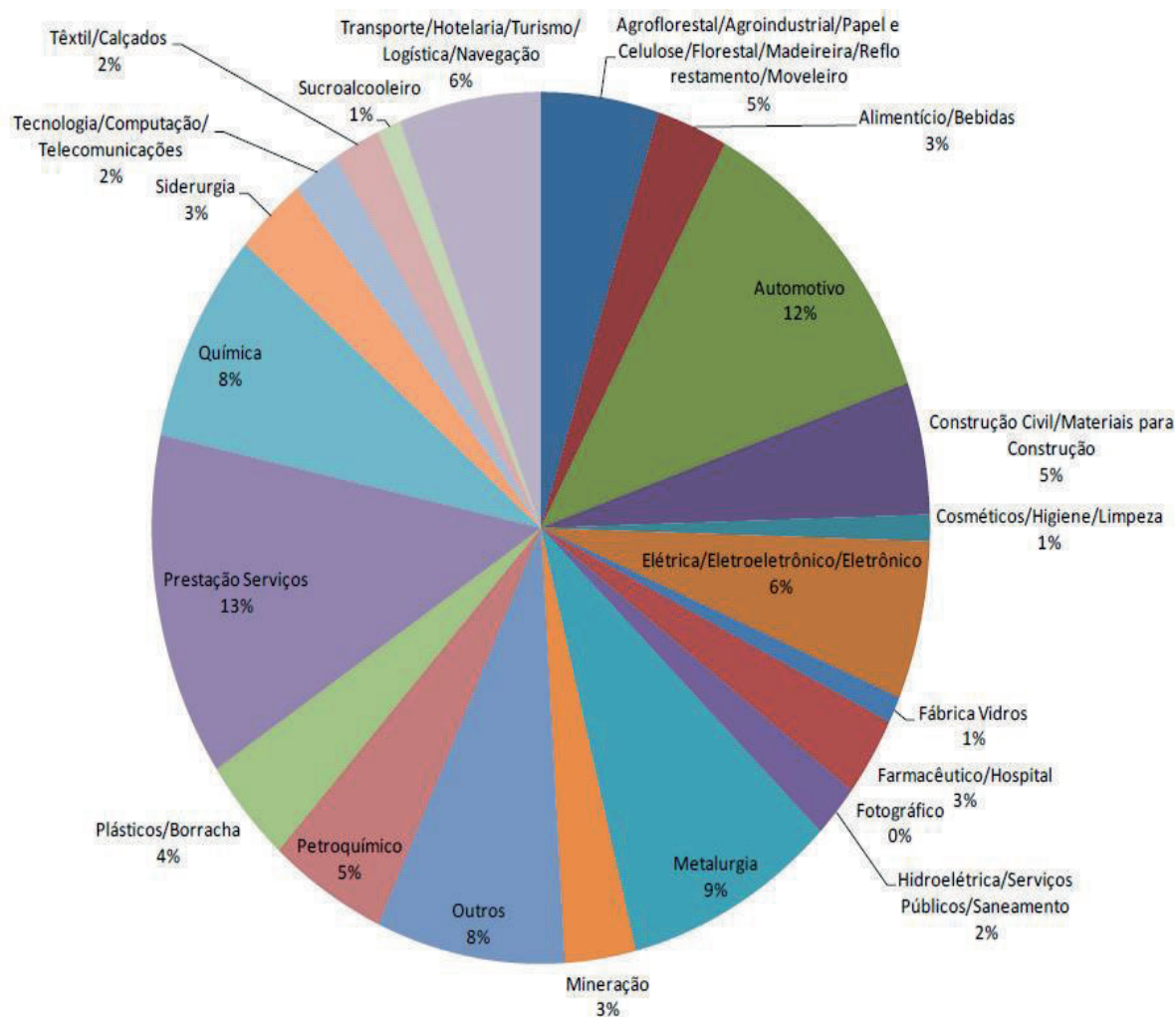


Figura 1 - Certificações no Brasil por setor. Fonte: JUCON, 2010.

De acordo com Pombo e Magrini (2008), dentre as empresas brasileiras com maior número de certificações estão empresas de diferentes setores, conforme ilustra a

Tabela 2. Dentre elas, estão as duas maiores empresas brasileiras em valor de mercado: a Petrobrás e a Vale (FORBES, 2012)

Tabela 2 - Empresas brasileiras com maior número de certificações ISO 14001. Fonte: POMBO; MAGRINI, 2008.

Empresa	Certificados
Petrobrás (sem contabilizar Transpetro e Petrobras Distribuidora)	41
Ouro Verde Transporte e Locação	32
Siemens	30
Eucatex	30
Light	23
Rhodia	23
Rodo Mar Veículos e Máquinas	18
Companhia Vale do Rio Doce	13
Dana Industrial Ltda.	12

Pequenas e médias empresas e a ISO 14001

As empresas de pequeno a médio porte apresentam grande potencial de mercado para implantação de SGAs – ISO 14001 -, e o sucesso dessa norma poderá ser medido através do grau de sua adoção por empresas com este perfil, que tipicamente necessitam de um melhor direcionamento em relação a assuntos ambientais (MONTABON et al, 2000).

A melhoria da performance ambiental de pequenas e médias empresas (PMEs) torna-se importante, independente de seus impactos ambientais totais serem conhecidos, uma vez que elas são parte fundamental da sociedade empresarial, que podem contribuir de forma coletiva para o desenvolvimento sustentável (HILLARY, 2004).

De acordo com Miles e Russel apud Seiffert (2007), os motivos típicos que têm levado as PMEs a adotarem um SGA são:

- a. Melhoria da imagem da organização – um motivo baseado no relacionamento entre o desempenho ambiental e o desempenho econômico. O reforço da

reputação permite às empresas de pequeno e médio porte obter concessões para sua participação de mercado, bem como maior capacidade de fixação de preços;

- b. Exigências de clientes – a capacidade de usar estratégias de alianças de longo prazo com corporações multinacionais, as quais estão determinando a adoção da ISO 14001;
- c. Relacionamentos com as partes interessadas – a adoção da ISO 14001 pode reforçar a imagem das empresas de pequeno a médio porte e auxiliá-las em sua negociação com organismos de fiscalização ambiental, clientes com sensibilidade ambiental, empregados e ONGs;
- d. Inovação de processos – um SGA - ISO 14001, juntamente com um programa de redução da poluição, pode ajudar a baixar custos e aumentar a eficiência de seu processo produtivo. Curso de Especialização em Análise Ambiental da UFJF 20 Por outro lado, há que se considerar as dificuldades enfrentadas pelas PMEs para aderirem à ISO 14001. Seiffert (2007) destaca os principais postos-chave relativos à estas dificuldades:
- e. A maioria destas empresas é pressionada por considerações associadas a tempo e dinheiro, o que as desencoraja a realizar investimentos, mesmo que economicamente benéficos para a melhoria de seu desempenho ambiental;
- f. Muitas PMEs dão baixa prioridade a temas ambientais;
- g. Pressões de ordem legal, de mercado e financeiras ainda são, de modo geral, relativamente fracas para estas empresas;

- grande parte das PMEs ainda carecem de conscientização ou entendimento de seus impactos ambientais e opções disponíveis para melhorarem seu desempenho.

Porém, cabe ressaltar que uma das orientações básicas para a elaboração da norma ISO 14001 é sua aplicabilidade a todos os tipos e portes de organizações. Essa flexibilidade pode ser considerada um importante fator motivador para sua implantação e difusão em nível mundial.

É evidente que a certificação pode tornar-se uma condição essencial para PMEs venderem seus produtos dentro de uma cadeia de fornecedores de grandes empresas multinacionais. A certificação de SGAs por empresas de pequeno a médio porte tende a se elevar muito, as quais tenderão a tornar-se mais maduras, melhor orientadas tecnicamente, maiores e mais competitivas em virtude de estarem em uma cadeia produtiva de mercado globalizado (MILES et al, 1999).

Diante da importância já exposta de as PMEs adotarem um SGA, é desejável que mecanismos de conscientização, treinamento e financiamento sejam disponibilizados aos pequenos e médios empreendedores. Programas de treinamento a baixo custo ou a custo zero, como os que começam a ser implementados por órgãos como SEBRAE e FIESP, são iniciativas bem-vindas. Para conscientização, workshops e palestras podem ser alternativas viáveis, patrocinadas por ONGs e outros setores da sociedade. Linhas de Curso de Especialização em Análise Ambiental da UFJF 21 financiamento e subsídios por parte do governo podem auxiliar as PMEs na elaboração e implantação de seus SGAs. É importante o investimento em capacitação das equipes de trabalho, para que as PMEs não se vejam escravizadas pelas empresas de consultoria e, assim, possam alcançar autonomia no gerenciamento de seus aspectos ambientais, inclusive para manter sua certificação.

- Petrobrás

A Petrobras, empresa brasileira controlada pelo governo brasileiro que atua em exploração e produção, refino, comercialização e transporte de óleo e gás natural, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, biocombustíveis e outras fontes renováveis de energia, tem como um de seus valores o comprometimento com o desenvolvimento sustentável. A quase totalidade de suas unidades no Brasil e no exterior certificadas em conformidade com a norma ISO 14001.

A empresa tem como diretriz de seu plano de negócios e parte de sua estratégia corporativa “conhecer, prevenir e mitigar os impactos ambientais” de suas operações e produtos. A gestão ambiental é integrada à gestão dos aspectos de segurança,

eficiência energética e saúde - SMES (Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde). A empresa também exige a certificação de seus fornecedores e, inclusive, impede empresas que não estiverem em conformidade de fornecerem seus produtos e serviços.

Quinze diretrizes corporativas estabelecem requisitos a serem atendidos por este sistema de gestão integrado e padrões derivados destas diretrizes são aplicados em todas as atividades da empresa.

A Política tem desdobramentos mais detalhados, na forma de 15 diretrizes citadas acima:

- 1.LIDERANÇA E RESPONSABILIDADE - Ao integrarmos segurança, meio ambiente e saúde à nossa estratégia empresarial, reafirmamos o compromisso de todos os nossos empregados e contratados com a busca de excelência nessas áreas.
- 2.CONFORMIDADE LEGAL - Nossas atividades devem estar em conformidade com a legislação vigente nas áreas de segurança, meio ambiente e saúde.
- 3.AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS - Riscos inerentes às nossas atividades devem ser identificados, avaliados e gerenciados de modo a evitar a ocorrência de acidentes e/ou assegurar a minimização de seus efeitos.
- 4.NOVO EMPREENDIMENTOS - Os novos empreendimentos devem estar em conformidade com a legislação e incorporar, em todo o seu ciclo de vida, as melhores práticas de segurança, meio ambiente e saúde.
5. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO - Nossas operações devem ser executadas de acordo com procedimentos estabelecidos e utilizando instalações e equipamentos adequados, inspecionados e em condições de assegurar o atendimento às exigências de segurança, meio ambiente e saúde.

6.GESTÃO DE MUDANÇAS - Mudanças, temporárias ou permanentes, devem ser avaliadas visando a eliminação e/ou minimização de riscos decorrentes de sua implantação.

7.AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - O desempenho em segurança, meio ambiente e saúde de contratados, fornecedores e parceiros deve ser compatível com o do Sistema Petrobras.

8.CAPACITAÇÃO, EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO - Capacitação, educação e conscientização devem ser continuamente promovidas, de modo a reforçar o comprometimento da força de trabalho com o desempenho em segurança, meio ambiente e saúde.

9.GESTÃO DE INFORMAÇÕES - Informações e conhecimentos relacionados à segurança, meio ambiente e saúde devem ser precisos, atualizados e documentados, de modo a facilitar sua consulta e utilização.

10.COMUNICAÇÃO - As informações relativas a segurança, meio ambiente e saúde devem ser comunicadas com clareza, objetividade e rapidez, de modo a produzir os efeitos desejados.

11.CONTINGÊNCIA - As situações de emergência devem estar previstas e ser enfrentadas com rapidez e eficácia visando à máxima redução de seus efeitos.

12.RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE - Devemos zelar pela segurança das comunidades onde atuamos, bem como mantê-las informadas sobre impactos e/ou riscos eventualmente decorrentes de nossas atividades.

13.ANÁLISE DE ACIDENTES E INCIDENTES - Os acidentes e incidentes decorrentes das nossas atividades devem ser analisados, investigados e documentados, de modo a evitar sua repetição e/ou assegurar a minimização de seus efeitos.

14.GESTÃO DE PRODUTOS - Devemos zelar pelos aspectos de segurança, meio ambiente e saúde de nossos produtos desde sua origem até a destinação

final, bem como nos empenharmos na constante redução dos impactos que eventualmente possamos causar.

15.PROCESSO DE MELHORIA CONTÍNUA - A melhoria contínua do desempenho em segurança, meio ambiente e saúde deve ser promovida em todos os níveis, de modo a assegurar seu avanço nessas áreas.

A adesão aos padrões é verificada periodicamente por auditorias internas. Na empresa, todos os níveis de liderança são responsáveis pela implementação e utilização do sistema de gestão, bem como pelo seu desempenho, em sua área. A empresa atesta em seu relatório de sustentabilidade que o processo integrado de gestão vem trazendo melhorias de desempenho para a empresa, que hoje se aproxima e, em alguns casos, supera os referenciais de excelência da indústria mundial de petróleo. (PETROBRAS, s.d; PETROBRAS, 2011).

Em 2003, coincidindo com a comemoração dos seus 50 anos, a Petrobras dobrou a sua produção diária de óleo e gás natural ultrapassando a marca de 2 milhões de barris, no Brasil e no exterior.

No dia 21 de abril de 2006, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu início à produção da plataforma P-50, no Campo de Albacora Leste, na Bacia de Campos, o que permitirão Brasil atingir autossuficiência em petróleo.

Atualmente, a Companhia está presente em 27 países. Em 2007, a Petrobrás foi classificada como a 7ª maior empresa de petróleo do mundo com ações negociadas em bolsas de valores, de acordo com a Petroleum Intelligence Weekly (PIW), publicação que divulga anualmente o ranking das 50 maiores e mais importantes empresas de petróleo.

No início de 2008, a Petrobras foi reconhecida através de pesquisa da Management & Excellence (M&E) a petroleira mais sustentável do mundo. Em primeiro lugar no ranking, com a pontuação de 92,25%, a Companhia é considerada referência mundial em ética e sustentabilidade, considerando 387 indicadores internacionais, entre eles queda em emissão de poluentes e em vazamentos de óleo, menor consumo de energia e sistema transparente de atendimento a fornecedores.

Conforme entrevista feita com Benedito de Assis Deodoro, gerente de SMS da Petrobras UN-ES São Mateus, foi declarado que em 2000 o SGI foi implantado formalmente na estrutura organizacional da companhia. Foi dado início, então, à implementação da Política Integrada de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) e das 15 Diretrizes Corporativas de SMS em complementação aos sistemas certificados.

O quadro de funcionários do setor de SMS é composto da seguinte forma:

-Segurança: engenheiro de segurança, técnico de segurança e bombeiros civis.

-Meio ambiente: engenheiro de meio ambiente, biólogo e técnico ambiental.

-Saúde: médico do trabalho, enfermeiro do trabalho, técnico de enfermagem e assistente social.

Segundo Deodoro, o Segmento de Exploração e Produção (E&P) de Petróleo e Gás Natural da PETROBRAS vem desde 1997 implementando, em todas as suas Unidades Operacionais, o Sistema de Gestão Integrada de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), tendo como referência as normas NBR ISO 14001, OHSAS 18001, BS 8800 eISM Code (Código Internacional de Gestão de Segurança e Meio Ambiente para navios e plataformas marítimas).

De acordo com o entrevistado, partindo da premissa que o sistema era integrado, a Petrobras elaborou uma única política e um único manual com todos os requisitos, contemplando as três dimensões. Todas as iniciativas já existentes por ocasião do início do processo de implantação, referente à segurança, meio ambiente e saúde, foram analisadas, formatadas e incorporadas ao sistema. Os objetivos e metas definidos geraram os programas, que são implementados pelas gerências. Após estas etapas, iniciaram as auditorias internas, coordenadas pelo Representante da Administração, para subsidiar as análises críticas realizadas pelo Comitê de Gestão.

A análise dos indicadores de desempenho da Petrobrás demonstra que os gestores têm conseguido manter uma redução significativa das taxas de acidentes ao longo dos últimos anos. Entre os principais indicadores, podem ser citados:

TFCA – Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento

IMA – Indicador de Meio Ambiente

PTP – Percentual de Tempo Perdido

Outros indicadores: percentual de atendimento a auditoria comportamental, taxa de frequência de acidentes de trânsito, atendimento a condicionantes ambientais. Esses indicadores são desmembramentos do termo de compromisso.

Deodoro relatou a experiência bem-sucedida na implementação do Sistema Integrado de Qualidade, Meio Ambiente e Saúde e Segurança, e apontaram diferentes aspectos relacionados a facilidades na implementação, dificuldades na implementação e aos benefícios advindos da implementação do SGI.

Termos e Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável

O compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável abrange todos os aspectos relevantes do negócio. No que diz respeito à questão ambiental, a empresa adota um sistema de gestão que visa à eco eficiência das operações e produtos, incluindo medidas voltadas para o uso racional e eficiente da água. Em 2013, o volume de água reusada pela Petrobras superou 24 bilhões de litros, quase 3% a mais que o ano de 2012. A quantidade é suficiente para suprir 11% das suas atividades e abastecer uma cidade de cerca de 600 mil habitantes por um ano.

No Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes), a Estação de Tratamento e Reúso de Água (Etra), responsável pelo tratamento dos esgotos sanitários e industriais de todo o complexo, reutilizou, em um ano e meio de funcionamento, 280 milhões de litros de água. O equivalente a uma economia de R\$ 8,3 milhões em tratamento de esgoto e em fornecimento de água pelo sistema público. O Cenpes também utiliza um sistema para captação de água da chuva de telhados e pisos e para a utilização em

bacias sanitárias e irrigação, que contribui para a economia adicional de cerca de R\$ 2,5 milhões ao ano.

Ações como estas refletem o empenho constante em alinhar crescimento ao desenvolvimento sustentável, minimizando o impacto das atividades da empresa no meio ambiente e reforçando o compromisso com a sociedade e seus acionistas.

Projetos e Programas

As várias iniciativas das refinarias para que a qualidade dos produtos melhore a qualidade de vida cada dia mais, ao lado do avanço na produção e comercialização do gás natural combustível, o chamado combustível não poluente, são fatores importantes no processo de melhoria da qualidade do ar que se respira principalmente nas grandes cidades.

A excelência na gestão ambiental traz para a sociedade uma série de benefícios para a companhia e para a sociedade:

Para a sociedade a excelência na gestão ambiental, diminui os riscos e impactos ambientais, otimiza a capacidade de resposta a eventuais acidentes, propicia a articulação com órgãos do governo, melhora o uso dos recursos naturais e melhora a qualidade de vida. Para companhia há uma maior conscientização da força do trabalho em relação às questões ambientais, melhora da imagem da companhia, reduz os custos operacionais e riscos e dá acesso para a obtenção de linhas de financiamento. Já o monitoramento ambiental é feito do Centro de pesquisas e desenvolvimento, localizado no Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é a referência internacional na área de pesquisa científica e tecnológica na indústria petrolífera, é o responsável pelo monitoramento das atividades de exploração e produção nas Bacias de Campos e Santos.

Dos seus sofisticados laboratórios montados, nasceu tecnologia única, propriamente dita nacional, que permitem a exploração em águas profundas em plataformas continentais.

A Petrobras pôs à disposição o "telefone verde", para que a comunidade exerça o grande papel na proteção do meio ambiente, a comunidade pode informar a empresa a ocorrência de qualquer anormalidade no funcionamento de suas instalações que possa causar danos ao meio, e fica ligado diretamente ao centro de controle de poluição da companhia. Preocupando-se também com a qualidade de vida de seus empregados, a comunidade e grupos sociais com que vive, e dando atenção especial às ações de saúde, alimentação, auxílio creche e investimentos crescentes em programas de educação para a cidadania.

Descreve-se a seguir, a missão e a visão da Petrobras e os desdobramentos do plano estratégico até a negociação entre o refino e a FAFEN-BA baseado no Balanced Scorecard (BSC), descrito por KAPLAN e NORTON como um sistema gerencial que busca a realização das metas estratégicas definidas (1997, p.7):

Missão Petrobras: "Atuar de forma segura e rentável, com responsabilidade social e ambiental, nas atividades da indústria de óleo, gás e energia, nos mercados nacional e internacional, fornecendo produtos e serviços adequados às necessidades dos seus clientes e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atua".

Visão Petrobras: "A Petrobras será uma empresa integrada de energia, com forte presença internacional e líder na América Latina, atuando com foco na rentabilidade e na responsabilidade social".

Petrobras 2015 / plano estratégico - estratégia corporativa: "Liderar o mercado de petróleo, gás natural e derivados na América Latina, atuando como empresa integrada de energia, com expansão seletiva da petroquímica e da atividade internacional".

A estratégia corporativa é consolidar e ampliar as vantagens competitivas no mercado Brasileiro e sul americano de petróleo e derivados, desenvolver e liderar o mercado brasileiro de gás natural e atuar de forma integrada nos mercados de gás natural e energia elétrica no Cone Sul, expandir seletivamente a atuação internacional de forma integrada com os negócios da companhia, expandir seletivamente a atuação no mercado petroquímico brasileiro e do cone sul - atuar seletivamente no mercado de energias renováveis.

Petrobras 2015 / plano estratégico - estratégia corporativa do abastecimento área de negócio abastecimento, os desafios "uma missão que é maior do que produzir energia e gerar lucros. É participar da construção do nosso país". (Plano estratégico Petrobras 2015).

Abastecimento - As estratégias e ações estratégicas

"Definir a estratégia para alcançar os objetivos traçados é ficar mais perto dos resultados".

Descritos no manual de gestão do abastecimento e no documento produção de derivados FAFEN.

"A estratégia do abastecimento é traduzida no BSC, a partir do plano estratégico 2015 da companhia".

Estratégias:

- Expandir as atividades de refino e comercialização em sintonia com o crescimento dos mercados;
- Diversificar a carteira de negócios (com ênfase na petroquímica, na logística e em operações comerciais de novos produtos energéticos), ancorada na sinergia dos ativos e competências internas;
- Ganhar eficiência em toda cadeia logística até o cliente com ênfase na excelência operacional e no gerenciamento de risco;
- Agregar valor às matérias-primas do sistema Petrobras (petróleo e gás), com foco em mix de produtos de maior valor e melhor qualidade.

Ações estratégicas:

- Ampliar as vantagens competitivas no mercado nacional de derivados e renováveis;
- Ampliar a atuação no mercado internacional de petróleo, derivados e demais energéticos;
- Valorizar o petróleo e gás do sistema Petrobras;
- Ampliação da capacidade de refino em linha com o crescimento do mercado;
- Aumento da eficiência da cadeia logística até o cliente;
- Ampliar a atuação nos segmentos de petroquímica e fertilizantes;
- Expandir seletivamente a atuação no mercado petroquímico e do cone sul abastecimento.

O modelo de gestão: A atuação do Abastecimento, agente central na cadeia produtiva da Petrobras, está ancorada na integração de seus processos e competências, expandindo e diversificando seu mercado, produtos e carteira de negócios, de maneira social e ambientalmente responsável, satisfazendo os clientes segundo critérios de qualidade, segurança e eficiência máximas. Objetivos da gestão do abastecimento, liderança, integração e visão do cliente e a política de gestão do abastecimento.

- A ISO 14000 na Petrobras

O Processo ISO 14000 na Petrobras foi iniciado em dezembro de 1995, com um amplo programa de divulgação da série ISO 14000 na Companhia. Foram realizados encontros técnicos e palestras em todos os órgãos operacionais, visando à capacitação e o comprometimento do nível gerencial com o processo.

Em 1996, dentro da estratégia estabelecida foram realizados dois Cursos de Formação de Facilitadores para a Implantação da Série ISO 14000, ministrados por empregados da Companhia e profissionais da ABNT. Em novembro de 1996, foi constituído um Grupo de Trabalho Multidepartamental (GTM), com o objetivo de priorizar os órgãos da Companhia na obtenção da certificação ISO 14001, tendo sido identificados os seguintes órgãos operacionais para iniciar Projetos-Piloto de implementação de Sistemas de Gestão Ambiental segundo a norma ISO 14001:

Atividade de Exploração e Produção - E&P Amazonas. Local: Urucu/Belém (Amazonas/Pará). A Atividade de Refino - Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) Local: Cubatão (São Paulo) q Atividade de Transporte - Divisão de Movimentação (DIMOV) da Refinaria Landulfo Alves (RLAM) Local: Madre de Deus (Bahia) q Central de Produtos de Aviação do Galeão (CPA-GIG).

Histórico da ISO na Petrobrás - Desde a abertura do mercado brasileiro em 1992, as empresas que buscaram competir no mercado mundial passaram a ter que lidar com barreiras não tarifárias, como o nível de qualidade dos produtos. Em 1996, com o surgimento da ISO 14001, mais um aspecto entrou definitivamente para o rol de preocupações das empresas, o ambiental. No final da década de 1990, o governo brasileiro passou a incentivar as certificações e tanto os governos, quanto as grandes empresas, passaram a exigir a certificação ISO 14001 de seus fornecedores, de forma que possuir a certificação passou a ser estratégia de mercado para muitas empresas.

Conforme Amaral (2003), em 2001, a Petrobrás já estava com todas as suas unidades certificadas. Foi dado início à implementação da Política Integrada de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) e das 15 Diretrizes Corporativas de SMS em complementação aos sistemas certificados.

a. E & P Sul - Segundo Soares e Barbosa, (2002), o Segmento de Exploração e Produção (E&P) de Petróleo e Gás Natural da PETROBRAS vem desde 1997 implementando, em todas as suas Unidades Operacionais, o Sistema de Gestão Integrada de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), tendo como referência as normas NBR ISO 14001, BS 8800 e ISM Code (Código Internacional de Gestão de Segurança e Meio Ambiente para navios e plataformas marítimas).

A E&P SUL é uma das sete unidades operativas do segmento de exploração e produção da Petrobras (E&P). Com sua sede administrativa localizada em Itajaí - SC, possui as seguintes características básicas:

- 360 empregados próprios e contratados;
- uma plataforma fixa de produção de gás e condensado, no litoral de São Paulo e uma semi-submersível, de produção de Petróleo, no litoral do Paraná;
- Uma sonda de perfuração terrestre, no Paraná, um terminal portuário, para embarque de materiais e equipamentos para as plataformas;

Inicialmente, foi realizado um diagnóstico da situação em que a E&P Sul se encontrava em relação aos aspectos de segurança, meio ambiente e saúde (Soares e Barbosa, 2002). Este diagnóstico constatou os seguintes caminhos críticos, que

Requereriam priorização:

- Manuseio e estocagem de produtos químicos nas plataformas;
- Acessórios para combate a incêndio, como mangueiras, armários e salvação;
- Desconhecimento por parte dos gerentes, de normas e legislações aplicáveis;
- Impossibilidade de acesso nas plataformas ao sistema de padronização (SINPEP);
- Inexistência de indicadores ambientais para todas as atividades;
- Necessidade de análise sistemática de manuseio e estocagem na área do terminal portuário;

- Melhor definição da estrutura e responsabilidade no tocante a limite de escopo dos processos, estabelecendo interfaces;
- Área de armazenamento de resíduos perigosos, no terminal portuário.

Algumas dificuldades foram identificadas durante a fase inicial de implantação do sistema: a cultura da informalidade existente (as pessoas não estavam acostumadas a registrar as informações geradas no seu dia a dia); a estrutura enxuta da E&P SUL (continuava-se a executar as atividades normais, acrescidas de outras para a implantação do sistema), além da mudança de postura das pessoas, a mais difícil dentre elas.

Segundo Soares e Barbosa, 2002, partindo da premissa que o sistema era integrado, a Empresa elaborou uma única política e um único manual com todos os requisitos, contemplando as três dimensões. Todas as iniciativas já existentes por ocasião do início do processo de implantação, referentes à segurança, meio ambiente e saúde foram analisadas, formatadas e incorporadas ao sistema. Os objetivos e metas definidos geraram os programas, que são implementados pelas gerências. Após estas etapas, iniciaram as auditorias internas, coordenadas pelo Representante da Administração, para subsidiar as análises críticas realizadas pelo Comitê de Gestão.

No caso desta Empresa, não foi possível levantar os resultados obtidos.

b. Refinaria Presidente Bernardes – RBPC (Cubatão – SP): Ruella e Igrejas Filho (2001) relatam a experiência bem-sucedida na implementação de seu primeiro Sistema Integrado de Qualidade, Meio Ambiente e Saúde e Segurança, que serviu de piloto para as demais refinarias da Petrobrás. Os autores apontam diferentes aspectos, conforme descrito a seguir:

- *Facilidades na implementação:*

- Liderança e envolvimento da alta administração corporativa da Petrobrás e da RBPC;

- Envolvimento dos empregados e contratados;
- Contratação de empresas de consultoria para o levantamento da situação inicial e implementação do SIG;
- Certificação de grande parte dos processos de produção segundo a ISO 9002;
- Designação do RA (Representante da Administração) da qualidade para o SGI;
- Criação dos grupos de trabalho de implementação e facilitadores;
- Banco de dados da legislação e de normas brasileiras registradas;
- Reuniões semanais e periódicas;
- Disponibilização de informações a todos em meio eletrônico;
- Sistematização dos processos-chave de gestão da qualidade, ambiental e de segurança e saúde ocupacional.

• *Dificuldades na implementação:*

- Negociação dos termos de ajustamento de conduta;
- Conclusão da identificação, avaliação e definição de aspectos / impactos, riscos / perigos e situações de emergência;
- Grande quantidade de modificações de normas e procedimentos;
- Falta de firmeza de conceitos pelo consultor contratado;
- Definição de objetivos, metas e programas.

• *Vantagens advindas da implementação do SGI:*

- Melhoria e manutenção das boas relações com os seus stakeholders;

-
- Facilitação e acesso para provisões orçamentárias com a finalidade de investir nos sistemas de gestão;
 - Abatimento nos prêmios de seguros pagos pela empresa;
 - Fortalecimento na imagem;
 - Redução sistemática nos custos operacionais;
 - Redução gradativa nas taxas de frequência e de gravidade dos acidentes com afastamento de pessoal, reduzindo custos operacionais, bem como reclamações da comunidade;
 - Demonstração de atendimento e cumprimento da legislação e outros requisitos;
 - Conservação de matérias-primas, energia e recursos naturais, com a redução e eliminação de desperdícios;
 - Redução nos prazos de obtenção de licenças;
 - Implementação de melhorias contínuas;
 - Redução de custos com processos de elaboração de documentos, treinamentos, certificações e auditorias;
 - Redução de prazos nas futuras certificações (outras unidades), pela formação de um rico banco de dados e conhecimentos possibilitando a superação de etapas.

Como análise conclusiva, os autores afirmam que a implementação do SGI para as atividades de refino, transporte e exploração de petróleo é extremamente vantajosa em termos econômicos, sociais, ambientais e éticos.

- Sistemas de Gestão Integrada na empresa

A Petrobras Distribuidora iniciou em abril de 2000 o projeto Sistema de Gestão Integrada na Cadeia de Distribuição – SGI BR, para certificar as unidades operacionais da Companhia.

O SGI é um conjunto de práticas inter-relacionadas que atendem aos requisitos das seguintes normas:

NBR ISO 9001:2008 – Sistema de Gestão da Qualidade

Objetivo: Sistema de gestão com abordagem por processos para atendimento a requisitos dos clientes.

NBR ISO 14001:2004 – Sistema de Gestão Ambiental

Objetivo: Sistema de gestão ambiental que leva em conta requisitos legais, requisitos próprios, aspectos e impactos ambientais significativos, permitindo controlar os riscos de acidentes ambientais.

OHSAS 18001:2007 – Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional

Objetivo: Sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional que leva em conta requisitos legais, requisitos próprios, perigos e danos, permitindo controlar os riscos de acidentes e doenças ocupacionais.

A certificação do SGI demonstra o comprometimento da companhia em desenvolver, industrializar, comercializar, distribuir produtos e prestar serviços com qualidade, respeitando o meio ambiente e zelando pela saúde e segurança da sua força de trabalho e parceiros.

- Indicadores de Sustentabilidade Utilizados pela Indústria de Petróleo

Diversos artigos como os de BRADLEY & HARTOG (1998), HOLGATE et al. (2000) e ALLAM (2000), discutem o assunto desenvolvimento sustentável na indústria do petróleo internacional.

O trabalho de WOLF et al. (2000), no seu artigo "Indicators for Sustainable Development". Apresenta uma metodologia onde companhias de petróleo, como STATOIL, AMOCO, BP, CONOCO, e SHELL, participaram de uma experiência de "benchmarking" sobre questões ambientais e ligadas ao desenvolvimento sustentável.

Os benefícios desta metodologia incluem: Aprender pelo uso das melhores práticas; estabelecer uma base para discussão entre as companhias; avaliar como estão as companhias com relação a pontos fortes e fracos. Foi estabelecido um modelo de indicadores com 5 áreas de gestão-alvo, como apresentado a seguir: Ética; construção de capacitação na comunidade; relação com partes interessadas; gestão ambiental; economia. Foi montado um modelo baseado no conceito de PDCA ("Plan-Do-Check-Act") e de melhoria contínua.

Os indicadores para área de "Ética" devem cobrir: direitos humanos; propina e corrupção; diversidade racial e cultural; atividades políticas.

Os indicadores para a área de "Capacitação de Agentes na Comunidade ("CapacityBuilding") devem incluir: Recursos humanos; infra-estrutura; serviços sociais; nível de independência da comunidade com relação à empresa.

Para a área de relação com "Partes Interessadas", foram desenvolvidos indicadores para: Empregados; fornecedores e consumidores; sociedade em geral; organizações não-governamentais; governos.

Para a área de gestão ambiental os indicadores devem incluir: preservação e restauração; cuidado na produção ("productionstewardship"); cuidado no desenvolvimento de produtos ("productstewardship"); impactos ambientais globais das operações; uso de recursos.

Para a área econômica foram desenvolvidos indicadores: Microeconômicos; macroeconômicos.

- Custos e Tempo de Implementação da ISO 14001

Um estudo de caso realizado por (JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA 2012) que relaciona o sistema de gestão ambiental com a adoção de procedimentos de produção mais limpa nas industriais brasileiras obteve as informações do tempo que as empresas gastam em média para a implantação da norma, o gráfico a seguir mostra o tempo de implantação do sistema nas empresas estudadas

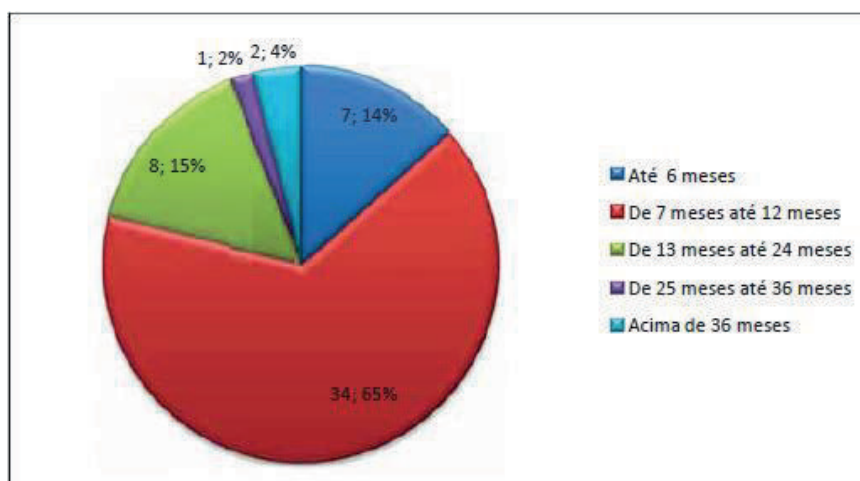


Figura 2 - Tempo para a implantação do Sistema de Gestão Ambiental com base na norma ISO 14001:2004

A maioria (78,84%) das organizações estudadas demorou apenas 12 meses para implantar o SGA e assim, obter a certificação ISO 14001:2004. As empresas de pequeno e médio portes tendem a demorar mais tempo para obter a certificação ISO 14001:2004. Assim, como mais da metade da amostragem que foi estudada é de grande porte, conclui-se que a certificação do SGA foi mais rápida. O amadurecimento das indústrias maiores, além de contar com mais recursos humanos e financeiros,

auxiliam no processo de implantação do SGA e também de sua certificação pela norma ISO 14001:2004.

A figura 12 apresenta o investimento financeiro necessário para a implantação do SGA com base na norma ISO 14001:2004 nas organizações estudadas no estudo de caso.

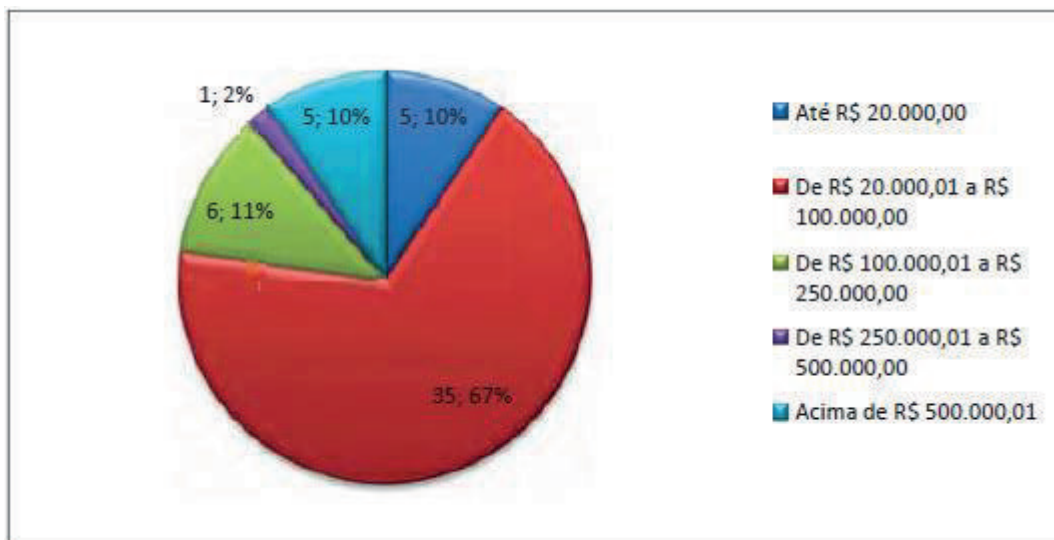


Figura 3 - Investimento médio necessário para a implantação do SGA com base na ISO 14001:2004

O que pode observar-se pela Figura 10, é que a maior parte das organizações pesquisadas investiu entre R\$ 20.000,00 a R\$100.000,00. Esses valores, se comparados com os benefícios econômicos gerados que foi detalhado no estudo de caso, podem ser considerados baixos.

No caso da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A – Usiminas que foi uma das primeiras usinas no mundo a alcançar a certificação pela Norma ISO 14001, a empresa investiu cerca de U\$25 milhões em 1996 para se adequar a norma na época, teve seu Sistema de Gestão Ambiental recertificado em novembro de 1999 pelo DET NORSKE VERITAS - DNV, segundo a Norma ISO 14001. E em 2002 a Usiminas passou pela 3a. auditoria de recertificação da ISO 14001 e obteve a recomendação para manutenção do Certificado pela Det orske Veritas – DNV, atestando o

compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável e o cumprimento da legislação ambiental.

Nos próximos cinco anos, U\$40 milhões serão aplicados em sistemas de controle da poluição atmosférica. A necessidade foi identificada pelo Sistema de Gestão Ambiental, departamento criado para aperfeiçoar o gerenciamento dessa área social, que integra as áreas de Gestão de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Saúde Ocupacional.

O processo passou, em outubro, por uma auditoria externa de certificação do Sistema Integrado (12º ciclo de auditoria do Sistema de Gestão Ambiental) e foi recomendada para certificação pelo Det Norske Veritas (DNV), o que manteve as certificações ISO: ISO14001:1996, ISO9001:2000, ISO/TS16429:2000 e OHSAS18001:1999.

Em uma empresa do porte da Petrobras acredita ser que para se adequar a norma e obter a certificação ISO14001, com base a comparações com o investido nas empresas similares a investimento gira em torno de R\$9 bilhões.

Em janeiro de 2001, a Petrobras criou o mais sofisticado programa ambiental e de segurança operacional já elaborado no País, coordenado por um grupo de trabalho que envolveu dez diferentes gerências, 80 especialistas e, posteriormente, todos os demais escalões da companhia, nomeado como Pegaso - Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional. O programa prevê investimentos da ordem de R\$ 3,2 bilhões em quatro anos e assume compromissos inéditos no setor de exploração.

Segundo o Relatório Anual da Petrobras, a empresa concluiu, em 2003, o cumprimento do Termo de Compromisso para Ajuste Ambiental, o maior acordo desse tipo firmado no país, envolvendo um investimento de R\$ 192 milhões e mais de 40 projetos com a finalidade de promover melhorias na Reduc e no terminal da Ilha d'Água, no Rio de Janeiro.

Ainda visando a maximizar a sustentabilidade de seu negócio, o programa estabeleceu que US\$ 25 milhões por ano deverão ser investidos no desenvolvimento de fontes de energia renováveis. Diversos projetos nessa área estão em execução no Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) e em outros órgãos, envolvendo

biocombustíveis, biomassa, energia eólica, energia solar e a aplicação de células a combustível. Destacam-se, também, os esforços no sentido de ampliar a participação na matriz energética brasileira do gás natural, um combustível ecologicamente mais “limpo”. Com o Pegaso, a companhia assumiu compromissos com cerca de quatro mil projetos de diversos perfis

Um dos programas socioambientais da empresa foi lançado em novembro de 2013, a partir da experiência de programas anteriores em que a iniciativa reúne os Programas Petrobras Desenvolvimento & Cidadania e Petrobras Ambiental, além de incorporar e ampliar os programas Petrobras Esporte & Cidadania e Integração Petrobras Comunidade.

De 2007 a 2013, os Programas Petrobras Desenvolvimento & Cidadania e Petrobras Ambiental investiram conjuntamente R\$ 2,4 bilhões em projetos sociais e ambientais das 27 unidades da federação e nos seis biomas brasileiros. Com importantes resultados.

- Tendências

Uma tendência recentemente observada é a de implantação de sistemas de gestão integrados (SGIs), que buscam unificar as normas de qualidade, de saúde e segurança do trabalho e as ambientais. Em diversas empresas no mundo, as normas de qualidade estão sendo utilizadas como base para o tratamento de questões relacionadas ao meio ambiente, saúde e segurança do trabalho. Com as revisões e novas edições das diferentes normas, os sistemas de gestão adquiriram um grande número de similaridades, tornando possível fazer um cruzamento de similaridades, por parte das organizações, entre os diversos itens das normas. Este cruzamento de similaridades permite um alinhamento dos sistemas, reduzindo custos administrativos e de auditoria.

Outra tendência observada tem sido o movimento de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), que entende as empresas como agentes sociais poderosos que

podem contribuir decisivamente para a consolidação de novos modelos de desenvolvimento sustentável. Segundo este conceito, a prática socialmente responsável torna a empresa parceira do desenvolvimento social e valoriza a imagem institucional, além de aumentar a fidelidade do consumidor. O RSE torna-se muito importante em países em desenvolvimento como o Brasil.

A certificação multisites, o processo de certificação de diversas unidades de uma mesma empresa, é outra tendência atual. Nesta modalidade de certificação, cada unidade de produção de uma empresa com potencialidade de causar degradação ambiental deve ser certificada individualmente de modo a ter seu próprio sistema de gestão ambiental, melhorando a eficiência do sistema de gestão ambiental da empresa como um todo. Pelo sistema de certificações multisites, a Petrobras é a empresa brasileira com maior número de certificações, com cerca de 41 (POMBO & MAGRINI, 2008).

Conforme Maffei (2001), a integração dos sistemas de gestão meio ambiente, saúde e segurança têm se tornado uma prioridade para muitas organizações. Os Sistemas de gestão baseados nos padrões ISO 14001, OHSAS 18001, apresentam afinidades e a sinergia pode ser alcançada, podendo ser evitados inconsistências e duplicação.

Neste cenário, uma ferramenta que pode ser útil para o direcionamento e solução de diversos tipos de problemas é a implementação dos denominados sistemas de gestão. O termo “Sistema de Gestão Integrada - SIG” engloba diferentes áreas da gestão corporativa. Usualmente, SGI pode ser descrito como a combinação de gerenciamento da qualidade e do meio ambiente, mas também alguns sistemas consistem no gerenciamento ambiental, de saúde e segurança do trabalho. Entretanto, a combinação mais abrangente integra o gerenciamento do processo de qualidade e meio ambiente com a gestão da saúde e segurança dos trabalhadores.

Para Maffei (2001) existem vários benefícios alcançados com a implantação de um sistema integrado de SMS, dentre eles:

- Diferencial competitivo;
- Fortalecimento da imagem no mercado e nas comunidades;

-
- Prática da excelência gerencial por padrões internacionais de gestão;
 - Atendimento às demandas do mercado e da sociedade em geral;
 - Melhoria organizacional;
 - Minimização de fatores de risco;
 - Reconhecimento da gestão sistematizada por entidades externas;
 - Maior conscientização das partes interessadas;
 - Atuação proativa, evitando-se danos ambientais e acidentes no trabalho;
 - Melhoria do clima organizacional;
 - Maior capacitação e educação dos empregados;
 - Redução do tempo e de investimentos em auditorias internas e externas.
 - Segurança legal contra processos e responsabilidades;
 - Segurança das informações importantes para o negócio;
 - Minimização de acidentes e passivos;
 - Identificação de vulnerabilidade nas práticas atuais.

- Críticas à norma ISO 14000

Percebe-se que apesar da grande aceitação às certificações pela norma ISO 14.001, algumas críticas podem ser feitas, principalmente, pelo fato que elas não levam necessariamente à melhoria de desempenho ambiental, que podem ser consideradas elitistas em certos contextos, ou ainda, que os custos de certificação são elevados e

interessam, sobretudo, aos países ricos, constituindo-se em barreiras não tarifárias (CAJAZEIRA & BARBIERI, 2004).

De fato, a certificação ISO 14.000 não atesta a excelência ambiental de uma empresa, mas somente que esta possui um sistema de gerenciamento ambiental, e que está comprometida com a melhoria contínua de seus processos produtivos. Além disso, a norma baseia-se na legislação ambiental local e, em geral, a empresa se restringe ao patamar de atendimento mínimo legal, adotando a melhoria contínua em seu planejamento para se adequar aos objetivos pré-definidos pela alta administração, muitas vezes, utilizando-a como estratégia de propaganda e marketing. Esta situação permite que, em países com legislação ambiental frouxa, o simples fato de estar em conformidade com a legislação não resulta em bom desempenho ambiental, mas que, ao obter certificação para o seu SGA, tais empresas nesses países estariam protegidas de barreiras não tarifárias e obteriam melhores condições de competitividade.

Perversamente, nesses casos, a norma não contribuiria para resolver os problemas de adequação ambiental, ao contrário, daria alento aos processos de deslocamento da produção para os países condescendentes com a degradação ambiental.

Segundo Cajazeira & Barbieri (2004),, entretanto, no Brasil tem sido observada uma correlação favorável entre o uso da ISO 14.001 e o desempenho ambiental. De acordo com esses autores, análises estatísticas demonstram que houve melhorias nas condições de água, esgotos, mares e florestas, além das condições humanas. Além disso, é possível encontrar correlações positivas a respeito da adoção da norma ISO 14000 com o desempenho das empresas, embora em alguns casos tenha se detectado queda de “performance” associada à certificação ambiental ISO 14000 (Campos, et al: 2009).

As normas ISO 14.001 se aplicam a qualquer organização de qualquer setor, entretanto, para que seja implementada é necessário um alto grau de formalização da empresa, o que acarreta em custos e dificulta a adoção das normas por empresas de pequeno porte. De fato, o SGA foi desenhado para atuar em ambientes complexos, e empresas de funcionamento simples não necessariamente irão se beneficiar da adoção das normas, exceto aquelas que atuam como fornecedores de outras

empresas que exigem um SGA certificado como no caso dos fornecedores da Petrobras. Apesar de toda propaganda a respeito da necessidade de SGA certificado, este só é de fato necessário a empresas que atuam no comércio internacional.

A necessidade de normalizar a gestão ambiental surgiu nos países ricos, o que alimenta a desconfiança de que essas normas estejam sendo criadas para funcionar como barreiras técnicas ao comércio com o objetivo de proteger empresas dos países desenvolvidos que operam com custos mais elevados decorrentes de legislações mais rigorosas. Esperava-se que com a adoção voluntária das normas, países que não tinham legislações ambientais satisfatórias pudessem melhorar suas práticas ambientais pelo estímulo do mercado. Entretanto, entre os países não ricos é grande o temor de que essas normas possam ser utilizadas como barreiras não tarifárias, já que os países ricos são os mais protecionistas, e vêm utilizando barreiras relacionadas ao meio ambiente como restrições às importações.

O protecionismo dos países ricos gera um efeito perverso sobre a sustentabilidade ambiental, pois reduz as chances de desenvolvimento dos países pobres, condenando-os a uma situação de dependência econômica, com o agravamento dos problemas ambientais, fato conhecido historicamente. Os países pobres acabam se especializando em produtos commodities cuja oscilação de preços leva ora a sobre-exploração, ora à sub-exploração desses recursos, gerando maiores impactos ambientais, desemprego e desarticulação de produtores locais

Apesar de todas as dificuldades de obtenção da certificação ambiental, principalmente para empresas de menor porte, a implementação de SGAs vem se tornando, mais que um diferencial, uma prática mais comum e rotineira nas empresas. Isto se deve principalmente às pressões dos consumidores e dos governos sobre as empresas, como o boicote a produtos ou os financiamentos e empréstimos que exigem boas práticas ambientais (OLIVETTI, 1996).

Observa-se em curso um momento de transição, em que o meio ambiente deixa de ser um entrave ao crescimento econômico, e torna-se efetivamente um componente regulador dos processos produtivos, da qualidade dos produtos e da qualidade de gestão de um sistema produtivo (OLIVETTI, 1996).

- Motivos que levaram a não certificação

O motivo pelo qual muitas empresas, na maioria pequenas e médias, são o custo de implantação da norma, e a falta de conhecimento da mesma, ou simplesmente quando conhecem ignoram sua existência por julgar um investimento desnecessário e que de certa forma não gera lucro.

Um fato que se torna decisivo para a decisão de se re-certificar ou não em empresas que já possuíam o certificado é que as empresas certificadoras de certa forma estão se juntando para praticar um preço incomum entre elas, e isso eleva os custos de uma certificação. Levando algumas empresas a desistirem pelo auto custo de manutenção, já que cada vez que uma auditoria é feita, nota-se um estresse total, com todo o efetivo correndo contra o tempo, e até fraudando dados, gerando evidências que não existiam com o propósito de renovar seu certificado.

Um outro tipo comportamento é o acontece recentemente com quatro grandes empresas americanas - Xerox, StarwoodHotels & Resorts, Delta Dental andBigelowTea – deixaram de usar o selo SustainableForestryInitiative (SFI) que se equipara com a ISO14001, com base no fato de que o esquema de certificações divulgado pela ONG Forest Ethics, baseada em San Francisco, é governado e financiado pelas próprias empresas de papel e celulose que recebem esse certificado. Segundo a Forest Ethics, mais de 30 empresas desistiram da certificação SFI, muitas delas integrantes da lista das 500 maiores da revista Fortune.

O fator social também vem gerando dúvidas quando a renovação do certificado, isso porque a sociedade em sua maioria desconhece a ISO14001e para que ela serve, o que a sociedade cobra são as atitudes sustentáveis com ações concretas, e isso empresas que um dia já se certificaram o fazem e firmam o compromisso de manter, então não justifica a renovação do certificado uma vez que a sociedade o desconhece.

Um outro caso que chama atenção no Brasil é que as grandes seguradoras ainda não levam em consideração o fato da empresa a ser segurada tem ou não tem o certificado, fazendo assim o seguro como qualquer outra empresa sem certificado.

- Momento Atual

O quadro do setor de petróleo no Brasil é de alerta devido à redução de investimentos da Petrobras em meio à queda dos preços do petróleo e pela recessão econômica do Brasil, disse o diretor do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Flávio Rodrigues.

Em palestra na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ele afirmou que o resultado fraco do último leilão governamental de áreas de exploração deveria gerar reflexão sobre atratividade do país para investimentos no setor, incluindo mudanças no modelo de conteúdo local e no sistema de partilha para o pré-sal.

"Há uma necessidade de olhar o setor e seus aspectos regulatórios de uma forma mais ampla. Será que a regulação traz um nível de risco adequado ao retorno que os investidores estão procurando?", questionou Rodrigues.

O executivo do IBP, que reúne empresas da indústria de petróleo local, disse que é necessário rever regras como as exigências de conteúdo nacional no setor, bem como o regime de partilha de produção, possibilitando a atuação de diversos operadores nas áreas do pré-sal, que hoje precisam ter a Petrobras obrigatoriamente como sócia operadora de todos os blocos.

"O setor entende que é adequado, necessário e premente que se abra para que outros operadores possam atuar no pré-sal", apontou Rodrigues, que citou dúvidas sobre a capacidade da Petrobras de entrar em novas licitações neste momento.

A Petrobras anunciou no início de outubro redução de US\$ 18 bilhões, ou 16%, na previsão de gastos operacionais e investimentos para este e o próximo ano, devido à queda nos preços de petróleo e à desvalorização do real frente ao dólar.

A estatal sofre pressão adicional considerando os custos mais altos para exploração do pré-sal.

No mesmo evento, o diretor-geral da Organização Nacional da Indústria do Petróleo, Eloi Fernandez, afirmou em sua apresentação que o setor de petróleo passa por um "momento crítico para a indústria".

Ele também atacou as regras de conteúdo local, "que não agradam ninguém na indústria, nem os concessionários e nem os fornecedores".

Defensor de uma modernização da legislação, Fernandez também afirmou que a indústria de petróleo brasileira sofre hoje dificuldades decorrentes da característica do setor, de forte dependência de um único comprador, a Petrobras.

O executivo da Onip também mostrou preocupação quanto à competitividade do petróleo do Brasil em um cenário de excesso de oferta global e forte disputa pelo mercado entre os produtores.

"Para que o pré-sal se viabilize, temos que ter preço do barril acima dos US\$ 50, para que essa atividade permaneça viável", disse Fernandez.

Na terça-feira, o presidente da Petróleo Pré-Sal SA (PPSA), Oswaldo Pedrosa, citou um valor um pouco maior. Ele disse que as áreas do pré-sal em produção precisam que os preços do petróleo sejam superiores a 55 dólares o barril para serem economicamente viáveis.

A Petrobras, por sua vez, reafirmou que está aumentando a sua capacidade de produção de petróleo e gás no pré-sal brasileiro de modo "economicamente viável".

- Considerações

Apesar das críticas à norma descritas considerando:

1. Os passos que devem ser cumpridos para a obtenção do certificado(desenvolvimento de uma política ambiental; identificação das atividades da

empresa, produtos e serviços que possuam interação com o meio ambiente; identificação dos requisitos legais e regulatórios; identificação das prioridades da empresa e definição de objetivos e metas de redução de impacto ambiental; ajuste da estrutura organizacional da empresa para atingir os objetivos definidos, atribuindo responsabilidades, realizando treinamentos, comunicando e documentando; e checagem e correção do SGA) e o princípio de melhoria contínua constante da norma;

2. A verificação externa realizada por institutos credenciados pelo INMETRO;

3. As opiniões de autores da área (DE VRIES et al., 2012; KLASSEN;

MCLAUGHLIN, 1996; ALBERTON; COSTA JR., 2007) que relatam que a implementação da ISO 14001 pode auxiliar no desenvolvimento sustentável; e

4. Exemplos de importantes empresas em que o SGA auxilia no cumprimento de inúmeras legislações ambientais e no gerenciamento de riscos ambientais, reduz gastos operacionais, permite a derivação de indicadores de gestão e até mesmo o cálculo da remuneração variável de colaboradores com base no cumprimento de todas metas ambientais, é possível responder à pergunta da pesquisa “como a implementação da ISO 14001 auxilia no desenvolvimento sustentável da empresa” - utilizar corretamente a ISO 14001 seria um importante passo para a responsabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável ao permitir o estabelecimento de um SGA, ao auxiliar no cumprimento de legislações ambientais e no gerenciamento de riscos ambientais, ao reduzir gastos operacionais e ao permitir a derivação de indicadores de gestão, entre outros.

É importante notar também que a criação da norma foi importante para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de gestão ambiental em empresas de forma padronizada, servindo de base para a readequação em busca do desenvolvimento sustentável de acordo com práticas utilizadas internacionalmente. A empresa que busca esta certificação demonstra preocupação com as causas ambientais e, se corretamente implementada, é importante instrumento para a preservação ambiental e para o desenvolvimento sustentável.

Como melhoria, a norma poderia incorporar mecanismos obrigatórios de divulgação de resultados, sendo instrumento para que os clientes das empresas, governos e,

principalmente, a sociedade civil, que hoje não tem acesso às informações da certificação, possam cobrar atitudes ambientalmente responsáveis pelas empresas certificadas, reduzindo até mesmo o risco de a norma ser utilizada apenas para obter uma certificação sem ter um sistema de gestão completo e praticado.

É importante destacar que, de acordo com Grajew (2005), a grande maioria das empresas certificadas em ISO 14001 é de médio ou grande porte, indicando uma dificuldade das pequenas empresas em obter o certificado, talvez devido aos altos custos de implantação de um SGA. Sugere-se, como pesquisas futuras, verificar sistemas de gestão ambiental (certificados ou não) em empresas de pequeno porte, além de levantar quais indicadores de gestão podem ser derivados da norma ISO 14001.

CONCLUSÃO

O crescimento econômico é o resultado de uma série de interações e mudanças nas estruturas produtivas, tecnológicas e sociais de uma economia. O estudo da relação entre crescimento econômico, utilização dos recursos naturais e degradação ambiental é essencial, uma vez que a oferta de recursos naturais e a qualidade ambiental determinam o processo de crescimento econômico, que por sua vez gera externalidades negativas sobre o meio ambiente, que novamente influencia o crescimento econômico.

O século XX foi o século do petróleo. A ANP apresentou um espetacular crescimento, colocando as empresas petrolíferas em evidência, bem como seu potencial de risco ambiental e de acidentes de trabalho.

Sendo a principal fonte energética do atual modelo de desenvolvimento, a extração do combustível fóssil sempre foi tolerada, justificando-se os problemas ambientais e os acidentes por ela gerados. Porém, a convenção do desenvolvimento sustentável é, atualmente, uma realidade no mercado, mudando o padrão de concorrência, sobretudo nos setores potencialmente mais poluentes. A sociedade em geral está

mais consciente e, por isso, mais exigente e menos tolerante com o tratamento tradicionalmente conferido ao meio ambiente. Paralelamente, emerge um movimento de responsabilidade social corporativa, fruto da pressão social e regulatória, que tem na conservação ambiental o seu principal foco.

Neste trabalho foi analisado como estudo de caso, a empresa Petrobrás, focado na implantação da ISO14001 e atuais esforços da empresa para a manutenção dessas atividades ambientais com o intuito de manter o padrão de melhoria contínua na gestão dos impactos ambientais e motivo pela qual não irá manter suas certificações ambientais.

Em 50 anos de atividade, a Petrobrás foi uma empresa de enorme sucesso porque conseguiu responder as necessidades energéticas do país, aliada a uma política de desenvolvimento econômico. É inquestionável o fato de que a empresa foi uma alavanca da industrialização nacional, todavia a ocorrência de acidentes ao longo do tempo, influenciou no valor de negócio da marca impondo a empresa a necessidade de reavaliar seu processo de gestão.

Ao invés de tomar medidas paliativas para resolver os problemas gerados pelos acidentes, a Petrobras resolveu adotar uma postura ambiental e socialmente responsável de forma estrutural, levando-a a mudar, inclusive, sua missão corporativa e elaborar um novo planejamento estratégico.

Na área ambiental, a Petrobras implantou um programa que é considerado pela empresa como uma “revolução interna”: o Pegaso é o maior programa ambiental e de segurança operacional já posto em prática no Brasil.

A empresa realizou também mudanças estruturais, internalizando o conceito de desenvolvimento sustentável como estratégia empresarial, e passou a construir sua reputação com atitudes e com o engajamento nas questões de responsabilidade social e ambiental corporativa, dando visibilidade de suas ações a seus stakeholders.

Atualmente, a Petrobras admite que a função da empresa não se resume a dar lucro e emprego, e a pagar impostos e respeitar a lei. Para demonstrar 50 que mudou, vem aumentando, progressivamente, o investimento espontâneo na área social. E também admite que, ao produzir, interage com o meio ambiente e consome recursos naturais

que são patrimônio de todos. Por isso, reconhece que é seu dever prestar contas à sociedade sobre o impacto de suas atividades e dar sua contribuição para o desenvolvimento sustentável

Com base neste estudo concluímos que a Petrobras juntos com as demais empresas do setor de grande porte como o dela, optam pela não recertificação pelo fato de que sua atuação e das demais se mantem com a mesma responsabilidade ambiental sempre buscando a melhoria contínua exatamente como manda a norma ISO140001 mesmo com a atual crise no setor, justamente porque com a experiência obtida com a certificação passada essa adequação a norma se mostrou vantajosa em diversos aspectos, porém com o suposto cartel montado pelas empresas responsáveis pela emissão desses certificados com práticas de preços não compatíveis com o atual plano de investimento das empresa juntamente com a projeção negativa do mercado, elas simplesmente não vão se “certificar” no papel, mas mesmo assim firmam o compromisso de manter sua conduta favorável para com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

A ISO 14000. Disponível em: <http://www.aguaonline.com.br/edicoes_antigas/17-edicao/saibamais/index.htm> Acesso em: 23 abril de 2016; KAMP-ROELANDS, N. **Stakeholders' expectations of an environmental management system: some exploratory research.** The European Accounting Review, 2000.

BOR, T.; FELDMAN, I. **ISO 14.000: um guia para as normas de gestão ambiental.** São Paulo: Futura, 1996.

BLEYER, B. **Diagnóstico da qualidade e ambiental com base nos requisitos das ISO 9001/2008 e 14001/2004 na empresa Kreateva Industrial Ltda – Organização, sistemas & métodos.** Itajaí: 2009. Disponível em <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Bruno%20Bernardo%20Heineberg%20Bleyer.pdf>> Acesso em: 5 outubro de 2015

CAMPOS, L.M.S. & MELO, D.A. **Indicadores de desempenho dos sistemas de gestão ambiental (SGA): uma pesquisa teórica.** Revista Produção. Vol. 18, n. 3, 2008.

DENARDIN, F. V.; VINTER, G. **Algumas considerações acerca dos benefícios econômicos, sociais e ambientais advindos da obtenção da certificação ISO 14000 pelas empresas.** Disponível em <www.esalq.usp.br/pangea/artigos/pangea_beneficios.pdf > Acesso em: 7 outubro de 2015.

EPELBAUM, M. **O esperado e o obtido, riscos e oportunidades.** European Management Journal, v. 16, n 3,: **2009.** Disponível em <www.uniseb.com.br/.../c5ea3649-2406-4233-b7f8-e3951f5528f9.pdf>. Acesso em: 29 setembro de 2015.

GOULART, R, A; **Gestão de QSMS.** 2009. Disponível em <www.labceo.com.br/.../files/a333160170e92ef5e5d9850baf8107ae.pdf > Acesso em: 1 outubro de 2015.

GOIS, H. B; BALTRUSCH, M. **Panorama mundial e nacional da norma ISO 14001.** **Revista Brasileira de iniciação científica.** Acesso em: 1 outubro de 2015.

MEYSTRE, J. de A. **Acompanhamento de Implementação da Certificação Ambiental pela Norma NBR ISO 14001/96 em uma Micro-Empresa de Consultoria Ambiental.** Campinas: 2003.

NASCIMENTO, L.; POLEDNA, S. **O processo de implantação da ISO 14000 em empresas brasileiras..** Disponível em: < Acesso em: 23 setembro de 2015.

NICOLELLA, Gilberto; **Sistema de gestão ambiental: aspectos teóricos e análise de um conjunto de empresas da região de Campinas, SP Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente,** **2004.** Disponível em <www.cnpma.embrapa.br/download/documentos_39.pdf>. Acesso em: 20 setembro de 2015.

Sistemas de Gestão Certificáveis. Disponível em
<http://www.banasqualidade.com.br/edicao_online_banas/bq_181_assinantes_f/paginas/48.html> Acesso em: 20 abril de 2016

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISO 14001 sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica.** São Paulo: Atlas, 2005.

SEIFFERT M. E. B.: **ISO 14001: Sistemas de Gestão Ambiental – Implantação Objetiva e Econômica.** 3 ed. São Paulo. Atlas. 2008.

VITERBO Jr. E. **Sistemas integrados de gestão ambiental: como implantar a ISO 14001 a partir da ISO 9000, dentro de um ambiente de GQT.** São Paulo: Aquariana, 1998.

Prática pedagógica do professor alfabetizador de jovens e adultos

Pollyanna da Silva Santos²¹
Renata Rodrigues Ferrari²²

RESUMO

Observam-se críticas crescentes quanto à prática pedagógica do professor alfabetizador de Jovens e Adultos. Ele é responsabilizado pelo insucesso de seus alunos em sala de aula, porém nada se diz do sistema educacional e do subsídio que esse profissional possui para trabalhar, principalmente no que diz respeito à gestão e ao sistema educacional da instituição na qual está inserido. Através da investigação, buscou-se identificar e levantar as questões que surgem a partir da valorização desse profissional, bem como seu resultado em sala de aula, problematizando as situações que emergem de sua metodologia e da gestão educacional. Para a realização desta análise, foram levantados dados bibliográficos tomados como base para a pesquisa no campo avaliativo escolar. Espera-se que a Educação de Jovens e adultos seja vista sob a ótica do professor, e que o resultado desta observação seja de grande contribuição para esse segmento educacional, que ainda carece de muitos estudos e apoios científicos.

Palavras-Chave: Prática Pedagógica; Professor Alfabetizador; EJA.

INTRODUÇÃO

Parte de a essência do ser humano sentir-se integrante, útil e atuante em uma sociedade, no que diz respeito à educação, pode-se dizer que é a chave para abrir a porta das relações e conexões humanas.

Macedo (2015) discute a respeito da valorização do ser humano e de seu direito à educação, assegurado pela Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Na LDB há o relato de que esse debate sempre esteve presente na sociedade e faz parte da construção e desenvolvimento do indivíduo social.

No que consiste a Educação de Jovens e Adultos (EJA), essas ideias estão interligadas e correlacionadas com a cultura, com o trabalho e com o tempo, que são os eixos norteadores dessa modalidade de ensino.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

²¹ Egressa do Curso de Pedagogia/FNM

²² Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Novo Milênio, Mestre em Educação/UFES Mestra em Ciências; Professora do Curso de Pedagogia/FNM

E em relação à cultura, a LDB afirma que o ensino deverá ser ministrado dentro de princípios que direcionam esse trabalho, seja no ensino regular ou na EJA.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
X- valorização da experiência extraescolar.
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
XII - consideração com a diversidade étnico-racial (BRASIL, 1996).

Quanto à produção das orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, foram considerados ideais assegurados na LDB e na Constituição. Pode-se observar essa correlação quando o artigo 37 institui os sistemas de ensino (municipal ou estadual) responsáveis por essa modalidade, bem como estabelecer um currículo que contemple o aluno e suas condições de trabalho.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

Em relação ao ensino gratuito, estabelece-se o direito público e subjetivo, e para garanti-lo de fato é necessário que aconteça uma real mudança nos mecanismos institucionais. Nesse caso, aborda-se a formação do profissional educador como âmbito central e agente potencializador dessas mudanças.

Uma vez que o professor é tomado como peça fundamental, atuante e transformadora da sociedade, é necessário pensar que sua formação está diretamente relacionada à garantia de direitos que os documentos aqui abordados expressam. Pensando nisso e na contribuição que levaria ao profissional educador, levanta-se uma questão muito importante, que será norteadora deste projeto de pesquisa: Quem é o atual professor de jovens e adultos e como sua formação e prática contribuem para uma alfabetização e aprendizagem efetiva?

Para visualizar as respostas a estes questionamentos, Freire (1992) expõe que a educação acontece em diversos ambientes e espaços de relações e interações, ou seja, ela depende desses fatores para acontecer, ideia que desmistifica a educação como sendo algo exclusivo e de responsabilidade da escola.

Segundo Pereira (2004), em 1947, observa-se um movimento direcionado à EJA, que foi a Primeira Campanha Nacional de Educação para as Massas, que visava à capacitação profissional e prometia alfabetizar em apenas três meses, sendo o curso primário organizado em dois períodos de 7 meses. Porém, foi extinta antes do final da década de 50, devido á intensa industrialização. Ora, se a finalidade dessa proposta era abolir o problema econômico conhecido como analfabetismo, qual foi o motivo do insucesso?

Passando a primeira campanha, houve uma nova tentativa no que diz respeito à política educacional. Nessa etapa, o Ministério da Educação produziu “o Primeiro guia de leitura destinado ao ensino da leitura e escrita para adultos” (PEREIRA, 2004, p.14). Essa cartilha orientava o ensino através do método silábico, onde as sílabas eram memorizadas e utilizadas na formulação de novas palavras, além do conteúdo moral e cívico propício ao ambiente político em questão. No entanto, conforme relata Soek (2010), ao final da década de 50, houve muitas críticas em relação à situação financeira e administrativa do programa. Embora os resultados se mostrassem satisfatórios na criação de novas escolas, ampliação das salas e elevação de taxas de alfabetização, isso ainda não foi consequência suficiente para combater as desavenças financeiras originadas pela mudança de governo.

Ainda, segundo a autora, seguindo com um caráter emancipatório, o educador pernambucano Paulo Freire trouxe um novo discurso para esse cenário brasileiro, e juntamente com alianças de esquerda, estudantes e movimentos católicos, Freire pressionou o Governo Federal exigindo apoio ao movimento educacional, resultando assim no Plano Nacional de Alfabetização, que foi interrompido meses depois pelo Golpe Militar.

O Plano consistia no método das “Palavras Geradoras”, que se opunham, existencialmente, às cartilhas silábicas, as quais não faziam referência à vivência do alfabetizando tampouco a sua razão social, considerando o analfabetismo causa da situação de pobreza e marginalização, (SOEK, 2010).

Após o Golpe Militar, o Plano Nacional de Alfabetização foi extinto por ser considerado conteúdo comunista, que deu lugar ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

No modelo de alfabetização proposto pelo Mobral, as técnicas utilizadas consistiam em codificações de palavras preestabelecidas, escritas em cartazes com as famílias fonéticas, quadros ou fichas de descoberta, muito próximos das metodologias anteriormente utilizadas no modelo de Paulo Freire. No entanto, havia uma diferença fundamental: as “palavras”, tanto quanto as fichas de codificações eram elaboradas da mesma forma para todo o Brasil, a partir de problemáticas sociais particulares do povo. Tratava-se fundamentalmente de ensinar a ler, a escrever e a contar, deixando de lado a autonomia e a conscientização crítica e transformadora da linha iniciada por Paulo Freire (SOEK, 2010, p.23 e 24).

Com a abertura política na década de 80, alguns estados e municípios ganharam maior autonomia em relação às reorientações desse Movimento de Alfabetização e, por fim, em 1985 ele é substituído pela Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), a qual não buscava executar diretamente os programas e sim “financiar e apoiar ONG’s, entidades civis e empresas conveniadas” (PEREIRA, 2014).

De acordo com a autora citada acima, nesse cenário, o Brasil participou da Conferência Mundial da Educação para Todos, que aconteceu em Jomtiem, na Tailândia, em 1990. Na Conferência ficou definido o Dia Mundial da Alfabetização, onde foram deliberadas metas e diretrizes para este cenário.

Em virtude disso, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), que foi considerada um marco histórico para o País, “na qual a EJA passou a ser considerada uma modalidade da educação básica nas etapas dos Ensinos Fundamental e Médio, usufruindo de uma especificidade própria” (SOEK, 2010).

Com base nessa Lei, as Diretrizes Nacionais da Educação Básica são constituídas e no que diz respeito à EJA, o caráter político e social das ideias pertencentes a esse documento, está impregnado de ações provenientes do método da Educação Popular.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica reconhecida como direito público subjetivo na etapa do Ensino Fundamental. É caracterizada como uma proposta pedagógica flexível, com finalidades e funções específicas, levando em consideração os conhecimentos das experiências de vida dos jovens e adultos, ligadas às vivências cotidianas individuais e coletivas, bem como ao trabalho (BRASIL, 2013, p.393).

Nota-se que, para uma efetiva experiência de aprendizado, o ideal a ser seguido são os métodos que proporcionem ao educando aprender utilizando os conhecimentos adquiridos, valendo-se de sua vivência, cultura e socialização, uma vez que o

ambiente da Educação de Jovens e Adultos infere o preparo para o mercado de trabalho.

Conforme abordado, a condição do sujeito dessa educação era tomada como causa de pobreza e marginalização. Ou seja, o analfabetismo era a razão dessa pobreza. Após os estudos de Paulo Freire, passou-se a enxergar o tema como consequência da indigência advinda das desigualdades sociais e das divergências de classes.

Gadotti e Romão (2001) discutem acerca dos compromissos do Educador de Jovens e Adultos, quando abordam o professor construindo-se e constituindo-se na prática da educação.

A língua portuguesa não dá conta de exprimir com precisão o que de fato ocorre na realidade: em vez de ser, é sendo. Ninguém é educador. Alguém torna-se educador (ou deseducador) no decorrer da existência no incessante processo de estruturação/desestruturação/reestruturação dos equilíbrios pessoais e coletivos provisórios, na teia das relações sociais, no fluxo permanente das interações entre teoria e “práxis” (GADOTTI E ROMÃO, 2001, p. 63).

Pensando nisso, as vertentes do sistema educacional e como este contribui para a formação do professor deverão fazer parte desta análise. Afinal, o sistema de formação do educador está intimamente ligado à sua prática em sala de aula, bem como sua vivência e suas correlações com o meio interno e externo da educação. Porém, Gadotti e Romão (2001) discutem acerca do professor educador e afirmam que o conteúdo pode ser aprendido e repassado em cursos e formações, mas o verdadeiro educador se constitui da experiência concreta e de suas relações sócio históricas.

Enquanto o saber sistematizado, com densidade epistemológica, pode ser adquirido em cursos, treinamentos e capacitações, o ser educador vai se construindo com o saber adquirido na teia das relações historicamente determinadas, que vão construindo as dúvidas, perplexidades, convicções e compromissos. Por isso, não há como fugir de uma análise da inserção do professor na sociedade concreta, abordando todas as dimensões de seu papel – atribuído ou conquistado. E não se trata de qualquer professor e de qualquer sociedade; trata-se do Educador de jovens e adultos, na sociedade brasileira, neste final de século (GADOTTI E ROMÃO, 2001, p. 64).

No livro *Aprendendo com a Diferença, Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos*, de Soares (Orgs.), é caracterizado o processo da formação do educador como sendo inato à profissão e atrelado a sua graduação. Contudo, o autor pondera

a distinção entre professor (em fase de graduação) pesquisador em Universidades e em Faculdades.

Em entrevistas com professores das redes públicas que vivenciaram uma prática na Universidade no decorrer de sua formação, foram relatadas diversas estratégias de continuarem seus processos de formação. Alguns se apropriaram da noção de professor/pesquisador e buscam continuamente refletir sobre questões que emergem de suas práticas, problematizando-as. Afirmam que esta postura é decorrente da dimensão política do fazer pedagógico (SOARES 2006, pg. 122).

Essa referência se baseia nas fundamentações e metodologias da Educação de Jovens e Adultos, bem como na construção do letramento a fim de contextualizar o leitor, historicamente falando, e o nortear acerca do princípio das discussões sobre a Educação de Adultos, Educação Popular, Mobral e EJA, bem como a metodologia e prática docente.

Essa educação inspirou o tema deste projeto de pesquisa, que foi escolhido a partir da identificação com o ambiente da EJA e com a curiosidade aguçada após uma aluna da EJA, no ano de 2013, relatar algumas dificuldades sentidas e sobrepostas pela prática de alguns professores em sala de aula. O interesse, até então, parte da essência, da raiz do problema, disseminando-o e propondo soluções para contribuir com a extinção do mesmo, visto que a Educação de Jovens e Adultos é um tema recente nas mesas e discussões e ainda carece de pesquisas e informações. Sabendo disso, este instrumento buscou problematizar a prática do professor alfabetizador, identificando as relações legais e concretas de sua formação e avaliou a influência dessa prática no seu trabalho com a alfabetização de jovens e adultos.

Para que o objetivo traçado fosse alcançado, foi necessário definir o caráter da formação pedagógica do professor, analisar o que diferencia o professor alfabetizador, identificar como as experiências contribuem para a prática do educador, investigar as formas com que o sistema legislativo e o sistema educacional contribuem para a atuação desse profissional em sala de aula, debater sobre a valorização e avaliar como um professor motivado pode influenciar positivamente a alfabetização de seus alunos.

METODOLOGIA

Para organizar e sequenciar as ideias deste artigo, além de Paulo Freire, a literatura base utilizada como fundamentação teórica detém-se em quatro autores principais: Gadotti e Romão (2001), Soares (2006), Soek (2010) e Pereira (2004), entre outros.

O estudo foi descritivo e exploratório de pesquisa bibliográfica, com pesquisa de campo realizada em escola pública pertencente ao município de Vila Velha, no estado do Espírito Santo, que oferta o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos, atendendo a população de classe média baixa.

Uma vez determinado que o alvo da investigação seria a Prática Pedagógica do Professor de Jovens e Adultos, fez-se necessário que as amostras desta pesquisa fossem professores da alfabetização, bem como alunos que cursam este mesmo segmento e a gestão, a fim de decompor sob a ótica dos três sujeitos inerentes à educação.

Para os alunos, o formulário apresentou questões sobre as aulas do professor e sua didática, tendo como finalidade a comparação da metodologia desse profissional sob a ótica dos educandos. No formulário para os professores, foram disponibilizadas questões acerca de sua formação inicial, suas aspirações no início de carreira, seus estímulos e motivações pela gestão da escola e sua observação sobre a própria prática em sala de aula.

Por fim, a gestão teve uma participação nessa problematização, visto que suas considerações se fazem pertinentes e parcialmente responsáveis pelo sucesso do profissional em sala de aula. As questões componentes do formulário direcionado à gestão da escola foram colocadas de forma a se constatar se a diretora é responsável pelo profissional e que atitudes são tomadas para que o professor obtenha sucesso em sua prática e sinta-se apoiado em todo o seu direcionamento curricular.

ANÁLISE DOS DADOS

No que concerne aos dados coletados junto aos professores e à gestão, as variáveis analisaram o apoio da gestão a todos os profissionais da educação. Quanto aos alunos, as divergências apresentadas foram quase nulas, uma vez que estão nas séries iniciais, na classe de alfabetização e tudo consiste em novidade para eles, possuindo assim um relacionamento muito estreito com o professor.

Sendo este artigo analítico e comparado à pesquisa bibliográfica dos autores aqui selecionados, o leitor poderá perceber como a prática do professor está relacionada às suas percepções e esforços que, quando estimulados pela gestão da escola, objetivam a alfabetização do aluno da Educação de Jovens e Adultos e a valorização do profissional da educação.

Após a visita realizada ao campo escolhido para base da pesquisa, foram levantados dados de acordo com a observação da pesquisadora aliados aos questionários direcionados à gestão da escola, ao corpo docente e aos alunos envolvidos nessa modalidade educacional.

Na escola foram observadas as turmas: de 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental I. Como era de se esperar, a turma possui discentes com idade defasada para escola regular, em sua maioria mulheres. Nos dias em que foram coletados os dados, só havia dez alunos em sala, sendo que, dentre estes, quatro eram homens.

A professora tem 50 anos, formou-se em 2005 e leciona há 2 anos na EJA. Acreditando que a prática é influenciada por sua experiência, ela afirma que gosta da área e tem facilidade com a alfabetização, justificando como ótimo o seu grau de satisfação para trabalhar com os alunos.

Quanto ao planejamento da aula, como recursos disponíveis estão o livro didático, xerox, Datashow, laboratório de informática, biblioteca, computador e materiais como lápis de cor, canetinhas e tintas. Não estavam disponíveis o Laboratório de Ciências, a TV, o aparelho de som, o microfone e o auditório.

Ao ser questionada a respeito do sistema educacional e da gestão da escola, a professora considera que há formações suficientes para embasar e complementar os estudos em sala de aula, e que esta pode ser considerada democrática e participativa, bem como bons projetos desenvolvidos pela Secretaria de Educação Municipal, que

auxiliam a gestão da escola a apoiar os professores dentro de sala de aula e na resolução de conflitos.

Em questionamentos levantados junto à gestão da escola, a pedagoga aponta que o principal motivo para início de seu trabalho com a EJA foi a satisfação pessoal. Quando solicitado que relacionasse as questões acerca do corpo docente, ela classificou como boas as participações em reuniões, os interesses nas resoluções de conflitos, o trabalho em equipe, o retorno aos estímulos da gestão, a participação nas formações e os planejamentos.

A respeito do apoio que o sistema educacional fornece para a gestão da escola e da EJA, a pedagoga afirmou que são fornecidos os materiais adequados para que o professor desenvolva sua prática em sala de aula e que são disponibilizadas formações específicas para os professores e para a gestão, bem como foram classificados como pontos negativos os processos burocráticos e o repasse de informações para a gestão da escola.

Além dos processos burocráticos, a pedagoga destaca como pontos negativos: dificuldades em realizar o trabalho com a EJA; a falta de segurança na escola (onde poderiam auxiliar na resolução de conflitos); associar o trabalho e estudo dos alunos com o cotidiano escolar; e a nova característica da Educação de Jovens e Adultos, possuindo mais adolescentes trazendo conflitos para as turmas.

Foram entrevistados três discentes. A pesquisadora teve que preencher o questionário em virtude de os alunos ainda não saberem ler e escrever.

Nos pontos aliados ao questionário, pôde-se perceber que os alunos são bem próximos à professora e nutrem uma estima muito grande por ela, o que facilita o dia a dia em sala de aula.

Para promover a identificação das amostras e dos entrevistados, eles foram classificados em A, B e C, sendo que A e B são mulheres e C é homem, que é casado com a entrevistada A.

Quanto à idade, a aluna A possui 51 anos, a aluna B possui 52 e o aluno C, 54. A e B trabalham em casa, e o aluno C está afastado de suas funções por motivos de saúde, mas antes ele trabalhava na indústria.

Em relação ao tempo em que pararam de estudar, a aluna A afirma que foi há mais ou menos 5 anos, a aluna B, há mais ou menos 20 anos e o aluno C, há mais ou menos 35 anos. A entrevistada A não compreendeu muito bem esta questão, mas insistiu na resposta.

Quando questionados acerca do que mais gostavam na EJA, a aluna A selecionou os professores e a oportunidade que os estudos irão lhe proporcionar. A aluna B selecionou somente as oportunidades e o aluno C afirmou que gosta dos professores, do ambiente da escola, dos amigos e também das oportunidades.

A última questão está relacionada ao método da professora em sala de aula. Nessa questão, todos os entrevistados selecionaram como sendo boas e positivas as formas de explicar o conteúdo, os materiais utilizados, as avaliações, as mediações de conflitos e as relações dos conteúdos com o seu dia a dia.

Nas observações feitas em sala de aula, a professora divide os conteúdos para a 1ª e 2ª séries tanto no quadro, quanto no livro didático. Ela escreve exatamente como na Educação Infantil, separando as linhas, colocando data e cabeçalho para facilitar a organização de quem não teve contato com a escrita. Ela tem muita paciência e carinho ao ensinar, explicando quantas vezes for necessário para cada aluno, indo de mesa em mesa e conta com auxílio de uma estagiária. Nesse caso, o que mais se percebe é o tempo de cada um sendo respeitado, inclusive das duas senhoras idosas, que são perseverantes, estão todos os dias em sala de aula.

No total, são 10 alunos, sendo seis mulheres e quatro homens. A turma é bem calma, o que contrasta com o tumulto das outras salas acima da 4ª série, fato que também foi observado pelos alunos durante a entrevista. O barulho, a bagunça e os conflitos desestimulam a frequência na escola.

Nesse dia, os alunos foram à biblioteca para ensaiar uma música que será cantada no coral de final do ano da escola com a bibliotecária, que é formada em pedagogia.

Esse ponto foi muito interessante, pois nele foi trabalhada a letra de uma música. Além de cantarem, foi explicado e discutido o conteúdo do texto, finalizando com uma atividade. A bibliotecária cortou o texto em tiras e pediu para que os alunos organizassem de acordo com o original e leu com cada um, algumas palavras, porém encontrou certa dificuldade, pois se esqueceu de imprimir o texto em letras maiores, e os alunos não conseguiam enxergar muito bem, resultado: ela teve que reescrevê-lo. Mesmo com esse dificultador, a aula foi bem interessante e atingiu o objetivo original, que era trabalhar algo que os alunos tinham em comum, aliando a linguagem ao costume com a leitura.

Durante as aulas, os alunos conversavam com a professora assuntos relacionados ao seu cotidiano e cada conquista era comemorada, tanto pelos alunos como pela professora. Ela vibra com eles a cada palavra lida e escrita.

No dia anterior, ao voltarem para sala de aula, a professora havia percebido que alguns alunos não sabiam ver as horas no relógio. Ela então passou uma atividade no quadro para exemplificar. Alguns copiaram e realizaram a tarefa, e outros continuaram na atividade anterior.

Esse cuidado da professora foi percebido nas palavras dos alunos entrevistados que sempre a elogiavam dizendo que era “Deus no céu e ela na terra para eles” e, no momento do questionário, a pesquisadora foi indagada se ela estava ali para “roubar” o lugar da professora. Com esta observação, foi detalhada, em palavras mais simples, a finalidade deste artigo.

No segundo dia de observação, os alunos realizaram uma prova de Português, sendo auxiliados pela professora e pela estagiária. Foram colocadas em prática as formas diferenciadas de avaliações. O professor da EJA realmente é testado a dar o seu melhor, pois enfrenta duas turmas ao mesmo tempo, reforçando a importância de realizar um planejamento bem estruturado. Por mais que o conteúdo seja “simples”, ministrá-los ao mesmo tempo, sem que os alunos se dispersem, não é tarefa nada fácil.

No processo da Educação dos Jovens e Adultos da escola pesquisada, nota-se o que Macedo (2015) relata acerca da valorização do ser humano e a construção deste

como indivíduo social. Assegurado pela LDB, o debate sobre essa modalidade de ensino vem crescendo e possibilitando uma mudança de perspectiva pelos alunos e indivíduos atuantes nesses espaços.

Conforme relata Pereira (2004) e Soek (2010), a Educação de Jovens e Adultos mudou muito em relação aos seus primórdios. No contexto histórico, foram relacionadas por estes autores várias épocas e desafios superados e que hoje tanto contribuem para a caracterização da EJA e os direitos adquiridos por esses educandos percebidos no campo realizado na pesquisa.

No que tange aos princípios norteadores para o trabalho com esses alunos presente na LDB, os resultados demonstram que a cultura da escola realmente assegura e valoriza a experiência extraescolar. A todo o momento, observa-se que o trabalho da professora está pautado nas formas de vínculo dos conteúdos com a vida social dos educandos, afinal, essa estratégia de trabalho consiste nas palavras geradoras de acordo com a metodologia adotada por Freire (1992), as quais retiram palavras do cotidiano do aluno para que este se contextualize no processo alfabetizador.

Correlacionando-se a esse processo de alfabetização, está centrada a prática do professor da EJA, ao qual Gadotti e Romão (2001) discutem acerca do educador se reinventando nas teias das relações sociais e interpessoais. O docente não nasce pronto, ele adquire as experiências e se reestrutura a partir destas. Para fomentar esses pontos abordados pelos autores, a professora questionada no campo da pesquisa afirma que seu método é construído através de sua vivência cotidiana, e que seus alunos são peças fundamentais nesse processo.

No saber político-pedagógico intrínseco ao método realizado em sala de aula está a sua formação continuada. Na escola pesquisada, tanto a professora quanto a gestão afirmaram que o sistema de educação municipal disponibiliza formações adequadas para que o profissional se atualize e se constitua.

Para Soares (2006), essa característica do professor/pesquisador está intimamente ligada ao ambiente onde ocorreu sua graduação. Se nessa fase o professor for estimulado à pesquisa cotidiana, sua prática certamente estará pautada nos processos que dela emergem, sendo constantemente problematizados. Afinal, de

nada adiantará que sejam disponibilizados cursos para os professores, se os mesmos não obtiverem o interesse em participar.

É notório e perceptível que o conjunto entre professor, gestão e sistema fazem realmente a educação acontecer. Nas observações apresentadas nos resultados está claro que o maior responsável pelo processo educativo e aprendizagem significativa é o docente, uma vez que toda a escola deve trabalhar junto em prol desses alunos, que muitas vezes não tiveram outra oportunidade na vida e buscam agora, mesmo que em idade avançada, uma forma de satisfação pessoal ou contribuição para uma melhor oportunidade de trabalho.

A sensibilidade da equipe escolar em relação às especificidades desses indivíduos é ressaltada no momento em que a prática acontece dentro e fora da sala de aula. Nesse caso, a biblioteca também foi utilizada como recurso e facilitador da aprendizagem, onde os alunos e os professores vibram a cada conquista de leitura e escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção deste artigo se baseou na necessidade de alcançar os pontos principais relacionados à prática do professor alfabetizador de jovens e adultos.

A princípio, o norte da pesquisa era problematizar as questões relacionadas ao insucesso desse profissional em sala de aula. É certo que as demandas deveriam apontar para o responsável por esta má formação, que levaria conseqüentemente à sua metodologia deficiente. Porém, ao chegar ao campo pesquisado, o que se encontrou foi um ambiente totalmente diferente do esperado. Os exemplos foram inteiramente positivos e condizentes com os dados bibliográficos previamente levantados. Os alunos, por sua vez, nutrem um carinho pela professora, que exerce sua função com todo profissionalismo destinando à sua prática diferenciada.

Com todos esses dados, conclui-se, então, que é possível realizar um trabalho significativo na EJA e fazer a diferença na vida desses indivíduos. O exemplo

observado demonstra que escola, gestão e sistema educacional realmente podem ser efetivos quando todos trabalharem juntos e unidos em prol da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 abr 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Parecer 09/2001**, de 08 de Maio de 2001. Brasília: CNE-CEB/MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 22 fev 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 de mar 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Parecer 1/2000**, de 01 de Julho de 2000. Brasília: CNE-CEB/MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/resolucao_01_2000.pdf>. Acesso em: 20 abr 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Parecer 11/2000**, de 10 de Maio de 2000. Brasília: CNE-CEB/MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em: 20 abr 2017.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 de fev 2017.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**. Em três artigos que se completam. 45ed. São Paulo: Cortez, 1992.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José e. **Educação De Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MACEDO, Gomes Lucineide. **Educação a distância para a educação de jovens e adultos do ensino médio no estado do Espírito Santo: uma possibilidade**. Tese de Doutorado em Ciências da Educação da Universidad Americana, Paraguai. 178p, 2015.

MACHADO, Antônio Marcos de Carvalho. Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão. **Vila Velha: Perfil Social Econômico por Bairros**. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Perfil%20socio%20economico%20R2.pdf>>. Acesso em: 15 mai 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, Maria Lúcia. **A Construção do Letramento na Educação de Jovens e Adultos**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Prefeitura Municipal de Vila Velha. **Unidades de Ensino Fundamental**. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/educacao-unidades-de-ensino-fundamental>>. Acesso em: 15 mai 2017.

SOARES, Leôncio. **Aprendendo com a Diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOEK, Ana Maria. **Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos**. 1ed. Curitiba: Fael, 2010.

Olhares e reflexões da avaliação na educação infantil

Suelen Mecenas Ribeiro Nascimento²³
Maria da Penha Fonseca²⁴

RESUMO

O artigo tem como objetivo investigar o processo, a finalidade e os instrumentos de Avaliação na Educação Infantil a fim de garantir um ensino que promova uma melhor aprendizagem. Tem-se como questionamentos, levantar os conceitos e orientações presentes nos documentos oficiais e pesquisas, assim como identificar os instrumentos utilizados no processo avaliativo neste segmento da educação básica, em uma escola do Sistema Privado de Ensino no Município de Vila Velha. A metodologia adotada é de cunho bibliográfico integrado à Pesquisa de Campo, por meio de coleta de dados com questionário, junto a professores regentes de salas de aula com crianças na faixa etária de 4 a 5 anos. Constata-se que a avaliação nesta etapa da Educação Básica é processual, sem retenção do aluno e utilizando-se de observações e registros do desenvolvimento da criança em relatórios, portfólios, imagens etc.

Palavras-chave: Educação Infantil; Aprendizagem; Avaliação.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema deste estudo e pesquisa se deu após a participação no espaço escolar da Educação Infantil durante o período de estágio obrigatório do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Percebeu-se que a avaliação junto às crianças desse segmento é realizada de forma diferente do que a maioria das pessoas pensa.

De acordo com a LDB, Lei 9.934/96, alterada pela Redação da Lei nº 12.796, de 2013, em seu Art. 31, Inciso I, a avaliação na Educação Infantil se dará: “[...] mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” e os registros destas passam a compor [...] “documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança” (BRASIL/LDB 2017).

Para Hoffman (2015), o termo avaliação refere-se a um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo, ou seja, esta não se limita apenas a um método, mas sim em formas diversas de avaliar, e isso não ocorre em uma

²³ Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Novo Milênio

²⁴ Mestre em Educação/UFES; Professora Pedagogia/Faculdade Novo Milênio; Coordenadora Polo FNM/Arte na Escola

semana, pois é um procedimento constante e contínuo, que requer do professor um olhar sensível que respeite todas as diversidades existentes dentro da sala de aula.

Se a avaliação faz parte do processo de ensino e aprendizagem, sendo um importante instrumento que o educador possui em sala de aula a fim de orientar, acompanhar, verificar o processo de aprendizagem do aluno e reorientar a ação do professor para uma educação mediadora, contribuindo, assim, para uma melhoria do ensino, levantam-se questões que servirão de norteadores durante a realização deste estudo e pesquisa: O que é avaliação? Quais são as orientações presentes nos documentos oficiais de educação para orientar o processo de avaliação na Educação Infantil? Quais são os pontos de vistas defendidos por estudiosos e pesquisadores sobre a avaliação na Educação Infantil? Quais são os instrumentos utilizados na avaliação na Educação Infantil? Como se dá a avaliação de aprendizagem das crianças de 4 a 5 anos que frequentam uma escola do Sistema Privado de Ensino no Município de Vila Velha?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação– LDB, Lei nº 9394/96 prevê a avaliação centrada no processo de aprendizagem, através das interações e relações e não na memorização dos conteúdos, visando ao pleno desenvolvimento da criança, de forma que a mesma possa desfrutar de experiências prazerosas e diversificadas, considerando o ritmo de aprendizagem de cada uma delas.

No documento norteador mais recente da Educação, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC - (BRASIL, 2017) em consonância com a LDB nº 9.394/96 e com a DCNEI, a avaliação deve se dar mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças que garantam os direitos de aprendizagem na Educação Infantil, tais como: conviver, brincar participar, explorar, expressar e conhecer-se. Ou seja, acompanhar as práticas, realizar a observação de cada uma e de todo o grupo, fazendo registros das conquistas e avanços, possibilidades e aprendizagem em momentos diferentes sem a classificação de aptas e não aptas, mas se trata de garantir às mesmas os seus direitos.

A avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida. E a condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser

utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o crescimento (LUCKESI, 2009 p. 166).

Nesse sentido, Oliveira (2011) afirma que a avaliação é um recurso que o professor tem em sala de aula para que, caso haja a necessidade, reorganize as formas e as situações de aprendizagem. Mas, para isso, é necessário um olhar sensível e permanente do docente, pois a aprendizagem perpassa por todas as atividades e por diferentes momentos. mas não quer dizer se a criança está aprovada ou não.

Hoffmann (2015) complementa que avaliar é um conjunto de procedimentos didáticos que se estende por um longo tempo e em vários espaços escolares, visando à melhoria do objeto avaliado, não se resumindo em julgar, mas em acompanhar um percurso, cuja intenção, é favorecer ao máximo o desenvolvimento da criança.

A avaliação pensada numa concepção contemporânea e com foco na aprendizagem da criança da EI se dá através da observação e reflexão, só fará sentido se a intenção for de contribuir para o desenvolvimento e para que esse processo se realize adequadamente, é preciso

Reorganizar o ambiente de aprendizagem e outras ações, com base no que se observa, são procedimentos inerentes ao processo avaliativo. Sem a ação pedagógica, não se completa o ciclo da avaliação na sua concepção de continuidade, de ação-reflexão-ação (HOFFMAN, 2015, p.15).

Ou seja, para que haja uma boa avaliação, faz-se necessário que o professor supere ideologias e conceitos pessoais, promovendo o questionamento de estereótipos que atrapalham sua relação com o educando. Cada criança é um conjunto de fatores que se dão através do contato com o seu ambiente.

As crianças devem se sentir aceitas incondicionalmente embora alguns de seus comportamentos possam ser modificados. O importante é o professor servir-se de modelos de avaliação do desenvolvimento, voltados para a forma de desenvolvimento próxima de cada criança, ou seja, buscar conhecer caminhos emergentes e não meramente constatar obstáculos (OLIVEIRA, 2011 p.260).

Oliveira (2011) reflete sobre a avaliação quando diz que implica detectar mudanças em competências dos alunos que possam ser atribuídas tanto ao trabalho realizado em creches e pré-escolas, quanto a articulações dessas instituições com a família. No entanto, faz-se também necessário repensar o preparo dos profissionais, as

condições de trabalho, os recursos e as diretrizes definidas. Requer ainda conhecer o contexto do desenvolvimento de cada um, apontando para as ações educativas. É um campo de investigação, e não de julgamento, para a busca de uma proposta pedagógica bem delineada.

“Os princípios que embasam a avaliação norteiam o planejamento, as propostas pedagógicas e a relação entre todos os elementos da ação educativa. Eles se refletem de forma vigorosa em todo trabalho da escola” (HOFFMAN, *Ibidem*, p.17).

Hoffman nomeia esse processo de avaliação mediadora, mas afirma que ainda não é evidente em muitas instituições, pois estão mais preocupados em preencher formulários sobre rotinas, controle de sono, alimentação e higiene, desviando o sentido de avaliação. “É urgente, portanto, ressignificar a avaliação na educação infantil, resgatando os seus pressupostos básicos e desatrelando-a dos modelos classificatórios ainda vigentes nos demais níveis escolares” (HOFFMAN, *Ibidem*, p.24).

Portanto, não se avalia a criança somente, mas tudo ao redor, as atividades e o modo como foram realizadas: locais, momentos, materiais, instruções, modalidade e organização no tempo (sequência didática, atividade ou projeto). E com esse olhar, será possível que o professor faça uma análise referente ao que está sendo dado e qual a maneira para que se pense se os elementos estão contribuindo ou dificultando o processo de aprendizagem e assim fortalecê-los ou modificá-los (OLIVEIRA, 2011).

Nesse contexto, Oliveira (*ibidem*) defende que o registro das observações se faz necessário para que se repense as práticas, visando a novos caminhos para o desenvolvimento das crianças e orientar a aprendizagem. Isso inclui conhecer as preferências dos mesmos, como os alunos participam das atividades, escolhem seus parceiros e as suas narrativas, ajudam o professor a se organizar e buscar um modo mais adequado à realização das mesmas, trabalhando para garantir o direito da criança de 0 a 5 anos a uma educação de qualidade.

Segundo Hoffmann (2015, p.37), Vygotsky tem uma importante contribuição em termos da avaliação da aprendizagem, quando ele considera que todas as crianças têm possibilidades intrínsecas de progresso intelectual, sendo assim, deve-se analisar o seu potencial e não determinar suas capacidades. Portanto, o papel do avaliador é

fazer com que elas sejam desafiadas e, a partir do que já sabem, possam construir de forma mais elaborada a constituição da realidade.

Para Hoffmann (2015), os instrumentos de avaliação fazem parte desse “processo de análise e acompanhamento” das crianças, sendo eles pareceres descritivos, relatórios dos alunos, fichas e outros tipos de registros ou anotações. De forma que esses são ferramentas que adquirem sentido à medida que auxilia e torna o acompanhamento e o fazer pedagógico mais significativos.

A autora aponta alguns equívocos na hora de elaboração desses documentos, sendo eles superficiais, onde, por vezes, priorizam a atividade das crianças com julgamento de valor subjetivo. Repetem-se a análise da mesma situação de aprendizagem, em que elas não são avaliadas em um todo e de diversas formas, são analisadas na mesma sequência e comparando-as.

Outras ações estão centradas na ação pedagógica do professor, ao invés de referir-se à criança. Ou são elaborados ao final de períodos, não servindo como instrumento de reflexão para os professores ou instituição.

Para Hoffmann (2015), as “fichas de avaliação” ao se referirem às crianças como ótimo, bom e regular podem partir de critérios estabelecidos pelo professor para um aluno de determinada idade e, ao serem passados para as famílias, não devem ser superficiais e ambíguos.

A observação diária é o primeiro passo para o acompanhamento, acompanhada de pequenas anotações sobre as crianças observadas, podendo-se registrar algumas situações ocorridas por meio de fotos e vídeos (HOFFMAN, 2015, p. 106).

Portanto, para a autora, as observações são feitas durante todo o processo, não somente das crianças, mas também do professor.

As observações que são feitas sobre as crianças ao longo do processo e articuladas, darão consistência à “memória avaliativa” do professor, não apenas das crianças, mas sobre ações mediadoras que ele próprio desencadeou em busca da evolução/superação delas em um determinado aspecto do desenvolvimento (HOFFMANN, 2015, p. 107).

Este estudo tem como objetivo geral investigar sobre o processo, finalidade e instrumentos de Avaliação na Educação Infantil, a fim de garantir um ensino que promova uma melhor aprendizagem.

METODOLOGIA

O estudo é uma pesquisa qualitativa e, considerando o ponto de vista dos objetivos, utiliza-se da pesquisa exploratória, buscando maior conhecimento do tema escolhido, proporcionando maior simplificação e assim torná-lo o mais claro possível para a pesquisadora. E quanto aos procedimentos, trata-se de pesquisa bibliográfica fundamentada em: BRASIL/LDB (2017), BRASIL/BNCC (2017), HOFFMAN (2015), LUCKESI (2009) e OLIVEIRA (2011).

O estudo tem como cenário para pesquisa de campo um Centro de Educação Infantil da Rede de Ensino privada, no município de Vila Velha/ES, e sua estrutura funcional realiza o atendimento de crianças de 4 meses a 6 anos. No entanto, nesta envolve crianças na faixa etária de 4 a 5 anos, matriculados na pré-escola/EI.

A pesquisa de campo utiliza como técnica para a coleta de dados o questionário com questões a serem respondidas por professores regentes convidados, os quais são analisados em diálogo entre teoria e prática na educação, a fim de conseguir respostas às indagações levantadas.

COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os questionários foram entregues a quatro professores regentes na Educação Infantil e a uma pedagoga, os quais foram respondidos em suas residências e devolvidos posteriormente.

Dos envolvidos na pesquisa, quatro são do sexo feminino e um do masculino. Com formação inicial de Licenciatura em Pedagogia e pós-graduação, sendo que dos cinco entrevistados, um está concluindo a graduação em Artes Cênicas. Informaram,

também, que costumam participar de congressos e seminários que abordam o ensino na Educação Infantil.

Com relação ao tempo de formação, observa-se que eles possuem tempos diferenciados, conforme apresentação no gráfico abaixo:

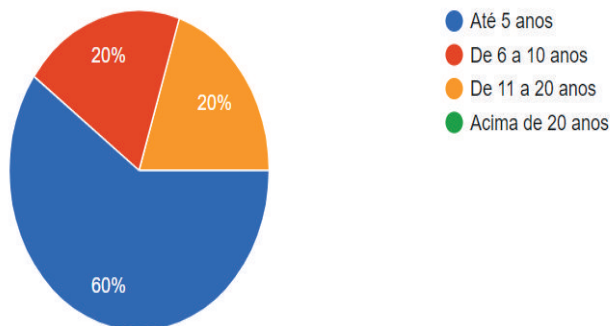


Gráfico 1: Fonte pesquisadora

Ao serem questionados sobre a importância da avaliação na Educação Infantil, percebe-se que todos os entrevistados deram ênfase à importância do processo avaliativo não como uma forma de julgamento, ou como um fim, mas sim um meio para conhecer o seu aluno, visando à melhoria e à construção do conhecimento.

“Ter a possibilidade de conhecer melhor o aprendiz e perceber quais as melhores abordagens para lidar com suas dificuldades, anseios e quais técnicas surtirão mais efeito ao serem aplicadas” (PROFESSORA A).

“É importante para nos dar uma direção. Tanto para o professor quanto para o aluno, pois assim posso saber como trabalhar com meus alunos e como está o processo de aprendizagem do mesmo. É um processo contínuo” (PROFESSOR B).

“Este quesito depende do ponto de vista que iremos tratar. A avaliação na Educação Infantil acontece por meio do processo de conquistas e descobertas. Considerando que esta fase é onde a criança está decodificando o mundo, afirmo que o processo de avaliação é indispensável, digo isso quando trato de avaliação de observação, a qual defendo para a Educação Infantil” (PROFESSOR C).

“A importância da avaliação na Educação Infantil consiste em identificar quais competências e habilidades a criança alcançou ou precisa alcançar. Imaginemos a construção de um muro. Cada tijolinho necessário para construí-lo são as habilidades: preparar as ferramentas, comprar o cimento ideal, preparar a massa, medir, encaixar os tijolos, rebocar, etc.” (PROFESSOR D).

“A avaliação é um ato presente em nossas vidas. E na educação infantil não seria diferente. É uma forma de avaliarmos não só o aluno, mas também sobre quais os meios que estão sendo utilizados pelo professor. É importante para obter informações e subsídios para uma educação de qualidade” (PROFESSOR E).

Com relação aos instrumentos utilizados no processo de avaliação, o gráfico mostra diferentes tipos de registros e formas de observação:

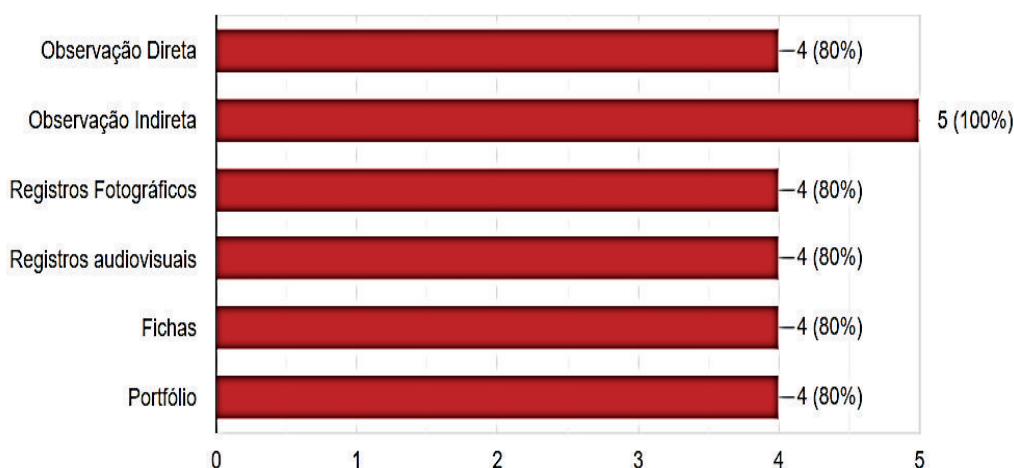


Gráfico 6: Fonte pesquisadora

Foi questionado se há integração entre os profissionais que trabalham no dia a dia com as crianças, e os professores responderam que sim, e esse diálogo ocorre entre núcleo pedagógico e professor do ano anterior, como relata a professora B.

“Sim. Nas reuniões pedagógicas, onde compartilhamos experiências da sala de aula e avaliamos se está surtindo efeito nas aulas e de como e que forma estamos usando esse instrumento” (PROFESSOR B).

Em relação à avaliação, foi perguntado se esses resultados são apresentados aos pais, e de que forma. A resposta afirmativa foi unânime, e esses resultados são apresentados através de fichas individuais e portfólio, onde são expostas as observações feitas ao longo do bimestre, com fotos, atividades realizadas pelos alunos e relatórios individuais, que contêm informações dos mesmos, tanto no individual quanto no coletivo.

- Fichas descritivas;
- Relatório individual da criança;
- Portfólio com atividades realizadas pelas crianças e fotos, tanto no coletivo, quanto no individual durante as atividades

Em relação à opinião dos professores sobre a importância desses momentos para a aprendizagem da criança, obteve-se como respostas:

Para a professora A, é importante que as observações sobre a aprendizagem do aluno em sala de aula possam ser compartilhadas com a família para que as evoluções sejam mensuradas e o acompanhamento da construção do conhecimento possa ser garantido em casa também.

O professor D respondeu que a avaliação nunca será uma via única, sempre será de mão dupla, em que o docente e o discente são submetidos a análises. Esta é fundamental para analisar a qualidade que a escola pretende ofertar à comunidade escolar, à sociedade e ao mundo. Ela aponta direções, identifica falhas e desafios, mostra como deve ser feito e aponta como não fazer.

A professora E considera de extrema importância a presença dos pais na escola e na entrega dos instrumentos de avaliação, visto que a primeira educação vem de casa, ou seja, no ambiente familiar a criança pode apresentar diferentes atitudes das quais apresentam em sala de aula, e essa parceria possibilita melhores resultados na vida escolar e social da criança.

Ao estabelecer o diálogo entre a teoria e os dados coletados, percebe-se que o ato de avaliar está inserido no dia a dia do ser humano, onde se avalia para melhorar, e na Educação Infantil não poderia ser diferente, pois é um local de exploração do conhecimento em suas mais variadas formas. Não é um processo mecânico de julgar

o aluno como apto ou não apto, ela vai além, é uma forma de refletir sobre as práticas, sobre as falas, sobre como está sendo o dia a dia na sala de aula. E, para isso, são adotados instrumentos de avaliação que possibilitam ao professor ferramentas para que a aprendizagem seja de fato alcançada.

Os instrumentos de avaliação são ferramentas que o docente tem para acompanhar o processo de desenvolvimento do aluno, que é realizado através de anotações e observações diárias, para que momentos não se percam e não passem despercebidos.

Na escola pesquisada, observou-se o uso do portfólio como instrumento desse registro. Nele, as professoras fazem anotações e anexam fotos e atividades realizadas no dia a dia. E, ao apreciarem o mesmo, podem identificar o modo como estão trabalhando, se está sendo eficiente e se o aluno está aprendendo, ou seja, sinaliza o rumo a seguir. O que condiz com Hoffmam (2015) ao definir que a avaliação é um conjunto de procedimentos didáticos, no qual seu objetivo não está em julgar o educando, mas em identificar o que foi ou não aprendido e, a partir daí, criar procedimentos adequados para o desenvolvimento de seu aluno.

Nesse contexto, a fala da Professora B também confere, quando relata que a avaliação na Educação Infantil deve ter como foco o processo no decorrer do ano letivo, a fim de identificar as habilidades e competências dos alunos, tratando-se de conhecer, investigar e criar novas possibilidades para que o mesmo avance em seu conhecimento.

Tal posicionamento condiz com Oliveira (2011), quando trata a avaliação como um dos recursos de sala de aula a serviço da aprendizagem, desde que integrada ao olhar sensível e permanente do professor, não aplicada para aprovar ou reprovar o aluno.

Vale ressaltar que, de acordo com o documento norteador da Educação mais recente, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC - (BRASIL, 2017) em consonância com a LDB nº 9.394/96 e com a DCNEI, a avaliação deve acontecer durante o processo de aprendizagem, garantindo às crianças o direito de aprendizagem, sendo realizada por meio de interações, relações, e não na memorização dos conteúdos, possibilitando

que os alunos desfrutem de experiências prazerosas, diversificadas, mediante acompanhamento e registro.

Em relação aos instrumentos de avaliação utilizados no decorrer do ano letivo, a professora B diz que eles são fundamentais para auxiliar o processo, sendo possível registrar, através do portfólio e das fichas de avaliação, atividades e momentos do dia a dia, sejam eles de formas individuais ou grupais.

Sobre esse recurso, Hoffmann (Ibdem) levanta a importância de uma observação diária, fazendo registros de situações cotidianas em forma de texto, foto ou vídeo, os quais servem para o acompanhamento e mediação de maneira a favorecer o crescimento das crianças, ou seja, a observação e reflexão desse instrumento por parte do professor pode contribuir em ajustes de suas práticas pedagógicas. No entanto, vale ressaltar que tais observações devem ser realizadas em diferentes momentos, e não de forma vaga, uma vez que o documento necessita apresentar a criança em diversos momentos, não fazendo julgamento das mesmas, não as comparando com outras, e estar centrado nelas.

A essa avaliação, faz-se necessário um olhar sensível e permanente do professor, para que ele possa compreender seu aluno, suas dificuldades e facilidades. E diante dos trabalhos apresentados por eles, não se deve nomeá-lo como bom ou ruim, e sim fazer uma análise da situação. Sua finalidade é incluir a criança no processo educacional, assegurando-lhes, com êxito, uma aprendizagem de qualidade.

Cada instituição possui uma forma de avaliar, que pode ser através de recursos audiovisuais, portfólio e observações. Porém, Luckesi (2009), ao afirmar que a avaliação precisa assumir seu verdadeiro papel, o de subsidiar a construção da aprendizagem, refere-se ao ato de a avaliação deixar de ser autoritária ao impor condições para que ela aconteça, exigir dos alunos aquilo que o professor tem em mente, o que pensa sobre tal e fornecer condições para que eles se expressem de forma natural, através das relações e interações do dia a dia. É o momento que o docente terá, então, para conduzir, acompanhar, intervir, refletir, mudar, repensar, refazer e não somente impor seu pensamento sobre o mesmo e dizer se está certo ou errado.

Em relação a esses documentos produzidos pelos docentes, a professora A relata que, no local onde atualmente exerce a docência na EI, existe a interação entre o núcleo pedagógico e o restante do corpo docente, possibilitando que cada profissional exponha suas experiências e compartilhe suas propostas pedagógicas e vivências de sala de aula.

Assim, a professora E também argumenta sobre essa importância de compartilhar com a família as informações, reafirmando que é de casa que ela recebe a primeira educação e traz para a escola uma bagagem cultural.

A professora C reforça e diz que cada instituição possui sua forma de apresentar esses resultados às famílias, porém, em todos, costuma-se descrever situações da vida escolar da criança. A entrevistada E ressalta a importância dessa parceria entre escola e família através de portfólio, ficha de avaliação, registros fotográficos e audiovisuais e observações do cotidiano do aluno.

A avaliação é vista como um processo contínuo, que tem como objetivo conhecer o aluno para intervir e mediar situações. E se confirma com Oliveira (2011) ao afirmar que é um recurso que o professor tem, caso haja a necessidade de reorganizar as formas e as situações de aprendizagem em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os estudos e as respostas das professoras, viu-se, de forma unânime, que avaliar é ato de estar sensível ao aluno em sala de aula, ou seja, não é um meio de somente apontar erros e acertos, é um processo que não se finda, que perpassa por todas as áreas de conhecimentos, passa pela vida e pela educação e não poderia ser diferente. É uma forma de pensar e repensar, quantas vezes forem necessárias, se de fato está ocorrendo o processo de ensino-aprendizagem eficiente.

Avaliação na Educação Infantil, assim como em outros segmentos da Educação Básica, tem como foco o ensino e a aprendizagem, só que acontece de modo ou modos diferentes do que nos demais.

Nesse caso, é um elo entre a prática e a teoria que, no caso, é o planejamento feito pelo professor e que, para ocorrer de fato, se faz necessário o acompanhamento das crianças em suas hipóteses e formas como elas veem o mundo ao seu redor. Sendo realizada através de registros, um meio de valorização da atividade do aluno e nunca como uma forma de compará-la com outras. Não se restringe a comportamentos desejados pelos professores, focando nos discentes como sujeitos, autores e produtores de cultura.

Não tem o objetivo de promoção, classificação e/ou segregação, sendo assim o foco está no processo de construção do saber, registrando o caminho percorrido por um grupo de crianças. Essa documentação orientará o planejamento das ações educacionais e as intervenções necessárias, que são feitos através de observações diárias, portfólios, álbuns, desenhos, vídeos etc. realizados ao longo de um período.

Avaliar é desafiar, é ensinar, serve para encontrar caminhos que levem as crianças a quererem absorver o conhecimento e, como ser único, saber qual a melhor forma que determinado aluno adquire o saber. Não é uma forma de fazer com que ela sinta medo de ser quem ela é realmente, é ser sensível a todas elas, em sua totalidade, respeitando o tempo de cada uma.

Por isso, utilizar diferentes instrumentos de avaliação é uma forma de fazer com que esse processo seja visto como algo natural da vida. Jamais sendo visto como um vilão, onde o que prevalece não é o querer do professor e sim as especificidades encontradas na sala de aula. É refletir e agir durante todo o ato, mediando todas as situações para benefício do aluno.

Assim, nesse percurso, o professor também se autoavalia, reflete, compartilha com a família os resultados e segue fazendo a mediação do conhecimento.

As situações identificadas neste estudo corroboram com a ideia entre autores e pesquisadores no que se referem à avaliação na Educação Infantil como um processo contínuo, auxiliador do professor em sala de aula e que visa ao desenvolvimento das crianças. Realizado através dos instrumentos de avaliação, sendo ele o portfólio usado por todos os professores entrevistados, podendo ser acompanhado por ela

mesma, professores e família, possibilitando uma maior integração entre essas pessoas.

Através desses instrumentos são relatadas as experiências vividas coletivamente e individualmente em sala de aula. São anexados desenhos, fotos e atividades produzidas por elas.

Em suma, é possível concluir que uma avaliação justa garante os direitos que são garantidos às crianças, que interferem em uma educação de qualidade, através de interações e relações.

As crianças precisam ser aceitas em sua totalidade e especificidades. Com isso, os instrumentos de avaliação se tornam um aliado no que se refere ao registros dessas diferenças existentes em sala de aula, visto que, com o registro, é possível que pontos importantes não passem despercebidos e sejam anotados para que se acompanhem e possam intervir.

Dessa forma, um olhar sensível e reflexivo sobre a avaliação na Educação Infantil é um caminho para o professor repensar sobre as práticas pedagógicas, acompanhar a criança e mediar situações.

Considera-se, portanto, que a avaliação na Educação Infantil, realizada na escola pesquisada, condiz com a fala dos autores pesquisados, no que se refere às diferentes formas e uso dos instrumentos de avaliação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão revista. Brasília: MEC, 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm . Acesso em: 19/04/2018.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. / Jussara Hoffmann-20. ed. -Porto Alegre: Mediação, 2015.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 2009. 20.ed.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011. 7. ed.

Educação de jovens e adultos (EJA): estratégias de alfabetização e reformulação da modalidade

Sebastiana de Lourdes Barbosa²⁵
Maria da Penha Fonseca²⁶
Renata Rodrigues Roman Ferrari²⁷

RESUMO

Este artigo aborda a Educação de Jovens e Adultos, porém levando em consideração algumas questões peculiares a esta modalidade: O que é alfabetização na EJA?, Como acontece este processo? Por que apesar dos avanços que há na atualidade ainda existe um número significativo de analfabetos no Brasil? Um dos motivos para debruçar-se sobre este tema está no fato de uma experiência pessoal, já que a pesquisadora teve a oportunidade de cursar o Ensino Médio através deste segmento de ensino. Tem-se como objetivo: compreender as estratégias de alfabetização, como se dá a aplicação das metodologias que constroem o conhecimento do sujeito na área da escrita e da leitura, utilizando a pesquisa exploratória e aplicações de questionários à diretora, à coordenadora, aos professores e aos alunos, em uma Unidade Municipal de Ensino. Por fim, a EJA é um importante caminho para diminuir o analfabetismo no Brasil e servir como **porta de entrada** para oportunidades no mercado de trabalho, mas precisa-se de algumas reformulações, principalmente, no que se trata da alfabetização.

Palavras-chave. EJA. Alfabetização. Metodologias. Oportunidades.

INTRODUÇÃO

O artigo tem o objetivo de compreender as estratégias de alfabetização e como se dá a aplicação das metodologias que constroem o conhecimento do sujeito na área da escrita e da leitura.

O motivo pelo qual o tema foi escolhido está ligado ao fato de uma experiência pessoal, já que a pesquisadora teve a oportunidade de cursar o Ensino Médio através desta modalidade de ensino. Outra questão que inspira a dissertar sobre a EJA - Educação de Jovens e Adultos é a importância que se refere à oportunidade para aqueles que não tiveram acesso à educação formal no período convencional ou que por algum motivo tiveram que parar seus estudos.

Tendo em vista que, ainda é uma realidade brasileira a necessidade de muitos deixarem a sala de aula para trabalharem ainda jovens, no intuito de levarem o

²⁵Graduada em Pedagogia pela Faculdade Novo Milênio (ES).

²⁶ Coordenadora do Núcleo de Orientação Psicopedagógica e Professora no Curso de Licenciatura em Pedagogia, na Faculdade Novo Milênio.

²⁷ Pedagoga, Psicanalista, Mestre em Ciências das Religiões.

sustento para seus lares. Diante dessa realidade, em 2017, segundo o IBGE, o Brasil tinha 11,5 milhões de analfabetos. Tal situação diretamente influencia no que diz respeito ao mercado de trabalho (BRASIL, 2017).

Esse dado do IBGE também leva a uma reflexão sobre a necessidade de debater mais sobre a modalidade de ensino EJA, principalmente, viabilizando meios para atrair um público que se encontra na **escuridão do saber** e, pior, amargando nas filas do desemprego por estarem despreparados, daí também a importância de uma formação voltada para o mercado de trabalho.

Diante do exposto, surgem as seguintes questões investigativas: O que é alfabetização na EJA? Como acontece o processo de alfabetização na EJA? Por que apesar dos avanços que há na atualidade ainda existe um número significativo de analfabetos no Brasil? É possível conciliar o método Freireano com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)?

Em se tratando da EJA, pode-se conceituá-la como uma modalidade do Ensino Fundamental e Médio, que possibilita a muitas pessoas que não tiveram acesso ao conhecimento científico em idade própria retornarem à sala de aula. Assim, jovens e adultos iniciam ou dão continuidade aos seus estudos. É, portanto, um segmento que visa garantir o direito daqueles que foram excluídos dos bancos escolares ou que não tiveram oportunidade de acessá-los nos períodos letivos correspondentes à infância e à adolescência.

Para Freire (2011), a alfabetização não é uma repetição mecânica das famílias silábicas, nem a memorização de uma palavra, mas uma aprendizagem ampla sobre como **ler o mundo**. Por isso, a necessidade de haver uma reflexão e ação sobre a realidade do sujeito, para a partir desse diagnóstico, aplicar a metodologia correspondente aquilo que o sujeito já traz no seu cognitivo.

Assim, de acordo com o próprio Freire (2011), o método tradicional de alfabetização por quase um século se concentrou no ensino da leitura e da escrita, a habilidade de codificação e decodificação. Esse método não abria o entendimento do sujeito para ser um ser pensante crítico e capaz de expressar o seu ponto de vista.

De acordo com Marques e Rubio (2012), antigamente, não era necessário o indivíduo comprovar que sabia ler e interpretar, ele apenas declarava que sabia escrever o nome ou dizia sem comprovar que sabia realmente ler e escrever. Já a partir de 1950, o indivíduo precisava demonstrar ser alfabetizado e informar até que período estudou na escola. Com esta nova forma de esclarecer o nível de escolaridade esperava-se que uma pessoa alfabetizada soubesse escrever um texto simples e tenha prática de leitura e escrita no seu cotidiano.

Contudo, segundo as pesquisas realizadas por Emília Ferreiro na década de 1980, citadas por Marques e Rubio (2012), em que ela identificava os processos cognitivos implicados na aquisição da escrita, compreender a natureza das hipóteses da produção dos adultos, descobrir o tipo de conhecimento que ele possui antes de iniciar processos formais de alfabetização. A repercussão de seu trabalho, influenciou a elaboração de propostas curriculares, programas de formação de educadores, materiais didáticos para estudantes e professores, pesquisa sobre a aquisição da escrita por jovens e adultos.

Através dessa nova visão abre-se um caminho para um ensino que até então não incluía a EJA. Por isso, o papel principal do educador é instigar o seu educando, introduzir o jovem e adulto no mundo da escrita através de textos presentes no cotidiano deles.

Segundo Freire (2011), a educação deveria corresponder à formação plena – conceito muito utilizado por Freire - do ser humano, chamada por ele de preparação para a vida, com aprendizagem no que tange aos valores, ligados a uma proposta política de uma **pedagogia libertadora**, com intuito de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, é de grande importância que o professor da EJA tenha a consciência da valorização do outro, é interessante aproveitar a informação que este aluno já possui, uma vez que durante toda a vida, ele adquiriu um vasto conhecimento do senso comum, por isso, a apreciação de suas experiências de vida torna-se imprescindível.

No entanto, outra questão peculiar da EJA é o diálogo, que precisa estar presente nas aulas. O professor tem que usar uma linguagem simples e acessível. O docente é um

incentivador, deve estimular os alunos, de maneira a alcançar a motivação, que é um aspecto fundamental no processo de ensino e aprendizagem. Essa situação também é abordada por Freire (2011).

Dentro de uma reflexão da produtividade Freireana, por exemplo, o processo de alfabetização por meio de metodologias específicas possibilita o aprendizado do educando, como: o conhecimento já adquirido do sujeito, diálogo, jornais, revistas, textos, filmes, teatros, alfabeto móvel, os nomes dos colegas, listas de palavras significativas, calendários, jogos que forneçam aos alunos informações importantes como funciona a escrita e leituras de textos informativos para eles.

Referindo-se a Freire (2011), sabe-se que a educação é um processo complexo, pois uma imensa parcela da população não teve ou não tem acesso à escola, por causa das condições socioeconômicas em que se encontram, o que dificulta o acesso ao conhecimento. Este seria o principal motivo para que o índice de analfabetismo e evasão escolar ainda seja alto no Brasil.

De acordo com o censo de 2010, o percentual de pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto era de 50,2% (IBGE, 2010). A taxa de analfabetismo mostrou-se maior entre jovens, adultos e idosos em todas as regiões do país. Os motivos do analfabetismo são vários: está relacionada com a história de cada um, desde a perda da motivação por causa da idade, o desinteresse, a necessidade do jovem trabalhar, as dificuldades de acesso às escolas e as evasões.

Com isso, a evasão escolar pelos alunos da EJA acontece por diversos fatores: a impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, questões familiares, dificuldade de acesso à escola, sendo a principal causa o trabalho.

Assim sendo, o Brasil tem um desafio enorme pela frente que é alfabetizar aqueles que por algum motivo não foram alfabetizados ou têm baixa escolaridade.

No livro *Pedagogia do Oprimido*, de Freire (2016), além do que foi descrito aqui, ainda há os componentes históricos que estão na raiz da constituição do Brasil, enquanto nação, marcada por um crescimento de desigualdade, onde uma riqueza imensa está concentrada nas mãos de poucos, estes extremos, riqueza x pobreza, afetam também

causando o desinteresse pela educação e falta de esperança para aqueles que são pobres.

Além do analfabetismo, existe o baixo nível de escolaridade que é uma realidade, um problema sério na área da educação que acontece por causa da evasão escolar.

Segundo Gadotti e Romão (2018), também há falta de educadores especializados, preparados tecnicamente para atender esse público da EJA, faltam materiais que possibilitem uma metodologia voltada para eles e a falta de interesse dos professores em alfabetizar, não vendo o aluno como **mais um**, mas que realmente veja o educando como alguém que precisa ser alcançado pelo conhecimento.

Entretanto, o grande problema do analfabetismo só será resolvido quando for acompanhado de políticas públicas educacionais voltadas à valorização da EJA e levar oportunidades para aqueles que não tiveram acesso à sala de aula. Essa era uma questão, inclusive, defendida por Freire.

Outra questão importante no que se refere à alfabetização na EJA é o uso de novas tecnologias nas salas de aula. Segundo Curto (2009, p. 2), “a utilização do computador em sala de aula configura-se como um recurso valioso para o tratamento da diversidade constitutiva da realidade em que vivemos e para o trabalho com vários letramentos de forma crítica e ativa. ”. Assim, estudar torna-se mais fácil e prazeroso.

A inserção da Tecnologia de Informação precisa ser feita de forma gradativa e respeitando a receptividade dos alunos que muitas vezes podem possuir uma aversão ao **novo**, por conta da idade mais madura. No entanto, considerando que nas últimas décadas, inúmeros avanços se deram, principalmente, na área da tecnologia, como a modernização e difusão dos computadores e a criação de novos aparelhos audiovisuais (IBIDEM).

Aliás, o mundo passa por uma grande transformação, marcada pela globalização e pelas mudanças ocasionadas pela tecnologia. É a era da informação e da comunicação. Apesar de todo esse crescimento permanece ainda como fundamento básico, o domínio de códigos da leitura e da escrita, tornando-se imperativo ético, mais que dominar os códigos da modernidade, ainda é fundamental o acesso às

ferramentas - escrita e leitura - que sempre foram e é de suma importância para o homem (IBIDEM).

Paulo Freire (2016) defendia a educação libertária, que centrava no homem não nas conveniências políticas como sempre aconteceu no Brasil. Mas um conhecimento construtivo, com formação plena do ser humano, que seria a sua preparação para a vida, com formação de valores atrelada a uma proposta política de uma pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dentro da visão Freireana associada às novas tecnologias está a plenitude do homem neste tempo, onde a tecnologia se faz necessária em todos os âmbitos do trabalho e da vida. Por esse motivo, a Educação de Jovens e Adultos, hoje deve estar em condições de oferecer ao sujeito subsídios que venha torná-lo pleno e preparado para demanda de emprego que cada vez exige mais, não só que o mesmo esteja capacitado em conhecimentos que a educação secular traz, mas também os conhecimentos tecnológicos (IBIDEM).

Portanto, o método Freireano associado às novas TICs traz mudanças de paradigmas, transmite esperança e leva o aluno a estar apto para as novas exigências de mercado. É o ser crítico, pensante e consciente de uma sociedade exigente.

Além disso, há no Brasil as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), contidas na Lei nº 9.394/1996, e no que tange à Educação de Jovens e Adultos, um dos principais artigos versa sobre o fato dos

[...]sistemas de ensino assegurarem gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (BRASIL, 1996).

Outros aspectos da LDB são ressaltados também, como: a necessidade de isonomia da modalidade em relação às demais etapas de formação da educação básica; a criação de um sistema nacional integrado para a EJA no tocante a avaliação e monitoramento; formação permanente e específica para profissionais de educação com foco em EJA; destinação de verbas para estados e municípios especificamente para aplicação em EJA; contratação de professores licenciados para atuação na EJA.

Outra questão que precisa ser abordada são as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), em que contém artigos sobre a EJA. A criação dessas normas veio depois da LDB, e nela possui um detalhamento maior em relação a esta modalidade e o foco aqui está no currículo (BRASIL 2017).

Destaca-se que as DCN's de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental foram divididas em três segmentos e estão publicadas no portal do MEC. Já o currículo para o EJA no Ensino Médio utiliza como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que deverá ser adaptada para atender a diversidade dos estudantes.

MÉTODO (OU MATERIAIS E MÉTODOS OU CASUÍSTICA)

Para verificar as situações levantadas neste artigo foi escolhida uma escola municipal, com a intenção de conhecer como funciona a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) no aspecto de alfabetização e ensino, vale ressaltar que a instituição oferece o Ensino Fundamental à noite.

A pesquisa foi realizada no mesmo período em que a pesquisadora se encontrava em um estágio relacionado também à EJA. Isso possibilitou uma experiência e uma observação maior, já que houve uma convivência in loco. Nesse tempo de aproximadamente um mês, observou-se como os alunos dessa modalidade aprendem, quais deles demonstram mais interesse na aprendizagem, como assimilam os conteúdos novos, se há um planejamento de futuro a partir da EJA.

A partir daí estabeleceu-se o seguinte critério para levantamento de dados específicos os quais responderam as questões levantadas. Primeiramente, o método escolhido foi a aplicação de questionários para os seguintes grupos: diretora da instituição de ensino, coordenadora pedagógica, professores e alunos.

Assim, os questionários foram desenvolvidos seguindo o padrão: um para a diretora, tendo 17 perguntas; outro para a coordenadora, contendo 12 questionamentos; também foi aplicada uma pesquisa a três professores, com 12 indagações; por fim, 3 alunos, responderam a 12 itens relacionados a realidade deles na EJA/Ensino Fundamental.

Em se tratando da parte de gestão desta UMEF em relação à EJA, quanto à parte docente à frente dessa modalidade, o objetivo principal é observar o preparo da equipe técnica em acolher os alunos dentro de suas necessidades de aprendizagem, levando em consideração que a EJA nesta instituição é voltada apenas ao Ensino Fundamental e possui em seu quadro discente alunos de idades e experiências de vida variadas.

Durante os 30 dias que foram vivenciados na instituição de ensino, a pesquisadora foi bem acolhida pelo pedagogo do turno noturno, pela coordenadora e pela diretora.

Além das questões que foram entregues para os participantes da pesquisa, a pesquisadora teve a oportunidade de observar na prática o dia a dia de alunos e profissionais da educação envolvidos com a EJA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto às pessoas ouvidas e que responderam as questões pertinentes ao funcionamento da modalidade foi visto que no que se refere à diretora da escola e à coordenadora, as formações e práticas diárias pedagógicas e de gestão correspondem às legislações da EJA - Lei nº 9.394/1996 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Sobre o corpo docente pode-se dizer que os três professores que participaram da pesquisa possuem formação na área de educação, inclusive são pós-graduados, mas nada direcionado à EJA. Todos eles possuem menos de 10 anos na modalidade. Assim, confirma o que Gadotti e Romão (2007) afirmam sobre a falta de educadores especializados e preparados para atender esse público. Inclusive, os autores contestam a falta de metodologias e materiais didáticos no que se referem à alfabetização e isso também foi observado na escola, o ensino é totalmente mecanizado, raras vezes são inseridas dinâmicas.

Ainda sobre os docentes, os mesmos alegam que quando tem Formação Continuada para profissionais da EJA, eles participam. Uns disseram que é escasso e um professor disse que esses cursos não correspondem à expectativa, já que parecem mais um evento social para professores do que uma capacitação.

Outro item da pesquisa foi sobre a utilização de computadores. Na escola existe laboratório de informática, porém o uso é muito limitado. Tal situação foi colocada pelos próprios professores, o que ratifica com o que Curto (2009) explana sobre a inserção gradativa da Tecnologia de Informação neste segmento, sendo que uma das imposições a isso seria o fato do público da EJA ser de pessoas mais maduras.

No entanto, diante das transformações sociais e necessidades do próprio mercado de trabalho, o fato de inserir de forma mais eficaz as Tecnologias da informação e comunicação (TIC's) torna-se cada vez mais importante tendo em vista a questão defendida por Paulo Freire (2016) de dar condições ao sujeito para torná-lo preparado para estar em sociedade e também na inserção no mercado de trabalho.

Assim, sem contar a existência de um laboratório de informática, não há outros aparelhos de audiovisuais. Enfim, as aulas administradas são no estilo quadro e pincel atômico e isso confere o pouquíssimo ou nenhum uso de meios didáticos utilizados em sala de aula, principalmente, pelo fato dos alunos serem jovens e adultos no Ensino Fundamental, o que condiz a necessidade de instrumentos para facilitar o aprendizado.

Agora, em tratando do corpo discente, responderam três alunos os quais representam a realidade da EJA: um jovem, um adulto e um idoso. A modalidade, segundo a legislação, faz menção da faixa etária no ingresso nesta modalidade. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no artigo 38º, determina que a idade mínima para realizar os exames supletivos é de 15 anos para o Ensino Fundamental e de 18 anos para o Ensino Médio (BRASIL 1996).

Geralmente, e como foi constatado na pesquisa, esse jovem é uma pessoa com repetências no currículo e, por isso, foi cursar o ensino fundamental à noite. O adulto e idoso, já são pessoas que disseram não ter tido oportunidades na infância e na adolescência, ambos colocam a situação da necessidade de trabalharem cedo para ajudarem a família ou simplesmente não tiveram oportunidade e neste ponto confirma o que Freire (2011) defendia sobre a evasão escolar desse público.

Quanto à evasão escolar, que é uma questão muito debatida no que se refere à EJA, pode-se constatar que os motivos colocados pelos alunos se identificam com o que

as pesquisas IBGE ou o próprio Freire argumentavam: dificuldade de acesso à escola, problemas familiares, prioridade ao trabalho e a própria falta de atrativos na modalidade. Os professores, a diretora e a coordenadora sinalizaram que a evasão é alta.

Outra característica observada é que o aluno mais novo não tem muita expectativa e planos futuros: planejamento de profissão e ingresso no mercado de trabalho. O aluno adulto já quer dar continuidade aos estudos com finalidade de melhorar de profissão e automaticamente ter um salário maior. O idoso na EJA sonha com a possibilidade de ler e escrever, pois passou uma vida inteira precisando de terceiros para fazer muitas coisas por ele, ou seja, o que se vê neste aluno é a alegria de descobrir o universo das palavras e do saber, ele não se importa muito com certificação. Nem tanto no jovem, mas no adulto existe a necessidade de melhorar a diplomação escolar para ter mais oportunidades no mercado de trabalho.

Ainda sobre a falta de expectativa no futuro, Freire (2016), na Pedagogia do Oprimido aborda este tema do desinteresse e falta de esperança daqueles mais pobres no Brasil, destacando a evasão escolar que obviamente não ocorre somente na modalidade EJA.

Por fim, os três alunos colaboradores da pesquisa demonstraram uma grande dificuldade de escrever, no caso para responder os questionários. A expressão oral mesmo que com certa dificuldade se fazia mais eficaz do que a parte escrita. O que coloca em questionamento a alfabetização da EJA. A amostra da pesquisa foi pequena e em uma única escola. Mas a realidade descrita no começo desse artigo, com base em autores e pesquisa, concerne com aquilo que foi averiguado através dos questionários.

CONCLUSÃO

Com tudo que foi exposto até aqui, dentro de uma proposta inicial de constatar algumas questões referentes à alfabetização na EJA, pode-se afirmar que os questionamentos da investigação foram respondidos.

Primeiramente, quanto à prática docente nesta modalidade, diante dos questionários o que foi visto é que os professores continuam utilizando metodologias ultrapassadas e os alunos com dificuldades de aprendizagem, principalmente, os que estão nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Os docentes estão apegados a uma pedagogia tradicional que não instiga, não provoca o aluno com conhecimento que tire-o da ignorância e o leve para o campo de pensamentos criativos. Exemplo, na escola pesquisada, na primeira série foi observado que um aluno ao descobrir que dentro de algumas palavras existem outras, mostrou-se surpreso, além disso, ele desconhecia o fato que o som que emitimos - fonemas - está relacionado com o que escrevemos, que ao pronunciar esses fonemas já se tem a separação silábica.

O corpo discente da EJA tenta resgatar um tempo perdido, mas esbarram, em alguns casos, na pouca vontade do professor. Então, não se pode culpar só os alunos no que se refere à aprendizagem, mas no despreparo de professores sem uma metodologia própria.

Ainda, verificou-se três situações em relação aos alunos da EJA. Os jovens oriundos do turno diurno após algumas repetências, que não são bem acolhidos e vistos como causadores de problemas comportamentais. Já os adultos são os que buscam um diploma para melhorarem suas situações no trabalho, muitos não possuem perspectivas para se formarem em um curso superior, se julgam incapazes frente à uma situação de não serem estimulados para pensar no futuro. Por fim, os idosos buscam aprender a ler e escrever com o objetivo de independência nas suas dinâmicas diárias: ler uma Bíblia, fazer uma lista de compras, ter conhecimento dos noticiários etc.

Assim, o tempo para serem alfabetizados passa muito rápido já que a cada seis meses, muda-se de série, e, por falta de uma didática voltada para isso, muitos não alcançam bons desenvolvimentos. São diversas dificuldades nesses alunos: dificuldade em ler, escrever e em comunicar em si. Aqueles que já foram alfabetizados na infância e retornaram à sala de aula, têm uma desenvoltura na aprendizagem melhor; os analfabetos entram e saem da escola sem receberem um conhecimento significativo e os reprovados que vem do turno matutino ou vespertino, saem sem

conhecer a importância de aprender ou aprofundar-se no objetivo do conhecimento, são jovens sem perspectivas de vida.

Segundo alguns alunos, o maior problema da EJA está no fato que os professores faltam muito.

Ao analisar a legislação, nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, artigo 62, determina que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação admitido como formação mínima para o exercício de magistério na educação infantil, nas quatro primeiras séries fundamentais e oferecido em nível médio, na modalidade normal; de acordo com o que foi colocado, fica claro que inexistente de forma legal a obrigatoriedade de uma formação específica para o docente de EJA, isso é um reflexo do que se vê nas salas de aula, falta uma metodologia própria para um público que é diferenciado.

Por isso, talvez, a importância do corpo docente dessa modalidade ter especializações na EJA, pois traria uma grande mudança no desenvolvimento das aulas e, conseqüentemente, não haveria tanta evasão escolar.

Pensar na EJA é pensar em uma forma de educação atrativa para jovens e adultos, que por diversos motivos foram tardiamente para uma sala de aula aprenderem o básico. É um público heterogêneo de faixas etárias variadas ocupando um mesmo espaço escolar e cada um deles possuem expectativas diferentes.

O que se destaca é que esta forma de educação deveria ter um valor superior ao de inclusão social, pois diante de um país onde de um lado existem muitos analfabetos ou analfabetos funcionais e de outro lado há inúmeras pessoas despreparadas para o trabalho, a EJA deveria cada vez mais deixar para trás a visão pejorativa que no passado tinha e adentrar num período de valorização. Talvez, aqui esteja a relevância primordial desta pesquisa.

Afinal, enquanto houver no país analfabetos e analfabetos funcionais não se pode ter crescimento no país, desenvolvimento na educação. Não existirá pessoas críticas, criativas; mas seguidores de uma elite. Atualmente, há muitas conquistas dentro da educação no Brasil, quando compara-se com as décadas passadas, porém ainda

existem necessidades de melhorias, pois ensinar é uma responsabilidade precípua: de doação, de busca, de alcance e de realização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2017. **Ministério da Educação (MEC)**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica>>. Acesso em: 12/06/2019.

_____. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, LDB Nº 9394/96 . **Secretaria Especial de Editoração e Publicações Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal**, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> >. Acesso em: 12/06/2019.

CURTO, Viviane. **Trabalhando com o computador na EJA: uma análise dos relatos das práticas pedagógicas em meio digital com jovens e adultos**. 2009. Disponível em: < <https://www.ufpe.br/nehte/.../anais/p.../trabalhando-com-o-computador-na-eja.pdf>>: Acesso em: 17/04/2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido/Paulo Freire, São Paulo, Paz e Terra, 2016.

_____, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa/Paulo Freire, São Paulo, Paz e Terra, 2011.**

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: Teorias, prática e proposta**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Taxa de Analfabetismo no Brasil. Pesquisas PNAD 2009, 2010 e 2017. Disponível em:<<https://ww2.ibge.gov.br/home/>>: Acesso em: 20 de março de 2019.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Censo Escolar 2018. Disponível em: < <http://inep.gov.br/censo-escolar/>>: Acesso em: 12 de setembro de 2019.

MARQUES, Bárbara Charlois e RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. O Processo de Alfabetização de Jovens e Adultos / Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 03 – nº 1 – 2012. Disponível em: < <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v3-n1-2012/Barbara.pdf>>: Acesso em 20 de março de 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEC. **Ministério da Educação.** LDB. Disponível em: <<https://www.mec.gov.br>>: Acesso em 28 de julho de 2019.

UFES Universidade Federal do Espírito Santo. Biblioteca Central. **Normalização de referências: NBR 6023:2002.** Vitória, ES: Biblioteca, 2006.

UFES Universidade Federal do Espírito Santo. Biblioteca Central. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos.** Vitória, ES: Biblioteca, 2006.

O papel do gestor frente à comunicação eficaz e a gestão democrática na escola

Carla Martins Pessoa²⁸
Maria da Penha Fonseca²⁹
Renata Rodrigues Ferrari³⁰

RESUMO

Historicamente, a comunicação em si é um processo para prática das relações humanas, assim como para o desenvolvimento da personalidade. A pesquisa apresenta o papel do gestor frente a um diálogo eficaz e uma gestão democrática na escola, afim de conhecer o conceito desta, os problemas que dificultam esse processo e a gestão participativa. Diante do exposto acima, cabe conhecer dentro do contexto os conceitos dos seguintes itens: O que é comunicação? Qual é o papel de um bom líder ou gestor? Qual é a importância da comunicação no âmbito social? O interesse pelo tema surgiu devido às experiências vividas em diversas organizações públicas e particulares, o que levou a perceber a transmissão de informações como um gargalo dentro das empresas e das escolas. A metodologia utilizada foi bibliográfica e a pesquisa de campo, sendo esta realizada por meio de entrevistas com pedagogos, coordenadores e gestores de uma escola estadual e uma particular do município de Vila Velha. Nos resultados obtidos, podem-se observar duas práticas bem diferentes: na rede pública, o trabalho dos gestores está voltado a obedecer ao regimento; enquanto na particular, o foco está na organização diária do processo de forma eficaz, eficiente e efetiva, no intuito de atender os objetivos definidos pela instituição, promovendo a qualidade do ensino. Dessa forma, faz-se necessário manter uma escola expressiva e criativa dentro de um contexto de colaboração e cooperação com base nas relações, trabalhando o lúdico, o afeto e as novas tecnologias de forma a desenvolver o ser humano para a vida.

Palavras-chave. Comunicação.Motivação.Liderança.

INTRODUÇÃO

A gestão da comunicação nos dias atuais é fulcral, haja vista a agitação, o excesso de informações, a falta de atenção e de motivação para se envolverem em projetos de corpo e alma. Tudo isso dificulta o entendimento do que está sendo transmitido

Entre os saberes produzidos, destaca-se a capacidade de comunicação e diálogo, instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito (BRASIL, 2017, p. 347).

²⁸ Acadêmica do 8º período de Pedagogia da Faculdade Novo Milênio

²⁹ Mestra em Educação/UFES; Professora Pedagogia/Faculdade Novo Milênio; Coordenadora Polo FNM/Arte na Escola

³⁰ Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Novo Milênio, Mestre em Educação/UFES Mestra em Ciências; Professora do Curso de Pedagogia/FNM

O interesse pelas indagações surgiu das experiências vividas em diferentes organizações públicas e particulares, o que levou a pesquisadora a ver a comunicação como um gargalo dentro das empresas e também das escolas. É importante saber se comunicar, ter a certeza do que é falado, se está mesmo sendo compreendido, fazer com que o ouvinte esteja atento e focado no que é transmitido. Tratando-se de gestão, o papel da comunicação deve ser observado com relevância, pois um bom gestor precisa ter planejamento, afim de levar a informação às pessoas com antecedência, evitando assim estresse e improvisos, além de saber falar a linguagem dos envolvidos no processo e manter a equipe motivada.

É de extrema importância que o líder seja alguém preparado tecnicamente, com capacidade de comunicação e de persuasão de forma a impulsionar a equipe, gerando a motivação necessária para execução das tarefas, previamente definidas com a comunidade escolar, e obtenção de resultados significativos.

Talvez o maior desafio do líder seja manter o potencial motivacional de seus funcionários. O ingênuo “chefe” estará à procura de regras de como provocar-lhes a motivação, enquanto o líder eficaz estará atento para que o potencial, os talentos, a experiência, o conhecimento e a riqueza de cada um não se percam. A motivação para o trabalho só vai acontecer quando este fizer algum sentido para as pessoas. É nesse contexto que o papel do líder se torna decisivo, valorizando as necessidades individuais na busca da identidade e inteireza do seu ser, contribuindo desta forma para o ajustamento da pessoa, ao existir de forma plena (CAVALCANTE, CARPILOVSKY, LUND E LAGO, apud CASAGRANDE, 2016, p.5).

Diante do exposto acima, cabe conhecer dentro do contexto os conceitos dos seguintes itens: O que é comunicação? Qual é o papel de um bom líder ou gestor? Qual é a importância da comunicação no âmbito social?

Há diversos conceitos para o termo comunicação. Seu significado, de acordo com o dicionário, é: “Ação ou efeito de comunicar, de transmitir ou de receber ideias, conhecimento, mensagens etc., buscando compartilhar informações. A etimologia da palavra vem do latim *communicationis*, ação de participar” (Dicio.com.br).

A comunicação organizacional é um processo que ocorre no contexto da instituição, seja ela pública ou privada, no qual fazem parte o conhecimento e o estudo dos grupos de interesse, além do planejamento de práticas comunicativas nos âmbitos internos e externos. Faz parte da ação administrativa, cuja finalidade é repassar os dados

obtidos na esfera abordada para os demais setores, os quais precisam dessas informações para desenvolvimento e análise do processo (LIBÂNEO,2009).

Dentre todos os tipos de comunicação, um dos pontos importantes é que ela seja eficaz. Sendo, assim, um processo de transmissão de ideias, intenções, pensamentos, sentimentos e emoções, desde que haja compreensão mútua. É, portanto, um processo onde mensagens são transmitidas e compreendidas.

O processo comunicativo se faz da seguinte forma:

Emissor: É a pessoa que está transmitindo a mensagem;

Receptor: É a pessoa que recebe ou capta a mensagem;

Canal: É o meio pelo qual a mensagem é transmitida;

Feedback: É o retorno que se dá ou se recebe sobre a forma e o conteúdo da comunicação com o objetivo de torná-la eficaz (CASAGRANDE,2016,p. 7).

Segundo Haggai (apud CASAGRANDE, 2016, p.7), “em termos mais simples a comunicação ocorre quando uma mensagem é transmitida de uma pessoa a outra, e ambas compreendem a mensagem aproximadamente do mesmo modo. Mas, há um grande número de barreiras a uma comunicação eficiente”.

Urge citar, ainda, que os tipos de comunicação são de suma importância no ato de se comunicar. Conforme Bassi (2016), em uma palestra sobre Relações Interpessoais, realizada em outubro de 2016, na Faculdade Novo Milênio, a eficácia da comunicação está nas palavras, no tom de voz e na linguagem não verbal. As palavras têm importância de apenas 7% na comunicação, o tom verbal 38% e o não verbal 55%. O tom de voz tem o poder de mudar o sentido da palavra para o ouvinte. Um exemplo citado foram as reações do cachorro e do neném: se alguém brigar com uma criança ou com um cachorro, mas estiver com uma expressão alegre, eles vão ignorar a fala, pois o foco maior é no tom verbal e nos gestos.

Diante da importância de uma comunicação eficaz em qualquer ambiente, em especial dentro da instituição educacional, é papel fundamental do gestor se manter qualificado para ter condições de alavancar resultados, manter uma equipe coesa e motivada. Para tanto, é preciso entender o seu papel frente à questão motivacional, entender a relação que a motivação possui com o processo de comunicação e o quanto estar preparado para essa questão é fundamental para o êxito na execução do papel de

gestor. “É função do líder ajudar os subordinados no alcance de suas metas, fornecendo orientação e/ou apoio necessário para assegurar que as metas sejam compatíveis com os objetivos da organização” (ROBBINS apud CASAGRANDE, 2016, p.4).

Kunsch (apud LIMA E ABUDD, 2010, p. 5-6) assinala que:

Mesmo em tese, atualmente, há uma renovação nos estilos de gestão, que ora se apresentam mais voltados às pessoas com foco na descentralização e participação dos indivíduos, buscando a satisfação das necessidades humanas como a dignidade e a valorização de competências individuais.

“Além disso, um líder tem que ter a capacidade de indicar para as pessoas um propósito bem definido e claro, para que assim possam estimular estas pessoas, ou seja, engajar estas ao propósito definido” (CASAGRANDE, 2016, p. 1).

Destarte, faz-se necessário manter uma escola expressiva e criativa dentro de um contexto de colaboração e cooperação como base nas relações; a escola do lúdico, da expressão, do movimento e da cultura; o afeto como base das relações pedagógicas e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs (HAETINGER, 2018). Portanto, esse tipo de mudança/comportamento dentro da escola é de extrema importância no âmbito social, pois permite desenvolver o ser humano para vida e não somente para o trabalho.

É necessário melhorar acesso às redes digitais, precisamos também tornar a escola um espaço vivo, agradável, estimulante, com professores mais bem remunerados e preparados; com currículos mais ligados à vida do aluno; com metodologias mais participativas, que tornem os alunos pesquisadores, ativos; com aulas mais centradas em projetos do que em conteúdos prontos; com atividades em outros espaços que não a sala de aula (MORAN, 2016, p.10).

Ainda segundo Moran (2016 p.10-11):

A escola não pode concentrar todos seus esforços só na melhoria de ensino, nas atividades didáticas. A escola precisa de gestão eficiente, de envolvimento da comunidade de integração com vários órgãos governamentais” [...] “A educação escolar precisa, cada vez mais, ajudar todos a aprender de forma mais integral, humana, afetiva e ética, integrando o individual e o social, os diversos ritmos, métodos, tecnologias, para construir cidadãos plenos em todas as dimensões.

O gestor precisa trabalhar para conseguir motivar os colaboradores, uma vez que, segundo Barradas, Chernicharo e Novo (apud CASAGRANDE, 2016, p. 4), “motivação pode ser definida como o processo responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para o alcance de uma determinada meta. Sendo compreendida como a entrega individual de cada sujeito”.

E Cavalcanti et al (apud CASAGRANDE, 2016, p. 4) complementa que “um gestor, para se relacionar de forma efetiva com sua equipe, deve desenvolver uma sensibilidade para as diferenças e a competência para lidar com elas de forma adequada. Nesse processo entram como elementos críticos o autoconhecimento do líder e a busca de superação de suas reatividades.”

Embora motivar alguém não seja possível, haja vista que, motivação são motivos individuais e intrínsecos que canalizam em ações, existe a possibilidade da geração de estímulos externos que promovem a reflexão sobre estes mesmos motivos que uma vez revistos, podem resultar em novas ações (CASAGRANDE, 2016, p.4).

Portanto, cabe ao líder, por meio de uma gestão participativa, gerar estímulos, provocações e incentivos como forma de motivar sua equipe pedagógica, administrativa e seus alunos, contagiando a todos mediante uma comunicação clara, objetiva, eficiente, dinâmica e acolhedora.

Uma direção motivada, orientada por metas claras compartilhadas com professores, pais e alunos é onde tudo começa. Em virtude das baixas condições de trabalho, o que vemos, no Brasil, especialmente na periferia das grandes cidades, é uma alta rotatividade de diretores e professores, além de excesso de faltas; há diretores que não ficam mais do que um ano à frente de uma escola. Não se premia quem se esforça nem pune quem demonstra baixo desempenho e, para completar, o envolvimento dos pais é pequeno e o currículo, desinteressante (DIMENSTEIN, apud MORAN, 2016, p. 25).

A comunicação social é mais desenvolvida dentro das empresas modernas, tanto no ponto de vista conceitual, quanto nos campos operacional e tecnológico. Em algumas situações, trabalha associada a outro campo, o do sistema de informação, que agrega as informações armazenadas em bancos de dados, sites, intranet, etc. “A área da comunicação social dentro de uma empresa envolve os atos da comunicação indiretos, unilaterais e públicos, as ações da comunicação coletiva ou de massa, por meio de jornais, revistas, rádio e televisão” (TORQUATO apud FORTALEZA e GALLAS, 2015, p. 4).

O conceito para a importância da comunicação no âmbito social pode ser encontrado nas competências da BNCC.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL 2017, p.10).

O presente artigo tem como objetivo investigar o papel do gestor frente à importância da comunicação.

DESENVOLVIMENTO

A metodologia adotada foi de cunho qualitativo e exploratório, visando buscar um maior conhecimento do tema escolhido, proporcionando maior simplificação e assim torná-lo mais claro. A fundamentação teórica deu-se por meio da pesquisa bibliográfica em documentos referenciais da Educação Básica Brasileira: Brasil (1988), Brasil (2017), Brasil (2018); e nos autores: Casagrande (2016), Libâneo (2009), Bassi (2016), Kunsch (2010), Haetinger (2018), Fortaleza e Gallas (2018), Moran (2016).

O estudo teve como cenário para a pesquisa de campo uma Escola de Ensino Médio do sistema público do município de Vila Velha e uma escola de Educação Infantil ao Ensino Médio, do sistema privado, no mesmo município, envolvendo equipe de gestores de cada unidade composta por um diretor, um pedagogo e um coordenador.

O planejamento inicial era fazer uma entrevista, tendo em mãos o questionário com as perguntas pré-definidas, de forma que à medida que fossem surgindo dúvidas, estas seriam esclarecidas, possibilitando a oportunidade de um diálogo maior entre as partes. Contudo, ao entrar em contato para agendar as entrevistas, o diretor estava de férias, a pedagoga relatou que era um período tumultuado e, em função do tempo corrido, solicitou que os papéis fossem deixados na escola e quando tivesse tempo iria responder. Diante desse fato, a pesquisadora achou interessante fazer a pesquisa em outra escola, escolhendo, assim, uma da rede particular, até mesmo para a comparação dos dados. Na outra instituição também não houve acesso às pessoas,

sendo feito o contato por e-mail, e a orientação foi deixar os questionários na recepção e, após alguns dias, retornar para pegá-los preenchidos.

A pesquisa durou em torno de um mês devido ao fato de ter que aguardar o retorno do diretor a suas atividades escolares.

Foi oportunizada a entrevista apenas com os colaboradores da rede pública, contudo, um não deu muito espaço ao diálogo, outro estava com pressa e não se aprofundou nas perguntas e somente uma funcionária que, a princípio não teria tempo para a entrevista, se abriu para uma conversa informal. Na rede particular, apesar de não ser possível a entrevista, a pesquisadora foi bem atendida pela coordenadora que se dispôs a distribuir e recolher os questionários.

Foram analisadas as informações obtidas com seis gestores da rede pública e privada, sendo um diretor, um coordenador e um pedagogo de cada unidade de ensino.

Todos são graduados: sendo um em História, um em Física e quatro em Pedagogia. Os da Rede pública possuem pós-graduação: dois em Gestão Escolar e um em Administração Escolar. Os colaboradores da instituição particular possuem especialização: dois em Psicopedagogia e um em Gestão Escolar.

Todos têm formação continuada recente em temas diversos como: área de conflito, Influência do Mundo 4.0 na Gestão Escolar, Cyberbullying, Currículo, Influência das novas mídias na educação, Base Nacional Comum Curricular. Nenhum deles possui mestrado.

Ao serem questionados sobre como é a comunicação entre a equipe da área pedagógica e administrativa, os colaboradores da rede pública e privada foram unânimes em informar que, no geral, é boa. Cabe ressaltar algumas respostas:

Uma esclarece que procura se comunicar de forma clara, objetiva e direta e, algumas vezes, tem problema quanto à compreensão do que está sendo dito.

Outras duas informaram que a comunicação é clara e de fácil acesso, pois dispõem de vários recursos, e a mesma é realizada na rotina diária com o objetivo de tornar-lá eficiente e ágil.

Segundo Haggai (apud CASAGRANDE, 2016, p.7), a comunicação ocorre quando uma mensagem é transmitida e outra pessoa compreende do mesmo modo. Dessa forma, a resposta vem afirmar a teoria, pois a partir do momento que ao se comunicar de forma clara, objetiva e direta, facilita essa compreensão e, se realizada diariamente, a torna mais eficaz e eficiente.

Contudo, cabe ressaltar a resposta que foi mais profunda, esclarecendo que “a comunicação ocorre na rotina diária, com o objetivo de tornar uma interação ágil, transparente e eficaz. Destaca ser importante organizar a comunicação, criar canais e acompanhar o feedback”.

Essa fala vem ao encontro do conceito do processo de comunicação que, segundo Casagrande (2016), depende do emissor, do receptor, do canal e do feedback (retorno que se dá ou recebe sobre o que foi comunicado), tornando-a eficaz.

Foram questionados também sobre como desenvolvem a gestão, e as respostas foram:

“Direcionada para organização da rotina das aulas e tudo que envolve o trabalho do professor”;

“Busco garantir as condições necessárias para que toda a equipe cumpra seu papel de ensinar com qualidade, através da motivação, orientação e acompanhamento”;

“Minha gestão é voltada para o contexto escolar atuando com foco em promover a organização, a mobilização e a articulação do processo ensino aprendizagem de forma efetiva”;

Segundo Robbins (apud CASAGRANDE, 2016, p.4), é função do líder ajudar os subordinados a alcançar suas metas, fornecendo orientação e/ou apoio para assegurar que as metas sejam alcançadas. No caso, todo trabalho é voltado a dar condições necessárias para que o processo de ensino e aprendizagem seja de qualidade e, para que isso aconteça, faz-se necessária a organização, motivação,

orientação, etc. Dentro desse contexto, a prática concorda com a teoria. Porém, Kunsch(apud LIMA E ABUDD, 2010, p. 5-6) assinala que, atualmente, há uma renovação nos estilos de gestão, que se apresentam mais voltados às pessoas e à participação dos indivíduos, buscando a satisfação pessoal.

Portanto, cabe à equipe avaliar e equilibrar o foco do trabalho desenvolvido, que também deve ser voltado às necessidades e valorização do indivíduo, pois, ainda segundo Moran (2016p.10-11), a escola não deve concentrar todos seus esforços só na melhoria de ensino e das atividades didáticas. Ela precisa de gestão eficiente e de envolvimento da comunidade. E vai além quando diz que educação escolar precisa, cada vez mais, ajudar todos a aprender de forma mais integral, humana, afetiva e ética, para construir cidadãos plenos.

Na rede pública foram coletadas as seguintes respostas:

“Gestão democrática, às vezes um pouco imperativa, dependendo da situação, mas no geral democrática”;

“Trabalho seguindo o regimento do servidor público e interno da escola, observando as questões individuais (peculiaridades)”;

“Minha atuação junto à equipe gestora é bem integrada, participando de muitas decisões e mantendo um bom diálogo”.

As respostas acima foram diretas e didaticamente corretas, não sendo possível uma maior análise, porém parece faltar envolvimento. Segundo Haetinger (2018), é necessário manter uma escola expressiva e criativa num contexto de colaboração e cooperação baseado nas relações; o afeto como base no vínculo pedagógico e o uso da tecnologia de informação e comunicação.

Esse tipo de mudança/comportamento dentro da escola é de extrema importância no âmbito social, pois permite desenvolver o ser humano. Não basta seguir regimento e normas, é preciso envolvimento, comprometimento e afetividade.

Sobre os gargalos na comunicação e como melhora-lá dentro da escola, a maioria respondeu que não vê dificuldades na comunicação. Apenas duas colaboradoras

concordam que há gargalos e vale ressaltar as respostas sobre como pode ser melhorada:

“o gestor precisa ser capaz de exercer a liderança; As informações devem ser compartilhadas entre todos os setores da escola estimulando a integração e envolvimento dos colaboradores; os colaboradores precisam conhecer a missão e valores da escola: Usar canais eficientes de comunicação; Dar feedback dos processos aos colaboradores; A comunicação precisa ser de mão dupla, na qual se tenha a liberdade de se expressar”(ENTREVISTADA A)

“Necessidade de exercer a liderança com autoridade e afetividade tentando integrar os diversos setores e segmentos.” (ENTREVISTADA B)

O papel do líder/gestor é de extrema importância dentro do contexto de melhoria da comunicação. Agir com afetividade, passar o feedback e ter liberdade de expressão são formas objetivas e práticas de valorizar as necessidades individuais e motivacionais para o trabalho. Concordando, dessa forma, com a BNCC (BRASIL, 2017), pois é preciso exercitar a empatia e o diálogo na resolução de conflitos promovendo o respeito com acolhimento e valorização do indivíduo, e também com Cavalcante (2016), que diz estar o líder atento para que o potencial, os talentos, a experiência, o conhecimento e a riqueza de cada um não se percam, pois a motivação para o trabalho só vai acontecer quando este fizer algum sentido para as pessoas, valorizando assim as necessidades individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro desse contexto, a pesquisadora observou que na Rede Pública Estadual não há problemas na comunicação, pois não existe um foco nesse processo e nem uma gestão participativa que valorize o indivíduo, nem afetividades; os colaboradores agem automaticamente, seguindo as normas do sistema; a comunidade e os alunos têm pouca ou quase nenhuma participação nas decisões e planejamentos, seguindo uma postura tradicional, não proporcionando o desejo e o envolvimento dos alunos com a aprendizagem.

Já na instituição privada, existe todo um aparato voltado para a comunicação eficiente e eficaz. A escola trabalha a valorização e a formação completa do indivíduo; há

planejamentos individuais e coletivos de forma contínua, e a família está presente na escola, demonstrando que caminha para uma gestão participativa. Contudo, na prática, ainda há falhas na comunicação que em algumas vezes é realizada em cima da hora, não permitindo ao colaborador se planejar. Existe uma hierarquia necessária para organização e bom funcionamento da instituição.

O processo de gestão na escola da Rede Pública é baseado no regimento do servidor e numa comunicação necessária. Reuniões são realizadas somente quando necessário. Explicitando assim que não há nenhuma vontade em ser criativo, em buscar coisas novas e em fazer a diferença.

Na escola privada o processo de gestão é voltado para a organização da rotina, para condições necessárias a fim de que o profissional exerça sua função, para mobilização e articulação de processos de forma eficaz e efetiva, na orientação e acompanhamento dos serviços, porém focado nos projetos previamente planejados para o ano que visa à formação integral do aluno. Planejamento e organização são bases para que todo e qualquer processo seja efetivado com êxito, sendo revisto e reavaliado no seu percurso com a participação dos envolvidos, em um caminhar democrático.

Cabe ressaltar que gargalos são identificados quando há uma preocupação em melhorar algum processo. Dentro dessa perspectiva, a escola da Rede Pública não vê gargalos na comunicação. Contudo, a gestora da rede particular explica que a maior dificuldade está em exercer a liderança; em fazer com que a informação chegue a todos os setores, estimulando a integração e envolvimento e em dar e receber o feedback, pois comunicação é uma via de mão dupla, precisa existir liberdade de expressão. Ressaltando, assim, que há um envolvimento da gestão num processo participativo.

Dessa forma, faz-se necessário manter uma escola expressiva e criativa dentro de um contexto de colaboração e cooperação como base nas relações, trabalhando o lúdico, o afeto e as novas tecnologias de forma a desenvolver o ser humano para a vida. Contudo, a base do sucesso para esse tipo de processo passa pelo planejamento, pela organização, pela cobrança por parte dos gestores de atitudes e por ações eficazes e eficientes, não de forma autoritária ou abrupta, mas de forma afetiva,

cabendo ao gestor deixar claro o objetivo a ser alcançado, orientando, motivando e acompanhando o processo. A gestão escolar é a instância capaz de incentivar o acesso e a construção do conhecimento a partir de práticas educacionais participativas, envolvendo as pessoas da comunidade escolar e as famílias. Dessa forma, ressalta-se a importância da formação continuada do gestor escolar na promoção da qualidade e melhoria da educação.

Assim sendo, foi possível alcançar os objetivos propostos e promover a reflexão sobre as práticas de gestão em diversos níveis, no intuito de mitigar os gargalos existentes na comunicação diária da escola. Destarte, a pesquisa contribuiu para reafirmar a importância do planejamento, organização e acompanhamento do processo como base para se alcançar um objetivo determinado, seja ele qual for.

REFERÊNCIAS

BASSI, Isabela. **Relações interpessoais com foco na formação profissional**. Trabalho apresentado na 1ª Semana Científica e Cultural da Faculdade Novo Milênio, 2016, Vila Velha.

BRASIL, **Base Nacional Curricular Comum**. Ministério da Educação. Brasília, 2017.

CASAGRANDE, Mardem Ramos Filho¹; **O papel do líder frente a motivação da equipe e a relação da motivação com o processo de comunicação**. Rev. Cient. de Ciências Apl. da FAIP – ISSN: 2525-8028, v. 3, n. 6, nov. 2016. – disponível em: http://faip.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/liEkarxNe70yshp_2016-11-30-14-26-45.pdf

Dicionário Online de Português: disponível em: <https://www.dicio.com.br/comunicacao/> Acesso em 20 março 2019.

FORTALEZA, Keynayanna; GALLAS, Ana. **Comunicação e Contexto Social: História e Memória da Comunicação Organizacional**. In: ALCAR 10º Encontro Nacional da História da Mídia UFRGS, Porto Alegre, RS, 2015. –disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o->

[encontro-2015/historia-da-publicidade-e-da-comunicacao-institucional/comunicacao-e-contexto-social-historia-e-memoria-da-comunicacao-organizacional/at_download/file.](#)

HAETINGER, Max. **Pedagogia Expressiva Criativa:** Criatividade, Tecnologia intuitiva, ludicidade e movimento. In: Congresso Internacional de Educação, Brincar, SESC, Guarapari, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, MirzaSeabra. **Educação Escolar:** Políticas, estrutura e organização. 7 ed, Cortez: SP, 2009.

LIMA, Manuella; ABUD, Maria. **Comunicação Organizacional:** Histórico, Conceitos e Dimensões. In: INTERCON – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da comunicação -XIV Congresso de Ciências da Comunicação, Manaus– disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/norte2015/resumos/R44-0415-1.pdf>

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos:** Novos desafios e como chegar lá. 5 ed., Papyrus :SP, 2016

UFES Universidade Federal do Espírito Santo. Biblioteca Central. **Normalização de referências: NBR 6023:2002.** Vitória, ES: Biblioteca, 2015.

UFES Universidade Federal do Espírito Santo. Biblioteca Central. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos.** Vitória, ES: Biblioteca, 2015.

Asas da imaginação na literatura infantil

Anna Paula Martins Grama³¹
Solange Lopes Costa¹
Renata Rodrigues Ferrari³²
Maria da Penha Fonseca³³

RESUMO

Ler uma história infantil pode levar a criança a imaginar e conhecer diferentes pessoas, fatos e tempos. Assim, o artigo “Asas da Imaginação na Literatura Infantil” visa investigar como a leitura pode ser uma ferramenta na formação cognitiva do aluno e de futuros leitores, além de melhorar seu processo de escrita e socialização. Teve-se como interrogantes: O que sinalizam estudos e pesquisas acerca da literatura na Educação Infantil? Quais contribuições propicia para o desenvolvimento da aprendizagem? Quais recursos e metodologias podem ser utilizadas com as crianças da EI? Como professores deste segmento se posicionam à temática? Há formação continuada com foco na literatura infantil? A metodologia dotada foi de cunho qualitativo exploratório, usando as técnicas de pesquisa bibliográfica em busca de fundamentação teoria e de pesquisa de campo a fim de traçar trajetórias que se entrelacem com a teoria. Nos resultados obtidos, percebeu-se que apesar das dificuldades encontradas, os professores vêm desenvolvendo ações pedagógicas que envolvem o uso constante dos contos para crianças. Considera-se que o hábito da leitura em fases iniciais da pré-escola, é importante para o crescimento cognitivo da criança em vários aspectos, pois através dela desenvolverão habilidades importantes para seu desenvolvimento pessoal e intelectual.

Palavras-chave. Literatura. Aprendizagem. Imaginação.

INTRODUÇÃO

A medida que a sociedade moderna avança, as necessidades de alfabetização se impõem cada vez mais na diversificação, segmentação do trabalho e em tarefas que exigem o domínio da leitura e da escrita no mundo letrado.

A escola alarga suas portas, acolhendo números gigantescos de alunos, onde se terá providências educacionais e didáticas atentas a novas ciências voltadas ao conhecimento da natureza infantil em seus vários aspectos e, especificamente focadas na aprendizagem, nos modos como as crianças recebem e sedimentam os conteúdos, os comportamentos e os valores lhe são repassados para o exercício da vida adulta.

Neste contexto, tem-se como objetivo geral do estudo investigar como a literatura infantil pode ser uma ferramenta na formação cognitiva do aluno e formar futuros

³¹ Graduanda do 8º período de Pedagogia da Faculdade Novo Milênio

³² Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Novo Milênio, Mestre em Educação/UFES

³³ Mestra em Ciências da Religiões. Formadora Educacional na Editora FTD

leitores além de melhorar seu processo de escrita e socialização nos anos iniciais da EI.

A linguagem, que é o mediador entre a criança e o mundo, de modo que, propiciando, pela leitura, um alargamento do domínio linguístico, a literatura preencherá uma função de conhecimento: “o ler relaciona-se com o desenvolvimento linguístico da criança, com a formação da compreensão do fictício, com a função específica da fantasia infantil, com a credulidade na história e a aquisição de saber” (PEUKERT apud ZILBERMAM, 2017 p.45).

A literatura infantil surgiu como forma de educar as crianças e teve sua origem vinculada a burguesia a partir do século XVIII. As histórias tinham claramente o contexto de mostrá-las o que era bom e o que era mau, fazendo assim com que se tivesse lições do que poderia e não ser feito, com intuito de castigo caso houvesse desobediência (IBIDEM).

Antes deste período as crianças conviviam com mesmo tratamento de pessoas mais velhas, liam as mesmas coisas que eles, não havia uma preocupação voltada para o mundo infantil, uma vez elas eram vistas e tratadas como adulto em miniaturas (IBIDEM).

Na França em 1697, Charles Perrault (1628-1703) resgatou do passado contos de camponeses com certas moralidades, trazendo histórias como: A Bela Adormecida no bosque, Chapeuzinho Vermelho, O Gato de Botas, As Fadas, Gata Borralheira, Henrique do Topete e o Pequeno Polegar (IBIDEM).

A literatura surge adaptando as obras adultas de sucesso, tais como, fábulas, contos e resgatando do folclore para os livros com a função de educar moralmente as crianças. O acervo logo recebe a companhia de produções especificamente escritas para a infância e se impõe no cenário cultural, social e educativo (IBIDEM).

Perrault foi o grande precursor da literatura infantil, porém foram os irmãos Grimm que adaptaram os contos descobertos para o público infantil e formou uma coletânea reunindo: A Bela Adormecida, Branca de Neve e os Sete Anões, Chapeuzinho Vermelho, A Gata Borralheira, O Ganso de Ouro, Os Sete Corvos, Os Músicos de Bremen, A Guardadora de Gansos, Joãozinho e Maria, entre outros. A partir de

pesquisas realizadas na Alemanha, eles descobriram um acervo de histórias maravilhosas que eram passadas de geração em geração (IBIDEM).

No Brasil a literatura para criança surgiu com a forte vinculação ao doutrinamento, isso foi consolidado no final do século XIX e início do século XX com os primeiros livros clássicos europeus infantins com tradução para o português. Essas obras tinham cunho didático, oriundos de Portugal, e deviam seguir o modelo educacional, conforme valores da época, tais como o nacionalismo, intelectualismo, tradicionalismo cultural, moralismo e religiosidade (OLIVEIRA 2018).

A literatura infantil praticamente não existia entre nós. Antes de Monteiro Lobato, havia tão-somente o conto com fundo folclórico. Nossos escritores extraíam dos vetustos fabulários o tema e a moralidade das engenhosas narrativas que deslumbraram e enterneceram as crianças das antigas gerações, desprezando, frequentemente, as lendas e tradições aparecidas aqui, para apanharem nas tradições europeias os assuntos de suas historietas (COELHO apud OLIVEIRA, 2018, p.51).

Monteiro Lobato rompe com a tradição literária destinada aos jovens de seu tempo. Essa era a ponta trazida do folclore europeu, constituída por narrativas de transmissão oral, e conseqüentemente cristalizadas, nas complicações dos Irmãos Grimm e de Hans-Christian Andersen. Lobato se submete às regras dos moradores do Sítio do Pica-pau Amarelo, quando moderniza procedimento que o leva a renovar a linguagem dos heróis do passado, assim como suas atitudes e decisões revela-se simultaneamente um homem de sua época porque permeável à influência do cinema e dos quadrinhos (veja-se por sua reiterada admiração por Disney para ele um dos maiores artistas da época) e um atualizador trazendo para a mentalidade do seu momento histórico o que lhe parecia ultrapassado ou envelhecido (ZILBERMAN, 2017).

Percebe-se que Lobato, foi o divisor de águas na área da literatura infantil e juvenil ao separar o Brasil de ontem e de hoje, pois, através de suas conexões encontrou o caminho que a arte literária estava necessitando, rompendo pela raiz, com as convenções estereotipadas e abrindo portas para as novas ideias e formas que o novo século exigia e estão presentes até os dias atuais (COELHO apud OLIVEIRA, 2018).

Hoje, a literatura infantil no Brasil ainda é crescente e com uma temática multifacetada. Os autores que surgiram nos anos 70 ainda são os mais consumidos em todo o país e os jovens escritores estão ganhando seu espaço (OLIVEIRA, 2018).

A chegada da literatura infantil no estado do Espírito Santo não aconteceu de forma diferente como as demais localidades, e segundo Ribeiro (apud OLIVEIRA, 2018), as escolas utilizavam manuais de doutrinação, ou seja, obras com intuito de controle da transmissão de perguntas e respostas para que o ensinamento fosse introjetado.

[...] As primeiras obras que chegaram ao ambiente escolar capixaba tinham um conteúdo relacionado ao desenvolvimento do Brasil, com enfoque no nacionalismo, patriotismo, culto cívico, tais como: Contos Pátrios (Olavo Bilac e Coelho Neto), Histórias de Nossa Terra (Júlia Lopes Almeida), Através do Brasil (Olavo Bilac e Manoel Bonfim) e outros autores brasileiros que seguiam modelos europeus (OLIVEIRA, 2018, p.56).

Segundo Oliveira (IBIDEM) foi na década de 70 que cenário nacional deu um “boom” na literatura infantil. Porém a partir dos anos 90, que os bons ventos sopraram com pouco mais de força no Espírito Santo. Isso se deu por conta da estabilização econômica e política obtida com o Plano Real. Outra iniciativa importante para o desenvolvimento deste setor foi o Projeto “Viagem pela Literatura”, que oferece oportunidade de contato com diferentes linguagens artísticas e criando contato entre escritor e leitor, tendo como objetivo incentivar a prática da leitura e atos de cidadania, permitindo um acesso democrático ao livro e obras literárias de forma lúdica e prazerosa. Obra idealizada e implementada pela bibliotecária da Prefeitura Municipal de Vitória Elizete Terezinha Caser Rocha em parceria com as também bibliotecárias Ligia Nagato e Sibeles Moreira Pinheiro.

E é neste contexto histórico que a literatura infantil passou por diversas mudanças, deixando de ser doutrinário e se tornando algo mais do que contar histórias, ela é didática de uma forma leve onde proporciona risos, gargalhadas, além de mexer com imaginário, e ter a curiosidade de perguntas respondidas em relação a tantas dúvidas.

É a descoberta de um mundo imenso dos conflitos, dos impasses, das soluções que de um jeito ou de outro - através dos problemas que vão sendo defrontados ou não, resolvidos pelas personagens de cada história respeitando cada uma a seu modo. E assim, esclarecer melhor as próprias dificuldades ou encontrar um caminho para a resoluções (ABRAMOVICH apud CHICOSKI, 2010).

Ao ingressar no âmbito escolar, a criança na Educação Infantil, não sabe ler e escrever cabe ao professor o papel de realizar a leitura. E quando ela lê ou escuta uma história, está desenvolvendo seu senso crítico, ela quer perguntar, criticar, elogiar e entre outros. O educador deverá constatar se cada aluno gostou ou não ao dar sua opinião do assunto abordado pela narrativa (ABRAMOVICH apud ZILBERMAN, 2017).

Com a literatura é possível realizar várias perguntas, a criança pode escrever sobre tudo, de maneira muito especial, e pessoal. A leitura do livro infantil não deve estar inserida no currículo escolar somente por estar, pois pode interferir na escolha do indivíduo a vir ser um bom leitor (IBIDEM).

Portanto, é necessário fazer um resgate através das escolhas e contações de contos pouco conhecidos pelas crianças ou deixadas de lado pelos narradores. Para isso é importante conhecer a cultura e o contexto real delas para que ao contá-las se tornem tão atraentes quanto as já ouvidas e contadas anteriormente.

Segundo Chicoski (2010), as histórias partem uma tradição oral, uma vez que os contadores eram os que conservavam e transmitiam o enredo e o conhecimento acumulado por gerações, crenças, mitos, costumes e valores a serem preservados pela comunidade. Durante séculos, contos se mantiveram através das culturas dos povos, isso com registros simples de pergaminhos e luminária que preservavam a memória viva de relatos antigos e repassados de geração em geração (IBIDEM).

Por tanto, torna-se importante no estudo realizado, compreender que as legislações vingentes estabelecem o ensino da literatura na Educação Infantil, bem como indentificar a contribuição para o desenvolvimento da criança no processo de leitura e escrita.

A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), estabelecendo normas a serem cumpridas e observadas nas propostas pedagógicas da educação infantil. E reconhece a criança como:

[...] sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e

constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12).

Dentro das legislações vigentes a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um dos documentos oficiais normativos da educação que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos irão desenvolver ao longo da escolaridade com etapas e modalidades da Educação Básica. Para tanto, aplica-se à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 2017), tem o objetivo de atingir os conhecimentos e competências necessárias e é orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). A BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral em uma sociedade onde ocorra a justiça, a democracia e a inclusão (BNCC, 2017).

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, possibilite o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), e seja marcada a partir da qualidade da educação, isto é, da garantia do direito dos alunos a aprender e a se desenvolver, contribuindo para o desenvolvimento pleno da cidadania (BRASIL, 2017).

Para a Educação Infantil, a BNCC assegura seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que são: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se. Neste sentido, pode-se observar a importância ao se trabalhar com a literatura como proposta pedagógica. O documento estabelece que o currículo proposto deve constituir-se de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de 0 a 5 anos de idade (IBIDEM).

Neste contexto, é importante ressaltar que literatura estará evidente na Educação Infantil dentro dos eixos curriculares, contemplando por meio de ações pedagógicas que promovam as interações e as brincadeiras, garantindo experiências:

Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal,

plástica, dramática e musical; Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos; Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais; Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas. [...]. Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura [...] (BRASIL, 2010, p.25 -26).

METODOLOGIA

A metodologia adotada foi de cunho qualitativo, visando a compreensão da temática, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação (MARCONI E LAKATOS, 2011). E considerando o ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória visando a aquisição de maior conhecimento do tema escolhido (GIL, 2010).

Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos o estudo se deu por meio da pesquisa bibliográfica em: OLIVEIRA (2018), ZILBERMAM (2017), MARCONI e LAKATOS (2011), CHICOSKI (2010), GIL (2010), entre outros. E os documentos referenciais da Educação Básica Brasileira: BRASIL (2010) e BRASIL (2017).

O cenário para pesquisa de campo envolveu duas unidades escolares, sendo uma Unidade Municipal de Educação Infantil, Sistema de Ensino Público Municipal de Vila Velha/ES e um Centro Municipal de Educação Infantil do Sistema de Ensino Público Municipal de Cariacica/ES.

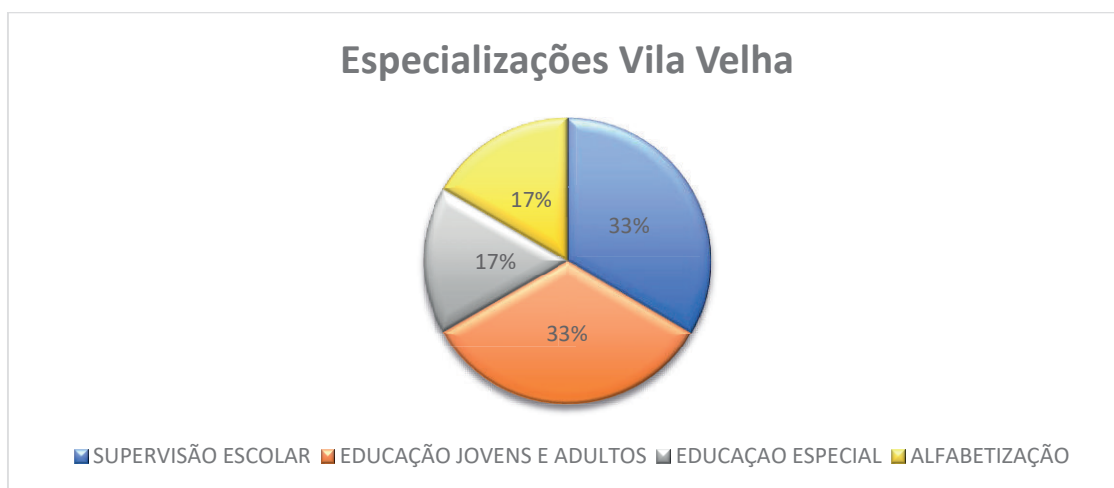
COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados utilizou como técnica o questionário, constituído de perguntas, respondidas por escrito por 5 (cinco) docentes que lecionam junto as crianças na faixa etária de 5 anos. Foram distribuídos 5 formulários, contendo 13 perguntas referentes à prática pedagógica em sala de aula de professores do Sistema de Ensino Público Municipal de Vila Velha e de Cariacica. Das 5 entrevistas entregues no Município de Vila Velha, foram respondidos 4. De Cariacica todos foram respondidos, no entanto,

devolvidos com uma semana de atraso, acarretando atraso na tabulação e análise dos dados da pesquisa.

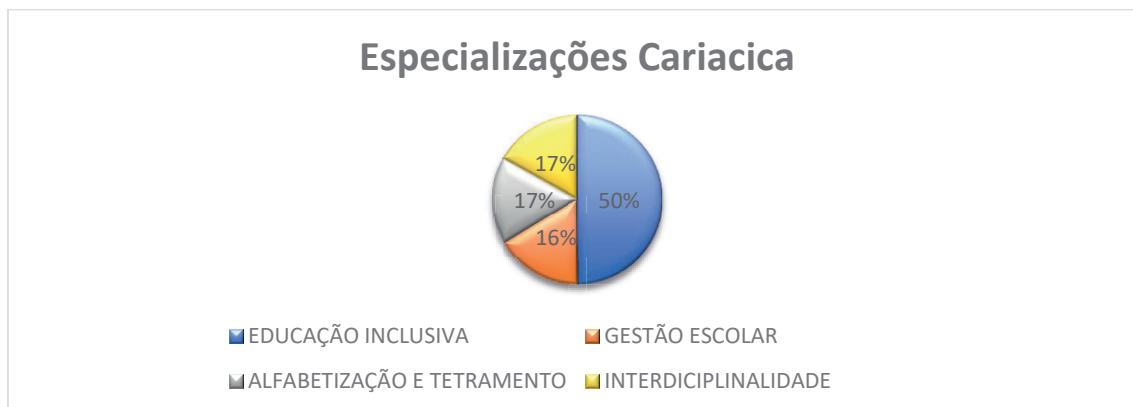
Com relação ao perfil dos professores envolvidos nesta, observa-se que nos dois municípios, são habilitados em nível superior, com Licenciatura em Pedagogia. E nas nos dois sistemas de ensino, percebeu-se a continuidade nos estudos, por meio de especializações em diferentes áreas de conhecimento:

Figura 01: Professores de Vila Velha



Fonte: Pesquisadoras

Figura 02: Professores de Cariacica



Fonte: Pesquisadoras

Com relação ao tempo de docência dos professores, observou-se que em Vila Velha, 50% exerce o exercício entre o período de 15 a 20 anos e a outra parte entre 20 a 25 anos. E em Cariacica, os professores atuam na média de 10 a 15 anos.

Com relação à formação continuada ofertada pelos sistemas de educação, as professoras de Vila Velha, informaram que já participaram de contações de histórias, promovidos pela SEMED/VV. Enquanto que em Cariacica, somente 2 já participaram, por gostarem muito da temática.

Considerando a relevância da literatura infantil, para o processo de ensino aprendizagem da criança da Educação Infantil, é preciso que as práticas das formações continuadas sejam vistas e pensadas como ferramenta essencial para agregar ao conhecimento do docente e ser vivenciada, e não meramente mais um curso ou palestra adquirida. E que a partir destas desenvolvam práticas, junto as crianças, que venham desenvolver a imaginação, criatividade e manifestações nas diferentes linguagens.

Segundo os professores, participantes da pesquisa, tanto os de Vila Velha quanto os de Cariacica relataram que realizam a contação de história 3 vezes por semana. E já realizaram projetos envolvendo a literatura infantil. Sendo que, em Vila Velha todos consideram que estes são importantes para desenvolvimento do aluno e utilizam como metodologias: cirandas de leitura, mascote da leitura, entre outras formas de envolvê-los. E em Cariacica, todas entrevistadas também fazem ou já fizeram projetos abordando a importância do contar histórias para o melhor desenvolvimento dos alunos.

Os posicionamentos dos professores dialogam com Abramovich (apud ZILBERMAN, 2017) ao considerar que o papel no professor ao realizar a leitura, promove na criança o gosto pela literatura.

Quanto às metodologias adotadas pelos dois grupos observa-se que em Vila Velha é usado a releitura, com a proposição de recontos, registros com ilustrações, produção de cartazes coletivo com materias diversos, com a mediação do professor junto aos alunos em suas ações e dando importância ao interesse e desenvolvimento cognitivo. Em Cariacica, utilizam-se de contos em livros literários diversos, tantos clássicos

como contemporâneos, usam fantoches, imagens, teatro, entre outros meios, buscando envolvê-los de forma lúdica e prazerosa. O que condiz com o que está proposto nos documentos oficiais.

As professoras dos dois municípios, relatam que entre os contos que as crianças demonstram mais curiosidades estão clássicos, como: Chapeuzinho Vermelho, Os três Porquinhos, Cinderela, Aventuras, Animais, Curiosidades e Contos Lúdicos com monstros. Tais relatos dialogam com Abramovich (apud CHICOSKI, 2010) ao afirmar que ao contar histórias para criança é proporcionar risos, gargalhadas, além de mexer com imaginário.

Sobre conhecimento de autores capixabas, em Vila Velha, duas professoras relataram que trabalharam o livro *A Bailarina Cor de Rosa*, de Elizabeth Martins; *O Menino e o Tuim*, de Rubem Braga; e *Betola: o menino legal*, de Norma Agrizzi. Também citaram os autores Rodrigo Campanelli e Ivan Filho, porém sem citar suas obras.

Em Cariacica, também, somente duas professoras relataram conhecer obras e autores capixabas, como por exemplo: *Os medos de Lili e Casa de Papel*, de Lilian Meneguci; *A Descoberta do Condor e Imagine Só*, do Tio Diu; *João e o Botão e, A Bailarina Cor de Rosa*, de Elizabeth Martins; e *O Pirulito das Abelhas*, de Isa Colli.

Percebe-se que, apesar das obras e autores citados, por ambos os grupos, é pequeno o índice de conhecimento com relação aos autores capixabas, o que é lamentável. Durante o estudo em realização foi possível o contato com um acervo vasto de autores e trabalhos produzidos no estado do Espírito Santo e nas leituras percebeu-se a riqueza de textos e contextos, questões culturais e muitas outras questões que podem fazer parte do material didático tanto para o professor quanto para o aluno. E este resultado condiz com Oliveira (2018) ao narrar em sua tese sobre as dificuldades encontradas pelos autores e ilustradores capixabas para a publicação de suas obras. Percebeu-se que nos momentos de escolhas de referências para literatura infantil muitos professores priorizam livros de autores promovidos pelas editoras, ou seja, com maior divulgação mercadológica.

Os dois grupos sinalizaram dificuldades encontradas em seus respectivos espaços escolares, entre eles podem ser destacados: a falta de recursos didáticos, como livros para literatura infantil apropriada para idade e biblioteca. Em Cariacica, abordaram sobre manter a atenção das crianças durante a contação de história, e também a falta de envolvimento, por parte de alguns profissionais, que não interagem, para que esses momentos sejam realizados de forma prazerosa, possível e proveitosa.

Ou seja, nos dois sistemas há falta de material apropriado e recursos corretos para a prática na contação de histórias para um público alvo de 0 a 5 anos, deixando a desejar nas escolas, assim como a falta de bibliotecas entre outros. Não condizendo com o que está previsto na legislação e documentos norteadores, como a BNCC (BRASIL, 2017), ao assegurar os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. E o documento deixa bem claro a importância da linguagem apropriada para as práticas pedagógicas.

Considerando a importância da contação de histórias na Educação Infantil, na análise das respostas dadas de ambos os grupos, nota-se que as docentes poderiam demonstrar mais comprometimento a esses momentos, ou seja, fazendo com que os alunos tenham mais contato com a literatura, que seja proporcionado a exploração do novo, e dando mais asas à imaginação do faz de conta, algo que possibilite o trabalho mais prazeroso, de melhor assimilação do real e da fantasia. Através da oralidade e do ouvir das contações de histórias que se é trabalhado a forma de se expressar do aluno, além da formação de emoções e a interação junto à socialização com outros alunos .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se o resultado da pesquisa como satisfatório, uma vez que, esta ampliou a compreensão do tema abordado a partir do diálogo entre teoria e prática docente no que se refere à Literatura Infantil.

Constatou-se que a Literatura é vista pelos professores entrevistados como uma importante ferramenta colaborativa para o desenvolvimento e processo da

aprendizagem além de descobertas de novas possibilidades de trabalhar em sala de aula, não só o imaginário ao reler contos e histórias, mas também para a socialização, o cognitivo, a fala, escrita, expressão corporal, o despertar da curiosidade, o brincar, o lúdico e as conexões entre o mundo real e o faz de conta.

Apesar das estruturas escolares não terem sido levantadas como satisfatórias, junto à falta de mais obras literárias para certas idades, pode-se constatar que há uma gama de recursos, além dos livros para contação de histórias, que partem de outros materiais como o uso de fantoches, pinturas, desenhos, massinhas, imagens, roda de conversa, teatro, músicas entre outros, que proporcionam ao ouvinte uma interação com o meio, junto a uma satisfação e um interesse maior por essa prática.

Constata-se que a literatura infantil deve ser trabalhada com planejamento e objetividade. E considera-se extremamente importante a oferta de formações continuadas, sejam estas em oficinas, seminários, cursos, etc. para que os professores tenham vivências e experiências na temática.

Neste contexto, na expectativa de exercer a docência junto as crianças pequenas e desenvolver junto as mesmas propostas educativas que atendam aos seus direitos têm-se no estudo o início de uma trajetória para busca de novos estudos e pesquisas relativas à Literatura Infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2017.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

CHICOSKI, Regina. **Literatura infantil**. 1. ed. Paraná: Unicentro, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Ivana Esteves Passos. **A Indústria criativa da literatura infantil: história de autores e livros**. Vitória, ES: Dialogo com a comunicação e Marketing, 2018.

UFES Universidade Federal do Espírito Santo. Biblioteca Central. **Normalização de referências: NBR 6023:2002**. Vitória, ES: Biblioteca, 2015.

_____. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos**. Vitória, ES: Biblioteca, 2015.

ZILBERMAN, Regina **A literatura infantil na escola**. 11° edição, Global Editora, Revista Atualizada e Ampliada, São Paulo 2003, 5° Reimpressão, 2017.

Passivhaus: aplicação do conceito de casa passiva a uma edificação residencial unifamiliar em Vitória, ES

Hebert Fernandes de Lima³⁴
Keity Töhnes Belz de Lima¹
Tamara Lopes Teixeira³⁵

RESUMO

Devido à crescente demanda de energia mundial, torna-se necessário prever alternativas para que as edificações sejam, cada vez mais, eficientes energeticamente. Neste contexto, o conceito de *Passivhaus*, desenvolvido na Alemanha, tem sido aplicado em edificações com objetivo de reduzir seus gastos energéticos e proporcionar ambientes mais confortáveis. Assim, esta pesquisa objetivou desenvolver um projeto arquitetônico, em nível preliminar, de uma residência unifamiliar que atenda ao conceito da *Passivhaus* em Vitória, Espírito Santo. Neste artigo, são apresentados os parâmetros que foram estabelecidos para realizar os cálculos da demanda para aquecimento, resfriamento, frequência de superaquecimento e demanda de energia primária da residência localizada em Vitória (ES). Para o cálculo, foi utilizada a *Passive House Planning Package* (PHPP). Os resultados encontrados foram comparados com os valores exigidos pela *Passivhaus*. Como resultado, observa-se que não houve demanda de energia para aquecimento. A demanda de energia para resfriamento e desumidificação bem como a frequência de umidade ultrapassaram os valores exigidos. Já, a demanda de energia primária e frequência de superaquecimento atenderam aos valores exigidos. Assim, não foi possível aplicar o conceito de *Passivhaus*, em sua totalidade, na residência em estudo, utilizando estratégias passivas no clima de Vitória (ES). Portanto, ressalta-se a importância de novos estudos para implementação desse conceito em climas semelhantes ao de Vitória (ES).

Palavras-chave: *Passivhaus*, edificação passiva, energia, estratégias passivas.

INTRODUÇÃO

No Brasil, os setores industrial, residencial e comercial são responsáveis pelo grande consumo de energia elétrica. O setor industrial é o maior consumidor, responsável por 35,8%, seguido do setor residencial com 28,8% e do setor comercial com 18,9% do total.^[1]

Considerando uma média entre as regiões do país, em uma edificação residencial, o consumo de energia atribuído aos equipamentos de refrigeração é de 27%, ao aquecimento de água 24%, ao ar-condicionado 20%, à iluminação 14% e 15% correspondem a outros equipamentos, como ferro, som e televisão.^[2]

No fim de 2001 e início de 2002, a crise no setor elétrico brasileiro e o racionamento de energia trouxeram à tona a discussão sobre desempenho

³⁴ Acadêmico do 10º período do Curso de Graduação em Engenharia Civil pela Faculdade Novo Milênio.

³⁵ Arquiteta e Urbanista pela Faculdade Brasileira, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e Professora da Faculdade Novo Milênio.

energético, procurando medidas e mudanças de hábitos quanto ao seu consumo.^[3] Como consequência, em outubro de 2001, foi publicada a Lei nº 10.295, também conhecida como Lei de Eficiência, que definiu as políticas nacionais sobre conservação e uso racional de energia no país. Essa lei estabelece os níveis máximos de consumo de energia ou mínimos de eficiência energética de máquinas e equipamentos produzidos ou comercializados no país.^[4]

De acordo com Lamberts *et al.*^[5], a eficiência energética nas edificações tem como característica essencial proporcionar o conforto térmico, visual e acústico com baixo consumo de energia.

Com objetivo de proporcionar o estudo de uma casa de baixo consumo de energia, Wolfgang Feist e Bo Adamson desenvolveram em 1988 o conceito de casa passiva alemã.^[6] O primeiro protótipo foi construído em 1990 em Darmstadt, na Alemanha. Após seis anos da construção desse protótipo, o Dr. Wolfgang Feist fundou em 1996 o *Passive House Institute* (PHI). Hoje em dia, o instituto é responsável por liderar a pesquisa, aplicação, treinamento, certificação e a implementação de edifícios passivos em todo o mundo.^[7]

A terminologia *Passivhaus* quer dizer “Casa Passiva”. Seu conceito é reconhecido como base para uma arquitetura sustentável na atualidade. A *Passivhaus* pode ser aplicada não só em edificações residenciais, mas também em industriais, comerciais e públicas.^[8] Sua definição é baseada em usar estratégias passivas, garantindo baixo consumo de energia e conforto térmico interior. A sua construção busca condições melhores da engenharia e da arquitetura para utilizar os recursos de maneira mais inteligente possível.^[9]

O *design* passivo é o primeiro passo para execução de edifícios eficientes, a *Passivhaus* utiliza os seus conceitos a fim de um resultado eficiente energeticamente. Dentre os conceitos do *design* passivo, empregados pela *Passivhaus*, constata-se a adaptação ao clima onde será construída, a orientação correta da construção, boa ventilação natural, o *layout* do projeto minuciosamente estudado, janelas e portas bem protegidas e posicionadas, bom isolamento térmico e maior conforto ambiental.^[10]

O PHI^[11] exige que quatro critérios sejam cumpridos para que o edifício receba a certificação *Passivhaus*. São eles:

a) A demanda de energia para aquecimento ou resfriamento não deve ser superior a 15 kWh/m² por ano ou carga térmica não deve ser superior a 10 W/m²;

b) A demanda de energia primária, energia total a ser usada para todas as aplicações domésticas (aquecimento, água quente e eletricidade doméstica), não deve exceder 120 kWh/m² por ano;

c) Em termos de estanqueidade, um máximo de 0,60 renovações de ar por hora à pressão de 50 Pascal (ACH50), conforme verificado com um teste de pressão no local (nos estados pressurizado e despressurizado);

d) O conforto térmico deve ser alcançado em todas as áreas de maior permanência durante o inverno e no verão, não ultrapassando 25 °C em 10% das horas durante o ano.

De acordo com o PHI^[11], para atender aos critérios da certificação, é exigido implementar os cinco princípios básicos construtivos da norma *Passivhaus*: o isolamento térmico, esquadrias apropriadas, ausência de pontes térmicas, sistema de ventilação com recuperação de calor e a estanqueidade do edifício.

Os critérios para obter a certificação devem ser verificados utilizando a ferramenta *Passive House Planning Package* (PHPP). Com base no Excel, a PHPP é composta por trinta e duas planilhas de cálculo, desenvolvida pelo PHI. A ferramenta prepara um balanço energético, que calcula a demanda anual para aquecimento, resfriamento e a demanda de energia primária anual da edificação com base nas características dela. As edificações que cumprirem os critérios exigidos podem ser certificadas pelo PHI ou outra entidade credenciada.^[12]

Apesar do conceito de *Passivhaus* ter surgido na Europa para atender aos requisitos de climas frios, seu método construtivo ganhou popularidade, não importando o clima ou região a ser construída.^[13]

Com objetivo de analisar a adaptabilidade e a viabilidade de um projeto de uma edificação residencial na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Dalbem *et al.*^[14] desenvolveram um projeto de uma edificação residencial unifamiliar baseada nas estratégias passivas aproveitadas e compiladas da casa bioclimática de Pouey, seguindo aos padrões da *Passivhaus*. Os autores utilizaram a ferramenta PHPP a fim de calcular o balanço energético. Com o emprego desse conceito, concluiu-se que, em climas mais quentes, como no Brasil, os resultados se enquadraram no que diz respeito a sua demanda anual de aquecimento, ao risco de superaquecimento e a sua demanda de energia primária, sendo possível alcançar os valores exigidos para certificação de uma *Passivhaus* no clima brasileiro.

Vilela *et al.*^[15] estudaram a aplicação do conceito *Passivhaus* e seus critérios fundamentais no projeto arquitetônico do Instituto de Artes Lygia Pape, na cidade de Vitória, Espírito Santo. Os dados referentes ao desempenho térmico foram obtidos através da PHPP. Os resultados foram comparados aos requisitos da norma alemã e às exigências da ABNT NBR 15220:2005 para a cidade de Vitória (ES). Observaram que a aplicação da *Passivhaus* na cidade de Vitória é viável, porém são necessárias adequações às condições climáticas de cada região para que o projeto atenda à aplicação da norma alemã.

O método e a sistemática de cálculo da *Passivhaus* são aplicáveis para qualquer tipo de clima, porém seus elementos de construção devem ser adaptados de acordo com o clima específico da área em questão.^[16]

Diante disso, muitos questionamentos são levantados. Dentre eles, o principal para este estudo é: como adequar a residência a ser desenvolvida ao conceito de *Passivhaus* no clima de Vitória, Espírito Santo?

Inicialmente acredita-se que, com a utilização de estratégias passivas e adequações da residência junto ao clima, a *Passivhaus* é viável para eficiência energética de uma residência na cidade de Vitória (ES).

O desenvolvimento desta pesquisa surgiu a partir da observação na crescente demanda no consumo de energia no mundo e com a tendência da sustentabilidade na construção civil, faz sentido a busca por novos meios e métodos a fim de reduzir

os impactos que as construções causam. Assim, torna-se relevante o desenvolvimento de uma arquitetura mais eficiente energeticamente, utilizando sistemas passivos com propósito de diminuir o consumo de energia elétrica e proporcionar um bom desempenho térmico da edificação. Desta forma, a presente pesquisa tem como objetivo principal desenvolver um projeto arquitetônico, em nível preliminar, de uma residência unifamiliar que atenda ao conceito da *Passivhaus* em Vitória (ES).

MÉTODO

Foi realizado estudo exploratório de caráter qualitativo para análise de um projeto arquitetônico desenvolvido, em nível preliminar, de uma residência unifamiliar que atenda ao conceito da *Passivhaus* na cidade de Vitória (ES), no período de agosto de 2019 a maio de 2020.

Foram excluídos desta pesquisa, a viabilidade econômica para construção da residência e a avaliação da sustentabilidade, como os indicadores de sustentabilidade, análise do ciclo de vida e ações de pegada ecológica. Além disso, será excluído o critério de estanqueidade ao ar da residência, devido ao fato desse critério ser aferido somente durante a execução da obra. A sua realização é feita através de um teste chamado *blower door test*; ele verifica se a edificação possui fugas de ar e se atende ao critério correspondente de um máximo de 0,60 renovações de ar por hora à pressão de 50 Pascal (ACH50). Apesar de não ser possível simular o teste da estanqueidade ao ar na residência, é importante ressaltar que esse critério é o mais difícil de se responder.

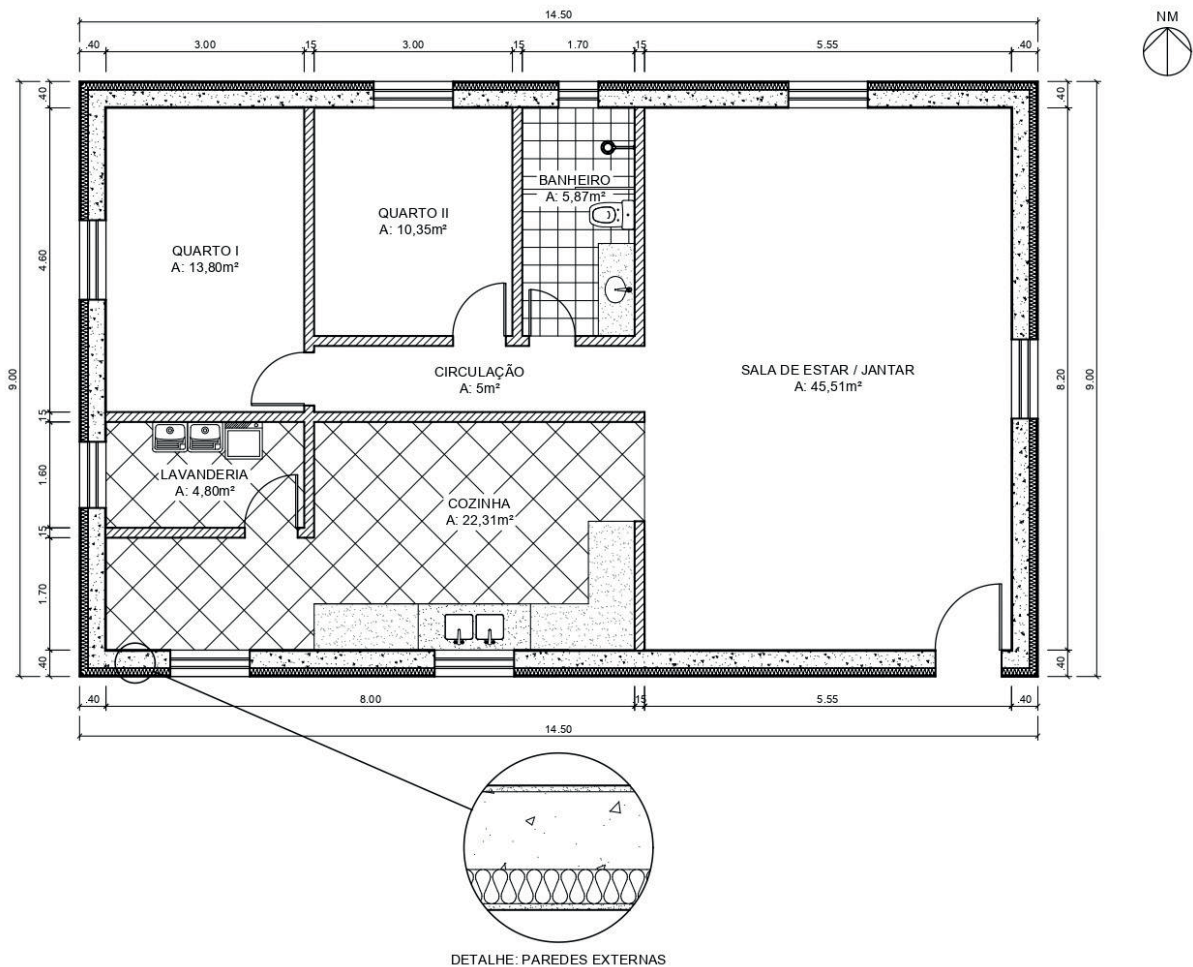
O desenvolvimento da pesquisa foi dividido em doze etapas. Na primeira etapa da pesquisa, foi elaborado um projeto arquitetônico de uma edificação, utilizando o *software* AutoCAD 2020, versão estudante. A edificação desenvolvida trata de uma residência unifamiliar para atender uma família composta por três pessoas.

As próximas etapas apresentam os parâmetros que foram estabelecidos para realizar os cálculos da demanda para aquecimento, resfriamento, frequência de

superaquecimento e demanda de energia primária da residência localizada na cidade de Vitória (ES). Para isso, foi utilizada a ferramenta PHPP, versão 9, 2015.

Na segunda etapa, foram determinadas as características da residência. A residência (figura 1) possui 130,50 m² distribuídos em um único pavimento, apoiada no solo, sendo composta por área de serviço, cozinha, sala de jantar e estar, dois dormitórios e banheiro. A área útil da residência é de 107,64m².

Figura 1 – Planta baixa da residência



DETALHE: PAREDES EXTERNAS

Fonte: autores, 2020

O formato retangular da residência, com suas maiores fachadas voltadas para a orientação norte e sul, foi determinado com objetivo de reduzir a radiação solar nas fachadas leste e oeste.

Na terceira etapa, foram definidas as esquadrias da residência e suas respectivas dimensões. A tabela 1 apresenta as dimensões das esquadrias adotadas na residência.

Tabela 1 – Dimensões das esquadrias da residência

AMBIENTES	JANELAS			PORTAS		
	Quant.	Largura (m)	Altura (m)	Quant.	Largura (m)	Altura (m)
Quarto I	1	1,20	1,20	1	0,80	2,10
Quarto II	1	1,20	1,20	1	0,80	2,10
Banheiro	1	0,40	0,40	1	0,70	2,10
Sala de estar/jantar	2	1,20	1,20	1	1,00	2,10
Cozinha	2	1,20	1,20	-	-	-
Lavanderia	1	1,00	1,20	1	0,80	2,10

Fonte: autores, 2020

Na quarta etapa, foram inseridos os dados da envoltória da residência. A área de parede da residência corresponde a 105,40 m², conforme apresenta a tabela 2.

Tabela 2 – Dados da envoltória da residência

	Norte	Sul	Leste	Oeste	Total
Área bruta de parede (m ²)	36,25	36,25	22,50	22,50	117,50
Área de janela (m ²)	3,04	2,88	1,44	2,64	10,00
Área de porta (m ²)	-	2,10	-	-	2,10
Área de parede (m ²)	33,21	31,27	21,06	19,86	105,40

Fonte: autores, 2020

Na quinta etapa, foram inseridos os dados climáticos de Vitória (ES) com latitude de -20,260°, longitude de -40,280°, altitude de 4 m e com a variação diária da temperatura de verão de 7,1 K. Foi utilizado o *software Meteonorm 7*, 2019, versão 7.3.2 para obter tais dados. As tabelas 3 e 4 apresentam os dados climáticos extraídos do *software*.

Tabela 3 – Dados climáticos da cidade de Vitória (ES) - Radiação

Mês	Radiação norte kWh/(m ² mês)	Radiação leste kWh/(m ² mês)	Radiação sul kWh/(m ² mês)	Radiação oeste kWh/(m ² mês)	Radiação horizontal kWh/(m ² mês)
Jan	53	104	72	97	181
Fev	57	97	52	96	167
Mar	84	101	47	89	163
Abr	97	80	40	76	130
Mai	112	66	34	71	115
Jun	113	59	32	67	103
Jul	118	66	34	72	112
Ago	102	70	39	73	123
Set	78	77	43	74	129
Out	63	83	49	81	148
Nov	52	91	61	85	156
Dez	52	99	77	96	173

Fonte: dados coletados através do *Meteonorm*, entre 1991-2010

Tabela 4 – Dados climáticos da cidade de Vitória (ES) - Temperatura

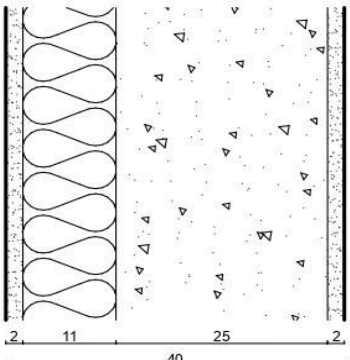
Mês	Temperatura exterior °C	Temperatura do ponto de orvalho °C	Temperatura do céu °C
Jan	27,3	23,2	18,2
Fev	27,8	23,6	18,1
Mar	27,5	23,5	18,4
Abr	26,4	22,4	17,1
Mai	24,4	20,2	15,0
Jun	23,2	19,4	13,4
Jul	22,8	18,6	12,5
Ago	23,3	18,9	13,7
Set	23,5	19,2	13,9
Out	25,1	20,6	16,0
Nov	25,7	21,6	16,9
Dez	26,6	22,6	17,8

Fonte: dados coletados através do *Meteonorm*, entre 2000-2009

Na sexta etapa, foram definidos os elementos construtivos das paredes externas, da cobertura e do piso, seguindo os princípios da *Passivhaus*. Os valores de condutividade térmica foram retirados da ABNT NBR 15220:2005 parte 2, que

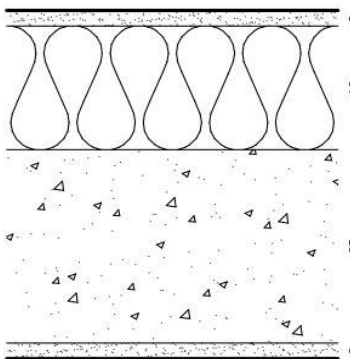
estabelece procedimentos para o cálculo das propriedades térmicas de elementos e componentes de edificações. Na residência em estudo, as paredes internas não recebem isolamento térmico. As tabelas 5 e 6 apresentam a condutividade térmica (λ), a espessura (e) dos materiais utilizados e a espessura total das paredes externas e da laje da cobertura.

Tabela 5 – Condutividade térmica, espessura dos materiais e a espessura das paredes externas

	Constituição	λ [W/mK]	e (cm)
	Reboco externo	1,15	2,0
Isolamento térmico - EPS	0,04	11,0	
Bloco de concreto estrutural (19,0 x 19,0 x 39,0 cm)	1,75	25,0	
Reboco interno	1,15	2,0	
Espessura total: 40 cm			

Fonte: autores, 2020

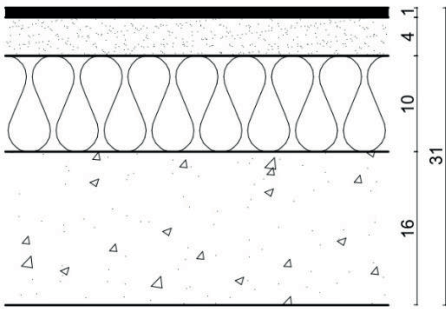
Tabela 6 – Condutividade térmica, espessura dos materiais e a espessura da laje da cobertura

	Constituição	λ [W/mK]	e (cm)
	Reboco externo	1,15	2,0
Isolamento térmico - EPS	0,04	16,0	
Laje de concreto	1,75	25,0	
Reboco interno	1,15	2,0	
Espessura total: 45 cm			

Fonte: autores, 2020

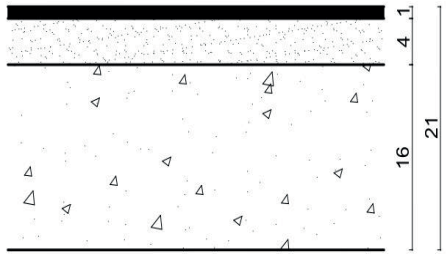
Para a laje do piso, foram propostas duas opções para simulação. A primeira opção (tabela 7), com isolamento térmico e a segunda opção (tabela 8), sem isolamento térmico no piso. As tabelas 7 e 8 apresentam a condutividade térmica (λ), a espessura (e) dos materiais utilizados e a espessura total da laje do piso.

Tabela 7 – Condutividade térmica, espessura dos materiais e a espessura da laje do piso

	Constituição	λ [W/mK]	e (cm)
	Revestimento cerâmico	0,90	1,0
	Argamassa de assentamento	1,15	4,0
	Isolamento térmico - EPS	0,04	10,0
	Laje de concreto	1,75	16,0
Espessura total: 31 cm			

Fonte: autores, 2020

Tabela 8 – Condutividade térmica, espessura dos materiais e a espessura da laje do piso

	Constituição	λ [W/mK]	e (cm)
	Revestimento cerâmico	0,90	1,0
	Argamassa de assentamento	1,15	4,0
	Laje de concreto	1,75	16,0
	Espessura total: 21 cm		

Fonte: autores, 2020

Como já citado, um dos princípios de uma *Passivhaus* é o isolamento térmico. Sendo o mais importante, a sua aplicação deve ser feita de forma contínua pelo exterior de toda envoltória da edificação, minimizando assim as pontes térmicas e reduzindo as perdas e os ganhos de calor. Em uma *Passivhaus* recomenda evitar ou reduzir ao máximo este fenômeno. Na prática, quaisquer pontes térmicas devem ter um valor de ψ (Ψ) menor ou igual a $0,01 \text{ W/m}^2\text{K}$.^[17]

De acordo com Wassouf^[18], em climas quentes, as pontes térmicas não têm a mesma relevância do que em climas frios. Dessa forma, na sétima etapa, para a simulação, considerou-se que a área do envelope da residência é livre do fenômeno de pontes térmicas.

Na oitava etapa, foram definidos os materiais das janelas da residência. Adotaram-se janelas com vidro duplo, composto por vidro externo *Ekoglass* refletivo verde de 6 mm, camada de ar de 12 mm e vidro interno *Ekoglass* incolor de 6 mm, apresentando fator solar de 0,27 e transmitância térmica de 2,8 W/(m²K). A caixilharia é em PVC, na cor branca que corresponde a 0,98 W/(m²K) de transmitância térmica.

Na nona etapa, foram determinados os dispositivos de proteção solar das janelas. Nas janelas das fachadas norte e sul, foram utilizadas brises horizontais de cor clara com coeficiente de sombreamento de 0,5 e para as janelas das fachadas leste e oeste foram utilizadas brises verticais também de cor clara com coeficiente de sombreamento de 0,4.

Na décima etapa, foram estabelecidos os coeficientes de sombreamento e de reflexão da residência. Por se tratar de uma residência em zona urbana, o valor do coeficiente de sombreamento adotado é de 0,4, e o uso de tinta clara para a pintura externa da residência resultou em um valor de coeficiente de reflexão de 0,4 para as paredes externas e 0,8 para a cobertura. Esses valores são determinados pela própria PHPP.

Na décima primeira etapa, foi determinada a demanda de eletricidade da residência. Para essa determinação, a PHPP necessita dos dados de consumo de energia de alguns equipamentos como: lava-louças, máquina de lavar e secar roupas, refrigerador, congelador e fogão e a eficiência energética da lâmpada – iluminação da residência. Os equipamentos adotados na residência foram a máquina de lavar e secar roupas e o refrigerador. Para a máquina de lavar e secar roupas de 12 kg, o consumo de energia adotado foi de 0,21 kWh/ciclo e para o refrigerador de 387 l o consumo adotado foi de 1,02 kWh/dia. Para iluminação, foi adotada a lâmpada *LED* bulbo A-60 com eficiência energética de 135 lm/W. Para o uso residencial, a PHPP determina uma potência de 80 W para o consumo eletrônico e 50 kWh para pequenos eletrodomésticos.

Na décima segunda etapa, após a admissão de dados de todos os parâmetros descritos anteriormente que serviram como base quantitativa para dar início às simulações, foram analisados os resultados finais obtidos através da PHPP. A análise da demanda de energia para aquecimento, resfriamento, frequência de

superaquecimento e demanda de energia primária da residência localizada em Vitória (ES) se deram em valores absolutos através de tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

São aqui apresentados os resultados do estudo referente à residência projetada, em nível preliminar, para atender ao conceito da *Passivhaus* em Vitória (ES).

Os resultados encontrados, obtidos através da PHPP referente à demanda de energia para aquecimento foi de 0 kWh/(m²a); a demanda de energia para resfriamento e desumidificação foi de 46,1 kWh/(m²a), e para a demanda de energia primária foi de 52 kWh/(m²a). O resultado da frequência de umidade foi de 100% e da frequência de superaquecimento foi de 8,5%. A figura 2 apresenta tais resultados encontrados.

Figura 2 – Resultados obtidos através da ferramenta PHPP

Heating demand kWh/(m ² a)	0	≤	15	yes
Cooling & dehum. demand kWh/(m ² a)	46,1	≤	42	no
Frequency of excessively high humidity (> 12 g/kg) %	100	≤	20	no
Frequency of overheating (> 25 °C) %	8,5	≤	10	yes
PE demand kWh/(m ² a)	52	≤	120	yes

Fonte: adaptado da PHPP, 2020

Conforme já apresentado, foi adotado nas paredes externas o isolamento térmico EPS com 11 cm e 16 cm na cobertura, resultando nos valores de transmitância térmica de 0,323 e 0,228 W/(m²K), respectivamente. Segundo Wassouf^[18], o valor recomendado de transmitância térmica em climas quentes pode variar de 0,15 a 0,45 W/(m²K). Deste modo, os valores de transmitância térmica das paredes externas e da cobertura atenderam aos valores recomendados pela *Passivhaus*.

Na pesquisa realizada por Vilela *et al.* ^[15], as autoras estudaram a aplicação do conceito *Passivhaus* no projeto arquitetônico do Instituto de Artes Lygia Pape, em Vitória (ES). Os dados obtidos de transmitância térmica foram comparados às

exigências da ABNT NBR 15220:2005 para a cidade de Vitória (ES), que recomenda um valor de transmitância térmica de até 3,6 W/(m²K) para as paredes externas e de até 2,3 W/(m²K) para coberturas. Para o projeto, foi utilizado o isolamento térmico EPS com 4 cm nas paredes externas e 8 cm nas lajes de cobertura. Desse modo, os valores de transmitância térmica das paredes externas e da cobertura foram de 0,74 e 0,42 W/(m²K), respectivamente. Assim, os valores encontrados de transmitância térmica atenderam às exigências da norma brasileira.

Diante disso, os resultados encontrados nesta pesquisa de transmitância térmica das paredes externas e da cobertura atenderam aos valores recomendados pela *Passivhaus* e pela ABNT NBR 15220:2005.

Em um estudo sobre a aplicação do conceito de *Passivhaus* no Brasil, Wassouf^[19] utilizou um edifício habitacional, localizado no Rio de Janeiro (RJ), como objeto de simulação. Para o edifício, os melhores resultados foram atingidos com um isolamento térmico de 4 cm nas paredes, 8 cm na cobertura e sem isolamento na laje do piso.

Para a laje do piso da residência em estudo, conforme já mostrado, foi realizada a simulação com e sem isolamento térmico. Na simulação com a laje do piso recebendo o isolamento térmico EPS com espessura de 10 cm, o valor de transmitância térmica encontrado foi de 0,365 W/(m²K), atendendo ao valor de transmitância térmica recomendado pela *Passivhaus*. Porém, notou-se que a frequência de superaquecimento foi de 94,2%, sendo que o valor máximo permitido é de 10%. Na simulação em que a laje do piso não recebeu isolamento térmico, o valor de transmitância térmica foi de 4,214 W/(m²K), resultando em uma frequência de superaquecimento de 8,5%, auxiliando no resfriamento da residência e diminuindo as demandas energéticas dela.

Quanto ao conforto térmico da edificação, o PHI^[11] determina que a frequência de superaquecimento, que corresponde a uma temperatura acima de 25 °C, não deve exceder 10% das horas durante um ano. Assim sendo, constatou-se que o uso da ventilação natural e o isolamento térmico contribuíram notavelmente na redução da temperatura interior da residência, visto que, a frequência de superaquecimento foi de 8,5%.

O PHI^[11] estabelece que o critério de demanda para aquecimento não deve ultrapassar de 15 kWh/(m²a). Nesta pesquisa, a demanda de energia para aquecimento encontrada foi de 0 kWh/(m²a), ou seja, não houve demanda de aquecimento para a residência em estudo devido ao clima de Vitória (ES) ser quente na maior parte do ano.

Na pesquisa feita por Dalbem *et al.*^[14] sobre a aplicação do conceito de *Passivhaus*, na cidade de Pelotas (RS), analisou-se que, para o clima de Pelotas, houve a necessidade de aquecimento, resultando numa demanda anual de 12,8 kWh/(m²a), atendendo ao critério de não exceder 15 kWh/(m²a).

De acordo com o PHI^[11], em climas mais quentes em que o resfriamento é necessário, o critério de demanda de energia para resfriamento corresponde aproximadamente aos requisitos de demanda de calor de 15 kWh/(m²a) com uma permissão adicional para desumidificação.

Para o clima de Vitória (ES) houve a necessidade da permissão adicional para desumidificação. A partir dos parâmetros inseridos na PHPP, o critério de demanda de energia para resfriamento e desumidificação exigido é de 42 kWh/(m²a) e o valor obtido foi de 46,1 kWh/(m²a), sendo 7,4 kWh/(m²a) de demanda para resfriamento e 38,7 kWh/(m²a) de demanda para desumidificação. Portanto, o resultado atingido não atende ao critério exigido pela *Passivhaus*.

A norma alemã estabelece uma umidade máxima de 12 g/kg na edificação. Acima desse valor, as pessoas começam a se sentir desconfortáveis, independentemente da temperatura.^[20] Diante disso, notou-se que, depois de inserido o clima de Vitória (ES), especificamente a temperatura de 21,2 °C correspondente a temperatura média do ponto de orvalho, a frequência de umidade excedeu em 100%, ultrapassado o limite permitido de 20%.

Apesar de bons resultados quanto ao resfriamento, o uso da ventilação natural, o sombreamento nas janelas e as estratégias utilizadas quanto à orientação solar, a frequência de umidade não reduziu, permanecendo em 100% e influenciando na demanda para desumidificação da residência. Assim, o resultado encontrado quanto à frequência de umidade não atendeu ao critério estabelecido pela *Passivhaus*.

Por fim, a demanda de energia primária da residência, que é a energia a ser gasta com componentes mecânicos, sistemas ativos de aquecimento e resfriamento, aquecimento de água, iluminação, eletrodomésticos e equipamentos de comunicação, foi de 52 kWh/(m²a), atendendo ao critério permitido de não exceder a 120 kWh/(m²a). Dessa forma, o valor obtido para a residência foi consideravelmente baixo, evidenciando a importância em adotar o conceito de *Passivhaus* em residências, afim de minimizar o consumo de energia elétrica.

Os resultados da presente pesquisa, através de estratégias passivas, demonstraram que o conceito de *Passivhaus* não é atendido, em sua totalidade, na residência em estudo no clima de Vitória (ES). Contudo, observa-se bons resultados para a frequência de superaquecimento e para a demanda de energia primária anual.

CONCLUSÃO

Embora o conceito de *Passivhaus* tenha surgido para atender aos quesitos de climas frios, ele se expandiu para todos os tipos de climas. Entretanto, ao longo da pesquisa, verificou-se que para o clima brasileiro, especialmente em Vitória (ES), ainda existem desafios para a implantação desse conceito, como adotar ou não isolamento térmico nas lajes de piso térreas, encontrar elementos construtivos e componentes que atendem aos requisitos da certificação da norma alemã. Além disso, pode-se verificar a necessidade de estudar a conveniência de adotar estratégias passivas quanto à umidade, já que o sombreamento externo, resfriamento noturno e outras estratégias do *design* passivo mantiveram a edificação fresca, mas não reduziram a umidade.

Assim, espera-se com este artigo despertar a curiosidade e o interesse de ampliar a discussão para os demais climas semelhantes ao de Vitória (ES).

REFERÊNCIAS

[1]. EPE - Empresa de pesquisa energética. **EPE publica o anuário estatístico de energia elétrica 2018.** [online]. 2018. Disponível em: <<http://epe.gov.br/pt/imprensa/noticias/epe-publica-o-anuario-estatistico-de-energia-eletrica-2018>>. Acesso em 21/03/2020.

[2]. ELETROBRÁS. **Avaliação do mercado de eficiência energética no Brasil:** pesquisa de posse de equipamentos e hábitos de uso - ano base 2005 - classe residencial - relatório Brasil. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.procel.gov.br/main.asp?View=%7B5A08CAF0%2D06D1%2D4FFE%2DB335%2D95D83F8DFB98%7D&Team=¶ms=itemID=%7BE6AA7196%2DE64E%2D4FC0%2D9567%2D994B77FB24DE%7D%3B&UIPartUID=%7B05734935%2D6950%2D4E3F%2DA182%2D629352E9EB18%7D>>. Acesso em 21/03/2020.

[3]. REIS LB; FADIGAS EAFA; CARVALHO CE. Energia e os desafios da prática do desenvolvimento sustentável. *In:* _____ **Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável.** 2 ed. São Paulo: Manole, 2012; p. 371-387.

[4]. BRASIL. Presidência da República. Lei 10.295 de 17 out. 2001. Dispõe sobre a política nacional de conservação e uso racional de energia e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 18 out. 2001.

[5]. LAMBERTS R; DUTRA L; PEREIRA FOR. Um segundo breve histórico. *In:* _____ **Eficiência energética na arquitetura.** 3 ed. Rio de Janeiro: ELETROBRAS/PROCEL. 2014; p. 5-37.

[6]. PASSIPEDIA - The Passive House Resource. **The world's first Passive House, Darmstadt - Kranichstein, Germany.** [online]. 2019. Disponível em: <https://passipedia.org/examples/residential_buildings/multi-family_buildings/central_europe/the_world_s_first_passive_house_darmstadt-kranichstein_germany>. Acesso em 21/03/2020.

[7]. PHI - Passive House Institute. **Superior energy efficiency in buildings.** [online]. 2015. Disponível em: <https://passivehouse.com/01_passivehouseinstitute/01_passivehouseinstitute.htm>. Acesso em 21/03/2020.

- [8]. WALTER S. O design sustentável da Passivhaus. **Revista toda casa**. Out. 2016; n. 2, p. 14-17.
- [9]. UA - Universidade de Aveiro. **Casa passiva - conceito**. [online]. 2019. Disponível em: <<http://www.ua.pt/casapassiva/page/24129>>. Acesso em 21/03/2020.
- [10]. GURGEL M. Definições. In: _____ **Design Passivo - Baixo consumo energético**: guia para conhecer, entender e aplicar os princípios do Design Passivo em residências. São Paulo: Senac, 2012; p. 15-20.
- [11]. PHI - Passive House Institute. **Passive House requirements**. [online]. 2015. Disponível em: <https://passivehouse.com/02_informations/02_passive-house-requirements/02_passive-house-requirements.htm>. Acesso em 24/03/2020.
- [12]. PHI - Passive House Institute. **Passive House Planning Package (PHPP)**. [online]. 2015. Disponível em: <https://passivehouse.com/04_phpp/04_phpp.htm>. Acesso em 24/03/2020.
- [13]. IPHA - International Passive House Association. **Passive House**. [online]. Disponível em: <http://www.passivehouse-international.org/index.php?page_id=78>. Acesso em 24/03/2020.
- [14]. DALBEM R; FREITAS JMR; CUNHA EG. Conceito Passivhaus aplicado ao clima brasileiro. **Revista de Arquitetura IMED**. Jan./jun. 2015; v. 4, n. 1, p. 26-36. ISSN: 2318-1109.
- [15]. VILELA TF; SAUER AS; COUTINHO SLM. Passivhaus aplicado ao Instituto de Artes Lygia Pape. **MIX Sustentável**. Abr. 2018; v. 4, n. 2, p. 25-34. ISSN: 2447-3073.
- [16]. GAUNA JCR. Los edificios passivos. In: Consejería de Economía y Hacienda, organización Dirección General de Industria, Energía y Minas. **Guía del estándar Passivhaus**: edificios de consumo energético casi nulo. Madrid: Fundación de la Energía de la Comunidad de Madrid, 2011; p. 15-26.
- [17]. FEIST W; BASTIAN Z; EBEL W; GOLLWITZER E; GROVE-SMITH J; KAH O; KAUFMANN B; KRICK B; PFLUGER R; SCHNIEDERS J; STEIGER J. Areas worksheet: data entries of opaque building elements and thermal bridges. In: _____

PHPP - Passive House Planning Package: the energy balance and design tool for efficient buildings and retrofits. Darmstadt. 2015; p. 66-85.

[18]. WASSOUF M. A arquitetura passiva. *In:* _____ **Da Casa Passiva à norma Passivhaus:** a arquitetura passiva em climas quentes. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2014; p. 20-67.

[19]. WASSOUF M. O cálculo energético com a ferramenta PHPP. *In:* _____ **Da Casa Passiva à norma Passivhaus:** a arquitetura passiva em climas quentes. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2014; p. 100-135.

[20]. FEIST W; BASTIAN Z; EBEL W; GOLLWITZER E; GROVE-SMITH J; KAH O; KAUFMANN B; KRICK B; PFLUGER R; SCHNIEDERS J; STEIGER J. Introduction to energy balance calculations. *In:* _____ **PHPP - Passive House Planning Package:** the energy balance and design tool for efficient buildings and retrofits. Darmstadt. 2015; p. 9-12.

A liturgia e o ritual alcoólico de jovens gays em eventos festivos: a construção da unidade a partir do primeiro gole

Elberth de Oliveira Bertoli³⁶
Renato Possato Lyra³⁷

RESUMO

O presente artigo é uma releitura do capítulo de dissertação de mestrado e tem como objeto de pesquisa antropológica o consumo de bebidas alcólicas por jovens em festas ambientadas para o público LGBTQIA+. A ingestão de bebidas alcólicas torna-se um veículo de análise para observação da construção identitária desses sujeitos.

Palavras-chave. Consumo. Bebida.; Gay. Jovem

INTRODUÇÃO

Durante o período de construção de minha dissertação do Mestrado, que possuiu o objetivo de identificar nas *performances* de jovens gays, na faixa entre 20 e 23 anos, a possibilidade de percepção da construção e da expressão da sexualidade por meio da sociabilidade e ocupação dos espaços em ambientes e momentos considerados por eles como entretenimento, foi possível compreender que diversos fatores dialogam, entrelaçam e permite que o momento de diversão desses jovens aconteçam.

Além da construção visual a partir das indumentárias, da elaboração mental e econômica dos trajetos a serem percorridos e da preferência por eventos que toquem determinados tipos de ritmos musicais, o consumo de bebidas alcólicas e/ou fermentadas obteve um destaque relevante dentro de minha pesquisa de Mestrado. A presença dessas bebidas em festas e em momentos de sociabilidade entre amigos, possibilitou compreender que os jovens gays que acompanhei durante a Etnografia fizeram o uso do consumo de álcool como elemento necessário para a construção de algumas ocasiões de divertimento. Esse fato contribuiu para que, em alguns momentos, a escolha do entretenimento fosse realizada pelo tipo e pela quantidade

³⁶ Graduado em Filosofia, Mestre em Ciências Sociais, Professor de Sociologia e Antropologia na Faculdade Novo Milênio. E-mail: elberth.bertoli@novomilenio.br.

³⁷ Graduado em Direito, Mestre em Ciências Sociais pela PUC/ SP,, Coordenador do Curso de Direito, Professor de Noções de Direito, Direito do Consumidor e Direito de Família, na Faculdade Novo Milênio. E-mail:renato.lyra@novomilenio.br.

de bebidas a serem, possivelmente, consumidas durante o período em que estariam se divertindo.

Portanto, o presente artigo busca dar continuidade a essa percepção obtida durante o processo etnográfico participativo, ampliando o entendimento sobre os ambientes de diversão para jovens *gays* através do consumo de bebidas alcoólicas e/ou fermentadas que em alguns momentos direcionam o desejo do jovem consumidor para este ou aquele momento de diversão ou modificam o *status* celebrativo de um evento a partir das alterações psicossociomotoras geradas pela ingestão dessas bebidas.

É relevante dizer que a lógica linear desse escrito sobre o consumo de entretenimento e a composição do momento de sociabilidade e presença em espaços de divertimento estão a todo instante em diálogo com a construção da identidade, a performance e a orientação sexual desses indivíduos, pois foi através do consumo desses elementos constitutivos que foi possível chegar a uma compreensão da expressão da sexualidade a partir dos produtos consumidos pelos sujeitos da etnografia.

O trajeto etnográfico realizado por mim, durante aproximadamente dois anos de pesquisa, teve como fio condutor o acompanhamento da sociabilidade de três jovens em locais e momentos considerados por eles como ambientes para divertimentos e encontros. Por este motivo, saliento que os acontecimentos do processo etnográfico narrado neste artigo, não possui um lugar específico e único, mas está sob a perspectiva de trânsito por diversos espaços, segundo os desejos de participação dos sujeitos ao longo da pesquisa. Neste sentido, não busco a compreensão do espaço em si mesmo, mas no que cada espaço vivido pelos jovens *gays* oferece de bebidas e como estas afetam a sociabilidade, a afetividade e a orientação sexual desses indivíduos.

Posto isso, no primeiro momento, tratarei da metodologia utilizada na pesquisa e como a Etnografia Participante contribuiu para a compreensão de dados importantes, colhidos ao longo dos momentos em que participei com esses sujeitos dos eventos em que estiveram presentes, além de permitir uma análise mais ampla dos significados dados durante os momentos de diversão, sobretudo no que se refere ao consumo de bebidas alcoólicas e/ou fermentadas.

Num segundo instante, farei uma definição de Entretenimento e sua perspectiva a partir dos jovens com quem participei nos momentos de sociabilidades nos espaços ditos por eles como locais de divertimentos. É na concepção dos sujeitos da pesquisa que os locais e eventos tomam, antecipadamente, a forma de entretenimento a ser consumido ao ponto de ser considerado uma diversão.

E por último, descreverei sobre o consumo de bebidas durante os eventos em que participaram e a sua utilização como catalisador de diversas *performances* durante as festas, tornando, assim, este o objetivo específico do presente artigo: a compreensão da utilização de bebidas alcoólicas e/ou fermentadas como dinamizador da sociabilidade dos jovens gays em eventos da Grande Vitória.

- Os caminhos percorridos e as bebidas provadas

A presente pesquisa tem como objetivo apontar a relação existente entre o consumo de bebidas alcoólicas e/ou fermentadas ingeridas durante os eventos em que jovens gays participaram e a forma como a sua ingestão possibilita uma dinâmica na sociabilidade, na identidade e na orientação sexual dos sujeitos que participaram desta etnografia.

Torna-se provável para alguns, no campo científico, que as pesquisas antropológicas possuam uma íntima ligação apenas nos estudos de sociedades primárias, originárias, pois a facilidade de reconhecimento da cultura alheia seja mais latente, já que as diferenças se tornam mais expressivas e distante do que o antropólogo está acostumado a conhecer. Para esses sujeitos que focam a Antropologia num caminho do completamente diferente de sua realidade, as vivências do cotidiano contemporâneo próximo a si não trazem nenhum tipo de atrativo, pois se observadas de maneira despretensiosa e sem um olhar mais elaborado, as diversas ações realizadas diariamente não possibilitam facilmente a identificação de seus significados e, conseqüentemente, entende-se que ela impede a oportunidade de compreensão da realidade dos sujeitos nupérrimos.

Então, nesta formalidade epistemológica, se concentra a busca por determinações explicativas que estão mais voltadas para os modelos matemáticos e padrões formais,

onde se definem uma explicação fechada para o comportamento dos fenômenos culturais; a essa não se adequam as pesquisas etnográficas (OLIVEIRA, 1995). Realizar um trabalho antropológico é, todavia, um labor onde se impera a concepção de que a percepção dos fenômenos culturais não podem se imersos em uma explicação aprisionada em paradigmas inflexíveis.

Contudo, embora aparente que a Antropologia tenha uma certa incapacidade de estabelecer explicação determinante sobre os fenômenos culturais (OLIVEIRA, 1995), essa concepção não observa amplamente a maneira de análise em que se debruça os antropólogos e etnógrafos, ao buscar explicar a complexidade dos significados culturais de uma sociedade ou indivíduo. Sob uma outra perspectiva, o pensamento antropológico possibilita uma abertura para numerosas interpretações de um mesmo objeto, onde, possivelmente, a concatenação das diferentes descobertas acaba por completar uma à outra. De modo que, a exemplo de um quebra-cabeça, todas as peças possibilitam compreender melhor a figura a ser formada, cada uma em sua respectiva parte.

É nesse efeito da não-contraditoriedade das teorias acerca da cultura que a Antropologia melhor se encontra e se adapta (OLIVEIRA, 1995). O infinito leque de pensamentos encontrados nos diversos métodos investigativos que dialogam dentro do universo antropológico movimentam a produtividade e mantém a vivacidade das produções científicas que abarcam os fenômenos socioculturais. Por este motivo, a utilização do método etnográfico na narrativa desse artigo vem, justamente, possibilitar uma abertura para outras interpretações do mesmo fenômeno, que se altera no tempo e se mobiliza, por se tratar de entretenimento, em diversos espaços cambiantes nos signos e símbolos apresentados pelos sujeitos naquele momento.

As coisas consumidas pelo seres humanos são significadas pelo mesmo. Segundo Appadurai (2008, p. 89), elas acabam recebendo predicamentos de acordo com a sua utilização contextualizada, seja sendo chamada de mercadoria ou no âmbito cultural, na segunda conjuntura o valor não é estabelecido financeiramente, mas sim através de importância atribuída a ela por meio dos indivíduos que compõem determinada sociedade na qual ela está inserida.

Então, ao utilizar a Etnografia como o método para a compreensão da expressão da identidade de jovens gays através da sociabilidade e do consumo de espaços de divertimentos, parti do princípio que o acompanhamento participativo junto a essas pessoas poderia me fornecer elementos importantes para a construção da lógica de consumo e o quanto essa ação de aquisição (ou utilização) de um produto impactava na demonstração da sexualidade desses sujeitos.

Dado que, conforme dito anteriormente, consumir é dar significado ao produto que se utiliza dentro de um contexto (APPADURAI, 2008), os espaços, produtos e a sociabilidade que ocorrem durante os eventos não existem por si mesmo como diversão, eles somente aparecem como tal a partir do significado que os sujeitos desta etnografia determinaram para si mesmos como sendo entretenimento, festa ou divertimento. Então, ao participar junto a esses jovens de seus momentos de entretenimento me possibilitou encontrar algumas nuances de suas manifestações enquanto jovens gays e relatá-las através de uma etnografia que contemplou não somente a demonstração do consumo como expressão da identidade de indivíduos, mas, também, as suas individualidades no que concerne expressão de gênero e orientação sexual.

Os espaços ambientados, que eram considerados como locais para diversão, foram apontados pelos próprios jovens, conforme seus pensamentos, sentimentos e circunstâncias adversas que, num jogo dinâmico, requer combinações variadas entre vestimentas, questões monetárias, deslocamentos, ambientação, músicas, e demais circunstâncias, para ser considerado um entretenimento possível de ser consumido ou vivido. Ou seja, um local só possui real sentido como espaço para sociabilidade e consumo de entretenimento se o valor moral estabelecido pelo sujeito o construir dessa maneira, apontando, então, que no ato de consumir um produto ou serviço, o indivíduo insere um valor moral para que ele realmente tenha sentido (APPADURAI, 2008).

Por isso, o método etnográfico utilizado não tratou de uma visão unilateral, fechada e com paradigmas pré-definidos. Ao contrário, a etnografia esteve a todo momento buscando compreender o consumo de entretenimento pela perspectiva dos jovens gays e a maneira como eles significaram a aquisição dos produtos e serviços em cada momento que assim o fizeram. Ainda sob esse aspecto, mesmo que existisse um

fundo mercadológico na construção dos espaços e produtos oferecidos, esta etnografia tentou demandar por um outro caminho, a cultura de significados culturais dos indivíduos, alterando o sentido monopolizado de oferecimento dos serviços e produtos por parte do mercado de entretenimento por oferecimento dos mesmos de acordo com as necessidades demandadas dos sujeitos que buscaram o acesso aos itens desejados.

Para uma pesquisa antropológica realizada a partir de um método etnográfico participante, fica extremamente inviável querer entender, compreender e retratar de maneira longínqua os acontecimentos. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1995), só é possível concretizar o método etnográfico com a escrita daquilo que foi percebido e compreendido em campo. Entretanto, essa percepção dos significados não se dá de maneira estática, mas ela é um processo que precisa ser vivido. É na vivência em campo que o antropólogo tem o material para analisar, compreender e traduzir de maneira que haja algum sentido no que foi experienciado. Este é mais um aspecto que torna o método etnográfico um campo rico para compreensão das expressões de identidade dos jovens dessa pesquisa, por este motivo utilizado nesta pesquisa.

Acompanhando os jovens durante um período aproximado de dois anos, foi percebido que eles estiveram participando dos mesmos eventos em diversas ocasiões. Este fato não impediu que houvesse a criação diversificada de significados com base em experiências individualizadas, demonstrando que as relações de consumo estiveram direcionadas pelos sujeitos e não em fatos extrínsecos a eles.

Sendo assim, ao buscar acompanhar e participar juntos desses sujeitos de suas experiências de divertimento, minha tentativa era de criar uma narrativa que acercasse ao máximo uma vivência repleta de significados. Concomitantemente, a experiência vivida também possibilitou a comparação com os relatos feitos pelos sujeitos, almejando encontrar significados que a vivência em si mesma não revelou. O modo como agiam, mesmo sem palavras, os olhares, o andar, os medos, todo o diálogo corpóreo também foi uma forma de demonstração de como perceberam o evento ao que participaram.

Partindo dessa ideia, a maneira interativa estabelecida pelos jovens com as bebidas servidas durante os eventos, tornaram-se fonte de análise com profícuos significados,

possibilitando compreender que as elas foram extremamente relevante ao serem cogitadas, por eles, na ideia de participação em algum evento.

- O lazer, o entretenimento e a diversão

Uma vez entendido que a etnografia participante foi o método encontrado para dar direcionamento nesta pesquisa, faz-se necessário entender o conceito de Entretenimento utilizado, já que é nessa perspectiva de eventos realizados em espaços e o uso de bebidas alcoólicas ou fermentadas que dão contextualização a diversas formulações e explicações para aquilo que se entender como um momento de diversão. E essa conceitualização e contextualização é extremamente importante, pois foram nesses momentos que se encontraram os jovens, que podemos realizar as análises dos significados dados por eles.

O fenômeno que conhecemos como individualidade teve no período moderno o seu processo de ascensão e solidificação epistemológica, segundo Luiz Flávio Neubert (2010, p. 277). Outro conceito que também surge nesse momento, atrelado à ideia de Indivíduo é a Liberdade, que surge num contexto de Revolução Industrial, mais voltada ao aprisionamento do homem ao trabalho sem a possibilidade de usufruir de tempo para o Lazer (NEUBERT, 277, p. 278). Sendo assim, para o período moderno, a noção de liberdade está ligada, também, ao entendimento do que é o Trabalho, já que a possibilidade de divertimento estaria ancorada à concepção de tempo livre para se divertir.

Portanto, a atividade laboral em plena Revolução Industrial tinha como uma de suas características a generalização da atividade do trabalho aos indivíduos que estavam todos ligados à um mesmo sistema de produção, a individualidade surge neste contexto ao iniciar término da jornada de serviço, onde cada sujeito poderia escolher para si os momentos de ocupação para o tempo livre (NEUBERT, 2010, p. 282). Nesta visão, a perspectiva de divertimento por parte dos indivíduos é construída por meio de uma subjetividade. Nela contém a capacidade de dar sentido ou valor a aquilo que se entende por diversão, festa ou lazer.

Outro autor que nos ajuda no entendimento sobre o consumo a partir de perspectivas subjetivas é Daniel Miller (2007). Ele compreende que o consumo de todas as formas, ao longo do processo histórico da humanidade, contribuiu para que houvesse o entendimento negativo da ação consumidora. Para ele, as afirmações e as definições conceituais dos escritos acadêmicos não permitiram a observação de pontos positivos, uma vez que associaram a essa ideia o conceito de consumo de massa (2007, p. 34). Nesse molde que beira a essencialidade moralista e antimaterialista (MILLER, 2007, p. 36), a possibilidade de indivíduos livres e capazes de criar suas vontades consumidoras não são vistas como prováveis existentes.

Ao contrário do ato de consumir, a produtividade é fonte de criatividade (MILLER, 2007, p. 35) e é dela que surge a manifestação da subjetividade humana, porém, dentro da concepção de consumo de massa, perde a sua função, já que o ato de consumir está muito mais associado a deteriorização dos objetos e foi mais discutido e conceituado ao longo do tempo. Entretanto, é nesse ato de construção das coisas que o ser humano é capaz de criar possibilidades de manifestação de seus desejos por algo que queira consumir.

Colin Campbell (2006) defende que a ação consumidora não pode apenas ficar restrita a uma condição de compra e uso de um bem qualquer. As necessidades humanas estão para além dessa concepção criada para sujeitos consumidores, ela estabelece uma conexão entre o ato de querer algo e o ato de desejar algo (CAMPBELL, 2006, p. 48). O “querer” e o “desejar” são permanentemente associados por meio das emoções que permeiam os sujeitos consumidores, pois são as sensações emocionais que injetam nos sujeitos a vontade de adquirir tão bem ou serviço.

Essa possibilidade de experimentação do consumo a partir das emoções dos sujeitos, permite que seja desagregada a concepção de um consumo massificado, evitando a ideia de estabelecimento direcionado por classe social ou gênero. É o indivíduo que, por si só, dentro de suas emoções, dirige seus desejos para almejar algum bem ou serviço (CAMPBELL, 2006, p. 49).

Portanto, quando retratado o consumo de momentos e espaços de lazer, divertimento e entretenimento, estamos tratando de uma construção a partir do sujeitos que, movidos pelas suas emoções, possibilitaram que tais circunstâncias fossem

entendidas como sendo ou não uma forma de distração ou festa para si. Foi na óptica do “querer” e do “desejo” que os jovens construíram a ideia de espaços e momentos como sendo de lazer e entretenimento. Assim, as festas que eles frequentaram ou os momentos em que apenas se dispunham a caminhar pela orla da cidade, tinham um sentido de diversão, momento em que a subjetividade criadora, movida pelas emoções pessoais, elaborassem o sentido de festa.

As emoções criam, segundo Campbell (2006, p. 48), uma dinâmica que possibilita a sociedade funcionar de maneira a querer sempre atender as demandas do consumidor, proporcionando a ele a oportunidade de acessar, por diversas vias, o consumo de tais desejos criados pela sua subjetividade. Ou seja, a sustentação da sociedade é a individualidade consumidora que, conforme o pensamento de Campbell (2006), se pauta nas emoções dos indivíduos.

Nessa mesma vertente, diferencia-se os conceitos de **necessidade** e **vontade** do consumidor. Para Campbell (2006, p. 49), o primeiro está associado a acessibilidade imediata de um bem ou serviço, por exemplo, a necessidade de comer algo e o acesso à comida. E o segundo sugere a existência de uma subjetividade, onde mesmo quando sente fome, você opta por este ou aquele alimento. Sendo assim, os “outros podem lhe dizer sempre de que você precisa [...], mas ninguém, a não ser você mesmo, está em posição de decidir o que você realmente deseja” (CAMPBELL, 2006, p. 49).

Portanto, no que concerne a ideia de entretenimento preterida neste artigo, a sua construção se dá a partir das emoções e vontades individuais, onde os espaços de divertimento e o consumo de bens e serviços escolhidos pelos jovens desta etnografia foram assim caracterizados por eles, a partir dos seus desejos de fazerem daquele momento, ou espaço, um período de festa, de animação. Sendo assim, o consumo de ambientes considerados espaços de lazer por parte desses sujeitos foi constituído por meio da subjetividade de cada um.

Essa mesma subjetividade, que expõe as emoções ao longo das experiências vividas a partir do consumo, ficou ainda mais nítida e mais expressiva quando associada a isso se fez presente o consumo de bebidas alcoólicas como agentes não-humanos, que direta ou indiretamente, proporcionou a cada um deles performar a identidades

de gêneros e sexual, originando um *ranking* das melhores festas de acordo com o grau étlico que cada um experienciou durante os eventos participados. Quanto a esse consumo de álcool e as *performances* tratarei no capítulo seguinte.

- Catalisando as emoções étlicas

A utilização de agentes não-humanos como catalisador na construção da identidade e/ou orientação sexual de jovens gays em eventos ocorridos na região metropolitana do Espírito Santo foi um diferencial na percepção do consumo de coisas e serviços durante as festas em que eles participaram.

Pensar uma festa ou evento, seja familiar ou empresarial, um dos componentes que vêm a mente de muitas pessoas são as comidas e as bebidas. Eles são elementos que estruturam o imaginário celebrativo e sem eles, provavelmente, poderia se pensar que não houvesse festa. Entretanto, a festa vivenciada pelos jovens gays desta etnografia diferencia-se desta qualificada pela maioria das pessoas, pois apenas o elemento chamado bebida é que precisa ser partícipe fundante para que o evento seja realmente considerado bom. É uma obrigatoriedade o álcool. A comida não aparece como elemento principal dos eventos e, na maioria dos eventos, nem é lembrada por eles.

Um exemplo disso é a forma como Thiago ansiava em participar de algum evento, já que esteve privado do consumo de álcool por um período de 8 dias, pois estava fazendo uso de antibióticos. Em uma de nossas diversas conversas pelas redes sociais digitais, ele expressou que estava “sedento de macho e de álcool”. O prazer como constitutivo da vivência humana e suas experiências, pôde ser encontrada nessa fala de Thiago. O jovem construiu, em uma mesma frase, a equiparação entre a atração sexual e o consumo de bebida alcóolica, tornando assim, a possibilidade de obtenção do prazer, por parte dele, tanto nos encontros sexuais com outros rapazes ou com a bebida alcóolica.

Ora, uma vez que o consumo está ligada diretamente aos desejos dos sujeitos consumidores (CAMPBELL, 2006), pode-se chegar, então, a ideia de que um evento é buscado pelos indivíduos, na mesma proporção que estes espaços festivos

oferecem a satisfação dos desejos individuais de consumo, no caso do Thiago, o álcool e os homens. Sendo assim, na busca pela satisfação do desejo de consumo do álcool, Thiago possibilita a perceber que a cultural material auxilia na compreensão da expressão dos sujeitos e na sociabilidade que ela possibilita que ocorra (RIBEIRO E VIANNA, 2009, p. 416).

Na materialidade do consumo do álcool ficou mais evidente a possibilidade de compreensão da maneira que, externamente, o consumo de bebidas alcólicas permitiu a percepção dos meios de buscas por eventos que oferecessem determinados tipos de bebidas. Também foi possível entender como a ingestão alcóolica mobilizou uma sexualidade fluida, retirando os rótulos fixados e estabelecidos pelos próprios sujeitos de maneira objetiva e fechada, antes de estarem avinhados. Nesta ordem, o consumo de bebidas alcólicas possui, portanto, duas formas de análise: externa, que tange o desejo dos indivíduos de buscarem determinados eventos festivos; interno, quando mobiliza uma nova nuance da sexualidade dos consumidores de bebidas alcólicas e fermentadas, pois age nas “estruturas psíquicas e emocionais dos indivíduos que dela fazem uso” (BERTOLI, 2019, p. 133).

Essas duas maneira de observar o consumo alcóolicos nos eventos vivenciados nessa etnografia demonstra que a maneira como o álcool interage na sociabilidade e na construção da identidade dos indivíduos dentro dos momentos festivos, pode ser assemelhado ao que Malinowski percebe no aspecto cultural do *Kula* (MALINOWSKI, 1976, p. 18). Para o antropólogo clássico, o *kula* é um sistema comercial repleto de significados determinados pelos nativos trombianese.

Tal é a importância desses significados na vida dos nativos que utilizam esse sistema comercial, que o *kula* acaba permeando as estruturas das relações, ideias, desejos, ambições e vaidades (MALINOWSKI, 1979, p. 18) da sociedade em que se encontram. Realizando uma comparação entre as observações do *Kula* e o consumo de bebidas por parte dos jovens gays desta etnografia, é possível realizar um paralelo, apontando a bebida como um objeto de consumo que também adentra nas estruturas de vivências dos jovens, provocando suas relações sociais entre seus pares e o seu entorno a partir das emoções catalisadas pelo álcool e a revelação das identidades sexuais não demonstradas de maneiras sóbrias.

A minha participação nos eventos de entretenimentos juntos aos jovens gays, pode apontar alguns aspectos da maneira como a identidade sexual era demonstrada e experimentada nos locais tidos pelos jovens como espaços de divertimentos, tendo o álcool um dinamizador externo do divertimento. E convivendo durante meses com esses jovens e os acompanhando para diversos ambientes, esses locais puderam ser compreendidos como recinto de construção da identidade dos jovens. E os lugares em que se fizeram presentes, o consumo de bebidas alcoólicas tem sua principal referência como parte do divertimento e não algo a ser consumido de maneira indistintamente, pois ela não foi uma ação simples e despreziosa.

O consumo de bebidas alcoólicas é matéria para compreensão da maneira como determinadas sociedade realizam seus atos sociais, conforme atesta Ott e Pereira (2010). Para chegar a esse entendimento, eles estudaram a maneira como a comunidade dos Tenharim fazem uso da bebida fermentada e como ela está relacionada a concretização do gênero masculino, a partir de um ritual de passagem da fase infantil para a fase adulta. Portanto, essa associação entre beber e performar a masculinidade só é possível ser compreendida, quando temos a ação de consumo de bebidas fermentadas como um ato social (OTT; PEREIRA, 2010, p. 958).

Outro fato que chama atenção na pesquisa sobre “O processo de alcoolização entre os Tenharim das aldeias do rio Marmelos”, desenvolvido por Ott e Pereira (2010), é o fato da bebida alcoólica ter sido introduzida no meio da comunidade Tenharim após a construção da Transamazônica, possibilitando aos indígenas o acesso ao dinheiro e aos produtos fornecidos pelos caminhoneiros e comércio viandante. Com a possibilidade de acesso às mercadorias, a cachaça acabou sendo um dos principais itens consumidos por eles, que de início não traziam nenhum tipo de regras e moralidade para seu consumo, tratando apenas de uma maneira de trazer descontração, extroversão e maior sociabilidade entre eles (Ott; Pereira, 2010, p. 959).

Em muitos momentos, tanto Adson, César e Thiago, trataram a bebida como uma forma de introdução ao ambiente de divertimento, utilizando-a anterior a ida a algum evento, com a mesma finalidade inicial dos Tenharim.. Esse tipo de situação era chamada por eles de **social** ou **esquenta**, momento que antecede a ida para o lugar específico onde ocorreria uma festa, reunindo-se com amigos e bebendo para chegar

até o evento já com esse processo de descontração, relaxamento e viabilidade na comunicação e interação com demais pessoas.

Durante o processo da etnografia participante, tive por muitos momentos a possibilidade de ser questionado pelos jovens acerca do meu não consumo de bebidas alcoólicas. Eu não faço uso desses produtos destilados ou com algum tipo de teor alcoólico e isso afetou diretamente a maneira como os nativos percebiam a minha presença durante os eventos. E dois grandes questionamentos deles foram sobre estar disposto a festa inteira apenas bebendo água e dançando junto com eles na mesma animação de alguém que está metabolicamente alterado pelo consumo de bebidas. Essas perguntas foram demonstrações efetivas da maneira como as bebidas consumidas por eles estão associadas à experiência do divertimento.

Quando em contato com os melanésios, Malinowski (1973, p. 23) se viu questionado por eles, quando a execução dos rituais não eram feitas de maneira adequada pelo antropólogo ali presente. De alguma maneira, ao não utilizar bebidas alcoólicas para introdução ao mundo do divertimento, passei a ser questionado pelos jovens da pesquisa, demonstrando que ainda não estava conectado a eles de uma maneira mais próxima através da ação de beber. Minhas aproximações fora feitas por outras vias, porém, isso não impediu a percepção de que há uma organização e sentido muito bem desenhado entre eles para que a bebida tenha sentido e significado ao longo das festividades. Ela possui uma ordem e um logicidade muito bem definidas (MALINOWSKI, 1973, p. 23).

Para além do consumo desses líquidos alcoólicos, as bebidas também se tornaram em alguns momentos uma moeda de troca ou presentes que estabeleciam contratos entre os que assim faziam entre si. Seja de maneira a criar vínculos entre os participantes dos entretenimentos, seja como forma de pagamento por prestações de serviços ou ajudas realizadas em momentos anteriores ao evento. A cumplicidade e conexão afetiva entre os sujeitos acontece por meio da compra e compartilhamento das bebidas a serem consumidas. Por diversos momentos, quando alguém do grupo em que se faz presente um dos jovens não possui dinheiro, a compra é feita por um dos membros e compartilhado entre eles, para que ninguém fique sem aproveitar a festa sem estar bêbado ou levemente embriagado.

Outra forma em que a bebida aparece nos eventos, como dito anteriormente, é que ela se transforma em uma moeda de troca. Ocorreu um evento intitulado “Baile da Serei@”, cuja a motivação era escolher alguém que pudesse ser escolhido como rainha do baile da Serei@. O vencedor desta festa foi o Adson, que tem como *alter-persona* a drag Lohaynne Wilker. Certamente, ele venceu o concurso de maneira idônea, sem nenhum tipo de ferimento ao regimento do evento. Porém, acompanhando a Lohaynne Wilker ao longo da festa, pude perceber que os acontecimentos que deram a ele a vitória, foram baseados em muitas trocas de diálogos entre os principais concorrentes, gerando quase ao término da escolha, a desistência de alguns deles, permitindo que Lohaynne concluísse com mérito o desfecho de Rainha do Baile da Serei@ 2017.

Como retribuição à desistência das demais candidatas, Adson ofereceu bebidas gratuitas às mesmas, pagando a elas com o prêmio de cem reais a ser consumido no dia da festa. Entre olhares e muita conversa com as outras participantes desistentes, percebia-se que havia um agradecimento pelo abandono da prova ao mesmo tempo em que selava, ali, uma espécie de pagamento “serviço oferecido”, ou seja, um contrato firmado entre o ganhador e os desistentes.

Marcel Mauss (2003, p. 187-188), em seu livro *Sociologia e Antropologia*, estabelece que as trocas de presentes em diversas sociedades se dá de maneira livre e gratuita, porém, observa-se que isso é de alguma forma, obrigatório e possui determinados interesses por detrás dessa ação de presentear. Curioso eu estava em saber os motivos que levaram o Adson a pagar bebidas para os concorrentes, por isso, eu perguntei. A resposta foi bem sucinta e direta: “ele me ajudou a ganhar, ao desistir do concurso; não custa nada dar algo a ele em troca”. Para Maus (2003, p. 188) esse presente que, aparentemente, é desinteressado, possui em seu âmago uma espécie de “obrigação e interesse econômico”.

E outro momento, o jovem Adson, buscou conciliar uma dificuldade econômica em que se encontrava um amigo que desejava ir ao evento, ele estava sem dinheiro para pagar a entrada e os consumos de produtos e serviços oferecidos pelo local. Essa pessoa estava devendo cinquenta reais a Adson, que imediatamente disse que não precisaria pagá-lo por enquanto, podendo utilizar o dinheiro para ir ao evento em questão. O gesto de adiamento da dívida contraída pelo amigo junto a Adson

aparentou ser uma ação fraterna e bondosa, todavia, neste gesto de prorrogação do pagamento, sendo uma dádiva para o amigo, torna-se, imediatamente, uma questão contratual duplamente realizada: primeiro, a dádiva bondosa de um amigo que auxiliou o outro a ir à uma festa, tornou-se a lembrança factual de que devia um favor ao outro; segundo, a dependência do amigo que deveria saber que ele só esteve na festa pela oportunidade de não pagamento da dívida, tornando-se, assim, controlador do divertimento do outro.

Para Mauss (2003, p. 190-191), poderia-se falar em trocas econômicas entre os sujeitos, entretanto, essa materialidade não está em questão para o antropólogo. O que se observa são as ações decorrentes não de indivíduos, mas de um grupo coletivo que se expressa diante da troca, do contrato e da moralidade inscrita nessas dádivas. Assim, não é o valor financeiro estabelecido na participação dos eventos que é o objeto de observação por si só, mas é a relação afetiva, os momentos de festas proporcionados e os laços existentes entre as pessoas que contam no contrato realizado através da dádiva recebida.

Nessa recorrência da dádiva, os poderes estabelecidos entre os sujeitos se mostram de maneira mais explícita entre eles, através do consumo.

- As festas e os atrativos alcoólicos

A participação em atividades festivas ou que são consideradas e construídas pelos jovens como espaços e momentos de entretenimento são repletas de ações, palavras, sociabilidades e flertes que, por vezes, são mobilizados pelo grau alcoólico de cada nativo e, em outros momentos, são espaços atrativos pelo valor de cada bebida ou promoção que ocorrerá durante o evento. Essas ações coordenadas, como uma espécie de ritmo estabelecido para se obter uma festa, se assemelham aos rituais religiosos, com liturgia prévia a ser seguida, pois cada ação possui um significado para aquele grupo que vivencia a experiência da diversão.

A concepção de analogia entre o entretenimento desses jovens gays e as ações litúrgicas ritualísticas se dá pela compreensão de que a liturgia para a Igreja Católica Apostólica Romana, segundo as Conclusões da Conferência de Puebla (1979, p. 307),

se insere numa festividade comunitária, onde um grupo celebra momentos demarcados historicamente como importantes para ele. Sendo assim, também é possível trazer essa similaridade ao festim dos jovens gays desta etnografia, permitindo a apreensão dos significados dados por cada um deles e os signos utilizados e que, em algum aspecto, são gerados a partir do desejo pelo consumo de bebidas alcoólicas ou pelo teor da bebida posteriormente ingerida por cada um deles, reconfigurando os eventos, os espaços e a sociabilidade.

Conforme Ott e Pereira (2010), a utilização da cachaça no início de seu consumo por parte dos Tenharim, na região Transamazônicas, tinha como objetivo o relaxamento e a descontração entre os seus indivíduos, passando, posteriormente, como parte ritualística da passagem para a masculinidade. Diana Marisa Carvalho Agante (2009, p. 30), constrói sua tese sobre o consumo de bebidas alcoólicas em festas acadêmicas por parte dos estudantes, também afirmando que o álcool, além de ser a bebida mais consumida entre eles, é utilizado para melhorar a sociabilidade e a descontração durante os eventos. Segundo ela, as bebidas preferidas são as mais doces e quanto maior o seu consumo, maior é a capacidade desses jovens terem atitudes positivas. Inversamente ocorre com as atitudes negativas, pois os efeitos da ingestão excessiva de bebidas alcoólicas, informa Agante (2009, p. 30), tende não ser considerada um malefício, por isso o consumo elevado.

Então, o consumo de álcool em grupos ou entre amigos durante os eventos festivos sugere a compreensão de um pertencimento aos que estão fazendo parte daquele momento. Este fato se relaciona com os questionamentos feitos por eles à minha pessoa, quando souberam que eu não fazia uso de nenhum tipo de bebida que pudesse conter algum teor alcoólico. Logo, a bebida era um caminho viável de acesso àquele grupo e promovia a sociabilidade e o espírito de pertença junto a eles. Essa capacidade de integração ocasionada pela ingestão de bebidas com algum teor alcoólico, estabelecendo vínculos momentâneos com desconhecidos e conexões afetivas entre os indivíduos *sui generis*, pode ser entendido como uma liturgia de comunhão.

A bebida consumida pelos jovens teve como principal característica a capacidade de dar sentido aos eventos em que eles participaram. Ela, de alguma maneira, foi o catalisador das emoções permitindo a constituição de laços fraternos ou

relacionamentos fugazes, operando sobre o desejo e, conseqüentemente, na concepção do que é o Entretenimento. Ou seja, para se ter festa, é preciso ter bebida - muita bebida! (Agante, 2009, p. 32). Assim, na visão dos nativos, a festa não aconteceu para mim, pois não estava inserido na liturgia do álcool e, de certa maneira, tornava-me um corpo estranho para eles.

Para os jovens gays desta etnografia, uma festa só podia ser considerada realmente proveitosa se a quantidade de álcool fosse consumida ao máximo. E na medida em que essa ingestão foi realizada, mais foi exposto um sentimento libertário, cuja expressão se deu na demonstração da identidade sexual de cada um dos participantes. Na mesma medida em que bebidas, sejam elas confeccionadas por meio da fermentação ou o destilamento, são utilizadas em diversos rituais religiosos, na pretensão de união ao transcendente, também para os jovens gays, essa utilização da bebida esteve intencionalmente voltada para a tentativa de aproximação do outro, possibilitando que os espaços ocupados para o divertimento fossem (re)formatados conforme seus desejos aguçados pela situação ébria, além de permitir que os jovens tivessem maior liberdade de expressão de suas identidades e orientações sexuais.

Houve uma potencialização dos sentimentos com o auxílio do álcool, que permitiu, mesmo na rotineira execução de músicas em todas as festas e os mesmos ambientes, fossem aproveitadas pelos jovens de modo que pareceram estar pela primeira vez ouvindo as mesmas músicas e nos mesmos espaços.

Um outro ritual que se pode usar como analogia aos eventos regados de bebidas alcoólicas consumidas pelos jovens gays desta etnografia é o Daime. segundo Rehen (2007, p. 181), o Santo Daime é uma religião que surge na Floresta Amazônica e que seus integrantes utilizam uma substância psicotrópica nos rituais religiosos, cujo nome é Ayahuasca-Santo Daime. Além da utilização dessa bebida, os rituais são regados de músicas. Assim, é possível realizar esse efeito comparativo, pois também nos eventos em que participei com os jovens gays, haviam a alteração psíquica por meio da bebida e músicas que foram cantadas e dançadas por eles.

A começar pelo repertório que se ouviu durante as festas em que participaram Adson, César e Thiago, muito claro é o domínio do gênero musical *funk* carioca. Um dos motivos pelo qual esses jovens gostavam deste ritmo, foi o fato de que ele tem batidas

graves fortes e cadenciadas, permitindo que eles pudessem dançar e “rebolar a raba até o chão”, como disse Cézár, ao tentar explicar que tipo de música ele preferia ouvir nos eventos em que participava. Também ficou muito claro a preferência por esta música carioca, uma vez que ao ouvirem as batidas das canções, eles freneticamente dançavam, gingavam seus quadris como se não possuíssem ossos, formando um quadrado imaginário no ar.

Não somente estes três jovens pareciam ter essa preferência. Durante as execuções desta toada compassada, as pistas ficavam repletas de pessoas que surgiam de lugares mais diversos. Num determinado momento, ouvi um grupo de rapazes dizendo precisar irem ao banheiro. Estando eles a caminho, a música que tocava numa das festas, conhecida como Pula Catraca, mudou para o *funk*, e imediatamente eles mudaram curso direcionado aos *toallets*, voltaram para a pista de dança, esqueceram de suas necessidades fisiológicas ou controlaram a vontade e passaram a executar movimentos com o quadril de fazer inveja a qualquer boneco de mola, na minha percepção de não dançarino.

Também nessas horas era o momento que a pista de dança mais ficava repleta de pessoas, permitindo movimento apenas de passos simples, um balançar de pernas, uma pequena marcação do ritmo da música com as mãos. Mesmo com tantas pessoas num mesmo espaço e o choque constante das pessoas esbarrando, foi mantida a empolgação, o respeito e a unidade entre os indivíduos, que cantavam numa só voz, sobretudo, o refrão das músicas. Isso remete ao que trata Rehen (2007, p. 184), quando caracteriza um momento do ritual daimista, dizendo que eles cantava, uníssonos os cânticos religiosos. Os cantos se tornam tão mais intensos e em volumes vigorosos com o passar da noite e com a quantidade de bebida sendo ingerida.

Rehen (2007, p. 185) também configura que o ritual do Santo Daime possibilita que as canções sejam produzidas pelos próprios participantes da religião, porém, elas somente legitimadas com o auxílio da bebida de Ayahuasca-Santo Daime. O chá produz sentimentos de maior intensidade, permitindo vivenciar o ritual litúrgico de maneira profunda, ocasionando uma proximidade com o transcendente. Se o que antecede o ritual daimista é uma introspecção com relação aos sentimentos, após o uso da bebida psicotrópica, as emoções são externalizadas em uma máxima potência,

permitindo a validação das canções proferidas pelo grupo e o sentimento de unidade entre os que se fazem presentes no culto (REHEN, 2007, p. 185).

Não obstante a essa experiência ritualística, também é possível encontrar uma determinada semelhança com os ambientes festivos frequentados pelos jovens gays desta etnografia. Inicialmente, as performances e as socializações nos ambientes e com as pessoas foi feita de maneira tímida e restrita ao grupo a quem pertenciam. Nesta restrição, as danças não apareciam de maneira efusiva, podendo apenas perceber que estavam buscando seguir o ritmo da música pelo balançar dos corpos discretamente, parecendo querer aquecer o corpo para o resultado final de uma noite cheia de entusiasmo. Até o presente momento a bebida não tinha feito o efeito necessário para a descontração ocorrer de maneira efetiva. Havia um cuidado com a preservação da imagem a ser transmitida aos que se faziam presentes no mesmo ambiente.

No decorrer do tempo, os primeiros passos dentro do ambiente se dá pela busca das bebidas a serem consumidas. É a partir dessa consumação que o processo de desenvoltura e desinibição passa a ocorrer de maneira lenta, mas gradual. Os efeitos da ingestão do álcool começam a ser percebidos quando os passos de danças estão mais elaborados e os movimentos de balanço dos quadris em forma de círculos, revezando com o deslocamento em forma de desenho de um quadrado no ar, passa a ser mais visíveis entre os que estão dançando.

Esses movimentos só são dispensados quando a alternância entre círculos e quadrado modificam-se para movimento para cima e para baixo com as nádegas, mexendo apenas a cintura, deixando todo o corpo paralisado, sendo sustentado o corpo pelas mãos apoiadas nos joelhos. Não somente essa ação dos jovens iam se alterando, mas o ambiente também tomou novas dinâmicas de convivência e de ocupação. No caminhar da festa, as pessoas chegavam e ocupavam um mesmo espaço destinado para a dança, na mesma proporção o consumo de bebidas alcoólicas vendidas crescia, tornando o ambiente constituído de indivíduos dançantes, animados e desinibidos.

Nesta constatação foi possível perceber que houve uma progressão equivalente entre dançar e consumir álcool. E na equivalência entre ambos, ao chegar no máximo do

teor alcoólico, até as músicas mais lentas acabam sendo levadas pela emoção, que já não importa mexer os quadris, mas sentir o que se ouve, como num transe ou em um momento de catarse (REHEN, 2007, p. 185). Neste momento, já não há busca por olhares de aprovação ou reprovação, o momento é de sentir a música tocando e o corpo sendo envolvido pelas batidas estimulantes do ritmo compassado. Com os olhos cerrados, buscam a sensação interior, um lugar subjetivo de percepção das emoções e extravasamento de seus sentimentos mais íntimos.

Para Rehen (2007, p. 196), dentro da religião do Santo Daime há uma distinção entre o conceito de música e o de hino. As músicas são feitas de forma pensada, criada pelo compositor sem estar sob o efeito do Ayahuasca não podem ser consideradas hino, já que esses são produzidos a partir de uma interiorização, sem a racionalidade operando na construção dos cânticos (REHEN, 2007, p. 188).

Essa interioridade ou a capacidade de ser direcionado por uma emoção que sobrepõe a racionalidade ou ações conscientes, também foi expressada durante o consumo de álcool pelos jovens gays. A consciência de seus atos ficou comprometida pelo teor alcoólico no organismo, permitindo que eles pudessem se expressar de maneira livre, expondo seus sentimentos e emoções fossem demonstrados através de suas danças e cantorias.

Sob o efeito do álcool, as emoções não possuíam nenhum controle ou não tinham o objetivo de querer controlá-las. A cada música que mexia com a emoção dos participantes dos eventos, gritos de felicidade eram emitidos. Thiago, por exemplo, constantemente chamava as suas canções prediletas de “hinos”, em referência à músicas que produzissem nele uma certa emotividade.

Não obstante a essa realidade de produção emotiva nos jovens gays desta etnografia, também é importante salientar, dentro de ritual litúrgico do álcool, que ele é um iniciador das sociabilidades do grupo ou de alguma pessoa. Segundo Cancela e Reis (2011, p. 7), as bebidas alcoólicas são utilizadas pelos jovens de Belém, capital do Pará, como um estimulante na aproximação entre as pessoas. Sendo assim, é possível entender os motivos que levaram os três jovens a realizarem algum tipo de evento, anterior à ida para o local escolhido. Assim chegariam mais animados e não passariam pelo ritual de aquecimento dos movimentos do corpo dentro do recinto.

Mas é importante salientar que este pode não ser o único fator recorrente do uso de álcool antecipadamente ao evento principal. Por vezes, os jovens consumiram bebidas por não terem dinheiro suficiente para consumir uma quantidade de bebidas dentro do espaço de entretenimento, provocando a compra da mesma em supermercados e bebendo em casa, havendo uma economia neste consumo caseiro. Porém, não é possível negar que, mesmo sendo consumida em um outro espaço por motivos financeiros, no fim, o objetivo foi o mesmo, buscar alteração psíquica promovida através do teor de álcool no organismo e chegar na festa mais animado.

CONCLUSÃO

O consumo de bebidas alcoólicas nos espaços tidos como entretenimento pelos jovens gays desta pesquisa, permitiu que houvesse sociabilidades diversas entres os jovens e as pessoas que ocupavam e se divertiam naquele ambiente em que estavam presentes. Sztutman (2003, p. 3) diz que os rituais são importantes para a organização do sujeito em relação a sua experiência no mundo. Torna-se, portanto, um caminho de diálogo e aproximação das diferenças existentes entre os indivíduos (e o mundo) e não possíveis de negação. Ao entrar num rito, o sujeito passa a compreender que o esfacelamento das relações humanas ou não-humanas podem ser impedido. E nessa ritualidade do consumo de bebida alcoólica, seja antes, durante ou depois dos eventos que promovem o erguimento da própria diversão, pois acaba provocando a unidade tão esperada nos eventos litúrgicos-ritualísticos. As pessoas tornaram-se diversas e aceitas como realmente são, uma vez que é a partir do álcool que a conectividade aconteceu para além da seletividade fenotípica.

Não importou as circunstâncias que levou a todos participarem de um determinado evento. Não teve relevância os acontecimentos que se deram ao longo dos encontros entres esses sujeitos: esbarrões, derramamento de bebidas da roupa de desconhecidos, empurra-empurra durante as músicas. Essas situações foram ignoradas para deixar acontecer a unidade provocada pela universalidade das emoções provenientes do consumo de bebidas alcoólicas. Beber, segundo Sztutman (2003, p. 7) é demonstrar-se alegre, descontraído. Essa demonstração de

sentimentos positivos, com o auxílio do álcool, foi constatado a partir das danças e das canções emitidas por Adson, César e Thiago.

A unidade era tão perceptível, que os três jovens, em diversos momentos, dançaram com pessoas aleatórias, como se fossem conhecidas de longos anos, tal era a unidade do ambiente e a possibilidade de interação entre as diversas subjetividades no mesmo espaço. Assim, a bebida torna-se um importante dínamo nas possíveis interações entre os sujeitos. Associada diretamente a essa capacidade litúrgica e ritualística da bebida alcoólica esteve a música. Esta possibilitou a dissolução das emoções e a expressão da mesma através das danças, elevando os sujeitos a experienciarem as suas mais profundas emoções, tornando o espaço festivo em um verdadeiro espaço cerimonial, de devoção.

REFERÊNCIAS

AGANTE, Diana Marisa Carvalho. Comportamentos relacionados com o consumo de bebidas alcoólicas durante as festas académicas nos estudantes do ensino superior. **Dissertação** (Mestrado em Saúde Pública), Faculdade de Medicina de Coimbra, 2009.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

CAMPBELL, Colin. **Eu compro, logo sei que existo**: as bases metafísicas do consumo moderno. In: *Cultura, consumo e identidade*. 1ª ed. São Paulo: FGV Editora, 2006. p. 47-64.

CANCELA, Cristina Donza; REIS, Ramon Pereira dos. Chegando, estando e saindo: espaços e sociabilidades entre homossexuais masculinos em duas boates gls de Belém, Pará. **Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**, Salvador, 2011.

CONCLUSÕES DA III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINOAMERICANO. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina**, Texto oficial, Puebla de Los Angeles, México, 1979.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1922].

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas em Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n.21, jan/jun de 2004.

NEUBERT, Luiz Flávio. Indivíduo, liberdade e lazer na modernidade. **Sociedade e Cultura**, Goiania, v. 13, n. 2, 2010, p. 277-285.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Antropologia e a crise dos modelos explicativos. **Estud. av.**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 213-228, Dez. 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000300017&lng=en&nrm=iso. Acessado em 25 de out. 2018.

OTT, Ari Miguel Teixeira; PEREIRA, Priscila Peres da Silva. O processo de Alcoolização entre os Tenharim das aldeias do rio Marmelos, AM, Brasil. **Interface Comunicação Saúde Educação**, ano 16, n. 43, p. 957-966, 2010.

REHEN, Lucas Kastrup Fonseca. “Receber não é compor”: música e emoção na religião do Santo Daime. **Religião e Sociedade**, ano 27, n. 2, p. 181-212, 2007.

SZTUTMAN, Renato. Comunicações Alteradas festa e xamanismo na Guiana. Campos, **Revista de Antropologia**, v. 4, p. 29-49, dez. 2003. Disponível em: . Acessado em: 15 mar. 2018.

VIANNA, Catarina; RIBEIRO, Magda. Sobre pessoas e coisas: entrevista com Daniel Miller. **Revista de Antropologia**, USP, v.52, n.1, jan/jul, p. 415-439, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/download/27343/29115>. Acessado em: 20 jan. 2017.

O desconhecimento da técnica, o medo da máquina e o empobrecimento da educação

Elberth de Oliveira Bertoli³⁸
Renatto Possatto Lyra³⁹

RESUMO

O presente artigo busca delinear a construção tecnológica como aparato auxiliar no processo educativo. Através de uma literatura filosófica e pedagógica, o texto transcorre elucidando os caminhos para a adequação humana junto às novas tecnologias, mediante o desconhecimento do funcionamento de processos inovadores no campo educacional. Com isso, fica claro a necessidade de uma formação tecnológica e pedagógica para utilização de instrumentos em salas de aulas e na interação professor-conteúdo-aluno.

Palavras-chave. Tecnologias. Educação. Pedagogia. Cibercultura

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca delinear a construção tecnológica como aparato auxiliar no processo educativo. Através de uma literatura filosófica e pedagógica, o texto transcorre elucidando os caminhos para a adequação humana junto às novas tecnologias, mediante o desconhecimento do funcionamento de processos inovadores no campo educacional. Com isso, fica claro a necessidade de uma formação tecnológica e pedagógica para utilização de instrumentos em salas de aulas e na interação professor-conteúdo-aluno.

Não existe presença da humanidade sem manifestação de sua potencialidade criativa, por isso não há como separar Educação e tecnologia, pois ambas são fundamentais no processo de invenção. Também não existe possibilidade de criação sem a capacidade humana de pensar suas ideias a fim de colocá-las em prática. Portanto, pensar e criar são princípios básicos na vida humana para a realização da aprendizagem. Assim diz Barbotin (1970, p. 183): “o projeto de minha mente é incomensurável com o respeito ao campo de minha mão; a obra pensada, desejada, anunciada ou prometida supera imensamente o meu poder natural”.

³⁸ Graduado em Filosofia, Mestre em Ciências Sociais, Professor de Sociologia e Antropologia na Faculdade Novo Milênio. E-mail: elberth.bertoli@novomilenio.br.

³⁹ Graduado em Direito, Mestre em Ciências Sociais pela PUC/ SP., Coordenador do Curso de Direito, Professor de Noções de Direito, Direito do Consumidor e Direito de Família, na Faculdade Novo Milênio. E-mail:renato.lyra@novomilenio.br.

Com o advento do período moderno, a racionalidade e o ápice da vida inventiva na era da Ilustração (séc. XVII-XVIII) estabelecem para o mundo que o processo da técnica visa a melhoria da relação homem e ambiente e sua condição de existência como dominação da realidade. Segundo David Harvey (1993, p. 23), o progresso foi uma busca incessante e ávida para retirar a ideia do místico estabelecido pelo pensamento medieval. Essa constante busca em “desmistificar e dessacralizar o conhecimento” aumenta a capacidade de enaltecimento do homem enquanto um ser capaz de produção própria, sem intermédio de um dom divino, provocando a busca pela criação científica e o surgimento da possibilidade de progresso humano. Max Weber (2013, p. 13), na introdução de seu livro “A Ética Protestante e o Espírito Capitalista”, ressalta que em diversos lugares no mundo (China, Turquia, Babilônia, Índia, dentre outros), o “conhecimento e observação de grande refinamento existiram”, entretanto, apenas no Ocidente ele alcançou “um estágio tal de desenvolvimento que reconhecemos atualmente como válido”.

Sendo assim, é na Modernidade que o homem compreende que o mundo pode ser possuído tanto fisicamente quanto intelectualmente, gerando o objeto a ser decifrado pelo sujeito. A construção de um saber científico estabelece que a criação humana visa a posse do que é externo a ele e, em consequência a este fato, aquilo que se apresenta fora da humanidade existe para que seja apreendido, tornando-se objeto diante do sujeito. Pier Luisi e Fritjof Capra (2014, p. 31), contribuem nesta análise, afirmando que Galileu Galilei, através de sua ciência, conduz os cientistas para propriedades quantificáveis, e esta característica fundante acabou produzindo “o enfoque nas quantidades” que se estende “para todos os fenômenos naturais e sociais dentro do arcabouço da visão de mundo mecanicista da ciência cartesiana”.

- A técnica e o conflito entre a razão e a criatividade

Conseqüentemente, a concepção dentro do período moderno é a construção social de que aquilo que homem produz em termos de tecnologia tem como objetivo, apenas, apreender a realidade que o circunda. Assim, diz Tânia Quintaneiro (2003, p. 12), é “a crença de que a razão é capaz de captar a dinâmica do mundo material e de que a lei natural, inscrita no coração dos homens, pode ser descoberta espontaneamente vai

ganhando força, deteriorando, aos poucos, os velhos princípios de autoridade - entre os quais os mantidos pela Igreja católica”.

Se observarmos por este prisma, a técnica fica resumida na capacidade do homem em conseguir enxergar a realidade de uma forma tal que o torna capaz de dominá-la. Voltando à análise de Capra (2014, p. 50) acerca de um pensamento cartesiano e sua contribuição para o pensamento científico, o propósito de domar a natureza não ocorre de uma hora para outra, ao contrário, o domínio da natureza se dá ao longo do tempo, na medida em que as “restrições culturais foram desaparecendo” e a “mecanização do mundo se estabeleceu”. Ainda pensa o físico (2014, p. 54) que, a visão mecanicista da natureza transforma o mundo em um olhar rigoroso e determinado, não havendo uma outra possibilidade de transformação, caindo assim, a partir dessa ideia racionalista de que o determinismo do mundo existe apenas para ser encontrado pelo homem. Obtém-se, então, o controle, o cálculo, a exatidão da existência. E tendo tudo isto em suas mãos, a realidade se torna previsível.

Isto acontece com a técnica, com a produção de uma máquina, que leva o seu ápice de nocividade quando, dentro do pensamento moderno, ocorre a ideia de que a máquina suplanta o homem, deixando-o fora do sistema de trabalho, fora de sua condição de criação e fora de um espaço criativo que é somente dele, principalmente com o processo de alienação e a geração do fordismo.

A oposição entre a cultura e a técnica, entre o homem e a máquina, é falsa e sem fundamento; ela esconde apenas ignorância ou ressentimento. Ela mascara atrás de um humanismo fácil uma realidade rica em esforços humanos e em forças naturais e que constitui o mundo dos objetos técnicos, mediadores entre a natureza e o homem. [...] A cultura trata o objeto técnico como o homem trata o estrangeiro quando se deixa levar pela xenofobia primitiva. [...] A mais forte causa de alienação no mundo contemporâneo reside nesse desconhecimento da máquina, que não é uma alienação causada pela máquina, mas pelo não-conhecimento de sua natureza e de sua essência, pela sua ausência do mundo das significações e por sua omissão no quadro dos valores e conceitos que participam da cultura. (SIMONDON, 2008, p. 1-2)

E esta forma de conceber a técnica se tornou o lema e o dilema da humanidade até a contemporaneidade, porque a existência da tecnologia é vista como algo nocivo em todos os aspectos para relação humana. Portanto, a relação homem e máquina fica estabelecida como: o homem é bom, pois é ele quem cria, produz e é o ser pensante; e a máquina é ruim, pois vem para tomar conta de um espaço puramente humano,

dentro da lógica moderna-fábrica. Então, não é por acaso que estamos em uma era tecnológica em que muitos docentes não conseguem estabelecer e nem entender que a máquina não suplanta o conhecimento, mas está para o homem como ferramenta de conhecimento pela sua possibilidade de conectar a realidade espaço-temporal com a realidade espaço-atemporal. E, ainda, com o pensamento moderno estabelecendo a técnica como algo negativo, a forma de trabalhar a conectividade em sala de aula passa pela compreensão de que existe um processo de deterioração do saber e não uma ferramenta de cunho pedagógico.

O que faz a ciência, então, se de fato não nos permite o controle? A ciência — e a validade das explicações científicas — não se constitui nem se funda na referência a uma realidade independente que se possa controlar, mas na construção de um mundo de ações comensurável com nosso viver. As explicações científicas têm validade porque têm a ver com as coerências operacionais da experiência no suceder do viver do observador, e é por isso que a ciência tem poder. (MATURANA, 2002, p. 55)

- A mediação do computador no processo educacional

O mundo passa por um processo galopante de informações sendo geradas a todo instante. Para a população que se viu acostumada em recebê-las de maneira sutil e processá-las de forma esquematizada e segmentada, se estabelece como incompreensível a possibilidade de vários conteúdos serem prontamente “servidos” ao mesmo tempo e processados de maneira correta e assimilados de forma profunda. A visão é de que há um domínio das máquinas e conhecimentos prontos que atrapalham a chegada do aprender para todas as crianças e adolescentes. Contrário a este pensamento, o filósofo, sociólogo e pesquisador em ciência da informação e da comunicação Pierre Lévy (2001, p. 11) afirma que há um movimento de “jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem”, mostrando que a tecnologia e conectividade realizada através do computador, não deve ser mais visto como uma deformação do conhecimento, ao contrário, estabelece Lévy (2001, p. 41), “o computador não é mais um centro, e sim um nós, um terminal, um componente de rede universal calculante”. O que falta, então, para o corpo docente estabelecer a significância e importância de uma era de hiperconectividade alinhada ao conhecimento desses jovens e adolescentes?

Segundo Hugo Assmann (1999, p. 36), fica estabelecido erroneamente que para aprender é preciso de “uma boa escola, com bons professores”⁴⁰. Assim, nessa somatória de forças, o aluno chega ao conhecimento final desejado por todos os que ainda miram na expectativa cartesiana de aprendizagem.

Já é concebido pela neurociência que as capacidades humanas para adesão ao conhecimento não se dão apenas pela interação professor-aluno no campo racional, mas que há uma corporeidade que perpassa toda a estrutura humana pelo simples fato de conseguir realizar esta múltipla tarefa de conexão com o mundo externo. Por existir um processo de transversalidade nas disciplinas no ensino escolar, também deve haver uma inserção do professor nesse mundo hiperconetado com suas mais diversas plataformas que se apresentam ao homem. Ao longo do tempo, diz ASSMAN (1999, p. 35), as “biociências nos foram mostrando que vida é, essencialmente, aprender, e que isto se aplica aos mais diferentes níveis que se podem distinguir no fenômeno complexo da vida” (ASSMANN, 1999, p. 35).

É nessa condição de hiperconexão que o ambiente escolar pode se perceber dentro de uma ecologia ciberespacial comunicativa e repleta de potencialidades epistemológicas. Dênis de Moraes (2001, p. 68) afirma que são “[...] interconexões generalizadas, que se auto-organizam e se retroalimentam continuamente”, fornecendo capacidades de conhecimentos que, até então, não eram possíveis pela espacialidade, formalizadas pela imobilidade humana mediante ao acesso de lugares onde o saber se faz imaterialmente pela materialidade.

As escolas, durante muitos anos, foram os únicos espaços físicos onde o saber e o conhecimento circulava de maneira restrita e com poucos detentores dos mesmos. Sob diversos aspectos a figura do professor e/ou cientista estabelece a figura da enciclopédia que tudo sabe e conhece sobre seu determinado campo de saber. Como figura emblemática do conhecimento científico e pedagógico, o docente possui o símbolo e representatividade na sociedade daquele que tudo conhece dentro de sua especificidade acadêmica. Podemos até questionar a capacidade de conhecimento de alguns docentes e da forma como chegaram na obtenção de uma qualificação

⁴⁰ ASSMANN, 1999, p. 35.

acadêmica para licenciar determinado conteúdo, mas esta não é a referida proposta deste artigo.

O que importa neste contexto é que se entende de maneira universal que, para estar diante de uma sala de aula e apresentar determinado conteúdo para um grupo de alunos é necessário ter a competência necessária para exercer o ofício de professor. Assim, exercer a profissão de mestre do saber tem como sinalização alguém que possui determinado conhecimento. Outrora, a informação não está mais abarcada em livros e pessoas, atualmente ela é circular, é andarilha, é transeunte por meio do ciberespaço.

Segundo Adriana de Souza e Silva (2006, p. 23), foi durante a década de 90 que o mundo virtual ganha uma popularidade e uma crescente utilização, principalmente no meio dos adolescentes, através dos chats e mensagens instantâneas. Um sentimento de desaparecimento dos contatos sociais in loco ou o famoso “cara-a-cara” perderia sua existência, podendo provocar o distanciamento do humano através da “proximidade espacial” (SILVA, 2006). Esta característica é provocadora no que concerne os ambientes escolares e a forma como os docentes estabelecem os meios de comunicação em rede.

Uma vez que o conteúdo ou a informação não está mais pautada em uma simples pessoa, ao contrário, é produzido por infinidades de indivíduos aos quais o jovem estudante não conhece, e este mesmo jovem pode ter acesso a qualquer momento ao conteúdo desejado, o professor perde a referência de detentor do saber, causando uma ruptura com o sistema de conhecimento tradicionalmente proposto de maneira cartesiana. Os lugares são depósitos de valores, não existe uma localidade específica para determinar a informação e o agente de produção de conhecimento, o docente, não é mais aquele ser único que sabe, mas passa a ser aquele que media as informações acadêmicas com as informações geradas extramuros científicos.

Neste ponto reside uma importante reflexão acerca do papel do professor em sala de aula: o docente é aquele que possibilita a reflexão dos conteúdos apreendidos pelos alunos. Nem sempre obter uma informação significa produção de conhecimento e crítica acerca de determinado assunto. Pensar nas novas tecnologias como um aparato de possibilidade para alcançar o conhecimento exige de alguma maneira, o

aprender a conectar e filtrar as variadas informações encontradas no ciberespaço, e é nisso que os docentes contrários às máquinas em sala de aula deveriam se firmar para quebrar os preconceitos contra as novas tecnologias. Entender o seu papel no século XXI, onde as informações chegam a todo instante para seus alunos, perpassa pela compreensão que estes nem sempre possuem a capacidade de averiguar de maneira crítica e com aportes teóricos tudo o que chega até eles. Portanto, a educação não perde o seu valor e o professor não perde a sua finalidade enquanto guia ao conhecimento e capacitador de pessoas críticas e conectadas às informações. Denize Correa Araujo (2006, p. 66), em seu artigo “O caráter pseudo da inclusão digital” nos diz que

Se fizermos uma analogia com o número de analfabetos no mundo, teremos também que pensar: é analfabeto só quem não sabe ler ou escrever, ou também quem lê e não entende, quem escreve só seu nome e seus dados, quem não tem condições mínimas de redigir um bilhete, uma carta, um comentário crítico? O mesmo se passa com o acesso à rede. Provavelmente quem não consegue se expressar verbalmente não conseguirá se expressar na Internet, mesmo considerando que há novos códigos e configurações no ciberespaço. Quem não consegue ler e fazer sentido do que está lendo, dificilmente aprenderá isso na rede.

Possuir acesso a informação global pode provocar questionamentos, embates de pensamentos e até mesmo a construção de novas ideias, que até o presente não puderam ser encontradas pois a limitação humana na aplicação do saber estava restrita entre o aluno que aprende e o professor que ensina (muitas vezes com pouca metodologia, pouco material ou sem motivação). Mas para que isso ocorra, será necessário um corpo docente que consiga mostrar aos discentes que o ambiente virtual não é apenas um consumo de informação à revelia, mas um consumo de informação atravessada pelo senso crítico e pela aprendizagem aplicada, mesmo que esta pareça dissonante ao que é proposto no jeito cartesiano escolar.

A partir disto, uma vez portador de informações que chegam a partir de um simples apertar de botão, o aluno passa a criar contextos reflexivos sobre os conteúdos que possuem a sua frente. O mundo passa a ser visível e não imaginável. As redes de comunicação global, a Internet, rompe com a ficção e traça a realidade virtual como um estímulo ao conhecimento do aluno. Manuel Castells, em seu livro *A Galáxia da Internet* (2003, p. 98), diz que a sociedade em rede traz uma nova forma de olharmos o mundo, não mais com limitações, onde o ser humano que se isola e fica alienado do mundo, “associado com demasiada frequência, na imaginação popular, ao

estereótipo do nerd”. O mundo não está somente no mapa, o mundo encontra-se também no Google Maps⁴¹; as imagens dos museus não estão apenas nas gravuras dos livros didáticos, agora é possível andar pelos museus e se colocar diante das telas expostas no Louvre⁴² ou na capela Bizantina⁴³, e essa ação tem como rompimento o paradigma do ensinar nas mãos apenas do professor.

CONCLUSÃO

Na atualidade o professor continua possuindo seu ofício de ensinar e conduzir ao conhecimento, porém, ele não somente detém o conhecimento, mas também administra as informações do ciberespaço e oferece um caminho a ser traçado pelo discente. A máquina não deve ser olhada como forma de degradação do conhecimento ou como local onde as coisas se apresentam de maneira fácil, o professor deve, na atualidade, possuir características de mostrar que a tecnologia contemporânea é um meio de alcançar ainda mais conhecimento. O próprio professor torna-se também uma interface entre o aluno e o mundo da nova aprendizagem global.

Em outras palavras, a hiperconectividade nos dá a possibilidade de cruzar informações, estabelecer padrões de ideias a partir dos mais diversos conteúdos e concluir um pensamento altamente genuíno das experiências obtidas através das plataformas que se apresentam diante do aprendente. Segundo Alberto Melucci (1966, p. 27), “[...] o encontro da alteridade é uma experiência que nos coloca em teste: dele nasce a tentação de reduzir a diferença à força, podendo também gerar o desafio da comunicação como um empenho constantemente renovado”. Pode-se dizer que, espacialmente, o aprendente se movimenta em diversos lugares do mundo, entra em contato com diversas culturas e pensamentos, é capaz de observar as

⁴¹ Segundo Ana Paula Amorim da Silva (2011), em seu artigo publicado no XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, “a escola tem o papel de se inserir nessa nova realidade tecnológica no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. No ensino de Geografia as possibilidades que esta ferramenta proporciona são diversas. A utilização das ferramentas como o *Google Maps* e *Google Earth* podem despertar interesse dos alunos para diversos assuntos da Geografia, por exemplo, a hidrografia, geografia urbana, geomorfologia, climatologia, ecologia, geologia, entre outros. Com a utilização dessas ferramentas o professor e o aluno podem também trabalhar com temáticas como o Sensoriamento Remoto, pois através do *Google Maps* ou ao baixar o programa do *Google Earth* é possível visualizarmos imagens de satélite”. (p. 3220-3221)

⁴²

<http://www.louvre.fr/en>.

⁴³ <https://br.pinterest.com/pin/351912450065670/>

diversas formas de olhares sobre o que ele também vê e, por fim, orientado, chega ao conhecimento, estabelece sua própria ideia do fenômeno experimentado por ele.

É uma era da hiperconectividade que, se deixarmos a ideia de técnica, máquina e qualquer nocividade que as ciências nos proporcionam, saberemos entender que tudo possui um “conjunto vivo de significações, no qual tudo está em contato com tudo”⁴⁴, onde o espaço não está em inércia, mas em constante movimento, possibilitando confrontos epistemológicos capazes de gerar novas ideias, novos conteúdos e novas perspectivas de aprendizagens.

Sendo assim, as diversas plataformas multimídias, que nos oferecem uma vasta possibilidade de conexão com o mundo, devem ser observadas, de maneira positiva e de gama incomensurável, a partir das possibilidades de recursos para a aprendizagem, pelos seres humanos. Se faz necessário retirar o véu da modernidade geradora de receio quanto à tecnologia e abrir-se aos conteúdos estabelecidos pelos novos tempos, pois é essencial para o grupo docente encarar a máquina e tudo o que dentro dela reside, fonte de saber, de experiência, de prazer cognitivo, e elo de comunicação entre o homem e o mundo que o circunda. É preciso que o homem “realize a tomada de consciência da realidade técnica” (SIMONDON, 2008, p. 5) para que possa, definitivamente, integrada em nosso dia-a-dia. Há um longo processo a ser percorrido, pois

[...] Para devolver à cultura o caráter verdadeiramente geral que ela perdeu, é preciso reintroduzir nela a consciência da natureza das máquinas, de suas relações mútuas e com o homem, e dos valores implicados nessas relações. Essa tomada de consciência exige a existência, ao lado do psicólogo e do sociólogo, do tecnólogo ou mecanólogo. (SIMONDON, 2008, p. 5)

Num mundo onde o fenômeno da globalização mascara o conhecimento humano com o sinônimo de passageiro, transitório e relativo, a hiperconectividade é capaz de dar ao sujeito aprendente o conhecimento global, interrelacional e atualizado no tempo e no espaço. Mesmo que a mudança de pensamento seja possível através dos diversos confrontos que a tecnologia do ciberespaço proporciona, o conhecimento adquirido no momento da interação homem/máquina é, e sempre será, único, individual e, principalmente, de um indivíduo interligado consigo mesmo, pois é a partir de suas experiências individuais que ele constrói seu mundo cognitivo. E, ao se perceber único

⁴⁴ Dênis de Moraes, 2001, p. 68.

produtor do conhecimento, perceberá que isso só foi possível pelas mais diversas conexões estabelecidas pela tecnologia, entendendo que o seu eu cognoscente só pode ser verdadeiramente estabelecido pela alteridade cognoscível diante da máquina. Neste sentido, a educação apresenta, nos tempos da hiperconectividade, multiformas de relacionar-se, aprender, e deixar o medo da máquina e da técnica no passado, pois, em pleno século XXI, não há como retroceder ao ensinamento cartesiano das escolas do século XVII e XVIII.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Denize Correa. O caráter pseudo da inclusão digital. In: _____. **Imagem e (ir)realidade: comunicação e cibermídia**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 66-78.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de; QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BARBOTIN, Edmond. **Humanidade do homem: estudo da Filosofia concreta**. Coleção teológica. Paris: Aubier, 1970.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **A visão sistêmica da Vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. Tradução de Mayra Teruya Eichenberg e Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2014.

CASTELLS, Manuell. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, 2003.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

LOUVRE. Disponível em: <<http://www.louvre.fr/en>>. Acessado em: 21 abr. 2017.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução de José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MELUCCI, Alberto. **The playing self: person and meaning in the planetary Society**. (Cambridge University Press, 1966).

MORAES, Dênis de. **O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PINTEREST. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/351912450065670/>>. Acessado em: 21 abr. 2017.

SILVA, A. P. A. Utilização do Google Maps e Google Earth no ensino médio: estudo de caso no Colégio. In: XV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 2011, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2011/files/p1657.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

SILVA, A. S. Do ciber ao híbrido: tecnologias móveis como interfaces de espaços híbridos. In: ARAUJO, D. C. (Org.). **Imagem e (ir)realidade: comunicação e cibermídia**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 21-51.

SIMONDON, Gilbert. **Do modo de existência dos objetos técnicos**. Tradução de Pedro Peixoto Ferreira. França, 2008.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito capitalista**. Tradução de Mário Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2013.

A empresa: a nova perspectiva do direito falimentar

Alexandre Puppim⁴⁵
Marcos Vinícius Sá⁴⁶

RESUMO

O ensaio procura destacar a importância do princípio da teoria da empresa no desenvolvimento do direito falimentar contemporâneo. Inicialmente, é analisada a evolução conceitual do direito comercial, a partir do período objetivo até os dias atuais, que tem na empresa o seu objeto delimitador. Em seguida, é analisado conceito de empresa em si considerado, a partir dos ensinamentos de Asquini e de sua teoria acerca dos perfis da empresa. Depois, a mudança no papel desenvolvido pelos empresários no exercício da atividade econômica, deixando de ver visto apenas sob uma ótica individual, mas com contornos públicos e sociais. Ao final, são analisados os novos primados do sistema concursal para superar a crise da empresa.

Palavras-chave. Empresa. Empresário. Função Social. Falência. Recuperação. Direito Concursal

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar a adoção da teoria da empresa em substituição àquela dos atos do comércio, a partir da evolução de sua conceituação e de seus princípios norteadores, para demonstrar tratar-se da nova perspectiva do Direito Falimentar contemporâneo, consubstanciado na Lei 11.101/2005, que não podia mais se preocupar apenas com a liquidação do ativo, mas com a manutenção e recuperação da empresa, ante o papel que exerce na sociedade, totalmente distinto daquele de seus dirigentes.

- Evolução conceitual

Antes de se adentrar no conceito de empresa, mister se faz analisar, ainda que de forma sucinta, a evolução do Direito Comercial, para se melhor compreender as teorias que explicaram a incidência das normas comerciais nas diferentes épocas, até

⁴⁵ Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Campos, RJ. Professor no Curso de Graduação em Direito na Faculdade Novo Milênio. Advogado. Vogal da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

⁴⁶ Advogado. Pós-graduado em Direito Público pela Faculdade Pio Décimo. Doutorando em Direito pela Universidad del Museo Social Argentino. Professor no Curso de Graduação em Direito na Faculdade Novo Milênio.

o surgimento da empresa e de sua teoria, hoje incorporada ao Novo Código Civil Brasileiro.

O comércio remonta à Antiguidade. “Permutar, comprar, tanto para utilidade própria, como para troca subsequente ou revenda, ainda que com fito de lucro, era operação corrente e natural”⁴⁷. Contudo, não se podia cogitar da existência do Direito Comercial, uma vez que não se configurava, ainda, um sistema, um corpo de normas a que se pudesse chamar de Direito Comercial, o que somente veio a surgir ao longo da Idade Média, quando se intensificou o surgimento das feiras e corporações nas cidades medievais.

O crescimento das cidades e do comércio deu origem aos comerciantes (profissão); por causa do ambiente desfavorável foram levados, quase que obrigatoriamente, a um forte movimento de união, o que se deu através das organizações de classes; a partir daí passaram a gozar de uma significativa autonomia em face do poder real e dos senhores feudais⁴⁸.

Conforme ensina o Professor Rubens Requião:

É nessa fase histórica que começa a se cristalizar o direito comercial, deduzido das regras corporativas e, sobretudo, dos assentos jurisprudenciais das decisões dos cônsules, juízes designados pela corporação, para, em seu âmbito, dirimirem as disputas entre comerciantes [...]

Temos, nessa fase, o período estritamente subjetivista do Direito Comercial a serviço do comerciante, isto é, um Direito corporativo, profissional, especial, autônomo, em relação ao Direito territorial e civil, e consuetudinário.⁴⁹

Esta fase do desenvolvimento histórico, como foi salientado acima por Requião, é classificada como subjetiva, exatamente porque somente aqueles que estavam matriculados ou inscritos nas corporações é que eram considerados comerciantes, e, portanto, tinham acesso aos tribunais do comércio respectivos.

⁴⁷ FERREIRA, Waldemar. *Instituições de direito comercial*. São Paulo: Freitas Bastos, 1947. v.1. p. 28.

⁴⁸ “A queda do império romano e o desmoronamento do carlovíngio causaram perturbações sociais e políticas de imensa latitude e profundidade. Se, contra a insegurança decorrente das invasões, no amparo dos senhores se deparou adequado remédio, contra os abusos da incúria e da exploração feudal erigiram-se as associações. Floresceram elas, sobretudo, em face da impotência das autoridades para o exercício de seu papel econômico e social” (FERREIRA, Waldemar. *Op.cit*, p. 35).

⁴⁹ *Curso de direito comercial*. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 10.

Para Carvalho de Mendonça, “o Direito Comercial surgiu, conforme se vê, não como obra legislativa nem criação de juriconsultos, porém como trabalho dos próprios comerciantes, que o construíram com os seus usos e com as leis que, reunidos em classe, elaboraram”⁵⁰.

Posteriormente, tornou-se necessária a expansão de seu âmbito de aplicação, uma vez que a determinação da competência única e exclusivamente pelo exercício da profissão comercial mostrou-se limitada e insuficiente.

Desenvolveu-se, a partir desse momento, o sistema objetivista em contraposição àquele subjetivista, deslocando o centro do Direito Comercial do comerciante para os chamados atos de comércio.

O Direito Comercial não mais se aplicava àquele que pertencia a uma determinada corporação, mas a quem praticasse qualquer dos atos disciplinados como sendo inerentes à atividade comercial. Com a teoria dos atos de comércio, o exercício profissional de determinadas atividades é que passou a caracterizar o comerciante como tal.

O grande marco histórico desta teoria foi a entrada em vigor do Código Napoleônico, em 1807⁵¹.

O Código Comercial Brasileiro de 1850 sofreu profunda influência do Direito francês, adotando, embora não totalmente, a teoria dos atos de comércio, definindo o comerciante, sem, contudo, enumerar aqueles que seriam os atos a serem regulados pelo Direito Comercial.

⁵⁰ CARVALHO DE MENDONÇA, J. X. *Tratado de direito comercial brasileiro*, v. I, p. 69.

⁵¹ “O Código Napoleônico de 1807 adotou declaradamente o conceito-objetivo, estruturando-o sobre a teoria dos atos de comércio. Agindo assim, os legisladores do Império punham-se a serviço dos ideais da Revolução Francesa, de igualdade de todos perante a lei, excluindo o privilégio de classe. Não se concebia, diante dessa filosofia política, um código destinado a garantir, numa sociedade fundada sobre o princípio da igualdade de todos perante a lei, prerrogativas e privilégios dos mercadores. É de se recordar que “todas as espécies de corporações de cidadãos do mesmo estado e profissão”, resquícios da organização feudal, haviam sido proibidas pela Lei de 14 de junho de 1791, a célebre Lei Le Chapelier, “sob qualquer forma que seja ...”. Com isso pretendia a Convenção assegurar a plena liberdade profissional, extinguindo todos os privilégios que as corporações acumularam através de séculos a favor dos comerciantes. O Código do Comércio passava a ser, destarte, em 1807, um estatuto disciplinador dos atos de comércio, a que estavam sujeitos todos os cidadãos” (REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*, p. 12).

Somente com o Regulamento 737, de 1850, foram enumerados os atos do comércio, assumindo o Código, com este complemento, um caráter misto: subjetivo, pois assentava-se na figura do comerciante; porém, também objetivo, decorrente da necessidade de enumeração legal dos atos de comércio⁵².

A grande dificuldade, entretanto, consiste justamente em estabelecer o conceito científico dos atos enumerados como de comércio, tendo em vista a inexistência de um critério lógico para defini-los.

Essa dificuldade de conceituação, acabou limitando de sobremaneira a matéria do comércio, tornando lacunosa e defasada a teoria objetiva, principalmente diante dos avanços tecnológicos, econômicos e sociais experimentados.

Alfredo de Assis Gonçalves Neto⁵³, conclui da seguinte forma:

O principal argumento contrário ao sistema objetivo é justamente a precariedade científica da base em que se assenta – uma enumeração casuística de atos de comércio, feita pelo legislador ao acaso (de acordo com aquilo que a prática mercantil considerava, à época, pertencer ao Direito Comercial). Com isso, sequer se consegue encontrar o conceito de seu elemento fundamental, o ato de comércio."

Torna-se insustentável negar o caráter comercial de inúmeras outras atividades, simplesmente porque não previstas no rol dos atos de comércio, como as prestações de serviço, as atividades ligadas à terra e, mais recentemente, a internet.

Por tais razões, o conceito de ato do comércio passa a ser substituído gradativamente pelos de empresa e atividade empresarial, fazendo surgir a chamada teoria da empresa.

Alfredo Lamy Filho⁵⁴, mais uma vez, narra de forma clara essa mudança de conceito e o nascimento da empresa.

⁵² *Ibid.*, p. 39.

⁵³ *Manual de direito comercial*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2000, p. 47.

⁵⁴ "Com a tecnologia nascente, a exigência de capital fixo supera a do circulante, e o investimento se apresenta como condição de organização da nova unidade de produção – a empresa industrial. Não se trata mais da loja comercial, ou da simples aquisição de mercadorias para revendê-las com lucro; cogita-se, agora, de adquirir máquinas, dominar a tecnologia em progresso, contratar empregados, e – outro elemento da maior significação – de produzir para o mercado. A produção industrial se torna, assim, cada vez mais complexa, exigindo investimento sempre maior e de mais longa maturação, o que significava maiores riscos, e a necessidade de assegurar, com antecedência, os

No sentido histórico poder-se-ia afirmar que o Direito Comercial seria o Direito do Comércio, comércio este entendido como o conjunto de atos exercidos de forma habitual, com caráter lucrativo, para intermediação dentro de uma determinada cadeia produtiva. Entretanto, tal concepção não mais corresponde à realidade, uma vez que o Direito Comercial de hoje não mais se limita simplesmente ao comércio.

É o que também conclui Alfredo Lamy Filho:

A partir do fim do século XIX o processo de mudança econômica, resultante da atividade empresarial, ganha aceleração imprevisível, e passa a produzir conseqüências insuspeitadas nos campos político e social – até chegarmos, em nossos dias, à “era da empresa”.

Com efeito, o desenvolvimento tecnológico, que caracteriza o mundo de hoje; a existência de produção de massa para atender ao consumo de massa; o processo de urbanização e formação das megalópolis; a concentração de capital requerida para atender ao reclamo da escala e o sucesso das indústrias modernas (informática, petroquímica, energia atômica, comunicações, etc.); a competição cada vez mais acirrada em termos de novos processos, gerados por custosas pesquisas que, por sua vez, obrigam a outras pesquisas; as exigências sociais crescentes de um universo em estado permanente de reivindicação, estimulada pelos meios de comunicação e diversão (sobretudo televisão); o ideal do desenvolvimento econômico como prioridade básica dos povos; a internacionalização, ou transnacionalização, da economia – tudo concorre para colocar a empresa como centro do questionamento básico da sociedade moderna.⁵⁵

O direito comercial não mais se justifica nos atos do comércio, mas sim na tutela do crédito, dos bens, dos serviços e de sua circulação.

insumos básicos exigidos para o sucesso do empreendimento. A humanidade tinha vivido, até então, limitando seu consumo na base da produção – como observa Daniel Bell, cuja lição voltamos a invocar - e o retorno do investimento na natureza era pequeno; as boas ou más colheitas ditavam o crescimento ou estagnação da população, que delas dependia para sobreviver. Com a máquina, inverte-se o problema: a produção ultrapassa o consumo, passa-se a produzir para o mercado. É nesse quadro que podemos caracterizar o nascimento da empresa moderna: o comerciante se transforma em empresário, que corre o risco de imobilizar capital, sempre em proporções maiores, para o empreendimento que poderia, ou não, ter sucesso, e reúne o grupo social que irá operá-lo. Para ele, tudo era insumo, a merecer o mesmo tratamento de matéria-prima, que cumpria comprar pelo menor preço para realizar o maior lucro, e levar o produto ao mercado. A criação desse mercado estende seus mecanismos não apenas aos bens produzidos, mas também aos de que necessitava a indústria para produzi-los – basicamente trabalho, terra e dinheiro -, o que levaria – permitam-me citar novamente Polany – a “tornar toda a sociedade humana um acessório do sistema econômico” (Novos estudos de Direito Comercial em homenagem a Celso Agrícola Barbi. In: SANTOS, Theophilo de Azeredo (Coord.). *A Empresa – Formação e Evolução – Responsabilidade Social*. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 10).

⁵⁵ *Ibid.*, p. 11.

A escolha, pois, do empresário e da atividade empresarial como novo centro do sistema não se deve ao arbítrio do legislador, mas sujeita-se, acima e antes de tudo, a um imperativo da própria realidade social.

No mundo moderno a sua presença é tão marcante que dispensaria ser provada, entretanto, a sua conceituação é importante para uma melhor delimitação do tema.

- O conceito de empresa

A ideia mais difundida entre os doutrinadores é a de que a definição de empresa deve estar intimamente ligada àquela de organização dos fatores da produção (capital, trabalho, natureza) visando a realização de uma atividade econômica, independente da prática ou não de atos.

Trata-se, como se vê, de um conceito econômico, utilizado também pela maioria dos juristas para conceituar o fenômeno⁵⁶.

Partindo-se dessa premissa (econômico/jurídico), Carvalho de Mendonça conceitua a empresa como sendo

a organização técnico-econômica que se propõe a produzir mediante a combinação dos diversos elementos, natureza, trabalho e capital, bens ou serviços destinados à troca (venda), com esperança de realizar lucros, correndo os riscos por conta do empresário, isto é, daquele que reúne, coordena e dirige esses elementos sob a sua responsabilidade⁵⁷.

Na mesma linha, demonstrando o contentamento do doutrinador pátrio com a noção econômica da empresa, caminham Requião e Bulgarelli, citados por Luiz Antonio Soares Hentz⁵⁸.

⁵⁶ “É necessário ressaltar que o conceito econômico de empresa foi forjado inicialmente a partir do pensamento de Jean-Baptiste Say, economista liberal de meados do século XIX, quando a figura do empresário alcançava maior destaque do que a do patrimônio, reputando-se a empresa como atividade organizativa da produção que tinha por sujeito o empresário. Foi a posição de Alfred Marshall, o qual realçou a importância da reunião dos fatores de produção, que fez com que se evoluísse para a concepção de empresa como organização de fatores. A ideia de empresa como organização dos fatores da produção é a mais difundida entre economistas e juristas, a ponto de falar-se na determinação pacífica do conceito econômico de empresa a partir dela” (KOURY, Suzy. *A descon sideração da personalidade jurídica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 19).

⁵⁷ MENDONÇA, J. X. Carvalho. *Tratado de direito comercial brasileiro*, p. 492.

⁵⁸ “Todas as tentativas de remeter o conceito econômico de empresa para o plano jurídico encontraram dificuldades, a ponto de se contentar com a ideia de que a empresa seria o substrato econômico para a atividade juridicamente relevante do empresário, este sim, uma figura de interesse para o direito. Tanto é assim que Antonio Brunetti dizia ser a empresa uma realidade do lado político-econômico, mas

Para alguns, este contentamento decorre do fato da empresa possuir uma realidade político-econômica, mas traduzir, do ponto de visto jurídico, apenas uma abstração, uma vez que se confunde com a pessoa do empresário, enquanto que para outros seria decorrente da imprecisão do termo organização, utilizado ora como a atividade capaz de reunir os fatores de produção, ora como um ente autônomo e organizado para exercer a atividade econômica.

Suzy Elizabeth Koury⁵⁹ enfatiza que a primeira posição deriva do conceito histórico da empresa, que se confundia com a pessoa do empresário, que apenas defendia interesse próprio no intuito de aumentar o seu lucro, enquanto que a segunda desprende-se um pouco da figura do empresário, buscando entender a empresa como aquela que efetivamente pratica a atividade.

Foi na Itália, entretanto, que se tentou formular um conceito estritamente jurídico de empresa, destacando-se os perfis da empresa elaborada por Alberto Asquini⁶⁰, para quem o conceito de empresa seria um fenômeno jurídico não de caráter unitário, mas sim poliédrico, pois, sob o aspecto jurídico não teria apenas um, mas diversos perfis em relação aos diversos elementos existentes.

O primeiro perfil da empresa (a) seria o subjetivo, pelo qual a empresa se identificaria ou se confundiria com a figura do empresário, com aquele que exercita profissionalmente a atividade econômica organizada para circulação ou produção de bens e serviços.

Um segundo perfil (b) seria o funcional, através do qual a atividade empresarial é dirigida a um determinado escopo produtivo, correspondendo a empresa à organização dada aos fatores da produção pelo empresário, confundindo-se com a

do lado jurídico seria uma abstração (...) Também nessa linha, Rubens Requião conclui que a empresa apenas é o exercício de uma atividade que surge da ação intencional do empresário em exercitar a atividade econômica. Nasce quando se inicia a atividade sob a orientação do empresário, daí firmar-se o conceito de empresa na idéia de que ela é o exercício de atividade produtiva, da qual não se tem senão uma idéia abstrata. Waldírio Bulgarelli, por seu turno, esclarece que a atividade configura a empresa, como série coordenada de atos destinados a determinado fim, organizados dentro do setor econômico” (*Direito de empresa no Código Civil de 2002*. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira).

⁵⁹ “Com o correr do tempo, a organização empresa foi-se desprendendo da pessoa do empresário para tomar o caráter de unidade econômica da produção, ente organizado para a produção de bens e serviços, célula econômica, como a denomina Despax, que pratica a atividade produtiva” (*op. cit.*, p. 21).

⁶⁰ Perfis da empresa – Alberto Asquini, *Profili dell’impresa. Rivista del Diritto Commerciale*. 1943, vol. 41, I, tradução de Fábio Konder Comparato. *Revista de Direito Mercantil*, nº 104, p. 104-109.

própria atividade do empresário, como enfatiza Suzy Elizabeth Koury⁶¹, pois quem deveria exercer tal atividade?

A empresa, assim, adquiriria significação somente através da figura do próprio empresário.

Haveria ainda o perfil objetivo ou patrimonial (c), que identificaria a empresa com o conjunto de todos os bens destinados ao exercício da atividade empresarial, distinto do patrimônio remanescente nas mãos do empresário, incorporando, neste sentido, ao seu perfil, o estabelecimento comercial.

Por derradeiro, Asquini identifica o perfil corporativo (d), pelo qual a empresa seria a instituição que reúne o empresário e seus colaboradores, agindo todos em torno de um propósito comum.

A empresa representaria, assim, o (a) próprio empresário, (b) um conjunto de atos tendentes a organizar os fatores da produção para a distribuição ou produção de certos bens ou serviços, (c) um patrimônio afetado a uma finalidade específica e (d) um núcleo social organizado.

Nesta linha, poder-se-ia afirmar que, juridicamente, a empresa corresponderia a uma atividade econômica organizada de produção ou circulação de bens ou serviços, equivalente, pois, ao perfil funcional da teoria de Alberto Asquini⁶².

Fábio Ulhôa Coelho não entende de modo diverso, conceituando empresa como sendo atividade, cuja marca essencial é a obtenção de lucros com o oferecimento ao mercado de bens ou serviços, gerados estes mediante a organização dos fatores de produção (força de trabalho, matéria-prima, capital e tecnologia)⁶³.

⁶¹ *Op. cit.*, p. 21.

⁶² “A visão multifacetária da empresa proposta por Asquini, sem dúvida, recebe apoio entusiasmado de alguma doutrina (entre nós, Marcondes, 1977:7/8), mas dos quatro perfis delineados apenas o funcional realmente corresponde a um conceito jurídico próprio (cf. Ferrara, 1945:90/91). Os perfis subjetivo e objetivo não são mais que uma nova denominação para os conhecidos institutos de sujeito de direito e de estabelecimento comercial. O perfil corporativo, por sua vez, sequer corresponde a algum dado de realidade, pois a idéia de identidade de propósitos a reunir na empresa proletários e capitalista apenas existe em ideologias populistas de direita, ou totalitárias (como a facista, que dominava a Itália na época)” (COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. São Paulo: Saraiva, 1998. v. 1. p. 18).

⁶³ *Ibid.*

Essa noção se mostra importante no Direito atual, porque sendo atividade, desprende-se da pessoa do empresário para, segundo Despax⁶⁴, tomar caráter de unidade econômica da produção, ente organizado para a produção de bens e serviços, célula econômica, que pratica a atividade produtiva.

Além disso, evidencia a diferenciação entre a empresa (atividade) e o estabelecimento, que corresponderia ao conjunto de bens de ordem material ou imaterial destinado à realização do fim econômico a que se destina a empresa, demonstrando, mais uma vez, a autonomia da empresa frente ao empresário.

A empresa, diante de tais fatos, seria detentora de personalidade jurídica própria, distinta da do empresário, ainda que como mero expediente técnico-jurídico⁶⁵, não se apresentando mais como uma simples abstração⁶⁶.

Para Jorge Lobo, na linha dos ensinamentos de Despax, a empresa seria sujeito de direito⁶⁷.

A empresa é uma realidade social que deve ser reconhecida, tendo em vista que figura como verdadeiro elemento definidor da civilização contemporânea, nas palavras de Comparato:

Se quiser indicar uma instituição social que, pela sua influência, dinamismo e poder de transformação, sirva como elemento explicativo e definidor da civilização contemporânea, a escolha é indubitável: essa instituição é a empresa.

É dela que depende, diretamente, a subsistência da maior parte da população ativa do país, pela organização do trabalho assalariado.

É das empresas que provém a grande maioria dos bens e serviços consumidos pelo povo, e é delas que o Estado retira a parcela maior de suas receitas fiscais.

⁶⁴ *Apud* KOURY, Suzy Elizabeth. *Op. cit.*, p. 21.

⁶⁵ COELHO, Fábio Ulhoa. *Op. cit.*, p. 19.

⁶⁶ Para Requião, é preciso compreender que a empresa, como entidade jurídica, não passa de uma abstração, pois o nascimento da empresa, como atividade, está ligado à pessoa do empresário, à sua intenção em exercitar e organizar aquela atividade econômica. Desta feita, desaparecendo o exercício da atividade organizada do empresário, desaparece, *ipso facto*, a própria empresa (REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1993, v. I. p. 59).

⁶⁷ LOBO, Jorge. *Da recuperação da empresa*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1993. p. 26.

É em torno da empresa, ademais, que gravitam vários agentes econômicos não assalariados, como os investidores de capital, os fornecedores, os prestadores de serviços.

Mas a importância social dessa instituição não se limita a esses efeitos notórios. Decisiva é hoje, também, sua influência no comportamento de outras instituições e grupos sociais que, no passado ainda recente, viviam fora do alcance da vida empresarial. Tanto as escolas quanto as universidades, os hospitais e os centros de pesquisa médica, as associações artísticas e os clubes desportivos – todo esse mundo tradicionalmente avesso aos negócios viu-se englobado na vasta área de atuação da empresa. A constelação de valores típica do mundo empresarial – o utilitarismo, a eficiência técnica, a inovação permanente, a economicidade de meios – acabou por avassalar todos os espíritos, homogeneizando atitudes e aspirações.⁶⁸

Isso não significa dizer que deva necessariamente existir um conceito jurídico de empresa; mas, aceitar juridicamente sua existência é primordial, para que possa ajustar-se, adequar-se e harmonizar-se com as novas realidades que despontam, ou seja, com os interesses da sociedade atual.

Não se vive mais no século XIX, onde as manifestações econômicas eram desenvolvidas com base em um direito de propriedade “absoluto” e na liberdade de contratar, onde a empresa aparecia apenas como uma extensão dos interesses exclusivos daquele comerciante (empresário), entendida não como titular da atividade econômica, mas tão somente como uma atividade exercida ou desenvolvida pelo empresário, este sim o efetivo sujeito de direito.

Nos dias atuais o empresário não é mais titular absoluto do direito de propriedade sobre os bens de produção, o que o autorizava a dirigir a empresa como um exercício daquele direito.

A empresa tem de ocupar o centro do Direito moderno, tendo em vista o seu caráter político, econômico e, sobretudo, social, passando a ser entendida como um ente personificado.

- A função social da empresa

⁶⁸ A reforma da empresa. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo, nº 50, abr.-jun. 1983.

Os fatos citados acima evidenciam, por si só, que a empresa assumiu importante papel social e econômico na comunidade, verdadeira mola propulsora, veículo de desenvolvimento da nação, importando, como não poderia deixar de ser, também numa responsabilidade social.

Essa responsabilidade social advém, principalmente, da dissociação entre empresa e empresário e também daquele perfil corporativo identificado por Asquini, embora com uma nova roupagem, de verdadeira instituição, que deve atender à sua função perante a sociedade.

A dissociação altera aquela idéia de direito de propriedade, segundo a qual o empresário poderia dispor livremente dos bens de produção da empresa, única e exclusivamente para auferir cada vez mais lucro, já que os interesses se confundiam.

Hoje, o poder empresarial participa do interesse público, traduzindo o dever social na obrigação que lhe assiste de colocar-se em consonância com os interesses da sociedade, considerando que suas decisões “têm repercussão que ultrapassa de muito seu objeto estatutário, e se projeta na vida da sociedade como um todo”⁶⁹.

As justificativas para tal responsabilidade são várias, sejam de ordem econômica, política ou social, mas, a principal delas diz respeito a uma dívida social que a empresa possui para com a sociedade em geral.

As empresas devem agir sempre para atender às novas demandas da sociedade na qual estão inseridas, criando um impacto positivo em todos aqueles que são afetados por suas operações. Devem estar engajadas neste propósito.

Tal postura está até mesmo ligada à idéia de lucratividade, pois através de medidas como estas certamente alcançará a sua consolidação no mercado, a valorização de sua marca e o aumento de seu lucro. O lucro sempre será fundamental para a sobrevivência das empresas, mas, por outro lado, o social lhe antecede, propiciando sua própria expansão ou manutenção.

⁶⁹ LAMY Filho, Alfredo. *Op. cit.*, p. 15

A necessidade de se atender à sua função social já era prevista no nosso ordenamento desde a década de 70, através da 6.404/76 (Lei das S/A), mais precisamente no parágrafo único do artigo 116 e no artigo 154.

Sobre tais dispositivos, Comparato⁷⁰ leciona:

Como se vê, a lei reconhece que, no exercício da atividade empresarial, há interesses internos e externos que devem ser respeitados: não só os das pessoas que contribuem diretamente para o funcionamento da empresa, como os capitalistas e trabalhadores, mas também os interesses da 'comunidade' em que ela atua.

A responsabilidade social da empresa não é, assim, algo novo; é inerente ao próprio exercício da atividade empresarial, afluída nos dias atuais, ante a importância das empresas no cenário mundial.

Como bem afirmou Marcos Paulo de Almeida Salles⁷¹, “a empresa não pode ser corolário de filantropia e nem de selvageria, mas apenas deve ser a contribuição privatista para o desenvolvimento social, mediante a reunião dos fatores produtivos”.

A questão da necessidade de se reconhecer a responsabilidade social das empresas ficou ainda mais evidente a partir da promulgação da Constituição Federal da República de 1988, que elevou a dignidade da pessoa humana como “epicentro axiológico da ordem constitucional, irradiando, por conseguinte, efeitos sobre o ordenamento jurídico como um todo, seja nas relações públicas ou privadas, conferindo uma unidade teleológica ao sistema”⁷².

A promulgação da Constituição de 1988 deu impulso a um processo de promoção dos valores humanísticos, dos valores sociais, que acabaram por provocar a superação daquele modelo ideologicamente fundamentado no individualismo-capitalista, onde prevaleciam os valores relativos ao patrimônio sobre os do ser, impedindo a efetiva valorização do social.

⁷⁰ A reforma da empresa, p. 44. nota 5.

⁷¹ SALLES, M. P. A. A visão jurídica da empresa na realidade brasileira atual. *Revista de Direito Mercantil*, São Paulo: Malheiros, n. 119, p. 107, ano XXXIX, jul./set. 2000.

⁷² SARMENTO, Daniel. *A ponderação de interesses na Constituição Federal*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2000.

Ao recepcionar-se, na Constituição, temas que competiam, na divisão clássica, ao Direito Privado, ocorreram transformações fundamentais do sistema.

A responsabilidade social das empresas está, assim, prevista na Constituição de 1988 a partir do momento que o constituinte determinou que a propriedade devia atender à sua função social (artigos 5º, inciso XXII; 182, § 2º e 186, todos CF/88).

Como direito fundamental que é, a propriedade passa a ter um significado e uma extensão muito maiores do que os adotados pelo Direito Civil; por isto a empresa e, por conseguinte, o seu controle, ficam também sujeitos a tal preceito constitucional⁷³.

Da mesma forma, quando o constituinte prescreveu em seu artigo 170, inciso III, que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social...”, indicou a observância do princípio da função social da propriedade, dentre outros.

Essa relevância social das empresas, traduzida em preceitos constitucionais, evidencia não só aquela necessidade de dissociação entre o empresário e a propriedade, mas, sobretudo, o fato de que a personificação das empresas é um passo natural do Direito para a efetivação do social, elevada a preocupação constitucional.

Fábio Konder Comparato⁷⁴ deixa claro que o “adjetivo social mostra que esse objetivo corresponde ao interesse coletivo e não ao interesse próprio do dominus”, e que essa função social “representa um poder-dever positivo, exercido no interesse da

⁷³ “Observe-se, antes de qualquer coisa, que o conceito constitucional de propriedade é bem mais amplo que o tradicional do Direito Civil. Segundo o consenso geral da melhor doutrina, incluem-se na proteção constitucional da propriedade bens patrimoniais sobre os quais o titular não exerce nenhum direito real, no preciso sentido técnico do termo, como as pensões devidas pelo Estado, ou as contas bancárias de depósito. Em consequência, também o poder de controle empresarial, o qual não pode ser qualificado como um *ius in re*, há de ser incluído na abrangência do conceito constitucional de propriedade. Se assim é, parece irrecusável que também ao poder de controle empresarial se aplique a norma que impõe respeito à função social da propriedade” (COMPARATO, Fábio Konder. Estado, Empresa e Função Social. *Revista dos Tribunais*, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 85, n. 732, p. 43-44, out. 1996.).

⁷⁴ COMPARATO, Fábio Konder. *Direito empresarial – estudos e pareceres*. 2. tir. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 32-37.

coletividade e, inconfundível, como tal, com as restrições tradicionais ao uso de bens próprios”. E conclui:

O reconhecimento claro e conseqüente de que controle empresarial não é propriedade implica uma verdadeira revolução copérnica nos estatutos da empresa, que passa de objeto a sujeito de direito⁷⁵.

A noção de empresa sobreleva, assim, àquela de sociedade, não se confundindo mais com o quadro de seus dirigentes.

Por outro lado, aparece também como forma de superação daquela idéia contratualista que regia anteriormente as sociedades, para caracterizar a empresa como instituição, preocupada não só com os interesses dos proprietários do capital, mas também com os dos empregados, dos administradores e os de toda a sociedade.

Não se pode mais admitir que o poder de controle da empresa tenha como obrigação atender apenas ao objetivo de maximização dos lucros.

Afirma Savatier⁷⁶:

ser a empresa o exemplo mais marcante de instituição, pois apresenta todos os seus elementos característicos: durabilidade, caráter coletivo, organização hierarquizada e possibilidade de adaptar-se às condições conjunturais para alcançar os fins sociais que persegue.

Carla Marshall⁷⁷ salienta que a noção jurídica da empresa, tendo em vista seu aspecto funcional, a partir de seu entendimento como atividade econômica, permite a distinção entre empresa e empresário, bem com considerá-la como dotada de personalidade, na lição de Isabel Vaz.

Nesse sentido, Comparato indaga se

haverá ainda quem sustente, seriamente, que a produção e distribuição organizada de bens, ou a prestação de serviços, seja assunto submetido à soberania individual? A criação e o funcionamento das empresas, pelo fato de não apresentar, formalmente, um caráter político, hão de ser confinados em globo nos estreitos limites do Direito Privado?⁷⁸.

⁷⁵ COMPARATO, Fábio Konder. A reforma da empresa, p. 60.

⁷⁶ *Apud* KOURY, Suzy Elizabeth. *Op. cit.*, p. 38.

⁷⁷ *A sociedade por quotas e a unipessoalidade*. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 125.

⁷⁸ A reforma da empresa, p. 60.

Respondendo à indagação, Maria Celeste mostra que a evolução contemporânea do Direito tende a romper o esquema clássico do público-privado⁷⁹.

A empresa assume, assim, uma nova função, mais ligada à realidade social e econômica do País, como forma de valorização de toda a sociedade, ficando, cada vez mais, submetida a fins coletivos, à sua função social, a justificar o interesse na manutenção da empresa e de suas atividades como uma nova perspectiva para o Direito Falimentar⁸⁰.

Se a empresa (instituição de caráter social) não pode centrar a sua atividade apenas no lucro, também o concurso de credores para solucionar a sua eventual insolvabilidade não pode visar apenas excutir os bens para pagamento dos créditos, sob pena de afetar o equilíbrio econômico e social da nação.

- A crise da empresa

A legislação falimentar brasileira encontrava-se divorciada da realidade atual do Direito, que visa, precipuamente, a preservação da empresa priorizando o seu fim social, salvaguardando a fonte produtora do desenvolvimento social e do emprego, bem como os interesses dos próprios credores.

O sistema concursal então vigente (Decreto-lei 7661/45) não se preocupava com a sobrevivência da empresa, mas apenas em regular o procedimento necessário para

⁷⁹ Diante dessa escala insuprimível de interesses e valores, a evolução jurídica contemporânea tende a romper o esquema clássico do público-privado. Entre as áreas próprias, quer do Estado, quer dos particulares, vai se afirmando a esfera do social, o campo dos interesses comuns do povo, dos bens ou valores coletivos insuscetíveis de apropriação excludente. Aí, nem o Estado nem os particulares podem pleitear prioridades, hegemonias ou poderes adquiridos. Todos são compelidos a exibir como título de legitimação à sua iniciativa empreendedora tão-somente a aptidão para satisfazer as necessidades e os interesses comuns do povo (Maria Celeste Morais Guimarães, Recuperação judicial de empresas, p. 34).

⁸⁰ Segundo o Instituto Ethos e Gife – Grupo de Institutos Fundações e Empresas, 59% das empresas brasileiras com um ou mais empregados declara realizar, em caráter voluntário, algum tipo de ação sócia para a comunidade. Destas, dois terços afirmam que a prática social é habitual. Juntas, essas empresas aplicaram, em 2000, aproximadamente R\$. 4,7 bilhões. 39% das empresas declararam que pretendem ampliar sua atuação no futuro próximo. 54% das empresas investem em ações de assistência social. São elas: alimentação e abastecimento (41%), educação e alfabetização (19%), desenvolvimento comunitário e mobilização social (19%), saúde (17%), esporte (17%), e cultura (14%). 62% dos projetos sociais das empresas atendem as crianças. Os demais atendimentos são prestados à família (40%), à comunidade em geral (27%), ao portador de deficiência (25%), ao idoso (23%), ao adulto (17%), à mulher (13%), e ao portador de doenças graves (7%) (*Jornal Saber. Estudo do Ipea e UVV, Vila Velha, Centro Universitário Vila Velha, ano I, n. 03*).

a liquidação do ativo, para efeito de pagamento dos credores, pois se houvesse aquela preocupação, certamente seria facultado ao devedor demonstrar que não é insolvente.

A impontualidade não pode, por si só, como previsto na lei, constituir o estado de insolvência, devendo ser concedida ao devedor a possibilidade de demonstração de que não se encontra insolvente, verdadeiro estado caracterizador da falência.

O estado de insolvência tem que ser considerado como aquele em que o devedor não apenas possua bens para pagamento de seus débitos, mas também que não tem possibilidade de recuperação, que a sua dificuldade é irreversível e não passageira, pois, muito embora toda situação de insolvência comumente constitua uma situação de crise econômica, a recíproca não é verdadeira⁸¹.

Antes de ser declarada a falência, o Judiciário deve avaliar a situação econômica do devedor, porque a falência é uma medida de extrema gravidade, representando a morte negocial, produzindo efeitos não apenas no âmbito da relação entre devedor e credor, mas perante toda a sociedade.

Percebe-se, neste momento, que a falência não atenta apenas contra aqueles que concederam crédito à sociedade (credores), mas também contra toda a coletividade e, principalmente, aos seus empregados, daí a valorização de sua continuidade e a importância da dissociação entre empresa e empresário e, por conseguinte, entre a sorte deste e daquela⁸².

Esse descompasso entre a legislação falitária e a realidade social, fez surgir o denominado “Direito da crise econômica da empresa” ou “Direito da empresa em crise”⁸³. Para Jorge Lobo:

Essa “nova filosofia do Direito da insolvência” e esse “novo Direito da empresa em crise”, além de estimularem a criação de procedimentos pré-concursais e pré-falimentares, de natureza extrajudicial e judicial, com vistas

⁸¹ “A insolvência não esgota a patologia da empresa moderna e, em conseqüência, não pode ser pressuposto único – ou principal – para a abertura do concurso. A insolvência é só o último grau da patologia. Toda situação de insolvência constitui uma situação de crise econômica, porém a proposição inversa resulta inexata” (FERNANDES, Angel José Rojo, *apud* ABRÃO, Nelson. *O novo direito falimentar*, p. 30-31).

⁸² “[...] é inegável que a sorte da empresa não pode ficar condicionada à conduta do empresário, como se entre eles houvesse uma relação dominial” (GUIMARÃES, Maria Celeste, *op. cit.*, pág. 39).

⁸³ LOBO, Jorge. *Direito Concursal*, p. 7.

a sanear, reorganizar e recuperar a empresa em dificuldades, deixam ao largo teorias e ideologias já superadas e substituem o caráter privatístico e a concepção liberal do Direito Concursal clássico por uma revolucionária concepção publicística e social, provocando uma sensível modificação na maneira de encará-lo, entendê-lo e aplicá-lo⁸⁴.

Os juristas buscaram então corrigir o descompasso entre o sistema jurídico e a realidade social, em função dos valores de justiça econômica, afastando aquela ideia de procedimento executório conducente à liquidação dos bens do devedor para a satisfação dos credores, baseado exclusivamente em uma presunção de insolvência, para valorizar e dar maior ênfase à continuação da empresa ao invés da sua liquidação⁸⁵, ante o reconhecimento de sua importância.

Jorge Lobo⁸⁶ mais uma vez enfatiza:

Com efeito, quando a finalidade da lei é a liquidação da empresa, basta a existência do pressuposto objetivo jurídico do inadimplemento ou da cessação ou da suspensão dos pagamentos. Por isso, as leis, promulgadas nos últimos anos, para disciplinar o fenômeno da crise da empresa, preocupam-se mais com o valor da empresa em funcionamento do que com o direito dos credores, o que levou a doutrina a rever a noção de pressuposto objetivo dos procedimentos concursais, a criar a dicotomia entre pressuposto objetivo jurídico e pressuposto objetivo econômico e a propor sua “desjurisdicização”.

Com efeito, quando a finalidade da lei é a liquidação da empresa, basta a existência do pressuposto objetivo jurídico do inadimplemento ou da cessação ou da suspensão dos pagamentos; todavia,, se a ratio legis é a salvação da empresa (sauvetage de l’entreprise), os critérios econômicos passam ao primeiro plano, daí dizer-se, em síntese, que, quando o objetivo da lei é recuperar a empresa, se deve considerar não o pressuposto objetivo jurídico do inadimplemento de obrigação líquida e certa de título que legitime a ação de execução ou da cessação ou da suspensão dos pagamentos das dívidas vencidas, mas o pressuposto objetivo econômico do estado de crise da empresa ou, melhor ainda, o pressuposto objetivo do tipo aberto, para usar a linguagem do discurso tipológico de Karl Larenz, sendo imprescindível bem compreender esta distinção para tratar, com proficiência, da unidade do sistema concursal.

Surge, assim, a recuperação judicial, insculpida na Lei 11.101/2005, como instrumento de salvaguarda do empresário cuja crise econômica-financeira ainda se mostra superável.

A ideia da recuperação está exatamente atrelada à manutenção da atividade econômica como fonte produtora, visando “viabilizar a superação da situação de crise

⁸⁴ *Ibid*, p. 8.

⁸⁵ ABRÃO, Nelson. O novo direito falimentar, p. 2-8.

⁸⁶ *Ibid*.

econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica” (art. 47, Lei 11.101/2005).

Segundo Ulhôa⁸⁷, o pressuposto objetivo econômico do estado de crise da empresa pode ser manifestado através da crise econômica, da crise financeira e/ou da crise patrimonial. Assim, a empresa estaria em crise quando da manifestação destes três estágios da crise.

A superação da crise da empresa, para o autor, deve ser resultante de uma solução de mercado, não sendo contrário, entretanto, à essa intervenção do Estado na tentativa de recuperação da empresa, para zelar pelos interesses que gravitam em torno e em função da empresa⁸⁸.

Fica claro, assim, que a necessidade de adequação do Direito Falimentar não decorreu apenas da nova ordem constitucional, mas, sobretudo, da ordem econômica e social vigente, que passou a exigir uma solução para a “crise da empresa”.

Sem essa nova diretriz, certamente estaria o Direito Falimentar falido⁸⁹.

- O direito concursal contemporâneo

⁸⁷ “A crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária” (COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial*, p. 212).

⁸⁸ “A superação da crise da empresa deve ser resultante de uma “solução de mercado”: outros empreendedores e investidores dispõem-se a prover os recursos e adotar as medidas de saneamento administrativo necessários à estabilização da empresa, porque identificam nela uma oportunidade de ganhar dinheiro. Se não houver solução de mercado para determinado negócio, em princípio, o melhor para a economia é mesmo a falência da sociedade empresária que o explorava. (...) A recuperação da empresa por intervenção do aparato estatal (Executivo ou Judiciário) é justificável apenas se a solução de mercado não pôde concretizar-se por disfunção do sistema de liberdade de iniciativa, na hipótese de o empreendedor atribuir à empresa, por exemplo, valor idiossincrático” (*Op. cit.*, p. 214-216).

⁸⁹ “O afastamento do empresário somente após a quebra torna praticamente irreversível o quadro falimentar, já que se existem casos de continuação do negócio sob a direção do síndico que tiveram a situação de insolvência revertida, consistem esses numa raridade. O síndico assume a administração da massa visando à liquidação da empresa, com a realização do ativo e o pagamento do passivo” (MAGALHÃES, Tiago Fantini. O princípio da dissociação entre a sorte da empresa e a sorte do empresário na nova ordem falimentar. In: *Novos estudos de direito comercial* em homenagem a Celso Barbi Filho. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 442).

A Lei de Falências e Concordatas já não atendia mais à dinâmica da vida empresarial nem à realidade sócio-econômica do nosso país, impedindo a manutenção de várias empresas viáveis, simplesmente porque se fundamenta numa orientação liquidatória, já ultrapassada, onde a decretação da quebra independe de qualquer verificação acerca da efetiva existência do estado de insolvência ou das dificuldades da empresa, onde a sorte da empresa depende da do empresário.

Aquele sistema não levava em conta o fenômeno da empresa (reconhecido no novo estatuto privado) com todos os seus efeitos sobre a economia e a sociedade, preocupando-se apenas com a satisfação dos créditos e dos credores.

O Direito Concursal contemporâneo, entretanto, busca não se ater àqueles princípios clássicos do Direito Societário, utilizados para identificá-lo única e exclusivamente como um meio de liquidação do patrimônio do devedor e satisfação dos credores. Pelo contrário, visa viabilizar a manutenção da própria empresa, dissociando a sorte da empresa daquela do empresário.

A crise da empresa necessitava ser vista com outros olhos porque, mais importante do que assegurar a satisfação dos créditos e os interesses dos credores é a manutenção da atividade produtiva, alicerce para um melhor desenvolvimento do Estado, da empresa.

Era preciso repensar acerca do processo concursal, tendo em vista o papel que a empresa exerce na sociedade e as consequências que podem advir de sua prematura extinção. Por traduzir a atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens e serviços, não se confunde com a pessoa do empresário ou com a da sociedade (tipo societário), razão pela qual a manutenção da atividade produtiva tem um forte caráter social.

Daí a importância da dissociação ou da separação da sorte da empresa em relação à do empresário, uma vez que a empresa não pode ser vista como uma extensão das atividades do empresário.

A nova realidade social e econômica exigiu e ainda exige um sistema cuja finalidade não seja a liquidação, mas a recuperação da empresa. Segundo Nelson Abrão:

O Direito Concursal é o banco de prova do Direito Patrimonial, concebido como o conjunto de normas e instituições através das quais se realizam e se ordenam os fins econômicos da pessoa. É em situação patológica, e não em estado de sanidade, que se mede realmente o alcance daquelas normas e instituições e, em definitivo, o grau de proteção que conferem aos interesses tutelados. Não se pode qualificar de satisfatória qualquer lei que não acerte compatibilizar o interesse dos credores com a proteção do princípio da conservação da empresa.⁹⁰

Nessa linha, as antigas noções de insolvência e de impontualidade no pagamento (que expressavam apenas a relação credor e devedor) encontram-se superadas pela crise da empresa, de caráter público e econômico.

O novo sistema do Direito Concursal caracteriza-se, assim, pela passagem daquele plano privatístico para o publicístico, da substituição do caráter processual pelo substancial, deixando de basear-se na mera composição dos interesses individuais dos credores para fulcrar-se na conservação da empresa.

Já não se fala em insolvência, mas em situação de crise econômica, que corresponderia a um conceito metajurídico, aberto e cambiante; a insolvência não esgota a patologia da empresa moderna e, em consequência, não pode ser pressuposto único – ou principal – para a abertura do concurso. A insolvência é só o último grau da patologia. Toda a situação de insolvência constitui uma situação de crise econômica, porém a proposição inversa resulta inexata⁹¹.

Não se pode mais admitir a falência ou a concordata como únicos mecanismos para solucionar a crise da empresa, ante os seus efeitos. No concurso de credores (insolvência civil), os efeitos decorrentes da insolvência, ao contrário daqueles produzidos no regime falimentar, não atingem a coletividade, ou não produzem tanto impacto na economia.

O protagonista do regime concursal de hoje não é mais aquele velho comerciante definido no Código Comercial de 1850 (comerciante individual), mas sim a empresa, ente gerador de postos de trabalho, fonte de arrecadação de tributos e socialmente responsável.

⁹⁰ O novo direito falimentar, p. 60-61.

⁹¹ FERNANDES, Angel Rojo, *apud* GUIMARÃES, Maria Celeste, *op. cit.*, p 167.

Atualmente, o Direito Concursal, passa a disciplinar um fato mais econômico do que processual, mais público do que privado, preocupando-se mais com a sorte da empresa.

A empresa está em crise, e como mola propulsora da economia, capaz de propiciar o desenvolvimento econômico e social, merece ser reestruturada e reorganizada.

Essa preocupação de manutenção da empresa é que deve nortear o sistema, tornando de suma importância a discussão acerca da nova legislação falimentar em tramitação no Congresso.

Para o direito falimentar, portanto, a adoção da teoria da empresa é de fundamental importância na busca da manutenção da atividade econômica.

CONCLUSÃO

A evolução do Direito Comercial está diretamente ligada, como não poderia deixar de ser, aos avanços tecnológicos e sociais e aos modelos políticos e econômicos vigentes em cada época.

A partir do momento em que a empresa passa a ser vista como uma atividade econômica organizada para a circulação ou produção de bens, produtos ou serviços, de acordo com aquele perfil poliédrico, promove uma reviravolta no objeto do Direito Comercial.

Além de promover um alargamento das atividades a serem reguladas, possibilita estabelecer uma dissociação entre a empresa e o empresário, distinguindo a sorte de cada um. A empresa passa a traduzir uma personificação própria, totalmente distinta daquela do empresário, razão pela qual a sorte deste ser estendida àquela.

Esta nova concepção também acentua o papel exercido pelas empresas na sociedade; o seu papel institucional está acima do direito individual de propriedade daquele que detêm o poder de controle, tendo em vista a função social que a empresa possui.

A crise econômica experimentada pelos países, principalmente após o advento das duas grandes guerras, acabou por elevar a níveis constitucionais a necessidade de proteção da empresa (diante do seu papel institucional perante a sociedade), o que somente pôde ocorrer com a adoção daqueles primados de personificação da empresa e de sua dissociação da figura do empresário. Entretanto, no sistema concursal anterior ficou clara a inexistência de uma alternativa salutar para tanto.

Assim é porque o Direito Falimentar, no final do século passado e início do atual, foi marcado pelo reconhecimento da necessidade de revisão de seus conceitos e primados, de forma a assumir uma nova feição, mais ligada à realidade social e econômica do país, qual seja: a de manutenção das empresas, geradoras de riquezas e empregos, a partir do seu reconhecimento como novo objeto delimitador do direito comercial, dando surgimento à nova Lei de Recuperação e falência.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Nelson. *O Novo direito falimentar: nova disciplina jurídica da crise econômica da empresa*. São Paulo: RT, 1985.

_____. *Curso de direito falimentar*. 5. ed. São Paulo: Leud, 1997.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. Trad. Fábio Konder Comparato. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro* n. 114, 1999.

BESSONE, Darcy. *Instituições de direito falimentar*. São Paulo: Saraiva, 1995.

BULGARELLI, Waldirio. *O Novo direito empresarial*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

CAMARGO VIANA, Rui Geraldo; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Temas atuais de direito civil na Constituição Federal*. São Paulo: RT, 2000.

CAMPINHO, Sérgio. *O direito de empresa à luz do novo código civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CARVALHO DE MENDONÇA, J. X. *Tratado de direito comercial brasileiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1946.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. São Paulo: Saraiva, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. Estado, empresa e função social. *Revista dos Tribunais*, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 85, n. 732, p. 43-44, out. 1996.

_____. *Direito empresarial: estudos e pareceres*. 2. tir. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. A reforma da empresa. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro* n. 50, 1983.

_____. *O poder de controle na sociedade anônima*. São Paulo: RT, 1976.

FERREIRA, Waldemar Martins. *Instituições de direito comercial*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1948.

_____. *Tratado de direito comercial*. São Paulo: Saraiva, 1960.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. *Manual de direito comercial*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2000.

GUIMARÃES, Maria Celeste Moraes. *Recuperação judicial de empresas*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

HENTZ, Luiz Antonio Soares. *Direito de empresa no código civil de 2002*. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. *A desconsideração da personalidade jurídica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

LAMY FILHO, Alfredo. A Empresa – Formação e Evolução – Responsabilidade Social. In: SANTOS, Theophilo de Azeredo. (Coord.). *Novos estudos de direito comercial em homenagem a Celso Agícola Barbi*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

LOBO, Jorge. *Direito concursal*. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

_____. *Da recuperação de empresas no direito comparado*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 1993.

MAGALHÃES, Tiago Fantini. O princípio da dissociação entre a sorte da empresa e a sorte do empresário na nova ordem falimentar. In: *Novos estudos de direito comercial* em homenagem a Celso Barbi Filho. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

MARSHALL, Carla C. *A sociedade por quotas e a unipessoalidade*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do direito civil*. Trad. Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito falimentar*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. *Curso de direito comercial*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

SALLES, M. P. A. A visão jurídica da empresa na realidade brasileira atual. *Revista de Direito Mercantil*, São Paulo: Malheiros, n. 119, p. 107, ano XXXIX, jul./set. 2000.

SARMENTO, Daniel. *A ponderação de interesses na Constituição Federal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

Direito Real de Laje: a extinção do direito real face a ruína da construção-base

Wagner de Jesus Caetano⁹²
Matheus Guerine Riegert⁹³

RESUMO

A inovação do Direito Real de Laje, voltada a efetivar a regularização fundiária urbana, trouxe nova forma de extinção da propriedade como particularidade exclusiva do instituto. Portanto, o presente artigo tem por objetivo elucidar a extinção do direito real de laje face a ruína da construção-base, expondo posicionamentos interpretativos divergentes, para assim, alcançar a mais acertada interpretação e aplicabilidade do dispositivo, consolidando entendimento eficaz e coerente com o ordenamento jurídico. Nesse passo, o desenvolvimento do artigo tem por auxílio o modelo metodológico dialético hegeliano, que baseou o enfrentamento das pesquisas legislativas e bibliográficas para o alcance dos resultados de duas correntes que divergem quanto a hermenêutica, sendo essenciais para obtenção das conclusões originadas da pesquisa em razão da mais acertada aplicabilidade sobre o inovador instituto.

Palavras-chave. Ruína. Extinção. Construção-base

INTRODUÇÃO

Trataremos no presente artigo acerca do direito de laje, mais especificamente sobre a extinção do domínio do “lajeário” face a ruína da construção-base, consoante o Art. 1.510-E do CC/02, pois as conclusões, inevitavelmente, acabam por assumir muitos questionamentos e reflexões.

Busca-se, portanto, questionar qual interpretação e aplicabilidade se dão ao novo instituto face a ruína da construção-base implicar diretamente na extinção do direito real de laje.

Conquanto haja previsão legal expressa no que toca a temática, a mesma encontra-se com falhas passíveis de interpretações ambíguas, surgindo a necessidade de analisar posicionamentos diversos a fim de que se alcance um entendimento sólido, eficaz e coerente com o ordenamento jurídico.

⁹² Bacharel em Direito pela Faculdade Novo Milênio.

⁹³ Advogado. Especialista em Direito Civil e Processual Civil. Professor de Direito na Faculdade Novo Milênio.

Este estudo, foi dividido em cinco subtítulos: inicialmente, foi realizado alguns levantamentos introdutórios acerca do tema “Direito Real de Laje”, consubstanciando uma breve contextualização quanto ao surgimento e motivação; em seguida, delimitando seu conceito, espécie e natureza.

Para finalmente se aprofundar na delimitação do tema é necessário perpassar as formas de extinção ordinárias da propriedade consoante ao dispositivo legal do Art. 1.275, CC, para assim, adentrar na característica e exclusiva inovação sobre a extinção do direito real de laje face a ruína da construção-base.

Consequente, foi levantada duas relevantes correntes que divergem quanto a interpretação e aplicação do dispositivo legal da extinção do direito real de laje face a ruína da construção-base, trazendo a seguinte indagação: qual interpretação se mostra mais acertada para ser aplicada?

- Questões introdutórias sobre o Direito Real de Laje

O direito de laje surgiu em forma de Medida Provisória sob o nº 759/2016, e posteriormente foi positivada por via legislativa sob o nº 13.465/2017, revelando-se oficialmente no rol de direitos reais do Código Civil brasileiro de 2002 com sua inserção no Art. 1.225, e concebendo os Arts. 1.510-A ao 1.510-E.

A razão da proposta da Medida Provisória supracitada, preconiza o direito à moradia expresso no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, e sua urgência tem por base a “regularização fundiária” e a mitigação do instituto aludido face ao número de normas de hierarquias diferentes e contraditórias que levou o TCU a determinar a suspensão liminar de alguns atos:

Em razão da vigência de diversas normas de hierarquia diferentes versando sobre a regularização fundiária, algumas delas versando de maneira contraditória sobre a mesma política, o cumprimento adequado do comando constitucional pertinente vem sendo cada vez mais mitigado, situação essa que levou o próprio Tribunal de Contas da União a determinar a suspensão liminar de alguns desses atos, inviabilizando o processo de titulações. 6. Destaca-se, nesse sentido, e até mesmo como primeira evidência da urgência que impõe o enfrentamento da matéria, os Acórdãos nº

775/2016, nº 1.086/2016 e nº 2.451/2016, proferidos pelo Plenário do TCU na TC 000.517/2016-0.94

Deste modo, também preconiza a urgência e relevância da Medida Provisória:

“o crescimento muitas vezes desordenado dos grandes centros urbanos e a explosão demográfica brasileira em curto espaço de tempo vem causando diversos problemas estruturais que, por falta de regramento jurídico específico sobre determinados temas, ou mesmo por desconformidade entre as normas existentes e a realidade fática dos tempos hodiernos, não apenas impedem a concretização do direito social à moradia, como ainda produzem efeitos reflexos negativos em matéria de ordenamento territorial, mobilidade, meio ambiente e até mesmo saúde pública. Daí porque entendemos, em linhas iniciais, a relevância e a urgência da medida que ora se propõe”.⁹⁵

De comezinho conhecimento é o fato da incapacidade do processo legislativo se amoldar em velocidade propínqua aos avanços e acontecimentos sociais do país, conforme expresso no item 93 da Medida Provisória supracitada:

“apesar da falta de dados oficiais, só o Ministério das Cidades recebeu, nos últimos quatro anos, pedidos de recursos para a regularização fundiária de mais de quatro milhões de unidades imobiliárias em todo o Brasil. (...) Ocorre que seus ocupantes, quando muito, possuem, apenas, escrituras sem registro ou mesmo documentos particulares inaptos ao ingresso nos registros imobiliários. São localidades, bairros e, eventualmente, municípios inteiros em condição de informalidade”.⁹⁶

Vale ressaltar que a informalidade que abarca tantos prédios não diz respeito, exclusivamente, as favelas – cristalizadora do ponto mais extremo - sendo também

⁹⁴ARAÚJO, Bruno Cavalcanti de. OLIVEIRA, Dyogo Henrique de. PADILHA, Eliseu. **Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 759. Brasília:** 2016. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-759-22-dezembro-2016-784124-exposicaoodemotivos-151740-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.

⁹⁵ARAÚJO, Bruno Cavalcanti de. OLIVEIRA, Dyogo Henrique de. PADILHA, Eliseu. **Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 759. Brasília:** 2016. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-759-22-dezembro-2016-784124-exposicaoodemotivos-151740-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.

⁹⁶ARAÚJO, Bruno Cavalcanti de. OLIVEIRA, Dyogo Henrique de. PADILHA, Eliseu. **Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 759. Brasília:** 2016. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-759-22-dezembro-2016-784124-exposicaoodemotivos-151740-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.

verificada nos bairros de baixo, médio e até alto padrão. Tornando-se evidente que não decorre, apenas, de situações de pobreza, havendo todo um complexo contexto social.

Destarte, quanto ao direito de laje especificamente, seu objetivo é fomentar a regularização fundiária e questões urbanísticas comuns, a exposição dos motivos para a feitura do instituto foi fundamentada, dentre outros, na premissa de: “reforço ao propósito de adequação do Direito à realidade brasileira, marcada pela profusão de edificações sobrepostas”.⁹⁷

Em consonância a motivação aludida, o ilustre professor Pablo Stolze (2017), destaca a importância de que o Direito se mantenha alinhado com aquela realidade social que justifica a sua própria existência.

Nesse ensejo, nasce o Direito Real de Laje como nova forma de regularização fundiária, buscando a solução de antigas e contemporâneas situações de irregularidade imobiliária específica.

Cumprir destacar que, a legitimação desta regulamentação também visa importante aspecto econômico que, concluída a regularização dos imóveis em situação irregular, estes poderão servir de suporte para investimento do capital produtivo brasileiro, podendo ser oferecidos em garantia de operações financeiras, decrescendo custos de crédito.

- Conceito de Direito Real De Laje

O conceito legal de direito real de laje está consubstanciado no Art. 1510-A do CC/2002, como se observa:

⁹⁷ARAÚJO, Bruno Cavalcanti de. OLIVEIRA, Dyogo Henrique de. PADILHA, Eliseu. **Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 759. Brasília: 2016.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-759-22-dezembro-2016-784124-exposicaodemotivos-151740-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.

Art. 1.510-A. O proprietário de uma construção-base poderá ceder a superfície superior ou inferior de sua construção a fim de que o titular da laje mantenha unidade distinta daquela originalmente construída sobre o solo.⁹⁸

Os ilustres professores Cristiano Chaves de Farias, Martha El Debs e Wagner Inácio Dias, trazem o seguinte conceito:

A laje ou direito sobre a laje (ou, ainda, direito de laje), pode ser conceituada como a nova lâmina de propriedade criada através da cessão, onerosa ou gratuita, da superfície superior ou inferior de uma construção (seja ela sobre o solo ou já em laje) por parte do proprietário (ou lajeário) da mesma, para que o titular do novo direito possa manter unidade autônoma da edificação original.⁹⁹

Nesse passo, o direito real de laje apenas pode ser instituído a partir do 'lajeado', ou seja, do proprietário, que pressupõe construção base averbada (regularização do solo e averbação da construção erigida) concedendo ao "lajeário" em plano vertical (sobreelevação ou infrapartição) a titularidade autônoma do bem construído por meio do gênero alienação em suas formas gratuita ou onerosa.

Conforme ensinamentos do ilustre Des. Francisco Eduardo Loureiro (2017) define-se o direito real de laje como nova modalidade de propriedade, na qual o titular adquirente torna-se proprietário de unidade autônoma consistente de construção erigida sobre acessão alheia, sem implicar situação de condomínio tradicional ou edifício.

Insta frisar que não se pode confundir direito real de laje propulsor de simplicidade e regras brandas com condomínio tradicional (arts. 1.314 e seguintes CC) ou edifício arts. 1.331 e seguintes CC), muito menos com direito de superfície temporário, e tampouco com o comodato.

Nesse passo, o direito real de laje se coaduna da simples construção arquitetônica conhecida popularmente como "puxadinhos", e demais obras voltadas a comportar ambiente residencial, que é alienado para terceiro em plano vertical, que adquire o domínio de uma área limitada à construção da unidade autônoma em consonância as

⁹⁸BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Brasília: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em 01 Mar. 2018.

⁹⁹FARIAS, Cristiano, DEBS, Martha e INÁCIO, Wagner. **Direito de Laje – Do Puxadinho à Digna Moradia**. 2018. Pág. 22.

unidades de medida e extremidades da construção-base, como exemplo ordinário, temos a alienação da laje para o(a) filho(a) que ao casar constrói residência acima da casa dos pais.

Conforme explica Francisco Eduardo Loureiro (2017) o legislador procurou regularizar e solucionar situação de fato que aflige milhares de famílias no país, em especial as de baixa renda: o proprietário de determinado imóvel aliena a terceiros o direito de construir sobre a laje de sua edificação, e de se tornar o adquirente dono da nova construção erigida, independente daquela original, que se encontra abaixo.

Portanto, o acréscimo e inovação da laje no rol de direitos reais (Art. 1.225, XIII, XX), viabiliza inúmeras questões jurídicas advindas de milhares de edificações no país, trazendo aos envolvidos a devida estabilidade e segurança jurídica em prol da pacificação social.

- Natureza do Direito Real de Laje

Conforme ensinamentos dos ilustres Cristiano Chaves de Farias, Martha El Debs e Wagner Inácio Dias (2018): “cuida-se a toda evidência de uma nova modalidade de direito real (...). Dúvida não pode existir, inclusive, por força da tipicidade legal, na medida em que o texto legal é expresso ao afirmar a natureza real da laje.”

Fora o reconhecimento da natureza real do direito de laje, incorre uma instigante indagação subjacente sobre o campo de sua natureza jurídica quanto ao enquadramento topológico, se a laje é um direito real sobre coisa alheia ou se é um direito real sobre a coisa própria, há certa contradição.

Há quem defenda tratar-se de direito real sobre coisa alheia, e direito real sobre coisa própria. Loureiro (2017) acentua que o Direito Real de Laje está mais aproximado de um direito real sobre coisa própria, pois possui em seu conteúdo um animus equiparável ao domínio.

Este direito real sobre coisa própria gera ao ‘lajeário’ os poderes de uso, gozo, disponibilidade e sequela, porém, não são suficientes para caracterizar a propriedade plena, consoante ao que se extrai dos arts. 1.510, §4º e §6º do Código Civil brasileiro,

ao passo que, incorre ao proprietário da laje limitações como a necessidade de anuência do 'lajeado' para alienações sucessivas, e a não atribuição de fração ideal de terreno ao domínio do 'lajeário'.

§4o A instituição do direito real de laje não implica a atribuição de fração ideal de terreno ao titular da laje ou a participação proporcional em áreas já edificadas. (...);

§ 6o O titular da laje poderá ceder a superfície de sua construção para a instituição de um sucessivo direito real de laje, desde que haja autorização expressa dos titulares da construção-base e das demais lajes, respeitadas as posturas edilícias e urbanísticas vigentes.¹⁰⁰

Cristiano Chaves de Farias, Martha El Debs e Wagner Inácio Dias, afirmam: “Cada proprietário/lajeário o é de sua unidade, sem projeção de seu direito sobre o terreno em que se edificou a construção (exceção feita ao lajeado, que será proprietário da construção-base e do terreno).”

Há um total desconexão da laje e o terreno, gerando uma perfeita propriedade em três dimensões. (...) vive-se o momento da propriedade em três dimensões, não mais anexada a planta imobiliária do solo, mas elevada ou infraconstituída em relação a lâmina que o perfaz o chão.¹⁰¹

Nesse passo, criou-se nova modalidade de propriedade, sendo esta limitada à construção, mas sem implicar situação de condomínio, quer tradicional, quer edifício, entre o proprietário sotoposto e 'lajeário'.

- A extinção do Direito Real de Laje face a ruína da construção-base

Insta frisar que, o direito real de laje trouxe ao instituto aludido hipótese exclusiva de extinção da propriedade, caracterizada pela ruína da construção-base, consoante ao dispositivo legal do art. 1.510-E, CC:

¹⁰⁰BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Brasília: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em 01 Mar. 2018.

¹⁰¹FARIAS, Cristiano, DEBS, Martha e INÁCIO, Wagner. **Direito de Laje – Do Puxadinho à Digna Moradia**. 2018. Pág. 70.

Art. 1.510-E. A ruína da construção-base implica extinção do direito real de laje, salvo:

I - se este tiver sido instituído sobre o subsolo;

II - se a construção-base não for reconstruída no prazo de cinco anos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não afasta o direito a eventual reparação civil contra o culpado pela ruína.¹⁰²

Destarte, foi resguardado ao 'lajeário' em situação de ruína, apenas duas hipóteses para manutenção do seu domínio, ou seja, a construção imobiliária da laje ser erigida em infrapartição; e, caso a construção imobiliária da laje incorra em sobrelevação, a redação legislativa do inciso II causa sentido de oposição ao caput, gerando interpretações controvertidas.

Nesse passo, nasce uma instigante indagação quanto a interpretação que deve-se prestar na efetiva aplicação do instituto aludido face aos casos concretos que venham subsumir a norma. Não obstante, face a natureza complexa e recente da norma, é possível vislumbrar posicionamentos e interpretações que inevitavelmente, assumem questionamentos e reflexões divergentes, contrariando a segurança jurídica.

O ilustre doutor e juiz de direito do Estado de São Paulo, Vitor Frederico Kümpel, interpreta a ocorrência de eventual erro da redação legislativa, vista a informação do caput ser inversa ao inciso II:

A sentença completa formada pelo caput e pelo inciso II demonstra um provável erro de redação legislativa. Formou-se uma incômoda dupla negativa, que, a interpretar-se literalmente, significa que se a construção-base for erguida novamente em até cinco anos, não haverá sobrevivência do direito de laje. A contrario sensu, se o imóvel-base for reconstruído, por exemplo, dez anos depois, então o direito de laje incide! É ilógico que seja esse o regramento. Mas é assim que se mostra, hoje, a redação desse importante preceito.¹⁰³

¹⁰²BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Brasília: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em 01 Mar. 2018.

¹⁰³Kümpel, Vitor. **Algumas reflexões sobre o Direito Real de Laje – Parte II. São Paulo**: 2017. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Registralhas/98,MI265989,81042-Algumas+reflexoes+sobre+o+Direito+Real+de+Laje+Parte+II>>. Acesso em: 23 Fev. 2018.

A leitura crua do caput conjunto ao inciso II traz literalmente nuances de ambiguidade, a interpretação por sua vez do posicionamento aludido tende a optar pela descaracterização da dupla negativa do texto legal, efetuando a aplicação do instituto de modo a interpretar que, face a ruína do imóvel base, se preservará durante 5 anos a titularidade do domínio do lajeário, sob pena de, ultrapassado tal prazo *in albis*, sem haver a reconstrução da construção-base, se perderá a propriedade lajeária. Nesse sentido se posiciona o Ilustre professor Carlos Eduardo Elias de Oliveira:

O fato de o direito real de laje aéreo (e não o subterrâneo, por conta da sua independência física, reconhecida pelo art. 1.510-E, I, CC) ser extinto no caso de ruína da construção-base sem reedificação em 5 anos não corrompe a sua natureza de um verdadeiro direito real de propriedade, pois essa dependência arquitetônica não é decisiva para a conceituação jurídica, que é fruto de uma ficção legal.¹⁰⁴

A propósito, uma prova de que a existência concreta de construção é requisito para o direito real de laje no espaço aéreo é a previsão expressa de extinção da laje no caso de ruína do prédio sem posterior reedificação (art. 1.510-E, CC).¹⁰⁵

No entanto, Cristiano Chaves de Farias, Martha El Debs e Wagner Inácio Dias, afirmam que o dispositivo legal se trata de um ônus, mecanismo de perda (parcial) da propriedade pelo proprietário da construção-base, e em contrapartida, mecanismo de aquisição (parcial) da propriedade pelo lajeário:

O prazo de cinco anos, a que se entender como um ônus, não uma nova forma de usucapião. Não havendo a reconstrução no prazo assinado pela lei, entende-se autorizado o lajeário a efetivar a reconstrução do edifício-base, atribuindo-se a ele a propriedade do conjunto (construção-base + terreno subjacente). O ônus estabelecido no Art. 1.510-E tem por finalidade impedir que o proprietário da construção-base, eventualmente arrependido da edificação em lajes, possa, aproveitando-se da

¹⁰⁴OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. **DIREITO REAL DE LAJE À LUZ DA LEI Nº 13.465, DE 2017: nova lei, nova hermenêutica**. Brasília, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/wagne/Downloads/TD238.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

¹⁰⁵OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. **DIREITO REAL DE LAJE À LUZ DA LEI Nº 13.465, DE 2017: nova lei, nova hermenêutica**. Brasília, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/wagne/Downloads/TD238.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

ocorrência de um desastre, dar outra destinação ao terreno, suprimindo o *manu militari* o direito de terceiros.¹⁰⁶

Os ilustres Cristiano Chaves de Farias, Martha El Debs e Wagner Inácio Dias buscando esmiuçar o alcance e aplicação do ônus supracitado, lecionam da seguinte forma:

Em não edificando no prazo máximo de 5 anos (prazo imutável) estará o primeiro lajeário autorizado a reconstruir a edificação base, devendo para tanto respeitar os limites previamente existentes, uma vez que não lhe é autorizado ocupar nenhum outro espaço do terreno.¹⁰⁷

Em sentido aparente a autotutela do lajeário face a omissão do lajeado em efetivar a reconstrução da construção-base no prazo de cinco anos, se posiciona o ilustre Professor Maurício Mota:

O direito real de laje no direito brasileiro, ao contrário do direito de superfície, não é temporário. Ele é um direito que tende à perpetuidade, porque ele pode inclusive, ser reconstituído, no caso da construção-base vir a ser arruinada (...). É possível até que o proprietário da laje reconstrua os pilares da construção-base e aí mantenha a sua laje sobreposta.¹⁰⁸

Nesse diapasão, o ônus há de imputar como uma perda para aquele que optar por descumpri-lo, assim, estamos diante de uma nova forma de perda da propriedade, unicamente aplicável quanto ao direito real de laje, uma vez que pressupõe a existência de cessão do direito de laje e descumprimento do ônus de reconstruir o imóvel no prazo legal.

Diante do exposto, nos deparamos com duas correntes plausíveis que defendem tratar-se de: (a) dupla negativa (equivoco gramatical da redação legislativa); ou (b) ônus (perda parcial daquele que descumprir).

¹⁰⁶FARIAS, Cristiano, DEBS, Martha e INÁCIO, Wagner. **Direito de Laje – Do Puxadinho à Digna Moradia**. 2018. Pág. 77.

¹⁰⁷FARIAS, Cristiano, DEBS, Martha e INÁCIO, Wagner. **Direito de Laje – Do Puxadinho à Digna Moradia**. 2018. Pág. 221.

¹⁰⁸MOTA, Maurício. **O Direito Real de Laje No Código Civil**. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <<http://emporiadodireito.com.br/leitura/o-direito-real-de-laje-no-codigo-civil>>. Acesso em: 23 Fev. 2018.

CONCLUSÃO

Vislumbra-se de imediato alguns obstáculos para aceitação da interpretação e aplicação da corrente relacionada a dupla negativa, face ao condão da ruína da construção-base implicar ao 'lajeário' alguns fatores que tem por consequência a indevida extinção do domínio da laje, restando-lhe apenas a eventual reparação civil caso comprove a culpa de outrem, consoante ao parágrafo único do art. 1.510-E, CC.

Diante disso, levando em consideração tratar-se de um erro de redação legislativo, vindo assim a desconsiderá-lo, caso incorra a ruína da construção-base em razão de caso fortuito ou força maior, coaduna o 'lajeário' ao injusto de apenas poder perseguir o ressarcimento patrimonial se houver culpado, o sujeitando neste caso, a perda do investimento imobiliário, e, do domínio da laje se a reconstrução da parte do lajeado não ocorrer no prazo de 5 anos.

A linha de raciocínio aludida, facilitadamente também convalesce a grosso modo, com situações de prejuízo ao 'lajeário' face a situações de locupletamento. Tornando possível as seguintes indagações que resultariam em prejuízos processuais: no caso de ruína por caso fortuito ou força maior, se a construção base não for novamente erigida dentro de 5 anos. O lajeário restará em total prejuízo? No caso de ruína, se a construção base for novamente erigida, porém, dolosamente no prazo de 5 anos e 1 dia, sob a pretensão do lajeado poder realizar nova alienação a terceiros ou adquirir novamente o pleno domínio. Restaura-se o direito real de laje? Pode ser instituído o patrimônio de afetação com o intuito de assegurar a continuidade da propriedade e futura reconstrução da laje entre particulares? Pode haver instituição entre o 'lajeário' e o proprietário da construção-base para que se tornem co-proprietários do terreno face a ruína?

Tais questões levantadas, se não opuserem resultado diverso do cancelamento do direito real de laje no registro imobiliário, descompensam o surgimento do instituto como espécie de regularização fundiária, que teve fomento no dispositivo constitucional do direito à moradia expresso no Art. 6º, CF.

Portanto, defender a interpretação legislativa redacional como um ônus, torna-se mais acertada de modo que, está corrente e traz toda a segurança jurídica necessária para

efetivação do instituto aludido, ao passo que, tem por finalidade impedir qualquer locupletamento por parte do proprietário da construção-base que, eventualmente arrependido da alienação e edificação de lajes, possa em proveito da ruína, dar destinação diversa ao terreno em proveito de indevida recuperação do domínio total do prédio, trazendo prejuízos inconformáveis aos lajeários, assim, suprimindo por completo o *manu militari* face ao direito de terceiros.

É nitidamente penoso se desvencilhar da zona de conforto, o que subitamente direciona pessoas a manter padrões rígidos e conservadores sobre o que há muito se manteve como certo e inabalável, tal como uma verdade absoluta, ainda mais se tratando do cogente ramo de direitos reais; porém, o direito real de laje surgiu de uma consequência social, partiu de uma necessidade existencial que não houve previsão material por parte dos antigos institutos. Nesse passo, estamos diante de uma nova questão sobre direito real, que se distingue das demais, pois possui características próprias desde sua instituição até a sua extinção.

Trata-se de uma inovação que surgiu para regularizar as consequências dos tempos modernos e atuais, portanto, acertadamente se faz a interpretação do Art. 1510-E, II, CC ensejar a sua aplicação como um ônus, mecanismo de perda (parcial) da propriedade pelo proprietário da construção-base, e em contrapartida, mecanismo de aquisição (parcial) da propriedade pelo lajeário.

O surgimento da nova espécie de regularização fundiária, resultando em uma nova lei, pressupõe uma aplicação de acordo com a altura do seu propósito instituidor, devendo ser interpretada em gênero e grau quanto ao seu objetivo regularizador, assim, alcançando a eficácia e segurança jurídica esperada.

Os juristas devem se adaptar a prover novos entendimentos quanto a novos institutos, por óbvio respeitando regras gerais, porém, aceitando as características próprias e ora inovadoras quanto as peculiaridades que os circundam. Destarte, devemos enaltecer o modo de operar o direito sobre questões futuras, ao passo que, a evolução advém da inovação: “Nova Lei, Nova Hermenêutica”.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Bruno Cavalcanti de. OLIVEIRA, Dyogo Henrique de. PADILHA, Eliseu. **Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 759. Brasília: 2016.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-759-22-dezembro-2016-784124-exposicaodemotivos-151740-pe.html>>. Acesso em: 10 Fev. 2018.

BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Brasília: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em 01 Mar. 2018.

FARIAS, Cristiano, DEBS, Martha e INÁCIO, Wagner. **Direito de Laje – Do Puxadinho à Digna Moradia.** Fortaleza: Juspodvm, 2018.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA, Rodolfo. **Manual de direito civil; volume único.** São Paulo: Saraiva, 2017.

KUMPEL, Vitor. **Algumas reflexões sobre o Direito Real de Laje – Parte II.** São Paulo: 2017. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Registralhas/98,MI265989,81042-Algumas+reflexoes+sobre+o+Direito+Real+de+Laje+Parte+II>>. Acesso em: 23 Fev. 2018.

LOUREIRO, Francisco Eduardo. **Direito de Superfície e Laje.** Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.26notas.com.br/blog/?p=13281>>. Acesso em 01 nov. 2017.

Mota, Maurício. **O Direito Real de Laje No Código Civil.** Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/leitura/o-direito-real-de-laje-no-codigo-civil>>. Acesso em: 23 Fev. 2018.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. **DIREITO REAL DE LAJE À LUZ DA LEI Nº 13.465, DE 2017: nova lei, nova hermenêutica.** Brasília, 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/wagne/Downloads/TD238.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017.

STOLZE, Pablo. **Direito real de laje: primeiras impressões**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 4936, 5 jan. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/54931>> Acessado em 12 de Julho de 2017.

STOLZE, Pablo e PAMPLONA, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**. 2017. Pág. 1116 a 1119.

Uma revisão da Teoria da Dependência e a atual crise do neoliberalismo na América Latina

Renata Santos Moreira Frechiani¹⁰⁹

RESUMO

Os recentes conflitos enfrentados pelo Presidente Pinera, no Chile, Moreno no Equador e a derrota, na Argentina do Neoliberalismo de Macri, reacende o grande debate que durou décadas, sobre as políticas econômicas que deveriam ser postas em prática para promover o desenvolvimento econômico na América Latina. Deste debate, surgiu uma corrente de economistas que redundou na criação da Comissão Econômica Para América Latina (CEPAL). A palavra "desigualdade" vem tomando uma proporção considerável, principalmente quando olhamos para os recentes conflitos sociais no Equador, Chile e Argentina, que tem, como pano de fundo, o aumento das diferenças sociais entre pobres e ricos. A mesma desigualdade questionada pela CEPAL entre centro e periferia, ou seja, entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Esse trabalho pretende fazer uma retrospectiva histórica da Teoria da Dependência com o objetivo de discutir a seguinte questão: O Subdesenvolvimento é apenas uma etapa pela qual deve passar os países da América Latina? Essa retrospectiva, pretende provocar uma reflexão em relação ao atual modelo de desenvolvimento utilizado pela maioria dos governos da América Latina e, nesse sentido, levar o leitor a pensar em como e quem deve resolver os problemas sociais: o Estado ou o Mercado?

Palavras-chave: CEPAL; Teoria da Dependência; Desigualdade; Estado e Mercado.

INTRODUÇÃO

Muitas mudanças ocorreram na economia da América Latina durante o período compreendido entre 1930 e 1950, destacando-se que foi durante esse período que os governos centralizados assumiram um papel maior, a partir da Grande

Depressão, na direção das economias dos principais países latino-americanos, convertendo-se em grandes inversionistas nas indústrias de base, ao mesmo tempo em que colocavam em prática políticas macroeconômicas (monetárias e fiscais) com o intuito de alcançar níveis mais altos e estáveis de desenvolvimento econômico em suas respectivas economias.

Desde o princípio, o papel extenso do governo foi um tema de controvérsia, apesar de reconhecerem que era necessário certo grau de regulação, inversão e planejamento governamental. Por outro lado, as corporações multinacionais consideravam a legislação especial, que definia e restringia a sua participação nas

¹⁰⁹ Mestre em Teoria Econômica. Professora do Curso de Administração, Ciências Contábeis e Direito da Faculdade Novo Milênio. E-mail: rfrechiani@yahoo.com.br

economias da região, como um obstáculo para a transferência de tecnologias avançadas, como elemento essencial para o desenvolvimento da América Latina.

Sem embargo, muitos economistas argumentavam que a participação governamental na economia era necessária e contribuía positivamente para o processo de desenvolvimento econômico. Os proponentes do desenvolvimento através da estratégia de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) afirmavam que a participação mais ampla do governo era uma condição necessária para a industrialização na América Latina e que, talvez, a industrialização fosse a única forma de adquirir o controle do excedente econômico da região. Portanto, se adotou a Industrialização por Substituição de Importações (ISI) em todos os países latino americanos, que de uma outra forma, serviu como um guia para a formulação de políticas econômicas que estimularam e protegeram, até a década de 80, as indústrias dos respectivos países latino-americanos.

Em 1982 uma convergência de fatores externos desencadeou a Crise da Dívida Externa do Terceiro Mundo e a “Década Perdida”, o que por sua vez estimulou uma série de reformas orientadas para o mercado, sepultando definitivamente o modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), colocando em prática, uma “nova estratégia”, advindas do consenso de Washington: o Neoliberalismo e o retorno da economia de mercado. (GOLDENSTEIN 1994).

As recentes crises no Equador, Chile e Argentina, países que adotaram o Neoliberalismo como modelo econômico, permite resgatar o debate sobre a Teoria da Dependência, que a princípio parecia ser um tema ultrapassado, ganha espaço, principalmente no que diz respeito à nova forma de inserção dos países latino-americanos na economia mundial que vem sendo questionada, com mais vigor, atualmente.

O debate, a respeito da dependência da América Latina, foi retomado, de forma brilhante, na tese de doutoramento de Lídia Goldstein, ressuscitando antigas e novas questões a respeito do subdesenvolvimento da região. Assim, o objetivo deste artigo é, a partir de uma retrospectiva histórica, discutir a seguinte questão levantada por Goldstein:

Subdesenvolvimento é uma fase pela qual passam certos países, uma etapa passageira rumo ao desenvolvimento, ou o resultado de uma divisão internacional do trabalho que condena a periferia inexoravelmente ao atraso? (GOLDENSTEIN, 1994, p.17)

DESENVOLVIMENTO

Durante a Segunda Guerra Mundial, as alterações no comércio internacional estimularam a industrialização de muitos países da região. Ao final da década de quarenta muitos economistas latino americanos se deram conta de que a economia dependia muito dos mercados extremamente flutuantes de produtos primários e da saúde econômica dos países industrializados. Em função desta situação, concluíram que se nada fosse feito para promover mudanças estruturais de grande envergadura, a América Latina permaneceria indefinidamente em um estado de subdesenvolvimento, oscilando de maneira constante entre o *boom* e a bancarrota. (BIELSCHOWSKY, 2000)

Neste contexto, e com perspectivas completamente revolucionárias, surge o movimento genuinamente latino-americano, fundado por Prebisch: O Estruturalismo, esta teoria nasceu nos anos trinta com o intuito de responder aos problemas de desenvolvimento da América Latina, que consistia na dificuldade do sistema de mercado em resolver as diferenças entre os produtos primários e os bens manufaturados que explicavam as vantagens do comércio entre o centro e a periferia. (BIELSCHOWSKY, 2000)

No entanto, foi através da criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), fundada pelo economista Raúl Prebisch, que as ideias estruturalistas se irradiaram pelo continente latino americano, tornando-se o modelo teórico predominante para analisar e formular políticas de desenvolvimento econômico, além disto, a CEPAL se converteu em um importante foro de discussões entre latino americanos, servindo para uni-los em debates com os economistas que defendiam as ideias orientadas para o mercado, sobre tudo nos Estados Unidos e em instituições internacionais como o Banco Mundial e o FMI. O conceito de dependência que era desenvolvido pela CEPAL, era a capacidade ou incapacidade

da periferia para alcançar um desenvolvimento independente do centro. (BIELSCHOWSKY, 2000)

Os latino americanos, que teorizaram sobre o estado de subdesenvolvimento de suas economias, quase sempre colocavam em destaque a instabilidade política do século XIX ou algumas “deficiências culturais” que impediam o surgimento de uma classe empreendedora e outras instituições capitalistas. Para este grupo de intelectuais orgânicos os remédios propostos se concentravam na necessidade de conseguir a estabilidade política econômica e difundir os elementos culturais e econômicos das nações mais desenvolvidas e industrializadas (Inglaterra e Estados Unidos). Por esses motivos, a doutrina do livre comércio e a não intervenção governamental se difundiu entre as classes dominantes (os latifundiários, exportadores e importadores) e implicitamente o modelo primário exportador era visto como a única estratégia de desenvolvimento.

Prebisch, para fins analíticos, dividiu o mundo em duas regiões: o “centro” e a “periferia”. No **Centro**, estavam os países industrializados do mundo capitalista que se especializaram em produzir e exportar bens manufaturados enquanto, na **Periferia** se encontravam as regiões subdesenvolvidas cuja principal atividade era produzir e exportar bens agrícolas e outros produtos do setor primário. O importante é que o *modelo primário exportador*, adotado nos séculos anteriores, limitou a capacidade da periferia desenvolver-se de maneira autônoma e aumentou sua dependência em relação ao centro. (BIELSCHOWSKY, 2000)

O ponto central da crítica de Prebisch, sobre a inviabilidade e a vulnerabilidade do modelo primário exportador, era que os preços das exportações da periferia comparados com os que pagavam pelas importações eram prejudiciais. Desta forma, a divisão internacional do trabalho, baseada na teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, e a consequente especialização da periferia em bens primários, beneficiava excessivamente o centro, obrigando, ao longo do tempo, os países latino americanos a produzirem e exportarem quantidades cada vez maiores de produtos primários para poder comprar as mesmas quantidades de produtos manufaturados das nações do centro. Portanto, a débil base industrial da periferia e as relações de livre comércio entre as áreas do centro e da periferia seguiriam impedindo o desenvolvimento autônomo desta última, através do

intercâmbio desigual entre as regiões do mundo, que beneficiava o centro às expensas da periferia. Como nos diz Raúl Prebisch:

Acima de tudo, por sua própria natureza, o problema dos países em desenvolvimento não se presta a soluções rápidas ou repentinas. A tarefa de corrigir um atraso econômico secular não pode ser comparada ao problema de recuperação econômica europeia, nem mesmo depois de uma guerra destrutiva. (BIELSCHOWSKY, 2000. p.422.)

Prebisch e a CEPAL sustentavam que os organismos financeiros internacionais, deveriam ser reformulados, dentre estes, o Banco Mundial que deveria receber fundos dos países ricos e industrializados para oferecer uma ajuda maior aos países da periferia. Por último, e não menos importante, a proposta da criação de um Mercado Comum latino-americano que facilitaria o comércio entre os países da região, ao mesmo tempo em que se conservariam as tarifas externas para proteger as incipientes indústrias manufatureiras, ampliando o mercado para as indústrias latino-americanas, com o fim de aproveitar as economias de escala, gerando mais oportunidades de emprego e níveis de renda mais elevados. (BIELSCHOWSKY, 2000)

Prebisch também explicou o porquê da “assimetria” nas relações de comércio internacional, e a solução deste problema se centrava na estratégia governamental coordenada de Industrialização por substituição de importações (ISI), que deveria servir para modificar a estrutura da produção e com o passar dos tempos, suas relações com o centro. As medidas concretas incluíam subsídios para novas indústrias, investimento público em infraestrutura industrial e nas indústrias básicas, e uma maior proteção do mercado nacional mediante barreiras comerciais. (BIELSCHOWSKY, 2000)

A América Latina entrou numa nova fase do processo de propagação mundial da técnica, (desenvolvimento de dentro para fora, a partir dos anos 30) mais estava muito longe de ter sido plenamente assimilada na produção primária, pois os novos processos de produção penetravam mais nas atividades relacionadas com as exportações de alimentos e matéria prima. O fenômeno se desenvolveu de maneira desigual nas terras novas e férteis e nas terras de cultivo secular. Assim, propagação do progresso técnico na periferia, ao contrário do centro, gerava um grave problema, pois a utilização da técnica moderna ao mesmo tempo em que

aumentava a produtividade, gerava um enorme excedente de potencial humano, que a agricultura já não mais requeria, e que portanto, recorre-se a indústria para absorver essa força de trabalho. (BIELSCHOWSKY, 2000)

Há uma relativa abundância de potencial humano, nas atividades primárias que tendem a pressionar os salários e os preços dos produtos primários, que impede a periferia a compartilhar com os centros o fruto do progresso técnico, e a conservar uma parte do fruto do seu próprio progresso. Se o desenvolvimento rápido da indústria e das demais atividades pudessem absorver com rapidez o referido excedente, existiria uma tendência ao nivelamento dos salários da indústria com o setor primário, ambos se beneficiariam igualmente do aumento geral da produtividade.

Porém, os países industrializados limitam esse processo apenas a sua própria população, a indústria não cresce para absorver a população da periferia, e estes só podem absorver o excedente se desenvolverem sua própria indústria, em consequência tivemos uma lenta propagação do progresso técnico que acabou por transferir parte do seu próprio progresso para os centros. A relação de preços piora para a periferia, pois a demanda dos centros industrializados aumenta mais que a produção primária. Para a CEPAL:

Na periferia, tal qual como o centro o progresso técnico traz consigo o desemprego, mas a demanda de bens de capital inerentes a esse progresso não se manifesta da mesma maneira, uma vez que nos países periféricos não existem as indústrias de capital. Passando a provocar efeitos na economia dos centros, e quando esses centros não compensam a demanda das importações para os países periféricos, estes sofrem com o desemprego provocado pelo progresso técnico, a não ser que adotem uma política deliberada de desenvolvimento. (BIELSCHOWSKY, 2000. P167.)

Na América Latina não existia um desenvolvimento industrial capaz de absorver o excedente da população e essa carência pode contribuir para manter baixo os salários. Esse é um problema que influiu e muito nos termos de intercâmbio. (BIELSCHOWSKY, 2000)

Outro ponto a ressaltar é o fato de que sempre foi necessário utilizar equipamentos novos para aumentar a produtividade, porém está atrelado a um aumento de capital per capita. Nos países periféricos, onde os salários são mais baixos, pagar essa máquina é relativamente mais custoso e não compensa substituí-la em função dos

diferenciais de custos de substituição de capital pôr trabalho, que são extremamente mais elevados na periferia em relação ao centro.

Dessa forma, sentenciou Prebisch que o fruto do progresso técnico é duplamente transferido para toda a coletividade, através da queda dos preços ou da elevação da renda, mas isso só se verifica nos centros, onde permanecem os frutos do seu próprio progresso técnico, negando definitivamente a aplicabilidade e a validade da Teoria das Vantagens Comparativas, onde:

(...) Os citados raciocínios pressupõem uma mobilidade absoluta dos fatores e produtos, e o mundo abstrato construído pôr eles difere substancialmente do mundo real” p.154 (...) Não devemos, portanto, empregar a teoria dessa maneira parcial, mas sim para nos ajudar a compreender de que modo a realidade difere de suas suposições, e para obter um conhecimento mais preciso dessa realidade. (BIELSCHOWSKY, 2000. p.155)

Nessa revisão da Teoria das Vantagens Comparativas, do ponto de vista periférico, Prebisch enfatizou a importância do estudo do ciclo econômico, para que fosse possível compreender porque, na medida em que o progresso técnico se difundia internacionalmente, as diferenças de renda entre o centro e a periferia cresciam de forma extremamente favorável aos países centrais, permitindo que se extraísse as seguintes conclusões :

1ª - A periferia tende a transferir uma parte do fruto do progresso técnico para o centro, enquanto esse último retém o que eles mesmos obtém. Quanto mais a periferia se esforça para aumentar sua produtividade, aumenta o excedente de população e tanto maior é a transferência. Para elevar o nível de renda na produção primária da América Latina, não basta aumentar a produtividade, é preciso absorver o excedente da população, mediante o desenvolvimento da indústria.

2ª - A falta de mobilidade internacional dos fatores produtivos leva-nos a formular, para o desenvolvimento da periferia, um critério de economia diferente do que poderia ser derivado do raciocínio em questão.

3ª- A forma de propagação do progresso técnico. A maior capacidade de demanda e poupança só é encontrada nos centros, os países periféricos ficam afastados dessa vantagem, encontrando dificuldades para assimilar técnicas mais avançadas, que requerem uma maior capacidade de demanda e poupança. (BIELSCHOWSKY, 2000)

Prebisch em oposição à tese das Vantagens Comparativas, desenvolveu o conceito de “deterioração dos termos de troca” que, por meio da alta dos preços dos produtos manufaturados e baixa dos primários, permitiu aos países centrais não só reterem o fruto de suas inovações tecnológicas como ainda captarem parte do gerado na periferia, tentando provar que os mercados oligopolizados dos países centrais juntamente com sua estrutura de mercado de trabalho e o sindicalismo organizado impediriam que os ganhos de produtividade decorrentes de inovações tecnológicas fossem repassados para os preços de seus produtos. (BIELSCHOWSKY, 2000)

Para Prebisch, a relação do aumento líquido dos salários e sua resistência a baixar nos centros, levam a uma diminuição dos preços dos produtos primários na periferia, retirando dela parte cada vez maior dos ganhos do progresso técnico. Podemos dizer que os países em desenvolvimento desfrutam por um lado, das vantagens de encontrar nos centros uma técnica que custou a eles grandes sacrifícios, mas por outro lado, tem todas as desvantagens de terem começado tardiamente a acompanhar a evolução dos acontecimentos. (BIELSCHOWSKY, 2000)

Assim, o modelo teórico elaborado por Prebisch, tornou-se predominante para a CEPAL, que colocou em prática uma política deliberada e correta de industrialização como a alternativa para retirar a América Latina do subdesenvolvimento, permitindo à periferia absorver uma parte do fruto do progresso técnico e aumentar de forma progressiva o nível de renda da população. (BIELSCHOWSKY, 2000)

- Repensando a dependência, debate teórico.

A crise econômica, que surgiu no continente latino americano, no final dos anos 50, fez com que ressurgisse, nos anos seguintes, em função do pessimismo quanto às possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na América Latina, o debate a respeito da dependência.

O debate ganharia uma nova dimensão, a partir do momento em que André Gunder Frank passou a considerar que:

A América Latina e outros países da periferia haviam sido incorporados à economia mundial desde os primórdios do seu período colonial, estabelecendo relações de produção mercantis. Organizados segundo os interesses do capitalismo mercantil dos países centrais, os países periféricos comporiam com eles um sistema capitalista mundial similar a uma constelação na qual os países periféricos gravitariam em torno dos centros desenvolvidos que lhes absorveriam o excedente. Estabelecer-se-iam assim relações metrópoles-satélites que, criando condições de desenvolvimento das primeiras, condenaria os últimos à situação de subdesenvolvimento. (GOLDENSTEIN, 1994. Pg.31)

Dentro desta corrente ideológica, não haveria alternativa para os países capitalistas subdesenvolvidos, restando como única solução a revolução de caráter socialista, que a cada dia encontrava mais adeptos, como pôr exemplo o sociólogo brasileiro Theotonio dos Santos.

Dependência é uma situação condicionante na qual as economias de um grupo de países são condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outros. Uma relação de interdependência entre duas ou mais economias ou entre estas economias e o sistema de comércio mundial torna-se uma relação dependente quando alguns países podem se expandir através de auto impulso enquanto outros, estando em uma posição de dependência, só podem expandir como um reflexo dos países dominantes, que podem ter efeitos positivos ou negativos no seu desenvolvimento imediato. (GOLDENSTEIN, 1994. pg.32)

Rui Mauro continua na mesma linha, tentando provar que, estavam fadados ao “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

...é a partir deste momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeu se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência não pode ser por isso senão mais dependência, e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela involucra. Neste sentido, a conhecida fórmula de André Gunder Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” é impecável, como impecáveis são as conclusões políticas a que ela conduz. (GOLDENSTEIN, 1994. Pg. 33)

Frank, Santos e Marini consideram que o capitalismo dependente tende inexoravelmente à estagnação, com o aprofundamento do subdesenvolvimento. José Serra e Fernando Henrique Cardoso assim resumem a proposta de Marini:

(...) propôs ambiciosa teoria para explicar a dialética da dependência pela necessária superexploração do trabalho na periferia – fonte, para ele, do intercâmbio desigual –, ligou tal teoria às ideias relativas ao esgotamento do mercado interno e à estagnação provocada pelo estilo de desenvolvimento em curso; sugeriu qual era a alternativa burguesa para sair do impasse – o subimperialismo – e, por implicação, mostrou que o dilema fascismo ou socialismo (colocado por Teotonio dos Santos entre outros) era teoricamente sustentável, na medida em que a superexploração requer a repressão e condiciona o desenvolvimento capitalista nos moldes socialmente restritivos, os quais só poderiam ser rompidos através da revolução socialista. Assim a aurora revolucionária teria como incubadora o acicate da estagnação e da crise. (GOLDENSTEIN, 1994. Pg. 34)

Destaca-se entre à visão estagnacionista, alguns economistas ligados à CEPAL, como Celso Furtado, que construiu uma “teoria do subdesenvolvimento” a partir de sua interpretação do processo brasileiro e latino-americano. Indo contra às Teorias de Rostow, que acreditava que o processo de desenvolvimento poderia ser orientado de fora para dentro, Furtado partiu da ideia que:

O subdesenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno da história moderna, coetâneo do desenvolvimento, como um dos aspectos da propagação da Revolução Industrial. Desta forma o seu estudo pode realizar-se isoladamente, como uma “fase” do processo de desenvolvimento, fase essa que seria necessariamente superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo de que são coetâneos das economias desenvolvidas, isto é, das economias que provocaram e lideraram o processo de formação de um sistema econômico de base mundial, os atuais países subdesenvolvidos não podem repetir a experiência dessas economias. (CARDOSO, FH e Faletto. 1967; Pg. 35/36)

Reconhecemos que o ponto de partida da análise de Furtado é a demanda dos países periféricos que, estabelecida por uma renda muito concentrada, absorvida de uma economia primário-exportadora, teria um perfil próximo ao dos países desenvolvidos. Furtado, acreditou que o fenômeno da dependência seria uma imposição externa de padrões de consumo.

Sem confundir a crise com estagnação, Mari da Conceição Tavares e José Serra criticam duramente Celso Furtado, demonstrando que:

No caso do Brasil a crise que acompanhou o processo substitutivo está mais relacionada com a redução da taxa de investimento e com os fatores

responsáveis por isso que comum eventual declínio da relação produto-capital [que é um] parâmetro tecnológico em termos físicos e um resultado em termos de valor para cada setor ou atividade em operação. (CARDOSO, FH e Faletto. 1967; Pg.43)

Resumindo, para Tavares e Serra a saída da crise teria de ter passado por um estreitamento com o capital estrangeiro, que chamavam, sem explicar, de “novas formas de dependência tecnológica e financeira”. Cardoso e Faletto tem uma conclusão otimista, que diz:

Dada a diferenciação alcançada pelo sistema econômico, a superação ou manutenção das “barreiras estruturais” ao desenvolvimento e a dependência dependem, mais que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo de poder que permitirá a utilização em sentido variável dessas condições econômicas. (CARDOSO, FH e Faletto. 1967. p.42)

Apesar dos laços de dependência e exclusão social podemos reconhecer as possibilidades de um processo de industrialização. A relação entre os países centrais e a periferia deixa de ser vista como sendo necessariamente entre países primário-exportadores e industrializados e passa a abarcar a possibilidade de uma relação entre países com graus diferentes de industrialização.

Segundo Goldestein (1994), a contribuição fundamental de Cardoso e Faletto foi inserir a ideia de que a dinâmica social latino-americana é determinada, em primeira instância, por “fatores internos”, e, em última instância, por “fatores externos”, a partir do momento em que se estabelece o Estado Nacional.

As profundas transformações do capitalismo internacional, obriga-nos não só a repensar a futura inserção brasileira em um capitalismo que não é mais o mesmo, mas a reavaliar o passado, essa tarefa passa pelo resgate da discussão dos laços de dependência, entendidos como uma relação de “ordenação-subordinação”. O processo de marginalização internacional ocorre simultaneamente em vários países da América Latina que sempre dependeram dos interesses do capital internacional, ou seja:

Não existe espaço no mundo atual para a velha ilusão Cepalina de que basta um bom projeto, uma boa burguesia e um bom grupo de tecnocratas conscientes para se fazer um belo país dinâmico e independente. (BIELSCHOWSKY, 2000. pg.51)

Cardoso e Faletto tem uma conclusão um tanto otimista. A possibilidade de uma integração dinâmica com os países centrais abriria o caminho para um desenvolvimento cuja única barreira possível seria de natureza política. Ao contrário do que imaginavam, os reinvestimentos estrangeiros não foram suficientes para solidarizar os investimentos industriais com a expansão econômica do mercado interno.

Houve no Brasil um aprofundamento dos laços de dependência, que por vezes, permitiu um desenvolvimento acelerado. A relação interna entre as classes tornou possível e deu fisionomia própria à dependência, principalmente quando sintonizada com o movimento do capital internacional. Caso o capital internacional tome outro rumo, a crise aparece no Brasil.

Cardoso de Mello escapou dos limites da análise cepalina, porém caiu na mesma armadilha que Cardoso e Faletto ao supor que a conexão externa era estável e garantia o dinamismo. (CARDOSO, FH e Faletto. 1967; Pg.53.)

O enfoque da teoria da dependência foi a teoria estruturalista, surgindo entre os intelectuais da América Latina, como a incapacidade dos países pobres de se desenvolverem. Conservadores e progressistas uniam-se nesta ilusão de autonomia.

CONCLUSÃO

O debate sobre os limites do desenvolvimento capitalista na maioria dos países da América Latina perdeu força desde os anos 60 e parecia que as políticas neoliberais dos anos 90, triunfariam. Porém, a implantação das políticas neoliberais, que vieram acompanhadas de uma rápida e brutal redução dos impostos de importação, afetou grande parte das indústrias da América Latina, que foram obrigadas a competir com os produtos estrangeiros, destruindo muitos setores industriais. As economias periféricas tornaram-se grandes exportadoras de commodities, aproveitando-se da elevação dos preços das mesmas, e ao mesmo tempo, importadoras de produtos industrializados de alto valor agregado.

Esta reprimarização da pauta de exportação, em menor grau no México, por hospedar muitas indústrias maquiladoras que destinam a maior parte das suas

exportações para os Estados Unidos da América, mascarando o efeito da deterioração dos termos de troca. Porém, o que se observa na maior parte dos países da América Latina, é que a produção das inovações tecnológicas, continua, apesar de uma rápida difusão, localizadas nos países centrais, fazendo com que aumente, e muito, a dependência de importações de tecnologias de ponta nesses países. A nova dinâmica do capitalismo proporcionada por mudanças tecnológicas, financeiras e produtivas, já não garantem mais o dinamismo dos países latino-americanos, uma vez que a reprimarização da pauta de exportações, acompanhada de um processo de “desindustrialização” poderá provocar uma deterioração dos termos de troca e o aprofundamento das desigualdades sociais.

Após quase um século, desde a divulgação dos primeiros ensaios da Teoria da Dependência, é preciso repensar as novas formas de dependência. O fenômeno da globalização coloca em xeque a possibilidade de que as economias nacionais possam, ainda que parcialmente, determinar o seu próprio destino. A profundidade e a velocidade das inovações tecnológicas penetraram em todos os poros do sistema capitalista, integrando mercados e limitando cada vez mais o raio de ação das políticas econômicas nacionais. Porém, o que se vê, é um novo tipo de dependência resultante da concentração tecnológica e financeira nos países do primeiro mundo, aumentando ainda mais as distâncias entre centro e periferia.

É percebido que o desenvolvimento na América Latina vem se tornando cada vez mais difícil, principalmente nos momentos de crise na economia global. Precisamos repensar os mecanismos internos capazes de diminuir a dependência tecnológica e das oscilações dos preços das commodities. Buscar um novo rumo para os países periféricos, capaz de amenizar as diferenças e assim alcançar o desenvolvimento. Acredita-se que esta busca passa prioritariamente, em repensar o papel do Estado nesse novo contexto de intensificação da internacionalização do capital.

Nos dias atuais, percebe-se claramente que existem elementos comuns no cenário de alguns países da América Latina, que tem contribuído para os constantes protestos apresentados nesses países, principalmente no Chile e no Equador. É importante repensar nossa inserção internacional e resgatarmos os debates sobre as novas formas de dependência aprofundadas pelo modelo neoliberal. De acordo com

Joseph E. Stiglitz, ganhador do prêmio Nobel de Economia, escreveu em um recente artigo:

“Tanto nos países ricos como nos pobres, as elites prometeram que as políticas neoliberais levariam a um crescimento econômico mais rápido e que os benefícios iriam ser repartidos para que todos, inclusive os mais pobres, ficassem em melhor situação. Para se chegar a esse patamar, os trabalhadores teriam, contudo, de aceitar salários mais baixos e todos os cidadãos teriam de aceitar cortes em importantes programas governamentais. As elites alegaram que as suas promessas eram baseadas em modelos econômicos científicos e na “investigação com base em provas”. Bem, após 40 anos, os números estão aí: o crescimento diminuiu e os frutos desse crescimento foram na sua esmagadora maioria para um punhado que está no topo. À medida que os salários estagnavam e o mercado de ações subia, o rendimento e a riqueza espalhavam-se para os mais ricos, em vez de se espalharem para os mais pobres”. (STIGLITZ, Joseph E. artigo publicado por Criterio.hn, 04-11-2019).

Finalizando, o que se pretende neste artigo, através da revisão histórica da Teoria da Dependência, é chamar a atenção para os problemas centrais do nosso tempo. A divisão entre ricos e pobres, o desemprego, a reforma e a postura do Estado, isso tudo faz parte dos questionamentos atuais para que não continuemos a promover o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” das gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo (2000). **Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL**, vol 1, Rio de Janeiro, Record.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Ainda a 'teoria' da dependência**, Folha de São Paulo, 28/05/95.p.5-5.

CARDOSO, FH e Faletto, Enzo(1967). **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Zahar.

GOLDENSTEIN, Lídia (1994). **Repensando a Dependência**. Paz e Terra.

PEREIRA, José Maria. **A globalização das economias**. Informativo CACISM. julho/95.

SILVA, Fernando de Barros e. **Obra de FHC é questionada nos EUA**. Folha de São Paulo, 23/07/95.p.1-8.

STIGLITZ, **Joseph E. Criterio.hn**, 04-11-2019. A tradução é do [Cepat](#). Disponível [em:](#) <https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2019/09/26/nobel-joseph-stiglitz-descarta-grande-crise-economica-mundial.htm>.

A refundação do estado em virtude da globalização

Renato Possatto Lyra¹¹⁰

RESUMO

O presente trabalho pretende apresentar em face da globalização a necessidade de reformulação do Estado, devendo o mesmo ajustar-se as novas tendências, funcionando mais adequadamente, tanto ao cidadão quanto ao usuário. Sendo a globalização um processo que possui vários centros de direção, de decisão, faz-se necessária uma metamorfose do Estado.

Palavras- chave: globalização, refundação do Estado, hegemônica, superestrutura, economia sociedade civil, sociedade política.

- O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL, ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA.

A globalização é a responsável por grandes transformações afetando diretamente a sociedade, principalmente com relação ao trabalho. Daí a necessidade do Estado acompanhar essas mudanças, em face da globalização, vez que as mesmas são muito rápidas e a sociedade necessita de acolhida, por parte do Estado, tanto na área econômica, quanto na jurídica.

O presente trabalho pretende apresentar em face da globalização a necessidade de reformulação do Estado, devendo o mesmo ajustar-se as novas tendências, funcionando mais adequadamente, tanto ao cidadão quanto ao usuário. Sendo a globalização um processo que possui vários centros de direção, de decisão, faz-se necessária uma metamorfose do Estado.

Esses novos desafios devem, de farto, ser compreendidos pelo Estado, vez que a sociedade civil está organizada de maneira substancial, e a necessidade de uma ação conjunta entre Estado e sociedade civil faz-se necessária para um desenvolvimento mais harmônico.

O que se vê em geral, atualmente, em cada Estado-Nação é que existe há uma diversidade de espaços tempos e formas sociais. As diversas realidades Estatais impõem necessariamente essa metamorfose do Estado, fazendo cumprir essa função de adaptação a globalização.

¹¹⁰ Advogado. Mestre em Ciências Sociais UVV/ PUC – SP

Inicialmente, é necessário fazer uma distinção entre os termos globalidade e globalização. Luiz Eduardo W. Wanderley, citando Beck (1999) nos apresenta:

Globalidade significa: “já vivemos a tempos em uma sociedade mundial, ao menos no sentido de que a idéia de espaços isolados se ornou fictícia. Nenhum país, e nenhum grupo pode se isolar dos outros [...] ‘Mundial’, na expressão ‘sociedade mundial’, designa então a diferença, designa não-integração, de tal forma que se pode compreender [...] a sociedade mundial como diversidade sem unidade [...]” (Beck, 199).

Globalização significa: os processos, em cujo andamento os Estados vêm a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofreram a interferência cruzada de atores transacionais.

Neste contexto é interessante anotar, até para entender um pouco melhor os caminhos propostos pela globalização, o conceito de sociedade.

Norberto Bobbio (1982, pg 34) traduz o conceito de sociedade de Gramsci. “de Gramsci deriva o seu conceito próprio de sociedade civil não de Marx, mas declaradamente de Hegel, ainda que através de uma interpretação um pouco forçada ou pelo menos unilateral, do pensamento hegeliano. Numa passagem de *Passato e presente*, Gramsci fala da sociedade civil “como é entendida por Hegel e no sentido em que é freqüentemente empregada nestas notas”; e logo após, explica que se trata da sociedade civil “no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado”. Segundo Bobbio essa breve passagem serve para esclarecer dois pontos muito importantes, o primeiro seria o conceito gramsciano de sociedade civil ser derivado de Hegel, o segundo é que o conceito hegeliano, tal como concebido por Gramsci, é um conceito superestrutural. Fica então a disfunção, apesar de o conceito Gramsci fundar-se em Hegel, visto que, Hegel identifica a sociedade civil com o conjunto das relações econômicas, isto é, com o momento estrutural. A explicação para tal disfunção está na filosofia de Hegel, pelo fato de a sociedade civil compreender tanto a esfera das relações sociais econômicas, bem como as suas formas de organização, espontâneas e voluntárias, ou seja, corporações e sua primeira e regulamentação no Estado de polícia.

Conforme apresentado, o conceito de sociedade civil de Gramsci é um momento da superestrutura ideológica-política. Faz-se necessário anotar que Gramsci analisou duas situações distintas para essa análise. Ele utilizou, para análise a dicotomia entre estrutura e a superestrutura e entre sociedade civil e Estado. Assim, Gramsci privilegia

a análise com base na superestrutura e na sociedade civil retiradas das duas dicotomias analisadas.

Essa retórica exposta por Gramsci está diretamente ligada ao desenvolvimento do Estado, isso por que o mesmo afirmava que é a estrutura econômica que determinava diretamente a ação política.

Assim, visível é a condição de influência da sociedade civil na evolução do Estado, não só política, mas em nível estrutural também. A sociedade civil é fundamental na formação de um poder que se vai constituindo e não tanto como justificadoras de um poder já constituindo.

- GLOBALIZAÇÃO POLÍTICA, SOCIAL E CULTURAL

A perda da soberania é um dos efeitos discutidos nos Estados-nação¹¹¹, com relação a globalização política, no que diz respeito a distribuição do seu capital – interferência das indústrias no Estado-nação para a distribuição do seu capital. Isso ocorre devido ao fenômeno gerado pela globalização que causaria um enfraquecimento da soberania no Estado-nação.

Apesar de a existência do Estado-nação ser controvertida algumas correntes discutem tratam do assunto. A primeira afirma que o mesmo deixou de existir, suscitando a criação de um Estado Mundial. A segunda afirma que o mesmo continua a existir não admitindo a criação de um novo Estado. Uma terceira afirma que o mesmo continua forte, porém deve providenciar alguns ajustes, aparar as exceções.

¹¹¹ Estado-nação – É aquele que controla o território por sua soberania. Para Bresser Pereira “o Estado-nação é uma unidade político-territorial formado por uma nação, um Estado e um território. A nação constrói o Estado e, ocupando um território, forma o Estado-nação. O Estado pertence à nação ou pertence à sociedade civil, que é uma outra coisa muito parecida com nação. Pertence à sociedade politicamente organizada. É seu instrumento maior de ação coletiva”. <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2011/11.36.Estado-auto-reforma-Puc-Celina.pdf> - Intervenção no seminário “Formação de governos de esquerda, sociedade civil, e recrutamento de dirigentes públicos” coordenado por Maria Celina d’Araujo, na PUC do Rio de Janeiro, 7 de abril de 2011.

No que tange a novas relações, devido ao fenômeno da globalização, entre o Estado e a sociedade civil, podemos citar o terceiro setor como aquele que compões a tríade entre o Estado, o mercado e a sociedade civil.

Neste contexto surgem novas organizações ou instituições que passam a fazer parte da relação com o Estado: os conselhos gestores – paritários com representantes do governo e da Sociedade Civil; orçamento participativo – cada comunidade devidamente representada, por um integrante eleito, com as propostas prioritárias, eleva essas propostas ao prefeito posteriormente, fazendo com que suas solicitações façam parte do orçamento do município; por fim o surgimento do estatuto da cidade e o plano diretor da cidade podem ser constituídos como organizações, efeito da globalização política.

Com relação a globalização social o tripé empresas multinacionais, empresas nacionais e a burocracia estatal, fez com que a globalização ganhasse muita força. O aparecimento das redes de discussões locais nacionais internacionais e mundiais foram de extrema importância para a discussão de temáticas em nível mundial, para o benefício da sociedade como um todo. Essa é uma das formas pelo qual o Estado vem se atualizando e desenvolvendo novas políticas, ou adaptando àqueles apresentadas nessas redes de discussão.

A globalização cultural, onde podemos traduzir a hegemonia do ocidente, foi de extrema importância deixando evidente a aculturação e a inculturação, sendo a primeira o domínio de uma cultura sobre a outra e a segunda o diálogo de uma cultura com a outra (multiculturalismo).

É importante destacar que para a maioria do autores só há uma globalização, a globalização neoliberal. Boaventura de Souza Santos (SANTOS 2002, p. 73) compactua com essa afirmativa, afirmando que “Um dos debates actuais gira em redor da questão de saber se há uma ou várias globalizações. Para a grande maioria dos autores, só há uma globalização, a globalização capitalista neoliberal, e por isso não faz sentido distinguir entre hegemônica e contra-hegemónica”.

Assim, conforme assinalado por Boaventura Santos a globalização hegemônica é entendida como o “conjunto de relações desiguais”. Para Boaventura, a globalização

“significa uma expressão exponencial das relações transfronteiriças, [...], com a conseqüente transformação das escalas que tem dominado até agora os campos sociais da economia, da sociedade, da política e da cultura” (SANTOS,2002 b, p. 16).

Neste contexto, podemos considerar a globalização hegemônica como sendo a direção intelectual, e moral que uma classe tem dentro de uma sociedade, podendo atribuí-la a classe dominante. A globalização hegemônica é restrita no sentido de imposição de valores, idéias etc. sobre toda a sociedade.

Quanto a globalização contra-hegemônica Boaventura de Souza Santos (SANTOS 2002, p. 75) afirma que “no campo das práticas capitalistas globais, a transformação contra-hegemônica consiste na globalização das lutas que tornem possível a distribuição democrática da riqueza, ou seja, uma distribuição assente em direitos de cidadania, individuais e coletivos, aplicados transnacionalmente”.

Necessário, portanto, se faz, para que o Estado evolua frente a globalização, que as políticas com relação ao capital e o trabalho, cada vez mais se aproximem do equilíbrio, não perdendo o Estado sua autonomia, sem deixar que o desnível de igualdade social cresça consideravelmente.

- AS CLASSES, O PROCESSO DE PRODUÇÃO E O ESTADO

Para Karl Marx (1818-1883) a produção era a grande responsável para o desenvolvimento social. A estrutura ou natureza de classe comporta a inserção do processo de produção voltado ao capital e ao trabalho. Podemos assim igualar o capitalismo ao capital da empresa, investido no trabalho e no meio de produção, visando o lucro. A esse processo consideramos o modo de produção, muito importante para a estrutura de classe.

A classe constitutiva desse modo de produção, ou seja, a classe capitalista, resume-se na burguesia (capitalistas e empresariado) e o proletariado, ou seja, aquele que vende sua força de trabalho (operário, trabalhador), aparecendo também a pequena burguesia, considerada como a classe média. Assim podemos considerar que os modos de produção são formados por classes, posições e conflitos. O sistema, parte

integrante do modo de produção é formado por partes, funções, valores e integração. Assim, no sistema, cada partes que desempenha uma função, possui um determinado valor, funcionando integrados.

No processo de produção o interesse de classes estruturais e conjunturais formam a base do sistema, juntamente com a consciência de classe – veio por intermédio da vanguarda que impôs suas idéias por intermédio dos partidos, e mesmo diante de discordância de muitos se consolidaram – sendo que esta representa efetivamente a base.

Diante do interesse de classes surgem as lutas, conflitos de classes que, em linhas gerais, são conflitos por melhores condições de trabalho, do cotidiano, do dia a dia dos trabalhadores. Uma vez enquadradas em seus ideias e reivindicações, ocorre o posicionamento de classes, que nada mais é, basicamente, do que a posição política que ocupam. Nesses posicionamentos situam-se, no mesmo seguimento, grupos radicais, intermediários e os que são corrompidos pelo sistema.

A composição, ou desmembramento do Estado, nas linhas de produção, o que movimenta a economia e distribui, o mesmo em classes, faz surgir outros três grupos, que não chegam a ser considerados classes mas compõem um extrato social: o grupo dividido por renda, outro por educação e um terceiro por status.

Diante desse quadro de desenvolvimento social, debilitado pelo do discurso da globalização, o Estado permanece como ponto de referência, servindo como regulador da vida social. Para Mário Lúcio Quintão Soares (2008, p. 361) “as diversificadas realidades estatais, no limiar do novo milênio, impõem a metamorfose do Estado, compreendendo como forma de racionalização e generalização do político nas complexas sociedades modernas. Soares (2008, p.361) citando Habermas, afirma que ele verificou crescente complexidade nas tarefas estatais, tendo o Estado especializado-se em preservar a ordem, distribuição de compensações sociais e na administração das situações coletivamente perigosas.

Com a globalização, paralelamente ao Estado surgem entes autônomos territoriais vinculados a sociedade civil, tais como as ONGs, associações etc., cumprindo funções típicas do Estado, mas é importante anotar que apesar disto, o Estado não perde sua

característica, nem tende a desaparecer. Soares (2008, p.362) afirma que seus fundamentos democráticos e a determinação de seu papel em relação a globalização devem sempre ser discutidos, o que preservará sua identidade política econômica e cultural, o que legitima seu aparato estatal.

- A REFUNDAÇÃO DO ESTADO

Diante da globalização, urge uma “Reforma do Estado” que acompanhe o processo evolutivo Estado se viu obrigado, sendo assim, uma “reforma do Estado”, incluiria um conjunto de medidas que iriam da área legislativa a administrativa.

O esforço da mudança deve superar qualquer retardo imposto por uma estrutura ultrapassada. O Estado, repensando sua estrutura frente a globalização, deve atender a uma reforma estrutural que acompanhe, ou que no mínimo esteja ajustada à conjuntura internacional globalizada. No processo de “refundação do Estado”, em face da globalização, não deve haver uma preferência aos direitos do capital financeiro, nem tão pouco, a redução da soberania nacional, e dissolução dos direitos dos trabalhadores. O Estado é um estrutura que se constrói, devendo ser neutro para tudo que diz respeito ao seu funcionamento.

Para Soares (2008, p.366) “o discurso neoliberal, que permeia a reengenharia do Estado contemporâneo, visa, equivocadamente, resgatar os conceitos relativos a paradigmas já superados no decorrer do processo histórico, priorizando a sociedade de homens livres alicerçada na liberdade de mercado.

A questão primordial, em um mundo globalizado, é descobrir como o Estado controlará, de maneira mais democrática possível, todos os movimentos propostos pela globalização, para funções praticadas, dantes, por Ele mesmo?

Não deve haver a desmaterialização do Estado em face da globalização. Os cidadão, jamais poderão ser retirados dos seus espaços políticos, nem tão pouco a sociedade civil poderá perder suas características.

Por fim, que imperem a revitalização da sociedade civil, a racionalização dos meios de produção, bem como a democratização das forças políticas, privilegiando a ordem social interna, respeitando a ordem internacional, convivendo mutuamente com institutos que contribuam efetivamente para a construção da cidadania plena e coletiva dos segmentos sociais.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil / Norberto Bobbio; Tradução de Carlos Coutinho. – Rio de Janeiro: Ed Graal, 1982.

DAGNINO Evelina. “Sociedade civil e espaços públicos”. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2011/11.36.Estado-auto-reforma-Puc-Celina.pdf> - consulta feita em 15 de novembro de 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A globalização e as Ciências Sociais**. Boaventura de Souza Santos (Org.). São Paulo: Cortes, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução geral à coleção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino americano e o caribenho. Luiz Eduardo W. Wanderley. São Paulo no contexto da globalização. Lua Nova, São Paulo, 69: 173-203. 2006.

Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais: por uma interpretação constitucional do Processo (procedimento) Penal Brasileiro

David Marlon Oliveira Passos¹¹²

Ricardo Tschaen¹¹³

RESUMO

O estudo objetivou analisar a partir da teoria da constituição o princípio da ampla defesa no inquérito policial à luz da Constituição de 1988. Ainda, objetivou responder a seguinte problemática: A Constituição Brasileira de 1988 assegura aos indiciados o direito à ampla defesa na fase de inquérito policial? De caráter exploratório, na pesquisa foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais. O estudo é relevante pela necessidade de discussão da interpretação do texto constitucional, art. 5º, LV “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ele inerentes”. À guisa de conclusão é possível inferir que a Constituição de 1988 garantiu a ampla defesa no inquérito policial, haja vista que o indiciado se trata de um sujeito de direito, pautado na dignidade humana e nos direitos e garantias fundamentais.

Palavras-chave. Hermenêutica constitucional. Ampla defesa. Inquérito policial

INTRODUÇÃO

Um dos principais desafios do direito no ordenamento jurídico brasileiro é a busca pela realização e efetivação dos direitos e garantias fundamentais de forma concreta no seio da sociedade. Decorridos mais de 30 anos de existência da vigente Constituição Brasileira de 1988, se faz necessário refletirmos sobre os reflexos da mesma na vida do ser humano.

Diante de tantas promessas trazidas pelo constituinte originário de 1988, o povo brasileiro ainda aguarda a efetivação de direitos constantes no texto constitucional, o que só é possível através de muita fé. A Constituição, para muitos, acaba sendo comparada a um livro sagrado, possuindo dogmas e promessas.

No presente trabalho, pretendemos analisar a luz da teoria da constituição, o princípio da ampla defesa no inquérito policial. Está consagrado no art. 5º, LV da Constituição Federal de 1988 o seguinte texto: “aos litigantes, em processo judicial ou

¹¹² Advogado. Mestre em Garantias Fundamentais pela FDV. Pós-graduado em Direito Civil pela UNESC. Professor universitário da Faculdade Novo Milênio.

¹¹³ Advogado. Mestre em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha. Pós-graduado em Direito Processual Civil com Formação em Magistério Superior pela Universidade de Anhanguera-UNIDERP (LFG). Professor da Faculdade Novo Milênio.

administrativo, e aos acusados e, geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ele inerentes".

Infelizmente, o sistema penal e processual penal brasileiro ainda carrega consigo um “espírito” vingativo/retributivo, no qual se enxerga os indiciados e acusados como objeto da investigação e do processo respectivamente, motivo pelo qual é urgente uma leitura constitucional. Neste sentido posiciona-se Fabriz (2008)

Bem verdade que a doutrina atual tem vislumbrado na pena um caráter multifacetado, todavia, ao que parece, a face prevalente da punição estatal vem sendo a vindicativa ou vingativa, exatamente na contramão dos direitos e garantias fundamentais expressos em nossa Constituição (FABRIZ, 2008, p. 110)

Direitos fundamentais devem ser garantidos, sendo imperioso compreender o ordenamento jurídico como sistema aberto de normas. Em que pese o fato de que a doutrina e jurisprudência amplamente majoritária entendam não ser cabível o princípio da ampla defesa na fase de inquérito policial, faz-se necessário enfrentar a problemática à luz da Constituição Federal. Nesse sentido, profícuo é o ensinamento de Neves (2003):

É que, se intencional e normativamente o direito deixou de identificar-se com a lei (2), também metodologicamente a realização do direito deixou de ser mera aplicação das normas legais (3) e manifesta-se como o acto judicativamente decisório através do qual, pela mediação embora do critério jurídico possivelmente oferecido por essas normas, mas com ampla actividade normativamente constitutiva, se cumprem em concreto as intenções axiológicas e normativas do direito enquanto tal. [...] É como se nos encontrássemos agora em condições de entender verdadeiramente as conhecidas e exactas palavras de IHERNG (5): “O direito existe para se realizar. A realização é a vida e a verdade do direito; ela é o próprio direito. O que não passa à realidade, o que não existe senão nas leis e sobre o papel, não é demais do que um fantasma de direito, não são senão palavras. Ao contrário, o que se realiza como direito é o direito” (NEVES, 2003, p. 11/12).

Parte-se da concepção de que os anseios da sociedade, da ordem social, é fator determinante para a estruturação do sistema de normas, seu desenvolvimento e aplicação. A aplicação, por seu turno, concluirá o objetivo social determinante realizando situações onde imperativamente prevaleça a justiça social que sejam válidas, que não violem os princípios de ordem jurídica atendendo os anseios da sociedade, e que, por fim, sedimentem os sentimentos sociais de justiça, determinando o equilíbrio e a pacificação da sociedade.

Desta forma o papel do hermenêuta é fundamental para garantia de direitos fundamentais. Fabriz (2008) afirma que

O que se nota é um gradativo processo de deificação do direito penal, concebido de maneira isolada, por vezes hermética, e içado às raias de provedor da tão almejada estabilidade institucional. Isso tem provocado uma interpretação dos institutos penais dissociada de suas raízes constitucionais, à deriva de influxos maniqueístas e, desapegados de uma interpretação razoável. Uma hermenêutica dissociada da realidade e dos princípios constitucionais (FABRIZ, 2008, p.110).

Conforme já mencionado acima, a doutrina e jurisprudência majoritária têm interpretado o artigo 5º, LV da Constituição Federal de 1988, entendendo não ser obrigatório respeitar princípio da ampla defesa no inquérito policial, sob a alegação de que o inquérito policial é procedimento administrativo, e, que, os investigados não são acusados.

Sendo assim, inicialmente vamos discorrer sobre dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais. Posteriormente enfrentaremos a seguinte questão: Como não se ler a constituição? Após faremos uma abordagem sobre a dignidade da pessoa humana e a constituição.

- Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais

Nesse item do estudo entendemos indispensável à análise sobre os direitos fundamentais e a interpretação constitucional a partir de seu princípio (ou objetivo) fundante da República Federativa do Brasil a partir de 1988 – a dignidade da pessoa humana.

Bobbio (2004, p.21), ao tratar dos direitos humanos, tributa a importância dos direitos fundamentais numa democracia. Para o autor: “a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais”.

Os direitos fundamentais possuem como uma das características a indisponibilidade. Ou seja, trata-se de um conjunto de valores essenciais e indisponíveis, positivados por um determinado país (FABRIZ, 2006, p.16). Portanto, cada Estado elenca quais os direitos merecem tal distinção.

De igual sentido, Sarlet (2007) aduz que a nomenclatura “direitos fundamentais se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado” (SARLET, 2007, p.34).

A doutrina constitucional, para fins didáticos, apresenta três fases dos direitos fundamentais à luz da positivação e do contexto histórico de surgimento desses. Na primeira dimensão houve o predomínio de positivação dos direitos individuais – direito de liberdade, igualdade formal e propriedade. Nesta fase, a atuação do Estado é caracterizada como negativa (não fazer). A segunda dimensão é identificada como a fase de maior intervenção estatal para a consecução da igualdade material. A atuação do Estado é positiva (fazer). Por fim, os direitos de terceira dimensão são os direitos difusos – direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (SARLET, 2007, p. 56).

Na atualidade, as três dimensões são interpretadas em conjunto a fim de consolidar o paradigma do Estado Democrático e de cumprir a missão de efetivar a dignidade da pessoa humana.

A interpretação e efetivação dos direitos fundamentais são relevantes ainda em decorrência da crise que o positivismo enfrentou no século passado. O modelo interpretativo não oportunizou aos hermeneutas a solução de problemas jurídicos em decorrência de seu “fechamento” para a análise dos princípios enquanto componentes da norma jurídica – gênero – a qual comporta as espécies princípios e regras. Ou seja, a regra foi elevada a *status* supremo de verdade, mesmo frente à observância de injustiças ou de sua não subsunção ao caso concreto.

No Brasil essa crítica não é diversa, pois a Constituição de 1988 consagra a dignidade da pessoa como fundamento da República a qual deve servir de norte para a interpretação de demandas levadas à função judiciária. Pois, dificilmente, um modelo fechado em regras daria abertura para uma hermenêutica à luz da dignidade da pessoa humana.

Sobre a crise do positivismo, enquanto paradigma jurídico, o doutrinador Wolkmer (2009) afirma a insuficiência deste ao Direito. Não raras vezes, o Direito é acometido pela universalidade dos princípios do formalismo, a qual é utilizada como instrumento de consolidação ordem liberal-individualista. Para a manutenção da classe dominante.

Nesse ponto é possível questionar a temática do artigo à luz da crítica de Wolkmer (2009). Portanto, a quem estaria a proteger o discurso reinante informador de ser o inquérito policial apenas um procedimento inicial para a ação penal; portanto, não afeto ao princípio da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais, como os da ampla defesa e do contraditório?

A resposta para essa indagação é, aparentemente, realizada por Streck (2006):

Se o modelo de Direito sustentado por regras está superado, o discurso exegético-positivista, ainda dominante no plano da dogmática jurídica, representa um retrocesso, porque, de um lado, continua a sustentar discursos objetivistas, identificando texto e sentido do texto (norma), e, de outro, busca nas teorias subjetivistas uma axiologia que submete o texto à subjetividade assujeitadora do intérprete, transformando o processo interpretativo em uma subsunção dualística dos fatos à norma, como se fato e Direito fossem coisas cindíveis e que os textos fossem meros enunciados linguísticos (STRECK, 2006, p.329).

No atual paradigma, o intérprete não deve obediência ao texto da lei, mas sim à interpretação que melhor se aperfeiçoe ao princípio da dignidade humana. Aos que ainda advogam a abertura do tema para a não efetivação desta, segue definição de dignidade da pessoa humana. Definição que possui o compromisso de elucidar o seu significado:

Dignidade da pessoa humana é a qualidade intrínseca e distintiva em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, que venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLET, 2004, p. 60).

Para Piovesan e Vieira (2003, p. 392), “a dignidade da pessoa humana possui um *quid* em relação às demais normas”, o qual deve unificar o sistema jurídico e reforçar a doutrina informadora de a força normativa dos princípios constitucionais fundamentais.

A dignidade da pessoa humana é o valor superior, que agrega em torno de si os demais direitos fundamentais. Trata-se de um imperativo de justiça social. Portanto, qualquer norma deve ser interpretada à luz do princípio ou fundamento da dignidade da pessoa humana: “devido à força centrípeta que possui, atraindo em torno de si o

conteúdo de todos os direitos básicos e inalienáveis do homem” (BULOS, 2002, p.49-50).

Ao comentar a Constituição Portuguesa, Miranda também esclarece o significado de a dignidade humana:

A dignidade da pessoa humana reporta-se a todas e cada uma das pessoas e é a dignidade da pessoa individual e concreta; cada pessoa vive em relação comunitária, mas a dignidade que possui é dela mesma, e não da situação em si; o primado da pessoa é o ser, não o ter; a liberdade prevalece sobre a propriedade; a proteção da dignidade das pessoas está para além da cidadania portuguesa e postula uma visão universalista da atribuição de direitos; a dignidade da pessoa humana pressupõe a autonomia vital da pessoa, a sua autodeterminação relativamente ao estado, às demais entidades públicas e pessoas (MIRANDA, 1991, p. 169).

O universalismo da dignidade da pessoa humana traria a possibilidade e a prática de emancipação para as pessoas. Essa é a interpretação de Herrera Flores (2009), para quem os direitos humanos (os quais abarcam a dignidade humana no plano internacional) são produtos de conquistas culturais e históricas:

Como se pode ver, o universalismo da dignidade humana não supõe impor aos outros nossa forma de explicar, interpretar e intervir no mundo, mas em criar as condições para que todos os seres humanos possam desenvolver suas atividades e suas aptidões para empoderar-se, isto, é para alcançar uma posição que possibilite disposições favoráveis ao desmembramento do fazer e ter o suficiente poder para colocar em prática essa capacidade humana de fazer (HERRERA FLORES, 2009, p. 10).

Assim, é necessário interpretar qualquer ramo do direito à luz dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana. A abertura do sistema para tal interpretação possibilitará a efetivação da Constituição da República Federativa do Brasil também no sistema penal, seja procedimental ou processual.

- Como não se deve ler a Constituição

Sem dúvida o papel do intérprete é fundamental para efetivação de direitos e garantias fundamentais. Nesse passo, Streck (2007) afirma que a palavra hermenêutica deriva do grego *hermeneuein*, adquirindo vários significados no curso da história. Ainda segundo Streck:

Por ela, busca-se traduzir para uma linguagem acessível aquilo que não é compreensível. Daí a idéia de Hermes, um mensageiro divino, que transmite – e, portanto, esclarece – o conteúdo da mensagem dos deuses aos mortais. Ao realizar a tarefa de hermeneus, Hermes tornou-se poderoso. Na verdade, nunca se soube o que os deuses disseram; só se soube o que Hermes disse acerca do que os deuses disseram. Trata-se, pois de uma (inter) mediação (TRIBE; DORF, 2007,p.xiii)

É relevante a informação de que somente a Constituição de 1988, consagrou expressamente o princípio da ampla defesa. Frisa-se que após (1988) ampliou-se as possibilidades de aplicação de tal princípio.

Tribe e Dorf (2007), fazendo uma abordagem à luz da Constituição Americana, apontam como não se deve ler a constituição. No presente artigo vamos fazer menção a duas formas principais: *des-integração* e *hiper-integração*. Quando se fala em ler por *dês-integração*, significa:

Nos aproximar da Constituição ignorando o fato claramente visível que suas partes estão ligadas ao todo – que é a Constituição que carece de interpretação e não um apanhado de clausulas desconexas e meras provisões com histórico diversos. Quando nos referimos a ler por *hiper-integração*,significa nos aproximar da Constituição ignorando o não menos importante fato de que o todo é composto de diferentes partes – partes que em alguma instância foram adicionadas por uma ampla variedade de questões relativas à história da América; partes que são defendidas ou atacadas por grupos opostos e completamente diferentes entre si; partes que refletem premissas diferentes e, com freqüência, radicalmente incompatíveis (TRIBE; DORF, 2007,p.20)

A Carta Magna, no seu art. 5º, LV, dispõe que "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes". Sendo assim, a doutrina majoritária entende que o principia da ampla defesa não afeta o inquérito, visto que não existe nele a figura do litigante, como reza o preceito constitucional.

Contudo, podemos entender que a figura do indiciado está inclusa no texto constitucional quando se fala em acusados. A interpretação não pode acontecer, por exemplo, desconexa com Estado Democrático de Direito e com princípio da Dignidade Humana:

Desta forma, o ponto principal aqui, é salientar que não importa quão abrangente sejam nossas teorias sobre o conhecimento e a interpretação, é possível fazer grandes progressos na leitura da Constituição, se começamos eliminando os argumentos que não merecem ser considerados adequados para a interpretação constitucional, porque por herança, estudam uma versão

dissecada e desintegrada da Constituição, e não o texto como realmente é (TRIBE, 2007,p.24).

O Código de Processo Penal em seu artigo 4º dispõe que o inquérito policial "terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria". Na legislação vigente não existe conceito de inquérito policial, apenas a finalidade.

O inquérito policial constitui uma fase pré-processual dirigida pela autoridade policial, possuindo natureza jurídica de procedimento administrativo. Tem por finalidade apurar materialidade do delito e possíveis indícios.

Inquérito policial é todo procedimento policial destinado a reunir os elementos necessários à apuração da prática de uma infração penal e de sua autoria. Trata-se de uma instrução provisória, preparatória, informativa, em que se colhem elementos por vezes difíceis de obter na instrução judiciária, como auto de flagrante, exames periciais etc. (MIRABETE, 2006, p. 60).

No cotidiano, muitos indivíduos presos em flagrante delito, por exemplo, são encaminhados para delegacia, e, conforme estabelecido na norma infra-constitucional, qual seja, código de processo penal, são interrogados pela autoridade policial (Delegado), porém, na maioria das vezes, desacompanhados de advogados. Tal fato acontece pois dois motivos principais: o primeiro é porque a maioria dos indiciados são pessoas pobres, motivo pelo qual não tem condições de contratarem profissional para acompanhamento; o segundo é porque não tem sido reconhecido pela doutrina e jurisprudência majoritária o princípio da ampla defesa na fase de inquérito policial, pois, se assim fosse, seria obrigatória presença física de advogado durante o interrogatório policial.

É lamentável o fato de que muitos profissionais do direito não conseguem enxergar o texto constitucional além das "linhas", ou seja, da regra posta.

Vejamos como Tribe e Dorf (2007) posiciona-se sobre a declaração acima afirmada:

Parece que entre os profissionais que analisam a Constituição passou a ser um hábito sobrepor suas visões prediletas ao que a Constituição realmente pretende fazer, e então varrer do texto todos os aspectos históricos e estruturais que não atendam ao plano desejável. Não é essa a interpretação constitucional que nós gostaríamos de praticar, embora todos aqueles que

fazem a leitura da Constituição às vezes cheguem perto de reduzir a Constituição a uma unidade central (TRIBE; DORF, 2007, p.26).

O texto constitucional precisa ser interpretado pelos profissionais, livre de qualquer pré-compreensão do sujeito cognoscente.

- Dignidade da pessoa humana e a Constituição

A dignidade humana servirá como base para garantir proteção de direitos e garantias fundamentais dos indivíduos lesados pelo não reconhecimento dá direito à ampla defesa no inquérito policial. Neste momento, o indivíduo é considerado um objeto, uma coisa, muito longe de ser um sujeito de direitos.

Ocorre que, nosso constituinte originário fez uma série de promessas aos cidadãos, inclusive, conforme já dito acima, a partir do ano de 1988, a direito à ampla defesa foi expressamente garantido na Constituição. Contudo, ainda há muito que se percorrer (conquistas) para se alcançar efetividade nos direitos alcançados.

Infelizmente, o fato de não admitir ampla defesa no inquérito policial, acaba por estigmatizar o indivíduo, ou seja, separação do “bem” e o “mal”, além de identificar aquele que é estranho a um padrão pré-fixado. Dessa feita, Goffman (2008) dispõe que:

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com ‘outras pessoas’ previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando o estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua identidade social’ (GOFFMAN, 2008. p. 12).

O etiquetamento parte daquele que vai julgar. A ainda nos dias de hoje, Hermes continua levando a mensagem dos deuses para os mortais, motivo pelo qual, é fundamental a função do magistrado no momento da interpretação.

O sujeito que está sendo investigado, não pode ser privado do direito fundamental constitucional a ampla defesa. Ainda que na condição de investigado, não pode ser “rotulado” como um ser do mal. Trata-se de um ser humano, sujeito de direitos, motivo

pelo qual, devem ser respeitados princípios garantidores de direitos fundamentais, pautados na dignidade da pessoa humana.

É bem verdade que o direito é um fenômeno complexo. Mas seria o direito apenas um instrumento a disposição do poder? É possível simplificar o direito a ponto de transformá-lo em um conjunto de Standards aplicativos? (STRECK, 2010). É necessário abrir mão da racionalidade meramente instrumental, a fim de que se possa enxergar a essência dos fenômenos cotidianos.

O que acontece, infelizmente, na maioria das vezes, é que o julgador primeiramente busca solucionar o caso (julga) para depois buscar a lei para fundamentar. Nesse passo Streck (2010) leciona:

Embora Portanova reconheça que o sentenciar alternativo não é autorização para motivações arbitrárias e que o juiz deve manter-se dentro de um sistema jurídico, mas com liberdade para assumir posição diante da lei, na busca de traduzir o sentimento de justiça da comunidade, mais adiante concorda com o próprio Fidélis dos Santos, citando-o, na linha de que não há nada que se sobreponha ao juiz, nem a própria lei. Em outra obra não menos relevante, Portanova assevera que é difícil acreditar em algo que possa restringir a liberdade do juiz de decidir como quiser. (STRECK, 2010, p.35)

O Magistrado, antes de julgar, deverá necessariamente passar por análise de vários planos, dentre eles o plano da efetivação da justiça no seio da sociedade, ou seja, a atividade jurisdicional deve estar sempre atenta a possibilidade de se ampliar ao máximo as garantias fundamentais dos indivíduos não podendo nunca restringi-las, sob pena de retrocesso.

Cumprе ressaltar que para a firmação do Estado Democrático de Direito, a atividade jurisdicional de realização e efetivação das garantias fundamentais é de extrema relevância. Nota-se com isso que as decisões judiciais assumem papel fundamental para efetivação de princípios, como por exemplo, ampla defesa no inquérito policial e dignidade da pessoa humana.

Ver o homem como ser humano, sujeito de direitos, é algo básico para avançarmos na discussão do tema e problema apresentado neste artigo. O sujeito que pelo fato de ser ainda indiciado, não pode ver cerceado seus direitos fundamentais.

Ocorre que o delinqüente, na maioria das vezes, é visto pela sociedade, pelo Estado, pela mídia em geral como um objeto (uma coisa). Sendo assim, é imperioso o reconhecimento do princípio da ampla defesa no inquérito policial, sendo respeitados princípios diante de um sistema aberto de normas.

É importante destacar o fato de que o mesmo Estado que elabora as normas é o mesmo Estado que pode dar exigibilidade às mesmas. A Constituição não pode ser apenas utópica, transcendental, muito pelo contrário, as promessas precisam tornar-se realidade na vida dos indivíduos. Neste sentido posiciona-se Moreira (2007):

O Estado democrático de Direito é institucionalizado mediante a coincidência entre a obrigatoriedade e a legitimidade de suas normas. São obrigatórias porque são válidas as normas jurídicas que brotam do processo democrático; como são legítimas as normas, elas, necessariamente, devem ser obrigatórias. Sendo válidas as orientações decorrentes de tal processo, é preciso que haja uma estrutura institucional que garanta a efetividade de tais orientações, as únicas que podem pretender exigibilidade (MOREIRA, 2007, p.85-86).

Ainda segundo Moreira (2007), o poder constituinte é exercido por uma assembleia que realiza o desígnio de formular e promulgar os princípios que passarão a estruturar o sistema constitucional que terá preponderância sobre todo o sistema jurídico.

Nesta baila repousa a angustia quanto à interpretação do texto constitucional previsto no art. 5º, LV “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ele inerentes”.

Existe uma simulação que consiste na justificação de um ato fundante que põe a Constituição como ato extraordinário da soberania popular (Moreira, 2007, p.93). Nossos interpretes precisam “abrir a visão” e enxergar por de trás do texto legal, a fim de que garanta direitos fundamentais.

CONCLUSÃO

A conclusão que se pode obter das análises realizadas durante o presente estudo nos levam a reflexão de que o princípio da ampla defesa deve ser reconhecido na fase de inquérito policial, haja vista interpretação do texto constitucional vigente e dirigente.

É verdade que a atual sistemática do Código Penal e Processual Brasileiro acaba por enxergar os indiciados como verdadeiros “inimigos”, portanto, objeto da investigação (IP), motivo pelo qual, a doutrina amplamente majoritária, não admite reconhecimento do direito à ampla defesa na fase de inquérito policial.

A realidade brasileira retrata um povo, na sua grande maioria, sofrido, pobre, carecedor da efetivação de direitos fundamentais conquistados no decorrer da história, porém, longe de se tornar realidade. Desta forma, falar sobre o tema proposto é relevante e desafiador, até porque, faz parte da natureza de muitos indivíduos, acreditarem que o sujeito indiciado criminalmente deve sofrer como forma de pagar o suposto mal.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A Era dos direitos**. Trad. Regina Lyra. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição federal anotada**. São Paulo: Saraiva, 2002.

FABRIZ, Daurly Cesar. A crise do direito fundamental ao trabalho no início do século XXI. In: **Revista de direitos e garantias fundamentais**. Florianópolis: Boiteux, 2006. p.15-38

_____. A constituição brasileira de 1988 e o direito penal após 20 anos: uma perspectiva crítica alinhada aos direitos e garantias fundamentais. In: SIQUEIRA, Julio Pinheiro Faro Homem de; TEIXEIRA, Bruno Costa; MIGUEL, Paula Castello (Org.). **Uma homenagem aos 20 anos de constituição brasileira**. Florianópolis: Boiteux, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HERRERA FLORES, Joaquin. **Teoria crítica dos direitos humanos**: os direitos humanos como produtos culturais. Trad. Luciana Caplan et. al. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. Coimbra: Coimbra, 1991.

MOREIRA, Luiz. **A Constituição como simulacro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

NEVES, A. Castanheira. **O actual problema metodológico da interpretação jurídica** – I. Coimbra: Coimbra, 2003.

PIOVESAN, Flávia; VIEIRA, Renato Stanzola. A força normatizada dos princípios constitucionais fundamentais: a dignidade da pessoa humana. In:_____. **Temas de direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Max Limond, 2003. p. 355-398.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 9.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

_____. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

STRECK, Lênio. Interpretar e concretizar: em busca da superação da discricionariedade do positivismo jurídico. In: LUCAS, Douglas Cesar; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana L. (Org.). **Olhares hermenêuticos sobre o direito**: em busca de sentido para os caminhos do jurista. Ijuí: Unijuí, 2006. p. 328-398.

_____, O que é isto – **decido conforme minha consciência?** Porto Alegre: Livraria do advogado Editora, 2010.

TRIBE, Laurence; DORF, Michael. **Hermenêutica Constitucional**, Belo Horizonte, Ed. Del Rey, 2007

WOLKMER, Antonio Carlos. **Fundamentos de história do direito**. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

Os impactos do novo código de processo civil nos prazos processuais da Lei de Recuperação Judicial e Falência

Helena Forte Comerio¹¹⁴
Sandro Peruchi Campagnaro¹¹⁵

RESUMO

O novo código de processo civil ao entrar em vigor rompeu com o anterior sistema processual de contagem de prazos processuais em dias corridos, passando a computar somente em dias úteis. A Lei de Recuperação Judicial e Falências é omissa em relação a contagem dos prazos processuais. A divergência na interpretação quanto à aplicabilidade das disposições do novo Código de Processo Civil ao procedimento especial previsto na Lei de Recuperação Judicial e Falência, especificamente em relação à contagem dos prazos processuais, conduz a uma insegurança jurídica às partes que dela fazem uso, podendo ocasionar, inclusive, a perda de prazo e a aplicabilidade do instituto da preclusão. As disposições previstas no Código de Processo Civil vigente – em especial as finais e transitórias – prestigiam o princípio constitucional da igualdade, dando tratamento igualitário às partes dos processos que se desenvolvem tanto pelo procedimento comum quanto pelo procedimento especial, mesmo que previsto em leis especiais. O presente artigo tem por objetivo verificar a aplicabilidade do novo Código de Processo Civil à Lei de Recuperação Judicial e Falência a respeito da contagem em dias úteis dos prazos processuais.

Palavras-chave: lei especial; prazos processuais; insegurança jurídica; princípio da isonomia.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, entrou em vigor em meados do ano de 2005. Tem em seu conteúdo disposições a respeito da recuperação judicial de empresas, decretação da falência, bem como procedimentos para o processo judicial.

A viabilização judicial de uma recuperação de empresas, ou mesmo de um pedido de decretação de falência, se dá através de um processo judicial, cujos atos processuais e os procedimentos encontram-se regulados pela referida Lei, que fixa prazos processuais e materiais a serem observados pelos participantes do processo.

Enquanto vigente o CPC/1973, os prazos processuais e materiais previstos na Lei Especial em comento eram contados em dias corridos, tal como os prazos previstos

¹¹⁴Bacharel em Direito pela Faculdade Novo Milênio (ES), e-mail: helenacomerio@gmail.com.

¹¹⁵Mestre em Sociologia Política – Universidade Vila Velha (UVV-ES), especialista em direito civil e processo civil pela UNESC (ES), professor de graduação e pós-graduação *latu sensu* em Direito da Faculdade Novo Milênio (ES), Advogado e Diretor-Tesoureiro da OAB - Subseção Vila Velha-ES, e-mail: sandropcadv@gmail.com;

na sistemática processual até então vigente. Isso se deu em razão do que dispõe o artigo 189 da Lei de Recuperação Judicial e Falência, que prevê a aplicabilidade do Código de Processo Civil aos procedimentos previstos na referida lei especial, na medida em que o referido procedimento especial não traz nenhuma regra específica em relação à contagem dos prazos.

Com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil de 2015, os prazos processuais passaram a ser contados em dias úteis, conforme dispõe o *caput* do artigo 219 do Código: “Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis”. Tal regra alterou a sistemática até então vigente.

Por força do que dispõe o art. 1.046 do CPC/15, as disposições do novo Código de Processo se aplicaram desde logo aos processos pendentes. Em razão do novo regime de cômputo dos prazos em dias úteis estabelecido pelo referido Código surgiram divergências quanto à sua aplicabilidade a procedimentos especiais previstos em leis extraordinárias, dentre elas, a Lei de Recuperação Judicial e Falência.

- Do cômputo dos prazos processuais na Lei de Recuperação Judicial e Falência

O novo código de processo civil entrou em vigor a pouco mais de dois anos e rompeu com o anterior sistema processual (CPC/73) de contagem de prazos processuais em dias corridos, passando a computar somente em dias úteis, como prescreve o art. 219 do CPC/15.

Em suas disposições finais e transitórias o novo código de processo civil revogou o código anterior (CPC/73) e, desde a sua entrada em vigor, as suas disposições passaram a aplicar-se, desde logo, a todos os processos pendentes (art. 1.046, *caput*, do CPC/15¹¹⁶).

¹¹⁶ Art. 1.046. Ao entrar em vigor este Código, suas disposições se aplicarão desde logo aos processos pendentes, ficando revogada a [Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973](#).

No que tange à aplicabilidade do novo Código processual aos procedimentos previstos em outras leis, registre-se que o § 2º do art. 1.046, inserido no Livro Complementar – Disposições finais e transitórias – do CPC/2015, dispõe que:

Art. 1.046. Ao entrar em vigor este Código, suas disposições se aplicarão desde logo aos processos pendentes, ficando revogada a [Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973](#).

[...]

§ 2º Permanecem em vigor as disposições especiais dos procedimentos regulados em outras leis, aos quais se aplicará supletivamente este Código.

Nesse contexto, assevera Neves (2017, p. 1.771):

Quanto aos procedimentos especiais previstos na legislação extravagante, ou seja, fora do Código de Processo Civil, o § 2º do art. 1.046 do Novo CPC estabelece que permanece em vigor as disposições que os regulam, sendo a tais procedimentos especiais aplicado supletivamente o Novo Código de Processo Civil.

[...]

O Código de Processo Civil é o principal diploma legal de regulamentação do processo, mas obviamente não é o único. Existem diversas leis extravagantes que contêm normas processuais, fazendo invariavelmente remissão a algum dispositivo do Código de Processo Civil. Como seria materialmente inviável adequar todas essas normas ao novo Código, o art. 1.046, § 4º, do Novo CPC passa a prever que remissões a disposições do Código de Processo Civil revogado, existentes em outras leis, passam a referir-se às que lhes são correspondentes no Novo Código de Processo Civil.

Especificamente em relação à lei especial de recuperação judicial e falência, o parágrafo quarto do citado artigo 1.046, ainda nas disposições finais e transitórias do novo Código de Processo, combinado com o art. 189 da Lei Extraordinária em comento, revela que o CPC/2015 se aplica à referida Lei, conforme se extrai da interpretação literal dos seus próprios dispositivos, *in verbis*:

Art. 1.046. Ao entrar em vigor este Código, suas disposições se aplicarão desde logo aos processos pendentes, ficando revogada a [Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973](#).

[...]

§ 4º As remissões a disposições do Código de Processo Civil revogado, existentes em outras leis, passam a referir-se às que lhes são correspondentes neste Código¹¹⁷.

¹¹⁷ Código de Processo Civil de 2015.

Art. 189. Aplica-se a [Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973](#) - Código de Processo Civil, no que couber, aos procedimentos previstos nesta Lei¹¹⁸.

A divergência na interpretação quanto à aplicabilidade das disposições do CPC/2015 ao procedimento especial previsto na Lei de Recuperação Judicial e Falência, especificamente em relação à contagem dos prazos processuais previstos na citada Lei Especial, conduz a uma insegurança jurídica (art. 5º, XXXVI, CF/88¹¹⁹) às partes que dela fazem uso, podendo ocasionar, inclusive, a perda de prazo e a aplicabilidade do instituto da preclusão.

Silva (2017, p. 436) aponta a necessidade de assegurar o valor da segurança jurídica, especialmente no que tange à estabilidade dos direitos subjetivos.

A segurança jurídica só se restabelecerá quando houver certeza quanto à aplicabilidade da norma processual em questão, pois uma vez conhecida poderão as partes praticar os atos processuais com segurança. A respeito sustenta o referido Jurista constitucional (SILVA, 2017, p. 436): “Uma importante condição da segurança jurídica está na relativa certeza de que os indivíduos têm de que as relações realizadas sob o império de uma norma devem perdura ainda quando tal norma seja substituída”.

As disposições previstas no Código de Processo Civil vigente – em especial as finais e transitórias - prestigiam o princípio constitucional da igualdade (art. 5º, *caput*, CF/88¹²⁰), na medida em que promove tratamento igualitário às partes dos processos que se desenvolvem tanto pelo procedimento comum quanto pelo procedimento especial, mesmo que previsto em leis especiais.

A respeito, vale-se da doutrina de Silva (2017, p. 217) sobre o princípio da igualdade, onde retrata que:

[...] a igualdade *perante* a lei seria uma exigência feita a todos aqueles que aplicam as normas jurídicas gerais aos casos concretos, ao passo que a igualdade *na* lei seria uma exigência dirigida tanto àqueles que criam as normas jurídicas gerais como àqueles que as aplicam aos casos concretos.

¹¹⁸ Lei de Recuperação Judicial e Falência.

¹¹⁹ Art. 5º [...] XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

¹²⁰ Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

A insuficiência do procedimento comum para fazer frente a determinadas regras do direito material levaram o legislador a criação de procedimentos especiais para se atingir determinados fins específicos que tal direito substancial prevê. Tais procedimentos especiais apenas disciplinam regras necessárias a fim de que se possa harmonizar a forma (instrumento) que viabilizará o direito material que justificou a sua criação.

A respeito se traz a colação a doutrina de Theodoro Jr. (2016, p. 4):

[...] haverá sempre algum detalhe da mecânica do direito material que, eventualmente, reclamará forma especial de exercício no processo. O processo como disciplina *formal* não pode ignorar essas exigências de origem *substancial*, porque é da própria natureza das coisas que a *forma* se ajuste e se harmonize à *substância*.

Os procedimentos especiais não estão previstos apenas no Código de Processo Civil, mas também em leis extravagantes que em um só corpo podem trazer disposições substanciais e processuais. Nesse contexto apresenta-se as justificativas de Dinamarco (2004, p. 41):

[...] Há também leis que em um só corpo trazem disposições substanciais e processuais, como a Lei do Divórcio, a Lei de Locação de Imóveis Urbanos, o Código de Defesa do Consumidor etc.; isso assim acontece, com plena legitimidade sistemática, devido à integração do processo e direito material em um só contexto global de tutela, sendo às vezes de toda conveniência disciplinar em um só corpo algum instituto de direito substancial e os modos como há de ser tratado quando posto em litígio perante o Poder Judiciário.

Ainda que uma determinada lei extraordinária contenha em um só corpo disposições substanciais e processuais, ou mesmo só processuais, ainda assim poderá restar omissa a respeito de algum ou alguns regramentos processuais.

Nesse sentido é que se faz presente a necessidade de se aplicar as regras gerais do procedimento comum contidas no Código de Processo Civil quando o procedimento especial deixar de regulá-las. Assim sustenta Theodoro Jr. (2016, p. 8):

As regras do Código sobre os procedimentos especiais não abrangem, evidentemente, todos os termos do processo. Cuidam, em princípio, apenas daquilo que especializa o rito para adequá-lo à pretensão a cuja disciplina em juízo se destina. Por isso, naquilo em que o procedimento especial for omissa incidirão as regras do procedimento comum. É o que dispõe o art. 318, parágrafo único: “O procedimento comum aplica-se subsidiariamente aos demais procedimentos especiais e ao processo de execução”.

A Lei de Recuperação Judicial e Falência é omissa em relação a contagem dos prazos processuais. Sendo omissa, deve-se aplicar as regras do procedimento comum, que no Código Processual Civil vigente são contados em dias úteis.

Não é outro o pensamento exposto por Coelho (2013, p. 522/523) a respeito do tema:

Inicialmente, por se tratar de um processo, aplicam-se à falência, em caso de lacuna da Lei de Falências, as disposições comuns de direito processual, civil ou penal, conforme o caso.

A legislação adjetiva geral é supletiva do direito falimentar em caso de omissão deste.

Uma das divergências interpretativas – senão a principal - surgidas na aplicabilidade ou não dos prazos em dias úteis previstos no CPC/2015 à Lei de Recuperação Judicial e Falência, diz respeito ao prazo de 180 dias de suspensão das ações e execuções promovidas em face do devedor em recuperação judicial previsto no art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05¹²¹ (*stay period*).

Para Wambier e Lobo (2016) o prazo de suspensão por 180 dias dos processos na recuperação judicial previsto no art. 6º da Lei 11.101/05 é processual, embora previsto em lei especial e, como o novo CPC não excepcionou prazos processuais fixados em outras leis extravagantes, deverá ser contado em dias úteis.

Outro exemplo, é o prazo de suspensão por 180 dias dos processos (execuções e cobranças) na recuperação judicial (Lei 11.101/05, artigo 6º). Esse prazo é processual, embora previsto em lei especial. Então, considerando que o novo CPC não excepcionou prazos processuais fixados em outras leis extravagantes (já que o artigo 219 dispõe sobre prazos processuais fixados “por lei”, sem limitação dos prazos previstos nesta ou naquela lei), deverá, sim, ser contado em dias úteis (WAMBIER; LOBO, 2016).

Dando interpretação ao art. 219 do CPC/15, afirmam os referidos doutrinadores que o citado dispositivo legal dispõe sobre prazos processuais fixados “por lei”, como consta do texto normativo citado, sem limitação portanto dos prazos previstos nesta ou naquela lei, como asseveraram no texto acima transcrito.

¹²¹ Art. 6º [...] 4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (2017) ao enfrentar tal situação jurídica (*stay period*) entendeu, diferentemente da decisão monocrática de primeiro grau, que a contagem de prazo de suspensão do art. 6º, §4º, da Lei n. 11.101/05 deve ser feita em dias úteis de acordo com o art. 219 do CPC/15:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. STAY PERIOD. Contagem de prazo de suspensão do art. 6º, §4º, da Lei n. 11.101/05, que deve ser feita em dias úteis de acordo com o art. 219 do CPC/15. O cômputo dos dias úteis contribui para a segurança jurídica ao estabelecer critério objetivo ao mesmo tempo em que favorece a eficiência da recuperação judicial e maior oportunidade para a recuperanda cumprir os atos processuais que visam à recuperação judicial em prol de sua própria preservação (art. 47 da Lei n. 11.101/05). Decisão reformada. Recurso provido¹²².

Extrai-se da ementa do acórdão supracitado que a justificativa da decisão não se baseou apenas no aspecto da segurança jurídica ao estabelecer um critério objetivo ao aplicar-se a regra contida no art. 219 do CPC/15 à Lei Especial referida, mas também e ao mesmo tempo na contribuição que dará para a eficiência da recuperação judicial.

Independentemente dos outros aspectos em que cada lei especial poderá obter ou não com a aplicação da regra contida no art. 219 do CPC/15, o que se deve observar são as disposições legais contidas no novo código de processo civil onde optou por dar tratamento isonômico aos procedimentos comum e especial, mesmo que previstos em lei extraordinária, naquilo em que a lei extravagante não excepcionou expressamente.

Caso contrário, a aplicação ou não da contagem em dias úteis passaria pela interpretação do contexto de cada lei especial inobstante a omissão a respeito do cômputo do prazo e a existência de um regramento supletivo previsto no CPC/15 (§ 2º, art. 1.046), o que levaria ao afastamento do critério objetivo e consequentemente traria insegurança jurídica aos partícipes do processo.

Por força das disposições finais e transitórias do Código de Processo Civil vigente, bem como das disposições finais da Lei de Recuperação Judicial e Falência, aplica-se supletivamente as disposições do novo Código Processual naquilo em que a

¹²² Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2210315-16.2016.8.26.0000, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Des. rel. Hamid Bdine. Julgado e publicado em 16 de março de 2017.

mencionada Lei especial for omissa, como é o caso do cômputo em dias úteis dos prazos processuais previstos na aludida lei extravagante, justamente em razão da inexistência de dispositivo legal que determine de forma divergente, sendo, portanto, irrelevante as características que encerram as especificidades de cada procedimento especial, evitando-se com isso a inobservância do princípio da isonomia no trato dos procedimentos e a insegurança jurídica na contagem dos prazos processuais previstos na Lei nº 11.101/2005.

CONCLUSÃO

O presente artigo analisou as disposições legais contidas no novo código de processo civil, na lei especial da recuperação judicial e falência e na Constituição Federal, bem como as interpretações doutrinárias a respeito, a fim de verificar a possibilidade de aplicação do CPC/15 à mencionada lei especial no que tange ao cômputo dos prazos processuais.

Nas disposições finais e transitórias do CPC/2015 as normas processuais são aplicáveis aos procedimentos especiais mesmo que previstos em leis extravagantes, de forma suplementar e quando forem omissas.

A lei de recuperação judicial e falência expressamente prevê a aplicabilidade do Código de processo civil aos seus procedimentos, no que couber.

Embora a referida lei especial tenha em seu bojo prazos processuais, ela é omissa em relação à contagem, o que autoriza a aplicação das regras previstas no novo código de processo civil a respeito, tanto em decorrência das disposições finais deste código como daquela lei especial.

Enquanto vigente o CPC/73, a contagem dos prazos processuais previstos na lei falimentar era em dias corridos, posto que assim era o regramento existente naquele código.

Com o advento no novo código de processo civil e a ausência de regramento específico na citada lei especial a respeito da contagem dos prazos processuais deve-

se aplicar o que prevê o novo código processual, que optou pelo cômputo em dias úteis.

Adotar-se tal interpretação prestigiará o princípio constitucional da igualdade e dará tratamento igualitário às partes dos processos que se desenvolvem tanto pelo procedimento comum quanto pelo procedimento especial, mesmo que previsto em leis especiais, além de suprimir a insegurança jurídica causada pela divergência instaurada quanto à aplicabilidade ou não, refletidas em decisões judiciais.

Independentemente dos outros aspectos em que cada lei especial poderá obter ou não com a aplicação da regra contida no art. 219 do CPC/15, o que se deve observar são as disposições legais contidas no novo código de processo civil onde optou por dar tratamento isonômico aos procedimentos comum e especial, mesmo que previstos em lei extraordinária, naquilo em que a lei extravagante não excepcionou expressamente.

De outro modo, a aplicação ou não da contagem em dias úteis passaria pela interpretação do contexto de cada lei especial inobstante a omissão a respeito do cômputo do prazo e a existência de um regramento supletivo previsto no CPC/15 (§ 2º, art. 1.046), o que levaria ao afastamento do critério objetivo e conseqüentemente traria insegurança jurídica aos partícipes do processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da República do Brasil], Brasília, 05 out. 1988.

_____. [Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015](#). Código de Processo Civil. Diário Oficial [da República do Brasil], Brasília, 17 mar. 2015.

_____. [Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005](#). Regula a recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Diário Oficial [da República do Brasil], Brasília, 09 fev. 2005.

_____. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Agravo de Instrumento nº 2210315-16.2016.8.26.0000, da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, São Paulo, SP, 16 de março de 2017. Disponível em: < <https://www.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à Lei de Falências e de recuperação de empresas**. 9ª edição, São Paulo: Saraiva, 2013.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**, vol. I, 4. Ed. rev. atual., São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2004.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**, volume único, 9ª edição, Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 40ª ed., rev. e atual. até a emenda constitucional n. 95, de 15.12.2016. São Paulo: Malheiros, 2017.

THEODORO JR., HUMBERTO. **Curso de Direito Processual Civil**, vol. II: Procedimentos Especiais. 50ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; LOBO, Arthur Mendes. **Prazos processuais devem ser contados em dias úteis com novo CPC**. Consultor Jurídico, São Paulo-SP, 07 de março de 2016. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2016-mar-07/prazos-processuais-contados-dias-uteis-cpc?imprimir=1> >. Acesso em: 03 mai. 2018.

A (i)legalidade da infiltração do agente policial e o flagrante prorrogado

Vanuza Almeida Bezerra¹²³

RESUMO

A (i)legalidade da infiltração policial por meio do instituto do flagrante prorrogado face às leis do crime organizado e a lei de drogas foi o cerne do trabalho, analisando inclusive, a possibilidade de o agente infiltrado incorrer em crime de prevaricação. Para facilitar o entendimento, o artigo foi dividido em quatro itens: a identificação dos limites que definem a necessidade ou não da prática do flagrante prorrogado; os critérios de segurança geralmente adotados para a proteção do agente; a visão dos principais doutrinadores do Direito Penal Brasileiro face ao flagrante prorrogado, e, se no caso do agente infiltrado cometer algum crime em função da infiltração, se incorreria o agente em crime de prevaricação. O resultado do estudo surpreende ao observar que a expressão flagrante prorrogado surge na doutrina como forma de explicar uma das possibilidades de atuação do agente infiltrado na investigação criminal, como previsto em ambas as leis.

Palavras-chave. Flagrante prorrogado. Crime organizado. Lei de drogas. Agente policial infiltrado. Investigação criminal.

INTRODUÇÃO

Propõe-se o presente estudo a abordar tema conflituoso na literatura jurídico-penal: a (i)legalidade da infiltração do agente policial no flagrante prorrogado pela própria legislação.

O flagrante prorrogado autoriza a não ação do policial no momento do conhecimento do fato, mas a falta de uma legislação específica para tal ato, e os conflitos gerados entre leis e conceitos doutrinários obscurecem a necessidade e os limites do flagrante prorrogado face ao Direito Brasileiro, uma vez que envolvem segurança pública e garantias fundamentais.

O aumento crescente da insegurança pública e a gigantesca proporção do crime organizado no país motivaram a criação de leis como a 11.343/06 e 12.830/13 com o fim de buscar a garantia de uma efetiva prestação jurisdicional, mas resta saber se a opção pela infiltração policial é segura e legal para o agente.

Talvez ansiosos para diminuir a ação e proporção do crime organizado no país, nossos legisladores deixaram lacunas que vão desde a tipificação de crime organizado à possibilidade de culpabilidade por crime de prevaricação por parte dos agentes infiltrados.

Dessa forma, a discussão em tese é relevante juridicamente, face às controvérsias doutrinárias e lacunas da lei para uma melhor e segura aplicabilidade do instituto em questão.

¹²³ Graduada em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF. Graduada em Direito pela Unesa, ES. Mestre em Administração Estratégica do Turismo pela Faculdade Anhanguera, SP. Professora no Curso de Graduação em Direito, Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia e no Tecnólogo de Estética na Faculdade Novo Milênio.

Para facilitar o entendimento, o artigo foi dividido em quatro itens. Primeiramente, é importante identificar quais são os limites que definem a necessidade ou não da prática do flagrante prorrogado. A seguir, deve-se explorar quais são os critérios de segurança geralmente adotados em face da proteção do agente. Em seguida, torna-se essencial avaliar, face à visão dos principais doutrinadores do Direito Penal Brasileiro face ao flagrante prorrogado. E finalmente, se no caso do agente infiltrado cometer algum crime em função da infiltração, se incorreria o agente em crime de prevaricação.

A metodologia aplicada neste trabalho é de cunho bibliográfico, pois se baseia na pesquisa em livros, repositórios de acórdãos dos nossos Tribunais, periódicos e artigos retirados da internet.

Conceito de flagrante

Faz-se necessário conceituar para que se tenha uma dimensão mais clara do que vem a ser a prisão em flagrante e o flagrante prorrogado.

Conceituando a prisão em flagrante, assim manifesta-se a doutrina de Tourinho Filho (2004 p.234): “Prisão em flagrante é a prisão daquele que é surpreendido no mesmo instante da consumação da infração penal.”

Para Guilherme de Souza Nucci: (2006 p.344) “(...) prisão em flagrante é a modalidade de prisão cautelar, de natureza administrativa, realizada no instante em que desenvolve ou termina de se concluir a infração penal (crime ou contravenção penal).”

No mesmo sentido, conceitua Fernando Capez (2011 p.224): “É, portanto, medida restritiva da liberdade, de natureza cautelar e processual, independente de ordem escrita do juiz competente, de quem é surpreendido cometendo, ou logo após ter cometido, um crime ou uma contravenção.”

Analisando as palavras dos autores, depreende-se que o fundamento da prisão em flagrante decorre da constatação do delito durante o ato ou logo em seguida, de forma clara e evidente, não se fazendo necessária autorização judicial para que a prisão se concretize.

O recurso da prisão em flagrante objetiva evitar a fuga do infrator, facilitando a colheita de provas da materialidade e autoria, e em muitas vezes, impede ou restringe a consumação do delito.

As previsões de flagrância estão dispostas no art. 302 do Código de Processo Penal sendo o sujeito ativo da prisão em flagrante aquele que realiza a prisão.

Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:

I - está cometendo a infração penal;

II - acaba de cometê-la;

III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;

IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração. (BRASIL, 2013)

O mesmo código reza em seu artigo 301 que “qualquer pessoa do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem que quer seja encontrado em flagrante delito”. (BRASIL, 2013)

A norma citada estende a faculdade da prisão em flagrante para qualquer pessoa, e obriga as autoridades policiais e seus agentes à prática do ato em si.

- Flagrante prorrogado

Flagrante prorrogado é a intervenção policial, no momento mais oportuno para que não se interrompa uma investigação policial, ou até mesmo uma colheita de provas, com o objetivo de se alcançar por meio desta faculdade, um maior número de pessoas efetivamente envolvidas na atividade ilícita. Guilherme de Souza Nucci (2008, p. 575) define o instituto como:

É a possibilidade de que a polícia possui de retardar a realização da prisão em flagrante, para obter maiores dados e informações a respeito do funcionamento, dos componentes e da atuação de uma organização criminosa.

Nas palavras de Jaime Pimentel

(...) flagrante prorrogado, postergado, protelado ou diferido” tecnicamente é um mecanismo investigativo, deflagrado por meio de uma ação policial controlada, seguindo parâmetros legais, no sentido de melhor atender aspectos investigativos para que se possa apurar autoria e materialidade delitiva, instrutivos de uma ação penal com a objetividade de colimar conteúdo probatório à mesma, aproximando-se ao máximo da verdade real dos fatos, identificando e responsabilizando um maior número de delinquentes. (PIMENTEL, 2011)

As organizações criminosas ganharam muita força com o passar dos anos, são muitas vezes mais bem equipadas que a própria polícia, e a faculdade do flagrante prorrogado ou retardado permite estudar a organização e seus passos para que no melhor momento se dê a prisão, atingindo assim um maior número de pessoas, tornando-se mais eficaz a ação policial.

- A delimitação da necessidade da aplicação do flagrante prorrogado

Segundo Cavalcanti (2008, p.10), no Brasil a criminalidade desenvolveu muito, fortalecendo-se, fazendo com que o governo perdesse o controle da situação, ocasionando assim, um verdadeiro caos na esfera da segurança pública, o que causa a explosão da violência e a superlotação dos presídios, fator determinante para a formação do crime organizado.

Com o crescimento do crime organizado e as tentativas desordenadas de combatê-lo, aumenta-se a insegurança e a insatisfação da sociedade como um todo. Hodiernamente, necessário se faz buscar um equilíbrio entre direitos fundamentais absolutos e a tolerância dos poderes ilimitados pelo Estado. Somente com a

harmonização entre garantias e direitos fundamentais e a eficiência estatal haverá uma atuação equilibrada e justa.

O princípio da proporcionalidade favorece a análise individualizada de cada caso concreto para que haja uma delimitação quanto à aplicação do flagrante prorrogado para que pontos de equilíbrio estabeleçam o liame entre a eficácia punitiva estatal e as garantias e direitos fundamentais, tanto do investigado ou acusado quanto do agente infiltrado.

O flagrante prorrogado encontra-se previsto no artigo 2º, II, da Lei número 9.034/95, a chamada Lei do Crime Organizado, e dispõe:

Art. 2º [...]

II - consiste em retardar a interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas ou a elas vinculadas, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimentos de informações. (BRASIL, 1995)

Trata-se de um ato discricionário da polícia com o efeito de retardar a realização da prisão em flagrante.

Neste caso, autoridade policial não decreta o flagrante no momento em que presencia a ação delituosa, aguardando o momento mais propício com o objetivo de somar maior número de informações e dados de uma organização criminosa.

Importante ressaltar que esta medida somente está prevista na lei 12.850/13 que se refere às organizações criminosas, como na lei 11.343/06, ou seja, lei de drogas, sendo impossível sua utilização fora dos casos previstos.

Condições básicas para a escolha do agente a ser infiltrado

Encontra-se delimitado no artigo 144, § 1º, I e § 4º, da Constituição Federal as atribuições das instituições policiais brasileiras, conferindo única e exclusivamente às Polícias Cíveis Estaduais e Federal a função de apurar as infrações penais, como se lê:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

- I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. (BRASIL, 2014).

Bem lembrado por Rogério Sanches Cunha (2013, p.98), que:

O inciso I e IV deste dispositivo constitucional atribui à polícia federal a tarefa de apurar as infrações penais. Já o § 4º, do artigo 144 da CF, comina às polícias civis estaduais essa tarefa investigativa. São, portanto, os policiais federais e civis aqueles habilitados a servirem como agentes infiltrados.

Assim sendo, é às Polícias Civil e Federal que cabe a função de investigação dos delitos, ficando sob sua responsabilidade, a busca de provas. Evidente está que somente seus agentes poderão protagonizar os sujeitos infiltrados no crime organizado com o fim de angariar provas para que se possa determinar o melhor momento para o flagrante prorrogado.

A infiltração policial se destina à obtenção de provas para embasar as ações penais contra membros de uma organização criminosa, desta forma, define Feitoza (2009, p. 819), segundo a qual “a infiltração, no processo penal, é um meio de obtenção de provas.” Ressalta também Feitoza (2009, p. 822) o seguinte:

Infiltração é a introdução de agente público, dissimuladamente quanto à finalidade investigativa (provas e informações) e/ou operacional (“dado negado” ou de difícil acesso) em quadrilha, bando, organização criminosa ou associação criminosa ou, ainda, em determinadas hipóteses (como crimes de drogas), no âmbito social, profissional ou criminoso do suposto autor de crime, a fim de obter provas que possibilitem, eficazmente, prevenir, detectar, reprimir ou, enfim, combater a atividade criminosa deles.

A escolha do agente infiltrado requer muito cuidado, uma vez que os riscos da atividade envolvem estar do outro lado da realidade, na realidade criminosa, respirando e atuando revestido da face de um criminoso, na verdade travestido em criminoso. Requer personalidade e determinação para que não se corrompa e aja com firmeza e tranquilidade, a fim de realizar a tarefa proposta e também de se proteger, pois uma vez descoberto infiltrado, estaria fadado à morte.

Os artigos 10 e 11 da lei 12.850/13 tratam do cabimento da infiltração de agentes de polícia e a quem cabe requerer que tal medida seja aplicada. Claro está que não é uma decisão aleatória, e que depende da representação do Delegado de Polícia ou requerimento do Ministério Público, e que limites são impostos mediante prévia autorização judicial, sendo esta motivada e sigilosa.

Art. 10. A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.

§ 1º Na hipótese de representação do delegado de polícia, o juiz competente, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público.

§ 2º Será admitida a infiltração se houver indícios de infração penal de que trata o art. 1º e se a prova não puder ser produzida por outros meios disponíveis.

§ 3º A infiltração será autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada sua necessidade.

§ 4º Findo o prazo previsto no § 3º, o relatório circunstanciado será apresentado ao juiz competente, que imediatamente cientificará o Ministério Público.

§ 5º No curso do inquérito policial, o delegado de polícia poderá determinar aos seus agentes, e o Ministério Público poderá requisitar, a qualquer tempo, relatório da atividade de infiltração.

Art. 11. O requerimento do Ministério Público ou a representação do delegado de polícia para a infiltração de agentes conterão a demonstração da necessidade da medida, o alcance das tarefas dos agentes e, quando possível, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e o local da infiltração. (BRASIL,2013)

Cunha (2013, p.95) ilustra que:

[...] na lição de Denílson Feitoza, infiltração é a introdução de agente público, dissimuladamente quanto à finalidade investigativa (provas e informações) e/ou operacional (“dado negado” ou de difícil acesso) em quadrilha, bando, organização criminosa ou associação criminosa ou, ainda, em determinadas hipóteses (como crimes de drogas), no âmbito social, profissional ou criminoso do suposto autor de crime, a fim de obter provas que possibilitem, eficazmente, prevenir, detectar, reprimir ou, enfim, combater a atividade criminosa deles.

Já o artigo 14, inciso I, da mesma lei, trata dos direitos do agente, entre eles, o direito de recusar ou fazer cessar a atuação infiltrada. Mas como fica perante a instituição, o agente que se nega a ser um agente infiltrado ou pede para cessar tal ação? Será que sua decisão é respeitada sem maiores críticas e cobranças internas? Não estaria ele negando prestação de serviço para qual foi designado?

Art. 14. São direitos do agente:

I - recusar ou fazer cessar a atuação infiltrada; (BRASIL,2013)

O direito de recusar ou fazer cessar a atuação infiltrada foi protegido pelo legislador que o garantiu no artigo acima citado. Deve ser aplicado sem maiores constrangimentos ou represálias ao agente para que este se sinta confortável com a opção que fizer, seja ela recusar ou fazer cessar a atuação infiltrada.

A negativa do agente em aceitar, ou a decisão de fazer cessar a atuação infiltrada não pode ser encarada como falta administrativa e nem como insubordinação grave em serviço, o que motivaria sua demissão, pois a lei é clara ao dar ao agente a faculdade de recusar ou fazer cessar sua atuação, vez que fazer-se infiltrado é atitude de risco para o próprio agente e também para seus familiares.

É o que reforça as palavras de Cunha (2013, p.116)

A natureza da investigação e o grau de periculosidade daqueles envolvidos, exige do servidor, primeiro, que queira enfrentar o desafio. E, segundo, já se encontrando infiltrado, que se sinta à vontade para assim permanecer.

Evidente, que não está o agente obrigado a aceitar ou permanecer na situação pelo fato de ser um agente público, não caracterizando assim nenhum tipo de insubordinação, não podendo ser penalizado por sua decisão, que deve ser autônoma e respeitada.

- Os critérios de segurança adotados na proteção do agente infiltrado

O artigo 12, da lei anteriormente citada, resguarda a segurança do agente infiltrado, confidenciando informações, preservando a identidade do agente e, mediante indícios seguros de que o agente sofre risco iminente, prevê o aborto imediato da operação.

Muito embora o parágrafo 3º deste artigo preveja a interrupção da ação para a proteção do agente, claro fica que o risco é alto, pois a lei fala em indícios seguros de que o agente corre risco iminente. Como mensurar o que seria um risco seguro? Pode o próprio agente determinar que momento seria este, ou fica à mercê da decisão do Ministério Público ou do Delegado de Polícia?

Art. 12. O pedido de infiltração será sigilosamente distribuído, de forma a não conter informações que possam indicar a operação a ser efetivada ou identificar o agente que será infiltrado.

§ 1º As informações quanto à necessidade da operação de infiltração serão dirigidas diretamente ao juiz competente, que decidirá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após manifestação do Ministério Público na hipótese de representação do delegado de polícia, devendo-se adotar as medidas necessárias para o êxito das investigações e a segurança do agente infiltrado.

§ 2º Os autos contendo as informações da operação de infiltração acompanharão a denúncia do Ministério Público, quando serão disponibilizados à defesa, assegurando-se a preservação da identidade do agente.

§ 3º Havendo indícios seguros de que o agente infiltrado sofre risco iminente, a operação será sustada mediante requisição do Ministério Público ou pelo

delegado de polícia, dando-se imediata ciência ao Ministério Público e à autoridade judicial. (BRASIL, 2013)

Nas palavras de Cunha (2013, p.108),

[...] a preocupação maior é com a incolumidade física do agente infiltrado. Desafiaria mesmo a moral e a ética imaginar-se que o desvendamento de determinado delito (por mais grave que pudesse ser) ou mesmo o desbaratamento de organização criminosa justificasse a perda de uma vida. De se ver que a paralisação da diligência não reclama prévia autorização judicial. Segundo a literalidade do texto, basta a requisição da autoridade policial, quando então serão cientificados o juiz e o 'parquet'.

No artigo 14 da referida lei, encontram-se os direitos do agente para preservar a sua imagem. Embora tenham sido resguardados, vale lembrar que mesmo mediante identidade alterada, preservação de imagem e voz, e todos os outros critérios que possam ser aplicados para sua proteção, a ferramenta de internet, quebraria facilmente toda esta segurança, vez que é possível cruzar informações, fotos, dados, com facilidade e rapidez.

Assim, parte do sucesso da atuação estatal está vinculada ao silêncio a respeito da existência e identidade do agente infiltrado. Claro está que a revelação da verdadeira identidade do agente põe em risco sua vida, além é claro, de perder-se o flagrante derogado.

A melhor opção de segurança para o agente é a criação de uma nova identidade, mas não apenas o documento de papel, uma nova identidade que envolva uma série de documentos probatórios, seus e de sua família, para que se possa verdadeiramente resguardar a real identidade, dificultando o cruzamento de informações que o caracterizasse como um agente infiltrado.

Importante ressaltar que a nova identidade do agente deve, única e exclusivamente, prestar-se para a infiltração na organização criminosa, proibida qualquer outra utilização para que não se afaste o real propósito da documentação falsa.

Mesmo depois de encerrada a infiltração, a identidade do agente deve ser mantida sob sigilo, o que lhe permite prosseguir com o uso da identidade falsa, pois somente assim será possível proteger a vida do agente e de seus familiares (MENDRONI, 2007, p.60).

Bechara (2006, p.01) alerta que a alteração da identidade do agente infiltrado se dá por um princípio de ordem pública, estipulado na Lei nº 9.807/99, que possibilita a alteração do nome completo da pessoa a ser protegida. Esta modificação deverá ser averbada no respectivo Cartório de Registro Civil. Ela não deve se limitar ao nome, mas também a todos os elementos necessários para conceder ao policial uma condição e aparência criminosa. Assim, deve ele receber diversos tipos de documentos, bem como dispor de toda a infraestrutura material para manter o personagem criado, como conta-bancária, linha telefônica, veículo e outros.

Art. 14. São direitos do agente:

II - ter sua identidade alterada, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 9º da Lei no 9.807, de 13 de julho de 1999, bem como usufruir das medidas de proteção a testemunhas;

III - ter seu nome, sua qualificação, sua imagem, sua voz e demais informações pessoais preservadas durante a investigação e o processo criminal, salvo se houver decisão judicial em contrário;

IV - não ter sua identidade revelada, nem ser fotografado ou filmado pelos meios de comunicação, sem sua prévia autorização por escrito. (BRASIL,2013)

Vale ressaltar que mesmo com todos os critérios de segurança, pode o agente ser descoberto pela organização criminosa e não tomar conhecimento de tal fato, ficando exposto assim a armadilhas que além de o colocar em risco, o levem a cometer ilícitos que mais tarde possam ser utilizados contra ele mesmo.

A visão de doutrinadores do direito penal brasileiro e o flagrante prorrogado

Muitos, ao ouvirem a expressão “flagrante prorrogado”, talvez se perguntem se de fato existe “flagrante” prorrogado, postergado, protelado ou diferido, termos estes encontrados na doutrina.

Após muita pesquisa, conclui-se que tecnicamente não existe o flagrante prorrogado, postergado, protelado ou diferido. A expressão surge com os doutrinadores, com o objetivo de explicar o que vem a ser a ação policial escolhida para que se tenha maior acesso ao crime organizado e mais eficazmente se possa combatê-lo, uma vez que o próprio crime organizado encontra-se infiltrado nas polícias, no executivo, no legislativo e no próprio judiciário, enfraquecendo nosso poder e dificultando nossas ações.

Na verdade, o que grande parte da doutrina traz como flagrante prorrogado é tecnicamente, um mecanismo investigativo que, nos termos da Lei, permite a ampliação da ação policial em vista do flagrante delito, com o objetivo de conhecer melhor o inimigo, e desta forma poder combater e enfraquecer condutas criminosas.

É importante apresentar e defender este ponto porque, como ensinava Francesco Carnelutti (1950, p. 77) o termo flagrante significa “a chama, que denota com certeza a combustão; quando se há chama, é indubitável que alguma coisa arde”

Ou então, na lição de Hélio Tornaghi (1990, p. 48), “flagrante é, portanto, o que está a queimar, e em sentido figurado, o que está a acontecer”.

Para reforçar ainda mais o significado de flagrante, nas lições de José Frederico Marques (1997, p.64), para quem “flagrante delito é o crime cuja prática é surpreendida por alguém no próprio instante em que o delinquente executa a ação penal ilícita”.

Os autores, supra citados, conceituam o termo flagrante, que legalmente encontra-se no artigo 302, do Código de Processo Penal, e prevê hipóteses de prisão quando os fatos delituosos ainda estão no calor da ocorrência, como espécies de flagrante.

Ressalte-se que, parte da doutrina, como salienta Aury Lopes Junior (2011, p.41-42):

Esses flagrantes dos incisos III e IV são mais ‘fracos’, mais frágeis sob o ponto de vista da legalidade. Isso é consequência do afastamento do núcleo imantador que é a realização do tipo penal, refletindo na fragilidade dos elementos que os legitimam, caso em que aumenta a possibilidade de serem afastados pelo juiz no momento em que recebe o auto de prisão em flagrante.

Por isso a doutrina em sua maioria apresenta tais hipóteses como Flagrante impróprio ou Quase-Flagrante e Flagrante Presumido ou Ficto respectivamente.

Dentro dessa perspectiva, como sustentar que uma ação policial prorrogada, leia-se, não interventiva na ardência dos acontecimentos, seria tecnicamente um flagrante?

Ao que parece, trata-se de fato insustentável, ainda seguindo os ensinamentos de Aury Lopes Junior (2011, p.52), que enfatiza a posição de Gustavo Badaró:

(...) nega que o flagrante diferido ou retardado seja uma nova modalidade de prisão. Entende que ‘há, apenas, uma autorização legal para que a autoridade policial e seus agentes que, a princípio, teriam a obrigação de efetuar a prisão em flagrante, deixem de fazê-lo, com vistas a uma eficácia da investigação’. E continua o autor: “obviamente, a autoridade policial, no momento posterior, quando descobrir os elementos mais relevantes, não poderá realizar a prisão em flagrante, pelo ato pretérito que foi tolerado com vista à eficácia da investigação

As próprias Leis autorizativas desses mecanismos investigativos foram técnicas no sentido de não nomear tais formas de condutas policiais como flagrante, conforme se observa:

- Lei 12.850/13, art. 8º, caput: Consiste a ação controlada em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações. (BRASIL, 2013).

- Lei 11.343/06, artigo 53, inciso II: a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível. (BRASIL, 2006).

- Lei 9.613/98, artigo 4º, parágrafo 4º: A ordem de prisão de pessoas ou da apreensão ou sequestro de bens, direitos ou valores, poderá ser suspensa pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata possa comprometer as investigações. (BRASIL, 1998).

É importante lembrar que a prisão em flagrante não necessita de ordem, onde, até mesmo um particular pode realizá-la; logo, a lei 9.613/98 referiu-se à prisão preventiva ou temporária.

Aliás, assim são os ensinamentos de Renato Brasileiro de Lima (2008, p. 1287) para quem: “ao referir-se à suspensão da prisão de pessoas, inequivocamente referiu-se à prisão preventiva, eis que a prisão em flagrante não depende de ordem judicial”.

O autor prossegue concluindo (2008, p.1287):

Assim, para a autoridade policial e seus agentes, a prisão em flagrante continua figurando como obrigatória nos casos de lavagem de capitais, eis que não abrangida pelo dispositivo em análise.

Desta forma, é pertinente questionar: Qual a atitude a ser tomada quando a ação policial prorrogada não encontrar estado flagrancial no momento de sua intervenção?

Não haverá a prisão em flagrante. Sob esta perspectiva será necessário fazer uso dos instrumentos cautelares restritivos ou privativos de liberdade, mediante a necessidade de adequação aos fatos, como previstos nos artigos 282 c/c 283 do Código de Processo Penal.

Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a:

I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais;

II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

§ 1º As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

§ 2º As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.

§ 3º Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo.

§ 4º No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva (art. 312, parágrafo único).

§ 5º O juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

§ 6º A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319). (NR)

Art. 283. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva.

§ 1o As medidas cautelares previstas neste Título não se aplicam à infração a que não for isolada, cumulativa ou alternativamente cominada pena privativa de liberdade.

§ 2o A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio. (BRASIL,2013).

Outro não é o entendimento de Aury Lopes Junior (2011, p. 52) para quem:

o que deverá ser feito – em caso de necessidade demonstrada – é representar pela prisão temporária ou preventiva. Com isso, o flagrante diferido não constitui uma modalidade de prisão, senão um instrumento-meio, com vistas à eficácia da investigação. A partir das informações obtidas pelo não-agir da polícia naquele momento, instrumentaliza-se o posterior pedido de prisão temporária ou preventiva.

Desta forma, flagrante prorrogado é tecnicamente um mecanismo investigativo, uma opção policial a ser deflagrada por meio de uma ação policial controlada, seguindo parâmetros legais, para que se possa apurar a autoria e materialidade delitiva com o objetivo probatório da mesma, aproximando-se da verdade real dos fatos.

Crime de prevaricação e as consequências para o agente

A prevaricação é crime previsto no artigo 319, do Código Penal como um dos crimes que o agente público pode praticar contra o funcionamento regular da administração pública.

De acordo com a definição legal, o crime de prevaricação ocorre em três diferentes situações, quando o funcionário público, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

- a) retarda, indevidamente, a prática de ato decorrente de seu trabalho;
- b) deixa de praticar, indevidamente, o ato decorrente de seu trabalho;
- c) pratica o ato de maneira ilegal.

O ato decorrente do trabalho do agente público é o que a lei denomina de ato de ofício, inerente à função do agente.

Em todos os casos, o retardamento, a omissão ou a prática ilegal do ato devem ocorrer para a satisfação de interesse ou sentimento pessoal do agente público.

Nos casos de retardamento ou omissão, a atitude do agente público deve ser indevida. Se o agente público não pratica ato de sua função ou o atrasa por impossibilidade de o praticar, também não ocorre o crime. A conduta do agente público deve ser movida por dolo, isto é, por vontade própria de agir ou omitir-se.

O crime de prevaricação tem pena de três meses a um ano, sendo assim considerado crime de menor potencial ofensivo. Na prática, isso quer dizer que não

cabe a prisão em flagrante, devendo o agente ser conduzido à presença da autoridade policial, para que o chamado termo circunstanciado de ocorrência seja lavrado.

Cabette, ressalta ainda que:

Na prevaricação, o Ministério Público, órgão encarregado da acusação dessa espécie de delito, precisa provar o “sentimento ou interesse pessoal”, o que é geralmente muito difícil, pois é preciso provar um fenômeno psicológico, que se passa na mente do funcionário público. Se ele não revelar esse sentimento ou interesse pessoal por algum indício ou declaração, geralmente não haverá elementos para o processo criminal. (CABETTE, 2013).

Inda segundo Cabette:

O artigo 13 da Lei do Crime Organizado afirma que se o agente infiltrado não atuar com proporcionalidade em relação à finalidade da investigação, responderá pelos excessos praticados. No decorrer da legislação se percebe que toda a atuação do agente é permitida, inclusive seu envolvimento em atos criminosos, de acordo com o reconhecimento da excludente de culpabilidade de "inexigibilidade de conduta diversa". Ora, como em toda excludente, podem ocorrer excessos, os quais são puníveis. O grande problema, não somente da legislação brasileira como da internacional ao regular a infiltração é a falta de clareza sobre os limites de atuação dos agentes, o que torna sua atividade não somente arriscada sob o ponto de vista dos criminosos, mas também sob o aspecto administrativo e de responsabilidade criminal pessoal. A tensão a que estará submetido um agente desses é sobre-humana e esta é uma das razões pelas quais esse instituto parece bastante inconveniente. (CABETTE, 2013).

Não se trata de uma falta de determinação legal por parte dos legisladores. O que acontece é que é impossível prever todas as situações concretas para que se pudesse proteger o agente dos possíveis crimes a serem cometidos quando da infiltração. Não por vontade do agente, mas por necessidade do agente.

O próprio artigo 13 da lei em questão fala que o agente deve guardar a devida proporcionalidade com a finalidade da investigação. Nota-se então que proporcionalidade é a palavra-chave para justificar a existência do instituto em análise.

Também nas palavras de Cabette:

Institutos como a infiltração violam o que Gomá denomina de "imperativo de exemplaridade" que gravita sobre os funcionários e a administração pública, especialmente a da Justiça. Administrando negócios alheios, ou seja, a denominada "coisa pública", incorrem em responsabilidade de ordem legal. Mas, essa "exemplaridade do funcionário público e da administração pública (da Justiça) também decorre de uma responsabilidade moral que está nas entrelinhas, de forma a submetê-los a comportamentos de honestidade e decoro. Nesse passo, aos agentes públicos cabe o "imperativo de exemplaridade" no sentido de serem modelos para o cidadão. (CABETTE, 2013).

Cunha (2013, p.114), aplaude as palavras de Damásio de Jesus e Fábio Ramazzini Bechara¹²⁴ ao identificarem a conduta do agente como causa de exclusão

de culpabilidade, por inexigibilidade de conduta diversa. Isso porque, se o agente infiltrado tivesse decidido não participar da empreitada criminoso, poderia ter comprometido a finalidade perseguida com a infiltração, ou seja, não havia alternativa senão a prática do crime.

Continua Cunha (2013, p.115) :

(...) com essa solução, sendo o agente infiltrado induzido, instigado ou auxiliado a praticar um crime no âmbito da organização, respeitando a proporcionalidade e sem extrapolar a finalidade da investigação, sendo dele inexigível conduta diversa, exclui-se apenas a culpabilidade do injusto por ele praticado, permanecendo típico e lícito, possibilitando, de acordo com a teoria da acessoriedade limitada (ou média), a punição dos partícipes (integrantes da organização) pelo delito praticado.

Ante o exposto, parece plausível afastar a questão da prevaricação, contanto que sejam mantidas a proporcionalidade e a finalidade da infiltração e condutas do agente para que em caso de necessidade, sua defesa possa ser calcada na inexigibilidade de conduta diversa.

CONCLUSÃO

O fenômeno da criminalidade organizada é antigo, e no Brasil, surge com o cangaço no sertão nordestino, seguido pelo 'jogo do bicho', reconhecido como a primeira manifestação de criminalidade organizada no país.

Com o advento da expansão do crime organizado e, surge a necessidade de diferentes procedimentos para que se possa tentar combater este mal que se alastra.

Nasce daí, a necessidade da infiltração policial junto ao crime organizado, trazendo novos conceitos doutrinários como o flagrante prorrogado ou o flagrante diferido para tentar obter resultados mais eficazes.

No que tange a legalidade ou não da infiltração policial e o flagrante prorrogado, constatou-se que flagrante prorrogado tecnicamente não existe, sendo uma expressão adotada por doutrinadores para explicar o que na verdade vem a ser um mecanismo investigativo.

Ante o exposto, parece plausível afastar a questão da prevaricação, contanto que sejam mantidas a proporcionalidade e a finalidade da infiltração e condutas do agente para que em caso de necessidade, sua defesa possa ser calcada na inexigibilidade de conduta diversa.

Dentro deste contexto, e insuficientes os meios de prova tradicionais, entende-se ser meio legítimo a infiltração de agentes policiais para a investigação e instrução criminal, desde que respeitados os limites impostos pelos direitos e garantias fundamentais do indivíduo, sendo aplicada somente quando atender a todos os requisitos e pressupostos do *princípio da proporcionalidade* presente em nossa Constituição Federal.

REFERENCIAS

BRASIL. **Código penal**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Crime organizado nova lei 12850/13 e o problema da conduta dos agentes**.2013. Disponível em : <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI188454,91041Crime+organizado+nova+lei+1285013+e+o+problema+da+conduta+dos+agentes>. Acesso em: 08 jun. 2014.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva; 2011.

CARMO, Sergio Augusto Riani do. **Flagrante diferido ou protelado não existe no Brasil. Afinal, o que permite o art. 2º, II, da Lei 9034/95?**. Jus Navigandi. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/18175>. Acesso em: 03 jun. 2014.

CARNELUTTI, Francesco. **Lecciones sobre el Proceso Penal**; Trad. Santiago Santis Melendo; Bosch; 1950.

CUNHA, Rogério Sanches, PINTO, Ronaldo Batista. **Crime Organizado: Comentários à nova lei sobre o Crime Organizado – Lei nº 12.850/2013**. São Paulo: Jus Podivm; 2013.

FEITOZA, Denilson .**Direito processual penal: teoria, crítica e práxis**. 6. ed. rev., ampl. e atual. Niterói: Impetus, 2009.

GOMES, Luiz Flávio. Crime organizado: que se entende por isso depois da Lei nº 10.217/01? Apontamentos sobre a perda de eficácia de grande parte da Lei 9.034/95. **Jus Navigandi**, abr. 2002. Disponível em: www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2919. Acesso em: 25 mai. 2014.

JESUS, Damásio de; BECHARA, Fábio Ramazzini. **Agente infiltrado: reflexos penais e processuais**. São Paulo: Complexo Jurídico Damásio de Jesus, mar. 2005. Disponível em:<www.damasio.com.br/novo/html/frame_artigos.htm>. Acesso em 02 de abril de 2014.LENZA, Pedro. **Dos Direitos e Garantias Fundamentais**. In: _____. **Direito Constitucional: Esquematizado**. 11.ed. São Paulo: Editora Método, 2007.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal – volume I**. São Paulo: Impetus; 2011.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal e sua conformidade constitucional**. Vol. II, 4. Ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010

LOPES JUNIOR, Aury. **O Novo Regime Jurídico da Prisão Processual, Liberdade Provisória e Medidas Cautelares Diversas**. São Paulo : Lumen Juris, 2011.

MARQUES, José Frederico. **Elementos de direito processual penal**. São Paulo: Bookseller, 1997. MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime organizado: aspectos gerais e mecanismos legais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Crime: aspectos gerais e mecanismos legais**. São Paulo: Atlas, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 5. ed., São Paulo, 2006.

_____. **Manual de processo penal e execução penal**. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

JUNIOR PIMENTEL, Jaime. "**Flagrante**" Prorrogado, Postergado, Protelado Ou Diferido. Disponível em : <http://justitiasemper.blogspot.com.br/2011/10/flagrante-postergado-prorrogado-ou.html>. Acesso em: 08 jun. 2014.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2004.

TORNAGHI, Hélio. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 1990.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro – Parte Geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2002.

Fundamentação das decisões judiciais: a importância do artigo 489, §1º, do Código de Processo Civil de 2015

Tariane Vitória Campos Lopes¹²⁵
Vinícius de Souza Sant'Anna¹²⁶

RESUMO

O ensaio procura destacar a importância do princípio da fundamentação ou motivação das decisões judiciais, previsto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e no art. 11 do Código de Processo Civil de 2015. Inicialmente, são analisados os pronunciamentos judiciais, a fim de se identificar em quais deles é preciso observar o dever de fundamentação. Em seguida, são examinadas as razões por que as decisões judiciais precisam ser motivadas. Depois, são averiguadas as situações descritas no art. 489, § 1º, incisos I a VI, da lei processual civil, que indicam aquilo que os juízes não devem fazer na construção da motivação de suas decisões. Ao final, são investigados os mecanismos que podem ser utilizados contra decisões não fundamentadas ou com motivação deficiente.

Palavras-chave: Processo; sentença terminativa; sentença definitiva; fundamentação das decisões judiciais.

INTRODUÇÃO

O presente artigo científico busca discorrer sobre a importância da fundamentação das decisões judiciais, conforme trazido pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988) em seu art. 93, inciso IX e pelo Código de Processo Civil (CPC/2015) nos seus arts. 11 e 489, § 1º, do). No decorrer dos capítulos, serão conceituados os termos essenciais para a compreensão do tema. Além disso, serão abordadas as hipóteses trazidas pelo rol do § 1º, do referido art. 489, a fim de demonstrar o que não deve ser considerado como fundamentação.

A pesquisa foi feita no sentido de tentar esclarecer a importância da obrigatoriedade de se fundamentar uma decisão judicial de forma completa, coerente e congruente, atentando-se para o rol previsto no §1º do art. 489 do CPC/2015, o qual apresenta, exemplificadamente, hipóteses de ausência e insuficiência de fundamentação.

O tema é relevante, pois tal previsão legal foi inserida pelo legislador no CPC/2015 com o intuito de evitar sentenças arbitrárias e, por consequência, garantir que todos

¹²⁵Graduanda no Curso de Direito na Faculdade Novo Milênio.

¹²⁶ Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestrando em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

os argumentos importantes alegados pelas partes sejam rebatidos, de modo a assegurar o contraditório e a ampla defesa.

Sendo assim, o presente ensaio irá evidenciar a essencialidade da efetiva aplicação do § 1º do art. 489 do CPC/2015, como meio de garantir que as decisões judiciais sejam prolatadas de maneira contextualizada com o caso concreto.

Por fim, o trabalho discorrerá sobre a possibilidade de uma decisão bem fundamentada desestimular a interposição de recursos.

Conceito de Despacho, Decisão Interlocutória, Sentença e Acórdão

O CPC/2015, em seus arts. 203 e 204, enumera os tipos de pronunciamento do juiz, *in verbis*:

Art. 203. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.

Art. 204. Acórdão é o julgamento colegiado proferido pelos tribunais.

Tal diferenciação, segundo Didier Jr., Braga e Oliveira (2015, p. 346), tem um objetivo, qual seja, a organização do sistema recursal. Justamente por isso, o legislador se preocupou em estabelecer os conceitos de cada pronunciamento judicial.

Os artigos mencionados acima listam os atos decisórios do juiz. Os referidos atos podem ser divididos em quatro tipos: sentença; decisão interlocutória; despacho; e acórdão. Entre os três primeiros e o último há um ponto essencialmente diferente: a sentença, a decisão e o despacho são atos singulares, ao passo que o acórdão é ato colegiado, conforme art. 204 do CPC/2015 (ASSIS, 2016, documento *on-line*, tópico 1.114).

Dentre esses pronunciamentos, alguns possuem conteúdo decisório, outros apenas têm como objetivo dar andamento ao processo. Acerca do tema, prelecionam Didier Jr., Braga e Oliveira (2015, p. 346):

Pode-se dizer que, dos atos que pratica no processo, os pronunciamentos judiciais são aqueles pelos quais o magistrado (i) decide uma questão ou (ii) simplesmente impulsiona o procedimento, fazendo com que ele avance em suas fases. À primeira espécie de pronunciamento judicial, que tem conteúdo

decisório, dá-se o nome de decisões *lato sensu*; à segunda, que não tem conteúdo decisório, dá-se o nome de despachos.

O despacho, único dos pronunciamentos que não possui conteúdo decisório, está previsto no art. 203, § 3º, do CPC/2015. O referido dispositivo prevê que “são despachos todos os demais pronunciamentos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte”. Já os pronunciamentos com conteúdo decisório, praticados pelo juiz de primeiro grau, são divididos em decisão interlocutória e sentença.

Foi de extrema importância o CPC/2015 ter trazido essa definição legal dos atos decisórios – subespécie dos atos judiciais –, pois assim garantiu clareza em relação ao emprego do meio de impugnação adequado contra os pronunciamentos do juiz de primeiro grau (ASSIS, 2016, documento *on-line*, tópico 1.114.1).

Começando pela decisão interlocutória, Humberto Theodoro Jr. (2018, p. 517) assevera:

A decisão interlocutória, porém, tem um conteúdo específico, diante do conceito que o Código lhe emprestou de maneira expressa. Corresponde, assim, ao “pronunciamento judicial de natureza decisória” que não seja a sentença, e, assim, não encerre a fase cognitiva do procedimento, nem ponha fim à execução.

É dizer, embora delibere sobre algum ponto do procedimento, tal decisão não encerra fase alguma. Por outro lado, a sentença, seja ela terminativa ou definitiva, coloca fim a uma fase procedimental, sendo imprescindível que “[...] toda a atividade cognitiva do juiz esteja concluída, para que se possa conceituar o ato decisório como sentença” (THEODORO JR., 2018, p. 520).

O conceito de sentença trazido pelo CPC/2015 leva em consideração o aspecto finalístico da decisão, isto é, se põe fim ou não à fase cognitiva do procedimento. Com isso, o legislador quis corrigir o erro do antigo Código de 1973, que considerava apenas o conteúdo da decisão para definir o que era sentença ou não.

Nesse sentido, defende Araken de Assis (2016, documento *on-line*, tópico 1.558):

O art. 203, § 1.º, declara sentença o provimento que, ressalva feita às disposições expressas nos procedimentos especiais, o juiz põe fim à fase de conhecimento do procedimento comum, fundado nos arts. 485 e 487, ou extingue a execução (art. 925). Logo salta à vista o fato de o vocábulo

execução englobar o cumprimento da sentença, porque o provimento final dos arts. 485 e 487 não só antecede essa fase como fornece o título do qual nasce a pretensão a executar. Por conseguinte, o gabarito do ato decisório localiza-se nos arts. 485, 487 e 925, complementando o enunciado fundamental, ademais da inexorável estrutura lógica imposta no art. 489.

Essa definição legal discrepa radicalmente da ministrada na versão originária do CPC de 1973 – “ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa” –, cuja tônica residia no chamado critério topológico: a função da sentença, não importando o respectivo conteúdo, era de extinguir o processo. Logo se percebeu o defeito capital de semelhante proposição.

Por fim, há os acórdãos que, conforme o já citado art. 204, do CPC/2015, referem-se aos julgamentos proferidos pelos tribunais, de forma colegiada. Explica Theodoro Jr. (2018, p. 516):

[...] os tribunais, como os juízes de primeiro grau de jurisdição, ora decidem o necessário para encerrar o procedimento cognitivo ou executivo, ora se pronunciam sobre questões incidentais, sem impedir a continuidade do processo e sem exaurir a atividade de acerto do litígio, e tampouco põem fim ao procedimento da execução forçada pendente.

Apresentados os tipos de pronunciamentos judiciais, torna-se mais fácil a compreensão da essencialidade de uma boa fundamentação para que os princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa sejam respeitados. Este assunto será tratado nos próximos capítulos.

- Por que motivar?

Uma vez conceituados os pronunciamentos judiciais, vale destacar que, no ordenamento jurídico brasileiro, historicamente, o dever de motivação possui dois objetivos principais: a) impedir arbitrariedades; e b) permitir o controle, através da possibilidade da interposição de recursos (LUCCA, 2016, p. 205).

A obrigatoriedade da fundamentação das decisões judiciais possui dimensão constitucional, ao ser consagrada no art. 93, inciso IX, da CF/1988, e infraconstitucional, pois presente no art. 11 do CPC/2015.

O art. 93, inciso IX, da CF/1988 prevê, *in verbis*:

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus

advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Tal previsão é uma das medidas para que se possa garantir um “devido processo legal”, pois apesar de existirem diversos princípios e disposições legais que protegem os sujeitos processuais, de nada adiantariam se pudessem ser simplesmente ignorados nas decisões judiciais. Por tal motivo, existe esse controle constitucional da atividade jurisdicional (LUCCA, 2016, p. 205).

Assim preceitua o autor Guilherme Peña de Moraes (2017, p. 136):

Princípio da motivação das decisões judiciais: necessidade de exposição dos motivos dos provimentos jurisdicionais que afetem direitos fundamentais. Assinale-se que a motivação das decisões judiciais é dirigida precipuamente às partes do processo e ao órgão judiciário competente para o julgamento de eventual recurso, uma vez que possibilita a aferição do conteúdo impugnável do pronunciamento jurisdicional para efeito de revisão.

Nesse sentido, também leciona o autor Alexandre Freitas Câmara (2019, p. 272):

A Constituição da República estabelece, em seu art. 93, IX, que toda decisão judicial será fundamentada, sob pena de nulidade. O princípio da fundamentação das decisões judiciais, portanto, é um dos integrantes do modelo constitucional de processo que deve necessariamente ser observado no processo civil brasileiro (art. 1º). Pois é exatamente por isso que o art. 11 estabelece, reproduzindo a disposição constitucional, que serão “fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade”, sendo esta uma das normas fundamentais do processo civil [...].

Uma fundamentação judicial bem construída é tão importante que, para ratificar sua previsão constitucional, o CPC/2015 trouxe em seu art. 11, em capítulo que cuida das normas fundamentais do processo civil, que “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade”.

O autor Leonard Ziesemer Schmitz defende que tal essencialidade está no fato de que, o devido processo legal só pode ser respeitado de forma plena sobre a luz da fundamentação das decisões, pois tendo argumentos sólidos, as partes têm o direito de exercer suas garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa, segurança jurídica e de estabilidade (SCHMITZ, 2016, p. 411-450).

Marinoni, Arenhart e Mitidiero (2017, documento *on-line*, tópico 6.1.3) trazem importante consideração ao destacarem que:

O novo Código dedicou especial atenção à fundamentação da sentença no que tange à interpretação do direito. Tanto é assim que, além de ligá-la diretamente ao direito ao contraditório, referiu expressamente o que entende por uma decisão não fundamentada.

Nota-se que os princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CF/88), embora muitas vezes se confundam, não possuem a mesma função, porém devem ser aplicados conjuntamente, como garantia das partes, para que surtam seus efeitos legais. Enquanto o primeiro estabelece que as partes sejam ouvidas a respeito de tudo o que acontece no processo, possam se manifestar e influenciar na decisão do juiz, o segundo garante que, caso queiram, poderão provar tudo o que lhes for relevante (LUCCA, 2016, p. 206).

Em outras palavras, ao passo que um oportuniza a participação das partes, o outro materializa tal participação. Contudo, de nada adiantaria a dialeticidade processual, com a devida aplicação dos referidos princípios, se o juiz pudesse ignorar estes atos e simplesmente decidir conforme suas próprias razões. Nesse sentido, explica Rodrigo Ramina de Lucca (2016, p. 207):

Não há violação maior ao contraditório e à ampla defesa do que a decisão que simplesmente ignora a atividade das partes no processo. Se o autor pede a condenação do réu em razão dos fundamentos fáticos A, B e C, que, sob seu ponto de vista, implicam as consequências jurídicas X e Y, então o juiz, para julgar improcedente o pedido, *deve impreterivelmente* afastar a “veracidade” dos fundamentos A, B e C ou afastar a validade das alegações jurídicas X e Y. Em sentido inverso, se o réu, em sua contestação opõe-se à procedência do pedido em razão dos fundamentos, fáticos ou jurídicos, D, E e F, então o juiz, para julgá-lo procedente, não pode tão somente aceitar os fundamentos do autor, mas também deve, *impreterivelmente*, afastar a validade de *todos* os fundamentos do réu. Não sendo assim, o contraditório e a ampla defesa não passarão de garantias vazias, verdadeiros engodos legislativos sem nenhum tipo de efetividade.

Esse elevado status da fundamentação já era reconhecido por Canotilho (2013, p. 84) em sua obra sobre a Constituição Brasileira, na qual defendia que:

O dever de fundamentar as decisões (e não somente a decisão final, mas todas as do *iter*) está assentado em um novo patamar de participação das partes no processo decisório. A fundamentação está ligada ao controle das decisões, e o controle depende dessa alteração paradigmática no papel das partes da relação jurídico-processual. Por isso, o protagonismo judicial-processual – que, como já se viu, provém das teses iniciadas por Bullow, Menger e Klein ainda no século XIX – deve soçobrar diante de uma adequada garantia ao contraditório e dos princípios já delineados. Decisões de caráter “cognitivist”, de ofício ou que, serodidamente, ainda buscam a “verdade real” se pretendem “imunes” ao controle intersubjetivo e, por tais razões, são incompatíveis com o paradigma do Estado Democrático.

[...] Assim, além de outros princípios, a garantia que cada cidadão tem de que a decisão estará devidamente fundamentada – porque cada ato de aplicação judicial é um ato de jurisdição constitucional – está umbilicalmente ligada à garantia do contraditório, que assume uma especificidade radical nesta quadra da história, isto é, o contraditório passa a ser a garantia da possibilidade da efetiva participação das partes na formação da resposta judicial, questão que se refletirá na fundamentação da decisão, que deve explicitar o *iter* percorrido no processo, tornando a decisão visível e apta ao controle social-jurisdicional (inclusive, a toda evidência, transparente à apreciação que a doutrina deve fazer sobre as decisões judiciais).

Na tentativa de se alcançar a efetiva aplicação do art. 93, inciso IX, da CF/88, o legislador inovou, trazendo no art. 489, § 1º, do CPC/15 um rol exemplificativo daquilo que não considera como fundamentação de qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão.

Seus objetivos são nortear o julgador para a construção de uma decisão completa e bem embasada, e, conseqüentemente, diminuir a demanda recursal, tendo em conta que quando as partes entendem que a decisão do magistrado é prolatada de forma justa e digna, não há do que recorrer. Tal dispositivo será tratado detalhadamente no tópico a seguir.

- Como uma decisão judicial (não) deve ser fundamentada (art. 489, § 1º, CPC/2015)

No art. 489, incisos I a III, do CPC/2015 estão previstos os elementos essenciais da sentença, a saber: o relatório, os fundamentos e o dispositivo. Contudo, vale destacar que, embora tenha sido utilizado o termo “sentença”, tais elementos são essenciais a qualquer tipo de decisão judicial (DIDIER JR., BRAGA e OLIVEIRA, 2015, p. 354).

É relevante pontuar que, apesar de o art. 93, inciso IX, da CF/1988 estabelecer que as decisões judiciais “devem” ser fundamentadas, não indica “como” fazê-lo. Assim, complementando a previsão constitucional, o art. 489, § 1º, do CPC/2015 trouxe aquilo que não é considerado fundamentação (PINTO e BEDÊ JUNIOR, 2019, p. 315-346).
Veja-se:

Art. 489. [...].

§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

- I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;
- II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;
- III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;
- IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;
- V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;
- VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Tal previsão norteia o julgador para que ele possa proferir decisões justas e bem fundamentadas, construindo um entendimento com base no que foi apresentado pelas partes no decorrer do processo.

Isso porque a fundamentação da decisão judicial consiste na indicação dos motivos que justificam, juridicamente, a conclusão a que tenha chegado o julgador. O ponto chave de uma decisão judicial é o magistrado entender que fundamentar é justificar. Tal necessidade deve-se ao fato de que a decisão precisa ser legitimada democraticamente, ou seja, precisa ser constitucionalmente legítima. Para que isso ocorra, o órgão jurisdicional, ao decidir, deve listar os motivos que justificam constitucionalmente aquela decisão, de modo a não deixar qualquer dúvida de que ela é a *decisão correta* para o caso concreto (CÂMARA, 2019, p. 272).

Segundo Marinoni (2017, documento *on-line*, tópico 6.1.3), é na fundamentação que o juiz analisa as questões fático--jurídicas trazidas pelas partes ao processo, o que engloba também o estudo das provas produzidas nos autos. É por meio da fundamentação que o juiz expõe as razões jurídicas que embasaram suas decisões sobre as questões processuais e materiais do caso concreto. É na fundamentação, também, que são expostos os argumentos que devem sustentar a convicção judicial. Diante de todas essas funções, fica claro o porquê de tal princípio possuir tamanha relevância para o sistema do CPC/2015, prova disso é o legislador ter disciplinado aquilo que entende por decisão carente de fundamentação (art. 489, §§ 1º e 2º).

Corroborando esse entendimento, Donizetti (2017, p. 390) esclarece:

Essas disposições foram inseridas pelo legislador como forma de obstar a prolação de sentenças demasiadamente concisas, que muitas vezes ignoram os argumentos apresentados pelas partes e até mesmo o entendimento jurisprudencial predominante sobre a questão em litígio.

O art. 489, § 1º, do CPC/2015, como já demonstrado acima, trouxe um rol exemplificativo, com seis incisos, do que não é considerado como fundamentação em uma decisão judicial, os quais serão estudados adiante:

i) “Se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida”:

Isso ocorre, por exemplo, quando o julgador apresenta um dispositivo legal como fundamento para sua decisão, sem explicar a correlação com o caso concreto. A referência à lei, por si só, não é suficiente para solucionar os casos, sendo necessário que o juiz a encaixe nas alegações fáticas apresentadas pelas partes e deixe isso bastante claro na fundamentação da decisão (MEDINA, 2016, documento *on-line*, tópico X).

ii) “Empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso”:

De acordo com Elpídio Donzetti (2017, p. 391), conceitos jurídicos indeterminados são institutos que viabilizam uma interpretação ampla por parte do julgador. A título de exemplo, tem-se a “ordem pública” e o “interesse público”. A utilização de tais conceitos gera, muitas vezes, uma insegurança jurídica, porquanto permite ao magistrado amplíssima interpretação.

Assim, a previsão contida no art. 489, § 1º, inciso II, do CPC/2015 vem para realizar um controle jurisdicional e evitar arbitrariedades ao determinar que o juiz, ao aplicar esses conceitos, o faça de forma motivada, objetiva, explicitando as razões pelas quais adotou sua interpretação.

iii) “Invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão”:

Com tal impedimento, o legislador quis evitar decisões judiciais genéricas, pois o julgador precisa ser coerente com os fatos apresentados pelas partes, não podendo

preferir decisões confusas ou contraditórias, ao ponto de gerar dúvida acerca da conclusão apresentada (DONIZETTI, 2017, p. 391).

Nessa lógica, exemplifica Donizetti (2017, p. 391):

Se o autor, maior e capaz, pleiteia alimentos em face de seu genitor, sob o argumento de que ainda se encontra cursando o ensino superior em horário integral, ou o juiz acolhe o pedido (integralmente ou em parte), ou nega-o com base, por exemplo, na idade avançada do autor. Nesse exemplo, não pode o juiz invocar que se o autor não tivesse condições de trabalhar, o pleito alimentar poderia ser atendido. Em síntese, se o autor demonstrar que não tem condições de trabalhar e o juiz, ao analisar o mérito, não apreciar essa questão, mas a suscitar como possível, a decisão será considerada como não fundamentada, possibilitando a interposição de embargos declaratórios em razão de contradição.

Nem mesmo o fato de o Poder Judiciário se encontrar abarrotado de processos pode justificar as decisões genéricas. O juiz precisa “decidir o caso concreto conforme o caso concreto”.

iv) “Não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador”:

O inciso IV é um dos mais importantes dentre aqueles previstos no § 1º do art. 489 do CPC/2015. Ele estabelece que, se a decisão judicial não enfrentar todos os argumentos formulados pelas partes capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador, ela não será considerada como fundamentada. Conforme defende Streck (2017, p. 707), é direito fundamental das partes verem todos os seus argumentos examinados e rebatidos (ou aceitos) pelo órgão julgador.

Ainda de acordo com Streck (2017, p. 707):

[...] não basta tomar conhecimento dos argumentos e delinear-los no relatório. A parte tem direito a que sejam considerados os argumentos de modo sério e detido, valendo, aqui, outra vez invocar o princípio da *Erwägungspflicht* (dever de examinar o que foi argumentado). Com isso, cai por terra, definitivamente, a decisão slogan muito utilizada em embargos de declaração e em outros recursos para rebater a alegação de que não foram examinados todos os argumentos, como: ‘O juiz não está obrigado a examinar todas as alegações das partes, se apreciando apenas um dos fundamentos indicados já tem motivo suficiente para decidir a controvérsia, em prejuízo dos demais’.

No ponto, mostra-se extremamente pertinente a observação feita por Schmitz (2016, p. 411-450) no sentido de que a decisão judicial deve dizer não apenas o “porque sim”,

mas também o “porque não”. Em outras palavras, o juiz deve não só explicar porque os argumentos da parte vencedora o convenceram, mas, sobretudo, porque os argumentos da parte perdedora não foram capazes de levá-lo a outra conclusão.

v) “Se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos”:

Tal dispositivo pretende proibir que precedentes judiciais e enunciados sumulares sejam aplicados de forma aleatória, mas apenas quando proporcionarem a resposta correta e adequada ao caso concreto à luz da Constituição, sendo compreendidos a partir de um olhar hermenêutico. Mesmo com essa vedação pelo CPC/2015, é muito comum a simples menção de acórdãos, utilizados como pautas gerais nas decisões, como fossem suficientes para justificar alguma coisa. Não se pode ignorar, ademais, que tal posicionamento enfraquece a força persuasiva da doutrina, deixando-se às decisões dos tribunais a tarefa de atribuição do sentido das leis (STRECK, 2017, p. 708).

Ratificando esse argumento, leciona Angélica Arruda Alvim (2017, p. 617):

Quando se aplica precedente ou enunciado de súmula sem que se lhe identifiquem os fundamentos determinantes, pratica-se indesejado “ementismo”. Afinal de contas, nem o precedente nem a súmula são textos normativos dotados de generalidade e abstração. Em verdade, eles revelam o conjunto das normas aplicadas pelo Poder Judiciário num mesmo sentido e que, por essa específica razão, formaram uma tendência decisória. Logo, quem aplica precedente ou súmula sem ir-lhes aos fundamentos inverte a natureza das coisas, pois faz da norma outro texto, quando o correto é fazer do texto uma norma. Quantos são as ementas de julgado e os enunciados sumulares mal redigidos ou cuja concisão lapidar, embora recomendável, não logra refletir todo o emaranhado de fundamentos subjacente? Por isso, na invocação de um precedente, o juiz deve ir até a fundamentação do acórdão para expô-la; sem isso, fica difícil às partes controlarem a adequação da invocação; da mesma forma, na invocação de um enunciado de súmula, o juiz deve ir aos julgados que o inspiraram, deles extrair os fundamentos e expô-los para que as partes possam realizar o mesmo tipo de controle. Como se não bastasse, deve o juiz explicitar o seu raciocínio conceito-subjuntivo, ou seja, deve demonstrar por que o caso se subsume aos referidos fundamentos.

Enfim, a utilização de precedentes judiciais e de enunciados de súmulas deve ser realizada de maneira contextualizada com o caso concreto.

Para que essa contextualização seja possível, é indispensável que os juízes investiguem de maneira detida a fundamentação dos acórdãos dos quais se utilizam (no caso das súmulas, dos acórdãos que deram ensejo à sua edição), a fim de identificar semelhanças fáticas com o caso concreto capazes de justificar a aplicação do entendimento firmado no precedente ou na súmula. Somente assim se poderá cogitar de fundamentação adequada.

vi) “Deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento”:

O art. 489, § 1º, VI do CPC/2015 contempla vício de fundamentação detectável quando os juízes, ao proferirem decisões de qualquer natureza, não levam em consideração o enunciado de súmula, a jurisprudência ou o precedente do qual as partes lançaram mão, sem nem ao mesmo justificar porque eles não se aplicam ao caso concreto.

É bem verdade que, segundo o brocardo *iura novit curia*, os juízes conhecem o direito, não estando vinculados à fundamentação que as partes utilizaram para embasar suas alegações. Porém, caso os juízes entendam que o caso deve ser resolvido com base em enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente diversos daqueles suscitados pelas partes, deverão justificar o porquê, seja apontado distinções entre os casos, seja indicando a superação do entendimento citado pelos litigantes.

Nesse sentido, explica Streck (2017, p. 708):

Dois pontos devem ser destacados neste dispositivo que inova o ordenamento pátrio. A um, a parte invoca um enunciado de súmula ou um julgado considerado precedente e tem o direito de vê-lo aplicado ou, a dois, na hipótese contrária, tem o direito de ver, na respectiva decisão, o *distinguishing* (a distinção) que demonstre que o argumento enunciativo é incabível.

Por fim, vale destacar que o rol apresentado no §1º, do art. 489, do CPC/2015 não é taxativo, consoante Enunciado n.º 303 do FPPC: “as hipóteses descritas nos incisos do § 1.º do art. 489 são exemplificativas”.

- Como corrigir defeitos de uma decisão judicial mal fundamentada?

A CF/1988, em diversos dos seus artigos, prevê a existência de tribunais e, implicitamente, o direito de recorrer a eles, como uma decorrência do princípio do duplo grau de jurisdição. Caso não houvesse essa possibilidade recursal, os tribunais tornar-se-iam obsoletos.

Em observância a esse direito, o Pacto de São José da Costa Rica, um dos mais importantes tratados internacionais a que o Brasil aderiu, dispõe, em seu art. 8º, n. 2, letra h, sobre o direito a recorrer da sentença a um juiz ou tribunal superior. Nesse sentido, também dispõe expressamente a CF/1988, em seu art. 5º, LV, no qual afirma que, aos litigantes em geral, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (BONICIO, 2016, p. 161).

Como forma de materialização desse direito, o legislador possibilitou às partes alguns instrumentos para recorrerem das decisões proferidas pelos julgadores, dentre eles os embargos de declaração (art. 1.022 do CPC/2015) e a apelação (art. 1.009 do CPC/2015).

As hipóteses de cabimento dos embargos de declaração acham-se descritas no art. 1.022 do CPC/2015:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

- I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
- II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
- III - corrigir erro material.

Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:

- I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;

II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º (grifo nosso).

Como pode ser observado, o inciso II, do parágrafo único, do art. 1.022, é claro ao prever que os embargos de declaração serão cabíveis nos casos em que as decisões incorrem nas condutas descritas no art. 489, § 1º, do CPC/2015.

Nesse sentido, defende o Misael Montenegro Filho (2018, p. 912):

[...] podemos afirmar que, embora seja recurso intermediário, não pode ser desprezado quando for cabível, ou seja, quando o pronunciamento for omissivo, obscuro ou contraditório. A omissão é caracterizada pelo fato de o julgador não se ter manifestado sobre ponto ou questão que tenha sido suscitada pela parte.

[...] Em decorrência da valorização do princípio da fundamentação, o CPC/2015 detalha as situações em que os pronunciamentos não podem ser considerados fundamentados, caracterizando a omissão, associando o § 1.º do art. 489 ao parágrafo reproduzido.

Já o recurso de apelação está previsto no art. 1.009 do CPC/2015, como já foi dito anteriormente, o qual prevê que “dá sentença cabe apelação”.

Sobre esse recurso, leciona Streck (2017, p. 1367):

[...] apelação é o recurso cabível contra a sentença terminativa (sem resolução do mérito) ou definitiva (com resolução do mérito), de procedência, total ou parcial, ou improcedência. Excluem-se, neste conceito, aquelas sentenças objeto de recurso ordinário constitucional (CF/88, art. 105, II, “c”). O prazo de interposição será de 15 (quinze) dias, na forma do art. 1.003, § 5.º, do CPC/2015. Prosseguindo a análise, tem-se que no CPC/2015 o recurso de apelação poderá impugnar a sentença e/ou a decisão interlocutória não impugnável por agravo de instrumento (CPC/2015, art. 1.015), desde que essa matéria seja objeto de preliminar nas razões da apelação pelo recorrente ou nas contrarrazões pelo recorrido.

Relativamente à apelação, importa atentar-se para o disposto no art. 1.013, § 3º, inciso IV, do CPC/2015, de acordo com o qual, se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o mérito quando decretar a nulidade de sentença por falta de fundamentação.

Trata-se de uma das hipóteses de aplicação da teoria da causa madura, que permite ao tribunal invalidar a sentença de primeiro grau e proferir novo julgamento, desde que não haja a necessidade de produção de outras provas além daquelas já carreadas ao feito.

Diante do exposto, fica clara a importância do sistema recursal como ferramenta à disposição das partes para combater as decisões judiciais mal fundamentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, procurou-se enfrentar a seguinte questão: qual é a importância do princípio constitucional da motivação das decisões judiciais e de que forma o art. 489, § 1º, do CPC/2015 contribuiu com a sua efetiva aplicação?

No primeiro capítulo, foram apresentados os conceitos básicos, porém necessários, dos tipos de pronunciamentos judiciais, bem como indicado em quais deles a fundamentação é elemento obrigatório. Essas informações eram essenciais para que se pudesse alcançar uma compreensão mais minuciosa da temática que está sendo enfrentada.

Como consequência, verificou-se que apenas os atos decisórios, quais sejam, decisões interlocutórias, sentenças e acórdãos (no caso de julgamento colegiado) exigem fundamentação por parte do julgador, haja vista que os despachos apenas impulsionam o procedimento.

No capítulo seguinte, foi demonstrado o porquê da necessidade de fundamentação das decisões judiciais, de onde veio tal princípio e qual o objetivo do legislador ao dar tanto destaque para esse dever dos juízes, que possui previsão constitucional (art. 93, inciso IX, da CF/1988) e infraconstitucional (arts. 11 e 489 do CPC/2015).

No terceiro capítulo, foram apresentadas situações nas quais as decisões judiciais não serão consideradas fundamentadas, sendo debatidos, ponto a ponto, todos os incisos do rol exemplificativo do § 1º, art. 489, do CPC/2015. Como já citado, esse dispositivo legal foi uma inovação legislativa trazida pelo CPC/2015 com o intuito de nortear o magistrado, mostrando o que não deve ser feito.

Por último, foram abordados os mecanismos postos à disposição das partes para buscarem a correção de decisões judiciais não fundamentadas ou com fundamentação deficiente.

A partir do que foi exposto, a inferência a que chegamos é de que as partes procuram junto ao Poder Judiciário respostas às indagações que apresentam em suas petições. Quando essas respostas não são apresentadas de maneira satisfatória e contextualizada, naturalmente as partes optam por recorrer, o que nos induz a concluir que a atuação deficitária do próprio Poder Judiciário acaba por ensejar a interposição de vários recursos que poderiam não existir se o dever de fundamentação fosse respeitado.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Angélica Arruda et al. **Comentários ao código de processo civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BONICIO, Marcelo José Magalhães. **Princípios do processo no novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CANOTILHO, J.J. Gomes et al. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. **Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória**. 10. ed. rev. ampl. atual. Salvador: Jus PODIVM, 2015. v. 02.

DONIZETTI, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil comentado**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **O novo processo civil**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Novo Código de Processo Civil Comentado: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Direito processual civil**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**. 10. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

PINTO, Marcos Vinícius; BEDÊ JUNIOR, Américo. **A aplicação do art. 489, § 1º, do CPC ao processo penal.** Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 152, fev. 2019. p. 315-346.

SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **“Por que fundamentar, o que fundamentar, e como (não) fundamentar no CPC/15”.** In: Grandes temas do Novo CPC: normas fundamentais. Coord.: Fredie Didier Jr. et al. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 411-450.

STRECK, Lenio Luiz. Art. 489. In: _____; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo (orgs.). **Comentários ao Código de Processo Civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Primazia do Julgamento de Mérito

Leonardo Carvalho Lessa Prado¹²⁷

Vinícius de Souza Sant'Anna¹²⁸

RESUMO

O artigo aborda o princípio da primazia do julgamento de mérito no Direito Processual Civil. Num primeiro momento, conceitua os atos praticados pelo juiz de primeiro grau, sendo eles despachos, decisões interlocutórias e sentenças. Depois, diferencia sentenças terminativas e definitivas. Em seguida, aborda o princípio da primazia do julgamento do mérito, buscando destacar a importância de os juízes preponderarem as sentenças definitivas, visto que elas permitem que o verdadeiro objetivo do processo seja alcançado, qual seja, a resolução da lide e o restabelecimento da paz social. Finalmente, analisa os dispositivos do Código de Processo Civil de 2015 que dão base ao princípio da primazia do julgamento do mérito.

Palavras-chave: Processo; sentença terminativa; sentença definitiva; primazia do julgamento de mérito.

INTRODUÇÃO

É comum que os magistrados não busquem sanar junto às partes alguns vícios processuais, encerrando o processo com uma sentença terminativa ao invés de julgar o mérito da causa. Isso ocorre porque a prolação de sentenças terminativas exige muito menos esforço dos juízes, sendo de conhecimento geral o fato de que o Poder Judiciário está sobrecarregado de processos.

Há muito tempo esse modo de proceder dos juízes tem se revelado um grande problema no ordenamento jurídico brasileiro, pois a sentença terminativa, por não resolver a lide, permite que a demanda anteriormente ajuizada e finalizada seja novamente proposta, mediante a instauração de um novo processo.

Sendo assim, a sentença que julga o mérito da causa deve ser entendida não apenas como um pronunciamento do juiz que finaliza mais um dos inúmeros processos que

¹²⁷ Graduando em Direito pela Faculdade Novo Milênio.

¹²⁸ Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestrando em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

abarrota o Poder Judiciário, mas provimento capaz de promover a resolução do conflito, restabelecendo a paz social.

Portanto, o magistrado deve buscar a solução dos defeitos processuais e o máximo aproveitamento dos atos já praticados, conforme expresso em diversos dispositivos do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), que dão base ao princípio da primazia do julgamento do mérito, objeto deste artigo.

- Atos praticados pelo juiz de primeiro grau

De acordo com o art. 203 do CPC/2015, o juiz de primeiro grau pratica três diferentes tipos de atos processuais, sendo eles as sentenças, as decisões interlocutórias e os despachos.

Nos termos do § 1º do art. 203 do CPC/2015, sentença é o ato praticado pelo juiz que finaliza a fase de conhecimento, com base nos arts. 485 e 487 da lei processual, ou que extingue a execução.

Como se pode perceber, a principal característica do conceito de sentença adotado pelo CPC/2015 é a sua finalidade, isto é, a sua aptidão de colocar fim à fase procedimental de conhecimento ou finalizar a execução (JORGE, 2017, p. 64).

A sentença é composta de três elementos básicos, denominados relatório, fundamentos e dispositivo, como descreve Abelha (2016, p. 655):

Diz a norma do art. 489 que são elementos essenciais da sentença o (1) relatório, os (2) fundamentos e o (3) dispositivo. Uma vez completa a sentença, deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé. Conquanto sejam denominados “essenciais”, tais elementos não têm a mesma importância para uma sentença. Uma sentença cujo relatório é incompleto, diminuto ou defeituoso não faz que ela deixe de sê-la.

O relatório é o elemento de menor importância, podendo, inclusive, ser dispensado nas sentenças proferidas em processos que tramitam nos Juizados Especiais Cíveis, conforme prevê o art. 38 da Lei nº 9.099/1995.

Nesse sentido, leciona Neves (2016, p. 759-760):

Costuma-se dizer que a razão de ser do relatório é demonstrar que o juiz tem pleno conhecimento da demanda que está julgando. Ocorre, entretanto, que é perfeitamente possível que o juiz, mesmo que não faça o relatório - seja porque ele não existe, seja porque o serventuário não o elaborou -, tenha pleno conhecimento da demanda exigido para um julgamento de qualidade. Tanto assim que nos Juizados Especiais o relatório é dispensado (art. 38 da Lei 9.099/1995), não se conhecendo entendimento que firme que nesses processos o juiz possa sentenciar sem ter pleno conhecimento da demanda.

Nota-se que o objetivo do relatório é demonstrar que o juiz tem pleno conhecimento da demanda que está analisando. Além disso, o relatório também expõe aos leitores (partes e a sociedade em geral) os principais acontecimentos do processo, como as alegações e pedidos formulados pelas partes, as audiências realizadas, as provas produzidas, dentre outras coisas.

Por sua vez, os fundamentos dizem respeito ao raciocínio desenvolvido pelo juiz sobre como o caso a ele levado deve ser resolvido. Neste elemento da sentença, o juiz deve explicar como a lei, a doutrina e a jurisprudência se aplicam ao caso concreto, bem como a razão pela qual as provas produzidas foram capazes de convencê-lo ou não.

A esse respeito, os ensinamentos de Neves (2016, p. 760):

Na fundamentação o juiz deve enfrentar todas as questões de fato e de direito que sejam relevantes para a solução da demanda, justificando a conclusão a que chegará no dispositivo. São os porquês do ato decisório, tanto que só é possível afirmar justa ou injusta uma sentença analisando-se no caso concreto sua fundamentação.

Já o dispositivo é a parte final da sentença, nele devendo ser exposta a conclusão dos juízes que decorre da fundamentação, como, por exemplo, o acolhimento ou a rejeição do pedido do autor, além da extinção do processo sem resolução de mérito (NEVES, 2016, p. 761).

Por sua vez, a decisão interlocutória é o ato do juiz que, sem dar fim à fase de conhecimento ou à execução, decide uma questão incidente (JORGE, 2017. p. 65). Tem-se, como exemplos, o deferimento ou indeferimento de pedidos que gratuidade de justiça e de concessão de tutela provisória.

No ponto, pertinente a observação feita por Dinamarco (2019, p. 581):

Têm-se tradicionalmente por decisões interlocutórias os provimentos com que o juiz, no curso do processo e sem definir a causa, decide sobre matéria

de interesse do processo e sobre certos pedidos e requerimentos das partes. O adjetivo interlocutório vem do latim *inter locutus*, que significa pronunciado no meio. No meio do processo, ou seja, depois de proposta a demanda inicial e antes da sentença que põe fim à sua fase cognitiva, o juiz profere decisões dessa ordem.

Finalmente, os despachos judiciais são atos que não possuem caráter decisório e têm como finalidade proporcionar o andamento natural do processo. É que, apesar de o processo se movimentar por impulso próprio, faz-se necessária a intervenção do juiz na fixação das coordenadas dessa movimentação (JORGE, 2017, p. 67).

Logo se vê que, ao contrário das decisões interlocutórias, que têm caráter decisório, os despachos são proferidos de ofício, não precisando o juiz ser provocado para praticá-los.

O conceito de despacho, como previsto no art. 203, § 3º, do CPC/2015, é dado por exclusão, sendo considerados como tais “todos os demais pronunciamentos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte”. Como exemplo, tem-se a marcação de nova data de audiência a pedido da parte ou de ofício.

Definidos os pronunciamentos do juiz de primeiro grau, importa agora distinguir sentenças terminativa e definitiva.

- Sentença Terminativa e Sentença Definitiva

A sentença possui duas naturezas: terminativa e definitiva. Ambas têm a aptidão de colocar fim à fase de conhecimento do processo ou à execução, diferenciando-se pela resolução ou não do mérito.

A sentença terminativa é aquela que põe fim ao processo sem resolver o mérito da causa, ou seja, o juiz dá fim ao processo sem julgar procedente ou improcedente o que foi deduzido pelo autor ao ingressar com a demanda no Judiciário. Simplesmente finaliza o processo com base em vícios ou erros formais apresentados nas peças ou em outros atos processuais, os quais impedem o julgamento da questão de fundo.

A respeito desse tipo de sentença, Dinamarco (2019, p. 215) sustenta que:

Sabido que a sentença terminativa é proferida quando por falta de algum pressuposto o mérito não pode ser julgado, segue-se que essa categoria de sentenças deixa absolutamente intacta a situação de direito material trazida para o processo. Extinguir o processo sem julgar o mérito significa precisamente isso, que a pretensão exposta na demanda inicial não recebeu solução favorável nem desfavorável - e a tutela jurisdicional plena não é concedida ao autor nem ao réu. Daí ser ela uma sentença sobre o processo e não sobre a pretensão trazida do mundo exterior em busca de satisfação.

As hipóteses que cabem sentenças terminativas estão expressas no art. 485 do CPC/2015:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

I - indeferir a petição inicial;

II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;

III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

V - reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;

VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;

VII - acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência;

VIII - homologar a desistência da ação;

IX - em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal; e

X - nos demais casos prescritos neste Código.

§ 1º Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º No caso do § 1º, quanto ao inciso II, as partes pagarão proporcionalmente as custas, e, quanto ao inciso III, o autor será condenado ao pagamento das despesas e dos honorários de advogado.

§ 3º O juiz conhecerá de ofício da matéria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado.

§ 4º Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

§ 5º A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença.

§ 6º Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu.

§ 7º Interposta a apelação em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se.

Como a sentença terminativa não resolve o conflito entre as partes, possibilita que elas ingressem com uma nova ação para discutir a mesma lide, visto que anteriormente o mérito da causa não foi resolvido, não tendo se formado a coisa julgada material. É o que se depreende do art. 486, *caput*, do CPC/2015, segundo o qual “o pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta que a parte proponha de novo a ação”.

Acontece que, caso tenha sido proferida sentença terminativa em virtude do indeferimento da petição inicial, da ausência de pressupostos processuais e das condições da ação, do reconhecimento de litispendência e do acolhimento da alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência, a propositura de nova ação só será admitida se estes vícios estiverem corrigidos, consoante art. 485, § 1º, do CPC/2015. Caso contrário, o processo relativo à nova ação também receberá sentença terminativa.

No ponto, é importante frisar que, apesar de a sentença terminativa não ser capaz de resolver a lide, nas situações acima apontadas ela deverá ser proferida, visto que o julgamento do mérito depende da observância de algumas formalidades estabelecidas em lei que garantem que o processo seja um método seguro de resolução de conflitos.

Contudo, conforme se verá mais adiante, a sentença definitiva sempre deverá ser privilegiada.

A seu turno, a sentença definitiva dará fim à fase de conhecimento julgando o mérito, seja ele procedente, parcialmente procedente ou totalmente improcedente.

Relevante se mostra a observação feita por Dinamarco e Lopes (2018, p. 199):

O julgamento do mérito ocorre ao fim da fase de conhecimento do processo, após as partes apresentarem os seus pleitos e o processo ser saneado e devidamente instruído. Mas se os pontos de fato relacionados com o mérito estiverem maduros para o julgamento, antecipa-se este, sem o desenvolvimento de uma fase instrutória ou com o seu abreviamento.

Também haverá sentença definitiva quando o juiz pronunciar prescrição e decadência, bem como quando homologar autocomposição realizada no curso da tramitação processual, conforme prevê o art. 487 do CPC/2015:

Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:

- I - acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção;
- II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;
- III - homologar:
 - a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;
 - b) a transação;
 - c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

Parágrafo único. Ressalvada a hipótese do § 1o do art. 332, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se.

O fato de a sentença ser definitiva não quer dizer que a mesma se torne imediatamente imutável, permanente ou inalterável após ter sido proferida, visto que ainda será possível a interposição de recursos. Apenas significa que foi apresentada uma conclusão sobre como deve ser resolvido um determinado litígio.

Trata-se, portanto, do ato final praticado pelo juiz de primeiro grau na fase procedimental de conhecimento ou na execução, o que é excepcionado nas hipóteses em que este mesmo órgão judiciário deve corrigir inexatidões materiais ou esclarecer e integrar a sentença em virtude da oposição de embargos de declaração (que visam corrigir erro material, obscuridade, contradição ou omissão), conforme prevê o art. 494 do CPC/2015.

A sentença somente se tornará inalterável após decorrerem todos os prazos para possíveis recursos que possibilitariam a sua modificação em outro grau de jurisdição, gerando, assim, a coisa julgada material.

Nos termos do art. 502 do CPC/2015, “denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recursos”.

Ao lecionar a respeito dessa imutabilidade, Abelha (2003, p. 344-345) sustenta:

A autoridade da coisa julgada material resulta de um critério político, que já era adotado desde o direito romano. Para que se evitem as perturbações irremediáveis e seja possível a segurança para o cidadão, é mister que se confira às decisões definitivas do Poder Judiciário a imutabilidade necessária à segurança e à estabilização dos conflitos pacificados que foram fruto de sua atividade substitutiva.

Logo se percebe que, se a sentença definitiva é capaz de dar uma resposta às partes sobre como a lide levada ao Poder Judiciário deve ser solucionada, é primordial que, a partir do momento em que não for mais possível recorrer, seja porque já foram utilizados todos os recursos possíveis, seja porque o prazo se esvaiu, as decisões se tornem imutáveis, a fim de que se tenha um ponto final e as discussões não se eternizem.

- Primazia do Julgamento de Mérito

Atualmente, o processo civil no Brasil segue um procedimento rígido e lento para solucionar os conflitos da sociedade. Essa demora prejudica as partes que litigam à procura de direitos que foram indevidamente violados ou que estão prestes a ser, além de ir contra o que está expresso no art. 4º do CPC/15, segundo o qual “as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa”.

De acordo com Câmara (2015, p.44), a razoável duração do processo e a primazia da resolução do mérito são dois dos princípios fundamentais do processo civil em um Estado Democrático de Direito.

O que já era uma norma constitucional, inserida na Constituição Federal de 1988 (CF/1988) pela Emenda Constitucional 45/2004, agora está positivado no CPC/2015 em dispositivo que cuida, simultaneamente, dos dois princípios, e que deve ser interpretado de forma que o magistrado sempre prepondere o julgamento de mérito, permitindo a correção dos vícios processuais graves e relevando aqueles que não sejam capazes de interferir no correto e válido desenvolvimento do processo.

As decisões de nulidade ou extinção do processo sem resolução de mérito serão consideradas legítimas, de acordo com Câmara (2015, p. 45), somente nos casos em que o vício seja genuinamente irremediável ou que, quando corrigível, a parte não atue em face da correção, de modo que o obstáculo não seja superado.

As formalidades processuais exigidas pelo CPC/2015 são de extrema importância e não devem deixar de serem observadas e seguidas, pois assim toda a sociedade pode confiar que o processo é um método seguro e eficaz para a resolução de conflitos

sociais. É o que enfatiza Didier Jr. (2017, p. 155), ao sustentar que “o princípio da proteção da confiança impõe que se tutele a confiança de um determinado sujeito, concretizando-se, com isso, o princípio da segurança jurídica”.

O contraponto a ser considerado é que os juízes de primeiro grau, mesmo tendo que observar todas as normas processuais, devem buscar junto às partes litigantes corrigir os vícios graves ou relevar aqueles de menor importância, para que seja evitada uma sentença terminativa que não julgue o mérito, pois esse provimento apenas extingue o processo por inobservância de formalidades, não atingindo o seu verdadeiro objetivo, que é a resolução da lide e o restabelecimento da paz social.

Por isso, se diz que a sentença terminativa promove um fim anormal ao processo, conforme ensina Neves (2016, p. 153):

O processo (ou fase) de conhecimento foi projetado pelo legislador para resultar em um julgamento de mérito. Por essa razão, essa espécie de julgamento é considerada o fim normal dessa espécie de processo ou fase procedimental. Naturalmente nem sempre isso é possível no caso concreto, devendo o sistema conviver com o fim anômalo do processo ou fase de conhecimento, que se dá por meio da sentença terminativa (art. 485 do Novo CPC).

Ainda sobre essa anormalidade, Dinamarco (2019, p. 212) argumenta que, “como crises são estados patológicos, ou de doença, o modo mais grave como uma enfermidade pode atingir o processo é aquele consistente em impor-lhe a extinção sem julgamento do mérito, que é morte”.

Pode-se dizer, assim, que “enquanto a extinção com julgamento do mérito é uma realização, a extinção sem julgá-lo é um fracasso – e daí, crise” (DINAMARCO, 2019, p. 211).

Enxergando isso, o legislador entendeu por bem inserir no CPC/2015 diversos dispositivos que evidenciam a necessidade de o juiz se esforçar para que o processo possa ter seu mérito julgado e a crise de direito possa ser debelada.

O seu art. 139, inciso IX, por exemplo, prevê que o juiz tem o dever de determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais, de modo a evitar a prolação de sentença terminativa.

Já o art. 317 do CPC/2015 preconiza que, “antes de proferir decisão sem resolução do mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício”.

Raciocínio semelhante pode ser extraído dos arts. 277, 283 e 488, todos do CPC/2015, que consagram o princípio da instrumentalidade das formas:

Art. 277. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

Art. 283. O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.

Parágrafo único. Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados desde que não resulte prejuízo à defesa de qualquer parte.

Art. 488. Desde que possível, o juiz resolverá o mérito sempre que a decisão for favorável à parte a quem aproveitaria eventual pronunciamento nos termos do art. 485.

Tais dispositivos dão base a uma ideia que já se achava presente no Código de Processo Civil de 1973 (CPC/1973), que pode ser resumida no brocardo *pas de nullité sans grief*, de acordo com o qual não deverá ser pronunciada a nulidade de um ato se ele atingiu sua finalidade sem causar prejuízo às partes:

A invalidade processual é sanção que somente pode ser aplicada se houver a conjugação do defeito do ato processual (pouco importa a gravidade do defeito) com a existência de prejuízo. Não há nulidade sem prejuízo (*pas nullité sans grief*). A invalidade processual é sanção que decorre da incidência de regra jurídica sobre um suporte fático composto: defeito + prejuízo. Sempre – mesmo quando se trate de nulidade cominada em lei, ou as chamadas nulidades absolutas (DIDIER JR., 2015, p. 404).

É importante perceber que o fato de o juiz dever sempre primar pela prolação de uma sentença de mérito não beneficia somente o autor, pois o réu também pode ter interesse na resolução definitiva da lide, de modo que não venha a ter que responder por outros processos iniciados pelo autor em seu desfavor baseados na mesma causa de pedir e no mesmo pedido anteriormente julgados.

Sendo assim, se o processo está concluso para julgamento e todo material probatório for o bastante para uma sentença definitiva de total improcedência dos pedidos autorais, isto é, favorável ao réu, deve ser proferida, evitando-se, desse modo, uma sentença terminativa por vícios de formalidade.

Nesse sentido, o art. 282, § 2º, do CPC/2015 prevê que, “quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta”.

Assim também defende Câmara (2015, p. 45):

Pense-se, por exemplo, no caso em que juiz verifica não ter havido a correta intimação do réu para comparecer a uma audiência de instrução e julgamento, vício este que só é percebido quando os autos estão conclusos para sentença. Ora, se o material probatório existente nos autos é suficiente para prolação de uma sentença de improcedência do pedido (pronunciamento de mérito favorável ao réu, que seria favorecido pela decretação da nulidade da audiência para qual não fora regularmente intimado), não há qualquer sentido em anular-se a audiência. Deve-se, pois, proferir sentença de mérito e não anular o ato processual.

Veja-se, então, que do ponto de vista textual, a primazia da sentença de mérito pode ser considerada uma novidade no CPC/15 (BUENO, 2016, p. 390). No entanto, na vigência do CPC/1973 já se trabalhava com a ideia de máximo aproveitamento dos atos processuais defeituosos que não causavam prejuízo às partes.

Portanto, o que o CPC/2015 procurou fazer foi reforçar a noção de que, sendo processo um mecanismo destinado à resolução de conflitos, sua finalidade só pode ser alcançada mediante a prolação de sentenças definitivas, o que evidencia a necessidade de se permitir às partes remediar os defeitos processuais graves e de os juízes relevarem aqueles de somenos importância antes de se colocar fim a um processo por sentença terminativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na esperança de deixar o processo civil mais célere e efetivo, o CPC/2015 foi formulado trazendo mudanças visando dar resultados mais proveitosos e precisos aos processos.

Com isso, o CPC/2015 trouxe em seu art. 4º o princípio da primazia do julgamento de mérito, que expressa o direito das partes de obter em prazo razoável a solução total do litígio. Em virtude deste princípio, o juiz sempre deverá oportunizar a remediação ou a superação dos vícios processuais, para que se busque um julgamento de mérito, evitando que as partes voltem a litigar entre si com base na mesma causa de pedir e pedido.

Essa preponderância dada ao julgamento de mérito também pode ser extraída de outros dispositivos do CPC/2015, tais como o art. 139, inciso IX, o art. 277, o art. 282, § 2º, o art. 283, o art. 317 e o art. 488.

Assim, podemos esperar que, com esse princípio, agora positivado, as sentenças terminativas, que não julgam o mérito, sejam proferidas em último lugar, quando realmente houver um defeito processual grave e este não for sanado após a provocação da parte a quem competia fazê-lo, pois julgamentos dessa natureza não são capazes de resolver as lides levadas ao Poder Judiciário.

REFERÊNCIAS

ABELHA, Marcelo. **Manual de direito processual civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ABELHA, Marcelo. **Elementos de direito processual civil**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. v. 1.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 05 nov. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm>. Acesso em: 05 nov. 2019.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito processual civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O princípio da primazia da resolução do mérito e o novo Código de Processo Civil. **Revista EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 17, set-out. 2015. p. 42-50.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil**: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 19. ed. Salvador: Jus Podivm, 2017. v.1.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2019. v. 2.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2019. v. 3.

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. **Teoria geral do novo processo civil**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

JORGE, Flavio Cheim. **Teoria geral dos recursos cíveis**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 8. ed. Salvador: Jus Podivm, 2016.

O pré e pós-operatório das cirurgias plásticas: intervenções estéticas e terapêuticas

Geane Hubner de Freitas Martins¹²⁹

RESUMO

Trata-se de artigo sobre os cuidados pré e pós-operatórios realizados com pacientes que são submetidos a algum procedimento cirúrgico estético ou não. Este estudo tem o propósito de trazer ao leitor um compilado sobre o conhecimento técnico e científico dos conceitos e práticas mais relevantes sobre a temática. O P.O das cirurgias plásticas envolve uma equipe multi e interdisciplinar, no qual, todos atuam para a promoção e recuperação do bem estar do paciente de forma holística. Em alguns dos seus resultados evidencia que no processo pré-operatório o paciente é submetido a uma bateria de exames assim como de observações no que tange os conhecimentos sobre o processo cirúrgico que será adotado, pois em processos de intervenções cirúrgicas mesmo sendo de natureza estética, o corpo passa por uma série de lesões em especial cutânea e adiposa, neste contexto o profissional visa a conscientização, planejamento pós operatório e conhecimento sobre as demandas do paciente. Como conclusão delinea que os profissionais envolvidos neste tipo de cuidados precisa saber avaliar a necessidade de cada cliente e eleger a melhor opção de tratamento envolvendo às técnicas manuais e/ou eletroterápicas.

Palavras-chave. Cirurgias plásticas. Técnicas manuais. Eletroterapia.

INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado um dos países que mais realizam cirurgias plásticas. Isso decorre da busca por corpos perfeitos, onde as pessoas são cada vez mais influenciados pelas mídias e redes sociais, a cirurgia plástica também é a opção para atender ao imediatismo das pessoas do mundo contemporâneo, nosso país também é referência pela capacidade técnica dos profissionais brasileiros, sendo portanto escolha de estrangeiros quando decidem realizar procedimentos cirúrgicos. Ao longo deste texto farei menção aos cuidados importantes e complementares no pré e pós-operatório para o restabelecimento dos recém-operados, bem como trazer um compilado sobre a importância do conhecimento sobre anatomia e fisiologia do sistema linfático, fases da reparação tecidual e ainda, sugestões sobre recursos manuais, eletrotermofoterapêuticos, cosmetológicos e nutricionais de acordo com a referência de alguns pesquisadores.(BORGES, 2016).

¹²⁹ Fisioterapeuta pela Universidade Severino Sombra. Especialização em Acupuntura pelo Instituto Superior de Ciências da Saúde/Instituto Mineiro de Acupuntura e Massagem – INCISA/IMAN. Especialização em Docência para a Educação Profissional pela Faculdade SENAC Minas. Especialização em Reabilitação Musculoesquelética pela Faculdade EMESCAM. Professora do Curso de Estética da Faculdade Novo Milênio

As cirurgias plásticas costumam resolver de maneira rápida e eficaz as disfunções inestéticas que mais incomodam as clientes como o excesso de gordura na composição corporal, flacidez tissular, e outras, diferente dos outros métodos como procedimentos estéticos em cabine, dietas e a prática diária de exercícios físicos. Mais vale ressaltar que o pré e pós-operatório devem ser acompanhado de perto por um profissional especialista em saúde e com conhecimento técnico/prático quanto às abordagens manuais e eletrotermofoterapêuticas disponíveis no mercado (BORGES, 2016).

Vale a pena ressaltar que existem diferentes tipos de intervenções cirúrgicas com intuito meramente estético e outros para resolver problemas que interferem na saúde do indivíduo como bolsas gordurosas nas pálpebras dificultando a visão, mamas volumosas prejudicando a postura e causando dores na coluna, tais procedimentos objetivam qualidade de vida no que tange a saúde corporal e facial como o fato da satisfação da estética de acordo com Souza & Benati (2019). Por essa via, Borges (2016) nos atenta que os mecanismos de reparo serão desencadeados mediante a lesão tecidual, independentemente de sua etiologia e tipo de cirurgia realizada até mesmo em outras áreas como ortopédicas, ginecológicas, buco-maxilares, onde o profissional da estética/saúde poderá atuar na fase de reabilitação com o consenso do médico responsável.

O processo de recuperação do paciente terá como influência vários aspectos locais e sistêmicas como fatores genéticos, hábitos de vida e até mesmo condições financeiras para investir nos procedimentos como Drenagem linfática manual, bem como comprar as medicações solicitadas, pomadas cicatrizantes, fitas adesivas, cintas, meias compressivas, sutiã adequado e outros.

Quanto ao tipo de ferimento, o tempo de evolução, o órgão ou tecido envolvido como epiderme, derme, hipoderme, fáscia, músculo ou osso e as técnicas utilizadas interferem na cicatrização, o processo é basicamente o mesmo. Por este motivo, o profissional envolvido no acompanhamento desse paciente precisará saber sobre a anatomia e fisiologia das fases da reparação, tendo condições clínicas de avaliar o surgimento de alguma intercorrência intervindo com o melhor recurso manual e/ou eletroterápico, bem como usar os recursos que condizem com o favorecimento na condição da cicatriz e no tempo de recuperação (BORGES, 2016).

O paciente nem sempre busca atendimento pré-cirúrgico ou sequer é encaminhado pelos cirurgiões plásticos, embora apresente objetivos de grande relevância como preparo da pele no que diz respeito a melhora do tônus e hidratação, sem falar no ganho em relação aos aspectos emocionais mediante o toque do profissional que comprovadamente estimulam a liberação de hormônios ligados ao prazer e bem estar, sem falar dos efeitos benéficos da Drenagem linfática Manual que estimula a produção de células de defesa no organismo melhorando a imunidade do indivíduo, deixando-o preparado física e psicologicamente para se submeter ao procedimento indicado pelo cirurgião plástico.

Nesse sentido a massoterapia pré-operatória tem por objetivo: incrementar a circulação sanguínea e linfática, melhorando a condição da pele favorecendo a penetração de produtos nutritivos e hidratantes, conscientizar a respiração e a postura através dos recursos oferecidos em cabine e clínicas estéticas, promovendo relaxamento físico, reduzindo a ansiedade e tensão que são comuns nas semanas que antecedem o procedimento (GUIRRO, 2004).

Para Matoso & Benati (2019) nas cirurgias plásticas ou outras, a Técnica de Drenagem Linfática manual tem 100% de ação, pois as incisões normalmente acometem a epiderme, derme e hipoderme, vale lembrar que 80% do sistema linfático se encontram superfície da derme e hipoderme, na prática, isso reduz em 50% o tempo de recuperação do paciente. A drenagem linfática também ajuda em cirurgias buco-maxilares, vasculares, ortopédicas e cesarianas, onde se tem um processo de aceleração do reparo do tecido por tirar o excesso de proteína do meio intersticial resultante do desequilíbrio entre a filtração e reabsorção, atuando na redução do edema, favorecendo a recuperação do tecido lesionado.

O nosso organismo apresenta um automatismo com o intuito de favorecer a homeostase. E a drenagem linfática é uma das inúmeras funções fisiológicas, da mesma forma que as outras funções automáticas do corpo humano. A técnica de drenagem linfática manual é a mais indicada para favorecer a circulação dita "de retorno"(LEDUC & LEDUC, 2008).

Os doutores Collard e Dr. Asdonk realizaram exames de linfografia elucidando o trajeto da linfa nas vias linfáticas e verificaram com radiografias o efeito da DLM sobre

os vasos linfáticos humanos, apresentando de maneira mais concreta a forma como os líquidos intersticiais penetram nas vias linfáticas e como se movimentam, uma vez alcançado o sistema linfático; contrariamente ao que acontece durante uma massagem convencional, como na massagem relaxante onde as manobras são realizadas com mais pressão para alcançar o relaxamento muscular produzindo assim um efeito não tão satisfatório no sistema linfático que demanda de uma técnica específica e precisa no que diz respeito à pressão e velocidade. (CURSO BÁSICO, 2017).

Pré e pós-cirurgicamente Guirro (2004) apresenta em sua bibliografia uma diversidade de recursos eletroterápicos que podem ser usados previamente à cirurgia plástica atuando como recurso auxiliar no incremento do metabolismo basal e fortalecimento muscular por meio das correntes excitomotoras, e ainda, a estimulação elétrica pós-cirurgia é um importante complemento no programa de tratamento, o qual visa acelerar a recuperação de alguma fase da cicatrização ou inibir alguma reação excessiva do organismo como o excesso de produção de colágeno, bem como manter ou restaurar a força e o trofismo tissular e muscular.

Apresentados alguns dos contextos teóricos da área, delineamos que esta pesquisa tem como objetivo apresentar por meio de revisão bibliográfica noções gerais das possíveis intervenções pré e pós das cirurgias plásticas, apontando sugestões de recursos manuais e eletroterapêuticos, bem como, sublinhar elementos gerais sobre anatomia, fisiologia do sistema linfático e as fases do reparo tecidual.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos realizamos um levantamento bibliográfico *on line* utilizando o *google* acadêmico, artigos científicos e e-books. Nossos descritores para pesquisa foram: pré e pós-operatório das cirurgias plásticas e recursos manuais e eletroterapêuticos no pós operatório, bem como, utilizamos os livros físicos de Guirro(2004), Mauad (2001), Agnes (2015) e outros. A partir deles selecionamos os estudos que possuíam maior relevância para o intuito com este artigo.

DESENVOLVIMENTO

- Anatomia e fisiologia do sistema linfático

De acordo com Guirro (2004, pág. 23 e 24):

O sistema linfático assemelha-se ao sistema sanguíneo, que está intimamente relacionado anatômica e funcionalmente ao sistema linfático. Porém, existem diferenças entre os dois sistemas, como a ausência de um órgão central bombeador no sistema linfático, além deste ser histoângico, isto é, microvasculotissular. Esse importante sistema possui várias funções importantes como: retorno do líquido intersticial para a corrente sanguínea, destruição de microorganismos e partículas estranhas da linfa, e respostas imunes específicas, como a produção de anticorpos. O Sistema linfático consiste de: 1) um sistema vascular, constituído por um conjunto particular de capilares linfáticos, vasos coletores e troncos linfáticos; 2) linfonodos, que servem como filtros do líquido coletado pelos vasos; e 3) órgãos linfóides, que incluem tonsilas, baço e o timo, encarregados de recolher, na intimidade dos tecidos, o líquido intersticial e reconduzi-lo ao sistema vascular sanguíneo. Quando o líquido intersticial passa para dentro dos capilares linfáticos recebe a denominação de linfa. A linfa apresenta uma composição semelhante à do plasma sanguíneo; ela consiste principalmente de água, eletrólitos e de quantidades variáveis de proteínas plasmáticas que escaparam do sangue através dos capilares sanguíneos. A linfa difere do sangue principalmente pela ausência de células sanguíneas. O Sistema Vascular possui vasos superficiais e profundos. Os vasos superficiais passam através da fáscia superficial e os linfonodos relacionados são usualmente encontrados onde as grandes veias superficiais se anastomosam com as profundas. Os vasos linfáticos possuem uma grande capacidade de reparação e de formação de novos vasos após danos.

É sabido que existe uma movimentação saudável entre os líquidos existentes na circulação sanguínea, linfática, tissular e meio intersticial. A hipótese de Starling esclarece o equilíbrio existente entre os fenômenos de filtração e de reabsorção entre a circulação sanguínea e linfática. A água rica em substâncias nutritivas, sais minerais e vitaminas deixa a luz do capilar arterial, chega ao meio intersticial e banha as células. Estas retiram desse líquido os elementos necessários a seu metabolismo e posteriormente eliminam os resíduos catabólicos. E assim, o líquido intersticial é, pelo jogo sutil das pressões, retomado pela rede de capilares venosos e linfáticos.

Conforme Leduc & Leduc (2008, p.13)

A rede de reabsorção é constituída pelos capilares linfáticos que coletam o líquido da filtração carregado de dejetos do metabolismo celular. Os capilares ou linfáticos iniciais não são valvulados. Eles encontram-se dispostos em dedos de luvas, isto é, num sistema tubular fechado. A rede de

capilares é muito rica. Os capilares linfáticos não parecem ser inervados, apesar de serem observadas terminações nervosas na vizinhança imediata das células que constituem a membrana dos vasos. Suas estruturas são diferentes conforme os órgãos e tecidos. Numerosas anastomoses linfolinfáticas caracterizam a rede. O calibre dos capilares linfáticos geralmente é superior ao dos capilares sanguíneos. Os capilares linfáticos são unidos ao tecido conjuntivo por filamentos (F) que os tornam solidários aos movimentos tissulares. Em caso de necessidade (processo inflamatório, edema etc.), o capilar linfático se dilata e novas vias (preexistentes) se tornam funcionais quando ocorre aumento da pressão tissular. A progressão da linfa no nível dos capilares é facilitada por pressões exercidas pelas contrações dos músculos vizinhos e pela pulsação arterial. As mobilizações de diversos planos tissulares entre si, durante movimentos do corpo favorecem a progressão da corrente linfática. Enfim, as pressões líquidas e tissulares têm um papel discreto, mas essencial, na manutenção da corrente linfática. Os vasos linfáticos pré-coletores recebem a linfa coletada pelos capilares para levá-la à rede dos coletores. Os pré-coletores (PC) são valvulados: a porção situada entre duas válvulas é denominada linfângio e seu percurso é sinuoso. Eles desembocam nos coletores (C), onde uma válvula (V) impede qualquer possibilidade de refluxo. Os canais linfáticos coletores recebem a linfa para levá-la até os gânglios. Estes canais constituem vias muito importantes de evacuação: desembocam nas cadeias gânglio mares (coletores aferentes) e deixam o gânglio em menor número (coletores eferentes). Os coletores são munidos de musculatura própria que submete os vasos a contrações espetaculares, enviando a linfa pouco a pouco em direção a uma desembocadura terminal.

A movimentação da linfa nos coletores e pré-coletores é facilitada pelas válvulas existentes nos capilares (c f. capilares), essa circulação também se beneficia de todo um sistema autônomo representado pela musculatura intrínseca do linfagion, bem como contrações e peristaltismo dos diversos órgãos do corpo

O canal torácico localiza-se no tórax, numa posição retro-aórtica; sendo a via final de evacuação da linfa proveniente dos membros inferiores e dos órgãos alojados no abdômen e no tórax. Este canal devolve a linfa coletada no organismo à circulação sanguínea numa região conhecida como ângulo venoso, formado pela junção das veias jugular e a subclavicular.

A extremidade distal do canal torácico é representada por uma dilatação do tubo, conhecida como cisterna de Pecquet, alojada na altura de L3 (LEDUC & LEDUC,2008)

- O pré-cirúrgico

De acordo com o artigo: A atuação da fisioterapia dermatofuncional no pré e pós-operatório de mamoplastia e abdominoplastia: uma revisão de literatura (MIGOTTO & SIMÕES, 2013) e vários outros consultados. Na fase de preparação para a cirurgia o paciente é submetido a uma bateria de exames assim como informado sobre o

processo cirúrgico que será adotado, possíveis resultados e até mesmo complicações eventuais que podem ocorrer na recuperação deste, entendendo que em processos de intervenções cirúrgicas mesmo sendo de natureza estética, o corpo passa por uma série de lesões em especial cutânea e adiposa, tendo como resultado final presença de cicatrizes muitas vezes extensas, de recuperação difícil, comprometendo assim o resultado final e estético almejado.

E assim o profissional de estética em consonância com o cirurgião plástico visa no processo pré-operatório, a conscientização, planejamento pós operatório e conhecimento sobre as demandas do paciente. Na fase pré-operatória a atuação desse profissional também é voltada para a manutenção e preparo da pele e musculatura que será afetada pela intervenção cirúrgica, assim como também se destina ao acolhimento das necessidades físicas e psicológicas do paciente (GUIRRO, 2004).

Quando a pele do paciente não apresenta uma boa hidratação, o mesmo relata sensação de repuxamento e durante a anamnese é possível perceber uma pele seca com presença de rugas finas ou profundas, o esteticista ou profissional com formação na área deve atuar na preparação da pele, elegendo produtos onde os ativos contidos nos cosméticos através de seus mecanismos de ação possam ativar a microcirculação nos tecidos aumentando o fluxo sanguíneo, reduzindo a formação de radicais livres, o mesmo deve ser associado à técnica manual ou eletroterápica de acordo com o objetivo pretendido, melhorando a oxigenação e auxiliar nas trocas metabólicas (MESSIAS; SOUZA, 2017).

- Fases da reparação tecidual

A capacidade regenerativa tissular é uma resposta ordenada das reações celulares e moleculares, que interagem para a reconstrução dos tecidos. A cicatrização é um fenômeno dinâmico complexo que envolve reações fisiológicas e bioquímicas que se comportam de forma harmoniosa a fim de garantir a restauração da pele.

Os eventos celulares e bioquímicos no reparo das feridas podem ser divididos didaticamente em cinco fases (BORGES, 2016, p.50)

Coagulação- inicia imediatamente após a lesão com a intensa agregação plaquetária e com tamponamento dos vasos seccionados. Ocorre

vasoconstrição nos primeiros 5 a 10 minutos como forma de evitar demasiada perda sanguínea e de manutenção da hemostasia, que é o equilíbrio do sistema circulatório. O coágulo formado, estabelece uma barreira impermeabilizante, que protege da contaminação e o contato da ferida com o meio externo. Inflamação- A resposta inflamatória, que perdura cerca de três dias, é caracterizada pela migração sequencial das células para a ferida, facilitada por mediadores bioquímicos que aumentam a permeabilidade vascular, favorecendo a passagem de elementos celulares para a área da ferida. É a fase imediatamente posterior ao processo de coagulação, na qual há liberação de inúmeros mediadores químicos, como proteínas, lipídios, ácidos e aminas vasoativas, além da marginalização de células inflamatórias para as bordas da ferida, como leucócitos polimorfonucleares (PMN), macrófagos, mastócitos e linfócitos. A inflamação ocorre desde o momento da lesão até o quarto e quinto dias. Proliferação- a fase proliferativa, ou fibroblástica, é composta de três eventos importantes que sucedem o período de maior atividade da fase inflamatória: neovascularização, ou angiogênese (formação de novos vasos a partir dos vasos preexistentes), fibroplasia e epitelização. A linfangiogênese ocorre paralelamente à angiogênese em processos de cicatrização. Essa fase caracteriza-se pela formação de tecido de granulação, que é constituído por um leito capilar, fibroblastos, macrófagos, um frouxo arranjo de colágeno, fibronectina e ácido hialurônico. Ela tem início por volta do terceiro dia após a lesão, perdura por duas a três semanas e constitui o marco inicial da formação da cicatriz. Contração da ferida- a contração é a redução de parte ou de toda a área da ferida que esteve aberta, ocorrendo de forma centrípeta, ou seja, das bordas para o centro. Os miofibroblastos participam na síntese da matriz extracelular e na produção de força mecânica, com influência na reorganização da matriz e na contração da ferida. Sua atividade contrátil é responsável pelo fechamento de feridas após a lesão, processo conhecido como contração da ferida. Remodelamento- fase do processo de cicatrização em que ocorre uma tentativa de recuperação da estrutura tecidual normal. É a fase marcada por maturação dos elementos e das alterações na matriz extracelular, ocorrendo o depósito de proteoglicanas e de colágeno. As células endoteliais migram para a área da ferida a partir das bordas. Os fibroblastos passam a depositar grande quantidade de colágeno.

Conforme citado acima, cada fase da reparação tecidual apresenta características e particularidades singulares que podem ser alteradas levando em consideração todo um histórico de vida pessoal e social, como fatores genéticos, comorbidades associadas, sexo, idade, e ainda, comportamento pessoal e particular na recuperação, respeitando às solicitações principalmente no que diz respeito ao repouso relativo, entendendo a importância de realizar exercícios respiratórios e deambulação controlada no sentido de prevenir trombozes, facilitar trânsito intestinal e outras patologias.

É muito importante levar em consideração as alterações fisiológicas e bioquímicas que ocorrem durante a fase da cicatrização dos cortes, conscientizando o paciente quanto a tensão que ocorre na cicatriz interferindo diretamente no resultado final desta, ou seja, quanto mais recente a lesão, menor a capacidade de resistir a um

tensionamento, aumentando assim as chances de desencadear uma cicatriz inestética como hipertrófica ou atrófica.

Na fase de contração da ferida os miofibroblastos, induzem a ferida a se contrair, parando quando as bordas do ferimento se unem totalmente, ou ainda, quando há maturação do colágeno. A presença dos capilares dentro da cicatriz altera a coloração da mesma deixando avermelhada ou arroxeadada e a redução desses capilares ocorre entre a 6ª e a 18ª semana, sendo completado o processo de remodelagem entre 6 e 18 meses, onde é possível visualizar uma normalização da coloração da cicatriz, ficando assim próximo ao tom da pele (BORGES, 2006).

- Possíveis complicações no pós cirúrgico

As complicações podem ocorrer de acordo com a predisposição fisiológica e metabólica do indivíduo ou decorrente do comportamento inadequado durante a fase da reabilitação desse. À seguir, listarei as complicações mais comuns visualizadas em minha prática clínica de 16 anos de atuação na área da Fisioterapia.

Edema: Essa é sem sombra de dúvida a complicação que mais chama a atenção nos primeiros dias de P.O de cirurgia plástica e outras. É importante entender que o edema é altamente benéfico, pois a sua presença mostra que está havendo reparação, pois é neste extravasamento de líquido que se encontram muitas células reparadoras importantes na fase inflamatória, mais a sua persistência pode levar a outras complicações como dificuldades na cicatrização. (BORGES, 2006)

Linfedema do retalho: comum nas incisões cirúrgicas de grande extensão onde vários vasos arteriais e linfáticos são seccionados, é o inchaço prolongado da região operada, também pelo extenso descolamento de pele e tecido gorduroso. Os linfedemas são mais acentuados e possivelmente prolongados quando ocorrem complicações como seromas ou infecções (MAUAD, 2000).

Irregularidades da superfície: Ocorre comumente nos casos de lipoaspiração e/ou lipectomia exagerada. São áreas de depressão em forma de túneis na região submetida ao procedimento. Nos casos de pequenas irregularidades associadas a inchaço prolongado, o esteticista pode contribuir para a regularização de tais áreas usando recursos manuais e/ou eletroterápicos. Já nos casos mais acentuados, torna-

se necessária uma nova intervenção cirúrgica para reparação do dano (MAUAD, 2000).

Áreas com hipo ou hiperestésias: A falta de sensibilidade é comum nas regiões com incisão como nos casos de abdominoplastia, areolares e outras, devido a lesão das terminações nervosas. Podem acontecer também casos de hiperestesia, onde o paciente relata sensações dolorosas, comuns em casos de amputação nas cirurgias ortopédicas. Nos casos de linfedema prolongado, a sensação anestésica também se prolonga. O esteticista pode diminuir o linfedema através da DLM, contribuindo para a regressão anestésica da região operada e ainda, utilizar estímulos sensitivos diversos para trabalho de dessensibilização ou sensibilização (MAUAD, 2000).

Sobre a cicatriz: Envolve um complexo processo biológico que inclui várias etapas. As técnicas de massagem sobre o local são indicadas com o intuito de diminuir as aderências. Auxiliando o próprio processo de cicatrização na obtenção de um sinal fino, coloração próxima ao tom da pele, não elevada, de aspecto estético satisfatório (MAUAD, 2000).

- Técnicas manuais

A) *Drenagem Linfática Manual*: Existem várias técnicas de Drenagem Linfática Manual no mercado atual, todas derivadas e inspiradas no Método Vodder, criador da primeira técnica de Drenagem Linfática Manual, sendo esse recurso um dos mais importantes nos primeiros dias de P.O pois, promove melhora do desconforto e quadro algico, reduzindo a congestão tecidual. Contribuindo para o retorno precoce da normalização da sensibilidade cutânea local e retorno do paciente a suas atividades laborais (BORGES, 2006).

A DLM também auxilia no processo de cicatrização, na tonificação muscular, na microcirculação e no processo psicológico do paciente. Esta técnica também deve ser associada a outros recursos como ultra-som objetivando prevenir aderências e fibroses e auxiliar no retorno da sensibilidade local, ao reduzir a presença de líquido durante a cicatrização e reparo tecidual (MAUAD, 2000).

A técnica de Drenagem Linfática é um método que usa manobras suaves e precisas em determinadas regiões do organismo, não causa dor nem hematoma, estimula o

funcionamento do sistema linfático, aumentando a eliminação de toxinas, favorecendo a nutrição celular e melhorando o aporte sanguíneo. Assim, o que o organismo não consegue fazer sozinho é auxiliado pela aplicação da Técnica de Drenagem Linfática Manual (GODOY; GODOY, 2015).

Sobre o sistema linfático Matoso e Benati citando Benvenuti e Tokars (2019, p.2) afirmam que:

O sistema linfático é uma via secundária de acesso, na qual proteínas, líquidos e células são retirados do interstício devolvidas a corrente sanguínea. O sistema linfático é constituído por: Vasos linfáticos iniciais ou capilares linfáticos, pré-coletores, coletores linfáticos, troncos linfáticos, dutos linfáticos, linfonodos e linfa.

B) *Drenagem Reversa*: O termo “reversa” traz consigo uma impressão de inversão do fluxo da linfa, entendemos que a direção e fluxo da linfa dentro das vias linfáticas respeitam a fisiologia desse sistema, sendo impossível um caminho alternativo, este método procura através de algumas manobras direcionar tal edema para as vias que estão íntegras após as incisões cirúrgicas, até a reconstituição dos vasos de acordo com a fase de angiogênese e linfangiogênese (GUIRRO, 2004).

Quanto a escolha do método de Drenagem à ser utilizado no pós cirúrgico a literatura disponível não é exata, não há um consenso sobre a utilização de uma única técnica. O que percebo quanto à prática clínica e troca de experiências com as colegas de profissão atuantes no mercado, é que todas as técnicas podem ser utilizadas respeitando às fases da cicatrização, sendo que nas fases iniciais, há uma preferência pelo método de Leduc associada à técnica de reversa principalmente nos casos com grandes incisões como é o caso da abdominoplastia e lifting na face, dessa forma há uma adequação, onde a drenagem linfática manual é feita de forma reversa, pois nessas incisões existem a interrupção dos vasos linfáticos e isso irá impedir que aconteça a drenagem linfática fisiológica.

Quanto à DLM realizada no rosto, é sabido que a linfa do terço superior da cabeça e couro cabeludo são direcionados para os linfonodos da região ântero e retro-auriculares, nos casos onde a incisão é feita na frente da orelha e região frontal na inserção do couro cabeludo, a Drenagem precisará de adaptações, a linfa deverá ser direcionada para a região submandibular, retirando o excesso de líquido próximo ao

corde, pois o edema dificulta a cicatrização, vale ressaltar que a cabeça deverá estar inclinada para favorecer a drenagem fisiológica.

E quando a drenagem for realizada no corpo, em especial nos casos de abdominoplastias, onde a incisão é realizada de uma crista ilíaca até a outra podendo até mesmo estender para a região dorsal, fica inviável realizar a Drenagem linfática manual clássica do Método de Vodder ou até mesmo o método de Leduc, pois ambas direcionam o fluxo da linfa dos quadrantes inferiores do abdômen para às cristas ilíacas, nesses casos deve-se sempre drenar para a região axilar. Pois, os quadrantes que confluem para a região inguinal acabam ficando interrompidos devido a retirada deste tecido, por isso é indicada a drenagem linfática reversa, até o momento de neoformação dos vasos sanguíneos e linfáticos (SILVA in MATOSO & BENATI, 2019).

Respeitando a fisiologia das fases de recuperação tecidual, pode-se afirmar que as manobras do Método Vodder não devem ser usadas nos primeiros 30 dias, por conter manobras deslizantes que mobilizam os tecidos sobre os outros. O que existe na literatura é uma adaptação do método de Vodder que pode ser utilizada no P.O imediato realizado pela esteticista Waldtraud Ritter Winter, a precursora da Drenagem linfática no Brasil na década de 70.

C) Liberação Tecidual Funcional (LTF): Nas cirurgias plásticas ocorrem as lesões do tecido conjuntivo e essas são reparadas pelo acúmulo de células inflamatórias com estímulo e formação dos fibroblastos que sintetizam colágeno. Os fibroblastos criam tecido fibroso, uma substância rígida que apresenta pouca mobilidade.

Essa fase normalmente ocorre a partir do 30º dia, onde é indicado associar ao tratamento convencional às manobras de LTF (alongamento passivo) esse tratamento assegura um adequado remodelamento e organização do colágeno, pois a tensão controla a direção e o alinhamento de feixes da fibra de colágeno. Tais manobras deixam o tecido mais elástico e sem retrações, prevenindo e tratando fibroses e aderências.

A técnica é bem simples consiste na manutenção de um estiramento no tecido subcutâneo. Como nessa fase o colágeno se deposita de maneira aleatória, a manipulação deverá ser em todos os sentidos, para que se consiga a reorganização dos feixes de colágeno, através das manobras em toda a região afetada pelo procedimento cirúrgico. Quanto a pressão à ser usada, sugere-se que nas fases

agudas, o estiramento seja suave e nas fases crônicas, onde o tecido está mais aderido o estiramento também deverá ser intenso.

Podendo ser associado ao protocolo de maneira preventiva a partir do 3º - 5º dia de P.O, com aplicações de 2 a 3 vezes por semana, durante a fase de reparo 30 a 40 dias. (Borges, 2006)

- Recursos eletrotermofototerapêuticos e seus benefícios

O nosso organismo apresenta milhões de células dotadas de uma bioeletricidade natural, que mediante ao envelhecimento, doenças ou em casos de reparação tecidual essas ficam alteradas e enfraquecidas como se fossem pilhas com a carga baixa, perdendo até mesmo a capacidade de reparação tecidual mediante às condições fisiológicas e clínicas do paciente, portanto a eletroterapia apresenta uma infinidade de opções que podem ser usadas com o intuito de preparo da pele no pré-operatório, e no pós-operatório aceleração e controle das fases de reparação tecidual, bem como opções para tratar as complicações resultantes de um pós cirúrgico como às fibroses e aderências. Para facilitar o entendimento sobre alguns desses recursos usados em minha prática, listei abaixo alguns desses recursos eletrotermofototerapêuticos e seus benefícios.

Borges, 2006 relata que o aparelho de Alta frequência apresenta os seguintes efeitos fisiológicos: Efeito térmico: ao atravessar o organismo, ocorre a produção de calor, efeito joule, Vasodilatação periférica, melhora da oxigenação e metabolismo celular. E ainda, Efeito químico: onde a passagem de ondas eletromagnéticas pelo ar ou gases rarefeitos provoca a formação de ozônio(O³), por ser uma substância instável se decompõe em oxigênio molecular(O²) e em oxigênio atômico(O). Como efeitos terapêuticos vale ressaltar: Bactericida e anti-séptico: ação oxidante, e portanto é um bom bactericida, germicida e anti-séptico em geral. Fungicida: Elimina fungos. Oxigenante: Melhora a oxigenação tissular. Hemostática: Estanca o sangramento e auxilia na cicatrização. Com os seguintes objetivos: Melhora da oxigenação do tecido, além de possuir efeito bactericida, é aplicado sobre uma tela de gaze, para facilitar o deslizamento e impedir a incidência da corrente sobre a pele

Nas cirurgias estéticas faciais e corporais, aconselha-se iniciar o uso a partir do 15º dia sobre a área lesada para melhorar a oxigenação do tecido. (Mauad, 2000)

Microcorrentes - Objetivos: Estimular a microcirculação e favorecer o aumento de vasos em direção aos tecidos. Sua aplicação também está indicada na prevenção da atrofia muscular, que pode ser causada pela sutura (reto abdominal – P.O de abdominoplastia) e pela falta de atividade física no período pós-operatório. Iniciar a utilização após 21 dias (MAUAD, 2001 p. 36).

Como efeitos fisiológicos da aplicação da microcorrentes no P.O o autor aponta: Restabelecimento da bioeletricidade tecidual; Aumento da síntese de ATP; Transporte ativo de aminoácidos; Síntese de proteínas; Ação no Sistema linfático; Aceleração no processo de reparação tecidual; Bactericida. Efeitos Terapêuticos; Analgesia; Aceleração do processo de reparação tecidual; Reparação de fraturas/aumento da osteogênese; Antiinflamatório; Bactericida; Edema; Relaxamento muscular. Sugerindo para a aplicação clínica os seguintes parâmetros: AMPLITUDE: 100 a 500 μ A. TEMPO: Alguns estudos sugerem um tempo de 20 minutos, 4 horas e outras aplicações com 24 horas. Seu uso inicia-se 24 horas após a cirurgia. Atualmente se sugere o uso de microcorrentes que alterne as polaridades automaticamente, para que se tenha o efeito do pólo + e -. Em casos de FERIDAS e PÓS-OPERATÓRIO recomenda-se os parâmetros: 5 Hz ou 800 Hz; Intensidade: 100 a 200 μ A (AGNE, 2015)

Laser de baixa potência - Dosagem: Para estimulação utiliza-se doses baixas e para inibição doses elevadas. (Agnes, 2015; p. 369; Guirro, p.218); Analgésico: 2 e 4 J/cm²; Antiinflamatório: 1 a 3 J/cm²; Cicatrizante: 3 a 6 J/cm²; Circulatório: 1 a 3 J/cm². Fases agudas: doses baixas; Fases crônicas: doses elevadas.

Quanto ao uso dos LEDs na Estética e P.O é bastante importante entender sobre eletroterapia e avaliação da pele, uma vez que para a sua utilização precisará conhecer os fototipos. De acordo com às minhas vivências sugiro a utilização dos seguintes Leds:

Vermelho (660 nm) por atuar nas mitocôndrias de células superficiais (tecido epitelial e conjuntivo). Aumento na síntese de ATP; Produção de colágeno e elastina; Aumento da microcirculação periférica, podendo ser utilizado previamente a Drenagem Linfática manual.

Infravermelho (808 nm): Atua na membrana plasmática de células mais profundas; Alteração na permeabilidade da membrana; Aumenta a permeação de ativos; Estimula a circulação. Sugiro a sua utilização nas regiões de linfonodos.

Azul (+/- 470 nm): Absorvido por porfirinas; Hidratação imediata; Atuam na melanina fracionando-a e tornando-a menos absorvedora de luz (clareamento). Por suas ações poderá ser usado nas fases agudas pelo efeito bactericida e nas fases crônicas como auxiliar no tratamento de clareamento das cicatrizes.

Ultra-som: No P.O de lipoaspiração iniciar a partir do 15º dia com o ultra-som de 3 MHz, que produz efeito térmico, analgésico, antiinflamatório e antiedematoso, contribuindo na prevenção de aderências e fibroses e melhorando, assim, o metabolismo (MAUAD, 2000 p. 41).

O aparelho de ultra-som é o recurso mais usado no P.O proporciona efeitos na fase aguda como aumento no número de fibroblastos, alinhamento ideal para contração da ferida e aceleração da fase inflamatória, na frequência de 3 MHz e intensidade de 0,5 W/cm², no modo pulsado e na fase crônica utiliza-se no modo contínuo com o intuito de produzir calor e facilitar a mobilização tissular.(BORGES, 2006).

Vacuoterapia: É uma técnica que utiliza aparelhos geradores de pressão negativa que permitem a realização de uma sucção localizada, que pode ser contínua ou pulsátil, produzindo a depressomassagem e a depressodrenagem linfática. Classificação: vacuoterapia aqueles que possuem cabeçotes pequenos (onde a prega tecidual sugada pelo cabeçote é pequena) e seus roletes não são motorizados já os equipamentos classificados como endermoterapia são aqueles em que o cabeçote é de tamanho maior (permite uma prega tecidual maior), têm rolos motorizados e são utilizados normalmente com uma malha protetora sobre a área-alvo. P.O imediato: Deve-se ter muita cautela, pois as manobras de vacuoterapia parecem ser agressivas aos tecidos em cicatrização, pois reagudizam a fase inflamatória por provocar microtraumas no tecido colágeno cicatricial, favorecendo a formação de fibroses e retardando a recuperação. P.O tardio: A sucção promove uma mobilização profunda da pele e do tecido subcutâneo, permitindo um aumento das circulações sanguínea e linfática. O aumento desta última ocorre desde que a técnica seja empregada de maneira que obedeça ao trajeto das vias linfáticas com baixa pressão negativa. Ressaltamos que a associação da vacuoterapia com recursos termoterapêuticos, principalmente o ultrassom e a radiofrequência, torna-a mais eficaz, tendo em vista que o calor terapêutico produzido antes do uso do vácuo favorece sua ação mecânica nas estruturas fibróticas. (GUIRRO, 2004 p. 381)

Existe também um recurso semelhante à esse último chamado Pressoterapia: Consiste de um sistema de vácuo-rolamento, que poderá ser utilizado entre 1 e 3 meses de P.O das cirurgias plásticas, desde com autorização médica. Realizada na direção do fluxo circulatório, através de pressão positiva sobre o seguimento corpóreo,

com o objetivo de ativar o retorno venoso e linfático. É indicado no P.O de edemas persistentes. Comumente utilizado por alguns cirurgiões durante a internação dos pacientes como recurso para prevenir trombose e favorecer a recuperação deste. (Borges, 2006)

- Recursos nutricionais associados à recuperação

Ao visitar o cirurgião plástico, aqueles pacientes que apresentam uma quantidade de gordura excedente ao ideal para a realização de determinadas cirurgias, são orientados a buscar a adequação do peso antes da intervenção. Como resultado do emagrecimento, o cliente apresenta flacidez tissular, que poderá ser removida durante a intervenção cirúrgica para não comprometer o resultado final. Pensando nesse controle de peso, faz-se necessário a inserção de um nutricionista na equipe multidisciplinar, no pré-cirúrgico, o trabalho do deste profissional vai além da adequação do peso. Entre as principais funções estão: Ajustar o peso – pelos motivos citados; Melhorar estado nutricional – equilibrando carências nutricionais; Aumentar a biodisponibilidade de ferro – uma vez que o corpo passará por uma intervenção na qual ocorrerá perda de sangue podendo resultar em anemias; Oferecer nutrientes capazes de melhorar o sistema imune – para facilitar a recuperação.

Entendendo que a cirurgia não é a resolução definitiva para os problemas inestéticos, como acúmulo de gordura, o ideal é que esse paciente passe por uma reeducação alimentar e o profissional nutricionista mais uma vez terá significativo papel. No Pós-cirúrgico auxiliando na recuperação, monitorando o peso do cliente, fazendo com que o resultado da intervenção seja duradouro. O nutricionista poderá: Prescrever dieta hiperproteica, com proteínas de boa qualidade, auxiliando na recuperação dos tecidos condizentes com a fase de reparação tecidual; Monitorar o peso e auxiliar na manutenção do mesmo; Orientações quanto alimentos voltados para à diminuição da retenção de líquido e melhorar à cicatrização; Promover condições para bom funcionamento intestinal, uma vez que a constipação é mais comum em cirurgias que exigem repouso. São nutrientes necessários para o pós-cirúrgico: Vitamina C – é essencial à síntese de colágeno, além de ser antioxidante; Vitamina A – auxilia na reconstrução dos tecidos; melhora da imunidade; Zinco – acelera o processo de cicatrização. Fontes: carnes vermelhas, aves, peixes, grãos, laticínios; Arginina –

melhora a oxigenação dos tecidos, indiretamente, o que facilita a recuperação (NEVES, 2012).

- Recursos cosmetológicos associados à recuperação

De acordo com palestra *on line* de Chavin, visitas técnicas de empresas de dermocosméticos, e o uso de Dermocosméticos associados com as técnicas apropriadas objetivam preparar os tecidos para a intervenção cirúrgica, melhorando a resposta da recuperação pós-operatória, prevenindo e controlando algumas complicações comuns. Existe no mercado da estética uma vasta lista de ativos nos cosmecêuticos utilizados para atuar nos processos de reparação do processo inflamatório, normalização da flora bacteriana, ativação das sirtuínas e reposição nutricional, à seguir listarei alguns desses ativos encontrados nos rótulos dos produtos das diversas empresas, que julgo importantes mediante a percepção de melhora nos quadros de edemas, qualidade do tecido, hidratação e outros benefícios mediante utilização desses, lembrando que é preciso antes de utilizar quaisquer produto, ter a autorização do médico responsável (CHAUVIN, S/R).

Sym Matrix: Ativo extraído da *Rubus fruticosus Extract* (Blackberry) é uma protetor multinívelar da pele. Anti-inflamatórios podem prevenir a ativação das MMPs e reduzir a quebra do colágeno, estimula o metabolismo da derme pela inibição de MMPs Inibidor da MMP-1 e 9.

Rhamnosoft®: reduz a irritação, é um polissacarídeo obtido por biotecnologia, através da fermentação bacteriana de substratos vegetais, rica em ramnose, atua como uma armadilha, fixando-se sobre os receptores da membrana dos queratinócitos agredidos, modulando a em cadeia da inflamação. Proteção e bem estar cutâneo através da comunicação celular. Modula a renovação celular devolvendo o estado natural da pele. Agente dessensibilizante, fixação específica nos receptores dos queratinócitos. Reduz o processo de envelhecimento. Estimula a síntese de β -endorfinas, inibe a atividade da PLA2 (Fosfolipase A2) e diminui a liberação de PGE2 (Prostaglandina E2). Diminui o processo inflamatório cutâneo.

Bioecolia: alfa-oligoglucana, que protege e estimula o ecossistemas da pele. Preserva o frágil ecossistema da pele constantemente exposta aos fatores ambientais (poluição, UV, patógenos). Fortalece as barreiras da pele – um sistema de defesa que diminui com o processo de agressões intrínsecas e extrínsecas. Otimiza a reimplantação da flora saprófita depois da remoção por processos agressivos.

Aminoácidos ProdeW: é um umectante altamente eficiente formulado com componentes do NMF (Fator de Hidratação Natural. Sua excelente capacidade de absorção e retenção de umidade se devem principalmente aos efeitos sinérgicos dos aminoácidos que o formam* Sodium PCA, Sodium Lactate, Arginine, Aspartic Acid, PCA, Glycine, Alanine, Serine, Valine, Proline, Threonine, Isoleucine, Histidine, Phenylalanine. Possui como CARACTERÍSTICAS:

Excelente higroscopicidade e habilidade de retenção de umidade; Baixa irritação primária na pele e olhos; Produto ProdeW é de origem não animal.

Vitaminas – Beauplex: vitamina E - “a protetora” antioxidante, proteção UV; vitamina C – “a corretora” antioxidante, clareador, antiaging; vitamina B3 ou PP ou nicotinamida - ‘a energizadora’, necessário para o metabolismo celular, reforça a barreira da pele; vitamina B5 ou pantotenato de cálcio – “a hidratante” efeito calmante, cicatrização, hidratante; vitamina B6 ou piridoxina – “a ativadora celular” essencial para o metabolismo normal da pele.

Dragon’s Blood: Aumenta a quimiotaxia dos Fibroblastos; Cicatrizante e Antioxidante; os ALCALÓIDES do látex de *Croton lechleri* contém Taspine, tem um poderoso efeito cicatrizante. Promove as primeiras fases da cicatrização de feridas e seu mecanismo de ação pode estar relacionado com a estimulação da quimiotaxia de fibroblasto. Suas ações estão relacionadas ao seu poder antioxidante (50 vezes maior que a vitamina E e 20 vezes maior que a vitamina C).

Ginko biloba: Aumenta a resistência dos capilares; Diminui a permeabilidade vascular; Aumenta a tonicidade dos vasos; Diminui a agregação plaquetária; Tem ação antirradical livre; Ativa o metabolismo celular e inibe a fosfodiesterase.

Nano Arnica: Montana possui propriedades analgésicas e antiinflamatórias que agem rapidamente na melhora de hematomas auxiliando na melhoria da circulação.

Legance®: Ativo baseado no extrato flor do Gengibre protege o ambiente microvascular limitando a degradação dos seus elementos estruturais, diminuindo o fenômeno da inflamação e modulando o estresse oxidativo. Ativa o sistema linfático e circulatório.

Troxerrutina(ou triidroxietilrutósídeo): é um bioflavonóide natural extraído originalmente da castanha silvestre ou castanha das Índias, que hoje em dia é obtido por síntese. Possui ação flebotônica e capilar-protetora. Possui a presença de três princípios ativos: escina, esculina e flavonóides (rutina e hesperidina); cada um destes desenvolve efeitos farmacológicos diferentes. A escina é uma saponina com atividade antiexsudativa-antiedematosa; a esculina é fibrinolítica, rutina-hesperidina é flebotônico e capilar-protetor. Entre as ações farmacológicas destes bioflavonóides figura o aumento do tônus venoso e a redução da hiperpermeabilidade vascular, além de um efeito hemodinâmico capilar. (CHAUVIN, S/R).

CONCLUSÃO

O organismo do indivíduo submetido à algum procedimento cirúrgico estético ou não, passa por uma série de reparos teciduais e ainda, poderá ter complicações mediante ao tipo de cirurgia realizada, condições clínicas e comportamentais deste.

Os profissionais envolvidos no tratamento pré e pós cirúrgico podem variar, sendo cirurgião plástico, Enfermeiro, Fisioterapeuta, Esteticista, Farmacêutico, nutricionistas ou outros com formação na área da estética.

O profissional deverá ter conhecimento aprofundado sobre a anatomia e fisiologia dos diversos sistemas orgânicos, bem como as fases da reparação tecidual e assim optar

pelo melhor recurso manual e/ou eletrotermofototerapêutico, sendo o seu trabalho de grande relevância no pré e pós operatórios dos clientes.

REFERÊNCIAS

AGNE, Jones E. **Eletrotermofototerapia**. Santa Maria-RS: Orion, 2015.

BORGES, Fábio dos Santos; SCORZA, Flávia Acedo(Orgs). **Terapêutica em estética: conceitos e técnicas**. São Paulo: Phorte, 2016. Disponível em:<
<https://www.passeidireto.com/arquivo/43412898/terapeutica-em-estetica-conceitos-e-tecnicas-fabio-dos-santos-borges>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BORGES, Fábio dos Santos. **Dermato-funcional: modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas**. São Paulo: Phorte, 2006.

CURSO básico. Drenagem manual linfática original ad moddum vodder. São Paulo: Apostila São Paulo, 2017.

CHAUVIN, Fernanda. **Pré e pós-operatório**. Palestra: S/R, S/R.

GODOY, José Maria Pereira de; GODOY, Maria de Fátima Guerreiro. Drenagem linfática manual: novo conceito. **Jornal Vascular Brasileiro**, São Paulo, v. 3, n.1,2015. Disponível em:<
[https://www.researchgate.net/publication/305851230_Drenagem_linfatica_manual_novo_conceito#:~:text=A%20drenagem%20Linf%C3%A1tica%20Manual%20\(DLM,edemas%20e%20tratando%20diferentes%20patologias.>](https://www.researchgate.net/publication/305851230_Drenagem_linfatica_manual_novo_conceito#:~:text=A%20drenagem%20Linf%C3%A1tica%20Manual%20(DLM,edemas%20e%20tratando%20diferentes%20patologias.>)>. Acesso em: 26 jun. 2020.

GUIRRO, Elaine Caldeira de O. **Fisioterapia Dermato-funcional: fundamentos, recursos, patologias**. São Paulo: Manole, 2004.

LEDUC, Albert; LEDUC, Oliver. **Drenagem Linfática- teoria e prática**. São Paulo: Manole, 2008.

MATOSO, Karoline Rodrigues. BENATI, Maria Antônia Fernandes Nabarro de Oliveira. Os benefícios da drenagem linfática no pós-operatório de cirurgias plásticas. **Rev. Saberes**, São Paulo, v.9, n.1, jan/jun, 2019. Disponível em:<

<https://facsaopaulo.edu.br/wp-content/uploads/sites/16/2019/07/OS-BENEF%C3%8DCIOS-DA-DRENAGEM-LINF%C3%81TICA-NO-POS-OPERATORIO-DE-CIRURGIAS-PLASTICAS.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

MESSIAS, Gisele Urceola Oliveira; SOUZA, Fláviana Gonçalves Lopes. **A importância dos procedimentos terapêuticos estéticos no pré-operatório na abdominoplastia**. S/R: Portal bio cursos, 2017.

MIGOTTO, Julie Severo; SIMÕES, Naldimar Di Prieto. Atuação fisioterapêutica dermatofuncional no pós-operatório de cirurgias plásticas. **Rev Elet Gestão & Saúde**, São Paulo, v.4, n.1, 2013. Disponível em: <
https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0,5&as_vis=1&lookup=0&q=Atua%C3%A7%C3%A3o+fisioterap%C3%AAutica+dermato+funcional+no+p%C3%B3s+operat%C3%B3rio+de+cirurgias+pl%C3%A1sticas>. Acesso em: 26 jun. 2020.

MAUAD, Raul; NARESSI, Sheila C. M.; BANZATO, Selma Goulart de Almeida. Cirurgia do contorno corporal. In: MAUAD, Raul(org). **Estética e cirurgia plástica: tratamento no pré e pós-operatório**. São Paulo: Senac, 2001.

NEVES, Mariana Braga. **Nutrição em estética e nutricosméticos**: uma abordagem prática. Belo Horizonte: A.S. Sistemas E-book, 2012.

SOUZA, Silmara Regia dos Santos. BENATI, Maria Antônia Fernandes Nabarro de Oliveira. A Atuação da fisioterapia dermatofuncional no pré e pós-operatório de mamoplastia e abdominoplastia: uma revisão de literatura. **Rev. Saberes**, São Paulo, v.9, n.1, jan/jun, 2019. Disponível em:< <https://facsaopaulo.edu.br/wp-content/uploads/sites/16/2019/07/A-ATUA%C3%87%C3%83O-DA-FISIOTERAPIA-DERMATOFUNCIONAL-NO-PR%C3%89-E-P%C3%93S-OPERAT%C3%93RIO-DE-MAMOPLASTIA-E-ABDOMINOPLASTIA-UMA-REVIS%C3%83O-DE-LITERATURA.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

Projeto de pavimentação e drenagem com revestimento permeável em rua localizada em Vila Velha, Espírito Santo

Camila Afonso Zambon¹
Lorena Favero da Costa¹³⁰
Tamara Lopes Teixeira¹³¹

RESUMO

A drenagem das águas pluviais urbanas pode ser considerada um dos principais desafios das cidades brasileiras, tendo em vista as sucessivas ocorrências de inundações com degradação do ambiente e riscos à saúde humana. A crescente taxa de urbanização tem levado a essa problemática. Uma das alternativas que vem sendo pesquisada para a mitigação do problema de drenagem urbana são os pavimentos permeáveis. Esta pesquisa buscou desenvolver projeto com aplicação de pavimento poroso como solução alternativa para a rua de acesso a um condomínio residencial na região de Vila Velha, Espírito Santo. Foram coletados dados utilizados na elaboração dos projetos de pavimentação e drenagem com aplicação de pavimento impermeável, para a realização dos cálculos de dimensionamento e elaboração de um novo projeto com pavimento permeável, para fins de comparação entre ambos. Os resultados mostram que a utilização do pavimento permeável minimiza os transtornos causados por alagamentos em épocas de fortes chuvas, proporciona uma redução no sistema de drenagem da rua. Este estudo visa difundir o conhecimento de uma nova tecnologia como solução sustentável que atua como filtro; além de proporcionar eficiência em resolver os problemas do acúmulo de água nas vias e a impermeabilização do solo, promove também a melhoria da qualidade da água. Através dos resultados obtidos, observa-se que a influência da proposta de pavimentação com revestimento permeável sobre o sistema de drenagem mostrou-se eficiente e satisfatória ao ser comparada com o revestimento impermeável, diante das vantagens citadas anteriormente e a compatibilidade de aplicação com a região de estudo.

Palavras-chave: pavimento permeável, permeabilidade, drenagem urbana.

INTRODUÇÃO

Com a necessidade de reduzir o escoamento superficial, devido à grande impermeabilização dos solos, a França foi a pioneira em empregar o pavimento permeável nos anos 1945-1950, porém sem sucesso. Os ligantes asfálticos se mostravam heterogêneos, não segurando as ligações da estrutura em função do excesso de vazios. No final dos anos 70, países como Suécia, Estados Unidos, Japão e França voltaram a se interessar pelo pavimento e deram início a estudos sobre o tema (AZZOUT *et al.*, 1994, *apud*. VIRGILIIS, 2009).

¹³⁰ Aluna do 10º período do Curso de Graduação em Engenharia Civil pela Faculdade Novo Milênio e Técnica em edificações pelo Instituto Federal do Espírito Santo.

¹³¹ Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Brasileira, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Professora da Faculdade Novo Milênio.

A utilização de pavimento permeável é recente no Brasil, mas é possível encontrar estudos sobre o tema. Segundo Marchioni (2011), desde 2007, a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) estuda e desenvolve pesquisas com concreto permeável para uso em pavimentação, como solução para os problemas relacionados à impermeabilização dos solos nos grandes centros urbanos e, com o intuito de buscar soluções para problemas de drenagem urbana nas cidades brasileiras.

De acordo com a norma NBR 16.416 (ABNT, 2015), pavimento permeável é a estrutura que resiste às solicitações do tráfego, distribui as cargas para o subleito, melhora a dirigibilidade, permite a percolação d'água, como também, pode ser utilizado como armazenamento temporário. A norma mencionada ainda estabelece algumas especificações para o sucesso da aplicação deste tipo de pavimento.

O concreto permeável possui grandes vantagens, como a redução da impermeabilização do solo, atuando como reservatório, funcionando como um filtro, que reabastece o lençol freático e possibilita a redução de gastos nos sistemas de drenagem. Uma desvantagem de seu uso é a obrigatoriedade de ser utilizado apenas em locais de tráfego leve (ABCP, 2011).

Devido aos constantes casos de alagamento do município de Vila Velha, ES, que causam prejuízos socioeconômicos à população e danos ambientais, Marchioro *et al.* (2016) estudaram a Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) e ação que exerce no comportamento pluviométrico no município. Foram analisados dados de diversas fontes, os quais foram coletados entre 2001 e 2011. Constatou-se que a ZCAS interfere fortemente na variação de pluviosidade do município. Essa interferência é exemplificada ano após ano nos casos extremos de alagamentos.

Motta (2019) verificou que a substituição de revestimentos impermeáveis pela utilização de blocos de concreto poroso pode minimizar os problemas de inundação do município de Vila Velha. O bloco de concreto permeável permite que as águas das chuvas levem mais tempo para chegar ao sistema de drenagem, reduzindo o pico das inundações.

Salomão *et al.* (2019) realizaram um estudo através da análise das diferenças entre pavimentos tradicionais e pavimentos permeáveis. Ao confrontar as vantagens e

desvantagens de cada tipo de pavimento, observou-se que o volume da vazão é reduzido em 85% com a adoção do pavimento de concreto permeável. Entretanto, devido à formação argilosa do solo, foi necessária a utilização de um sistema sem infiltração. Portanto, mesmo havendo limitações, o uso do pavimento de concreto permeável é viável para minimizar os problemas causados com as inundações.

De Souza e Zamuner (2016) analisaram um sistema de drenagem construído na década de 1950, devido às consequências da ineficácia do sistema, ao decorrer dos anos que, provavelmente, tenha sido causado pelo rápido crescimento urbano e sua impermeabilização do solo na região, fazendo com que o sistema de drenagem não consiga mais dar vazão ao volume de águas pluviais. Propuseram, então, um plano de reestruturação das galerias de água pluviais utilizando uma rede de drenagem com diâmetros maiores em substituição da atual rede.

No processo de investigação de métodos eficientes que resolvam a questão da impermeabilização do solo, verificou-se que há defasagem de informação em propor novas tecnologias por parte de técnicos, engenheiros e empreendedores. No entanto, a atuação do engenheiro está diretamente vinculada à produção e melhoria de novos produtos.

Ao disseminar a utilização do pavimento permeável e suas vantagens em locais viáveis para sua aplicação, é apresentado um meio de minimizar os transtornos causados por alagamentos em épocas de fortes chuvas, principalmente na cidade de Vila Velha, que já sofre com o problema, na qual, possivelmente, a substituição de revestimento impermeável para revestimento poroso drenante seja uma alternativa para reduzir o escoamento superficial na rua, em questão.

O presente estudo se justifica por apresentar uma alternativa para minimizar os problemas causados com a impermeabilização do solo nos grandes centros urbanos e os alagamentos gerados por eles, devido ao aumento do escoamento superficial.

Assim, torna-se relevante para profissionais da construção civil, buscar por inovações tecnológicas e novos produtos para minimizar os danos causados por esta impermeabilização, assim como reduzir gastos com sistemas robustos de drenagem.

Para a população em geral, torna-se importante buscar soluções para os problemas de alagamentos frequentes no município, que geram danos tangíveis e intangíveis.

Para a ciência, a pesquisa é relevante por trazer comparação de dois métodos de dimensionamento de pavimentos que servem de base para realização de estudos futuros e para o aumento do conhecimento sobre estratégias passivas, em se tratando de um tema pouco abordado e na ocorrência de defasagem de informação na busca de novas soluções como sistemas alternativos para melhoria das cidades em períodos de chuvas.

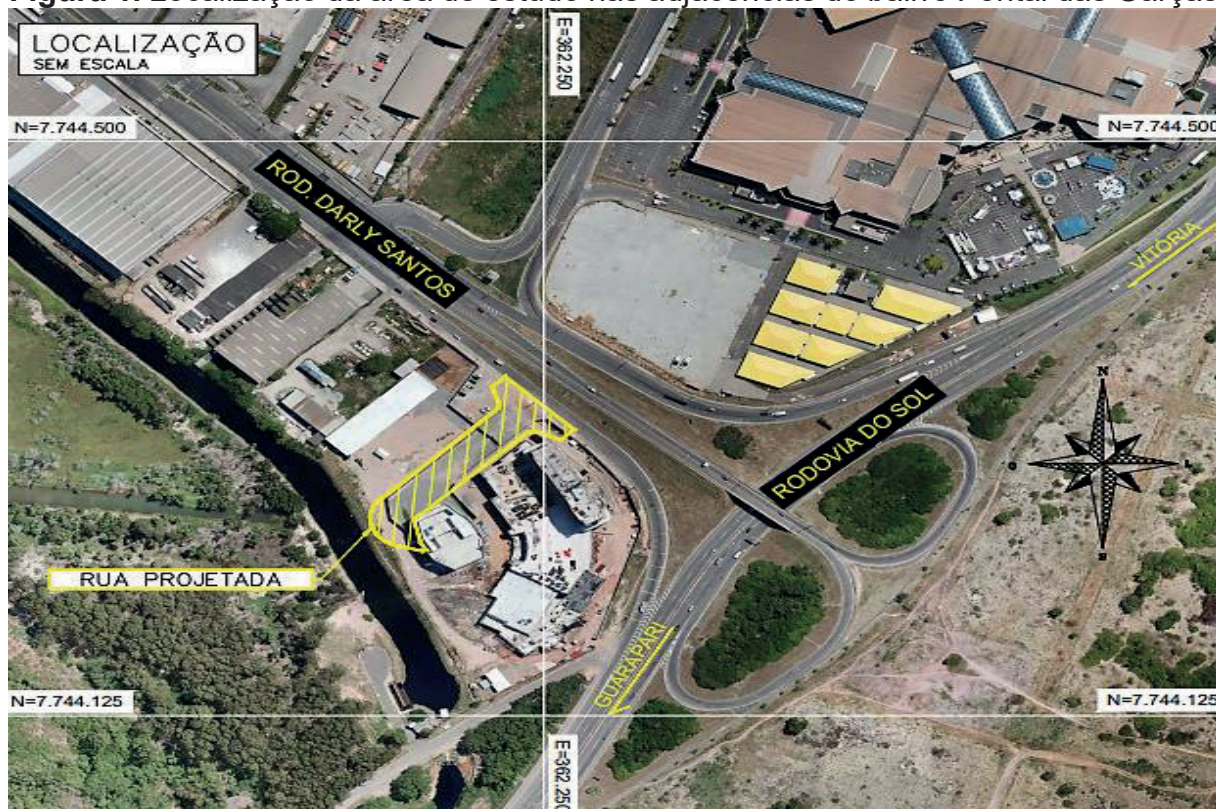
Portanto, esta pesquisa buscou desenvolver projeto com aplicação de pavimento permeável como solução alternativa em rua localizada em condomínio no município de Vila Velha, Espírito Santo.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, de caráter quanti-qualitativo sobre o desenvolvimento de um projeto de pavimentação e drenagem com aplicação de pavimentos impermeável e permeável, sendo desenvolvido em ambiente virtual, através do software AutoCAD Civil 3D.

O estudo voltou-se para uma rua criada exclusivamente para dar acesso ao condomínio Costamare, que compreende área de pavimentação de 1.142,24 m² para uma área de contribuição total de 2.693,00 m². O local está situado nas adjacências do bairro Pontal das Garças, em um novo bairro que, futuramente, será conhecido como Costa Nova, em Vila Velha, ES, próximo à intercessão da Rodovia Darly Santos com a Rodovia do Sol, como demonstrado na figura 1.

Figura 1. Localização da área de estudo nas adjacências do bairro Pontal das Garças



Fonte: Empresa responsável pelo projeto pavimento impermeável, 2019

Utilizou-se como base para este estudo os projetos de drenagem e pavimentação com proposta de revestimento impermeável que fora realizado pela empresa responsável, dos quais foram coletadas informações como estudo de volume de tráfego, estudos geotécnicos, estudos hidrológicos e projetos já executados para revestimento convencional (quadro 1).

Quadro 1. Dados extraídos da empresa responsável pelo projeto

Estudos de Tráfego	Estudos Geotécnicos	Estudos Hidrológicos	Projetos Executados
Estudo de volume de tráfego	Ensaio laboratoriais de sondagens	Vazão de projeto	Geométrico
		Intensidade de precipitação	Terraplenagem
		Tempo de concentração	Pavimentação
		Tempo de recorrência	Drenagem
		Bacia hidrográfica	
Bacia de contribuição			

Fonte: autores, 2020

Foi realizado para a rua em estudo um novo projeto de pavimentação com utilização de revestimento permeável poroso e projeto de drenagem com adequação dos

dispositivos propostos pelo Manual do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT, 2006), de forma a atender à nova vazão calculada para este tipo de pavimento.

Não foi analisada a execução deste projeto, bem como não foram estudados outros tipos de pavimento permeável, assim como os custos de implantação e de uma possível operação futura, de manutenção e de reposição.

A pesquisa apresenta um comparativo entre projetos de pavimento impermeável e permeável com revestimento poroso como solução alternativa, e os sistemas de drenagem, aplicados em via urbana conforme as diretrizes da NBR 16.416 (ABNT, 2015).

Esta pesquisa foi dividida em três etapas. Na primeira, realizou-se o dimensionamento do pavimento permeável. Para isso, foram utilizadas as variáveis conforme apresentado no quadro 2 para fazer o dimensionamento do pavimento.

Quadro 2. Variáveis para o dimensionamento camada de base / reservatório

t (min)	ΔQc	R	P (m)	f (m/h)	te (hs)	Vr	H (m)
Tempo de concentração	Precipitação excedente	A.contribuição/ A.pav. permeável	Precipitação de projeto	Taxa de infiltração no solo	Tempo efetivo de enchimento da camada reservatório	Porosidade do material de base/reservatório	Profundidade da camada de base granular

Fonte: autores, 2020

Para aplicação do pavimento permeável, foi calculado novo dimensionamento com o intuito de verificar a modificação das camadas de compactação e forma de execução para o novo revestimento com finalidade drenante. Para isso, foi analisada a viabilidade técnica de aplicação, de acordo com as características do local, a fim de verificar se essa é a alternativa mais adequada.

Também entrou em análise o tipo de solo, a elevação do greide de terraplenagem com relação ao nível do lençol freático e as demais condições que garantiram a viabilidade da escolha de revestimento permeável para a via em questão.

A ABCP (2011) recomenda que haja no mínimo 30 metros de distância entre a implantação de pavimento permeável e cursos hídricos. Para o pré-dimensionamento hidráulico, escolhe-se o tipo de infiltração do sistema, através dos dados de precipitação da região, coeficiente de permeabilidade do solo e conhecimento dos riscos de contaminação da água.

A área em estudo encontra-se a 15 metros do córrego Guaranhuns e para evitar qualquer risco de contaminação, adotou-se um sistema sem infiltração para pavimento permeável onde toda a água será direcionada para um sistema de drenagem, que é dimensionado para armazenar a parcela inicial da chuva que é responsável pela maior aglutinação de poluentes, conforme a NBR 16.416 (ABNT, 2015) e a ABCP (2011).

O revestimento escolhido foi o bloco de concreto poroso, cujo aspecto se assemelha ao escolhido no projeto com revestimento impermeável, e não traria grandes diferenças quanto à estética e ao layout do empreendimento.

Para uniformizar o dimensionamento de pavimento intertravado no condomínio, o valor do Índice de Suporte Califórnia (ISC) considerado foi de 7% em todas as vias, para qualidade regular do solo. Com a definição do tipo de sistema sem infiltração, foi feito o pré-dimensionamento hidráulico para armazenamento e amortecimento da vazão afluyente.

O dimensionamento hidráulico da altura da base granular é definido pela expressão 01, conforme a NBR 16.416 (ABNT, 2015).

$$H_{\text{máx}} = \frac{(\Delta Q_c \cdot R + P - fTe)}{V_r} \quad (1)$$

Onde: $H_{\text{máx}}$ = profundidade da camada de base granular (m);

ΔQ_c = precipitação excedente da área de contribuição para uma chuva de projeto (m);

R = relação entre a área de contribuição e a área de pavimento permeável (A_c/A_p);

A_c = área de contribuição (m^2);

A_p = área de pavimento permeável (m^2);

P = precipitação de projeto (m);

f = taxa de infiltração no solo (m/h);

T_e = tempo efetivo de enchimento da camada reservatório;

V_r = porosidade do material de base/reservatório.

O tempo de concentração t para o cálculo da precipitação de projeto foi fixado em 60 minutos, conforme o estudo denominado “Altura-Duração-Frequência das Chuvas Intensas no Estado do Espírito Santo”, proposto por Sarmiento (1985).

Por se tratar de um sistema sem infiltração, a taxa de infiltração será nula, conforme as diretrizes da NBR 16.416 (ABNT, 2015).

O tempo efetivo para enchimento da camada reservatório, de acordo com Pinto (2011), foi definido em 2 horas. O motivo da escolha do tempo não é aprofundado, mas sabe-se que o tempo vai variar de acordo com o tipo de material utilizado.

A intensidade de precipitação de projeto foi obtida através da equação de chuva intensa conhecida como IDF (Intensidade Duração e Frequência). Utilizou-se a expressão 02 para encontrar o valor de IDF.

$$i = \frac{K \cdot T_r^m}{(t + t_0)^n} \quad (2)$$

Onde: i = intensidade máxima média da chuva (mm/h);

T_r = período de retorno (anos);

t = tempo de duração da chuva (min);

m, n, t_0 e K são parâmetros relativos ao ajuste da equação.

Para o cálculo da camada reservatório no pavimento permeável utilizamos a precipitação excedente. Através do método apresentado pelo *Soil Conservation Service* (SCS) que relaciona os critérios que serão apresentados a seguir, determinamos o valor do CN em função do tipo do solo, condições de uso, ocupação e umidade antecedente.

O Primeiro critério classificou os atributos físicos da bacia e definiu o grupo hidrológico do solo como D (tabela 1), considerando a camada de aterro executada, conforme o projeto de terraplenagem.

Tabela 1. Classificação dos grupos hidrológicos dos solos

Grupo Hidrológico do Solo	Descrição	Capacidade de Infiltração (cm/h)
D	Solos compostos principalmente de argilas (acima de 30%) ou solos com nível freático elevado, ou solos com camadas argilosas próximas à superfície, ou solos rasos sobre camadas impermeáveis.	0,15 - 0,00

Fonte: Canholi, 2005

Segundo as circunstâncias de chuva acumulada nos últimos 5 dias, através dos estudos hidrológicos, foi definida a condição II de umidade do solo. A condição II é a situação média dos solos na época de cheias, com precipitações acumuladas entre 15 a 40 mm.

Por último, de acordo com o uso de ocupação do solo, determinamos o valor de (CN); os valores de (CN) variam de 0 a 100. No caso, o valor encontrado para CN é 87, devido ao uso predominante de área residencial e por medida conservadora, optou-se por considerar uma densidade média elevada (tabela 2).

Tabela 2. Descrição de CN para tipo de solo quanto ao uso e ocupação

Tipo de Solo	Condição de Superfície	Área Impermeável (%)	Grupo Hidrológico			
			A	B	C	D
Residencial	Bairro residencial: com lotes de tamanho médio: 1000 m ²	38	61	75	83	87

Fonte: Canholi, 2005

A precipitação excedente da área de contribuição foi determinada através das expressões 03, 04 e 05:

$$S_D = \frac{25400 - 254CN}{CN} \quad (3)$$

$$I_a = 0,2 \cdot S_D \quad (4)$$

$$P_E = \frac{(P - I_a)^2}{(P - I_a) + S_D}; P > I_a \quad (5)$$

Onde: S_D = Potencial de retenção do solo, após o início do escoamento superficial (mm);

CN = Coeficiente de deflúvio

I_a = Perdas iniciais por retenção da chuva na bacia (mm);

P_E = Precipitação efetiva (mm);

P = Precipitação total (mm).

De acordo com a ABCP (2011), para espessura da camada de base e sub-base, adota-se o maior valor entre o dimensionamento hidráulico e mecânico, onde a camada de base ficará com a altura fixa de 100 mm, enquanto a de sub-base terá por dimensão a diferença para atingir o valor total calculado.

Para camada revestimento foi utilizado bloco pré-moldado de concreto poroso, conforme especificações da tabela 3 da NBR 16.416 (ABNT, 2015).

Tabela 3. Especificações básicas para o revestimento em concreto

Tipo de revestimento	Tipo de Solicitação	Espessura mínima (mm)	Resistencia Mecânica característica (Mpa)	Método do Ensaio
Peça de Concreto Permeável	Tráfego leve	80	>20 (compressão)	ABNT NBR 9781

Fonte: adaptado da NBR 16.416, ABNT, 2015

O cálculo da vazão foi feito pelo Método Racional, já que segundo Wilken (1978), o conceito deste método define que a vazão máxima acontece quando toda a área da bacia contribui e o índice pluviométrico é distribuído de forma constante e uniforme em toda a área. A expressão 6 demonstra como foi feito o cálculo de vazão de dimensionamento para regiões com áreas de até 4km².

$$Q = 2,78 \cdot 10^{-7} C \cdot i \cdot A \quad (6)$$

Onde: Q = descarga afluente à sarjeta (m³/s);

C = coeficiente de escoamento superficial;

i = intensidade de precipitação (mm/h);

A = área de drenagem.

Com todos os cálculos realizados de dimensionamento do pavimento permeável foi desenvolvida a segunda etapa, quando foi realizado o dimensionamento dos

dispositivos de drenagem compatíveis; para isso, utilizou-se como base o projeto geométrico para observar as características da pista de rolamento, tais como tipo de caimento, declividade transversal e largura.

Através dos estudos hidrológicos determinamos a vazão de projeto. Em seguida foi definida a área de contribuição para cada dispositivo de drenagem. Para este cálculo utilizamos a inclinação e o tipo de superfície ou revestimento que irão influenciar no cálculo de vazão. Com base no manual de drenagem de rodovias do DNIT (2006) verificamos se os resultados atendem à demanda. À medida que a drenagem superficial é saturada, a água é direcionada para a rede subterrânea.

Na terceira etapa, com os dados obtidos, foram elaborados os projetos de pavimentação e drenagem para revestimento permeável em plataformas digitais. Os cálculos de dimensionamento e verificação da drenagem foram automatizados através de planilhas do Microsoft Excel e os desenhos foram desenvolvidos no *Software* AutoCad Civil 3D. Em seguida, foram realizadas as comparações entre os projetos e o alcance das conclusões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos resultados obtidos nos estudos e projetos executados para aplicação de pavimento impermeável, foi possível constatar a eficiência de um sistema de drenagem reduzido para a utilização do revestimento permeável.

Dados os números equivalentes (N) de operações de um eixo tomado como padrão e o índice de suporte do solo fornecidos do projeto de pavimentação convencional, a tabela 4 apresenta as demais variantes, tais como precipitação total de projeto, *Índice Curve Number*, potencial de retenção do solo, perdas iniciais por retenção da chuva na bacia e precipitação excedente, que se fizeram necessárias para os cálculos de projeto.

Tabela 4. Variantes para o dimensionamento do projeto

Informações	Quantidades
Precipitação total de projeto	51,635 mm/h
Índice Curve Number (CN)	87

Potencial de retenção do solo (S_D)	37,954 mm
Perdas iniciais por retenção da chuva na bacia (I_a)	7,59 mm
Precipitação excedente (P_E)	23,66 mm

Fonte: autores, 2020

Para a obtenção da porosidade do material utilizado na estrutura do reservatório, Pinto (2011) cita como materiais normalmente empregados: brita graduada simples, macadame hidráulico e pó de pedra, com porosidade variando entre 29% e 40%.

Para obtenção da profundidade da camada de base granular do dimensionamento hidráulico do pavimento, tipo sem infiltração, foram utilizados valores conforme apresentados na tabela 5.

Tabela 5. Resultado das variáveis para obtenção da altura da camada de base/reservatório

t (min)	ΔQ_c	R	P (m)	f (m/h)	te (hs)	Vr	H (m)
60	0,024	2,357	0,052	0	2	0,29	0,374

Fonte: autores, 2020

Adotando o maior valor entre os dimensionamentos mecânico e hidráulico, o resultado para altura total das camadas de pavimentação é apresentado na tabela 6.

Tabela 6. Resultado do dimensionamento camada de base/reservatório

Dimensionamento Pavimento Impermeável	Dimensionamento Mecânico Sem Infiltração Pavimento Permeável	Dimensionamento Hidráulico Sem Infiltração Pavimento Permeável
0,40m	0,15m	0,374m

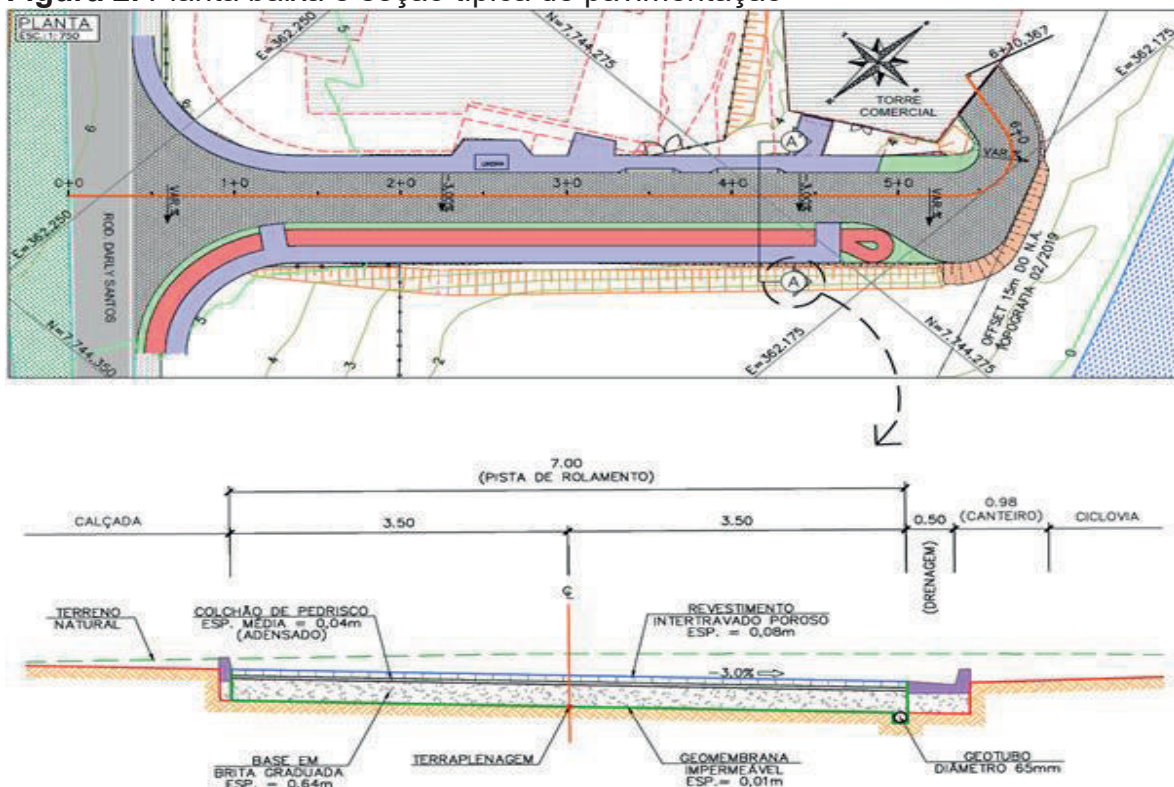
Fonte: autores, 2020

Para o pré-dimensionamento mecânico da camada de base e sub-base do pavimento poroso, o número de soluções equivalentes na correlação de via local com o tipo de tráfego leve e ISC de projeto de 7,0%, para um projeto de vida útil de 20 anos, adota-se como recomendação de espessura mínima para camada de base, 0,15m.

Para melhor parâmetro de comparação entre os dois sistemas, optamos por manter a altura das camadas em 0,40m, medida a qual foi superdimensionada para o pavimento impermeável devido a uma premissa de projeto.

A disposição das camadas de pavimentação é apresentada na seção transversal, conforme a figura 2, com a utilização de uma geomembrana impermeável, e geotubos que se fazem necessários para condução da água acumulada até o sistema de drenagem, por se tratar de um sistema sem infiltração.

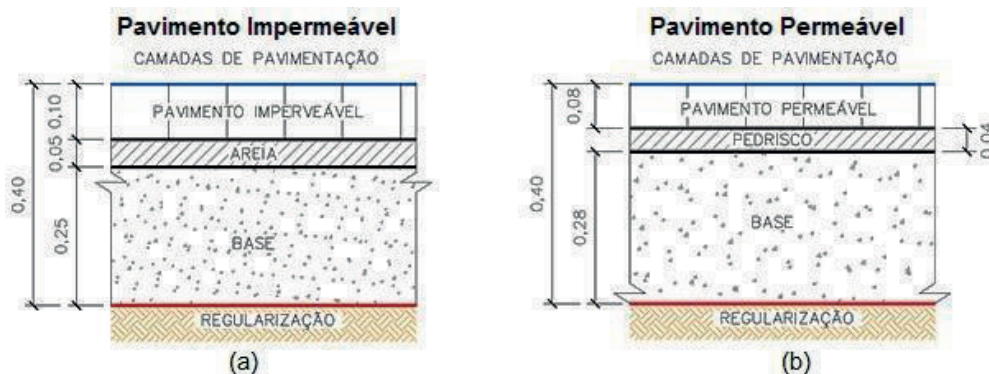
Figura 2. Planta baixa e seção típica de pavimentação



Fonte: autores, 2020

A seção do pavimento permeável apresenta maior espessura de camada base que atua como reservatório temporário para a água da chuva, evitando assim, que seja acumulada no corpo estradal. Os detalhes esquemáticos apresentados na figura 3 a seguir, mostram as diferenças de dimensionamento entre o pavimento impermeável e o permeável.

Figura 3. Detalhamento das camadas de pavimentação



Fonte: empresa responsável pelo projeto, 2019 (a) / autores, 2020 (b)

De acordo com Motta (2019), a diferença entre o sistema com infiltração para o sistema sem infiltração, é que no sistema sem infiltração uma base de maior espessura é usada como reservatório, a fim de garantir sua função hidráulica e através da porosidade do material aplicado, reter a água de forma temporária nos vazios da camada.

Para o dimensionamento dos dispositivos de drenagem, a equação de chuva intensa foi calculada com tempo retorno de 10 anos e tempo de concentração de 5 minutos para obtenção da vazão de projeto.

Em conhecimento das áreas de contribuição referentes ao sistema de drenagem, obtidas através de *software* AutoCad Civil 3D, somadas às declividades do terreno, alcançadas através de superfície gerada no mesmo programa, por meio dos estudos topográficos, foi possível calcular a vazão admissível para cada dispositivo coletor.

Para Junior *et al.* (2017) foi comprovado que o pavimento permeável tem uma ótima infiltração e o concreto poroso apresenta melhores resultados quando comparado com bloco intertravado convencional.

Devido à capacidade do pavimento permeável em permitir a percolação da água no revestimento, foi possível obter um menor coeficiente de escoamento ($C=0,40$), e a diminuição no projeto de drenagem, conforme apresentado na tabela 07, com as alterações encontradas ao se relacionar com o projeto de pavimento impermeável.

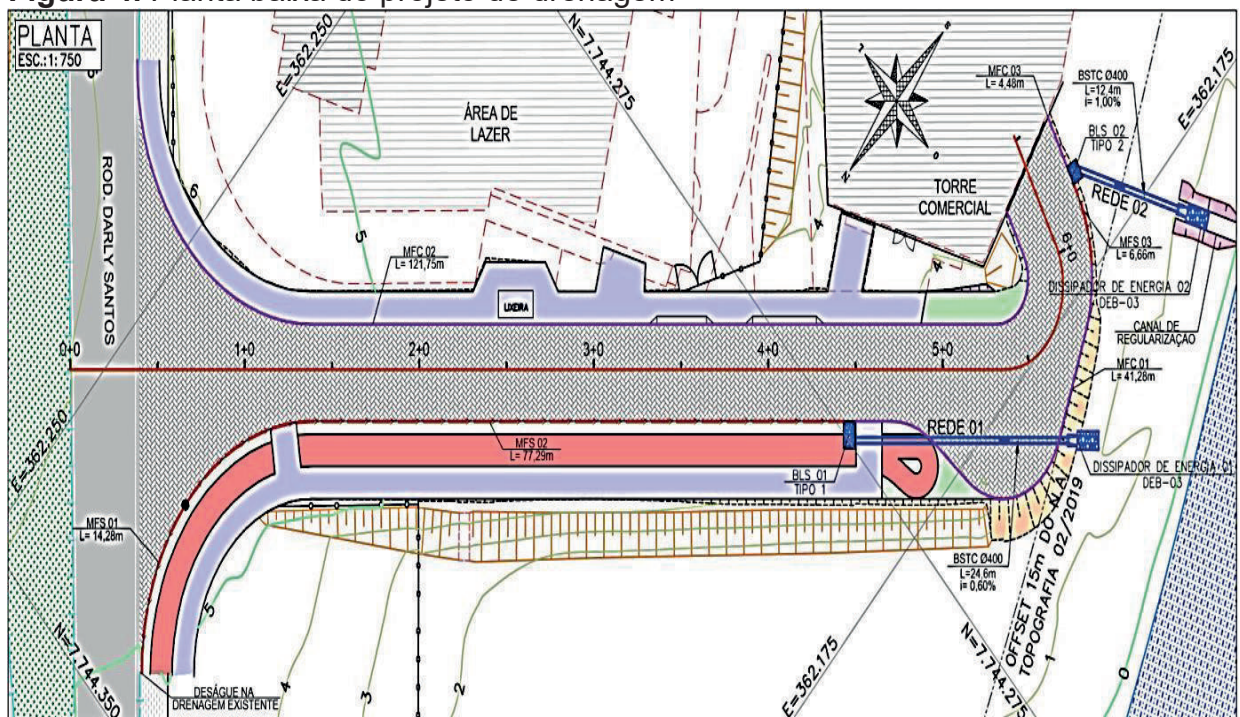
Tabela 7. Avaliação da influência no projeto de drenagem

Pavimento Impermeável		Pavimento Permeável		Unidade
Dispositivo	Quant.	Dispositivo	Quant.	
Boca de Lobo (1,70m x 1,00m x 2,60m)	2	Boca de Lobo (1,70m x 1,00 x 2,20m)	1	Unidade
Boca de Lobo (1,20m x 1,00m x 1,65m)	1	Boca de Lobo (1,20m x 1,00m x 1,65m)	1	Unidade
Meio Fio Simples (MFC)	167,51	Meio Fio Simples (MFC)	167,51	m
Meio Fio Sarjeta (MFS)	98,23	Meio Fio Sarjeta (MFS)	98,23	m
Bueiro Simples Tubular de Concreto (BSTC) ø 600m	63,9	Bueiro Simples Tubular de Concreto (BSTC) ø 400m	37,05	m
ALA Bueiro Simples Tubular de Concreto	2	ALA Bueiro Simples Tubular de Concreto	2	Unidade
Dissipador de Energia (DEB)	2	Dissipador de Energia (DEB)	2	Unidade
-	-	Geotubo Ø 65mm	144	m

Fonte: autores, 2020

Verificou-se um maior distanciamento entre os dispositivos de captação das águas da chuva, denominados como bocas de lobo, para o cenário de estudo, devido ao aumento no comprimento crítico do meio fio sarjeta, levando a uma diminuição desse tipo de dispositivo em quantidade e altura, além da redução em extensão e diâmetro de bueiros. A figura 4 apresenta a disposição do sistema de drenagem obtida no projeto.

Figura 4. Planta baixa do projeto de drenagem

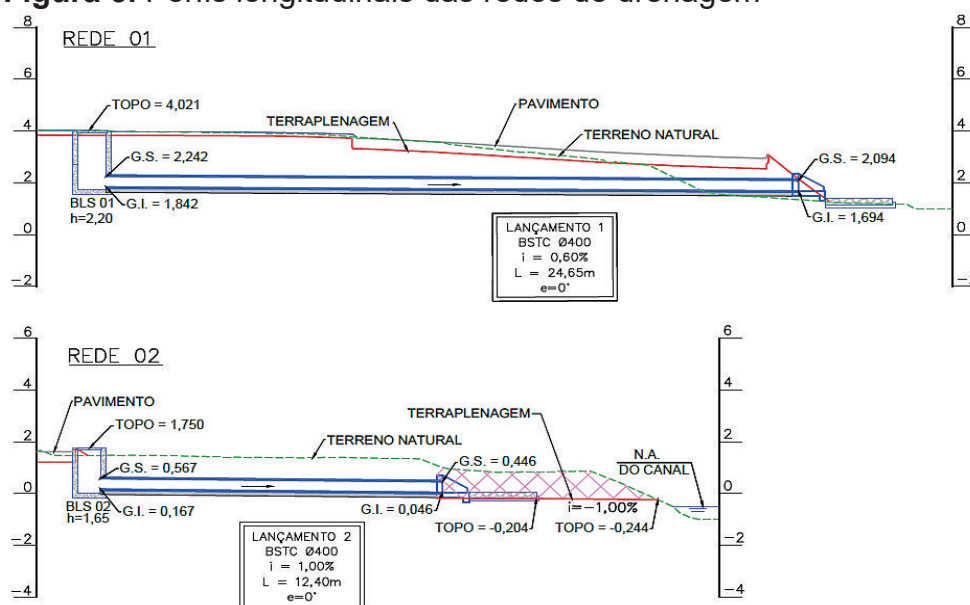


Fonte: autores, 2020

A redução no diâmetro dos bueiros admitiu a elevação da cota jusante por reduzir o recobrimento mínimo permitido com relação à cota de topo do pavimento, que é proporcional a essa dimensão. Fazendo com que a cota de fundo da caixa coletora da boca de lobo pudesse ser elevada.

Para coleta da drenagem superficial, os perfis longitudinais representados na figura 5 mostram as disposições das duas redes de drenagem subterrânea obtidas no projeto, bem como as cotas de topo e de fundo das caixas coletoras, comprimento, diâmetro, inclinação, esconsidade, montante e jusante dos bueiros.

Figura 5. Perfis longitudinais das redes de drenagem



Fonte: autores, 2020

A redução de altura em caixa coletora de boca de lobo se deu devido à vazão de projeto para o pavimento permeável que permitiu alterar a inclinação do bueiro e seu diâmetro, sem saturar o sistema de drenagem.

A elevação da cota da rede de drenagem se torna uma vantagem para o local de estudo, por ser uma região com o nível de lençol de freático alto, conforme resultados da investigação geotécnica. Além disso, cotas de fundos superiores têm menores graus de sobrecarga no deságue.

Através dos resultados obtidos, conclui-se que a influência da proposta de pavimentação com revestimento permeável sobre o sistema de drenagem mostrou-se eficiente e satisfatória ao ser comparada ao revestimento impermeável, diante das vantagens citadas anteriormente, tais como a redução do escoamento superficial e a melhoria da qualidade das águas infiltradas, e a compatibilidade de aplicação com a região de estudo.

CONCLUSÃO

Uma grande vantagem dos pavimentos permeáveis é, sem dúvida, a maior capacidade de infiltração e, conseqüentemente, redução do escoamento superficial e dos alagamentos. A partir dos cálculos para novo dimensionamento do pavimento e dos dispositivos de drenagem, juntamente com a elaboração de um novo projeto, conclui-se que a aplicação do pavimento permeável se torna eficiente para resolver os problemas impermeabilização do solo e de acúmulo de água nas vias, aumentando o conforto e a segurança pela redução de ruídos e derrapagens. Além disso, apresenta-se como uma solução sustentável que atua como filtro, por promover a melhoria da qualidade da água, além de levar menor quantidade de poluentes provenientes do escoamento superficial para a recarga dos aquíferos locais, fazendo com que as águas da chuva tenham o destino correto.

Além dos benefícios apresentados nesta pesquisa, esse tipo de solução alternativa estimula o conhecimento por novas técnicas sustentáveis para captação, armazenamento, destino e reuso de água da chuva, de forma a preservar a água potável como um recurso natural em escassez, reduzindo o impacto ambiental gerado pela poluição, evitando desperdícios e reduzindo despesas.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16416: Pavimentos permeáveis de concreto - Requisitos e procedimentos.** ABNT, 2015. 25p.

CANHOLI, Alúcio Pardo. **Drenagem urbana e controle de enchentes**: edição ampliada e atualizada. 2. ed. São Paulo. Oficina de Textos, 2005. 384p.

DE SOUZA, Juliana Martins; ZAMUNER, Lourival Domingos (2016). Análise da rede de drenagem urbana instalada na face norte do bosque ii, em Maringá, Paraná. **Revista Uningá Review**, [S.l.], v. 27, n. 1, Jul. 2016. ISSN 2178-2571 Disponível em: <<http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1815>>. Acesso em: 20/10/2019.

DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **IPR 724: manual de drenagem de rodovias**. 2. ed. Rio de Janeiro. [s.n.], 2006. 724p.

DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **IPR 736: Álbum de projetos – Tipo de dispositivos de drenagem**. 4. ed. Rio de Janeiro. [s.n.], 2011. 210p.

JUNIOR, Rogério Barbosa de Souza; BAESSE, Thalita de Abreu; JUNIOR, Joãozinho Cabral Amorim (2017). Utilização de pavimentos permeáveis para redução do escoamento superficial provenientes das águas pluviais. **Revista Espaço Acadêmico**, Serra, v. 7, n. 2, jul-dez. 2017. ISSN 2178-3829 Disponível em: <<https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2020/01/revista-espaco-academico-v07-n02-rtcc-completa.pdf>>. Acesso em: 10/11/2019.

MARCHIONI, Mariana. Pavimento permeável contra enchentes. **Cimentos Itambé**, [s.l.], 2011. Disponível em: <<https://www.cimentoitambe.com.br/pavimento-permeavel-contra-enchentes/>>. Acesso em: 20/10/2019.

MARCHIONI, Mariana; SILVA, Cláudio Oliveira. **Pavimento Intertravado Permeável - Melhores Práticas**. São Paulo, Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), 2011. 24p. Disponível em: <https://abcp.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Cartilha_Pav_Intertravado_Permeavel_v1.pdf>. Acesso em: 15/10/2019.

MARCHIORO, Eberval; SILVA, Graziani Mondoni; CORREA, Wesley de Souza Campos (2016). A Zona de Convergência do Atlântico Sul e a precipitação pluvial do município de Vila Velha (ES): repercussões sobre as inundações. **Revista Do**

Departamento De Geografia, [S.l.], v. 31, Jul. 2016. ISSN 0102-4582. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/108447>>. Acesso em: 30/10/2019.

MOTTA, Luciano D'Angelo. **Procedimentos de projeto viário em pavimentos permeáveis com base na ABNT NBR 16.416/2015 – comparação entre blocos permeáveis e convencionais**. 2019. 98f. Dissertação. (Mestrado do programa de pós-graduação em Engenharia e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2019 Disponível em: <<http://engenhariaedesenvolvimentosustentavel.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGES/detalhes-de-pessoal?id=33834>>. Acesso em: 15/10/2019.

PINTO, Liliane Lopes Costa Alves. **O desempenho de pavimentos permeáveis como medida mitigadora da impermeabilização do solo urbano**. 2011. 283p. Tese. (Doutorado em Engenharia Hidráulica) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011 doi:10.11606/T.3.2011.tde-31082011-160233. Disponível em: < https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3147/tde-31082011-160233/publico/Tese_Liliane_Lopes_C_A_Pinto.pdf >. Acesso em: 15/03/2020.

SALOMÃO, Pedro; OLIVEIRA, Loues.; RHIS, Arnon; COELHO, Sandro. (2019). Análise e estudo de materiais para aproveitamento de água em pavimento permeável quando comparado com pavimento convencional. **Res., Soc. Dev.** [S.l.], v. 8, Fev. 2019. ISSN 2525-3409 Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/331352704_Analise_e_estudo_de_materiais_para_aproveitamento_de_agua_em_pavimento_permeavel_quando_comparado_com_pavimento_convencional>. Acesso em: 30/10/2019.

SARMENTO, Robson. Estudos Hidrológicos. In: _____ **Altura, duração, frequência das chuvas intensas no Estado do Espírito Santo**, Vitoria. UFES. 1985. 108 p.

VIRGILIIS, Afonso Luís Correa de. **Procedimentos de projeto e execução de pavimentos permeáveis visando retenção e amortecimento de picos de cheias**. 2009. 213f. Dissertação. (Mestrado em Engenharia de Transportes) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009 doi:10.11606/D.3.2009.tde-08092010-122549. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3138/tde-08092010->

[122549/publico/Dissertacao Afonso Luis Correa de Virgiliis.pdf](#) >. Acesso em: 12/04/2020.

WILKEN, Paulo Sampaio. Estudo das redes de escoamento das águas pluviais. In: _____ **Engenharia de drenagem superficial**. 1 ed. São Paulo. Companhia De Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB). 1978. p. 99 - 295.

O uso da cinza da casca de arroz em argamassa de revestimento nas fachadas da Grande Vitória-ES

André Vinicius Moreira Almeida ¹³²

Melissa Cardeal Fernandes ¹³³

Valeska de Freitas Mendes ¹³⁴

Pedro Guilherme Souza Silva ¹³⁵

Tamara Lopes Teixeira ¹³⁶

RESUMO

O foco desta pesquisa é apresentar elementos para o vínculo entre o comportamento mecânico de resistência à compressão, do uso da cinza da casca de arroz (CCA), como aditivo em argamassa de revestimento e, a agressividade ambiental na Grande Vitória-ES. O mercado da Construção Civil se destaca por seu potencial na absorção de resíduos agrícolas em seus processos. A cinza resultante da queima da casca de arroz é constituída de sílica (SiO₂), podendo ser enquadrada como um material pozzolânico. Então, busca-se alcançar elementos para o debate sobre a possível contribuição da CCA, na promoção de maior resistência mecânica das fachadas na região metropolitana de Vitória-ES, diante da agressividade ambiental, especialmente, a poluição atmosférica e a névoa salina. Realizou-se a adição de CCA em 10% à argamassa, utilizando o cimento CP III e CP V-ARI, considerando grupo de referência e grupo de análise. Os resultados apontam para a adição de CCA com valores superiores àqueles obtidos pela referência, assumindo assim, do ponto de vista de resistência mecânica de compressão, índices favoráveis para aplicação em argamassa de revestimento. Assim, o comportamento positivo quanto à resistência da argamassa de revestimento com adição de CCA tende a interagir com o meio poluído, de modo mais eficiente, sobretudo, diante das emissões de dióxido de enxofre (SO₂), neutralizando a ação corrosiva sobre as construções.

Palavras-chave: argamassa de revestimento, cinza da casca de arroz, agressividade ambiental.

INTRODUÇÃO

A crescente dependência global por recursos naturais, nos últimos 50 anos, com o desenvolvimento tecnológico da informação, conduziu a uma série de debates, acordos e esforços de países interessados em mitigar os impactos ambientais, sobretudo, redefinindo muitos processos da vida, desde a dinâmica de produção de alimentos até o modo de habitar os espaços.

Em 1987, com o Relatório de Brundtland (Nosso futuro comum), teve origem o termo *Desenvolvimento Sustentável* como uma condição geral para o crescimento

¹³² Graduação em Engenharia Civil pela Faculdade Novo Milênio. E-mail: andre.almeida@sounovomilenio.com.br

¹³³ Graduação em Engenharia Civil pela Faculdade Novo Milênio. E-mail: melissa.fernandes@sounovomilenio.com.br

¹³⁴ Graduação em Engenharia Civil pela Faculdade Novo Milênio. E-mail: valeska.mendes@sounovomilenio.com.br

¹³⁵ Graduação em Engenharia Civil pela Faculdade Novo Milênio. E-mail: pedro.silva@sounovomilenio.com.br

¹³⁶ Arquiteta Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Professora da Faculdade Novo Milênio. E-mail: tamara.teixeira@novomilenio.br

econômico, social e cultural, aliado à promoção de qualidade ambiental, orientando a capacidade de que as próximas gerações também se desenvolvam (BRUNDTLAND, 1987).

Num salto cronológico do movimento ambientalista, atualmente, os países estão voltados à consolidação de metas propostas na Agenda 2030 que, reúne os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) para buscar, por meio de uma espécie de “jornada colaborativa” global cumprir medidas urgentes sobre o desenvolvimento humano nas esferas econômica, social, ambiental e cultural (ONU, 2015).

O mercado da construção civil, além de ser elevado como um dos mais importantes setores de desenvolvimento econômico do país, é também o responsável pelo consumo, entre 20% a 50% dos recursos naturais, ao longo da cadeia produtiva e, em escala global (WORLDWATCH INSTITUTE, 2013).

Nesse sentido, alguns setores da construção civil, mais atentos às premissas do desenvolvimento sustentável, atualmente, buscam reconfigurar o padrão de consumo e qualidade dos processos, em acordo com o ciclo de vida fechado da produção.

Os elementos alternativos e sustentáveis, sobretudo, aqueles advindos de resíduos agrícolas, podem apresentar um direcionamento quanto ao uso com alto desempenho requerido de materiais, como cimento no sistema tradicional construtivo brasileiro (ROLNIK, 1997).

A indústria cimenteira representa uma das maiores responsáveis pela emissão de dióxido de carbono no mundo, na ordem de 29,7%, em 2017, segundo estimativa realizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Brasil. Para enfrentar os índices de poluição na região metropolitana de Vitória/ES, o uso do arroz pode indicar uma estratégia efetiva (BRASIL, 2017).

O arroz pode ser considerado uma alternativa potencial para a redução dos impactos, tanto pelo viés de redução de emissões de CO₂ pela indústria cimenteira, quanto pela destinação apropriada da casca do arroz que, após a queima é descartada no meio, deixando o ciclo de vida do arroz aberto, dada a incapacidade de o meio ambiente absorver o resíduo. Alia-se ao fato de que a CCA contém 95% de

sua composição a sílica (SiO₂), importante elemento também encontrado no cimento, gerando com isso, um elevado valor agregado (ALMEIDA; BORÉM, 2010).

A produção de arroz no Espírito Santo é voltada, principalmente, para subsistência, sendo, portanto, pouco projetada para o mercado brasileiro. Porém, o melhor desempenho de cultivo do arroz na região noroeste do estado, de acordo com Almeida e Borém (2010), foi registrado com 5.145kg/ha.

As características topográficas do Espírito Santo, como sendo montanhosas, bem como o período de secas, as condições de fertilidade do solo e a escassez de mão-de-obra reforçaram a baixa expressividade do estado na produção de arroz (ALMEIDA; BORÉM, 2010).

No entanto, o quantitativo da produção de arroz, atualmente, em torno de 2.500kg/ha no Espírito Santo, segundo Conab (2015), apresenta condições positivas quanto à necessidade de repensar estratégias para o “fechamento” do ciclo de vida, de “berço a berço”, atendendo com isso, as metas globais de redução de emissões e poluição e, também, possibilitando a dinâmica de resiliência dos meios físicos.

Esta pesquisa alcança relevância, na medida em que, reconhece a responsabilidade do mercado da construção civil para o desenvolvimento da qualidade ambiental, ao levar em consideração alternativas sustentáveis. E, também, estabelece vínculos entre comportamento mecânico de estruturas e as questões ambientais.

Portanto, esta pesquisa busca estudar o comportamento mecânico de resistência a compressão da cinza da casca de arroz (CCA) em argamassa de revestimento, levantando por conseguinte, correlações entre seu comportamento e a contribuição potencial para a contenção da agressividade ambiental na Grande Vitória-ES.

MÉTODO

Trata-se de um estudo experimental sobre a resistência mecânica à compressão adquirida da argamassa de revestimento, por meio da adição de cinza da casca de arroz.

A pesquisa se organizou em 4 etapas: levantamento de dados secundários sobre o uso da CCA como aditivo e composição da dosagem; estudo do traço e testes de argamassa; ensaio de compressão; interpretação dos resultados.

Para isso, foram consultadas algumas normas: NBR 5772/1992 sobre a avaliação do potencial com ensaio de mistura da pozolana com o cimento Portland NBR 13279/2005, sobre Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos - Determinação da resistência à tração na flexão e à compressão; NBR 13280/2005, sobre Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Determinação da densidade de massa aparente no estado endurecido.

Há ainda, a NBR 16590/2017, que trata de compostos geopoliméricos para assentamento de alvenaria de vedação; NBR NM 248/2003, Agregados - Determinação da composição granulométrica; NBR 7214/2015, que dispõe sobre Areia normal para ensaio de cimento - Especificação.

Para a verificação da influência da CCA, como aditivo na argamassa, foram formados 2 grupos de análise laboratorial, sendo o Grupo I: cimento CP V- ARI sem adição de CCA; Grupo II: CP V- ARI com adição em 10% de CCA. Nesta pesquisa, utilizou-se a cinza de casca de arroz (CCA) fornecida pela Sabor do Sul Alimentos, tendo sido obtida pelo processo de queima não controlada.

Antes de moldagem dos corpos de prova, a CCA foi peneirada, conforme preconiza a NBR NM 248/2003, até atingir nº 200 (abertura de 0,075 mm) para retirada de materiais indesejados como, folhas e impurezas. A areia utilizada na pesquisa passou por um processo de secagem para que a umidade não interferisse no traço. A dosagem de água para cada grupo foi determinada através do teste de índice de consistência, segundo a NBR 13276/2005 utilizando a *flow table*.

Após a determinação do índice de consistência, os corpos de prova foram moldados com traço referente à argamassa de revestimento, sendo este 1:3 (cimento: areia), incluindo 10% de CCA nos corpos de prova do grupo II.

Os corpos de prova foram colocados em moldes cilíndricos com dimensões de 50x100 mm (diâmetro x altura), de acordo com a NBR 7215/1996.

Depois de retirados dos moldes, os corpos de prova ficaram 28 dias em cura úmida, colocando-os em um recipiente contendo água e 2% de cal para evitar a carbonatação.

A influência da cinza de casca de arroz na resistência mecânica da argamassa de assentamento foi avaliada através dos ensaios resistência à compressão simples (NBR 7215/1996).

A análise dos dados coletados no ensaio se deu por tabulação e, interpretada, conforme as normas vigentes e pesquisas atuais sobre o mesmo tema. Por fim, com base nos estudos de Matos *et al.* (2019) sobre a qualidade ambiental (emissões) na Grande Vitória-ES, algumas considerações quanto à durabilidade e vida útil de fachadas foram apresentadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do ensaio de resistência a compressão dos corpos de prova com adição da cinza da casca de arroz (CCA) sugerem sutil vantagem da argamassa de revestimento com adição em 10% de CCA, em relação à referência. Esta pesquisa alcançou média de 11,32 Mpa para os CP's referência, contra 12,79 Mpa para os CP's com adição de CCA (Tabela 1).

Tabela 1: Resultados dos testes de resistência à compressão (Mpa)

Resultados - ensaio de resistência à compressão

Grupo I	CP 1	CP 2	CP 3	CP 4	média
Referência*	9.00	10.29	12.33	13.69	11.32 MPa
Grupo II	CP 5	CP 6	CP 7	CP 8	média
10% CCA*	10.42	10.85	14.79	15.10	12.79 MPa

*valores em MPa

Fonte: autores.

Diante de tais resultados, observa-se que a sílica se apresenta como um potencial elemento de interferência para o comportamento de ganho de resistência da argamassa. De acordo com Mehta (1992), a queima da casca do arroz corresponde a um volume de sílica importante, se comparado a outros cereais, como o milho e a cana-de-açúcar (Tabela 2).

Tabela 2: Quantidade de cinza gerada por produto agrícola.

CEREAL	PARTE DA PLANTA	CINZA (% em peso)	SÍLICA (%)
MILHO	FOLHA	12	64
ARROZ	CASCA	20	93
ARROZ	PALHA	14	82
CANA-DE-AÇÚCAR	BAGAÇO	15	73
GIRASSOL	FOLHAS E TALO	11	25
TRIGO	FOLHAS	10	91

Fonte: MEHTA, 1992.

A CCA utilizada nesta pesquisa apresenta coloração cinza claro, ou seja, apresenta uma quantidade menor de carbono. As cinzas que contém uma porcentagem de carbono elevada apresentam redução da sua reatividade, pois o carbono não participa das reações de hidratação, e exigem uma quantidade maior de água para manter a trabalhabilidade necessária para argamassas e concretos (SILVA, 2009; RODRIGUES, 2008).

A presença de carbono também interfere na coloração do material, cinzas mais escura são as que apresentam maior quantidade de carbono, as mais claras, podendo ser de cor branca, são as que apresentam maior teor de sílica, apresentando a maior pureza dessa material e conseqüentemente, maior reatividade e ganho de resistência (RÊGO, 2004).

Silva; Akasaki; Dasnoy (2009) observaram através de análises de difração raios-X que amostras de casca de arroz (CA) queimadas com controle de temperatura e tempo apresentaram estrutura amorfa, confirmando a interferência dessa variável

no material, apenas uma amostra apresentou picos de quartzo. Porém, tal fato foi associado a possível presença de impureza externa.

A CCA utilizada nesta pesquisa não passou por nenhum controle de tempo e temperatura de queima, visto que, é proveniente de um processo industrial. Se a queima for realizada com temperatura inferior a 600°C, as cinzas apresentam, em sua morfologia, sílica no estado amorfo, obtendo reações positivas com cimento e cal. Se a queima for a temperaturas elevadas, sua estrutura se torna cristalina e as reações se tornam inviáveis (BEZERRA, 2010; TASHIMA *et al.*, 2004).

Durabilidade das estruturas

A NBR 15575 (2013) define a Vida Útil (VU) de um sistema construtivo como o período em que a edificação, seus componentes e elementos devem cumprir as atividades para as quais foram projetados e construídos. A Vida Útil de Projeto (VUP) remete-se ao período teórico estimado para o sistema projetado. Ainda de acordo com a norma, um dos aspectos que influenciam na vida útil dos componentes é a agressividade ambiental.

Sendo assim, é importante que a estrutura suporte todos os esforços aos quais é submetida e também as alterações climáticas. Para garantir a segurança das estruturas, os materiais empregados devem apresentar uma resistência superior aos efeitos que os fatores externos podem provocar na estrutura e precisam atender as especificações necessárias para aquele determinado material (BRANCO, PAULO, GARRIDO, 2013).

Outro conceito relevante é o fim da vida útil, estimar esse tempo inclui avaliar os fenômenos de degradação, definindo modelos matemáticos que possam reproduzir essas degradações; a determinação de estados limites relacionados ao fim da vida útil; a caracterização do ambiente. (BRANCO, PAULO, GARRIDO, 2013).

Argamassas microporosas na construção civil

A argamassa é constituída por aglomerantes hidráulicos ou aéreos, agregados miúdos e água, sendo os aglomerantes mais comuns o cimento e a cal e o agregado miúdo a areia (BAUER, 2005).

O aglomerante hidráulico mais utilizado na produção de argamassa de revestimento no Brasil de acordo com Bauer (2005) é o cimento Portland, que necessita de água para que os processos reajam à hidratação e atinja a resistência necessária, também aumentando sua resistência a água.

Coimbra e Morelli (1999) relatam a comparação entre uma argamassa normal, sem aditivos, com uma argamassa leve, que é microporosa devido à adição de aditivos orgânicos e resíduos industriais. O método utilizado foi a preparação de corpos de prova com diferentes quantidades de resíduos e aditivos, e três situações de pega: ambiente saturado, natural e seco.

Após a pega, foram feitos testes de compressão axial e notou-se que o corpo de prova que realizou o tempo de cura em ambiente úmido obteve resistência maior, em relação aos ambientes naturais e secos. Após a verificação dos testes, foram feitas comparações os tipos de corpos de prova com um corpo de prova de aditivos e foi mostrado que a forma dos gráficos não foi divergente da referência, e que os aditivos interferiam diretamente no tamanho médio dos poros e na porosidade aparente total (COIMBRA e MORELLI, 1999).

De acordo com os autores, o fato das curvas não se modificarem é de suma importância, pois devido a isso, é possível adequar a porosidade de acordo com o método a ser aplicado. Entretanto, deve-se estudar mais a fundo a argamassa leve dependendo da aplicação. Os poros presentes na estrutura podem agir como agente catalisador para problemas estruturais e processos micro estruturais devido a agentes físicos e químicos, ocorrendo com maior frequência em ambientes próximos da praia (COIMBRA e MORELLI, 1999).

Farias e Tezuka (1992) afirmam que as vigas reparadas com AG (argamassa geopolimérica) tiveram cargas de ruptura experimentais superiores aos da AC (argamassa convencional). De acordo com os testes, foi um resultado de 58% a mais quando comparada a ruptura teórica. Apesar da resistência à tração e compressão da AG e da AC serem parecidas, a AG se destacou devido à sua aderência ao substrato ter sido bem maior relacionado a AC.

Com relação à influência das características dos materiais, as argamassas mais ricas em cimento e menos porosas apresentam, na região do revestimento, uma concentração menor de cloretos (MALHEIRO, MEIRA E LIMA, 2014).

Isso ocorreu, pois nessas argamassas foi produzida uma maior quantidade de C_3A oriundo do alto consumo de cimento, e o C_3A auxiliou na fixação dos íons cloretos. Os autores também ressaltaram que os íons cloretos fixados são denominados “livres”, e participam do transporte para o interior do concreto (MALHEIRO, MEIRA E LIMA, 2014).

Outra explicação relacionando a porosidade é a concentração de cloretos acumulados na camada de argamassa, e a concentração na camada de concreto, foi possível observar que ocorre um crescimento não linear, onde há maior transferência para concreto, proporcional ao acúmulo encontrado na zona da argamassa. Sendo assim, argamassas mais porosas contribuem para uma maior passagem de cloretos, nesse caso, no traço de 1:2:9 foi observado maior passagem de cloretos (MALHEIRO, MEIRA E LIMA, 2014).

Estabelecendo uma concentração crítica de cloretos, sendo esta 0,065% da massa do concreto, obtendo esse valor, observou-se que a profundidade em que essa concentração é atingida, é reduzida com ao aumento da camada de revestimento (MALHEIRO, MEIRA E LIMA, 2014).

Os sais presentes na névoa marinha são depositados nas fachadas, ocasionam diversas manifestações patológicas nas edificações. Para avaliar a concentração de cloretos e sulfatos que efetivamente penetraram nas argamassas, Costa (2001) avaliou a distribuição espacial dos sais, os corpos-de-prova foram distribuídos em diferentes distâncias em relação da distância do mar.

A metodologia empregada permitiu avaliar o desempenho comparativo quanto à penetração dos sais nos diferentes traços de argamassas estudados. Foi possível determinar os teores de sais depositados quanto transferido para o interior da argamassa por cromatografia iônica (COSTA, 2001).

Costa (2001) concluiu que, traços que utilizam consumo superiores a 200 kg por metro cúbico tem um melhor desempenho, e ainda determinar que a distribuição

espacial da névoa salina é de maior influência até 500 metros de distância do mar. Acima de 500 metros o teor de cloretos cai drasticamente.

A porosidade dos materiais está diretamente ligada a durabilidade, pois por meio de absorção capilar ou por difusão iônica através dos poros existentes se inicia o processo de degradação dos concretos e das argamassas. Com isso, os poros constituem os canais de entrada dos íons agressivos (COSTA, 2001).

Além de causar eflorescência, as cristalizações dos sais dentro dos poros da estrutura de revestimento é o que mais causa danos, especialmente em estruturas novas. A deposição de cloretos, nitratos e sulfatos nos poros superficiais das argamassas e dos concretos se torna um fenômeno extremamente agressivo, pois pode resultar em microfissuras e no lascamento do revestimento superficial, devido ao aumento do volume gerado pelas cristalizações (COSTA, 2001).

Além da cristalização, os cloretos são os principais causadores da corrosão de armaduras. Os resultados encontrados mostraram que a amostra com argamassa "C" com concentração de cimento acima de 200 kg/m³ contém o menor teor de vazios, o que dificulta a migração dos sais. Detectou-se que a umidade relativa do ar, velocidade e direção dos ventos e temperatura influencia no desempenho da dissipação e difusão destes sais nas argamassas (COSTA, 2001).

Santana *et al.* (2018) verificaram a influência da composição granulométrica na carbonatação de matrizes cimentícias. O estudo foi realizado em corpos de prova cilíndricos de argamassa com a dimensão de 50 mm x 100 mm, utilizando o traço de 1:3 e areia branca (AB), areia lavada (AL) e finos de britagem (FB), apresentado módulo de finura, respectivamente, iguais a 1,32, 2,70 e 3,42.

Após o preparo das argamassas, os CPs foram mantidos em cura ao ar livre por 24 horas, em seguida, submetidos à cura úmida, contendo cal, por um período de 28 dias, após esse período, foram para sazonalização, nesse processo os CPs são mantidos com temperatura e umidade constantes por 14 dias, com o objetivo de padronizar a umidade do corpo de prova (SANTANA *et al.*, 2018).

Os CPs foram colocados na câmara de carbonatação, que foi construída de acordo com Coelho e Guimarães (2016), o gás carbônico (CO₂) foi produzido pela

reação de dupla troca entre o ácido sulfúrico e o bicarbonato de sódio em meio aquoso (SANTANA *et al.*, 2018).

Através da pesquisa foi possível verificar a importância do estudo da porosidade com o objetivo de reduzir a profundidade da carbonatação. Sendo assim, as argamassas destinadas ao retardamento do avanço de CO₂ devem apresentar menor porosidade.

Agressividade ambiental sobre fachadas

O conceito de poluição assume diferentes vieses, se relacionado à fonte e ao processo de deterioração e contaminação da qualidade original da atmosfera, envolvendo atividades humanas e/ou atividades naturais.

Bretschneider e Kurfürst (1987) destacam o fluxo de matéria e energia nos ciclos biogeoquímicos, como erupção de vulcão, queimadas de florestas e dispersão de areia pelo vento, como fenômenos de contaminação natural do meio.

Portanto, a contaminação do ar, no qual esta pesquisa se remonta, trata-se daquela produzida pela atividade humana (antropogênica), gerando concentrações nocivas de gases poluentes na atmosfera (BRETSCHNEIDER; KURFÜRST, 1987).

O Ministério do Meio Ambiente apresenta a poluição atmosférica como a concentração e características de matéria e energia que se constituam nocivo à saúde, ao bem-estar coletivo, ou prejudicial à segurança, à flora e fauna.

Boubel (1994) apresenta a composição aproximada da atmosfera terrestre, qual seja 76% de nitrogênio e 23% de oxigênio, sendo que 1% do total constitui, num raio médio de 100 km, um conjunto de outros gases-traço, além de vapor d'água, gases nobres, dióxido de carbono e hidrogênio.

A base de dados para a definição do nível de contaminação do ar compreende as concentrações médias anuais de material particulado fino (PM₁₀ e PM_{2.5}). O PM_{2.5} inclui poluentes, como sulfato, nitratos e carbono negro, que são indicados como os maiores riscos para a saúde humana.

As recomendações de qualidade do ar da OMS exigem que os países reduzam sua poluição do ar para valores médios anuais de 20 µg / m³ (para PM₁₀) e 10 µg /

m3 (para PM25), segundo a ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, *Air pollution and child health: prescribing clean air*, (2018).

No Estado do Espírito Santo, a gestão da qualidade do ar é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA) e do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). Em 1989, foi criado o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (PRONAR), por Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com o objetivo de permitir ações para melhoria da qualidade de ar e a preservação da qualidade dos espaços não degradados.

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) está localizada no estado do Espírito Santo, Brasil, e abarca, além da capital Vitória, também os municípios de Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Fundão e Guarapari, dos quais, com exceção de Viana e Cariacica, os demais municípios possuem alguma parte de seu território em zona costeira.

Em geral, a urbanização brasileira privilegiou a ocupação e desenvolvimento em zona litorânea (8.000 Km de extensão). Isso se deve às condições sociais, econômicas, culturais e políticas que se constituíram ao longo do processo histórico, ambiente mais favorável à estabilidade de povoação (ROLNIK; KLINK, 2011).

No entanto, sob o viés da qualidade ambiental, colocam-se em discussão as condições de desmatamento e exploração dos biomas costeiros e da intensificação do processo de poluição dos meios abióticos.

Além disso, a salinidade do Oceano Atlântico correspondendo 37 por mil (g/kg), quando movimentada pelo vento, em conjunto com condições de altas temperaturas e umidade do ar, interferem no espaço habitado, próximo ao mar, principalmente, obras de concreto armado por meio de processos de corrosão eletroquímica (ROLNIK; KLINK, 2011).

Essa região corresponde a 48% da população urbana capixaba, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2019. Ainda de acordo com o IBGE, nos últimos 20 anos, a população do Espírito Santo aumentou de 2.853.098 habitantes, em 1997, para 4.018.650 milhões, em 2019. O aumento corresponde a 40,85% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2019).

Logo, ao discutir termos de qualidade do ar, emerge a observação de seus níveis críticos nas edificações e sistemas estruturais que compõem as cidades, que por sua vez, interferem na promoção da qualidade de meio ambiente e, no bem estar das pessoas.

Matos *et al.* (2019) realizaram um estudo sobre os efeitos da poluição do ar da Grande Vitória/ES na saúde infantil (atendimentos de emergência por doenças respiratórias). Para isso, consideraram o período entre 2005 e 2010, para a organização dos dados de monitoramento de emissões na Grande Vitória.

Os autores constataram que houve variação entre municípios no comportamento de emissões, segundo as 8 estações de monitoramento da Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar (RAMQAr).

Os dados médios mais altos apresentados pelos autores são “MP₁₀ (43,06µg/m³) na região de Cariacica, SO₂ (16,32µg/m³) na Enseada do Suá, O₃ (38,66µg/m³) em Ibes e NO₂ (44,10µg/m³) e CO (1.730,91µg/m³) em Vitória-Centro” (MATOS *et al.*, 2019, p. 6).

A região da Enseada do Suá, em Vitória, apresentou maior média de emissão de SO₂ (16,32µg/m³), em registros entre 2005 e 2010 da Grande Vitória/ES. De acordo com o IEMA, essa concentração é enquadrada como boa qualidade (0-20µg/m³). O dióxido de enxofre é um dos responsáveis pelo processo de degradação de estruturas das edificações, interferindo em sua durabilidade, especialmente, as fachadas que estão em contato direto com as fontes de agressividade ambiental em suspensão no ar.

Desse modo, considerando a qualidade boa de emissões na Grande Vitória, especialmente, o SO₂ que interfere diretamente no processo de degradação de fachadas, percebe-se que o uso da CCA em argamassa de revestimento em fachadas na Grande Vitória-ES pode promover maior durabilidade da estrutura e atuar contendo a penetração dos poluentes registrados.

CONCLUSÃO

O uso da CCA, como subproduto de interesse comercial, apresenta viabilidade, quando inserida no setor da construção civil. Apesar da baixa expressividade da produção do arroz no Espírito Santo, identifica-se a contribuição para os estudos de reaproveitamento desses resíduos vegetais, sobretudo, como auxílio na redução de emissões de CO₂, e na interação da CCA em argamassa de revestimento, diante dos ataques de cloreto e do dióxido de enxofre observadas na cidade de Vila Velha/ES.

Esta pesquisa buscou integrar o estudo de resistência mecânica com adição da CCA em argamassa de revestimento, à análise da contribuição desta argamassa, frente à agressividade ambiental registrada na Grande Vitória-ES.

Portanto, a adição da CCA em argamassa se mostrou favorável aos critérios de resistência à compressão. Sendo, portanto, necessários novos estudos para o teste a tração, além dos estudos de comportamento químico, diante dos ataques de íons de cloreto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. D.; BORÉM, A. **Desempenho Agrônomo de Cultivares de Arroz em Solos Pobres de Várzea no Noroeste Capixaba**. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 14. E ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 10., 2010, Paraíba. Anais... Paraíba: Universidade do Vale do Paraíba, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16605: Cimento Portland e outros materiais em pó — Determinação da massa específica**. Rio de Janeiro, 2017.

_____. **NBR 13276: Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos - Determinação do índice de consistência**. Rio de Janeiro, 2016.

_____. **NBR 15259: Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Determinação da absorção de água por capilaridade e do coeficiente de capilaridade**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **NBR 13278: Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Determinação da densidade de massa e do teor de ar incorporado.** Rio de Janeiro, 2005.

_____. **NBR 13277: Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Determinação da retenção de água.** Rio de Janeiro, 2005.

_____. **NBR 13281: Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Requisitos.** Rio de Janeiro, 2005.

_____. **NBR 13279: Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Determinação da resistência à tração na flexão e à compressão.** Rio de Janeiro, 2005.

_____. **NBR 15.575-1: Edificações Habitacionais – Desempenho – Parte 1: Requisitos gerais.** Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

_____. **NBR 15.575-4: Edificações Habitacionais – Desempenho – Parte 4: Requisitos para os Sistemas de Vedações Verticais internas e externas.** Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

BAUER, E. **Revestimentos de argamassa: características e peculiaridades.** 1 ed. Brasília: LEM-UnB - SINDUSCON/DF. 2005.

BEZERRA, I. M. T. **Cinza de casca de arroz utilizada em argamassas de assentamento e revestimento.** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Campina Grande, 2010. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1tZLVEkTHpMEzf-VuflnfaW-OWTZZvsIm/view>>. Acesso em: 03 mar. 19.

BOUBEL, R.W. **Fundamentals of Air Pollution.** San Diego, Academic Press Inc., 1994.

BRANCO, F.; PAULO, P.; GARRIDO, M. **Vida Útil na Construção Civil.** Boletim Técnico ALCONPAT, n. 4, p. 20, 2013.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estimativas anuais de emissões de gases do efeito estufa no Brasil**. Brasília. 4 ed. 2017, 91p.

BRETSCHNEIDER, B.; KURFÜRST, J. **Air pollution control technology** / Boris Bretschneider and Jiri Kurfurst Elsevier Amsterdam; New York, 1987.

BRUNDTLAND, G. H. **Our Common Future: The World Commission on Environment and Development** – Oxford University, Oxford University Press, 1987.

COIMBRA, M. A.; MORELLI, M. R.. **Desenvolvimento de argamassas microporosas para a construção civil**. Cerâmica, São Paulo , v. 45, n. 296, p. 203-206. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0366-69131999000600008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0366-69131999000600008>.

FARIAS, R F S; TEZUKA, Y. **Corrosão das armaduras do concreto: mecanismos e controle**. [S.l: s.n.], 1992.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – **Censo Demográfico**. Espírito Santo. 2019. Disponível em : <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vitoria/panorama>. Acesso em: 11 jun. 2019.

MALHEIRO, R.M.C; MEIRA, G.R; LIMA, M.S. Influência da Camada de Revestimento de Argamassa na Penetração de Cloretos em Estruturas de Concreto. Ambiente Construído, Porto Alegre, v.14, n.1, p.44-55, jan/mar. 2014.

MATOS, Emerson Pedreira et al. **Análise espaço-temporal do efeito da poluição do ar na saúde de crianças**. Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 35, n. 10, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00145418>>. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00145418>. Acesso em: 11 jun. 2019.

MEHTA, P. K. Rice husk ash - A unique supplementary cementing material. In: Advances in concrete technology. CANMET. Ottawa, 1992, pp. 407-431.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: Acesso em 01 nov. 2018.

RÊGO, J. H. S. **As cinzas de Casca de Arroz (CCAs) Amorfa e Cristalina Como Adição Mineral Ao Cimento: Aspectos da Microestrutura das Pastas.** Tese do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, 2004. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1eAaZX4DmMCWBtrzLqSjVOyOQppwi-7U36KIO_svQZus/edit>. Acesso em: 02 mar. 2019.

RODRIGUES, M.S. **Caracterização da Cinza Residual da Queima de Casca de Arroz para Produção de Argamassa.** Dissertação de mestrado da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas, 2008. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1KYThhx0tKSP_6BjoRXKpP6p8JI5FQg8S/view>. Acesso em: 30 mar. 2019.

ROLNIK, R. **Sustentabilidade e Gestão Urbana.** In: Cidades Sustentáveis : memória do encontro preparatório. São Paulo: SMA/GESP, 1997, pp.15-22.

ROLNIK, R.; KLINK, J. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?** Novos estud. CEBRAP, São Paulo, n. 89, p. 89-109, Mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em : 27 Jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006>.

SANTANA, H.A; MACIEL, F.C.S; ARAUJO, L.L.O; SANTOS, V.M; SANTANA, R.A. **Influência da Composição Granulométrica na Carbonatação de Matrizes Cimentícias.** XXII ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. XVIII ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO E VIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, 2018 – UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA, 2018.

SILVA, E. J. **Contribuição para Utilização de Cinza de Casca de Arroz na Construção Civil.** Dissertação da Faculdade de Engenharia UNESP, 2009. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1QASNQ8AI4yVxjMs2eZGUCUzAbwV1_XVjP CtxHQQiJX0/edit>. Acesso em: 30/03/19.

SILVA, E. J.; AKASAKI, J. L.; DASNOY, J. R. **Influência das Variáveis Envolvidas no Plantio de Arroz nas Características da Cinza de Casca de Arroz.** Ambiente Construído, v.9, n.4, p. 67-82, out./dez, Porto Alegre, 2009. ISSN 1678-8621. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/8274/7045>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

TASHIMA, M.M; SOUZA, L.C; AKASAKI, J.L; SILVA, E.J; MELGES, J.L.P; BERNABEU, J.J.P. **Reaproveitamento da Cinza de Casca de Arroz na Construção Civil.** HOLOS Environment, v.11, n.1, P. 81, 2011. ISSN 1519-8634. Disponível em:<<https://www.cea-unesp.org.br/holos/article/view/5435>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

WORLDWATCH INSTITUTE – **Estado do Mundo 2013: A Sustentabilidade Ainda é Possível?**. Worldwatch Institute; Organização: Erik Assadourian e Tom Prugh. Salvador, UMA Ed., 2013, 247p.